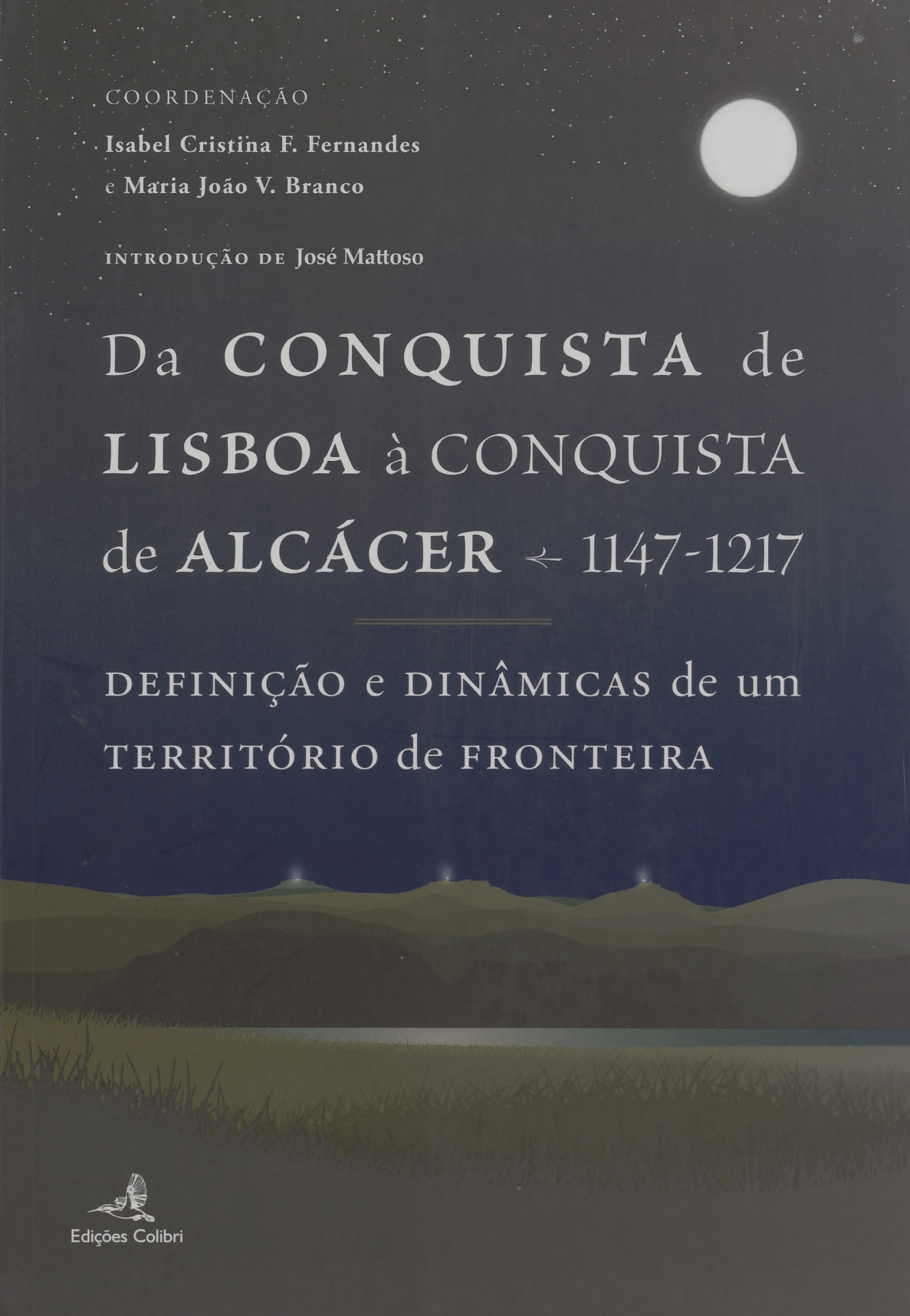
COORDENAÇÃO
Isabel Cristina F. Fernandes
e Maria João V. Branco

INTRODUÇÃO DE José Mattoso

Da CONQUISTA de LISBOA à CONQUISTA de ALCÁCER ≈ 1147-1217

DEFINIÇÃO e DINÂMICAS de um TERRITÓRIO de FRONTEIRA



Edições Colibri

AUTORES

Carlos de Ayala Martínez

Christine Mazzoli-Guintard

Dolores Villalba Sola

Francesco Renzi

Francisco García Fitz

José Augusto Oliveira

Hermínia Vilar

Inês Lourinho

Jonathan Wilson

José Varandas

Luís Carlos Amaral

Manuel Fialho Silva

Manuela Santos Silva

Maria Antónia Martínez Nuñez

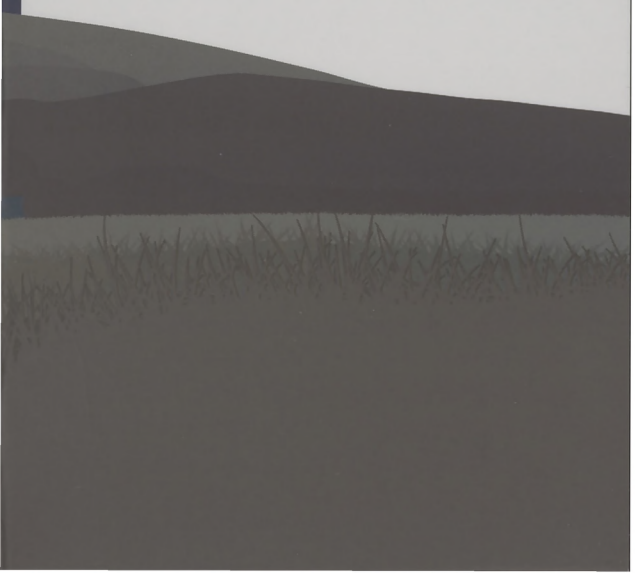
María de Jésus Viguera Molíns

Maria Marcos Cobaleda

Maria Teresa Lopes Pereira

Mário Jorge Barroca

Sophie Gilotte



Da **CONQUISTA** de **LISBOA** à CONQUISTA de **ALCÁCER** ← 1147-1217

DEFINIÇÃO e DINÂMICAS de um TERRITÓRIO de FRONTEIRA

COORDENAÇÃO

Isabel Cristina F. Fernandes

e **Maria João V. Branco**

INTRODUÇÃO DE **José Mattoso**

Da **CONQUISTA** de **LISBOA** à CONQUISTA de **ALCÁCER** ← 1147-1217

DEFINIÇÃO e DINÂMICAS de um TERRITÓRIO de FRONTEIRA

Edições Colibri

Biblioteca Nacional de Portugal
– Catalogação na Publicação

DA CONQUISTA DE LISBOA À CONQUISTA DE ALCÁCER (1147-1217)

Da conquista de Lisboa à conquista de Alcácer (1147-1217) : definição e dinâmicas de um território de fronteira / coord. Isabel Cristina F. Fernandes, Maria João V. Branco. – 1ª ed. – (Extra-colecção)
ISBN 978-989-689-871-7

I – FERNANDES, Isabel Cristina F., 1957-
II – BRANCO, Maria João V., 1961-

CDU 94(469)"1147/1217"(042)

Título: Da Conquista de Lisboa à Conquista de Alcácer (1147-1217). Definições e dinâmicas de um território de fronteira

Coordenação: Isabel Cristina Ferreira Fernandes e Maria João Violante Branco

Introdução: José Mattoso

Autores: Carlos de Ayala Martínez, Christine Mazzoli-Guintard, Dolores Villalba Sola, Francesco Renzi, Francisco García Fitz, José Augusto Oliveira, Hermínia Vilar, Inês Lourinho, Jonathan Wilson, José Varandas, Luís Carlos Amaral, Manuela Santos Silva, Manuel Fialho, Maria Antónia Martínez Nuñez, María Jésus Viguera Molins, Maria Marcos Cobaleda, Maria Teresa Lopes Pereira, Mário Jorge Barroca, Sophie Gilotte.

Editor: Fernando Mão de Ferro

Revisão crítica: M. J. V. Branco | I. C. F. Fernandes

Revisão ortográfica e tipográfica: I. C. F. Fernandes / J. F. Duarte Silva

Paginação: Abílio Alves

Capa: Raquel Ferreira sobre imagem de base de Ricardo Naito

Depósito legal n.º 457 118/19

Lisboa, 14 Junho de 2019

SUMÁRIO

Apresentação 7

José Mattoso
Introdução 9

Maria Jesús Viguera Molins
Pensamiento, acción e impacto de los almorávides y almohades en al-Andalus 15

María Marcos Cobaleda e Dolores Villalba Sola
Fronteras entre el arte almorávide y almohade: oposición y complementariedad 33

Christine Mazzoli-Guintard
Paisajes urbanos del Garb al-Andalus en época almohade 55

Sophie Gilotte
La dernière bataille. Traces archéologiques du siège d'Albalat en 1142 ... 81

Maria Antonia Martínez Núñez
La Placa de Sesimbra y otras manifestaciones epigráficas almorávides y almohades al sur del Tajo 111

Carlos de Ayala Martínez
Ideología de cruzada y órdenes militares en el contexto de la reconquista (Siglos XII-XIII) 145

Inês Lourinho e Manuel Fialho Silva
Lisboa nas vésperas da conquista: da política à topografia 167

Luís Carlos Amaral
A restauração da diocese de Lisboa em 1147 e os primórdios da formação de uma Igreja 'portuguesa' 189

Jonathan Wilson
Soeiro (II) Viegas, Bishop of Lisbon and the 'First Portuguese Crusade' 209

Francesco Renzi
Un regno sotto la protezione di San Pietro. I rapporti tra il Portogallo e la Sede Apostolica da una prospettiva romana (1143-1212) 237

Manuela Santos Silva
A paisagem do território de entre Tejo e Sado através da documentação régia (Sécs. XII-XIII) 275

José Augusto Oliveira
Vigiar o Tejo, vigiar o mar: a definição dos concelhos de Almada e Sesimbra 285

Hermínia Vilar
Em torno de Évora como espaço de fronteira (1190-1217) 317

Mário Jorge Barroca
A guerra de cerco em Portugal (1147-1217) 337

José Varandas
O assédio a Alcácer. Alguns problemas de história militar 365

Francisco García Fitz
La guerra en la Península Ibérica entre mediados del siglo XII y la conquista de Alcácer (1217) 391

Maria Teresa Lopes Pereira
Sub Tuum Praesidium: a igreja de Santa Maria do Castelo de Alcácer do Sal desde a 'Reconquista' 403

APRESENTAÇÃO

O facto de o ano de 2017 marcar a passagem do 8.º centenário da conquista de Alcácer do Sal e o 870.º aniversário da conquista de Lisboa pelas forças portuguesas e cruzadas, motivou-nos a organizar um debate que reunisse um conjunto variado de investigadores e pudesse reavaliar a forma como os setenta anos que medeiam entre uma conquista e a outra configuraram e condicionaram o desenvolvimento de um território sempre considerado de fronteira, aquele que se estende entre Lisboa e Alcácer do Sal, mas cuja efectiva estruturação e caracterização ultrapassa em muito aquilo que concebemos como um território "apenas de fronteira" e acerca do qual sabemos hoje muito mais do que há alguns anos atrás. Na verdade, o referido território e a sua ocupação política e militar, bem como a caracterização económica e social da região e o seu perfil arqueológico e epigráfico durante o período medieval, têm vindo a ser objecto de estudos monográficos específicos e teses de mestrado e doutoramento, pelo que parecia evidente a necessidade de congregar num encontro os resultados de tão profícuo e variado trabalho e tentar lançar as pontes para uma revisão do que se sabe sobre este território tão específico nesse período cronológico, e poder olhar para ele como um todo.

Promovido pelo Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e pelo Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago – Município de Palmela, numa frutuosa parceria com o Centro de História da Universidade de Lisboa, o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, o Município de Alcácer e o Município de Sesimbra, realizou-se um colóquio itinerante entre 19 e 21 de maio de 2017, no qual se pretendeu repensar a realidade dessa "Marca" ocidental hispânica que se revelaria tão fundamental, quer para o nascente reino português, quer para o mundo islâmico, de forma particularmente importante no período que medeia entre a conquista de Lisboa e a de Alcácer do Sal. O profícuo debate que resultou desse encontro suscitou a ulterior produção de um conjunto de estudos por especialistas dos períodos medieval islâmico e medieval cristão peninsular, nas diversas disciplinas em que trabalham – arqueologia, arte, arquitetura e história – e que agora se recolhem neste livro.

Acreditamos que a obra contribuirá para uma reavaliação do que sabemos sobre a ocupação da região, sobre as suas características e sobre os interesses e as estratégias que neste fértil espaço podemos observar em acto, durante o "curto" espaço de tempo de quase um século, ao longo do qual os poderes em confronto se foram congraçando, hostilizando e posicionando de forma assaz orgânica e, por isso mesmo, também bastante original.

Isabel Cristina F. Fernandes e Maria João Violante Branco

INTRODUÇÃO

Costumo comparar a escrita da História à montagem da maquete de um edifício que já não existe. A maquete é feita de peças imaginárias criadas à custa de deduções de textos e de imagens agregadas num todo coerente, mas inseguro e, por isso, provisório. No nosso caso pretendemos explicar o que aconteceu há uns setecentos anos na zona de fronteira entre cristãos e muçulmanos, ou seja, no vale do Tejo entre 1147 e 1217. Recordamos o que foi dito no colóquio de 2017, para avaliar o "estado da arte"; ou seja, a solidez das hipóteses interpretativas que então se apresentaram, e agora podem ser avaliadas pela crítica.

As datas inicial e final situam-nos no fim do período almorávida e no período almôada. Ambos de origem berbere, mas diferenciados por programas distintos tanto do ponto de vista religioso como do ponto de vista político e militar. As diferenças detectam-se tanto nos escritos narrativos e doutrinais como nos vestígios arqueológicos, na toponímia como na arte, na estratégia bélica como na administração do território. A coordenação de todos estes parâmetros permite verificar as transformações e interpretar os seus indícios concretos no tempo e no espaço. Reconstituído e coordenado todo o sistema, pôde-se articular com os dados da política cristã desenvolvida pelos reinos ibéricos e pela Santa Sé e o seu progresso em cada uma das frentes da Reconquista.

Começando pela síntese traçada por Luís Carlos Amaral para relacionar a política eclesiástica com o avanço da fronteira para sul e a recuperação do espaço cristão nos séculos V a XIII, seguiu-se uma averiguação mais detalhada desenvolvida como uma síntese crítica, do que tem sido feito sobre as relações políticas do papado com os soberanos ibéricos nas primeiras décadas de 1200, por Francisco Renzi, a partir do sentido da linguagem pontifícia e do vocabulário feudal em conexão com as respectivas conjunturas históricas, o que serviu para resolver, entre outras coisas, as questões suscitadas pela bula Manifestis probatum, de 1179, pela qual a Santa Sé reconheceu a realeza de Afonso Henriques.

Carlos de Ayala ofereceu-nos uma visão global da política pontifícia. O papado manteve sempre o princípio da sua superioridade na direcção da Cruzada e de em seu nome arbitrar as divergências da Reconquista para

unificar a frente cristã. Francisco García Fitz tratou das confrontações militares e, ao mesmo tempo, sublinhou a predominância da ocupação rural do solo na época almorávida, e a concentração urbana dos almóadas. As suas conclusões foram confirmadas por Mário Barroca, com informações sobre a táctica do cerco, a arquitectura defensiva e o armamento, através das fontes escritas, dos vestígios arqueológicos e da toponímia. José Varandas partindo da historiografia castelhana e sobretudo da portuguesa traçou o panorama da evolução da fronteira militar entre cristãos e muçulmanos no ocidente da Península, para terminar centrando-se na campanha de Alcácer do Sal. Maria Marcos Cobadela e Dolores Villalba Sola serviram-se dos indícios da história artística para contrastar as duas épocas, almorávida e almôada. Christine Mazzoli-Guintard comparou as concepções dos geógrafos do Al-Andalus com as práticas administrativas e a topografia dos centros urbanos. Com métodos semelhantes, Maria Jesús Viguera Molins tratou do pensamento e da actuação política dominantes nos dois períodos berberes.

Estes capítulos serviram para enquadrar o "estudo de caso" sobre a vila de Albalat, na província de Cáceres, apresentado por Sophie Gilotte. Esta vila controlava o acesso ao vale do Tejo e foi conquistada pelas milícias urbanas de Salamanca e Ávila no reinado de Afonso VII. Por fim, Maria Antónia Martínez Nuñez procedeu a uma minuciosa interpretação e tradução de um só documento, a placa de madeira em caracteres árabes encontrada numa gruta perto de Sesimbra. Outro estudo de caso, é ainda o que Maria Teresa Lopes Pereira fez a partir da igreja dedicada a Santa Maria, na alcáçova do castelo de Alcácer, sujeita à ordem militar de Santiago, e portanto representativa da integração do espaço antes muçulmano, depois cristão. Esta dedicação, também presente em Santa Maria dos Mártires, ou seja, dos cristãos mortos em combate, na mesma localidade, tem um evidente significado ideológico.

Este conjunto de investigações e estudos mostra a maturidade do arabismo espanhol. Os seus resultados esclarecem e contextualizam o que nos mesmos sectores se passou no território hoje português, ampliando enormemente o pouco que a nossa historiografia tinha alcançado. O conhecimento que hoje temos do Portugal muçulmano é, por isso, diferente e muito mais rico, devido aos estudos dos arabistas franceses e espanhóis dos últimos anos. Graças a eles contamos com informações detalhadas acerca de alguns sectores do território lusitano. É o que constatamos através do capítulo de Manuel Fialho e Inês Lourinho para a área de Lisboa, e do de José Augusto Oliveira para os concelhos de Almada e Sesimbra. Este último distingue-se pelo excelente aproveitamento dos indícios toponímicos. O mesmo se pode dizer do estudo de Hermínia Vilar, que ajuda a reposicionar de forma rigorosa e inovadora a sempre fracturante questão do "abandono" da região Sul do território, desde as campanhas almóadas de 1190/1191 até à conquista cristã de Alcácer do Sal. De âmbito mais restrito, mas com muitas

sugestões a aproveitar, surge o trabalho de Manuela Santos Silva e a sua análise diacrónica dos forais concedidos à região durante o período em causa. Espero que dentro em breve tenhamos estudos tão completos como estes para outros sectores do território português.

Resta-me falar de um capítulo mais pontual quanto ao objecto e com menos recursos interdisciplinares. Refiro-me ao estudo de Jonathan Wilson, que incidiu sobre a realidade político-religiosa da conquista de Alcácer, tendo por base o poema da conquista dessa mesma cidade. O trabalho reúne uma grande soma de indícios úteis para contextualizar o poema de Gosuíno. A metodologia da reconstituição factológica é diferente. Examinam-se as fontes escritas para poder situar no tempo e no espaço os acontecimentos decisivos, identificar os seus protagonistas e descobrir, se possível, as motivações e os resultados das suas acções. Temos de datar os textos, averiguar quem os escreveu e o que queriam dizer. À historiografia positivista do século passado, interessavam os factos. A historiografia moderna procura interpretar as motivações: averiguar as razões ideológicas dos cronistas e dos detentores políticos – a Santa Sé, o Imperador da Alemanha, os reis da Inglaterra, da França e da Hispânia, os senhores feudais e os cruzados em geral –, entre elas, as ideologias que definem a relação do poder espiritual com o poder secular. Alguns cruzados pretendiam as indulgências prometidas aos peregrinos de Jerusalém, outros ganhar o céu por meio do martírio, outros, ainda, usar as armas e enriquecer com o saque. Uns queriam a aniquilação radical do inimigo, outros preferiam poupar os vencidos e aproveitar a sua força de trabalho.

A forma como de facto se conjugaram teorias e práticas variou conforme os tempos e os lugares. Os indícios da acção pessoal e do que estava em jogo foram reunidos com grande minúcia por Jonathan Wilson. As conclusões são hipotéticas. Tudo será ponderado pelos futuros investigadores dos mesmos factos e documentos. De qualquer maneira torna-se cada vez mais claro que a Santa Sé seguiu sempre a doutrina da primazia papal na luta contra o Islão e, por isso, da subordinação estratégica dos interesses régios e senhoriais em cada uma das frentes de combate. Parece que o princípio do extermínio total dos islamitas, exigido por S. Bernardo, se coadunava mais com a unificação papal da cruzada do que a versão moderada da guerra, normalmente seguida pelos soberanos e senhores ibéricos. Na minha opinião, parece-me cada vez mais evidente que o autor da carta a Osberto defendia a moderação. Gosuíno e os cistercienses, o radicalismo. Johnathan Wilson, que tinha já demonstrado numa obra anterior a identificação de Gosuíno com um monge do mosteiro cisterciense de Villers-en-Brabant, actualmente na Bélgica, e, portanto, a sua posição extremista, debruça-se agora sobre o papel do bispo Soeiro de Lisboa na quinta cruzada e na conquista de Alcácer dos Sal. Na sua opinião seria um bispo que procurou inserir-se na quinta cruzada, apresentando-se como legado, e conseguindo o

apoio das ordens militares. Procurando responder a tais perguntas, o autor recolhe indícios interessantes acerca do culto dos santos ligados à Cruzada, entre eles de Henrique de Bona e São Vicente. Sem o dizer expressamente, o poema de Gosuíno mostra a sua radicalidade ideológica ao relatar a falsa conversão do alcaide muçulmano e dos cem mouros baptizados com ele. Trata-se, sem dúvida, de uma forma de sublinhar a hipocrisia dos inimigos da fé e de condenar qualquer tentativa de conversão dos vencidos.

Permitam-me que diga uma palavra acerca do relato da conquista de Santarém, do qual se falou pouco no colóquio que motivou este livro, mas que suscita grandes interrogações. Avolumam-se agora, devido à evidente recomendação da estratégia de extermínio, até arrancar os fetos no ventre de suas mães, como Afonso Henriques teria recomendado aos seus guerreiros antes do assalto. Em tempos defendi a redacção do texto por algum cavaleiro do bando português que depois teria professado em Santa Cruz de Coimbra, tão precisa é a indicação que o texto faz do caminho seguido pelos assaltantes, e o facto de registar algumas palavras árabes. Parece-me difícil que a redacção pertença na totalidade a algum monge de Alcobaça. Inclino-me, hoje, para a hipótese de o discurso do rei ser uma interpolação cisterciense sobre um texto coimbrão anterior. Na linha das convincentes investigações de J. Wilson e outros autores sobre a *Expugnatio Ulyxbonensis,* os discursos aí atribuídos ao bispo do Porto e a outros personagens seriam vestígios de uma controvérsia ideológica entre a Reconquista Peninsular e a Cruzada, ou seja entre a estratégia moderada e a estratégia fundamentalista, durante a segunda metade do século XII. Seriam também interpolações a um relato moderado de um cruzado anglo-normando (o texto original da *Expugnatio)* para reforçar a doutrina, igualmente moderada, com a teoria da "guerra justa", contra o radicalismo cisterciense.

Os indícios assim escolhidos são pormenores, gestos de personagens secundárias ou alusões a outros factos. O seu significado tornar-se-á evidente quando os investigadores futuros lhes derem atenção e os considerarem peças do mesmo labirinto. O conhecimento da história da Reconquista está realmente mais rico. Espero que os retoques que nestes dias demos à nossa maquete, à nossa "geringonça", a tornem mais fiel à realidade histórica, de modo a poder seguir viagem sem parar até se conseguir a perfeição possível. Algumas das propostas que tinha feito em investigações anteriores têm de ser revistas. Aproveito este ensejo para me corrigir a mim próprio e para propor que se estudem melhor as relações da Reconquista portuguesa com a segunda e com a quinta Cruzadas, por volta dos anos 1147 a 1217.

Torres Vedras, 4 de Junho de 2019.

José Mattoso

Da **CONQUISTA** de **LISBOA** à CONQUISTA de **ALCÁCER** ← 1147-1217

DEFINIÇÃO e DINÂMICAS de um TERRITÓRIO de FRONTEIRA

PENSAMIENTO, ACCIÓN E IMPACTO DE LOS ALMORÁVIDES Y ALMOHADES EN AL-ANDALUS

Maria Jesús Viguera Molins*

Procesos paralelos de dos imperios magrebíes en al-Andalus: potencia inaugural y declive

Agradezco mucho la sugerencia de tratar ahora sobre estas cuestiones, centradas en una secuencia muy significativa y articulada: pensamiento, acción e impacto, que parten desde el ámbito de las ideas y siguen por sus realizaciones hasta considerar sus efectos. Los tres elementos de esta secuencia contienen los habituales pasos de los hechos humanos, tanto individuales como colectivos, desde su concepción a sus desarrollos y de aquí a sus resultados, que, en este caso concreto de los períodos de Almorávides y de Almohades, están dispuestos sobre unas circunstancias, cronologías y resultados muy significativos en las cuales se verifican las muy notables consecuencias de la definitiva caída del imperio almorávide, por un lado, y por otro la agonía ya imparable del imperio almohade, ambos sucesos con trascendentales huellas en la Península Ibérica y en el Magreb.

Todo ello, en su secuencia, se concreta en un vertiginoso derrumbe de dos sucesivos imperios magrebíes-andalusíes cuya inicial pujanza expansiva había sido extraordinaria, alcanzando la Península Ibérica los Almorávides desde finales del siglo XI y los Almohades desde mediado el siglo XII, reforzando los primeros y construyendo el segundo de ambos imperios, unas propuestas ideológicas con sus estructuras políticas y religiosas de gran potencia inaugural, pero que se extinguieron prácticamente en tres o cuatro generaciones, con una rapidez que además contrasta en relación con al-Andalus con la duración primero de Omeyas y finalmente de Nazaríes,

* Universidad Complutense. Madrid

pues ambos Imperios magrebíes recorrieron –desde finales del siglo XI a las primeras decenas del siglo XIII– los pasos de sus respectivos ciclos políticos: 1, levantamiento de un grupo tribal, marginal, que asalta el Poder constituido; 2, instalación dinástica y ascenso al máximo de su plenitud cultural urbana; y 3, su decadencia y sustitución por la siguiente reacción tribal, con lo cual se desencadena todo el proceso otra vez, con los siguientes hitos, en concreto:

1) la esforzada acción expansiva de cada uno de los fundadores: el emir almorávide Yūsuf ibn Tāšufīn (con dominio en al-Andalus desde 1190) o el califa almohade 'Abd al-Mu'min (con dominio en al-Andalus desde 1147),

2) la cima alcanzada por sus sucesores, el segundo emir almorávide 'Alī, pero solo hasta los alrededores de 1120, o, en el caso almohade, por dos sucesores, hasta la muerte de Yūsuf al-Manṣūr (en 1199), y

3) el final, marcado en ambos casos por un derrumbamiento veloz de estructuras, territorios y acciones.

Consecuencias graves de procesos complejos: difícil conexión entre pensamientos y acciones

Las consecuencias de estos rápidos procesos se reflejan claramente en la evolución de la historia andalusí, y en general de toda la historia peninsular y magrebí, y de modo muy concreto en los dos hechos que este libro colectivo plantea, desde algunos de sus importantes impactos o consecuencias, como fueron la conquista de Lisboa, en 1147, y la conquista definitiva de Alcácer, 70 años después.

Todos reconocemos que el genial Ibn Jaldūn tuvo muy presentes los procesos almorávides y almohades cuando escribió, desde su observatorio magrebí-andalusí del siglo XIV, su certero y famoso análisis de dimensión sociológica sobre las «tres o cuatro generaciones», que durante una media de unos 120 años, según sus deducciones, duraban los poderes de origen nómada que fundaban un Estado[1]. En las indicaciones del genial sociólogo

[1] MARÍAS, Julián, «Las generaciones en Abenjaldún», en *El método histórico de las generaciones*, Madrid, Editorial Revista de Occidente, 1961, 165-189; sobre la cuestión existe amplia bibliografía, como se muestra en VIGUERA MOLINS, María Jesús (coord.), *Ibn Jaldún. El Mediterráneo en el siglo XIV*, Sevilla-Granada, Fundación J. M. Lara y El Legado Andalusí, 2006; MARTINEZ-GROS, Gabriel, *Brève histoire des empires. Comment ils surgissent, comment ils s'effondrent*, Paris, Seuil, 2014; reseña por AILLET, Cyrille, «Violence et pacification, genèse et mort de l'État: deux relectures contemporaines d'Ibn Khaldūn», en *Revue des mondes musulmans et*

de la Historia hay pistas fundamentales sobre los transcursos que afectan a nuestro tema, aunque nos centraremos ahora en algunas cuestiones sobre los Almorávides y los Almohades que manifiestan sus propósitos e ideales, sus condicionantes y sus acciones, en cuyos enormes contrastes se encuentran explicaciones sobre el paso que conduce de 1147 hasta 1217, y territorialmente en este *Garb al-Andalus* desde lo anterior al Tajo hasta lo que avanza hacia el Guadiana, perdiendo al-Andalus definitivamente el trascendental protagonismo territorial que hasta entonces había desempeñado el Tajo.

A las alturas de 1147 ya había fracasado el primero de los dos intentos magrebíes de intervención en al-Andalus, tras imponer desde el Norte de África un extenso y heterogéneo Estado centralizado, realizando así la primera y hasta entonces más extensa unificación política del Occidente islámico, como fue la llevada a cabo por los Almorávides primero, seguidos, tras un breve intervalo de taifas, por los Almohades, de modo que durante casi un siglo y medio el Islam andalusí y magrebí formó un bloque conjunto, pese a divergencias, resistencias y reacciones, que en realidad certifican las dificultades en mantener esa conexión entre las dos orillas, que los Almorávides fundamentaron sobre bases existentes pero con dimensiones nuevas, dando nuevo protagonismo al berberismo y del mālikismo, y a continuación los Almohades, además del también pujante componente beréber, sobre una nueva concepción doctrinal, que precisamente relegó al mālikismo. Sobre sus respectivos "pensamientos", ambos imperios procuraron –y sobre todo en sus comienzos y primeras fases lograron– constituir un Estado sobre el medio tribal del Magreb, aunque la situación andalusí fuera distinta, lo cual plantea cómo la unificación aglutinó situaciones estructurales tan diversas.

Pensamiento: las bases teóricas

El pensamiento organizativo almorávide estuvo claramente definido por la "integridad" de la doctrina mālikí y por el poder que así establecían los alfaquíes mālikíes[2]. El recurso al puro mālikismo muestra que, tras su enfrentamiento con la Šī'a de los Fāṭimíes, la doctrina surgió reforzada como aglutinante del Imperio almorávide. Una secuencia novedosa del pensamiento almorávide fueron sus propuestas de unificación, surgidas

de la Méditerranée, 139 (2016), Aix-en-Provence, p. 251-257: <http://remmm.revues.org/8962> [Consulta: 11.05.2017].

[2] FERHAT, Halima, *Sabta des origines au XIV*ème *siècle*, Rabat, Ministère des affaires culturelles, 1993, espec. p. 105-160; EL HOUR, Rachid, *La administración judicial almorávide en al-Andalus: élites, negociaciones y enfrentamientos*, Helsinki, Academia Scientiarum Fennica, 2006.

desde los confines del Magreb, con firmeza "ortodoxa" frente a la fragmentación, que atentaba contra el principio de la unidad de la *Umma* o Comunidad islámica. A lo largo del siglo V/XI tanto al-Andalus como el Magreb se habían disgregado en numerosas taifas. Las fuentes suelen contraponer, para ensalzarles, las caóticas banderías anteriores con la gran extensión unida que los Almorávides lograron.

El pensamiento unificador, aprovechado políticamente por los Almorávides, se manifiesta en diversos escritos[3], sustentados por rigurosos ulemas y alfaquíes. Un ejemplo de esta reacción andalusí, que llegaba a cifrar en los Almorávides la salvación de al-Andalus frente a la sentida ilegitimidad de los reyes de taifas y su incapacidad contra los cristianos, se halla en los dichos y hechos del gran alfaquí Abū l-Walīd al-Bāŷī (Badajoz, 403/1013--Almería, 474/1081)[4]; varias fuentes mencionan sus esfuerzos en pro de la unidad de los musulmanes frente a las acometidas de Alfonso VI, y el cadí 'Iyāḍ, al biografiarle[5], resalta sus recorridos para procurar que los reyes de taifas se unan para la defensa del Islam, junto con los Almorávides, quienes presentaban en sus comienzos la ortodoxia más rigurosa y sus ideales de *Ŷihād*. Asimismo, un conjunto heterogéneo y muy representativo de textos mālikíes de finales del siglo XI, reproducido en la *Rihla* del cadí sevillano Ibn al-'Arabi[6], refleja bien estos planteamientos iniciales de los almorávides en la Península Ibérica, reconociendo al Califa 'abbāsí, y recibiendo –así figura en esos textos– los títulos de "Emir de los musulmanes" y de "Defensor de la Fe", alusivos, precisamente, a los dos ejes de sus planteamientos: la unidad de la *Umma* y a la obligación de su defensa militar.

Sin embargo, se capta la incapacidad en aumento de los Almorávides para aglutinar las diversas corrientes ideológicas, de regulación religiosa y jurídica, a ellos preexistentes o surgidas en su tiempo, de modo que su anquilosada ortodoxia doctrinal mālikí pronto dejó de cumplir como capa

---

[3] Reúne algunos de estos textos AL-SAMARRA'I, Jalīl Ibrāhīm, *'Alaqāt al-murābiīn bi-l--mamālik al-islāmiyya bi-l-Andalus wa-bi-l-duwal al-islāmiyya*, Bagdad, Wizārat al--taqāfa, 1986, espec. p. 80-96.

[4] FIERRO, Maribel, HAREMSKA, J., y HERNÁNDEZ LÓPEZ, Adday, «Abū l-Walīd al--Bāŷī», en Jorge LIROLA DELGADO y José Miguel PUERTA VÍLCHEZ (dir. y ed.), *Biblioteca de al-Andalus*, Almería, Fundación Ibn Tufayl, 2012, I, p. 233-243.

[5] AL-QAḌĪ 'IYAḌ, *Tartīb al-madārik*, ed. S. A. al-A'rābī, M. b. Šarīfa y otros, Rabat, Wizārat al-awqāf, 1983, 8 vols., III-IV, p. 808.

[6] LÉVI-PROVENÇAL, Évariste, «Le titre souverain des Almoravides et sa légitimation par le califat 'abbāside», en *Arabica*, 2 (1955), París, p. 265-288; VIGUERA MOLINS, María Jesús, «Las cartas de al-Gazālī y al-Ṭurṭūšī al soberano almorávid Yūsuf b. Tāšufīn», en *Al-Andalus*, XLII (1977), Madrid, p. 340-374; LAGARDERE, Vincent, «Abū Bakr b. al-'Arabī, grand cadi de Séville», en *Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée*, 40 (1985), Aix-en-Provence, p. 91-102, espec. p. 96-97.

de unidad espiritual de su vasto territorio, y brotes discordantes cada vez con mayor gravedad fueron minando desde dentro el bloque almorávide, inepto para incorporarlas por renovación o para imponerse a ellas, aunque empezara por atacarlas con actos que buscaban gran ejemplaridad, como la quema pública, en Córdoba, de las obras de al-Gazālī, en 1109, que luego señalaremos, hasta que su capacidad de represión quedó reducida a su capital de Marrakech (en beréber, [*ta-*] *murrt n Akkuc*: "el país de Dios"), adonde convocaron, como enseguida comentaremos, a líderes de movimientos religioso-políticos "insurrectos", que acabaron por imponerse a los Almorávides, antes de que mediara el siglo XII.

Al-Andalus volvió entonces a fragmentarse en taifas, mientras el Magreb era ocupado por los Almohades, el más compacto y duradero entre los brotes insurgentes, que acabaron por tomar la capital almorávide de Marrakech el 17 šawwāl 541/22 marzo 1147, proyectando su propia unificación de nuevo sobre al-Andalus, como antes los Almorávides, pero con diferente doctrina que reaccionaba contra ellos. El pensamiento almohade requirió también su expansión reformista, reuniendo otra vez el Occidente islámico, con algo menos de extensión andalusí pero con más amplitud norteafricana, superponiendo a todo ello su estructura político religiosa, mantenida por su ejército. Además intensificaron su alcance político con su propia aplicación del título califal.

Los Almohades construyeron un potente discurso de condena contra los Almorávides, a quienes acusaron de heréticos[7], con la característica condena por *takfīr* de oponentes contra quienes dirigir el Ŷihād, explicando que, al aceptar aquéllos la interpretación rutinaria del Corán y del Hadiz, llegaban a incurrir en antropomorfismo[8], contra el dogma esencial de la Unicidad divina, que los Almohades adoptaron como emblema, denominándose *al-muwaḥḥid*, o "almohade", por defender tal absoluta Unicidad. Su pensamiento está contenido en numerosas fuentes textuales, empezando por escritos surgidos en los inicios, como los de al-Baydaq, y sobre todo los fundacionales del Mahdí Ibn Tūmart[9], que, con su elaborada carismática

---

[7] Imprescindible panorama comparativo en el conjunto de estudios publicados por Camilla ADANG, Hassan ANSARI, Maribel FIERRO y Sabine SCHMIDTKE (ed.), *Accusations of Unbelief in Islam. A Diachronic Perspective on Takfīr*, Leiden, Brill, 2016.

[8] SERRANO, Delfina, «¿Por qué llamaron los almohades antropomorfistas a los almorávides?», en Patrice CRESSIER, Maribel FIERRO y Luis MOLINA (ed.), *Los almohades: problemas y perspectivas*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Casa de Velázquez, 2005, II, p. 815-852.

[9] FROMHERZ, Allen J., *The Almohads: The Rise of an Islamic Empire*, Nueva York, 2010, p. 19-42: Capítulo 1, «the life of Ibn Tumart and the Birth of the Almohad Movement»; BOMBRUN, Loïc, «Les *Mémoires d'al-Baydaq*: l'écriture de l'histoire à l'époque almohade», en Annliese NEF, y Élise VOGUET (ed.), *La légitimation du*

figura y autoridad como ideólogo de los Almohades, expuso el sincretismo regenerador de su doctrina, organizada en Estado, una de cuyas propuestas legitimadoras era también defender los territorios del Islam. Uno de los escritos atribuidos al ideólogo almohade fue traducido al latín, junto con el Corán, por Marcos de Toledo, en años alrededor de Las Navas de Tolosa (1212), y Carlos de Ayala Martínez ha destacado que en tal empeño hubo motivos teológicos, además de polémicos, lo cual también documenta el propio interés y entidad de aquellos textos fundacionales[10].

Las fuentes textuales almohades enfatizaron sus distancias y diferencias con los Almorávides, a quienes en realidad puede considerárseles como el substrato o como precedentes almohades en varios aspectos, según plantea el interesante libro de Mehdi Ghouirgate: *L'ordre almohade (1120-1269). Une nouvelle lecture anthropologique*[11], que dedica considerable atención a detectar marcados antecedentes, que nos clarifican las respectivas construcciones teóricas y sus aplicaciones, como también acaba de señalar Pascal Buresi, titulando su contribución en esta línea de detectar los precedentes: «Preparing the Almohad caliphate: the Almoravids»[12].

Ambas ideologías, la almorávide, y más aún la almohade, novedosa, compleja en sus elementos constitutivos y con intensos recursos propagandísticos, vienen siendo estudiadas sobre todo desde el siglo XIX y desde los últimos años del siglo XX han aparecido numerosas publicaciones, sobre todo acerca de los Almohades, de manera que incesantes publicaciones, sobre algunas de las cuales ofrecemos referencia en estas páginas- han renovado el conjunto de su historiografía.

Hay renovados análisis sobre varias fuentes textuales, aunque no se hayan registrado esenciales aportaciones al registro clásico de fuentes[13],

---

pouvoir au Maghreb médiéval. De l'orientalisation à l'émancipation politique, Madrid, Casa de Velázquez, 2011, p. 93-108; JONES, Linda G., «Prophetic Performances: Reproducing the Charisma of Muhammad in Two Genres of Medieval Islamic Preaching», en Miri RUBIN y Kathryn L. JANSEN (ed.), *Charisma and Religious Authority: Jewish, Christian, and Muslim Preaching, 1200-1600*, Turnhout, Brepols, 2010, p. 21-50; FIERRO, Maribel, «El *Mahdi* Ibn Tūmart más allá de la biografía "oficial"», en Miguel Ángel MANZANO, y Rachid EL HOUR (ed.), *Política, sociedad e identidades en el Occidente islámico (siglos XI-XIV)*, Salamanca, Ediciones de la Universidad, 2016, p. 73-97.

[10] AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, *Ibn Tūmart, el arzobispo Jiménez de Rada y la "Cuestión sobre Dios"*, Madrid, Ediciones de La Ergástula, 2017.

[11] Toulouse, Presses universitaires du Mirail, 2014, espec. p. 72-102.

[12] *Al-Usur al-Wusta: The Journal of Middle East Medievalists*, University of Maryland, 2017, monográfico sobre: *The Western Caliphates*. <https://halshs.archivesouvertes.fr/halshs-01453050/document> [Consulta: 3.08.2017].

[13] María Jesús VIGUERA MOLINS (coord.), «Historiografía», «Fuentes y Bibliografía»,

revisándose por ejemplo los datos de los textos literarios como hizo Ḥasan Ŷallāb en su libro: *El imperio almohade: sus huellas doctrinales en la literatura*[14], las fuentes jurídicas explotando por ejemplo las numerosas fetuas, ya numerosas y susceptibles de más amplios análisis[15], asimismo ahora se tienen bien en cuenta los muy significativos sermones[16], también las fuentes documentales[17], además de cuanto aportan las fuentes materiales, al leerse significativamente sus "mensajes" sobre todo numismáticos y epigráficos, acerca de Almorávides y Almohades. Téngase en cuenta, de modo general y comparativo, sobre el auge actual de este tipo de fructíferas interpretaciones la sección monográfica de *Al-Qanṭara* en el año 2006, con nueve estudios, entre ellos el de Salvador Peña y Miguel Vega que permite captar contenidos y lemas de las etapas de su ideología[18], como es también muy indicativo lo analizado sobre la epigrafía, como entre otros prueban publicaciones de María Antonia Martínez Núñez[19], resaltando sus diferen-

---

en M.ª J. VIGUERA MOLINS, *Historia de España Menéndez-Pidal*, vol. VIII: *El retroceso territorial de al-Andalus: Almorávides y Almohades. Siglos XI al XIII*, Madrid, Editorial Espasa Calpe, 1997, p. 3-37 y p. 703-748.

[14] *al-Dawla al-muwaḥḥdiyya. Atar al-'aqīda fī l-adab*, Casablanca, Wallāda, 1983, 2.ª ed., 1985.

[15] VOGUET, Élise, «Le rôle des murābiṭūn dans l'encadrement socio-politique et religieux des zones rurales d'après les fatwas mālikites (XIV^{e}-XV^{e} siècles). Mise en perspectives», en Sophie GILOTTE y Elise VOGUET (dir.), *Terroirs d'Al-Andalus et du Maghreb (VIIIe-XVe siècle). Peuplements, ressources et* sainteté, Saint-Denis, Bouchène, 2015, p. 203-220.

[16] JONES, Linda G., «The Preaching of the Almohads: Loyalty and Resistance across the Strait of Gibraltar», en *Medieval Encounters*, 19 (2013), Leiden, p. 71-101; *IDEM*, «Law, Tradition, and Innovation in Islamic Preaching in the Medieval Muslim West during the Almohad Period», en Laura GAFFURI (ed.), *''Verbum et Ius'': Preaching and Legal Frameworks*, Turnhout, Brepols, 2014.

[17] Por ejemplo, la considerable aportación documental por BURESI, Pascal, y EL AALLAOUI, Hicham, *Governing the Empire: Provincial Administration in the Almohad Caliphate (1224-1269). Critical Edition, Translation, and Study of Manuscript 4752 of the Ḥasaniyya Library in Rabat Containing 77 Taqādīm ("Appointments")*, Leiden, E. Brill, 2013.

[18] PEÑA MARTÍN, Salvador y VEGA MARTÍN, Miguel, «Con la guía del Corán: crisis y evolución del discurso numismático almohade», en *Al-Qanṭara*, XXVI (2006), Madrid, p. 477-527.

[19] Véase una relación de sus publicaciones sobre estas cuestiones, en MARTÍNEZ NÚÑEZ, M.ª Antonia, «Ḥisba y ŷIḥād en época almohade: el testimonio epigráfico», en Carlos de AYALA MARTÍNEZ y Isabel Cristina F. FERNANDES (coord.), *Cristãos contra muçulmanos na Idade Média peninsular: bases ideológicas e doutrinais de um confronto (séculos X-XIV)*, Lisboa, Edições Colibri/Universidad Autónoma de Madrid, 2015, p. 115-138, espec. p. 119 y nota 11.

tes temas con sus intencionadas selecciones de citas coránicas, lemas religiosos repetidos como consignas que, en ocasiones añaden al impacto ideológico el visual, por sus ubicaciones o aspecto: como ocurre, por poner un ejemplo destacado, con la referencia coránica (*Corán*, III, 154) "*al-Amr kullu-hu li-Llāh*", indicando, y cito la certera indicación de Miguel Vega Martín, Salvador Peña Martín y Manuel C. Feria García[20], que: «*el buen orden establecido en los asuntos del mundo se idéntica con la voluntad o plan divinos, y tanto el buen orden como la voluntad divina se identifican con el movimiento almohade*», clave central de sus propuestas ideológicas, pues el término *amr*, "asunto", entre otros significados de alcance político y teológico, como "encargo", "autoridad", "mandato", adquirió con los Almohades una dimensión mesiánica, en referencia privilegiada, y exhibida con insistencia[21].

Toda esta potente propuesta conceptual se recarga, como aludí antes, por el impacto visual de algún espécimen, como el que aparece en la cisterna de Santibáñez Alto (Cáceres) donde el dicho término se incluye tras la *basmala*, llamativamente "pintada en rojo sobre el enlucido blanco", según estudió Sophie Gilotte en su Tesis Doctoral: *L'Estrémadure centre-orientale (VIIIe-XIIIe siècle): peuplement et formes d'habitat aux marges d'al--Andalus,* publicada: *Aux marges d'al-Andalus: peuplement et habitat en Estrémadure centre-orientale (VIII^{e}-XIII^{e} siècles)*[22]. La difusión de estas consignas almohades por escritos de varios géneros, en sus monedas y lápidas, pero además en muros de mezquitas, y otras construcciones, en alguna cueva, en algún aljibe y varios objetos nos muestran la insistente y bien articulada presión del pensamiento almohade, precisamente sobre y frente a medios tan impregnados de mālikismo como el andalusí, controlados a través de la resurgente censura, organizada desde el Estado[23]. Y todo ello nos indica también la profunda desestabilización ocasionada por las confrontaciones entre los acérrimos planteamientos mālikíes de los Almo-

---

[20] *El mensaje de las monedas almohades: numismática, traducción y pensamiento*, Cuenca, Universidad de Castilla-La Mancha, 2002, p. 169 y 159.

[21] FRICAUD, Émile, «Origine de l'utilisation privilégiée du terme de *Amr* chez les mu'minides almohades», en *Al-Qanṭara*, XXIII (2002), Madrid, p. 93-122.

[22] Helsinki, Academia Scientiarum Fennica, 2010, p. 291-300; MARTÍNEZ NÚÑEZ, María Antonia, «Los grafitos árabes del aljibe S4», en Martín ALMAGRO GORBEA, José-María BARRANCO RIBOT, y Markel GORBEA, *Excavaciones en el claustro de la Catedral de Toledo*, con la colaboración de Alberto Canto, M.ª Antonia Martínez Núñez, Mónica Redondo, Jesús F. Torres Martínez e Isabel Velázquez, Madrid, Real Academia de la Historia, 2011, p. 281-288, espec. p. 286-287.

[23] VIGUERA MOLINS, M.ª Jesús, «La censura de costumbres en el *Tanbīh al-ḥukkām* de Ibn al-Munāṣif», en *Actas de las II Jornadas de Cultura Árabe e Islámica*, Madrid, Instituto Hispano-Árabe, 1985, p. 591-611.

rávides y la efervescencia mística andalusí, y a continuación los conflictos entre los sincretismos de la doctrina almohade y el mālikismo andalusí.

Al nivel de la acción

Estos marcos cronológicos de Almorávides y Almohades, y el concreto que ahora nos ocupa, entre 1147 y 1217, contienen y son reflejo de conflictos supraestructurales, en las esferas políticas y religiosas, que además convergen estrechamente según las referencias y manifestaciones de ambas dinastías. En la esfera política, resulta notable la comparativamente rápida sucesión de poderes centrífugos/centrípetos, autonomistas/centralistas, ocurridos desde las taifas del siglo XI, a los Almorávides que las conquistan entre 1090 (la de Granada) y 1110 (la de Zaragoza), hasta las taifas post-almorávides, desde los alrededores de 1144, hasta la centralización almohade, a partir de 1147, que volvió a fragmentarse, en el tercer período de taifas, desde 1228. No hace falta volver a plantear en estas páginas cómo encajan en estas oscilaciones políticas andalusíes los avances conquistadores del Norte cristiano, también determinantes sobre los desarrollos históricos.

El dominio de ambos Poderes centralizados de Almorávides y Almohades se impuso mayoritaria y definitivamente por conquistas militares sobre fragmentadas taifas, con violencias tales como la entrada en Badajoz de los Almorávides, en 1094, y la matanza en 1095 o 1096 de la dinastía allí reinante, pues el rey aftasi al-Mutawakkil había tratado con Alfonso VI, que prometió ayudarle por la entrega de Lisboa, Sintra o Santarém, mostrando algunas consecuencias y reacciones ante tales alianzas[24]. Tres primeros cuerpos de ejército destacó el primer califa almohade 'Abd al-Mu'min en al-Andalus, desde 1147, precisamente uno de los dos años que son hito del Coloquio del que surge este estudio, para –como indica Ibn Jaldūn[25]– combatir «a los Almorávides [que aún quedaban] en al-Andalus y a los rebeldes (*tuwwār*)», así descalificando a los líderes de las taifas post-almorávides que no reconocieran a los Almohades, quienes entraron en Sevilla en enero de 1148, aunque meses después de esas conquistas se les

---

[24] JONES, Linda G., «Troubled Alliances: Subterfuge as Strategy in Muslim Chronicle Accounts of Political Alliances between Muslims and Christians in the Medieval Mediterranean», Ponencia en el Workshop *La presencia catalana en el espacio de encuentro del Mediterráneo medieval: nuevas fuentes, investigaciones y perspectivas*, Barcelona, Institut d'Estudis Medievals, 13-16 de mayo 2009, en prensa: Lluís CIFUENTES *et alii* (ed.), *La Presencia catalana en el espacio del encuentro del Mediterráneo medieval: nuevas fuentes, investigaciones y perspectivas*, Barcelona, Institut d'Estudis Medievals.

[25] ŠAHHĀDA, Jalīl (ed.), *Kitāb al-'ibar*, Beirut, Dār al-Fikr, 8 vols. 1981, VI, p. 233-236.

alzaron, hasta que en 1150 el califa almohade recibió en Salé a delegaciones andalusíes, como las de Beja y Évora, de Badajoz y Tavira, aunque el conjunto del *Garb* no lo controlaron hasta 1157-58[26], y esto por no abordar ahora sus esfuerzos contra la resistencia del *Šarq*, que no vencieron hasta 1172.

Las fuentes textuales reflejan sin paliativos estos conflictos en la imposición del control sobre los territorios andalusíes por los sucesivos Imperios de Almorávides y de Almohades, y la violencia de algunos enfrentamientos, seguramente para ensalzar sus fuerzas y ratificar la legitimidad de sus respectivas conquistas, si bien lo que muestran es una reincidente disociación andalusí, pese a que en ambos Imperios la presencia "colaboracionista" –si podemos decirlo así– de los *kuttāb*, los apreciados y notorios secretarios andalusíes, matizó el reflejo escrito sobre las tendencias en contra de ambas administraciones de raíz y profundo carácter magrebi, como también en el caso de los Almorávides contaron con apoyos de los ulemas mālikíes, uno de los cuales, Šurayḥ al-Ruʿaynī (1059-1144) pronunció un sermón en Sevilla, ante el segundo emir almorávide, ʿAlī, instando al cumplimiento de obedecer al sultán[27]:

> *«Todo musulmán debe cumplir el propósito que [con sus soberanos] ha contraído, con generosidad ofrecerse para todo, mantener su obediencia con suma energía y entrega, pues quien cumple sus compromisos será recompensado y quien no condenado.»*

Lo interesante es que cuando, a continuación, recuerda los deberes del buen gobernante, la *juṭba* podría referirse al descontento andalusí, generalizado desde los años 20 del siglo XII contra el Poder almorávide, pues al-Ruʿaynī señala:

> *«Aquel al que Dios encargó de los asuntos de la Comunidad de musulmanes, y le vistió con ropas de honor y mérito, ha de velar por sus súbditos, proceder bien en sus asuntos, hacer justicia entre poderosos y débiles, elegir autoridades aconsejados por la Religión para protegerles y mantener seguras sus fronteras.»*

---

[26] PICARD, Christophe, *Le Portugal musulman (VIII^e-XIII^e siècle), L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2000.

[27] El texto árabe fue transmitido por Abū l-Qāsim Al-Kilāʿī, en su tratado de estilística, *Iḥkām ṣanʿat al-kalām*, ed. Muḥammad Riḍwān al-Dāya, Beirut, Dār al-taqāfa, 1966, p. 166-181; «Un sermón político de Šurayḥ al-Ruʿaynī», *Homenaje al profesor Darío Cabanelas Rodríguez, O.F.M., con motivo de su LXX aniversario*, traducción y comentarios por María J. VIGUERA MOLINS, Granada, Universidad de Granada, 1987, II, p. 143-146.

Hay que recordar hasta qué punto las fuentes textuales relativas a los Almorávides y Almohades enfatizaron, en paralelo a sus propuestas doctrinales, precisamente sus deberes y sus despliegues militares como signos de Poder, por lo cual las derrotas por ambos imperios sufridas menoscababan su legitimación, así, por ejemplo, tras la tremenda derrota de los Almorávides en Cutanda (Teruel, 1120), la impresión generalizada de desastre fue enorme. Al síntoma de tal caída militar frente al exterior vino a sumarse el descontento de los andalusíes, hartos de pagar a perdedoras tropas y mandos magrebíes. Meses duró la rebeldía de la población de Córdoba, y sintomático fue que tuviese que acudir a apagarla, con más efectivos militares, el mismo emir 'Alī, en 1121. Tras el desastre de Cullera (1129) se manifiesta la profunda ruptura entre los almorávides y los andalusíes, pues encargado el secretario andalusí Abū Marwān Ibn Abī Jiṣāl, por el mismo emir almorávide, de escribir a los responsables de aquella derrota, redacta una carta impresionante, que le valió la destitución, pues denigra a los Almorávides[28]:

> *«Hijos de madre vil, huis como asnos salvajes.... Ha llegado el momento en que os vamos a dar largo castigo, en que ningún velo seguirá tapándoos la cara, en que os echaremos a vuestro Sáhara y en que lavaremos al-Andalus de vuestra inmundicia.»*

Los conflictos entre andalusíes y Almorávides y luego Almohades tuvieron unas graves dimensiones o manifestaciones religiosas: la estrecha relación de los Almorávides con los poderes mālikíes, fuertemente constituidos en al-Andalus, condicionó sus estrategias ideológicas de tal modo que acabaron por condenar a al-Gazālī, primero considerado como apoyo memorable[29] y perseguido[30] luego, en abrupto giro, con que los Almorávi-

---

[28] DOZY, R. P. A. (ed.), AL-MARRĀKUŠĪ, 'Abd al-Wāḥid, *al-Mu'ŷib fī taljīṣ ajbār al-Magrib*, Leiden, E. J. Brill, 1881, reimpresión Amsterdam, Oriental Press, 1968, p. 127.

[29] Sobre esta muy estudiada cuestión véanse antes referencias en la nota 6; y VALDIVIA, José, «al-Gazālī o la armonía de la mística religiosa y el saber filosófico», en *Homenaje al profesor José María Fórneas Besteiro*, Granada, Universidad de Granada, 1995, II, p. 1255-1261; la dimensión política en KABLY, Muḥammad, «Ramz *al-Iḥyā'* wa-qa ḍiyyat al-ḥukm fī l-Magrib al-wasīṭ», en sus *Murāŷa'āt ḥawla al-muŷtama' wa-l-taqāfa fī l-Magrib al-wasīṭ*, Casablanca, Dāt Tuqbal, 1987, p. 21-51.

[30] Sobre la famosa y discutida quema por los Almorávides de obras de al-Gazālī, y en especial su *Iḥyā'*, véanse referencias en MOLINA, Emilio, «Estudio preliminar» a BOSCH, Jacinto, *Los Almorávides*, reimpresión Granada, Universidad de Granada, 1990, p. LXXIV; sobre las vicisitudes de la decisiva y sintomática influencia algaceliana es muy considerable: AL-MANŪNĪ, Muḥammad, «*Iḥyā' 'ulūm al-Dīn* fī manẓūr al-garb al-islāmī ayyām al-murābiṭīn wa-l-muwaḥḥiddīn», en *Abū Ḥāmid al-*

des intentaron controlar las insurgencias –desde la segunda decena del siglo XII– manifestadas principalmente como reacciones religiosas, cargadas de reivindicaciones políticas, y de motivaciones sociales y económicas. La rebeldía andalusí contra el mālikismo almorávide tuvo como aglutinante el sufismo, simbolizado en al-Gazālī, cuyas obras, y sobre todo su fundamental "Revivificación de las ciencias religiosas" (*Iḥyā' 'ulūm al-Dīn*), fue quemada en Córdoba por las autoridades almorávides, como antes mencionamos, pues, además, el gran pensador oriental (m. 1111) propugnaba la interpretación individual de los textos doctrinales, y la escolástica mālikí no toleraba tanto albedrío[31], que los poderes constituidos de alfaquíes y cadíes mālikíes identificaban en las propuestas renovadoras del «The first islamic reviver»[32].

El mālikismo riguroso no pudo controlar el incremento del sufismo, cuya contestación al poder almorávide determinó la convocatoria en Marrakech, de destacados pensadores insurgentes de al-Andalus, como los místicos Ibn al-'Arīf de Almería, Ibn Barraŷān de Sevilla (m. en Marrakech, 1141), el "Algacel de al-Andalus", y algún otro destacado, Abū Bakr al Mayūrqī de Granada, principales cabezas visibles y entre sí conectadas, junto con Ibn Qasī del *Garb al-Andalus*, de planteamientos anti-almorávides, sobre los cuales, desde un análisis fundamental de Francisco Codera, en su libro *Decadencia y desaparición de los Almorávides de España*[33], mucho se ha avanzado sobre todo a partir de las ediciones y estudios directos sobre las obras de estos pensadores, de espiritualidad profunda y compleja, que contiene claves fundamentales sobre la situación política y religiosa andalusí y magrebí, en el cambio de orientaciones desde la implantación almorávide, su relativamente breve imperio y su sustitución por los Almohades; sobre todo, y merece la pena extendernos en algunas de

---

-Gazālī: dirāsāt fī fikri-hi wa-'aṣri-hi wa-ta'rīji-hi [Actas del Congreso], Rabat, Faculté des Lettres et des Sciences Humaines, Université Muḥammad V, 1988, p. 125-134; considerable recorrido comparativo por SAFRAN, Janina M., «The politics of book burning in al-Andalus», en *Journal of Medieval Iberian Studies*, 6 (2014), Londres, p. 148-168.

[31] URVOY, Dominique, *Penseurs d'al-Andalus. La vie intellectuelle à Cordoue et à Seville au temps des Empires berbères*, Toulouse, 1990; ABRAHAMOV, Binyamin, «al-Gazali and the Rationalization of Sufism», en TAMER, Georges (ed.), *Islam and Rationality: The Impact of al-Ghazālī*, Leiden, Brill, 2015, p. 35-48.

[32] GARDEN, Kenneth, *The first Islamic reviver. Abū Ḥāmid al-Ghazālī and his Revival of Religious Sciences*, Nueva York, Oxford University Press, 2014, especialmente p. 105-109, con sus planteamientos en torno a "Conjuring a Sense of Crisis", que sitúa las dimensiones políticas de esos hechos religiosos.

[33] Ed. María Jesús VIGUERA MOLINS, Pamplona, Urgoiti Editores, 2004, p. 107-108, 163-165.

las más recientes referencias, existe un amplio y renovado interés por Ibn Barraŷān, a quien podemos considerar el eje fundamental de aquel efervescente y novedoso 'sufismo intelectual'[34].

Varios factores generales y concretos produjeron estos comparativamente rápidos surgimientos y caídas de Estados, como el almorávide, resultando determinante que se establecieran contactos entre esos movimientos místicos andalusíes y los Almohades, de modo que estos, desde el otoño de 1145, enviaron tropas para ayudar al "mahdista" Ibn Qasī a afianzar su resistencia. Autor de algún tratado místico como el titulado *El descalzamiento* (*Jal' al-na'layn*[35]), logró adhesiones por todo el *Garb*[36], aunque

---

[34] Hay que tener en cuenta lo aportado por José Bellver, por ejemplo en: «"al-Ghazālī of al-Andalus": Ibn Barrajān, Mahdism, and the Emergence of Learned Sufism on the Iberian Peninsula», en *Journal of the American Oriental Society*, 133 (2013), Ann Arbor, p. 659-681; GONZÁLEZ COSTA, Amina, «Ibn Barraŷān, Abū l-Ḥakam (Abuelo)», en Jorge LIROLA DELGADO, y José Miguel PUERTA VÍLCHEZ (dir. y ed.), *Biblioteca de Al-Andalus*, II, Almería, Fundación Ibn Tufayl de Estudios Árabes, 2009, p. 524-538; *IDEM*, «Un ejemplo de la hermenéutica sufí del Corán en al-Andalus: El comentario coránico Īḍāḥ al-Ḥikma de Ibn Barraŷān (m. 536/1141) de Sevilla», en Amina GONZÁLEZ COSTA e María Gracia LÓPEZ ANGUITA (ed.), *Historia del sufismo en al-Andalus. Maestros sufíes de al-Andalus y el Maghreb*, Córdoba, Almuzara, 2009, p. 41-65; y Gerhardt BÖWERING y Youssef CASEWIT en su edición y estudio de: *A Qur'ān Commentary by Ibn Barrajān of Seville (d. 536/1141). Īḍāḥ al-ḥikma bi-aḥkām al-'ibra (Wisdom Deciphered, the Unseen Discovered)*, Leiden-Boston, Brill, 2016, espec. "al-Andalus in the Time of Ibn Barrajān", p. 1-4;

[35] David Raymond GOODRICH (ed.), *A sufi revolt in Portugal. Ibn Qasī and his* Kitāb khal'al-na'layn, Tesis Doctoral, Universidad de Columbia, 1978; DREHER, Joseph (ed. y trad.), *Ibn Qasī, Abu l-Qasim Ahmad b. al-Husayn: Kitab Khal' al-Na'Layn wa-Iqtibas al-Anwar min Mawdi al-Qadamayn* (*Das Imamat des islamischen Mystikers, Abulqasim Ahmad Ibn al-Husain Ibn Qasī: Eine Sudie zum Selbstverständnis des Autors des Buch vom Ausziehen der beiden Sandalen*), Tesis Doctoral, Universidad de Bonn, 1985; ALVES, Adalberto, *As sandálias do mestre: em torno do sufismo de Ibn Qasī nos começos de Portugal*, Lisboa, Hugin, 2001; 2.ª ed., con cierto cambio en el título: *As sandalias do Mestre. O Islão iniciático na Formação de Portugal*, Lisboa, Ésquilo, 2009.

[36] LAGARDÈRE, Vincent, «La ṭarīqa et la révolte des Murīdūn en 539 H/1144 en al--Andalus», en *Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée*, 35 (1983), Aix--en-Provence, p. 157-170; DREHER, Joseph, «L'imâmat d'Ibn Qasī à Mértola automne 1144-été 1145: légitimé d'une domination soufie?», en *Mélanges du Institut Dominicain d'Études Orientales du Caire* (MIDEO), 18 (1988), El Cairo, p. 195--210; SIDARUS, Adel, «Novos dados sobre Ibn Qasī de Silves e as taifas almorávidas no gharb al-Andalus», en *I Jornadas de Silves*, Silves, *Associação de estudos do património histórico-cultural do concelho de Silves*, 1992, 35-40; PICARD, *Le Portugal musulman*, espec. p. 91-100. KHAWLI, A., «Le Garb al-Andalus à l'époque des secondes taifas (539-552/1144-1157)», *Arqueología Medieval*, 7 (2001), Granada, p. 23-35.

con escasa permanencia que muestra la inestabilidad territorial, y las amenazas desde el exterior, pues Ibn Wazīr de Silves y su hermano en Beja, que al principio le siguieron, se le apartaron para reconocer a Ibn Hamdīn de Córdoba. Ibn Qasī llegó a perder Mértola, yendo ante el califa almohade, que envió tropas para ayudarle, como señalamos. Y otro síntoma de la fragilidad territorial es que en 1150 o 1151 Ibn Qasī retiró su obediencia a los Almohades, buscando alianza con el rey de Portugal, aunque los de Silves se lo impidieron y dieron muerte (agosto-septiembre 1151). Es importante advertir los paralelismos entre las propuestas religioso-políticas de Ibn Qasī y las de los Almohades, como "salvando las distancias" señaló Pierre Guichard, en su libro sobre *Al-Andalus frente a la conquista cristiana: los musulmanes frente a la conquista cristiana (siglos XI-XIII)*[37], que, si bien centrado en el Oriente andalusí, ofrece análisis y datos comparativos sobre el conjunto peninsular en esos siglos que ahora también nos competen.

Por su parte, la imposición de la doctrina almohade sobre la hasta entonces hegemonía mālikí de al-Andalus fue contrarrestada por ejemplo con la designación de cadíes magrebíes en sedes de al-Andalus[38], y fue controlada, con amenazas, por el Poder, como en una circular del califa 'Abd al-Mu'min[39]:

> *«Nos mantenemos vigilantes por la situación de todos, sin dejar de atenderla noche y día, lo cual procuramos con denodada firmeza, dedicados a ellos con tesón y empeño, siguiendo en el bien obrar a nuestro Imām Ibn Tūmart... La gente debe aprender la fórmula de la Unicidad de Dios.... No valdrán excusas a quien no la aprenda.... mándeseles que reciten las profesiones de Fe almohades.... Quien falte a la oración, la cumpla con descuido y no sea diligente en realizar lo que en eso tiene obligación, debe ser matado en el acto.... Pagad el impuesto del azaque y denunciad a quien no lo pague.... pues el [tributo del] azaque es la base del Tesoro Público y de la Guerra Santa.... quien se demuestre que no paga el azaque será considerado como quien no reza [a efectos de la pena capital].»*

---

[37] Traducción Josep Torró, Valencia, Universitat de València, 2001, p. 121.

[38] Sería interesante comparar las respectivas situaciones de Almorávides y de Almohades respecto al cadiazgo en al-Andalus; además del citado libro EL HOUR, *La administración judicial almorávide en al-Andalus*, véase su reciente y significativo artículo «El cadiazgo de Iznájar en época almorávide. Una propuesta de análisis», en M. A. MANZANO y R. EL HOUR (ed.), *Política, sociedad e identidades en el Occidente islámico (siglos XI-XIV)*, Salamanca, Ediciones de la Universidad, p. 65-72.

[39] LÉVI-PROVENÇAL, Évariste, *Documents inédits d'Histoire almohade*, París, Geuthner, 1928, p. 134-145.

La separación religiosa entre andalusíes y almohades llevó a éstos a procurar apartarse y a purificar espacios de culto que conquistaban[40], como hicieron tras tomar Carmona, en 1161, cuando el jeque Abū Muḥammad ibn Abī Ḥafṣ hizo lavar aquella mezquita aljama, como evidente advertencia de purificación, según cuenta el cronista almohade Ibn Ṣāḥib al-Ṣalā[41]:

> *«Fui a verlo en ella y le felicité por la conquista.... cuando estaba sentado, apoyado en el muro oriental de la mezquita de Carmona, mientras los hombres la lavaban bajo su mirada.»*

Decadencia almorávide, transición, implantación almohade y su decadencia: el impacto de conflictos internos y externos

Hemos resumido, entre planteamientos ideológicos y actos, las grandes oscilaciones y confrontaciones políticas y religiosas que transcurrieron entre finales del siglo XI y casi mitad del XIII, que sin duda impactaron en las pérdidas territoriales andalusíes, y las determinaron. Resulta paradójico que, en ese siglo y casi medio, el balance territorial de la sucesiva intervención de los Imperios magrebíes en la Península, junto con sus consecuencias, resultara negativo, si bien, para los Almorávides y más aún para los Almohades el cumplimiento del *Ŷihād* en defensa del Islam andalusí, de sus fronteras, lo plantearan como un elemento sustancial de su legitimación y justificación de sus respectivos dominios. Pero ya sabemos que por un lado va 'el pensamiento', es decir, la orientación ideal, y por otro marchan las realidades, 'la acción' y sus circunstancias, cuya enorme disociación, como en toda sociedad que agudiza su ideologización, redundó en los resultados relativos a la defensa territorial, cuando, precisamente, para ambos imperios magrebíes el *Ŷihād* articulaba las propuestas ideológicas y señaladas maifestaciones, de modo que en un estudio certero, antes citado[42], sobre *Ḥisba y ŷihād en época almohade: el testimonio epigráfico*, M.ª Antonia Martínez Núñez señala que:

---

[40] VIGUERA MOLINS, M.ª Jesús, «Las reacciones de los andalusíes ante los almohades», en Patrice CRESSIER, Maribel FIERRO y Luis MOLINA (ed.), *Los almohades: problemas y perspectivas*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006, 2 vols., II, p. 705-735.

[41] AL-TĀZĪ, 'Abd al-Hādī (ed.), *Ta'rīŷ al-mann bi-l-imāma*, Beirut, Dār al-Andalus, 1964; 1987[3]; trad. Ambrosio Huici Miranda, Valencia, Anubar, 1969, p. 37-38; VIGUERA MOLINS, M.ª Jesús, «Carmona en las épocas de almorávides y almohades», en *Archivo Hispalense*, 80 (1997): *Actas del I Congreso de Historia de Carmona*, Sevilla, p. 59-78.

[42] Antes, en nota 19; véase su p. 115.

«Si hay en la Edad Media islámica un periodo en el que cobró plena vigencia el deber coránico de ŷihād y todos los demás elementos y mecanismos a él asociados, este fue el siglo almohade, entre mediados del siglo XII y mediados del siglo XIII.»

1147, que en esta ocasión recordamos, fue crucial, y ocurrieron en cascada una serie de consecuencias de la final situación almorávide: en marzo de ese año la dinastía almorávide fue aniquilada por los Almohades cuando ganaron Marrakech. Sevilla, había sido conquistada por los Almohades a principios de 1147, aunque no definitivamente hasta dos o tres años después. Almería fue ocupada por Alfonso VII de Castilla y León, en octubre de 1147, aunque reconquistada por los Almohades en 1157. También en octubre de 1147, Lisboa fue tomada por Alfonso I de Portugal[43], precediendo en marzo de ese mismo año la conquista definitiva de Santarém. En Levante, cayó en combate Zafadola, en 1146, sin lograr reunir al-Andalus bajo su dinastía recuperada de los Banū Hūd, con ayuda de Alfonso VII, y sus alianzas con andalusíes para librarse de los Almorávides, en esas conmociones que antecedieron al retroceso territorial andalusí durante aquellos años 40 del siglo XII, y que Francisco Codera, a quien recordamos ahora en el centenario de su muerte (1917), situó como *y Decadencia desaparición de los Almorávides de España*[44]. En agosto de 1147 murió en batalla el emir de Valencia, Murcia y otros territorios levantinos, Ibn 'Iyāḍ, sucedido por "el Rey Lobo" Ibn Mardanīš, que, aliado con los cristianos, resistió hasta su muerte en marzo de 1172, y la ocupación entonces de los Almohades. 1148: la conquista de Tortosa por Ramón Berenguer IV fue otro hito conectado con la dura transición entre los almorávides y los almohades[45].

Las conquistas cristianas de estos tres importantes puertos andalusíes –Lisboa y Tortosa definitivas, Almería recuperada por los Almohades en 1157– son sintomáticas y decisivas, y a cada na de las tres les fueron dedicados sendos relatos en latín, de géneros distintos: una crónica sobre Tortosa y Almería (la de Caffaro)[46], una carta-crónica sobre Lisboa (la del cruza-

---

[43] IMRĀN, Muḥammad, «Ḥawliyyāt suqūṭ Lišbūna, 1147 m.», en HAMMAM, Mohammed (ed.), *L'Occident musulman et l'Occident chrétien au Moyen Âge*, Rabat, Faculté des Lettres et des Sciences Humaines, Université Muḥammad V, 1995, parte árabe: 13-32; PICARD, *Le Portugal musulman*, p. 109-110, y 208-215: "Les cités du centre: Sintra, Lisbonne, Santarém"; sobre el menoscabo de estas tres pérdidas en el conjunto de las estructuras urbanas: MAZZOLI-GUINTARD, Christine, *Villes d'al-Andalus (Espagne et Portugal à l'époque musulmane)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 1996; trad.

[44] Véase antes nota 33.

[45] VILLEGAS-ARISTIZÁBAL, Lucas, «Anglo-Norman Intervention in the Conquest and Settlement of Tortosa, 1148-1180», en *Crusades* 8 (2009), Aldershot, p. 63-129.

[46] DI RUSTICO DA CASCHIFELLONE, Caffaro, *De captione Almerie et Tortuose*, ed. Antonio UBIETO ARTETA, Valencia, Anubar, 1973.

do Osbern)[47], y el 'Poema de Almería'[48], las tres con la potencia de ser referidas por protagonistas de los hechos, muy conscientes sobre la exaltación del propio poderío, con las coordenadas religioso bélicas de su triunfalismo e ideales de Cruzada y "Reconquista". El vuelco en la convicción expansiva resulta manifiesto en esta transición entre un Poder en declive (Almorávides) y otro en instalación (Almohades), a mediados del siglo XII. Nótese además la intervención internacional en apoyo de las tres decisivas operaciones de dominio portuario, con todas sus consecuencias de control marítimo.

Todos estos acontecimientos son muy conocidos, pero mencionarlos sirve para calibrar las consecuencias de un vacío de Poder Central en aquella mitad del siglo XII, pues tras la retirada almorávide fue tardía la reacción bélica hacia el exterior de los Almohades, empezada por el segundo califa Abū Ya'qūb, cuya retirada de Cuenca, en pleno verano de 1172, y llegada a Valencia en busca de víveres, dio motivo al cronista dinástico Ibn Ṣāḥib al-Ṣalā para contar en primera persona la expresiva situación temerosa de esta gran capital del *Šarq*:

> *«entré en ella, y la encontré superior a su descripción en jardines y huertos; sus aguas corrían continuamente, y sus huertos brillaban por su belleza única y completa. La mañana la vistió con su túnica y la hermosura desplegó en ella su esplendor. Pero ya empezaba a mostrarse su debilidad y el miedo de las revueltas a extenderse».*[49]

Resulta muy sintomático que en 1184 ese califa almohade no lograra recuperar Santarém, en cuyo cerco fue herido de muerte. El tercer califa almohade, Abū Yūsuf, tras firmar treguas con Castilla, teniéndolas ya con León[50], se dirigió contra territorio portugués, en 1190, y en 1191, tomando, entre otras plazas, Alcácer, desmantelando los castillos de Palmela, Coina y Almada, y por el Sur, Silves; luego firmó treguas también con Portugal. En 1195 ocurrió su triunfo en Alarcos, pero su fallecimiento cuatro años des-

---

[47] Entre sus ediciones: Aires A. NASCIMENTO (ed., trad. e notas), *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*, introdução de Maria João V. BRANCO, Lisboa, Nova Vega, 2.ª ed., 2007.

[48] CASTRO GUISASOLA, Florentino, *El Cantar de la conquista de Almería por Alfonso VII: un poema hispano-latino del siglo XIII*, ed. Juan José Tornés, Almería, Instituto de Estudios Almerienses, 1992.

[49] *Ta'rīj al-mann bi-l-imāma*, p. 223.

[50] Sobre las contradicciones de estos tratos con soberanos cristianos: GHOUIRGATE, Mehdi, «*"Comment se comporter avec un roi chrétien"*: l'ouvrage perdu d'Abū l--Ḥasan 'Alī Ibn al-Qaṭṭān et les enjeux du cérémonial almohade», 2015, en <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01447343>. [Consulta: 13.08.2017].

pués inicia la crisis del Imperio almohade, derrotado en Las Navas de Tolosa, en 1212... Cinco años después, los portugueses volvieron a ocupar Alcácer. Fue una consecuencia más del declive almohade, que afectó a las Extremaduras, pudiéndose notar en ambas un desarrollo del poblamiento cristiano, en aldeas y fortalezas, no sólo con finalidad defensiva sino económica, mientras se suceden otras conquistas decisivas, sintetizadas por ejemplo en la Introducción de Julián Clemente Ramos y Juan Luis de la Montaña Conchina al libro *Repoblación y ocupación del espacio en Extremadura (1142-c. 1350)*[51]:

> *«Dentro de este periodo bisecular, aparecen dos etapas claramente delimitadas: en la primera, la zona cristiana sólo se extiende, con ciertas variaciones, al norte del Tajo y el hecho fronterizo aparece como el elemento más importante para explicar las formas de ocupación y de explotación y las relaciones sociales; la segunda se caracteriza por la definitiva conquista de toda la región por los cristianos.»*

Dentro del período novedoso marcado por los surgidos como potentes Imperios de almorávides y de almohades, pueden distinguirse varias etapas significativas, con conquistas por un lado y pérdidas de enclaves decisivos por el lado andalusí: uno de ellos, afectando a lo que hoy es Extremadura, está encuadrada entre 1142 (conquista de Coria por el rey castellano-leonés Alfonso VII) y 1229 (conquista de Cáceres por Alfonso IX de León), implicando por el este a Portugal, pues en su mismo centro le afecta el período tan próximo a éste recién indicado: desde 1147 (conquista de Lisboa por Alfonso I de Portugal) a 1217 (conquista de Alcácer por el rey Alfonso II de Portugal), como esta obra colectiva rememora.

---

[51] *Actas de las I Jornadas de Historia Medieval de Extremadura*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2000, 11-38; cit. en p. 13.

FRONTERAS ENTRE EL ARTE ALMORÁVIDE Y ALMOHADE: OPOSICIÓN Y COMPLEMENTARIEDAD

María Marcos Cobaleda*
Dolores Villalba Sola**

1. Introducción

A pesar de la conocida rivalidad existente entre almorávides y almohades, desde el punto de vista artístico, tradicionalmente se ha realizado un estudio conjunto de ambos movimientos[1], salvo algunas excepciones

* Universidad de Málaga (UMA).
Los resultados de la investigación de María Marcos Cobaleda están incluidos en el Proyecto ArtMedGIS, que ha recibido financiación del programa de investigación e innovación Horizonte 2020 de la Comisión Europea, en el marco de las acciones Marie Skłodowska-Curie, bajo el grant agreement n.º 699818.

** Universidad de Granada (UGR).
Los resultados de la investigación de Dolores Villalba Sola están incluidos en el Proyecto Almohad architecture, city and town planning in a light of Arab and Christian sources, que ha recibido financiación de la FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal), referencia n.º SFRH/BPD/97922/2013.

[1] TERRASSE, Henri, «Art almoravide et art almohade», en *Al-Andalus*, vol. 26, fasc. 2 (1961), p. 436-447; TERRASSE, Henri, *L'art hispano-mauresque. Des origines au XIII^e siècle*, Paris, Les Éditions G. van Oest, 1932; MEUNIE, Jacques; TERRASSE, Henri, *Recherches archéologiques à Marrakech*, t. LIV, Paris, Publications de l'Institut des Hautes Études Marocaines, 1952; MARÇAIS, George, *La berbérie musulmane & l'Orient au Moyen Âge*, Casablanca, Afrique Orient, 1991; GÓMEZ-MORENO MARTÍNEZ, Manuel, *Arte español hasta los Almohades. Arte Mozárabe*, Madrid, Plus Ultra, 1951; TORRES BALBÁS, Leopoldo, *Artes almorávide y almohade*, Madrid, CSIC, 1955; TORRES BALBÁS, Leopoldo, «Arquitectos andaluces de las épocas almorávide y almohade», Al-Andalus, vol. 11-1 (1946), p. 214-224; VV. AA. *Itinerario cultural de almorávides y almohades*, Sevilla, Fundación El Legado Andalusí, 1999; LINTZ, Yannick; DELERY, Claire; LEONETTI, Bulle Tui (dirs.), *Maroc médiéval. Un empire de l'Afrique à l'Espagne*, Paris, Hazan – Musée du Louvre, 2014; TRĪKĪ, Ḥāmid, «al-

limitadas al análisis de edificios aislados[2] o de aspectos puntuales[3] de una u

-Masāŷid wa waẓā'ifuhā bi-Marrākuš zamn al-Murābiṭīn wa-l-Muwaḥidīn», en *Marrākuš min al-Tā'sīs ilà ājir al-'aṣr al-Muwaḥidī. Ašgāl al-Miltaqà al-Ūlà, 1988*, Marrakech, Universidad al-Qāḍī 'Iyyād, 1988, p. 155-169.

[2] TERRASSE, Henri, «La forteresse almoravide d'Amergo», en *Al-Andalus*, 18 (1953), p. 389-400; TERRASSE, Henri, *La mosquée al-Qaraouiyin à Fès*, Paris, Librairie C. Klincksieck, 1968; MEUNIE, Jacques; TERRASSE, Henri, *Nouvelles recherches archéologiques à Marrakech*, t. LXII, Paris, Publications de l'Institut des Hautes Études Marocaines, 1957; MARÇAIS, George, «La chaire de la Grande Mosquée d'Alger», en *Hespéris*, t. I, 4.° trimestre (1921), p. 359-386; TORRES BALBÁS, Leopoldo, «El barrio de casas de la Alcazaba malagueña», en *Al-Andalus*, vol. 10, 2 (1945), p. 396-409; ALMAGRO GORBEA, Antonio, «La mezquita mayor de Tremecén y la cúpula de su maqṣūra», en *Al-Qanṭara. Revista de Estudios Árabes*, vol. 36, 1 (2015), p. 199-257; CRESSIER, Patrice; ERBATI, Larbi, «Note sur la forteresse almoravide du Tāsgimūt», *Archéologie Islamique*, 8-9 (1998-1999), p. 55-66; ROBINSON, Cynthia, «Emanationist Thought and the Almoravids: Patronage, Power and the Pierced Stucco Dome of Tlemcen», en D. J. ROXBURGH (ed.), *Envisioning Islamic art and architecture: essays in honor of Renata Holod*, Leiden, Brill, 2014, p. 22-45; TABBAA, Yasser, «Andalusian Roots and Abbasid Homage in the Qubbat al--Barudiyyin in Marrakech», en *Muqarnas*, 25 (2008), p. 133-146; BASSET, Henri y TERRASSE, Henri, *Sanctuaires et forteresses almohades,* Paris, Maisonneuve et Larose, 2001; EWERT, Christian, *Forschungen zur almohadischen Moschee. II. Die Moschee von Tinmal.* Mainz am Rheim, Verlag Philip von Zabern, 1984; EWERT, Christian, «The mosque of Tinmal (Morocco) and some new aspects of Islamic architectural typology», en *Proceedings of the British Academy, n.° 72*, 1986; JIMÉNEZ, Alfonso, *La Giralda*, Sevilla, Aresbank, Banco Árabe-Español, 1995; VALOR PIECHOTTA, Magdalena; VILLAR, José Luis; RAMÍREZ DEL RÍO, José, *Los Almohades: su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el sur de al-Andalus*, Sevilla, Consejería de Relaciones Institucionales, 2004; CRESSIER, Patrice; FIERRO, Maribel; MOLINA MARTÍNEZ, Luis, *Los almohades: problemas y perspectivas*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Vol. 1, 2005; VALOR PIECHOTTA, Magdalena, *Sevilla Almohade*, Sevilla, Sarriá, 2008.

[3] TERRASSE, Henri, «La reviviscence de l'acanthe dans l'art hispano-mauresque sous les Almoravides», en *Al-Andalus*, vol. 26, fasc. 2 (1961), p. 426-435; CRESSIER, Patrice, «Chapiteaux almoravides du Maroc: renaissance ou chaînon manquant?», en M. MÜLLER-WIENER; Ch. KOTHE; K. H. GOLZIO; J. GIERLICHS (ed.), *Al-Andalus und Europa. Zwischen Orient und Okzident*, Petersberg, University of Bonn, 2004, p. 243--250; EWERT, Christian, *Forschungen zur almohadischen Moschee*, Lieferung 4: die Kapitelle der Kutubiya, Mainz am Rheim, Verlag Philip von Zabern, 1984; EWERT, Christian, «Arte andalusí en Marruecos: los capiteles almohades de la Kutubiyya de Marrakech», en *Actas del 1er Congreso de Arqueología Medieval Española*, Huesca, 1985, vol. 9; NAVARRO PALAZÓN, Julio; JIMÉNEZ CASTILLO, *Pedro*, «La decoración almohade en la arquitectura doméstica: la casa n.° 10 de Siyāsa», en Julio NAVARRO PALAZÓN, *Casas y palacios de al-Andalus. Siglos XII-XIII,* Madrid, Lunwerg, 1995, p. 117-137; MARTÍNEZ NÚÑEZ, María Antonia, «Epigrafía y propaganda almohades», en *al-Qantara*, vol. 18, fasc. 2, 1997.

otra dinastía. En estos trabajos tradicionales, ha prevalecido la idea de que la irrupción almohade en el Occidente islámico supuso una brusca ruptura con el movimiento anterior, tanto desde el punto de vista histórico como desde el artístico y cultural, centrándose en la idea de oposición entre ambos.

En este contexto, los aspectos complementarios entre almorávides y almohades han sido dejados de lado, especialmente desde el punto de vista artístico, donde siempre se han resaltado los aspectos novedosos y de ruptura introducidos por los Unitarios con la creación de su Califato. Si bien es cierto que el arte y la arquitectura almohades en algunos aspectos resultan altamente innovadoras, muchas de sus soluciones artísticas y arquitectónicas beben directamente de algunos elementos que ya habían sido introducidos o desarrollados por los almorávides durante la primera mitad del siglo XII –que, paradójicamente, en la mayoría de los casos, éstos habían introducido en su arte como un medio de propaganda política y religiosa frente al avance del movimiento almohade.

De este modo, el propósito de este trabajo es analizar qué elementos del arte islámico occidental fueron utilizados por vez primera durante la época almorávide, o fueron ampliamente desarrollados por esta dinastía bereber, y cómo evoluciona su uso durante la época almohade. Para ello, hemos partido del análisis de los vestigios almorávides y almohades conservados tanto en el Norte de África como en al-Andalus, para concretar qué elementos introducidos por los primeros tuvieron cierta continuidad durante la época almohade, y hemos seguido su evolución durante este periodo, contemplando también los cambios de significado y uso que pudieron tener estos elementos.

En este contexto, resulta fundamental tomar como punto de partida el análisis del territorio gobernado por ambas dinastías. En el caso almorávide, por vez primera se consigue la unidad política y religiosa de ambas orillas del Estrecho de Gibraltar, llegando a dominar un Imperio que abarcaba desde Mauritania hasta Zaragoza en su momento de máxima expansión (Fig. 1). Durante el Califato almohade, este territorio fue modificado, con una mayor expansión hacia el Este, llegando hasta los territorios de Ifriqiyya (actual Túnez), pero reduciendo sensiblemente sus dominios hacia el Sur y el Norte, con la pérdida de control del Tajo en el caso andalusí, así como de los territorios al Sur del Atlas en el caso africano (Fig. 2). Gracias a la unidad territorial experimentada en el Norte de África y al-Andalus bajo el gobierno de sendas dinastías, los fenómenos de introducción de nuevos elementos artísticos y de su continuidad durante la etapa posterior pueden observarse en ambas orillas del Estrecho de Gibraltar, siendo muestra de la unidad cultural entre el Magreb y la Península Ibérica durante los siglos XII y XIII.

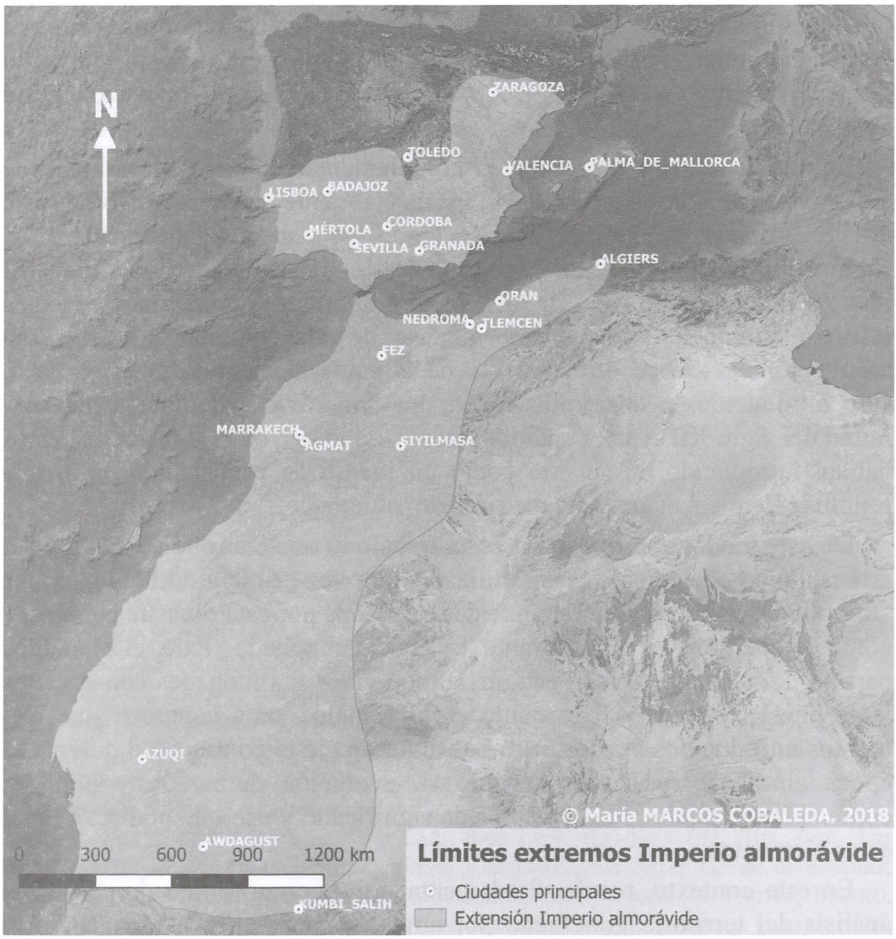


Fig. 1 – Límites extremos del Imperio almorávide entre 1116 y 1118.
Fuente del mapa de base: Google Satellite. Autora: María MARCOS COBALEDA.

2. Contribuciones de los almorávides al arte y la arquitectura islámicos en Occidente

Tradicionalmente, las aportaciones de los almorávides al arte y la arquitectura islámicos no han sido tenidas en cuenta en la historiografía, donde se presentaba una imagen de los beréberes como un pueblo rigorista, más preocupado por la ortodoxia religiosa[4] y las cuestiones militares[5] que

[4] VIGUERA MOLINS, María Jesús, «Las dinastías norteafricanas: almorávides y almohades (siglo XI-XIII)», en Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ (coord.), *Cuadernos de*

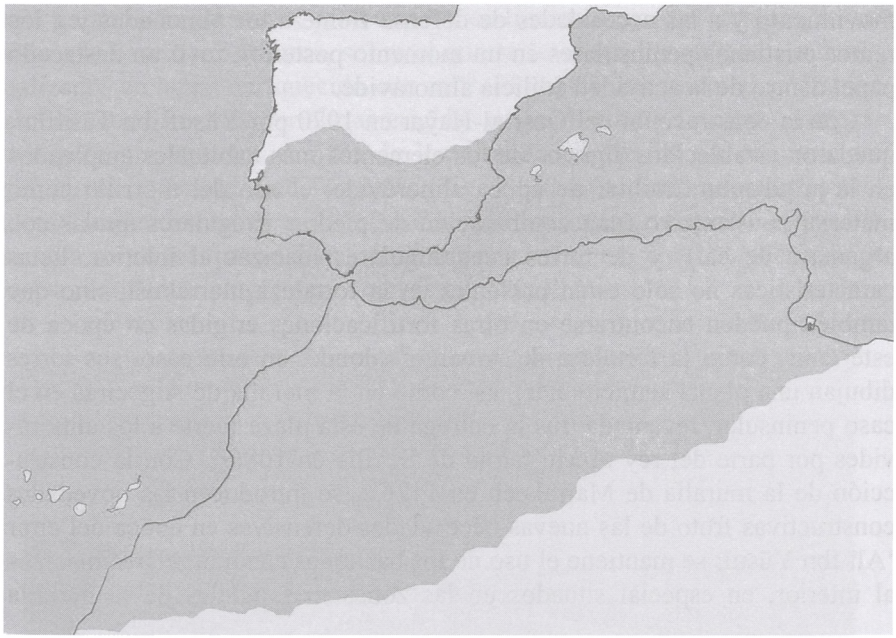


Fig. 2 – Límites del Califato almohade. Autora: Dolores VILLALBA SOLA.

por los aspectos relacionados con la estética y las artes. No obstante, un análisis detenido de las construcciones almorávides conservadas lleva a pensar que esta visión tradicional no es más que una aproximación parcial a lo que fue la realidad almorávide, donde se creó una estética propia ligada a una simbología concreta relacionada con los aspectos de la supremacía política y religiosa frente a los almohades, que encontró en las artes una magnífica vía de propaganda[6]. No obstante, es cierto que la arquitectura

trabajo de Historia de Andalucía II. Al-Andalus, Sevilla, Junta de Andalucía, 1997, p. II.

[5] BOSCH VILÁ, Jacinto, *Los Almorávides*, Granada, Universidad de Granada, 1956 (reedición 1990), p. 62; VIDAL CASTRO, Francisco, «La expansión en el Magreb y al-Andalus», en *Mauritania y España, una historia común. Los almorávides, unificadores del Magreb y Al-Andalus (siglos XI-XII)*, Granada, Fundación El Legado Andalusí, 2003, p. 84.

[6] MARCOS COBALEDA, María: «En torno al arte y la arquitectura almorávides: contribuciones y nuevas perspectivas», en María MARCOS COBALEDA (coord.), *al-Murābiṭūn (los almorávides): un Imperio islámico occidental. Estudios en memoria del Profesor Henri Terrasse*, Granada, Patronato de la Alhambra y Generalife, 2018, p. 335.

militar, ligada a la importancia de la expansión territorial inicial para el movimiento y a las necesidades de defensa frente a los almohades y a los reinos cristianos peninsulares en un momento posterior, tuvo un destacado papel dentro de la actividad edilicia almorávide.

Con la construcción del Qaṣr al-Ḥaŷar en 1070 por Yūsuf ibn Tāšufīn[7], quedaron establecidos algunos de los elementos más habituales empleados en la arquitectura militar de época almorávide: el uso del morrillo como material constructivo (una combinación de piedras irregulares unidas con argamasa de cal)[8] y de torres cuadrangulares macizas al interior. Estas características no sólo están presentes en la fortaleza marrākušī, sino que también pueden encontrarse en otras fortificaciones erigidas en época de este emir, como la fortaleza de Amergo[9] (donde, en este caso, sus torres dibujan una planta semicircular), así como en la muralla de Algeciras en el caso peninsular, levantada tras la entrega de esta plaza fuerte a los almorávides por parte del rey al-Mu'tamid de Sevilla en 1086[10]. Con la construcción de la muralla de Marrakech en 1126[11], se introducen las novedades constructivas fruto de las nuevas necesidades defensivas en época del emir 'Alī Ibn Yūsuf: se mantiene el uso de los bastiones cuadrangulares macizos al interior, en especial situados en las zonas más débiles de la muralla

---

[7] IBN 'IḎĀRĪ, *al-Bayān al-Mugrib: nuevos fragmentos almorávides y almohades*, traducidos y anotados por Ambrosio Huici Miranda, Valencia, Gráficas Bautista, 1963, p. 40.

[8] PANIAGUA SOTO, José Ramón, *Vocabulario básico de arquitectura*, Madrid, Cuadernos Arte Cátedra, 2005, p. 222.

[9] Aunque tras la publicación en 2010 del artículo de Manuel Acién Almansa sobre la fortaleza de Amergo (ACIÉN ALMANSA, M. «La fortaleza de Amergo (Marruecos) ¿Otro ejemplo de influencia hispánica en el Magreb?», *Cuadernos de Madinat al-Zahra: Revista de difusión científica del Conjunto Arqueológico Madinat al-Zahra*, n.º 7 (2010), p. 199-217), en el que el autor propone adelantar su construcción, se ha discutido mucho la cronología de esta fortaleza, después de un estudio detallado de las fuentes documentales en las que aparece mencionada, proponemos mantener su tradicional adscripción almorávide. Para más detalles sobre esa cuestión, es posible consultar el artículo MARCOS COBALEDA, María, «Restos materiales del papel de Algeciras en la conquista almorávide de al-Andalus», en Adelaide MILLÁN DA COSTA, Amélia AGUIAR ANDRADE, Catarina TENTE, (ed.), *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais – Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2017, p. 170-171.

[10] IBN SIMĀK, *al-Ḥulal al-Mawšiyya, Crónica árabe de las dinastías almorávide, almohade y benimerín*, trad. Ambrosio Huici Miranda, Tetuán, Editorial Marroquí, 1951, p. 66.

[11] IBN 'IḎĀRĪ, *al-Bayān al-Mugrib: nuevos fragmentos almorávides y almohades*, p. 168-169; IBN SIMĀK, *al-Ḥulal al-Mawšiyya, Crónica árabe de las dinastías almorávide, almohade y benimerín*, p. 115-116.

(junto a las puertas), se generaliza el uso del acceso en recodo simple[12], para garantizar una mayor protección y se limita el uso del morrillo, reservado a la base de los muros, sobre el que se levantan los paños de muralla realizados en tapial enriquecido con cal[13]. El uso de este material se empleó también en la línea de fortalezas erigidas entre el Atlas y la capital almorávide para prevenir los ataques de los almohades, de las que el principal ejemplo es la fortaleza de Tāsgimūt (Fig. 3). En ella, junto a las torres y el acceso realizados en morrillo, se conservan los arranques de los lienzos de muralla sobre los que se disponía el tapial[14], así como algunos paños de su qaṣba, realizados íntegramente con este material[15].

Fig. 3 – Restos del acceso y la muralla de la qaṣba,
Fortaleza de Tāsgimūt. Fotografía: María MARCOS COBALEDA.

[12] ALLAIN, Charles; DEVERDUN, Gaston, «Les portes anciennes de Marrakech», en *Hespéris*, tomo 44, 1.° y 2.° trimestres (1957), p. 85-87.

[13] LEÓN AFRICANO, Juan, *Descripción general del África y de las cosas peregrinas que allí hay*, Granada, Fundación El Legado Andalusí, 2004.

[14] BASSET, Henri; TERRASSE, Henri, «Sanctuaires et forteresses almohades (suite). Le ribāṭ de Tiṭ. Le Tasghimout», en *Hespéris*, tomo 7, 2.° trimestre (1927), p. 160.

[15] ALLAIN, Charles; MEUNIE, Jacques, «Recherches archéologiques au Tasghimout des Mesfouia», en *Hespéris*, tomo 38, 3.° y 4.° trimestres (1951), p. 385, 396.

Como resultado de la unión territorial de ambas orillas del Estrecho de Gibraltar, los almorávides también realizaron obras militares en la Península Ibérica. Esta intención constructiva en suelo peninsular está presente desde la primera llegada de los beréberes, como se ha visto en el caso de la cerca de Algeciras, y continúa durante el gobierno de ʿAlī Ibn Yūsuf, momento en que se realizaron reparaciones y nuevas construcciones militares en las principales ciudades andalusíes tras la incursión de Alfonso I el Batallador en al-Andalus en 1125-1126. De estas obras tenemos noticias en las fuentes árabes, como, por ejemplo, en el caso de Granada:

> «*Los charlatanes de vigilancia y algunos albañiles, la noche de la riada, no acabaron los cimientos ni levantaron los contrafuertes, y en el más corto espacio se derrumbó [la muralla] y desplomó gran parte de ella sobre la vecindad por la parte de Bāb al-Rambla y Bāb Ilbīra, y pereció un número que no se cuenta y se multiplicaron las reclamaciones contra la edificación y su ejecutor*»[16].

Fig. 4 – Lienzo de muralla desde la Puerta de Elvira. Fuente: detalle de la *Plataforma* de Ambrosio de Vico.

[16] Ibn ʿIḏārī, *al-Bayān al-Mugrib: nuevos fragmentos almorávides y almohades*, p. 171.

Por las representaciones conservadas de parte de este lienzo de muralla en la *Plataforma* de Ambrosio de Vico (Fig. 4), pueden verse varias torres cuadrangulares, habiéndose documentado gracias a las excavaciones arqueológicas de los últimos años que eran macizas en su interior[17], como solía ser habitual en este periodo.

Más allá de las construcciones militares, los almorávides introdujeron o desarrollaron varios elementos decorativos y tipologías arquitectónicas, que fueron mantenidas posteriormente tanto en la arquitectura almohade como en la arquitectura islámica occidental, teniendo algunos de estos elementos un gran desarrollo posterior. Entre estas tipologías, podemos incluir 1) el uso de patios de crucero –de lo que es testigo el pequeño riyāḍ del Palacio de ʻAlī Ibn Yūsuf, construido en la primera mitad del siglo XII y documentado durante las excavaciones arqueológicas llevadas a cabo en el solar de la primera Kutubiyya por J. Meunié y H. Terrasse en los años 50 del siglo XX-[18]; 2) la epigrafía cursiva con carácter monumental –siendo el ejemplo almorávide más antiguo el de la Qubbat al-Bārūdiyyīn de Marrakech[19] y estando presente posteriormente en todas sus construcciones y en épocas posteriores, alcanzando un grandísimo desarrollo; 3) la generalización del uso de los *muqarnaṣ* en sus edificios principales[20] –desde los

[17] ÁLVAREZ GARCÍA, José Javier, «La muralla islámica del Monasterio de la Encarnación. Granada. 2004/2005», en *Anuario Arqueológico de Andalucía. 2004.1. Granada*, Sevilla, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 2009, p. 1409.

[18] MEUNIE; TERRASSE, *Recherches archéologiques à Marrakech*, p. 29.

[19] MARCOS COBALEDA, María, *Los almorávides: arquitectura de un Imperio*, Granada, Universidad de Granada – Casa Árabe Madrid, 2015, p. 154.

[20] El uso de los *muqarnaṣ* no es exclusivo de la arquitectura almorávide. Este elemento nació en Oriente, seguramente en Iraq (TABBAA, Yasser, *The Transformation of Islamic Art during the Sunni Revival*, Seattle-London, University of Washington Press, 2001, p. 104), a finales del siglo IX o inicios del siglo X, extendiéndose a partir de ahí al Mediterráneo. Los ejemplos más antiguos de *muqarnaṣ* documentados en el Occidente islámico son los localizados en las construcciones de la Qaṣba de los Banū Ḥammād (Argelia), cuya cronología se está retrasando en los últimos años a las obras realizadas en la Qaṣba a inicios del siglo XII (CARRILLO CALDERERO, Alicia, *Compendio de los muqarnas: génesis y evolución*, Córdoba, Servicio de publicaciones de la Universidad de Córdoba, 2009, p. 26), es decir, a un momento coetáneo a la época almorávide. A pesar del ejemplo aislado de la Qaṣba de los Banū Ḥammād, los almorávides se convierten en los difusores de este elemento en el Mediterráneo occidental, alcanzando sus *muqarnaṣ* un grandísimo desarrollo en sólo diez años, desde los primeros ejemplos de la Qubbat al-Bārūdiyyīn en Marrakech en 1125 hasta las grandes bóvedas y cúpulas de la Mezquita al-Qarawiyyīn de Fez, construidas en 1136-1137 (TERRASSE, *La mosquée al-Qaraouiyin à Fès*, p. 19). Para un análisis detallado sobre el papel de los almorávides como introductores de los *muqarnaṣ* en el Occidente islámico y su relación con la Qal'a, véase MARCOS COBALEDA, María; PIROT, Françoise, «Les muqarnas dans la Méditerranée

ejemplos almorávides más antiguos localizados en la Qubbat al-Bārūdiyyīn de Marrakech hasta los más desarrollados en la Mezquita al-Qarawiyyīn de Fez; 4) la construcción de las denominadas "Masāŷid al-Ŷanā'iz" –espacios característicos de la época almorávide construidos junto a sus aljamas a partir de las fatwà-s sobre las oraciones por los difuntos emitidas por el qāḍī 'Iyyāḍ e Ibn Rušd al-Ŷadd[21]-; 5) el uso de los salmeres en forma de S en el arranque de algunos arcos (siendo los ejemplos más representativos los de la Mezquita al-Qarawiyyīn de Fez); y 6) la generalización del arco túmido o de herradura apuntado –elemento muy difundido no sólo en la arquitectura almorávide, sino también en otras artes (de lo que es muestra el minbar de la Gran Mezquita de Argel) y de una gran proyección posterior.

Una de las construcciones almorávides que mejor representa las nuevas incorporaciones a la arquitectura islámica occidental llevadas a cabo por los beréberes es la Qubbat al-Bārūdiyyīn de Marrakech (Fig. 5), construida en 1125[22] como pabellón de abluciones de la aljama almorávide de la capital del Imperio. Es importante incidir en el destacado papel de esta construcción, dada su pertenencia a la mezquita principal del Imperio, por lo que el emir 'Alī Ibn Yūsuf encontró en ella el soporte idóneo para introducir todas las novedades que conformarían la estética almorávide: además de la gran riqueza decorativa presente en la qubba, con la variedad de arcos (donde puede verse la utilización del arco túmido tanto en los grandes vanos de la parte inferior como en los abiertos en la parte baja de la cúpula para permitir su iluminación) y la exuberancia de las yeserías vegetales, por vez primera esta dinastía utilizó los *muqarnaṣ*, situándolos en las cuatro cúpulas de las trompas, así como en el anillo central bajo la cúpula gallonada. Asimismo, la parte alta de los muros de la qubba, bajo el arranque de la gran cúpula, está recorrido por un friso realizado en caligrafía cursiva, siendo el ejemplo almorávide más antiguo donde esta caligrafía se usa con carácter monumental. El empleo de ambos elementos (los *muqarnaṣ* y la cursiva con carácter monumental) hay que relacionarlo con la búsqueda

médiévale depuis l'époque almoravide jusqu'à la fin du XV[e] siècle», *Histoire et Mesure*, n.º 31-2 (2016), p. 20-21.

[21] LINTZ; DELERY; LEONETTI (dir.), *Maroc médiéval. Un empire de l'Afrique à l'Espagne*, p. 204-205, 210. Agradecemos a Maribel Fierro sus indicaciones sobre la fatwà emitida por el qāḍī 'Iyyāḍ con esta misma temática durante la celebración del Workshop Internacional *Dialogues in Late Medieval Mediterranean: between East and West*, celebrado en el Palacio de Carlos V de la Alhambra de Granada los días 13 y 14 de noviembre de 2017.

[22] MARCOS COBALEDA, *Los almorávides: arquitectura de un Imperio*, p. 149.

Fig. 5 – Interior de la Qubbat al-Bārūdiyyīn de Marrakech.
Fotografía: María MARCOS COBALEDA.

constante de legitimidad por parte de los beréberes en el Califato 'Abbasī[23], puesto que hay constancia del uso de sendos motivos en la corte bagdadí desde, al menos, un siglo antes[24].

Esta legitimidad, unida a la imagen de supremacía política y religiosa, se hacía muy necesaria en un momento en que el movimiento almohade se había gestado en las montañas del Atlas y amenazaba la estabilidad del Imperio almorávide. Por ello, el empleo de estos elementos se generaliza a partir de la construcción de la qubba de Marrakech, apareciendo sistemáticamente en las principales construcciones almorávides, como símbolo de una estética propia basada en la intención de transmitir esa supremacía política y religiosa, cada vez más dudosas. La construcción que mejor ejemplifica el desarrollo del modelo creado con la Qubbat al-Bārūdiyyīn es la maqṣūra de la Gran Mezquita de Tremecén, donde se repiten los mismos elementos analizados en Marrakech, perfeccionados y con una mayor complejidad, que, paradójicamente, servirá de punto de partida para algunas de las construcciones almohades posteriores.

---

[23] TABBAA, Yasser, *The Transformation of Islamic Art during the Sunni Revival*, p. 122.

[24] TABBAA, *The Transformation of Islamic Art during the Sunni Revival*, p. 167.

3. Pervivencias y rupturas artísticas entre almorávides y almohades

La expresión artística del califato almohade ha sido tradicionalmente catalogada como rupturista, no sólo con sus predecesores, los almorávides, sino también con la tradición artística islámica, especialmente la andalusí. No obstante, el arte desarrollado por este Califato es el resultado, en gran medida, de la adaptación de la tradición artística almorávide y andalusí a su rigurosa doctrina, lo que llevó a la creación de una nueva estética en la que se observan rupturas, pero también pervivencias y evolución.

La construcción de las bases estéticas y artísticas almohades se encuentra unida indisolublemente a la figura de 'Abd al-Mu'min y a la instauración, por parte de éste, de un Califato[25], convirtiéndose nuevamente el arte en un medio de representación, en este caso del Califato y de su doctrina.

No fue hasta finales de 1147 e inicios de 1148, una vez consolidado el gobierno de los almohades en al-Magrib, tras la conquista de Marrakech, e iniciada la conquista de al-Andalus, cuando se comenzaron a construir las primeras grandes obras promovidas por el Califato. Las dos primeras obras promovidas por orden del califa 'Abd al-Mu'min, en las cuales se fijaron las pautas artísticas unitarias, se encuentran directamente ligadas a la religión, ya que se tratan de la mezquita de la primera Kutubiyya de Marrakech de finales del año 1147 aproximadamente[26] y de la mezquita de Tīnmal, una mezquita funerario-conmemorativa mandada construir al lado de la tumba del creador del movimiento almohade, Ibn Tūmart, y en su honor en el año 1148[27].

La importancia de estas dos obras radica en que deben ser consideradas como las obras de transición entre el arte almorávide y almohade, ya que en ellas las técnicas constructivas, los materiales y las pautas estéticas heredadas tanto de almorávides como del arte andalusí, en especial del periodo omeya, fueron adaptadas para dar respuesta a la doctrina almohade, mezclándose con las características procedentes del arte amazigh propio de las tribus que dieron origen al movimiento unitario[28]. Así, surgiría un nuevo

---

[25] Instauración del Califato por 'Abd al-Mu'min en el año 1133 d. C.

[26] ANÓNIMO, *Kitab al-Istibṣār fī 'aya'ib al-amsar*, editado por 'Abd al-Hamid Sa'ad Zaglul, Casablanca, Dar al-Našar al-Magrebiyat, 1985, fol. 80.

[27] IBN AL-QAṬṬĀN, *Naẓm al-Ǧumām*, Beirut, Dār al-Garb al-Islāmī, 1990, p. 189-190.

[28] VILLALBA SOLA, Dolores, «El califato almohade y la introducción de un nuevo arte», en María MARCOS COBALEDA (coord.), *Al-Murābiṭūn (los almorávides): un Imperio islámico occidental. Estudios en memoria del Profesor Henri Terrasse*, Granada, Patronato de la Alhambra y el Generalife, p. 86; VILLALBA SOLA, Dolores, «Huellas artísticas amazighes en al-Andalus. Siglos XII-XIII», en *Actas do I Fórum Internacional Euroamazigh de Investigación*, Granada, Fundación Euro-Árabe de Granada y Universidad de Granada (en prensa).

arte que a priori presentaba una menor exuberancia ornamental y un trazado visualmente más simple y puro, pero en el que la geometría jugó un papel determinante, dando lugar a algunos de los diseños geométricos más avanzados del occidente islámico.

De esta forma, la arquitectura religiosa fue la que posibilitó la creación de una nueva expresión artística, convirtiéndose las tres primeras mezquitas construidas por los almohades (Kutubiyya de Marrakech, Tīnmal y Tāza)[29] en el nexo de unión entre la pervivencia del arte almorávide en el almohade y de su evolución hasta la construcción de esos nuevos patrones artísticos. El modelo plasmado en las mezquitas unitarias es, sin duda, un compendio de los parámetros heredados de la mezquita omeya de Córdoba, así como de las mezquitas almorávides. De este modo, observamos el uso de la planta rectangular en la que se inserta un patio de abluciones, por lo general también rectangular y único, aunque existen excepciones dentro del mundo almohade, como es el caso de las mezquitas de al-Manṣūr de Rabat y de la Qaṣba de Marrakech[30], que presentan tres y cinco patios respectivamente. No obstante, dichas mezquitas responden a la evolución sufrida dentro del arte almohade durante el califato de Abū Yūsuf Ya'qūb (al-Manṣūr), cuando las construcciones unitarias evolucionan hacia una vertiente más monumental y ornamental, representando el poder del Califato frente al exterior. En cualquier

---

[29] Es necesario aclarar la cronología de estas tres mezquitas, puesto que, contrariamente a lo que se ha afirmado tradicionalmente, la mezquita de Tāza no fue la primera mezquita en ser construida por orden del califa 'Abd al-Mu'min, sino la tercera, según la datación que manejamos actualmente, gracias a los últimos estudios realizados al respecto tras analizar la obra de Ibn al-Qaṭṭān (SEDRA, Driss, «La fondation du ribāṭ de Taza», *Al-Andalus Magreb*, 14, 2007, p. 223, así como VILLALBA SOLA, Dolores, *La senda de los almohades: arquitectura y patrimonio*, Granada, Universidad de Granada-Casa Árabe de Madrid, 2015, p. 80-81). En dicha fuente aparecen varias alusiones a la construcción de Tāza que permiten retrasar su fecha de construcción al año 1153-54, asimismo, se indica que la mezquita de Tīnmal fue creada en conmemoración a al-Mahdī en el año 543 de la Hégira, por lo tanto, el año 1148 d. C., lo que hace de esta mezquita la segunda en ser construida durante el califato almohade. Así, se eliminaría la tradicional cronología que retrasaba la construcción de Tīnmal al año 1153 según lo indicado por Ibn Abī Zar', el cual lo que indica es la ampliación de la citada mezquita durante ese año de 1153, no su fundación: «... *distribuyó entre sus habitantes grandes sumas e hizo construir y ensanchar su mezquita...*» (IBN ABĪ ZAR', *Rawḍ al-Qirṭās*, traducido y anotado por Ambrosio Huici Miranda, Valencia, Imprenta J. Nácher, 1964, p. 388).

[30] Es necesario advertir que no se sabe con seguridad si los cinco patios que componen la mezquita de la Qaṣba de Marrakech forman parte del trazado original almohade. No obstante, la existencia de varios patios en la mezquita de al-Manṣūr de Rabat hace plausible la posibilidad de que el trazado original almohade de la mezquita de la Qaṣba de Marrakech, contemporánea a la de Rabat en el tiempo, incluyese varios patios en la misma.

caso, el modelo de mezquita que permaneció fue el de mezquita de planta rectangular con un patio rectangular bajo el que se levantan los aljibes que abastecen de agua al edificio. Otra de las características de estas mezquitas es la creación de una sala de oraciones con mayores dimensiones que el patio de abluciones. La sala de oraciones se articula por medio de arquerías de arcos túmidos, una tipología de arco característica del periodo almorávide[31]. Asimismo, en el interior de estas salas de oraciones aparecen utilizados, destacando determinados espacios con importante carga simbólica y religiosa, otro tipo de arcos como son los arcos polilobulados, heredados también del periodo almorávide y del arte andalusí, así como los arcos de lambrequines introducidos durante el periodo almohade, arcos estos últimos que fueron transmitidos desde el ámbito religioso hasta el civil y palatino. Un buen ejemplo de ello son las casas almohades localizadas en el yacimiento de Siyāsa en Murcia[32], donde se observa el uso de este tipo de arcos, así como otros elementos como los paños de sebka en viviendas que no pertenecen a la élite de la sociedad almohade. Un elemento este de la sebka que fue introducido en este periodo como el faro guía de los alminares almohades y que fue transferido desde la arquitectura religiosa hacia la arquitectura civil, como demuestran obras como los pórticos de los palacios almohades de la Qaṣba de Sevilla. Unos ejemplos que demuestran cómo los modelos creados por el poder llegaron a la sociedad y fueron adoptados por ésta.

Aunque, sin duda, el elemento más conocido del modelo de mezquita almohade es su estructuración interna en torno a un eje en "T", que fue heredado de la gran mezquita de Qaīrawān por los omeyas de Córdoba y por los almorávides, los cuales transfirieron esta estructura a la cultura almohade. Sin embargo, en realidad, la estructura que organiza las mezquitas unitarias es un eje en forma de "E" invertida que engloba el patio de abluciones (Fig. 6), como ya analizó Christian Ewert[33] en su análisis de las mezquitas de Tīnmal y la Kutubiyya, y que supone una evolución de un elemento de pervivencia anterior.

---

[31] MARCOS COBALEDA, *Los almorávides: arquitectura de un Imperio*, p. 267, 318.

[32] NAVARRO PALAZÓN; JIMÉNEZ CASTILLO, *Siyāsa. Estudio arqueológico del despoblado andalusí (SS. XI-XIII)*.

[33] EWERT, *Forschungen zur almohadischen Moschee. II. Die Moschee von Tinmal*, p. 99. También en EWERT, «The mosque of Tinmal (Morocco) and some new aspects of Islamic architectural typology» p. 136-141.

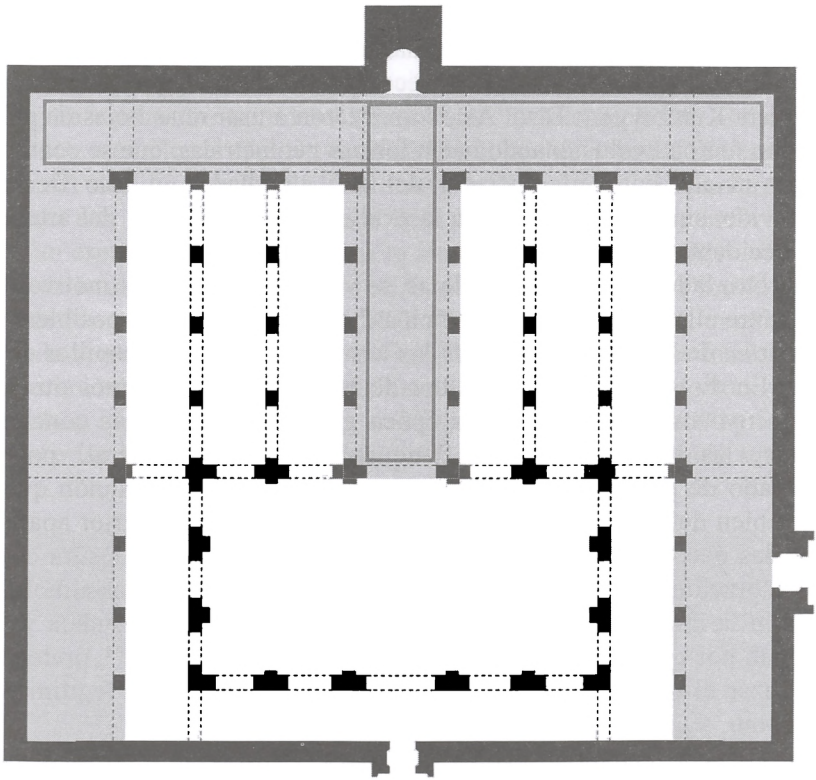


Fig. 6 – Eje en "E", planta de la mezquita de Tīnmal (Marruecos).
Autora: Dolores VILLALBA SOLA.

En lo referente al programa ornamental, en él se puede visualizar de forma bastante clara la herencia almorávide, dado que tanto los sistemas constructivos y decorativos utilizados en las labores de yesería, ladrillo y cerámica, como los patrones decorativos se encuentran directamente unidos a los desarrollados por los almorávides, cuestión que tiene que ver con el hecho de que los arquitectos, alarifes y artesanos que trabajaron en la creación del nuevo lenguaje artístico almohade se habían formado durante el emirato almorávide, y dentro de las técnicas artísticas desarrolladas por éstos, por consiguiente, fueron los encargos de adaptar dichos sistemas a la nueva doctrina. El resultado fue una ornamentación visualmente más austera y tendente a formas geométricas, pero con unos trazados más complejos incluso que los de sus predecesores. Sin ir más lejos, encontramos el caso de la decoración ataurique, en la cual predomina la palma simple, que sigue las líneas directrices de la palma almorávide, aunque sin la labor de trepanado de ésta. De hecho, estas hojas fueron desprendiéndose de los detalles

que las caracterizaban durante el periodo almorávide de forma progresiva dentro de las primeras obras construidas por los almohades, como se observa por los restos conservados de la decoración de las mezquitas de Tīnmal, la primera Kutubiyya y Tāza. Así, comenzaron a usar unas hojas de palma lisas que fueron evolucionando hacia formas geométricas, que se convirtieron en un elemento diferenciador del arte almohade, no sólo frente al almorávide, sino también frente a la exuberancia ornamental del arte islámico occidental precedente.

Por otro lado, esta labor de palmas, se verá completada por motivos florales, entre ellos los denominados "piñas" o "pimientos", que posiblemente se tratarían de la representación de las terminaciones de los capillos de las flores. En directa unión con la labor de ataurique, encontramos otro elemento cuyo uso se remonta a la época griega y romana: las conchas o veneras, las cuales aparecen flanqueadas, por lo general, por un entramado de palmas lisas que la rodean y acogen, composición que ya vemos bien definida en la mezquita de Tīnmal, en cuyo interior aparecen utilizadas decorando el arranque del arco de unión de la maqṣūra con la sala de oraciones, modelo que se repite a lo largo de las obras almohades como en la mezquita de la segunda Kutubiyya, en Bāb al-Oudaïa y Bāb al-Rouah por ejemplo. Estos motivos, según Patrice Cressier[34], pretendían simbolizar el poder del califato y servir como apoyo de la legitimación del mismo.

Otro de los elementos que observamos dentro de la mezquita de Tīnmal, y que en este caso sí fue directamente heredada del periodo almorávide[35], ya que fue introducida por éstos en el occidente islámico, es el uso de los mocárabes. No obstante, su uso dentro del arte almohade se encuentra bastante restringido a determinados espacios, sobre todo religiosos[36], si tenemos en cuenta los vestigios que han llegado hasta nuestros días. Así, encontramos los mocárabes utilizados en los perfiles de los arcos de lambrequines que articulan las maqṣūras de las mezquitas, así como en las cúpulas que cubren los espacios principales frente al muro de la qibla. Por

---

[34] CRESSIER, Patrice, «Les portes monumentales urbaines almohades», en CRESSIER; FIERRO; MOLINA MARTÍNEZ, *Los almohades: problemas y perspectivas*, p. 164-167.

[35] MARCOS COBALEDA, María, «The Garden of Paradise? An Interpretation of Ornamentation in the Almoravid Art», en DITTELBACH, Tomas y SEBESTYÉN, Anges (ed.), *Light Colour Line – Perceiving the Mediterranean. Conflicting Narratives and Ritual Dynamics*, Hildesheim, Georg Olms Verlag, 2016, p. 48.

[36] Se observa el uso reiterado de los mocárabes únicamente dentro de mezquitas hasta la llegada del califato de Abū Yūsuf Ya'qūb (al-Manṣūr) cuando trascienden al ámbito civil, aunque sí es cierto que parece que fueron utilizados de forma más sutil, como se observa en Bāb al-Agnāw (VILLALBA SOLA, *La senda de los almohades: arquitectura y patrimonio*, p. 117-118).

otro lado, también los vemos usados en el interior de alguna de las salas de los alminares, mientras que dentro del emirato almorávide eran utilizadas de forma más profusa a lo largo del eje en "T" de la sala de oraciones, así como para cubrir otro tipo de edificios como los complejos de abluciones, como, por ejemplo, la Qubbat al-Bārūdiyyīn de Marrakech. Sin embargo, dentro del mundo almohade, debido muy posiblemente a la unión de este elemento con las teorías filosóficas del ocasionalismo suní y sufí[37], y por otro a un espíritu rupturista frente a lo almorávide, fueron apenas utilizadas dentro de la nave paralela al muro de la qibla y en el miḥrāb (Fig. 7), espacio, éste último, que había sido tradicionalmente cubierto por cúpulas con forma de venera. De este modo, se visualiza que, ya desde los inicios de la configuración de esta nueva expresión artística, un elemento como son los mocárabes, que a priori, debido a su simbología más cercana a la doctrina suní deberían haber sido rechazados (puesto que se ha demostrado su uso de

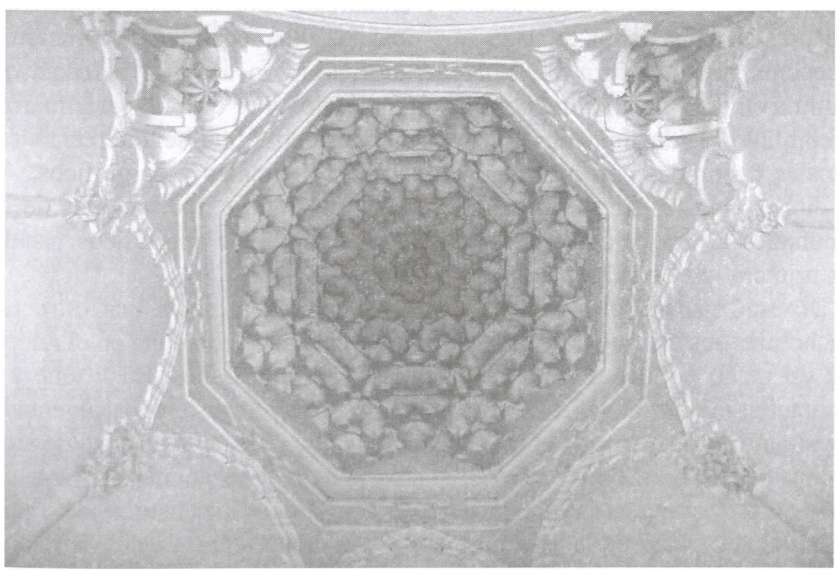


Fig. 7 – Cúpula del miḥrāb de la mezquita de la segunda Kutubiyya (Marrakech, Marruecos). 2011. Fotografía realizada con un permiso especial del Ministerio de Bienes y Asuntos Islámicos y del Ministerio de Cultura del Reino de Marruecos. Fotografía: Dolores VILLALBA SOLA.

[37] MESARITES, Nikolaos, «Muqarnas Vaulting and Ash'ari Occasionalism», en Yasser TABBAA, *The transformation of Islamic Art during the Sunni Revival*, Seattle-London, University of Washigton Press, 2015, p. 103-137.

forma predominante dentro de las sociedades suníes y sufíes, con un claro rechazo en las chiíes)[38], fue heredado y adaptado a la doctrina almohade.

Así, se observa cómo en la construcción del nuevo lenguaje artístico almohade se conjugan elementos heredados y otros de nueva introducción, algo que se puede visualizar de forma clara en el prototipo de miḥrāb que crearon, mucho más austero que los construidos hasta el momento en el occidente islámico. Dicho modelo se basa en un arco de herradura que arranca a partir de un salmer en forma de "S", que ya eran usados por los almorávides. Sin embargo, dichos salmeres fueron adoptados por los almohades, sufriendo un importante desarrollo estético, de hecho pasaron de ser un elemento geométrico a construirse a través de hojas de palmas, las cuales al enroscarse parecen crear la forma de una serpiente, como observamos en las puertas monumentales de Rabat. De ahí, que sean conocidas como salmeres serpentiformes.

Volviendo al modelo de miḥrāb, se compone de un arco de herradura trasdosado por arcos polilobulados y enmarcado por un alfiz geométrico, que presenta una labor de lazo que deja las albanegas sin decoración, a excepción de su centro, que aparece adornado con una flor o roseta que culmina en las ya mencionadas piñas o pimientos. Por último, para finalizar el conjunto, se levanta un friso de vanos ciegos, que se intercalan con celosías decoradas con motivos geométricos, vegetales y epigráficos. Así en dichas celosías fue introducida una de las grandes aportaciones de los almohades al arte islámico occidental: los caligramas epigráficos, usados por primera vez en la mezquita de Tīnmal.

De esta manera, el aspecto exterior del miḥrāb presenta una estructura mucho más austera que las de los anteriores, la cual se completa en el interior con un nicho poligonal cubierto por cúpula de mocárabes. En lo que a la decoración interior se refiere, ésta también es bastante austera, ornamentados únicamente con una banda epigráfica sobre la que se levanta un friso de arcos de hojas polilobulados ciegos, rematados por un friso geométrico con una labor de lazo que guarda directa relación con la del alfiz. Este modelo utilizado con seguridad en la mezquita de la segunda Kutubiyya de Marrakech, fue reproducido muy posiblemente en las diferentes mezquitas del Califato, ya que lo podemos ver copiado en el miḥrāb de la mezquita de al-Manṣūr en Marrakech, de Tāza, de Mértola o en la aljama de Almería.

No obstante, no todos los elementos constitutivos del arte almohade fueron heredados de la tradición artística anterior y transformados para convertirse en señas de identidad de la nueva doctrina. También existe una importante cantidad de novedades que estos aportaron a este nuevo len-

---

[38] MARCOS COBALEDA; PIROT, «Les muqarnas dans la Méditerranée médiévale depuis l'époque almoravide jusqu'à la fin du XVe siècle», p. 21, 23, 28-29.

guaje estético y que no habían sido utilizados con anterioridad a priori. Entre esos elementos, destaca el uso de nuevas fórmulas en los frisos epigráficos de sus miḥrābs, siendo el más antiguo conservado con esta nueva fórmula el de la mezquita de la segunda Kutubiyya. Una inscripción considerada única por Henri Basset y Henri Terrasse, aunque no realizaron una reproducción y traducción de la misma[39], algo que sí hizo Gaston Deverdun[40], indicando que se trataba de una reproducción de la Sūra XXII del Corán. Esta Sūra, que ya fue usada en parte en las mezquitas yemeníes, supuso la introducción de una alusión directa al ŷihād en unión con la práctica de la religión para los almohades. Así, aparecen reproducidas las aleyas 76 y 77 de la Sūra XXII. Asimismo, esta inscripción se encuentra precedida, al igual que ocurre a partir de ella en todas las inscripciones "monumentales" almohades, por tres fórmulas laudatorias, que fueron usadas por primera vez dentro de la epigrafía arquitectónica durante este periodo. Nos referimos a la basmala, la taṣliya y el ta'awwuḏ[41].

Otro de los elementos más representativos del califato almohade no heredado de la tradición artística anterior fue el nuevo modelo de alminar introducido por éstos. Se trata de un prototipo creado en el alminar de la mezquita de la Kutubiyya de Marrakech, dado que la mezquita de Tīnmal adoptó una solución completamente diferente: la de un minarete-miḥrāb[42]

---

[39] BASSET, Henri; TERRASSE, Henri «Les deux Kotobîya», en *Sanctuaires et forteresses almohades*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2001, p. 218-221.

[40] DEVERDUR, Gaston, *Inscriptions arabes de Marrakech*, Rabat, Éditions techniques nord-africaines, 1956, p. 14 y 53.

[41] Basmala: se conoce con este nombre a la fórmula «بسم الله الرحمن الرحيم» –En el nombre de Dios, Clemente y Misericordioso–, que es una de las frases introductorias más conocidas y utilizadas en los epígrafes no religiosos y fundacionales utilizados desde la época ʿabbasí, aunque no fue hasta la época almohade cuando se utiliza precediendo a una inscripción religiosa. La *taṣliya* es una fórmula laudatoria al profeta Muḥammad: «صلى الله محمّد و ال» –Dios bendiga a Mahoma y a su parentela-. En el caso del miḥrāb de la Kutubiyya, se utiliza una fórmula más profusa y declamatoria. El uso sistemático de esta fórmula por los almohades ha sido considerado como un medio de expresar la importancia que otorgaban a la misión profética. El *ta'awwuḏ* es el nombre con el que nos referimos a la innovación más importante que introducen los almohades dentro de las inscripciones monumentales, ya sean religiosas o no, y que era utilizado por los almorávides en inscripciones funerarias, pero nunca dentro de grandes inscripciones monumentales, de ahí su novedad e importancia. La fórmula, muy conocida ahora en el mundo árabe, dado que es recitada antes de nombrar cualquier aleya coránica, consiste en la unión de una invocación a Dios y de una renuncia por así decirlo al demonio: «أعوذ بالله من الشيطان الرجيم» –Me refugio en Dios de Satanás el maldito.

[42] EWERT, *Forschungen zur almohadischen Moschee. II. Die Moschee von Tinmal*, p. 49-50. También en EWERT, «The mosque of Tinmal (Morocco) and some new

que posteriormente no se volvió a usar. Aunque debemos advertir que no existen apenas vestigios de la tipología que seguían los alminares durante el periodo almorávide, no obstante todo parece indicar que el tipo de minarete es una creación de los unitarios. Se trata de una torre cuadrada hueca, con una segunda torre hueca en su interior, entre las cuales se acoplaban las rampas de ascenso. Así fue desechado el sistema de torre cuadrada en torno a un machón central macizo, a partir del cual se encajaban las escaleras, que había predominado en al-Andalus y al-Magrib hasta ese momento. Es más, la utilización de este núcleo hueco permitió insertar una serie de cámaras en su interior, las cuales presentaban, en el caso de las grandes mezquitas aljamas, incluso un programa decorativo similar al del interior de las mezquitas.

En cuanto a su aspecto exterior, su patrón ornamental se basaba en la superposición de arcos ciegos túmidos, polilobulados, de lambrequines y de herradura. Dichas tipologías de arcos son combinados en forma de frisos, normalmente ciegos, llegando a entrecruzarse en algunos casos hasta formar paños de rombos a los que denominamos sebka (Fig. 8). Un modelo que fue heredado por meriníes, hafsíes, nazaríes y por las dinastías cristianas en la Península Ibérica para sus torres campanario mudéjares.

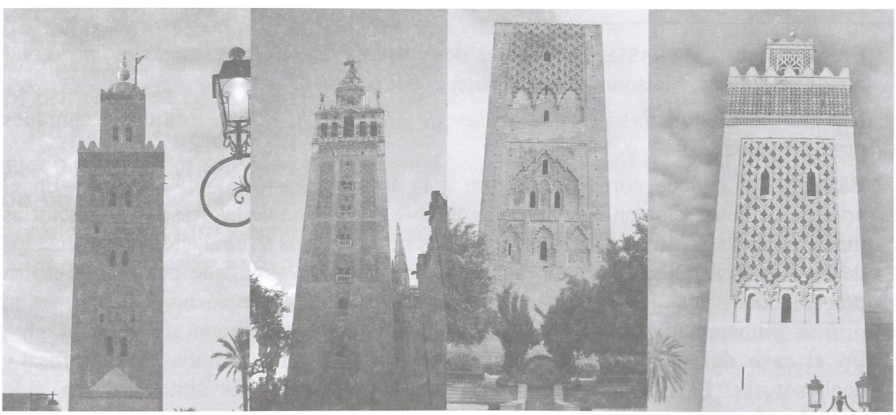


Fig. 8 – Alminares almohades. De izquierda a derecha: alminar de la Kutubiyya de Marrakech (2012), la Giralda de Sevilla (2010), alminar de la mezquita de al-Manṣūr en Rabat (2010) y alminar de la mezquita de al-Manṣūr en Marrakech (2011). Fotografías: Dolores VILLALBA SOLA.

aspects of Islamic architectural typology», p. 121-122, así como en VILLALBA SOLA, *La senda de los almohades: arquitectura y patrimonio* p. 212-215.

Aunque sin duda, uno de los elementos que es una de las señas de identidad del arte almohade es la ya mencionada sebka: un entramado de rombos que se conforma por la prolongación de arcos, normalmente polilobulados, y cuyo trazado evolucionó convirtiéndose en una superposición de trazas geométricas, vegetales y epigráficas dependiendo del ejemplo al que aludamos. Dicho motivo fue usado por primera vez en las mezquitas de la primera Kutubiyya y de Tīnmal, evolucionando tanto en estética como en función a lo largo del periodo almohade[43]. Así, lo vemos utilizado en las mezquitas, tanto en su interior como en su exterior, como en sus alminares, pero también dentro de la arquitectura civil, en palacios y casas. Ejemplos de ello los encontramos en el palacio del patio del Yeso de los Reales Alcázares de Sevilla, en forma de pórtico. Este formato también fue usado en las viviendas que conservamos de la antigua ciudad de Siyāsa[44], aunque también fue utilizado en otro tipo de edificios públicos, como en los baños (nos remitimos pues a los restos conservados en el baño de la Reina en Sevilla)[45].

De este modo, podemos observar, aunque sea de forma breve y esquemática, cómo las soluciones estéticas y materiales del arte almohade revelan una simbiosis entre la pervivencia y la ruptura con respecto a la tradición artística anterior y, sobre todo, almorávide.

4. Consideraciones finales

Como se ha visto en las páginas precedentes, a pesar de lo que en muchas ocasiones se ha transmitido en la historiografía tradicional, tanto los almorávides como los almohades se sirvieron de las artes y la arquitectura como un medio de propaganda política y religiosa. Por ello, a pesar del carácter militar de estas dinastías, ambas realizaron importantes contribuciones en el ámbito del arte islámico occidental, con la incorporación de elementos como los *muqarnaṣ*, la caligrafía cursiva con carácter monumental, los caligramas epigráficos, o la sebka por ejemplo. El uso de estos elementos se generalizó tanto en el Norte de África como en al-Andalus, gracias a la unidad política y territorial del Magreb y la Península Ibérica en esta época, que tuvo como consecuencia la unidad cultural entre ambas orillas del Estrecho de Gibraltar.

Por otro lado, tal y como se desprende de este estudio, a pesar de las diferencias ideológicas remarcables entre almorávides y almohades, hay

---

[43] VILLALBA SOLA, *La senda de los almohades: arquitectura y patrimonio*, p. 212-215.

[44] NAVARRO PALAZÓN; JIMÉNEZ CASTILLO, «La decoración almohade en la arquitectura doméstica: la casa n.° 10 de Siyāsa», p. 117-137.

[45] VV. AA., «Excavaciones en los baños árabes de la Reina Mora (Sevilla)», *Anuario arqueológico de Andalucía*, Sevilla, Junta de Andalucía, 1987, p. 346.

aspectos de la estética almorávide que se mantuvieron en el arte y la arquitectura almohades, aunque siempre amoldados a la doctrina de los Unitarios. Fue precisamente la adaptación de los precedentes sistemas artísticos del Islam occidental a la nueva doctrina de los almohades, junto con la introducción de una serie de nuevos elementos, la que conjugó la creación de una nueva estética que tuvo como resultado la denominada "ruptura artística almohade".

PAISAJES URBANOS DEL GARB AL-ANDALUS EN ÉPOCA ALMOHADE

Christine Mazzoli-Guintard*

Introducción

Plantearse el tema de los paisajes urbanos del Garb al-Andalus en época almohade significa situarse en un momento de la historia urbana del Islam, el que empieza en el siglo XI y ha sido denominado «ciudad de los jinetes» por el marcado carácter militarizado del poder, y también «ciudad identitaria», por la afirmación de la identidad musulmana en estas ciudades[1], que, en términos de paisaje urbano podemos calificar, precisamente, de «ciudad con alcazaba»: el poder se aisla de sus súbditos, residentes en la ciudad ubicada al pie de la alcazaba o alejada de ésta, en un proceso de evanescencia del poder que había surgido en las capitales de los califatos y que fue generalizándose[2]. Más dificultad surge alrededor del Garb al-Andalus, pues cabe distinguir entre el Garb de los medievalistas, que emplean el término para designar lo que será más tarde el reino de Portugal y que hacen inca pié en el carácter marginal, con cierto sentido de autonomía, de este territorio del Islam peninsular[3], y el Garb de los autores del medioevo, que suele

* Université de Nantes, LARA-UMR 6566.

Este trabajo fue realizado en el marco del proyecto *Redes de ulemas andalusíes: estructuras de transmisión del saber y relaciones interpersonales* (FFI201675295P), cuyo investigador principal es Luis Molina.

[1] GARCIN, Jean-Claude, «Le moment islamique», en Claude NICOLET, Robert ILBERT y Jean-Charles DEPAULE (dir.), *Mégapoles méditerranéennes, Géographie urbaine rétrospective*, Paris-Aix-en-Provence-Rome, Maisonneuve et Larose-MMSH-EFR, 2000, p. 90-103, en part. p. 94-97.

[2] MAZZOLI-GUINTARD, Christine, «La citadelle urbaine de l'émirat aux *taifas*: formes, espaces, fonctions (al-Andalus, VIII^{e}-XI^{e} siècles)», en Anne-Marie COCULA y Michel COMBET (ed.), *Château et ville*, Bordeaux, Ausonius, 2002, p. 11-33.

[3] MACIAS, Santiago y GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, «La especificidad del Garb al-

tener un significado geográfico y no político: según al-Rāzī, el Garb, zona de la península donde los ríos fluyen hacia el atlántico, incluye la región de Toledo; al-Marrākušī (1185-dp. 1224), en una conocida fuente sobre los almohades, estipula que «hay cinco etapas desde Sevilla a Silves, en el litoral del océano, y entre ambas, en el Garb al-Andalus, están varias pequeñas ciudades, Niebla, Mértola, Tavira, Loulé, Šantamariyya [Faro][4]». E Ibn Sa'īd al-Magribī (1214-1286) proporciona la más precisa delimitación del Garb: divide al-Andalus en tres zonas, *garb*, centro y *šarq*, y coloca en la primera los reinos (*mamlaka*) de Córdoba, Sevilla, Badajoz, Silves, Beja, Lisboa y Málaga[5]. Según Pascal Buresi e Hicham El Aallaoui, los almohades mantuvieron la estructura administrativa de los almorávides: el Garb conservó su estatuto de provincia hasta su unión, en el año 1157-1158, con la de Sevilla, volviendo a separarse de Sevilla en época de Abū Ya'qūb Yūsuf (1163-1184), aunque hubo a veces un solo gobernador para las dos provincias, separadas, del Garb y de Sevilla[6]. Parece necesario, pues, pensar el Garb en época almohade con un significado geográfico amplio, el de una provincia a veces extendida hasta la región sevillana.

Tras la conquista de Lisboa y Santarém por Afonso Henriques en 1147, el Garb durante la segunda mitad del siglo XII tuvo como límite la línea del Tajo, que constituyó la frontera entre el reino de Portugal y el imperio almohade, frontera siempre "caliente" y en movimiento: entre las dos etapas decisivas de la conquista portuguesa, 1165-1172 –la conquista de una parte importante del Alentejo– y 1217-1250 –de la conquista de Alcácer do Sal a la de Faro–, la pérdida de Silves (1189), tras el fracaso contra Santarém (1184), llevó a los almohades a otorgar más importancia al Garb al-Andalus; empezaron una campaña de obras sin precedentes para reforzar las defensas de este territorio periférico del imperio[7], de tal forma que,

---

Andalus y su expresión en la vajilla almohade», en Patrice CRESSIER, Maribel FIERRO y Luis MOLINA (ed.), *Los almohades: problemas y perspectivas*, Madrid, CSIC, 2006, p. 387-409, en part. p. 389-390. Véase también el título de la obra de PICARD, Christophe, *Le Portugal musulman (VIII^e-XIII^e siècle), L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2000, que sin embargo evoca un Garb más amplio, hasta Mérida y Sevilla.

[4] 'ABD AL-WĀḤID AL-MARRĀKUŠĪ, *Histoire des Almohades*, traduite et annotée par Edmond Fagnan, Alger, A. Jourdan Éd., 1893, p. 317.

[5] MAZZOLI-GUINTARD, Christine, *Villes d'al-Andalus*, Rennes, PUR, 1996, p. 241 sin que podamos saber a qué corresponde esta tripartición de al-Andalus.

[6] BURESI, Pascal, y EL AALLAOUI, Hicham, *Gouverner l'empire, La nomination des fonctionnaires provinciaux dans l'empire almohade (Maghreb, 1224-1269)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2013, p. 57-58. Sobre el gobernador del Garb a principios del dominio almohade, Sidrāŷ b. Wazīr, véase BURESI, Pascal, *La frontière entre chrétienté et Islam dans la péninsule Ibérique*, Paris, Publibook, p. 156-158.

[7] Sobre la historia política de al-Andalus en época almohade y las idas y vueltas de la

como hicieron resaltar Santiago Macías y Susana Gómez, «pertenecen a este período [almohade] (que en el Garb al-Andalus se extendió durante unos escasos noventa años) los principales vestigios urbanos que han sido identificados y excavados en el sur de Portugal. Los trabajos arqueológicos en Mértola, Silves, Cacela Velha y Salir han proporcionado un conjunto de materiales que, desde el punto de vista cuantativo, es más importante que el de cualquier época precedente[8]».

El momento almohade de la historia urbana de la península ibérica ya ha suscitado varios estudios, principalmente de tipo monográfico: Sevilla, con su rango de capital regional, donde «la operación urbanística que tuvo lugar en [...] la segunda mitad del siglo XII fue tan importante que no se puede equiparar más que con intervenciones del pleno siglo XX»[9], dio lugar a numerosos estudios sobre un programa de obras que afectó tanto a la medina, dotada de una nueva mezquita aljama, de una amplia cerca urbana que crearon o ampliaron[10], de nuevos recintos añadidos al espacio palatino, como a la periferia urbana, donde fueron construidos puentes, residencias peri-urbanas y un acueducto, los Caños de Carmona. También fueron temas de monografías más o menos desarrolladas Granada[11], Carmona[12], Jaén[13],

---

frontera, véase VIGUERA MOLINS, María Jesús, «Historia política», en María Jésus VIGUERA MOLINS, *El retroceso territorial de al-Andalus, almorávides y almohades siglos XI al XIII*, Madrid, Espasa Calpe, 1997, p. 73-123. Sobre la especificad fronteriza del Garb en época almohade, véanse MACIAS, y GÓMEZ MARTÍNEZ, «La especificidad del Garb al-Andalus», p. 387-388 y CORREIA, Fernando Branco, «Fortifications et stratégies pour la frontière du gharb al-Andalus en époque almohade», en Stéphane BOISSELLIER e Isabel Cristina F. FERNANDES (ed.), *Entre Islam et Chrétienté, La territorialisation des frontières, XI^e-XVI^e siècle*, Rennes, PUR, 2015, p. 37-60, en part. p. 57-60.

[8] MACIAS y GÓMEZ MARTÍNEZ, «La especificidad del Garb al-Andalus», p. 391.

[9] VALOR PIECHOTTA, Magdalena y TABALES RODRÍGUEZ, Miguel Ángel, «Urbanismo y arquitectura almohades en Sevilla. Caracteres y especificidad», en CRESSIER, FIERRO y MOLINA (ed.), *Los almohades: problemas y perspectivas*, p. 189-222. Más recientemente, véase VALOR PIECHOTTA, Magdalena, «Sevilla, capital de al-Andalus bajo los Almohades», en Gianluigi CIOTTA (ed.), *Al-Andalus (711-1248), Architetture e rinnovamento urbano, Bilancio storiografico e prospettive di ricerca, Atti del Convegno Internazionale (Genova, 17-19 marzo 2015 e 27 maggio 2015)*, Milano, FrancoAngeli Ed., 2017, p. 308-340.

[10] COBALEDA MARCOS, María, *Los almorávides, Arquitectura de un imperio*, Granada, EUG, 2015, p. 678 y VILLALBA SOLA, Dolores, *La senda de los almohades, Arquitectura y patrimonio*, Granada, EUG, 2015, p. 179-192.

[11] MALPICA CUELLO, Antonio, «La expansión de la ciudad de Granada en época almohade. Ensayo de reconstrucción de su configuración», en *Miscelánea Medieval Murciana*, 25-26 (2001-2002), Murcia, p. 67-116.

[12] VIGUERA MOLINS, María Jesús, «Carmona en las épocas de almorávides y almohades»,

Calatrava[14], Málaga[15] con las excepcionales publicaciones dedicadas a Cieza[16], Saltés[17], Córdoba[18] y Lorca[19], mientras otras investigaciones se dedicaron a un grupo de ciudades del bajo Guadalquivir[20], a las ciudades medianas del mismo río, Jerez de la Frontera, Marchena, Niebla, Écija, Carmona, Priego de Córdoba[21] o a propuestas más generales sobre el urbanismo almohade de al-Andalus[22]. El Garb desempeñó un papel importante

---

en *Actas del I Congreso de Historia de Carmona. Edad Media, Archivo Hispalense*, 80 (1997), Sevilla, p. 59-76; VALOR PIECHOTTA, Magdalena, «Las defensas de Carmona», en *Actas del I Congreso de Historia de Carmona. Edad Media, Archivo Hispalense*, 80 (1997), p. 597-634.

[13] SALVATIERRA CUENCA, Vicente, «Crecimiento y transformación urbana. Jaén en época almohade», en *Al-Andalus, País de Ciudades*, Toledo, Diputación Provincial de Toledo, 2007, p. 177-196.

[14] RETUERCE VELASCO, Manuel, «Documentación arqueológica de la ciudad almohade de la meseta: Calatrava», en Ricardo IZQUIERDO BENITO y Francisco RUIZ GÓMEZ (coord.), *Actas del Congreso internacional conmemorativo del VIII centenario de la batalla de Alarcos*, Toledo, Ed. Universidad Castilla-La Mancha, 1996, p. 211-222; HERVÁS HERRERA, Miguel Ángel y RETUERCE VELASCO, Manuel, «La medina de Calatrava la vieja en el siglo XIII. Una primera aproximación», en *Arqueología y Territorio Medieval*, 12-2 (2005), Jaén, p. 147-188.

[15] SALADO ESCAÑO, Juan Bautista y ARANCIBIA ROMÁN, Ana, «Málaga durante los imperios norteafricanos: almorávides y almohades (siglos XI-XIII)», en *Mainake*, 25 (2003), Málaga, p. 69-102.

[16] NAVARRO PALAZÓN, Julio y JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro, *Siyāsa, Estudio arqueológico del despoblado andalusí (ss. XI-XIII)*, Granada, CSIC, 2007.

[17] BAZZANA, André y BEDIA GARCÍA, Juana (dir.), *Excavaciones en la Isla de Saltés (Huelva) 1988-2001*, Sevilla, Junta de Andalucía, 2005.

[18] BLANCO GUZMÁN, Rafael, *La arquitectura doméstica tardo islámica de Qurṭuba (ss. XII-XIII)*, tesis doctoral, Universidad de Córdoba, 2014 <http://hdl.handle.net/10396/12212> [Consultado: 20/04/2017] y «Córdoba y el califato almohade, una lectura arqueológica», en Patrice CRESSIER y Vicente SALVATIERRA (ed.), *Las Navas de Tolosa, 1212-2012, Miradas cruzadas*, Jaén, Ed. Universidad de Jaén, 2014, p. 499-513.

[19] MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, Andrés, *Lorca almohade, Ciudad y territorio*, Murcia, Editum, 2013.

[20] VALOR PIECHOTTA, Magdalena, «Algunas ciudades del bajo Guadalquivir entre 1150 y 1260: Carmona, Écija, Niebla y Sevilla», en *Al-Andalus, País de Ciudades*, p. 133--175.

[21] LÓPEZ GARCÍA, Esteban, «Urbanismo en el valle del Guadalquivir durante el periodo almohade: las ciudades medianas. Aproximación arqueológica a un problema histórico», en Virgilio MARTÍNEZ ENAMORADO (ed.), *Escenarios urbanos de al-Andalus y el Occidente musulmán*, Málaga, Iniciativa Urbana "De toda La Villa", 2011, p. 355-367.

[22] SALVATIERRA, Vicente, «Algunas cuestiones sobre el urbanismo almohade en al-

en esta aproximación al momento almohade de la historia urbana, contando con monografías sobre Mértola[23], Silves[24], Alcácer do Sal[25], Elvas[26], y con estudios comparativos, que examinaron el papel de las ciudades dentro de la frontera en esta época[27] o que estudiaron de manera diacrónica la red urbana del Garb[28], poniendo de relieve el papel militar de ésta[29] o proponiendo un ensayo de caracterización general de la ciudad del Garb a lo largo de la etapa andalusí[30]. La arqueología, la documentación textual y la labor historiográfica[31] nos permiten, pues, esbozar a grandes rasgos los paisajes urbanos del Garb al-Andalus en época almohade, haciendo hincapié en un marcador fundamental de las dinámicas urbanas, el marcador cultural[32]: examinados bajo el enfoque de lugar de expresión del poder[33] o

---

Andalus», en CRESSIER y SALVATIERRA (ed.), *Las Navas de Tolosa, 1212-2012, Miradas cruzadas*, p. 445-463.

[23] MACIAS, Santiago, *Mértola, Le dernier port de la Méditerranée*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2006.

[24] GOMES, Rosa Varela, *Silves (*Xelb*), uma cidade do* Gharb al-Andalus*: a Alcáçova*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2003 y *Silves (*Xelb*), uma cidade do* Gharb al-Andalus*: o núcleo urbano*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2006.

[25] CARVALHO, António Rafael, FARIA, João Carlos y FERREIRA, Marisol Aires, *Alcácer do Sal Islâmica. Arqueologia e História de una Medina do Garb al-Andalus (séculos VIII-XIII)*, Alcácer do Sal, Câmara Municipal de Alcácer do Sal/Museu Municipal Pedro Nunes, 2004, 2ª ed. 2008; LEITÃO, Marta Isabel Caetano, «Alcácer do Sal durante o período muçulmano (IX-XIII)», en *Debates de Arqueología Medieval*, 6 (2016), Granada, p. 209-234.

[26] CORREIA, Fernando Branco, *Elvas na Idade Média*, Lisboa, Ed. Colibri/CIDEHUS-Univ. de Évora, 2013, con un capítulo dedicado a los imperios norteafricanos y a la organización del espacio urbano.

[27] CORREIA, «Fortifications et stratégies pour la frontière du gharb al-Andalus en époque almohade», p. 37-60.

[28] PICARD, *Le Portugal musulman (VIII^e^-XIII^e^ siècle)*, p. 181-220.

[29] CORREIA, Fernando Branco, «La ciudad en el Occidente de al-Andalus. Apuntes para una perspectiva histórico-militar», en MARTÍNEZ ENAMORADO (ed.), *Escenarios urbanos de al-Andalus y el Occidente musulmán*, p. 111-135.

[30] GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, MACIAS, Santiago, y TORRES, Cláudio, «Las ciudades del Garb al-Andalus», en *Al-Andalus, País de Ciudades*, p. 115-132.

[31] Sobre las aportaciones de la arqueología y de la historiografía, véanse las referencias citadas en las notas precedentes. A las fuentes textuales árabes relativas a la época almohade y presentadas en VIGUERA MOLINS, María Jesús, «Historiografía», en VIGUERA MOLINS (dir.), *El retroceso territorial de al-Andalus, almorávides y almohades siglos XI al XIII*, p. 1-37, se suman las fuentes latinas, así el famoso *De Itinere Navali de eventibus de que rebus peregrinis Hierosolymam petentibus MCLXXXIX fortiter*.

[32] Sobre los ulemas, los más claros indicios de la importancia cultural de una pobla-

de indicio para evaluar la evolución económica de la región[34], los paisajes urbanos son un espejo en el que se reflejan todos los componentes de la sociedad que producieron, utilizaron y transformaron sus espacios de vida y revela los modos de funcionamiento de una sociedad, en un momento dado de su historia[35]; dentro de un imperio con capitalidad en Marraquech, el Garb fue una provincia gobernada por los representantes del califa almohade, que se distinguían de los andalusíes por su alteridad beréber, provincia adonde acudía de vez en cuando el mismo califa, que encabezaba sus tropas durante las operaciones militares, teniendo el poder almohade un marcado carácter itinerante[36]. Se trata, pues, de sugerir algunas hipótesis sobre los paisajes urbanos del Garb, a partir de la abundante producción historiográfica que han suscitado las ciudades del occidente de al-Andalus, sin ninguna pretensión de exhaustividad y solamente con el deseo de suscitar reflexiones sobre un momento de la historia urbana del Islam.

1. Dinámicas urbanas del Garb en época almohade

1.1. Una red urbana heredada

Las dinámicas urbanas del Garb en época almohade se desarrollaron dentro de una red urbana heredada; el occidente de la península ibérica casi no se distinguió del resto de al-Andalus y de las demás regiones del imperio: en la península, el gran momento de las fundaciones urbanas pertenece a la época de los omeyas y los almohades, con la excepción de Gibraltar,

---

ción, véase el proyecto dirigido por María Luisa Ávila (CSIC, Granada), *Prosopografía de los Ulemas de al-Andalus*, www.eea.csic.es/pua.

[33] PICARD, *Le Portugal musulman (VIII^e^-XIII^e^ siècle)*, p. 181-246.

[34] PICARD, Christophe, «Le changement du paysage urbain dans le Gharb al-Andalus (X-XII^e^ siècles): les signes d'une dynamique», en Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Séc.s VIII a XIII)*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela/Universidade de Porto, 2005, p. 129-143. Una errata en el título oculta un artículo dedicado a los siglos VIII-XI.

[35] Sobre el interés del historiador por el paisaje, véase ANTOINE, Annie, *Le paysage de l'historien, Archéologie des bocages de l'Ouest de la France à l'époque moderne*, Rennes, PUR, 2000, p. 7-44.

[36] Sobre la itinerancia del califa almohade, indicio de su poder, MARÍN, Manuela, «El califa almohade: una presencia activa y benéfica», en CRESSIER, FIERRO y MOLINA (ed.), *Los almohades: problemas y perspectivas*, p. 451-476; FIERRO, Maribel, «Algunas reflexiones sobre el poder itinerante almohade», en *e-Spania*, 8, 2009, <https://e-spania;revues.org/18653?lang=fr> [Consultado: 13/03/17]; GHOUIRGATE, Mehdi, *L'Ordre almohade (1120-1269), Une nouvelle lecture anthropologique*, Toulouse, PUM, 2014, p. 311-355.

fundada por el califa 'Abd al-Mu'min en el año 1160, no trazaron ciudades nuevas, contentándose con la red urbana anterior. Sus capitales, tanto central, Marraquech, como regionales, Sevilla y Túnez, eran ciudades heredadas y las raras ciudades nuevas fueron fundaciones militares, destinadas a preparar las operaciones militares; en una carta dirigida a los almohades de Granada, el 4 de diciembre del 1159, tras la conquista de Túnez y durante el asedio a al-Mahdiyya, entonces en manos del rey de Sicilia Roger II, escribió el califa: «Le souverain fait savoir à ses correspondants que, bien qu'occupé à porter le *jihâd* dans la partie orientale de l'Afrique du Nord, il n'a pas perdu de vue les affaires d'al-Andalus et qu'il a décidé la construction d'une ville au Jabal T'âriq [...]; il se propose de doter cette fondation d'avantages de toutes sortes et de la rendre inexpugnable[37]». Las importantes obras de construcción de Madīnat al-Fatḥ se desarrollaron entre mayo y diciembre del año 1160[38]; un decenio más tarde, el califa Abū Ya'qūb Yūsuf consolidó el *ribāṭ* que permitía el control del puerto de Salé, donde el primer califa almohade había reunido sus tropas para cruzar el estrecho de Gibraltar, y fue Abū Yūsuf Ya'qūb al-Manṣūr quien ordenó a partir del año 1193 la construcción de una amplia muralla –encerraba 418 ha– y de una mezquita aljama para una ciudad que recibió el nombre de Ribāṭ al-Fatḥ tras la victoria de Alarcos[39].

Por otro lado, la red urbana del Garb en época almohade es un legado de la antigüedad en la gran mayoría de los casos, es decir con excepción de la fundación de Badajoz a finales de los años 880 donde no quedaba casi nada de la sede episcopal de época visigoda[40] o de la regeneración de Alcácer do Sal a partir de la antigua y asolada Salacia a mediados de los años 870[41]; según Susana Gómez, Santiago Macias y Cláudio Torres, «la topografía de las ciudades islamizadas del Garb al-Andalus se superpone a la de las antiguas urbes de finales del Imperio[42]», es decir que predomina, en la

---

[37] LÉVI-PROVENÇAL, Évariste, «Un recueil de lettres officielles almohades», en *Hespéris*, 28 (1941), Rabat, p. 1-80, p. 43-45.

[38] TORRES BALBÁS, Leopoldo, «Gibraltar, llave y guarda de España», en *Al-Andalus*, 7 (1942), Madrid, p. 168-216.

[39] VILLALBA SOLA, *La senda de los Almohades*, p. 241-269.

[40] PICARD, Christophe, «La fondation de Badajoz par 'Abd al-Rahman Ibn Yunus al--Jilliki (fin IX^{e} siècle)», en *Revue des Études Islamiques*, 49-2 (1981), Paris, p. 215-229 y *Le Portugal musulman (VIII^{e}-XIII^{e} siècle)*, p. 192-194.

[41] PICARD, *Le Portugal musulman (VIII^{e}-XIII^{e} siècle)*, p. 194-196; CARVALHO, FARIA y FERREIRA, *Alcácer do Sal Islâmica*; LEITÃO, «Alcácer do Sal durante o período muçulmano (IX-XIII)», p. 218-224.

[42] GÓMEZ MARTÍNEZ, MACIAS, y TORRES, «Las ciudades del Garb al-Andalus», p. 116. Esta continuidad topográfica se da en otras regiones del Islam temprano, así en el Magreb oriental: TOUIHRI, Chokri, «La transition urbaine de Byzance à l'Islam en

historia urbana del Garb, el fenómeno de la continuidad de la implantación de las ciudades, lo que no significa, claro, una continuidad plena y entera, sin cambio ninguno, porque se modificó el equilibrio interno de la red urbana[43]. El estudio de una red urbana debe siempre tener en cuenta las advertencias del arqueólogo Pierre Garmy: «il convient de conserver à l'esprit que tous les pôles sont en interaction permanente au sein d'un territoire dont ils constituent l'armature nécessaire et suffisante à un moment donné de son histoire, sans préjudice des permanences et substitutions, éclipses et déclins, émergences et consolidations au niveau des éléments qui composent cette armature. Mais ces évolutions historiques demandent, elles-mêmes, à être étudiées de manière globale au sein du système, pour distinguer l'anecdotique et le local des tendances de fond qui, toutes choses égales par ailleurs, semblent privilégier le maintien global dans la durée de la forme de distribution des tailles de centres et la persistance du semis dans l'espace[44]».

1.2. Un mundo urbano de ciudades medias, dominado por la ciudad portuaria

En época almohade, la red urbana de al-Andalus, encabezada por una inmensa capital cuyas murallas encerraban unas 280 hectáreas, era macrocefálica y las ciudades del Garb eran ciudades medias o pequeñas: según las cifras proporcionadas por Susana Gómez, Santiago Macias y Cláudio Torres, Badajoz tuvo un área intramuros aproximada de 10 hectáreas, Elvas, Alcácer do Sal, Évora, Beja[45], Mértola, Faro y Silves un área intramuros aproximada de 6 o 7 hectáreas[46], y Almada, Juromenha, Coru-

---

Ifrīqiya vue depuis l'archéologie. Quelques notes préliminaires», en Annliese NEF y Fabiola ARDIZZONE (ed.), *Les dynamiques de l'islamisation en Méditerranée centrale et en Sicile: nouvelles propositions et découvertes récentes*, Roma-Bari, EFR, 2014, p. 131-140.

[43] PICARD, *Le Portugal musulman (VIII^e^-XIII^e^ siècle)*, p. 181-219, que opina en favor de «un réseau urbain largement renouvelé», menciona el ocaso de Mérida, una de las más prósperas ciudades de la península ibérica en época romana, tras la fundación de Badajoz, el papel secundario de Faro, que había sido el gran puerto de la región en época romana, o el desarrollo de Silves tras la conquista del siglo VIII, etc.

[44] GARMY, Pierre, *Villes, réseaux et systèmes de villes, Contribution de l'archéologie*, Paris-Arles, Éd. Errance, 2012, p. 195.

[45] Ambas con un corto momento almohade: Évora fue conquistada por Geraldo Sem Pavor en 1165, Beja en 1172, ésta última evacuada definitivamente por los almohades en 1178 (PICARD, *Le Portugal musulman (VIII^e^-XIII^e^ siècle)*, p. 101-106, 187-190, 197-199).

[46] En Alcácer do Sal, 3,6 hectáreas para la medina según LEITÃO, «Alcácer do Sal durante o período muçulmano (IX-XIII)», p. 218.

che, Moura, Serpa, Aljustrel, Tavira, Cacela Velha y Loulé un área inferior a 5 hectáreas[47]. La muralla de Niebla encerraba unas 16 hectáreas[48], la de Cáceres algo más de 8 hectáreas[49].

En una época marcada por la importancia del hecho marítimo, el califato almohade constituyendo un momento excepcional en cuanto a la política marítima desarrollada por un poder musulmán[50], fue muy frecuente la ciudad-puerto, con desarrollo bipolar en una medina y un arrabal portuario[51], así Tavira, ciudad-puerto con arrabal de pescadores y comerciantes[52] o Mértola, con un arrabal portuario en las proximidades del puerto fluvial, fuera del recinto amurallado[53]. Christophe Picard sitúa en el siglo XI la aparición de una red de ciudades portuarias: mientras que, en el momento de la conquista omeya, los centros importantes están en el interior del territorio, siendo entonces Sevilla, Faro y Lisboa los únicos puertos del Garb, en la época de los reinos de taifas, salvo Badajoz, todas las capitales son ciudades portuarias, Sevilla, Niebla, Huelva-Saltés, Faro, Mértola, Silves[54]. La importancia de la ciudad-puerto en el Garb, que aparece en el siglo XI, sigue en época almohade, en relación con la política marítima del imperio, relacionada con sus actividades tanto belicosas como comerciales. En Saltés, fueron los almohades quienes reforzaron el puerto, con la construcción de una fortaleza que lo protegía[55].

---

[47] GÓMEZ MARTÍNEZ, MACIAS y TORRES, «Las ciudades del Garb al-Andalus», p. 117; MACIAS, *Mértola, Le dernier port de la Méditerranée*, p. 112, p. 131-161.

[48] ROLDÁN CASTRO, Fátima, *Niebla musulmana (s. VIII-XIII)*, Huelva, Diputación Provincial, 1993, p. 239; CAMPOS CARRASCO, Juan Manuel, «El conjunto histórico-artístico de Niebla», en *Bienes, paisajes e itinerarios, revista ph Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, 88 (2015), p. 62-73 <www.iaph.es/revistaph/index.php /revistaph/article/view/3644> [Consultado: 22/04/17].

[49] MÁRQUEZ BUENO, Samuel y GURRIARÁN DAZA, Pedro, «La muralla almohade de Cáceres: aspectos constructivos, formales y funcionales», en *Arqueología y Territorio Medieval*, 10-1 (2003), Jaén, p. 57-118, en part. p. 60.

[50] PICARD, Christophe, «La politique navale des premiers califes almohades: un système de gouvernement et de souveraineté», en CRESSIER, FIERRO y MOLINA (ed.), *Los almohades: problemas y perspectivas*, p. 567-584.

[51] GÓMEZ MARTÍNEZ, MACIAS, y TORRES, «Las ciudades del Garb al-Andalus», p. 124.

[52] CAVACO, Sandra y COVANEIRO, Jaquelina, «O Castelo e o povoado de Tavira. Traços evolutivos do islâmico ao cristão», en Isabel Cristina F. FERNANDES (coord.), *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, Lisboa/Mértola, Ed. Colibri/Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 427-434.

[53] MACIAS, *Mértola, Le dernier port de la Méditerranée*, p. 211-213.

[54] PICARD, *Le Portugal musulman (VIII^e-XIII^e siècle)*, p. 217.

[55] BAZZANA y BEDIA GARCÍA (dir.), *Excavaciones en la Isla de Saltés*, p. 49-53.

Del todo sintomática del papel del mar es la enumeración de las ciudades de al-Andalus por al-Marrākušī: «je vais énumérer maintenant les villes appartenant encore aux musulmans, en disant clairement le nombre d'étapes qui les séparent les unes des autres et leur plus ou moins de proximité de la mer[56]». La descripción que hace de Sevilla también es reveladora de la importancia del puerto en las representaciones y en las mentalidades de los letrados de la época: «Cette ville dépasse toute description et est au-dessus de tout qualificatif. Elle est située au bord d'un grand fleuve qui prend sa source dans la montagne de Segura et qui, grossi par de nombreux affluents, n'y arrive que sous la forme d'une véritable mer; les vaisseaux venant de l'Océan le remontent et viennent jeter l'ancre à la porte même de la ville, qui est distante de l'Océan de soixante-dix milles ou deux étapes. Autrefois capitale des Benoû 'Abbâd, elle devint le séjour des Maçmoûda lorsque ceux-ci passaient en Espagne; c'était de là que partaient leurs ordres, là que résidait leur pouvoir. Ils y élevèrent de grands palais, y amenèrent de l'eau y firent des plantations, et la ville n'en devint que plus belle. Il y a cinq étapes de Séville à Silves, sur le littoral de l'Océan[57]». Al-Marrākušī acabó la redacción de su obra el 23 de *ŷumādà* II 621/11 julio del 1224, cuando ya estaba colocado, sobresaliendo sobre la ciudad, el alminar de la nueva mezquita aljama que nuestro autor, oriundo de Marraquech y que viajó hasta Sevilla en 1208-1209[58], ni siquiera menciona, tan preocupado estaba por el puerto.

1.3. Los marcadores del crecimiento urbano

En los trabajos relativos a las ciudades de al-Andalus en época almohade, vuelve frecuentemente el tema del crecimiento urbano, muy a menudo puesto en relación con la ampliación de los recintos que encerraban las ciudades y que incluían espacios poblados o vacíos: de sobra conocida es la muralla urbana de Sevilla, cuyas obras fueron por cierto acabadas por los almohades, que protegía espacios que sólo fueron urbanizados en un momento avanzado de la baja Edad Media y donde existían en época almohade huertas y palacios[59]. El fenómeno de crecimiento urbano se nota también en ciudades del valle del Guadalquivir,

---

[56] 'ABD AL-WĀḤID AL-MARRĀKUŠĪ, *Histoire des Almohades*, p. 314.

[57] 'ABD AL-WĀḤID AL-MARRĀKUŠĪ, *Histoire des Almohades*, p. 317.

[58] BENHIMA, Yassir, «[1531] Al-Marrākušī, 'Abd al-Wāḥid», en *Biblioteca de al-Andalus*, Almería, Fundación IbnTufayl, 2009, t. 6, p. 512-514.

[59] VALOR PIECHOTTA y TABALES RODRÍGUEZ, «Urbanismo y arquitectura almohades en Sevilla», p. 207.

Jerez de la Frontera, Marchena, Niebla y Écija, donde «es destacable la ampliación de los recintos amurallados incluyendo espacios poco o nada poblados[60]». Igualmente, en Jaén, «los almohades levantarán una nueva muralla [...] que rodeará los barrios construidos [en el siglo XI] y englobará una superficie mucho mayor, que al menos triplicaría la superficie abarcada por la primitiva [romana, reforzada en época omeya][61]» y que «englobó un espacio mucho más extenso del necesario, quizá en previsión del crecimiento de la ciudad, pero quizá también para poder disponer de tierras cultivadas en el interior[62]». El proceso de ampliación de la cerca urbana se nota, en el caso del Garb, en Tavira: a pesar de las dificultades que plantean las evoluciones de su trazado, las murallas de la ciudad fueron ampliadas por última vez en época almohade[63]. En Niebla, la muralla de tapial de época almohade triplica el espacio intramuros; en Tejada, la ampliación de la cerca conservada desde época romana duplica el área amurallada[64]. En Mértola, la extensión de la ciudad intramuros no parece haber cambiado desde la alta Edad Media y no parece que la Badajoz almohade fuese más extendida que la ciudad de época aftasí[65]. ¿Así pues,

---

[60] LÓPEZ GARCÍA, «Urbanismo en el valle del Guadalquivir durante el periodo almohade», p. 361. Sobre el crecimiento de Niebla, DE MEULEMEESTER, Johnny, «Fortifications et essor urbain. Expériences d'archéologie extensive de l'Europe du Nord-Ouest appliquées à l'Espagne: l'exemple de Niebla», en Patrice CRESSIER (ed.), *Castrum 8, Le château et la ville, Espaces et* réseaux, Madrid-Rome, Casa de Velázquez-EFR, 2008, p. 177-184.

[61] SALVATIERRA CUENCA, Vicente, SERRANO PEÑA, José Luis y PÉREZ MARTÍNEZ, María Carmen, «La formación de la ciudad en al-Andalus. Elementos para una nueva propuesta», en Patrice CRESSIER y Mercedes GARCÍA-ARENAL (ed.), *Genèse de la ville islamique en al-Andalus et au Maghreb occidental*, Madrid, Casa de Velázquez-CSIC, 1998, p. 185-206; SALVATIERRA, «Algunas cuestiones sobre el urbanismo almohade en al-Andalus», p. 453-454.

[62] SALVATIERRA CUENCA «Crecimiento y transformación urbana. Jaén en época almohade», p. 186.

[63] CAVACO, Sandra y COVANEIRO, Jaquelina, «Um (novo) olhar sobre a Tavira Islâmica», en *Xelb*, 9 (2009), p. 429-443: se fundan sobre el estudio de MAIA, Manuel, «Muralhas islâmicas de Tavira», en *Tavira. Poder e Território*, Lisboa/ Tavira, Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Tavira, 2003, p. 155-162, que no he podido consultar.

[64] GÓMEZ TOSCANO, Francisco y CAMPOS CARRASCO, Juan Manuel, «La ciudad en el suroeste de al-Andalus. Una visión desde la arqueología», en Juan Aurelio PÉREZ MACÍAS (ed.), *El territorio medieval, II Jornadas de cultura islámica*, Huelva, Universidad de Huelva, 2001, p. 137-151, en part. p. 142-143.

[65] VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando, «El urbanismo islámico de la Extremadura leonesa: cuatro pautas de desarrollo», en CRESSIER y GARCÍA-ARENAL (ed.), *Genèse de la ville islamique en al-Andalus et au Maghreb occidental*, p. 159-183, en part. p. 171.

podemos afirmar de manera tajante que «la observación del crecimiento urbano se liga estrechamente a las murallas» como escribe Vicente Salvatierra[66]? La construcción de una nueva y amplia cerca supone siempre, eso sí, un notable esfuerzo económico por parte de la ciudad; en cambio, la muralla no puede ser sistemáticamente considerada como un marcador de la expansión demográfica de la ciudad, porque a veces encierra espacios vacíos, porque a veces protege espacios ya poblados. Además, otros marcadores indican el crecimiento urbano, incluso en ciudades que conservan el mismo perímetro de murallas.

El otro marcador del crecimiento urbano utilizado por los investigadores es la ocupación más notable del espacio, observable en la densificación del hábitat o en la aparición de arrabales; en Córdoba, se nota un «proceso de densificación habitacional» en la Ajerquía, donde se mezclan actividades industriales y viviendas[67] y se originó una nueva expansión al norte y extramuros de la ciudad, documentada por cementerios, sectores artesanales y espacios domésticos, donde los sectores productivos suscitaron el desarrollo de barrios[68]. En Jaén también se nota una intensa ocupación en el exterior de la cerca almohade, alrededor de una industria alfarera en el arrabal de San Ildefonso, con viviendas aisladas o en pequeños grupos, rodeadas de amplios espacios no construidos, en el área de Marroquíes Bajos donde fue reocupado el arrabal abandonado cuando empezó la *fitna*[69]. En el Garb, el crecimiento urbano mediante arrabales ha sido constatado en Mértola, con presencia de un barrio alfarero al norte de la ciudad amurallada[70]; al mismo tiempo, en el barrio almohade de la alcazaba, la compartimentación de los espacios domésticos parece indicar «una progresiva concentración de la población en espacios cada vez más

---

[66] SALVATIERRA, «Algunas cuestiones sobre el urbanismo almohade en al-Andalus», p. 451.

[67] BLANCO GUZMÁN, Rafael, *La arquitectura doméstica tardo islámica de Qurṭuba,* p. 122-144 y «Algunas precisiones sobre la Qurṭuba tardo islámica. Una mirada a la arquitectura doméstica de al-Rabaḍ al-Šarqī», en *Anales de Arqueología Cordobesa*, 19 (2008), Córdoba, p. 293-322, en part. p. 316.

[68] LEÓN MUÑOZ, Alberto y BLANCO GUZMÁN, Rafael, «La fitna y sus consecuencias. La revitalización urbana de Córdoba en época almohade», en VAQUERIZO GIL, Desiderio y MURILLO REDONDO, Juan Francisco (ed.), *El anfiteatro de Córdoba y su entorno urbano, Análisis arqueológico (ss. I-XIII)*, Córdoba, UCO, 2010, p. 699-726; BLANCO GUZMÁN, «Córdoba y el califato almohade, una lectura arqueológica», p. 499-513.

[69] SALVATIERRA CUENCA «Crecimiento y transformación urbana. Jaén en época almohade», p. 187-188 y «Algunas cuestiones sobre el urbanismo almohade en al-Andalus», p. 461-462.

[70] GÓMEZ MARTÍNEZ, MACIAS y TORRES, «Las ciudades del Garb al-Andalus», p. 122.

reducidos[71]». En Tavira, a partir de 1168, la presencia almohade significa un desarrollo de la ciudad, materializado por la construcción de nuevas áreas residenciales, así el barrio del Convento da Graça, provisto de redes de alcantarillado y densamente poblado, y el arrabal extendido desde Bela Fria al antiguo Orfeão[72].

Debemos añadir otro marcador del florecimiento urbano, el desarrollo de la vida cultural que se traduce por el número de ulemas que pasaron o se establecieron en las ciudades[73]. Disponemos ahora de una muy útil base de datos que permite evaluar, para cada población de al-Andalus sea cual sea la época, la importancia de su vida cultural[74]; apoyándonos en ella, podemos volver a la muy sugestiva propuesta de Jacques Le Goff que puso en relación el desarrollo de los conventos de las ordenes mendicantes con la urbanización de la Francia en la Edad Media[75]. En época almohade, el Garb tenía una posición marginal en la vida cultural de al-Andalus: si trazamos una línea desde Mérida hasta Sevilla en el mapa de los lugares con ulemas en esta época, 20 están situados al oeste y 132 al este, es decir que el Garb aparece como el pariente pobre de la vida cultural en relación con el dinamismo cultural del valle del Guadalquivir y del Šarq (Fig. 1). Los primeros datos, en espera de estudios complementarios, proporcionados por la base PUA para las localidades del Garb en época almohade son los siguientes[76]:

---

[71] GÓMEZ MARTÍNEZ, MACIAS y TORRES, «Las ciudades del Garb al-Andalus», p. 121.

[72] CAVACO, y COVANEIRO, «O Castelo e o povoado de Tavira», p. 428.

[73] FIERRO, Maribel y MARÍN, Manuela, «La islamización de las ciudades andalusíes a través de sus ulemas (s. II/VIII-comienzos s.IV/X)», en CRESSIER y GARCÍA-ARENAL (ed.), *Genèse de la ville islamique en al-Andalus et au Maghreb occidental*, p. 65-97.

[74] *Prosopografía de los Ulemas de al-Andalus* (www.eea.csic.es/pua).

[75] LE GOFF, Jacques, «Ordres mendiants et urbanisation dans la France médiévale», en *Annales ESC*, 25 (1970), Paris, p. 924-946.

[76] Los datos son distintos de los que había propuesto hace mucho en MAZZOLI-GUINTARD, Christine, *Villes d'al-Andalus*, p. 332-334, porque aquella primera aproximación procedía únicamente del análisis, por Jesús Zanón, de la *Takmila* de Ibn al-Abbār (*La vida intelectual en al-Andalus durante la época almohade: estudio de la Takmila de Ibn al-Abbār*, tesis doctoral, Madrid, 1991). Por otro lado, presentamos aquí resultados provisionales, en espera de profundizar, volviendo a las fuentes, las relaciones precisas mantenidas entre el ulema y el lugar; habría que volver también sobre la dimensión cronológica, pues emplear la fecha de muerte del ulema no resulta siempre lo más útil: así, con Tavira están relacionados dos ulemas que murieron en el año 1239 (n.° 11174 PUA) y en el 1247 (n.° 10564 PUA), es decir tras la época almohade propiamente dicha, pero que estuvieron activos precisamente durante dicha época.

Lugar (ulemas con cronología): 756/1009-1009/1086-1086/1147-1147/1237
Alcácer do Sal (1): 0-0-1-0
Alcántara (2): 0-0-1-1
Aroche (3): 0-1-1-1
Badajoz (67): 24-16-16-9
Beja (33): 18-0-6-8
Cacela (1): 0-1-0-0
Cáceres (1): 0-0-1-0
Elvas (2): 0-0-0-2
Évora (15): 0-3-6-5
Faro (7): 0-2-3-2
Loulé (1): 0-0-0-1
Marachique (4): 0-0-2-2
Mérida (11): 10-0-0-1
Mértola (2): 0-0-1-2
Niebla (46): 4-3-6-31
Saltés (2): 0-0-1-1
Sevilla (568): 63-132-69-229
Silves (34): 0-2-5-26
Tavira (2): 0-0-0-0
Tejada (2): 0-0-0-2
Tomares (1): 0-0-0-1

Volvemos a encontrar un sistema urbano macrocefálico, dominado por una desmedida capital, con un ratio de 7,4 entre Sevilla y la segunda ciudad por su número de ulemas, Niebla. En cambio, la red urbana es algo distinta: sobresalen dos ciudades bastante importantes y portuarias del Garb meridional, Niebla y Silves, con 31 y 26 ulemas, rodeadas de tres ciudades medias, del Garb central o septentrional, que tuvieron entre 5 y 9 ulemas, Badajoz, Beja y Évora y de una decena de pequeños centros culturales, con 1 o 2 ulemas, Elvas, Mértola, Loulé, Saltés, Marachique, etc. Existió pues en el Garb, como en otras zonas de al-Andalus, la pequeña ciudad, que tantos problemas nos plantean cuando se trata de definirla[77]. Ahora bien, los paisajes urbanos de las ciudades medias y pequeñas de esta red heredada y macrocefálica reflejaban tanto las fuerzas presentes en las mismas ciudades, como los espacios lejanos con los cuales estaban en contacto, dos caras de los paisajes urbanos revelados sobre todo por la arqueología.

[77] Véase por ejemplo MALPICA CUELLO, Antonio, «Las villas de la frontera granadina ¿Ciudades o alquerías fortificadas?», en CRESSIER (ed.), *Castrum 8, Le château et la ville, Espaces et réseaux*, p. 151-173.

Fig. 1 – Mapa de distribución de los ulemas en época almohade (*Prosopografía de los Ulemas de al-Andalus*, María Luisa Ávila (dir.), www.eea.csic.es/pua)

2. Los paisajes urbanos y el orden almohade

2.1. Paisajes urbanos compartimentados: separar a los almohades de los andalusíes

En época almohade, los paisajes urbanos que conocemos están dominados por la alcazaba, separada y aislada de la medina por sus altas murallas, generalmente en posición periférica dentro el espacio urbano[78]; basta con pensar en las alcazabas de Silves, Mértola, Badajoz o en los recintos amurallados de Sevilla que reúnen edificios con carácter militar, así la llamada Casa de la Moneda que parece ser un conjunto de seguridad, y otros con carácter palatino[79]. Silves nos proporciona, mediante la conocida

[78] A excepción de Cáceres, donde la alcazaba ocupaba una zona elevada pero central (MÁRQUEZ BUENO y GURRIARÁN DAZA, «La muralla almohade de Cáceres», p. 61) y, fuera del Garb, de Jaén donde, a media ladera, una residencia del gobernante ocupaba el centro de la ciudad (SALVATIERRA CUENCA «Crecimiento y transformación urbana. Jaén en época almohade», p. 182 y «Algunas cuestiones sobre el urbanismo almohade en al-Andalus», p. 456).

[79] VALOR PIECHOTTA, Magdalena, «Las fortificaciones de Sevilla», en Isabel Cristina F. FERNANDES (coord.), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no*

descripción que hace de ella un peregrino anónimo en el año 1189, la imagen más acabada de una ciudad compartimentada, provista de cuatro conjuntos fortificados, Rovale, Almedina, Coirasce y Alcay, éste último de difícil interpretación[80]. Ocupaba la alcazaba una parte importante del espacio urbano, estimada por Christophe Picard en unos 20 % del área amurallada, 1/5 en Badajoz, 1/6 en Silves[81].

Las alcazabas, legados de los siglos anteriores en el Garb –mientras en Lorca, la muralla de la alcazaba se construyó en el siglo XII y primera mitad del siglo XIII[82]–, fueron reforzadas en época almohade, siendo sin parangón las obras realizadas en la capital, y de sobra conocidos los trabajos llevados a cabo en Badajoz, en los años 1160-1170 y en 1203-1204, o en Silves tras el asedio del año 1189, y de más difícil interpretación cronológica las obras realizadas en la alcazaba de Elvas[83]. El esfuerzo fortificador de la alcazaba no es propio del Garb, sino que se trata de una característica de la presencia almohade: en Córdoba, el Alcázar «recibe una fuerte transformación que lo convierte en una extensa alcazaba de unas 10 Has[84]». Para proteger las alcazabas, se las dotaron de complejos sistemas de entrada –en Silves, la puerta con dos entradas y un patio, de época almorávide-almohade, más un postigo que comunicaba con el exterior[85], en Elvas, la Porta do Templo, en recodo sencillo[86], en Alcácer do Sal, la entrada con triple codo, fechada sin embargo en época almorávide[87]– y de torres albarranas, visibles en Silves, Badajoz, Elvas, etc. Las alcazabas albergaban un espacio habitacional, como los que fueron excavados en

---

Magreb (500-1500), Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Lisboa, Ed. Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2002, p. 319-324, en part. p. 324; VALOR PIECHOTTA y TABALES RODRÍGUEZ, «Urbanismo y arquitectura almohades en Sevilla», p. 201-203. Sobre la arquitectura militar de los almohades, véase el reciente balance de VILLALBA SOLA, *La senda de los almohades*, p. 317-494.

[80] Véanse las nuevas lecturas del texto en CORREIA, «Fortifications et stratégies pour la frontière du gharb al-Andalus en époque almohade», p. 46-54.

[81] PICARD, *Le Portugal musulman (VIII^e^-XIII^e^ siècle)*, p. 235.

[82] MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, *Lorca almohade*, p. 263.

[83] CORREIA, Fernando Branco, «O sistema defensivo da Elvas Islâmica», en FERNANDES (coord.), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, 2002, p. 357-367.

[84] BLANCO GUZMÁN, *La arquitectura doméstica tardo islámica de Qurṭuba,* p. 504.

[85] GOMES, Rosa Varela, «Estruturas defensivas medievais de Silves», en FERNANDES (coord.), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Lisboa, Ed. Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2002, p. 325-336 e *IDEM*, *Silves (*Xelb*), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova*, p. 9-17.

[86] CORREIA, «O sistema defensivo da Elvas Islâmica», p. 360.

[87] LEITÃO, «Alcácer do Sal durante o período muçulmano (IX-XIII)», p. 215-216.

Silves, donde estaba adosado a la torre n° 8 un palacio fundado en la primera mitad del siglo XII y remodelado hasta mediados del siglo siguiente[88], o en Mértola, con un grupo de casas que no pertenecieron a la élite local sino más bien a un grupo de personas más modestas, quizá artesanos o comerciantes[89]. Las alcazabas fueron dotadas de estructuras de almacenaje, aljibes y silos, para permitir la resistencia del gobernador y sus tropas en caso de asedio; en Silves, un monumental aljibe permitía almacenar suficiente agua para abastecer a 1200 personas durante un año y tres enormes silos garantizaban la provisión de granos[90]; en Badajoz, se llevaron a cabo obras de abastecimiento de agua tras el asedio de Geraldo Sem Pavor, primero un pozo y luego una coracha[91].

La presencia de una alcazaba aislada de la medina permitía separar a los gobernantes almohades de la población andalusí: eran militares, movilizaban tropas para el *ŷihād* y necesitaban tener espacios protegidos para albergar a los ejércitos, muy heterogéneos[92], de un califa casi siempre en movimiento; el conjunto fortificado de Cáceres pudo ser un vasto campamento con alcazaba y albacar[93]. Por otro lado, los gobernantes almohades en al-Andalus se enfrentaron a revueltas de las poblaciones: en el año 1147, los abusos de las tropas almohades en Sevilla suscitaron un alzamiento de tres años y «al cabo, en 1150, tropas almohades volvieron a dominar Sevilla, Niebla, Silves, Santa María del Algarve [Faro] y Badajoz[94]». La

---

[88] GOMES, «Estruturas defensivas medievais de Silves», p. 325-336 y *Silves (*Xelb*), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova*, p. 49-84.

[89] MACIAS, *Mértola, Le dernier port de la Méditerranée*, p. 362-407.

[90] GOMES, «Estruturas defensivas medievais de Silves», p. 325-336 y *Silves (*Xelb*), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova*, p. 26-34.

[91] CORREIA, «Fortifications et stratégies pour la frontière du gharb al-Andalus en époque almohade», p. 43.

[92] Sobre la composición de los ejércitos almohades, beréberes masmudíes, árabes, mercenarios cristianos, voluntarios andalusíes del *ŷihād*, MOLÉNAT, Jean-Pierre, «L'organisation militaire des Almohades», en CRESSIER, FIERRO y MOLINA (ed.), *Los almohades: problemas y perspectivas*, p. 547-565, en part. p. 550-555.

[93] MÁRQUEZ BUENO y GURRIARÁN DAZA, «La muralla almohade de Cáceres», p. 97--103. El albacar está presente en la alcazaba de Lorca (MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, *Lorca almohade*, p. 284-296, que lo interpreta como un espacio refugio para la población del entorno rural en caso de peligro). Además, cabe señalar la existencia de un recinto fortificado en lo alto de la Colina de los Quemados, a 300 m de la medina de Córdoba, que pudo alejar las tropas de la ciudad (BLANCO GUZMÁN, *La arquitectura doméstica tardo islámica de Qurṭuba,* p. 504).

[94] VIGUERA MOLINS, María Jesús, «Las reacciones de los andalusíes ante los almohades», en CRESSIER, FIERRO y MOLINA (ed.), *Los almohades: problemas y perspectivas*, p. 704-735, en part. p. 728.

alcazaba no hacía otra cosa que inscribir en altas murallas de tapial «la misma intención de separarse los almohades respecto a los andalusíes», como puso de relieve María Jesús Viguera Molins, subrayando que los almohades incluso perpetuaron sus ritos ancestrales de enterramiento como indican las excavaciones del castillo de Triana y que no dudaron en marcar diferencias religiosas respecto a los andalusíes al purificar la mezquita aljama de Carmona cuando entraron en la ciudad a principios del año 1162, tras recuperar la ciudad aliada con Ibn Mardanīš[95]. En fin, la alcazaba era la expresión física de un poder almohade cuya esencia residía en su dualidad entre «presencia permanente y ubicua» según Manuela Marín[96]; la omnipresencia de la alcazaba en los paisajes urbanos también sugería la dualidad de un poder presente al mismo tiempo por todas partes del imperio.

2.2. Paisajes urbanos identitarios: imponer la marca de los almohades

Resulta muy difícil leer en los paisajes urbanos de al-Andalus la novedad del mensaje religioso difundido por los almohades, su ideal de renovación religiosa y su voluntad de romper con los almorávides: si ponemos aparte la situación de la capital, donde la construcción de una monumental mezquita aljama entre el año 1169 y el año 1198 respondió a razones propagandísticas y de prestigio –la culminación del alminar con tres bolas de oro conmemoró la victoria de Alarcos–, conservamos escasas huellas de la identidad religiosa de los almohades en los paisajes urbanos. Silencian las fuentes escritas la existencia de un programa de construcciones piadosas que no hubieran olvidado poner en favor de los califas y se contentan con mencionar la purificación de las mezquitas por parte de los almohades cuando recuperaban ciudades que estaban en manos de los cristianos o de musulmanes rebeldes a su autoridad[97]. Por otro lado, los vestigios arquitectónicos conservados de la época son escasos, pero dan, eso sí, al Garb un papel importante, con la construcción de la mezquita almohade de Mértola, que sustituyó a otra más antigua y se levantó en una única campaña, a finales del siglo XII o principios del XIII[98], con la ampliación de la mezquita de Niebla y de la mezquita de la alcazaba de Badajoz, con la edificación de los alminares del Aljarafe, en Cuatrovitas,

---

[95] VIGUERA MOLINS, «Carmona en las épocas de almorávides y almohades», p. 68-71 *IDEM*, «Las reacciones de los andalusíes ante los almohades», p. 704-735.

[96] MARÍN, «El califa almohade: una presencia activa y benéfica», p. 466.

[97] CALVO CAPILLA, Susana, *Las mezquitas de al-Andalus*, Almería, Fundación Ibn Tufayl, 2014, p. 142-164 y el caso bien documentado de Carmona en VIGUERA MOLINS, «Carmona en las épocas de almorávides y almohades», p. 59-76.

[98] MACIAS, *Mértola, Le dernier port de la Méditerranée*, p 267-280.

Lerena y Sanlúcar la Mayor[99]. Por fin, ¿cabe suponer, siguiendo a Christophe Picard «que les édifices chrétiens qui restaient, aient été alors transformés pour beaucoup en lieux de culte musulmans. C'est le cas de la mosquée de Villalba del Alcor [entre Niebla et Huelva], peut-être l'une des églises que durent abandonner les mozarabes dès [...] 1126[100]»? En efecto, el momento almohade en el Garb ha sido asociado con la desaparición de las comunidades cristianas y, por lo tanto, con la desaparición de las últimas iglesias: «Si hay una especifidad de la presencia almohade en el *Garb al-Andalus*, ésta parece residir en el eclipse de la importante comunidad mozárabe occidental (o por lo menos su omisión en las fuentes escritas)[101]». Las fuentes, sin embargo, no nos permiten saber hasta qué punto la presencia de los almohades se plasmó desde el punto de vista de la arquitectura religiosa en los paisajes urbanos de las ciudades; sólo podemos constatar el silencio o la voz muy débil de los documentos tanto textuales como arqueológicos al respecto cuando salimos de la capital.

En cambio, los almohades impusieron una marca identitaria muy visible en los paisajes urbanos, que consistió en un programa ornamental que desarrollaron en los tapiales de sus fortificaciones, la decoración conocida como de «falso despiece en sillería»: ha sido bien estudiada por Rafael Azuar Ruiz que realizó un inventario sistemático de las construcciones militares que portan esta decoración y que están presentes en todo al-Andalus; propuso para su realización una horquilla que abarca los años 1180-1212, o sea fundamentalmente la época del tercer califa almohade Abū Yūsuf Ya'qūb al-Manṣūr (1184-1199), cuando los almohades dominaban tanto el Šarq (1172) como el Garb (1191)[102]. Seguimos su presentación para la zona que nos interesa: «En las tierras del Garb al-Andalus se constata de forma extensa la presencia de esta decoración en las alcazabas extremeñas de Cáceres y Badajoz y en los castillos de Magacela,

---

[99] Balance de la investigación sobre estas mezquitas en CALVO CAPILLA, *Las mezquitas de al-Andalus* y VILLALBA SOLA, *La senda de los almohades*.

[100] PICARD, *Le Portugal musulman (VIII^e^-XIII^e^ siècle)*, p. 227.

[101] MACIAS y GÓMEZ MARTÍNEZ, «La especificidad del Garb al-Andalus», p. 388-389. Sobre el tema, véanse PICARD, Christophe, «Les mozarabes dans l'Occident ibérique (VIII^e^-XII^e^ siècles)», en *Revue des Études Islamiques*, 51 (1983), Paris, p. 77-88, MOLÉNAT, Jean-Pierre, «Sur le rôle des Almohades dans la fin du christianisme local au Maghreb et en al-Andalus», en *Al-Qanṭara*, 18-2 (1997), p. 389-413 y SIDARUS, Adel, «Novas perspectivas sobre o Gharb al-Andalus no tempo de D. Afonso Henriques», en *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, Guimarães, Câmara Municipal, 1997, t. 2, p. 247-267.

[102] AZUAR RUIZ, Rafael, «Aspectos simbólicos de la arquitectura militar almohade. El falso despiece de sillería y las bóvedas de arcos entrecruzados», en CRESSIER, FIERRO y MOLINA (ed.), *Los almohades: problemas y perspectivas*, p. 123-147.

Benquerencia de la Serena, Hornachos, Montemolín y Reina. Ya en tierras de Portugal, se ha documentado desde Elvas hasta la alcazaba de Alcácer do Sal; hacia el sur, en Moura, en el Bajo Alentejo, y en el Algarve está presente y se conserva en las fortificaciones de Tavira, Salir, Paderne y en la extrema Silves[103]». Documentada también en la muralla de Sevilla, en la oriental de Niebla, se trata de un verdadero programa ornamental de las fortificaciones, «clara muestra o indicador de que estamos ante obras defensivas estatales que formarían parte de [un] amplio y extenso programa defensivo de arquitectura militar[104]».

Los paisajes urbanos del Garb llevaron, pues, la marca del orden almohade, siendo los principales indicios de la presencia en las ciudades del poder del califato la alcazaba que aislaba a los nuevos gobernantes con respecto a los andalusíes, y un programa ornamental que indicaba la geopolítica almohade. Los paisajes urbanos también llevaron la marca del imperio almohade, de una gran construcción política inserta en el Mediterráneo occidental del siglo XII e inicios del siglo XIII.

3. Los paisajes urbanos y los vecinos del imperio almohade

3.1. Paisajes urbanos amparados en fuertes murallas: la marca de la guerra

La presencia almohade en al-Andalus fue marcada por el ruido de las armas, por un estado casi permanente de guerra: de sobra conocido es el desarrollo del *ŷihād* por parte de los almohades en su lucha contra los almorávides, contra los jefes locales de las segundas taifas, contra los reyes de Castilla, de León y de Portugal; en pocas palabras, como escribió María Jesús Viguera Molins, «a través de las crónicas se capta la violencia con que se produjo, en líneas generales, la ocupación almohade de al-Andalus[105]». En los paisajes urbanos, la guerra se tradujo por un programa de consolidación y reforzamiento de las fortificaciones urbanas, o de edificación de éstas: en época almohade, los paisajes urbanos fueron claramente marcados por las murallas que encerraban el poblamiento y que fueron dotadas de elementos que mejoraban la defensa de la ciudad, torres albarranas, barbacanas –generalizadas por los almohades, a no ser que las introdujeron en la poliorcética andalusí–, corachas, entradas en codo, torres poligonales y torres de

---

[103] AZUAR RUIZ, Rafael y FERNANDES, Isabel Cristina F., «La fortificación del califato almohade», en CRESSIER y SALVATIERRA (ed.), *Las Navas de Tolosa, 1212-2012, Miradas cruzadas*, p. 395-420, en part. p. 403-405.

[104] MÁRQUEZ BUENO y GURRIARÁN DAZA, «La muralla almohade de Cáceres», p. 90-92.

[105] VIGUERA MOLINS, «Historia política», p. 85.

fuerte volumen y tamaño. El notable esfuerzo de guerra que significó el imperio almohade, y que se tradujo en el urbanismo, ha sido subrayado por la investigación, desde los trabajos pioneros de Leopoldo Torres Balbás, hasta las últimas aportaciones de la arqueología[106], de tal forma que disponemos hoy de un muy importante corpus de las estructuras defensivas de época almohade desarrolladas en las murallas de las ciudades.

Para el Garb, basta con recordar las albarranas de Badajoz, Cáceres, Silves, Elvas, Alcácer do Sal, Paderne, Salir, Faro, Tavira, las corachas de Sevilla, Badajoz, Cáceres, Silves, Tavira, Alcácer do Sal o las barbacanas de Sevilla, Elvas, Alcácer do Sal, Paderne, Tavira[107]. El Garb no se distinguió de las demás regiones de al-Andalus, pues en Carmona se llevaron a cabo importantes refecciones en la zona de la Puerta de la Sedía, en el Cenicero, en el alcázar de Arriba y Puerta de Sevilla[108], en Córdoba se fortificó la Calahorra, que protegía el puente, en Jaén se erigió la amplia muralla que protegía el poblamiento desarrollado en el siglo XI, etc. Este esfuerzo de guerra, por otro lado, fue casi incesante, transformando los paisajes urbanos en lugares de obras permanentes donde se daba una febril actividad constructiva: en Sevilla, duró hasta el año 1221 con la edificación de la torre del Oro un movimiento que, además, iniciaron quizá los almorávides; en Silves, las torres albarranas fueron erigidas después de la reconquista de la ciudad por los almohades en el año 1191 y una lápida conmemorativa indica obras en la Porta do Sol en el año 1227[109]; en Alcácer do Sal, la nueva muralla de tapial fue erigida después del año 1191[110], etc. Ahora bien, con este esfuerzo defensivo de las ciudades, ¿cumple el califa con su deber de asegurar el bienestar de las poblaciones de su imperio, actúa en favor del bien común, o se preocupa ante todo de la protección de sus tropas, como lo hace de manera visible cuando construyó los campos militares de Gibraltar y de Aznalfarache[111]? ¿O, más sencillamente, procura recu-

---

[106] Véanse las muy útiles propuestas de Juan ZOZAYA –que tanto hubiera podido seguir escribiendo sobre la poliorcética andalusí–, «Las fortificaciones andalusíes», en Gonzalo M. BORRÁS GUALIS (coord.), *Arte andalusí*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza-IEIOP, 2008, p. 233-257 y el muy reciente balance de AZUAR RUIZ y FERNANDES, «La fortificación del califato almohade».

[107] AZUAR RUIZ y FERNANDES, «La fortificación del califato almohade», p. 406-407.

[108] VALOR PIECHOTTA, «Las defensas de Carmona», p. 611.

[109] GOMES, «Estruturas defensivas medievais de Silves», p. 325-336.

[110] CARVALHO, FARIA y FERREIRA, *Alcácer do Sal Islâmica*; CARVALHO, António Rafael, «Actividade marítima de Qaṣr al-Fatḥ/Alcácer do Sal, no Alentejo litoral (1191-1217): pirataria ou ŷihād marítima contra o reino de Portugal?», en *Actas do 2.º Encontro de História de Alentejo litoral*, 2010, Sines, p. 80-97; LEITÃO, «Alcácer do Sal durante o período muçulmano (IX-XIII)», p. 218-224.

[111] MOLÉNAT, «L'organisation militaire des Almohades», p. 556. Aznalfarache fue construida para albergar las tropas tras Alarcos.

perar el control del territorio[112]? Por otro lado, este programa constructivo supone un gran esfuerzo económico de parte de las ciudades y plantea la cuestión de la financiación de éste, que recaía sobre impuestos que proporcionaron una increíble cantidad de dinero si nos acordamos del amplio corpus de estructuras defensivas de la época, erigidas además en poco tiempo, unos veinte años en Alcácer do Sal o hasta treinta y seis años en Silves.

El ruido de las armas esconde, pues, otro reflejo de paisajes urbanos marcados por sus relaciones con el mundo, tanto el imperio almohade como sus vecinos: el importante esfuerzo defensivo de las ciudades conllevó un incremento de los ingresos fiscales, en un proceso que, además de tomar en cuenta el botín de guerra, debía de añadir tasas extraordinarias a la *zakāt* y que «adapta[ba] la normativa ideal a la realidad económica[113]»; y si los almohades no restablecieron la dura política fiscal de sus predecesores, parece poco probable en cambio que pudieran llevar a cabo un programa constructivo tan importante sin *magārim*, tasas extralegales que afectaban sobre todo las actividades comerciales[114]. Para decirlo de otra manera, el importante esfuerzo defensivo de las ciudades debió de recaer en un desarrollo de las actividades económicas, artesanales y comerciales, de intercambios de productos agrícolas y manufacturados.

3.2. Paisajes de ciudades industriosas: la marca del comercio

El imperio marítimo de los almohades fue un amplísimo espacio de intercambios comerciales sin estorbos extendido desde el Magreb oriental y el Sudán hasta al-Andalus, en relación con el mundo, en particular Pisa, Génova y Venezia; fuentes de distinta índole informan sobre este comercio, algunas conocidas y analizadas desde hace mucho tiempo -los documentos

---

[112] A propósito de la región de Osuna, «solo la acción continuada del califato almohade, que invirtió en reconstruir las ciudades de este territorio una gran cantidad de medios, permitió recuperar el control de la región», según RAMÍREZ DEL RÍO, José, «Documentos sobre el papel de los árabes hilālíes en al-Andalus almohade: traducción y análisis», en *Al-Qanṭara*, 35-2 (2014), Madrid, p. 359-396, en part. p. 374.

[113] MOLINA LÓPEZ, Emilio, «Economía, propiedad, impuestos y sectores productivos», en VIGUERA MOLINS (dir.), *El retroceso territorial de al-Andalus, almorávides y almohades siglos XI al XIII*, p. 211-300, en part. p. 250. Sobre los impuestos ilegales y las dificultades que plantean al historiador, BENHSAIN MESMOUDI, Rajae, GUICHARD, Pierre y DOMÉNECH BELDA, Carolina (coll.), «Biens sultaniens, fiscalité et monnaie à l'époque almohade», en CRESSIER, FIERRO y MOLINA (ed.), *Los almohades: problemas y perspectivas*, p. 585-615.

[114] Las conocemos sobre todo para la época almorávide: MOLINA LÓPEZ, «Economía, propiedad, impuestos y sectores productivos», p. 251.

de las ciudades italianas–, otras descubiertas hace poco –los graffiti dibujados en una torre de la muralla de Alcácer do Sal que representan un gran barco cargado con sal y pescado y trazan las letras de las palabras *baḥr* y *'anbar*[115]. Cabe recordar que el estudio de las actividades comerciales en el Garb en época almohade plantea una dificultad mayor, de orden cronológico: el distinguir entre tiempos almorávides y almohades, pues la ruptura observable en Almería resulta excepcional en la historia de al-Andalus.

La cerámica, en particular, atestigua el desarrollo de la actividad económica, como indican las piezas descubiertas a lo largo de 30 años de excavaciones arqueológicas en Mértola y estudiadas por Susana Gómez[116]: a partir de mediados del siglo XII, Mértola estaba relacionada con tres zonas de intercambios, una local, con objetos que sólo circulaban en el alfoz de la ciudad, otra regional, el suroeste de la península y la última, supraregional, con formas que procedían de la zona oriental de la península; en época almohade, la cerámica del Garb presentaba un grado más alto de especialización funcional y una estandarización de las formas observable en el conjunto de al-Andalus, lo que se puede poner en relación con el comercio o con una difusión de los conceptos[117]. Los datos hoy disponibles permiten, pues, corroborar la hipótesis lanzada hace más de quince años por Christophe Picard cuando contestaba de manera positiva a la pregunta «Le XII^{e} siècle: une période de croissance?»; consideraba indicios del crecimiento de los intercambios tanto la cerámica como la acuñación de la moneda con las cecas de las segundas taifas, y también las descripciones de los cruzados y de los geógrafos árabes[118]. Matizaba su respuesta con los fracasos del siglo XII, entre ellos el intento vano de los almohades de repoblar Beja en el año 1175: «la tentative de repeuplement ne fut donc pas efficace, largement parce que la région de Beja n'offrait plus les moyens humains, depuis longtemps, de mener une telle entreprise; c'est en effet Silves qui fournit les moyens humains et matériels de cette réinstallation[119]». Tras el intento de repoblar Beja, queda patente el dinamismo de una ciudad portuaria a mediados de los años 1170, es decir en plena época almohade.

---

[115] COTTART, Nicole Danièle, «La muraille almohade d'Alcácer do Sal au Portugal. Les graffites (1)», en *Al-Andalus-Magreb*, 19 (2012), Cádiz, p. 187-228.

[116] GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *Cerámica Islámica de Mértola: producción y comercio*, Madrid, UCM, 2006 <http://eprints.ucm.es/7087/> [Consultado: 20/04/2017] y «Mértola e as rotas comerciais do Mediterrâneo no período islâmico», en *Arqueologia medieval*, 11 (2010), Mértola, p. 43-60.

[117] MACIAS y GÓMEZ MARTÍNEZ «La especificidad del Garb al-Andalus», p. 392.

[118] PICARD, *Le Portugal musulman (VIII^{e}-XIII^{e} siècle)*, p. 315-316.

[119] PICARD, *Le Portugal musulman (VIII^{e}-XIII^{e} siècle)*, p. 190.

Los paisajes urbanos de la época almohade fueron marcados, sin duda, por el desarrollo de las zonas portuarias, tanto artesanales –atarazanas- como residenciales –arrabales portuarios–, aunque no resulta siempre fácil situar precisamente en el tiempo, entre almorávides y almohades, estas dinámicas comerciales. Así, en Mértola, el arrabal extendido por el noreste, a menos de cien metros del río Guadiana, que pudo estar precedido por un arrabal tardorromano, data de la época islámica y lo que ha sido fechado en época almohade es un alfar, situado cerca de la muralla urbana[120]. Del puerto de Faro, ubicado frente a la Porta da Vila en época islámica, se sabe que la pleamar tocaba sus murallas y que pudo tener un arrabal de pescadores, al otro lado del puerto, en la actual colina de San Pedro[121]. En Alcácer do Sal, la mayor ocupación del arrabal portuario data de los siglos IX-XI, con cierto despoblamiento en época almohade, debido a la instabilidad política, que desplazó a la población dentro del recinto amurallado[122]. En cambio, «sob a governação almóada, Tavira assiste a um desenvolvimento económico e demográfico sem precedentes»: tras la conquista almohade de 1168, la ciudad, ubicada en una zona estratégica de control de la vía que cruzaba el Algarve, se extendió hasta la orilla del río Gilão[123]. En fin, quizá la situación mejor documentada de un desarrollo de actividades comerciales en época almohade sea Saltés, aunque también con algunas vacilaciones entre almorávides y almohades: la isla, ocupada en época romana, abandonada sin duda en el siglo IV, volvió a mostrar indicios de ocupación poblacional a inicios del siglo X, con un desarrollo continuo de las actividades hasta la época almohade[124]. La alcazaba protegía la punta de la isla y las atarazanas, ubicadas al norte de la fortificación; edificada en una sola campaña de construcción y con reformas posteriores, presenta el famoso falso aparejo típico de la arquitectura almohade[125]. Las estructuras descubiertas corresponden a la época almohade o a sus antecedentes inmediatos, la cantidad del material cerámico más abundante tanto por su cantidad como por su importancia tipológica siendo de época almohade; la actividad metalúrgica, anterior a la época almohade, se desarrolla durante esta época y está presente en el interior de las casas de los siglos XII y XIII, siendo los hornos de fundición talleres de época almohade. Esta actividad metalúrgica era la de un centro productor de elementos polimetálicos que

---

120 GÓMEZ MARTÍNEZ, MACIAS y TORRES, «Las ciudades del Garb al-Andalus», p. 121-122.

121 GÓMEZ MARTÍNEZ, MACIAS y TORRES, «Las ciudades del Garb al-Andalus», p. 123.

122 LEITÃO, «Alcácer do Sal durante o período muçulmano (IX-XIII)», p. 227.

123 CAVACO y COVANEIRO, «O Castelo e o povoado de Tavira», p. 428.

124 BAZZANA y BEDIA GARCÍA (dir.), *Excavaciones en la Isla de Saltés*.

125 BAZZANA y BEDIA GARCÍA (dir.), *Excavaciones en la Isla de Saltés*, p. 49-52.

exportaba sus productos hacia centros más especializados[126].

Se detecta en el Garb en época almohade, pues, un aumento de las actividades comerciales, relacionadas con la cerámica o con la metalurgia, que se observa en otras regiones de al-Andalus, así la alfarería desarrollada en zonas extra-muros en Jerez de la Frontera, Ecija, Priego de Córdoba[127], Jaén o Córdoba. Este incremento de intercambios de productos manufacturados debe ser puesto en relación con la intensificación agrícola de época almohade y nazarí, recientemente examinada por Antonio Malpica Cuello con una sugestiva hipótesis[128]: relaciona esta intensificación, que pone en evidencia a partir de la aparición de nuevas infraestructuras hidraúlicas, con el avance de la frontera. Tras una corta etapa de búsqueda de botín, la acción de los estados cristianos consistió en acuerdos comerciales firmados por el imperio almohade con las potencias marítimas italianas; para asegurar la llegada de productos a esos mercados, el Estado almohade creó nuevas tierras productivas: «Se observa en todo el territorio almohade, tanto en al-Andalus como en el Magreb, un proceso de intensificación agrícola, con la formación de grandes fincas en manos del Estado [...] que justificaban la apropiación del agua [y pasaban por la construcción de grandes estanques][129]». Pone como ejemplos la Buhayra de Sevilla, Gibraltar, Badajoz, Granada –la alberca del Alcázar Genil–, Elche, a los cuales podemos añadir Jaén donde los almohades aprovecharon los manantiales de la ciudad para crear un nuevo sistema de distribución del agua, que abastecía los edificios mientras el agua sobrante alimentaba las huertas[130]. Sin descartar la importancia estratégica del agua, la necesidad de tener un abastecimiento suficiente en caso de cerco a la ciudad[131], la

---

126 BAZZANA y BEDIA GARCÍA (dir.), *Excavaciones en la Isla de Saltés*, p. 201-204, p. 375-376.

127 LÓPEZ GARCÍA, «Urbanismo en el valle del Guadalquivir durante el periodo almohade», p. 361.

128 MALPICA CUELLO, Antonio, «Las Formas de Gestión del Agua en al-Andalus: La Transformación Almohade», en Ignacio CZEGUHN, Cosima MÖLLER, Yolanda QUESADA MORILLAS y José Antonio PÉREZ JUAN (ed.), *Wasser-Wege-Wissen auf der iberischen Halbinsel, Vom Römischen Imperium bis zur islamischen Herrschaft*, Baden-Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, 2016, p. 95-117.

129 MALPICA CUELLO, «Las Formas de Gestión del Agua en al-Andalus», p. 102.

130 SALVATIERRA CUENCA «Crecimiento y transformación urbana. Jaén en época almohade», p. 181 y «Algunas cuestiones sobre el urbanismo almohade en al-Andalus», p. 456-458.

131 Sobre este tema, véase la lectura de al-Idrīsī por ZANÓN, Jesús, «La geografía de al-Idrīsī: ¿un arma para el poder? Consideraciones sobre la estructura, contenidos y objetivos presentes en una obra importante para la época almohade», en CRESSIER, FIERRO y MOLINA (ed.), *Los almohades: problemas y perspectivas*, p. 633-649, en part. p. 646-647.

creación de importantes infraestructuras hidráulicas por parte de los almohades también puede estar relacionada con la necesidad de aumentar la producción agrícola, tal y como sugiere Antonio Malpica, es decir que las actividades comerciales dejaron huellas en los paisajes urbanos, no solo las infraestructuras portuarias sino también las áreas destinadas a la producción artesanal y a la agricultura irrigada. Ahora bien, ¿desempeñó un papel el Garb en la intensificación agrícola de época almohade?

Conclusión

Los paisajes urbanos del Garb al-Andalus en época almohade han suscitado estudios que permiten señalar las principales características de una red urbana heredada, dominada por una capital desmedida y compuesta por ciudades medias o pequeñas, donde desempeña un papel fundamental la ciudad portuaria. El dinamismo de este mundo urbano se hace notar no tanto en la ampliación de la muralla sino en la densificación del hábitat o en el desarrollo de la vida cultural. Los paisajes urbanos de la época, compartimentados, procuraban separar a los almohades de los andalusíes, siendo la alcazaba el elemento más visible del aislamiento del elemento militar de la sociedad urbana; los paisajes urbanos de la época, identitarios, fueron más marcados por la huella de los almohades en la arquitectura militar que en la religiosa. El imperio, por fín, imponía en los paisajes urbanos la marca de la guerra –las altas y fuertes murallas urbanas que suponían importantes ingresos– y la marca del comercio –las zonas portuarias que permitían la exportación de los productos artesanales y agrícolas y debieron de participar en el esfuerzo defensivo del imperio.

LA DERNIÈRE BATAILLE. TRACES ARCHÉOLOGIQUES DU SIÈGE D'ALBALAT EN 1142

Sophie Gilotte*

Autem videntes moabitas et agareni qui erant in Alvalad, quod esset capta Coria, sunt perterriti magno timore et abeuntes reliquerunt castellum vacuum. Autem venerunt viri christiani Avilae et Salamenticae et illud destruxerunt usque ad fundamentum.

(*Chronica Adefonsi Imperatoris*,
œuvre anonyme écrite c. 1147-1150)

Ces quelques lignes tirées de la chronique d'Alphonse VII[1], roi de Castille et León, retracent la prise de la forteresse d'Albalat qui contrôlait alors un gué pour franchir le Tage. Cette action, menée par les milices communales de Salamanque et d'Avila[2], fit suite au siège victorieux de la

* CNRS, UMR 5648 Ciham.

[1] Luis SÁNCHEZ BELDA (éd.), *Chronica Adefonsi Imperatoris*, Madrid, 1950, II, §162, p. 126, *Crónica del emperador Alfonso VII*, trad. Maurilio PÉREZ GONZÁLEZ, León, 1997, p. 115.
Chronique mentionnée dorénavant dans le texte sous la forme abrégée de *CAI*. Objet de nombreuses études, la revue *e-Spania* lui a récemment consacré un numéro monographique sous la direction de Georges Martin (*La Chronica Adefonsi imperatoris y la Historia Roderici | Au miroir des anciens*, *e-Spania*, 15, 2013 [http://journals.openedition.org/e-spania/22140. Consultation : 25/08/2017]).

[2] GARCÍA FITZ, Francisco, « La composición de los ejércitos medievales », dans José Ignacio de la IGLESIA DUARTE (coord.), *La guerra en la Edad Media. XVII, Semana de Estudios Medievales*, Logroño, 2007, p. 85-146, voir p. 123, rappelle qu'à l'époque d'Alphonse VII « *le recrutement pour mener des expéditions en al-Andalus retombait sur les habitants des terres d' Estrémadure et de la Transierra* ». Le rôle et l'organisation de ces milices urbaines dans les actions militaires menées à la frontière ont été

ville de Coria, remporté en juin 1142[3]. L'image qu'elles projettent d'un ennemi pleutre, ayant déserté les lieux pour éviter la confrontation, fait écho à un passage antérieur du même texte. Celui-ci rappelait que les musulmans n'avaient pu récupérer Albalat qu'au moyen d'un artifice fourbe et honteux, la trahison commise à Coria par des «*malis hominibus, qui quicebantur se esse christianos et non erant ; et acceperunt in Extrematura aliud castellum quod dicitur Alvalat*», à une date non fixée précisément[4]. On sait tout juste que celle-ci se situe aux alentours (« *per idem tempus* ») de la prise d'Oreja (Tolède) qui eut lieu en 1113[5] et elle vient donc confirmer, de façon quelque peu indirecte, qu'Albalat était passée sous une première phase de domination chrétienne dès la fin du XI[e] siècle, très probablement dans la foulée de la première conquête de Coria en 1079.

Il convient de souligner que le récit qui nous intéresse insiste sur l'absence de combat, faute de combattants et, par là-même, sur la facilité de l'assaut. Le cas d'une capitulation sans siège n'est ni surprenant ni unique dans l'histoire régionale et se répètera, par exemple plus tard, avec

---

analysés par VILLAR GARCÍA, Luis Miguel, *La Extremadura castellano-leonesa: guerreros, clérigos y campesinos, 711-1252*, Valladolid, 1986. Également MARTÍNEZ SOPENA, Pascual, « Nobles, *concejos* et ordres militaires. Frontière et organisation de l'espace entre le Douro et le Guadiana au XII[e] siècle », dans Stéphane BOISSELLIER et Isabel Cristina FERNANDES (dir.), *Entre Islam et chrétienté. La territorialisation des frontières, XI[e]-XVI[e] siècle*, Rennes, 2015, p. 193-215, voir p. 203.

[3] PORRES MARTÍN-CLETO, Julio, *Anales toledanos I y II*, Tolède, 1993, p. 116 y voit pour sa part une erreur de la *CAI* et propose d'avancer la date à l'an 1141 en se basant sur la documentation tolédane, dont la composition est pourtant postérieure (XIII[e] siècle) et donc plus facilement sujette à des imprécisions. Ce n'est pas la seule divergence entre ces deux documents.

[4] *CAI*, II, 108, p. 84, trad., p. 99.

[5] PORRES MARTÍN-CLETO, Julio, *Anales Toledanos*, p. 115. MOLÉNAT, Jean-Pierre, « Les diverses notions de "frontière" dans la région de Castilla-La Mancha au temps des Almoravides et des Almohades », dans Ricardo IZQUIERDO BENITO et Francisco RUIZ GÓMEZ (coord.), *Alarcos 1195. Actas del congreso internacional conmemorativo del VIII centenario de la batalla de Alarcos*, Ciudad Real, 1996, p. 107-123 voir p. 115 n. 32 et BURÉSI, Pascal, *La frontière entre chrétienté et Islam dans la péninsule Ibérique*, Paris, 2004, p. 316 repoussent la prise de Coria et d'Albalat à l'an en 513H/1119-1120, lors d'une campagne menée par Abū Isḥāq Ibrāhīm, frère de ᶜAlī b. Yūsuf. La prise de Qūriya en 1119 par celui qui fut le gouverneur des plus importantes villes d'al-Andalus est mentionnée dans un panégyrique composé par le poète Ibn Ḫafāǧa (GUICHARD, Pierre, *Al-Andalus frente a la conquista cristiana: los musulmanes de Valencia*, Madrid, 2001, voir p. 97). Le lieu est toutefois identifié par T. Gallega Ortega non pas comme Coria mais comme Corella, en Navarre (« [667] Ibn Jafāŷa », Biblioteca de al-Andalus, 3, Almería, 2004, p. 547-564, voir p. 550. TERRÓN ALBARRÁN, Manuel, *Extremadura musulmana 713-1248*, Badajoz, 1991, p. 158 note 1321, penche plutôt pour l'année 1113 en se basant sur *al-Bayān*.

l'évacuation de la ville de Trujillo face à une attaque almohade[6]. C'est d'ailleurs dans cette logique que nul prisonnier, cadavre ou butin n'est ici mentionné, tranchant avec leurs évocations récurrentes qui ne manquent pas de clore les nombreuses victoires rapportées[7]. Ce qui pourrait apparaître comme un acte somme toute peu héroïque de la part des troupes chrétiennes est toutefois contrebalancé par l'hyperbole d'une destruction totale et irrémédiable «*usque ad fundamentum*». En définitive, un tel tableau persuaderait qu'il y a ici bien peu de matière à verser directement au thème de la guerre, entendue comme la confrontation physique de forces antagonistes. Mais avant de revenir sur ce point qui mérite d'être envisagé autrement que dans ce sens très restrictif, un autre constat se dégage de la lecture de la chronique, suggérant qu'Albalat ne constitua qu'une cible mineure. Un faisceau d'éléments négatifs converge dans ce sens : l'absence du roi (rentré dans ses terres une fois la reddition de Coria consommée[8]) ; l'omission des habituelles rapines dont le partage pouvait pourtant compléter de façon non négligeable la solde[9] et, enfin, les incertitudes qui pèsent sur la planification officielle de l'intervention militaire, les vassaux de Salamanque étant réputés pour leurs écarts et leur esprit frondeur qui les poussèrent à effectuer à leur compte plusieurs incursions en territoire musulman[10].

L'histoire matérielle des derniers moments d'occupation d'Albalat est bien évidemment plus complexe et nuancée et suggère que la source plutôt très fiable qu'est la *CAI* manipule à loisir les évènements pour les dépeindre sous un jour peu flatteur, dans une évidente visée de propagande.

---

[6] IBN ʿ IḌĀRĪ, *al-Bayān al-Muġrib*, trad. esp. Ambrosio Huici Miranda, Tétouan, 1953-1954, 2 vol., II, trad. p. 193.

[7] *CAI*, II, §115, 118, 119, 121, 122, 126, 131, etc., éd. p. 93-99, 103-104, trad. p. 101-106. Pour Coria, la *CAI* §161, éd. p. 125, trad. p. 115, emploie une formule laconique (« tali triumpho et victoria ditatus est ») qui tranche sur les énumérations habituelles des trophées et rapines.

[8] *CAI*, II, §161 éd. 125, trad. p. 115 : « *postquam imperator (...) cum omni exercitu suo, laudantes Deo, cuius misericordia continet omnia saecula, reversus est honorifice et pacifice in civitatem suam, quam dicunt Salamantiam* ».

[9] GRASSOTI, Hilda, « Para la historia del botín y de las parias en León y Castilla », dans *Cuadernos de la Historia de España*, 39-40 (1964), p. 43-132, voir p. 70-72.

[10] Plusieurs épisodes rapportés par la *CAI* (II, §122, 123, 124, éd. p. 95-98, trad. p. 103-104) soulignent la désobéissance des milices de Salamanque qui envahissent le territoire musulman sans en avertir leur roi, mais qui payent à leurs dépens les conséquences de leur intrépidité et de leur convoitise, toujours dans une perspective moralisatrice. SIRANTOINE, Hélène, *Les musulmans et l'empereur Alphonse VII (1126-1157) dans la Chronica Adefonsi imperatoris*, mémoire de maîtrise, Université Paris IV-La Sorbonne, 2001, inédit, p. 67. MARTÍNEZ SOPENA, « Nobles, concejos et ordres militaires », p. 197.

Le recours à de nouvelles données, disponibles grâce aux campagnes de fouilles systématiques qui y sont menées depuis 2009, autorise à aborder sous un jour bien plus terre à terre cette bribe d'histoire. De nombreux questionnements avaient motivé la mise en place d'une intervention archéologique, tels que l'ambiguïté qui entoure le statut de l'établissement à l'époque médiévale (ville ? forteresse ? bourg ? village ?), son type d'occupation (exclusivement militaire ou non). Ces interrogations se font plus pressantes du fait de la rapide propagation de son toponyme dans un rayon de plusieurs kilomètres[11]: le nom d'Albalat sert à désigner au cours des siècles l'établissement, son territoire (qui n'est, malheureusement, jamais précisément délimité ou est alors sans lien avec la réalité politique de la zone comme le propose al-Idrīsī[12]) et ses différents composants (hameau, ferme, barques, pont, fédération de villages dont l'un d'eux finira par adopter le qualificatif « d'Albalat » qu' il garde encore aujourd' hui).

Il fallait également clarifier la nature et les limites chronologiques de son occupation. Car si la *CAI* propose un *terminus* très net, presque trop net pour ne pas être suspect, il restait à démêler l'écheveau des mentions postérieures. En effet, d'autres indices textuels tendaient à faire penser que la geste de 1142 ne mit pas un terme aussi radical au peuplement et que celui-ci avait pu se réactiver grâce à l'appui de donations royales jusqu'à l'orée du XIII[e] siècle[13].

---

[11] On assiste par ailleurs chez certains auteurs modernes à un dédoublement du toponyme/site archéologique, de telle sorte que F. Colón au XVI[e] siècle et P. Madoz au XIX[e] siècle font d'Albalat et de Villa Vieja (nom également donné aux ruines d'Albalat) deux établissements autonomes et distincts (COLÓN, Fernando, *Descripción y cosmografía de España*, Sevilla, 1988, 3 vol., 1, p. 175 ; MADOZ, Pascual, *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus Posesiones de Ultramar*, Madrid, 1845-1850, 16 vol., voir p. 108). Une autre confusion courante est son identification avec les vestiges qui couronnent le Cerro del Tesoro (MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo, *Las Comunidades de villa y tierra de la Extremadura castellana: estudio histórico-geográfico*, Madrid, 1983, p. 644 ; TERRÓN ALBARRÁN, Manuel, *El solar de los Aftásidas. Aportación temática al estudio del reino moro de Badajoz, siglo XI*, Badajoz, 1971, p. 539).

[12] *Al-Idrīsī, La première géographie de l'Occident*, trad. chevalier Jaubert révisée par Annliese Nef, Paris, 1999, p. 257). GILOTTE, Sophie, « De al-Balat a Albalat : recorrido por el pasado », dans Sophie GILOTTE et Yasmina CÁCERES GUTIÉRREZ (éd.), *Al-Balât. Vida y guerra en la frontera de al-Andalus*, Cáceres, 2017, p. 15-26 voir p. 21.

[13] On renverra pour plus de détails aux articles de TORRES BALBÁS, Leopoldo, « Ciudades yermas de la España musulmana », dans *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 141 (1957), p. 2-218, voir p. 75-76 ; DE LA MONTAÑA CONCHIÑA, Juan Luis, « Albalat y Atalaya de Pelayo Velidiz: notas sobre dos fortificaciones extremeñas en la repoblación de los siglos XII y XIII », dans *Alcántara*, 25 (1992), p. 99-114, voir p. 102-103 ; MARTÍNEZ LILLO, Sergio, SERRANO-PIEDECASAS FERNÁNDEZ, Luis, « El

Or, à l'encontre de ce que pouvait suggérer une lecture linéaire de ces sources, le registre archéologique montre que les activités humaines s'arrêtèrent brusquement à la suite d'un évènement belliqueux. En effet, les derniers niveaux mis au jour appartiennent à des contextes d'abandon et de destructions violentes datés, grâce au croisement des assemblages céramiques et numismatiques, du milieu du XII[e] siècle, dans les toutes dernières années de la domination almoravide en al-Andalus[14]. Dans ce cas précis, les données de terrain pouvaient difficilement mieux coïncider avec la chronique alphonsine, à quelques détails près…

Albalat : un pion dans l'échiquier politique régional

Un rapide retour sur Albalat permet de passer en revue les éléments essentiels qui caractérisent cette localité : mentionnée dès la seconde moitié du X[e] siècle par Ibn Ḥawqal, elle tire son nom complet, Maḫāḍat al-Balāṭ – littéralement «le gué de la voie» –[15], de ses situation et fonction, l'une et l'autre étant inextricablement liées. Sa localisation sur la berge méridionale du fleuve lui conférait le contrôle du gué[16] et de la voie de communication, sans doute ancienne, qui y menait. Cet emplacement privilégié

---

poblamiento andalusí en al-ṯagr al-Awsaṭ (Marca Media). El mundo omeya », dans *Castillos y territorios en al-Andalus*, éd. de Antonio MALPICA CUELLO, Granada, 1998, p. 71-115, voir p. 84-85.

[14] GILOTTE, Sophie, CÁCERES GUTIÉRREZ, Yasmina, DE JUAN ARES, Jorge, « Un ajuar de época almorávide procedente de Albalat (Cáceres, Extremadura) », dans *X Congreso Internacional sobre la Cerámica Medieval en el Mediterráneo*, Silves, 2016, p. 763-776. GILOTTE, Sophie, « El día después: Albalat y el imperio africano », dans *Bataliús III, Estudios sobre el Reino Aftasí*, éd. de Juan ZOZAYA et Guillermo S. KURTZ, Badajoz, p. 259-276. GILOTTE, Sophie, « La frontière à l'époque almorávide : le cas d'Albalat », dans *Le Maroc médiéval. Un empire de l'Afrique à l'Espagne*, Paris, p. 182-184 (et fiches techniques n.° 92-97), dans Sophie GILOTTE et Yasmina CÁCERES GUTIÉRREZ (éd.), *Al-Balât. Vida y guerra en la frontera de al-Andalus*, Cáceres, 2017.

[15] Il s'agit du moins de l'acception la plus couramment admise par l'historiographie et qui s'ajuste bien à la matérialité du terrain. Voir par exemple VIGUERA MOLINS, María Jesús, « La ruta de la Plata y sus territorios en fuentes textuales árabes », dans F. LORENZANA DE LA PUENTE et R. SEGOVIA SOPO (coord.), *XIV Jornada de historia de Fuentes de Cantos. La vía de la Plata y otros estudios sobre Extremadura*, Asociación cultural Lucerna/Sociedad Extremeña de Historia, 2013, p. 41-65. Toutefois, il est intéressant de noter que dans d'autres régions d'al-Andalus le terme Balāṭ est préférentiellement associé au pouvoir (FOLCH IGLESIAS, Cristian, GIBERT REBULL, Jordi, « Arqueologia, documentació escrita i toponímia en l'estudi de l'Alta Edat Mitjana: els casos dels topònims *pharus*, *monasteriolum* i *palatium* », dans *Estrat Crític*, 5-2 [2011], p. 364-377, voir p. 371).

[16] TORRES BALBÁS, « Ciudades yermas de la España musulmana », p. 73.

en fit un point de passage obligé et palliait la réduction du champ visuel due à sa position relativement peu dominante par rapport aux reliefs environnants[17].

Il fait peu de doute qu'Albalat, en tant qu'habitat et station routière, constitua une pièce peut-être modeste, mais bien réelle, dans l'échiquier militaire qui se mit en place avec l'avancée de la frontière, centrée dès la fin du XI[e] siècle autour de la vallée du Tage. Devenu dès lors un site frontalier par excellence, il échappa pendant une courte période à l'orbite d'al-Andalus pour passer sous la domination de la couronne castillane vers les années 1079, dans des modalités qui restent encore à préciser[18]. À la suite de leur victoire remportée à Uclés (Cuenca) en 1108 puis à Oreja en 1113, les Almoravides reprirent au cours de plusieurs assauts le contrôle des territoires des anciennes taifas aftaside et des Banū Dī l-Nūn au sud et au nord du Tage, en poussant jusqu'à Albalat et Coria[19]. Mais, une fois surmontée la période de crise du règne de Doña Urraca et le pouvoir castillan consolidé, les manœuvres stratégiques du roi Alphonse VII pour récupérer le territoire perdu à l'ouest de Tolède et de Talavera aboutirent à un recul important du domaine musulman dans le Ġarb al-Andalus. Il faudra ensuite attendre les offensives almohades, et tout spécialement la campagne conduite par le calife Ya'qūb al-Manṣūr en 1196[20] qui se solda par la reprise des principales agglomérations et places fortes[21], pour assister à un retour de l'islam sur ces terres. Toutefois, plus rien n'enraya la situation d'instabilité initiée un siècle plus tôt et qui avait entraîné la désertion de petites villes et forteresses de la vallée moyenne du Tage, pourtant actives et prospères tout au long des X[e]-XI[e] siècles (dont Alija et Vascos)[22]. Albalat résistera, somme toute, un peu plus longtemps à cette pression avant de tomber à son tour.

---

[17] GILOTTE, Sophie, LANDOU, Fabienne, CALLÈDE, Fabien, « Albalat, une ville de gué fluvial (Romangordo, Cáceres) : étude préliminaire de son enceinte », dans Isabel Cristina FERNANDES (coord.), *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*, Lisboa, 2013, p. 355-367, voir p. 355.

[18] Il est tentant d'associer les niveaux d'abandon détectés qui précèdent la phase d'occupation almoravide à cet intermède de première domination chrétienne.

[19] Voir supra n. 5. MARTÍNEZ SOPENA, « Nobles, concejos et ordres militaires », p. 199.

[20] PORRES MARTÍN-CLETO, *Anales toledanos*, p. 143. Il n'est pas dit clairement si la campagne almohade de 1171 dite « d'Albalat » selon les *Anales toledanos* renvoie à l'établissement d'Estrémadure ou à l'un des sites homonymes attestés dans d'autres régions.

[21] IBN ABĪ ZAR' , *Rawḍ al-Qirṭās*, trad. esp. Ambrosio Huici Miranda, Valence, 1964, p. 447. IBN ᶜIDĀRĪ, *al-Bayān*, II, p. 193-194 mentionne la campagne de 1196, mais ne précise pas la prise de la forteresse d'Albalat.

[22] MARTÍNEZ SOPENA, « Nobles, concejos et ordres militaires », p. 196. GILOTTE, Sophie, *Aux marges d'al-Andalus. Peuplement et habitat en Estrémadure centre-orientale (VIII-XIII[e] siècles)*, Helsinki, 2010, p. 157 et s.

Les temps de la guerre

Cet affaiblissement du front musulman s'effectua parallèlement à la montée en puissance des centres urbains implantés dans l'Estrémadure historique – vaste espace au sud du Douro –, qui étendirent dès 1102-1103 leurs territoires jusqu'à la cordillère du système central[23], et depuis lesquels étaient lancées les offensives[24]. Les actions armées représentaient le seul moyen de conquérir ces terres, par ailleurs rarement recolonisées de façon effective en raison du déficit humain dont souffraient les zones rurales de Castille[25]. Si les batailles rangées comme celles de Zallāqa (1086), d'Alarcos (1195) ou de las Navas de Tolosa (1212) constituaient des opérations militaires exceptionnelles[26], au point de marquer très durablement les mémoires, F. García Fitz rappelle que les sièges étaient la tactique la plus commune et cependant la moins étudiée du fait d'une documentation relativement indigente[27]. Loin de déboucher automatiquement sur une annexion, les sièges parfois longs de plusieurs mois si la logistique l'autorisait, devaient, le cas échéant, être répétés à plusieurs reprises ; il suffit de se remémorer que le siège de Coria en 1138 échoua piteusement[28] ou que Tolède fit l'objet de nombreuses tentatives infructueuses des armées almoravides. Mais en dehors de ces temps bien circonscrits, la guerre était présente de façon latente au travers d'expéditions rapides en territoires ennemis, dont le but réel n'était pas d'établir un contrôle définitif sur ces terres mais bien d'affaiblir leurs bases défensives en les privant des produits du terroir[29]. Le tableau que dépeint la *CAI* d'une zone ravagée

---

[23] VILLAR GARCÍA, *La Extremadura castellano-leonesa*, p. 134 et carte p. 123. Cet auteur rappelle que la colonisation ne dépasse que difficilement une ligne oblique tracée au sud d'Avila et Salamanque.

[24] *CAI*, II, §115, éd. p. 90, trad. p. 101 (« [...] *consuetudo semper fuit christianorum qui habitabant Trans Serram et in tota Extrematura, saepe per singulos annos congregare se in cunneos, qui erant quandoque mille milites aut duo milia aut quinque milia aut decem milia, aut plus, aut minus, et ibant in terram Moabitarum et Agarenorum et faciebant multas caedes et captivabant multos Sarracenos et occidebant multos reges et duces Moabitarum et Agarenorum, et bellando destruebant castella et villas, et maiora faciebant quam accipiebant a Sarracenis* »).

[25] MARTÍNEZ SOPENA, « Nobles, *concejos* et ordres militaires », p. 195-196 ; VILLAR GARCÍA, *La Extremadura castellano-leonesa*, p. 199.

[26] GARCÍA FITZ, Francisco, « La batalla en su contexto estratégico. A propósito de Alarcos », dans Ricardo IZQUIERDO BENITO et Francisco RUIZ GÓMEZ (coord.), *Alarcos 1195. Actas del congreso internacional conmemorativo del VIII centenario de la batalla de Alarcos*, Ciudad Real, 1996, p. 265-282 voir p. 267-268.

[27] *Ibid.*, p. 271.

[28] *CAI*, II, §135-139, éd. p. 106-109, trad. p. 107-109.

[29] MARTÍNEZ SOPENA, « Nobles, *concejos* et ordres militaires », p. 196. BURÉSI, *La frontière entre chrétienté et Islam*, p. 121 et s.

n'est pas très éloigné de celui du territoire de Mérida, systématiquement détruit au cours de l'Émirat pour étouffer les nombreuses révoltes qui agitaient la ville[30]. Nonobstant un contexte historique différent, le principe des actions reste foncièrement identique : saccages des cultures (céréales, arbres fruitiers, oliviers, vignes), de préférence à la période des récoltes[31], saisie du cheptel, etc. De plus, non seulement cette zone constituait une cible privilégiée mais elle était aussi le point de départ de razzias. Ainsi, lors de ce court laps de temps passé sous le contrôle almoravide, Albalat aurait représenté une menace que consigne la *CAI*[32]. C'est sans doute à cause de ce climat d'insécurité que la Transierra (les terres situées entre le système central et le Tage) tarda à se (re)peupler : Plasencia n'est fondée que peu avant la fin du XII[e] siècle, lorsque la menace directe de Coria et d'Albalat sera effacée.

Il fallait donc envisager en quoi les restes matériels d'Albalat pouvaient rendre compte de cet évènement militaire et, plus largement, de la pression de la guerre.

Les structures défensives : la muraille

Longtemps réduit à sa muraille (Fig. 1), dont les ruines monumentales ont marqué durablement le paysage environnant, l'établissement médiéval se compose en réalité non seulement d'une enceinte polygonale qui épouse les contours d'une petite terrasse fluviale, protégeant ainsi une superficie urbanisée d'environ deux hectares, mais également d'un cimetière, d'un quartier de maisons extra-muros et d'un *ḥammām*[33]. Ces derniers s'étageaient sur la pente qui s'étend entre le pied de la muraille nord et le lit du Tage (aujourd'hui sous les eaux du barrage de Torrejón) tandis que la zone d'inhumation, localisée à l'ouest, occupait une langue de terre cernée par le cours d'un ruisseau et du Tage. À défaut de n'avoir pu être documentés par le biais d'une méthode stratigraphique (à l'exception du bain), ils signalent, par leur seule présence, que l'on se trouve face à un établissement plus important que ne pouvait le laisser supposer une approche superficielle. De

---

[30] IBN ḤAYYĀN, *Crónica de los emires Alhakam I y ᶜAbdarrahmân II entre los años 796 y 847 (Almuqtabis II-1)*, trad. esp. *Maḥmūd* ᶜAlī Makkî et Federico Corriente, Zaragoza, 2001, p. 45-46, 49, 55, 287-290, 299.

[31] *CAI*, I, §33, 34, 35 éd. p. 31-32, trad. p. 74, II, §115, 119, 122, 131, etc. éd. p. 90, 93, 95, 103, trad. p. 101-103, 106.

[32] *CAI*, II, 108, p. 84, trad., p. 99. Voir note 45.

[33] Fouillé lors de la première campagne archéologique de 2009. GILOTTE, Sophie, LANDOU, Fabienne, LLUBES, Muriel, « Une campagne d'évaluation sur le site d'Albalat (Romangordo, Cáceres) », dans *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 40-1 (2010), p. 273-285 voir p. 280-283.

même, bien que non fouillée, la muraille[34] rend compte de nombreuses activités de réparations et de transformations, suivies de destructions et d'un démantèlement partiel, quant à lui sans doute très récent[35]. Si les fonctions fiscales et de représentation symbolique du pouvoir ont dû jouer un rôle important dans son édification, il est difficile de nier que son utilité fut avant tout défensive. Son architecture n'est pas pour autant spécialement élaborée et n'a recours qu'à une série de contreforts quadrangulaires pour renforcer les courtines.

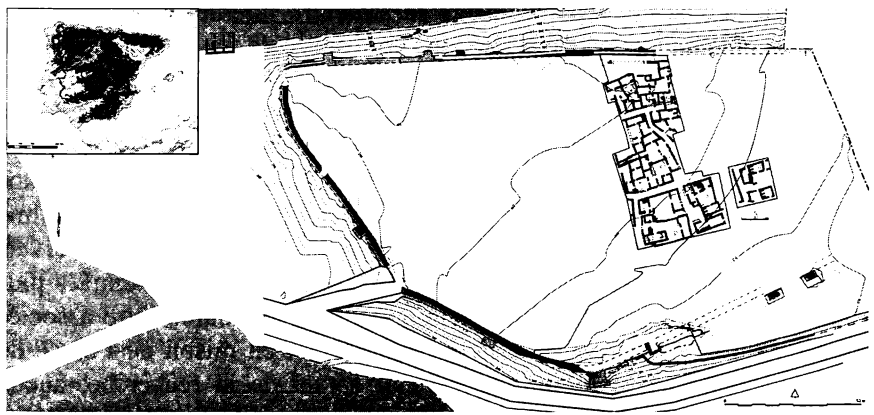


Fig. 1 – Carte de localisation et plan du site (enceinte : topographie et infographie : F. Callède & F. Landou ; relevé des sondages état 2018 : M. García Pérez, infographie : S. Gilotte).

Le rôle de flanquement de ces dispositifs aurait pu être amélioré par le recours à des formes plus complexes, comme des tours polygonales[36] et

[34] L'étude détaillée des constructions de la muraille est faite par F. Landou (Inrap, GSO). Une première synthèse a été présentée dans GILOTTE, LANDOU, CALLÈDE, « Albalat, une ville de gué fluvial (Romangordo, Cáceres) », p. 355-367 et LANDOU, Fabienne, « La muralla de al-Balât », dans GILOTTE et CÁCERES GUTIÉRREZ (éd.), *Al--Balât*, p. 27-32. Sa fouille ne peut être envisagée que dans le cadre d'une intervention combinant une équipe d'archéologues et de restaurateurs, dont le budget dépasse malheureusement les possibilités du programme actuel.

[35] C'est du moins ce qui découle de l'observation des clichés aériens des années 1945 et 1956.

[36] Documentées par exemple à Alarcos dans la phase constructive remontant à Alphonse VIII (JUAN GARCÍA, Antonio de, CABALLERO KLINK, Alfonso, FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Macarena, « Alarcos : diez años de investigación arqueológica », dans Ricardo IZQUIERDO BENITO et Francisco RUIZ GÓMEZ (coord.), *Alarcos 1195. Actas del congreso internacional conmemorativo del VIII centenario de la batalla de Alarcos*, Ciudad Real, 1996, p. 223-248, voir p. 233 et fig. 6).

semi-circulaires, placées sur les angles saillants ou les points les plus sensibles pour s'adapter à l'art poliorcétique, mais l'efficacité de la défense semble avoir été exclusivement confiée aux épais murs construits en schiste, d'une grosseur variable suivant les tronçons. Si celle-ci atteint 2,40 m, voire plus, dans son dernier état, l'ouvrage n'est pas monolithique et résulte d'ajouts qui se sont superposés au cours d'au moins trois phases constructives. L'adjonction d'un parement contre la face externe du rempart originel, et bien souvent placé dans la pente, n'a pas su assurer la stabilité de l'ouvrage à long terme ; des pans entiers se sont effondrés, révélant du même coup par endroits sa structure interne. Ces problèmes structurels ont été aggravés par l'apparente absence de travaux de fondation en sous-sol, plusieurs tours reposant sur le socle de dépôts sédimentaires, parfois dangereusement sapé par l'érosion naturelle. Quoi qu'il en soit, cet agrandissement en largeur se fit aussi en hauteur comme le suggère la configuration de plusieurs tours du front méridional qui conservent une partie de leurs élévations en pisé riche en chaux, ajoutées lors d'une ultime reprise et qui, si l'on extrapole les mesures de la tour la mieux préservée, pouvaient atteindre jusqu'à plus de 7 m de haut[37]. Mais des données plus concrètes sur les éléments de protection militaire qui durent être associés (chemin de ronde, parapet, crénelage) font défaut en raison de l'arase du sommet des murs. De même, dans l'état actuel de la recherche, aucun obstacle du type fossé, barbacane, avant-mur, etc., ni aucun passage secondaire telle une poterne, n'ont pu être reconnus. Le talweg qui scinde la terrasse fluviale est trop éloigné de la muraille est pour être effectif, d'autant plus qu'un replat s'étend en avant de celle-ci et se poursuit vers le sud[38]. On retiendra tout de même que ces reprises n'ont pas altéré le tracé de l'enceinte qui, en l'absence de toute rétraction ou extension du périmètre emmuraillé, maintint inchangée la superficie qu'elle enserra au cours des siècles. La question de la datation de sa phase de fondation et de ses successives reprises reste épineuse, car la séquence constructive qui peut être restituée ne rend compte que d' une chronologie relative[39].

---

[37] LANDOU, « La muralla de al-Balât », p. 29. MARQUEZ BUENO, Samuel, « La tecnología constructiva andalusí : obra encofrada y revestimientos (séc. XI-XIII). El ejemplo de las torres ». *Arqueología de la Arquitectura*, 15, 2018, p. 1-35 (http://arqarqt.revistas.csic.es/index.php/arqarqt/article/view/230/376).

[38] Cette configuration particulière du terrain a incité à proposer la restitution – idéalisée – d'un avant-mur de protection. LANDOU, « La muralla de al-Balât », p. 32.

[39] Des hypothèses sont formulées dans GILOTTE, LANDOU, CALLÈDE, « Albalat, une ville de gué fluvial (Romangordo, Cáceres) », p. 365.

S'abriter des menaces extérieures

Le médiocre état de conservation de cette muraille, dont la dégradation s'est fortement accélérée depuis le milieu du XX[e] siècle, ne semble pas, pour autant, être le résultat d'une destruction systématique et volontaire que l'on pourrait relier aux faits évoqués par la chronique. Certes, l'arasement de certains tronçons et tout spécialement des contreforts du front septentrional n'est peut-être pas uniquement le produit de l'usure du temps, mais on est loin de dommages irrémédiables. On n'y verra pas une contradiction flagrante avec la formule de la *CAI* : elle ne doit pas être interprétée à la lettre, mais constitue un poncif récurrent appliqué indistinctement en référence aux deux parties adverses comme le souligne la narration de la prise du château d'Aceca par les troupes almoravides[40]. Reconnaissant qu'il s'agit même d'un des topiques littéraires les plus répandus[41], L. Torres Balbás fut le premier à considérer que le démantèlement ne dut pas être si radical, ce qui le conduit à envisager, certes entre les lignes, qu'Albalat perdura comme foyer de peuplement après le milieu du XII[e] siècle[42]. Notons surtout au crédit du texte médiéval que les restes exhumés dans l'aire intra-muros se caractérisent par un horizon de destruction très étendu qui date, comme on l'a dit, du milieu du XII[e] siècle. Les niveaux archéologiques sont significatifs : scellées sous des strates compactes dérivées de la dégradation des élévations en terre crue qui formaient la partie supérieure des constructions, se trouvent des toitures effondrées et souvent brûlées. Dans ce dernier cas, elles recouvrent des couches riches en charbons associées à de la terre rubéfiée plus ou moins importantes suivant la nature des éléments incendiés. Les sols, lorsqu'ils sont pavés de grandes dalles de schiste, montrent alors également des signes d'altérations thermiques dues à leur exposition à de fortes chaleurs (exfoliations, fractures, etc.). Si ce sinistre a peut-être été seulement partiel car il n'affecte pas tous les bâtiments avec la même intensité, plusieurs foyers d'incendie ont pu être reconnus à l'intérieur de diverses pièces suffisamment éloignées les unes des autres pour que l'on écarte l'hypothèse d'une simple propagation naturelle (Fig. 2). Cette phase de destruction marque la fin de l'occupation dans les secteurs fouillés et les indices de récupérations systématiques sont relativement limités, suggérant qu'il n'exista pas dans l'entourage direct de

---

[40] *CAI*, II, §109, éd. p. 85, trad. p. 100 « (...) *et destruxerunt illud usque ad fundamentum, et omnes christiani, fere trecenti viri bellatores, gladio perierunt* ».

[41] TORRES BALBÁS, « Ciudades yermas de la España musulmana », p. 139 cite Jiménez de Rada à propos de la destruction de la ville de Mentensa par Tariq « *civitatem funditus dissipavit* ».

[42] *Ibid.*, p. 75.

nouvelles installations nécessitant une grande quantité de matériaux de construction.

Fig. 2 – Plan simplifié des vestiges, état 2018.

Outre les informations qu'elles apportent sur la nature de l'abandon, ces destructions représentent une manne pour aborder les labeurs et la vie quotidienne des occupants car elles ont préservé certains éléments organiques qui auraient disparu dans des conditions normales d'enfouissement et ont piégé sur les sols un abondant mobilier principalement céramique, faunique et métallique. Ce dernier, composé d'objets manufacturés (près de 4000 éléments répertoriés à ce jour) nous intéresse tout particulièrement car il témoigne de fonctionnalités diverses, incluant l'armement.

Néanmoins, les vestiges construits ne se signalent pas par leur caractère militaire.

L'aire intra-muros : édifices civils et forges

Les fouilles menées dans l'aire ouverte mettent en exergue une nette différenciation entre les secteurs les plus méridionaux et ceux situés vers le nord, sans nul doute en raison de la proximité de ces derniers avec la muraille. En effet, la zone sud abrite des demeures plus ou moins vastes dont certaines sont pourvues de très grandes cours centrales, tandis qu'au nord les aménagements se caractérisent par leurs surfaces plus réduites ou leurs plus grands enchevêtrements, résultant de multiples transformations du bâti. Mais la différence est avant tout d'ordre pratique : la découverte de structures artisanales et surtout de forges, trois pour l'instant, dans le quartier septentrional démontre la grande place qu'occupait cette activité métallurgique. En dépit de leur état très arasé, ces ateliers conservent différentes structures de combustion et des fosses associées à un important volume de résidus scorifiés. Ceux-ci confirment que la chaîne opératoire incluait une étape d'épuration de loupes brutes de fer[43], suivie de la mise en forme de demi-produits (des barres ou lingots) préalable à la fabrication d'objets finis, parallèlement à un travail de recyclage du fer et du cuivre. L'amplitude de ces installations et leur insertion au sein du tissu urbain révèlent une préoccupation visant à garantir leur accessibilité et leur fonctionnement autarcique, qui auraient pu être menacés dans le cas d'une localisation extra-muros[44]. Elles devaient répondre à des besoins de maintenance et de fabrication d'outils quotidiens et n'étaient sûrement pas non plus étrangères aux exigences du contexte qui rendait indispensable un approvisionnement en armement et en accessoires d'harnachement pour les montures, dont la présence est bien attestée dans le registre archéozoologique du site. En ce sens, ces forges peuvent être considérées comme un composant stratégique de la défense. Un nouveau sondage, récemment ouvert dans le prolongement de l'accès principal, vient d'ailleurs confirmer et compléter ces données puisqu'y ont été mis au jour des espaces tournés vers la production alimentaire et artisanale. L'un des ateliers, pourvu d'un petit foyer et d'un drain s'écoulant côté rue, semble avoir été spécialisé dans la fabrication de noix d'arbalètes en os de cervidés. Mais encore faut-il reconnaître et identifier les acteurs qui donnèrent vie à ces restes inanimés.

---

[43] ROVIRÁ LLORENS, Salvador, « Escorias de fragua », dans GILOTTE et CÁCERES GUTIÉRREZ (éd.), *Al-Balât*, p. 159.

[44] SALCH, Charles-Laurent, « Les forges dans les châteaux. Questions », dans *La forge au château. VII^e colloque international sur l'histoire des armes et de l'armement médiévaux, Fasciculi archaeologiae historicae*, 13-14, 2002, p. 11-20, voir p. 11.

Les défenseurs d'Albalat : les maigres indices de la présence d'une garnison

La nature même des restes archéologiques, qu'il s'agisse des constructions, des artefacts quotidiens ou des déchets, permet de détecter des artisans, mais aussi des pêcheurs, des agriculteurs, des éleveurs, etc., qui renvoient à autant d'offices caractéristiques des sociétés rurales médiévales[45]. Les femmes et, sans doute, les enfants sont présents au travers de tâches domestiques, principalement liées à la mouture (attestée par de nombreuses meules à main) et à l'élaboration de textiles (éléments de quenouille, fuseaux et fusaïoles, griffes de templet, etc). En revanche, les soldats, dont la présence permanente s'impose comme une logique dans les mécanismes de défense, sont moins perceptibles et ne transparaissent parfois qu'en creux. Pour en revenir aux sources textuelles, la *CAI* rappelle que des cavaliers et des fantassins avaient été postés à Albalat depuis sa reprise à l'époque almoravide[46] avant de nous entraîner sur une fausse piste ou, du moins, dans une voie sans issue. La différenciation linguistique qu'effectue la chronique entre les Moabites et les Agaréniens[47] (*moabitas et agareni qui erant in Alvalad*), c'est-à-dire entre les berbères Almoravides et les gens d'al-Andalus depuis plusieurs générations[48] aurait pu être le reflet d'une mixité de population et, pourquoi pas, de la présence d'une garnison composée ou encadrée au moins en partie d'individus allochtones. Ce raisonnement perd toute sa pertinence face à la fréquence de cette occurrence, H. Sirantoine remarquant que ces termes forment le plus souvent un binôme qui n'est donc qu'un motif littéraire aux échos bibliques, dénué de toute signification sociale ou ethnique[49].

Le corpus archéologique n'est pas, à première vue, beaucoup plus éloquent, du moins en ce qui concerne les restes construits. Aucun vestige

---

[45] GILOTTE, Sophie, GARRIDO GARCÍA, José Antonio, RUIZ ALONSO, Mónica, ROS, Jérôme, « Albalat y su entorno: actividades especializadas, del zoco a la casa », dans GILOTTE et CÁCERES GUTIÉRREZ (éd.), *Al-Balât*, p. 155-158.

[46] *CAI*, II, 108, p. 84, trad., p. 99 : « *Per idem tempus, est tradita sarracenis Cauria, a malis hominibus qui dicebantur essese christianos et no erant; et acceperunt in Extrematura aliud castellum quod dicitur Alvalat; et munierunt Cauriam et Alvalat magna multitudine militum et peditum qui quotidie debellabant totam Extrematuram usque ad flumen Dorium* ».

[47] BRU, Meritxell, « Posar un nom: els almoràvits com a moabites a finals del segle XI », dans *Faventia*, 31/1-2 (2009), p. 129-149.

[48] MARTÍNEZ SOPENA, « Nobles, *concejos* et ordres militaires », p. 197.

[49] SIRANTOINE, *Les musulmans et l'empereur Alphonse VII*, p. 33-34, signale que le terme *agareni* apparaît rarement seul et est le plus souvent accompagné directement ou non, explicitement ou non, du terme latin *moabites*.

ne s'apparente de près ou de loin aux cellules interprétées comme des casernes ou logements des troupes qui ont été reconnues dans des contextes très particuliers, comme la *qaṣaba* de Vascos, l'alcazar de Madīnat al-Zahrā'[50]), des *ribāṭ-s*[51], ou des établissements ruraux à claire vocation militaire[52], mais il faut admettre que la zone fouillée jusqu'à présent n'offre sans doute pas l'emplacement propice pour y installer ce genre d'édifications... À cela s'ajoute notre ignorance sur la manière dont s'intègre un effectif militaire dans un établissement de ce type, apparemment dépourvu – et c'est étonnant – de tout siège de pouvoir militaire ou politique, généralement matérialisé sur le terrain par une hiérarchie morphologique (au travers d'une *qaṣaba*) ou topographique (par son installation sur un point culminant)[53]. Certains détails pourraient laisser penser que les militaires pouvaient occuper de simples maisons. En outre, le très grand nombre d'ossements d'équidés[54], associés à des fers et à leurs clous caractéristiques[55], laissent peu de doute sur la présence de montures et, par là même, d'un corps de cavalerie (avec, de nouveau, une interrogation, puisqu'aucune écurie ou stalle n'a été reconnue à ce jour). Car même s'il est admis que l'on ne fait pas de distinction avant le XII^{e} siècle entre le cheval de trait et la monture de guerre[56], les proportions enregistrées à Albalat sont tellement élevées qu'elles trahissent une utilisation « anormale » de ces bêtes, qui ne peut s'expliquer que par leur rôle d'animal de

---

[50] DE JUAN ARES, Jorge, *Análisis de un centro de poder: la alcazaba de ciudad de Vascos*, thèse doctorale soutenue à l'Universidad Complutense de Madrid, 2016, inédite p. 323, 366. VALLEJO TRIANO, Antonio, *Madinat al-Zahra : guía oficial del Conjunto arqueológico*, Sevilla, 2004, p. 135.

[51] CRESSIER, Patrice, « De un *ribāṭ* a otro. Una hipótesis sobre los *ribāṭ*-s del Maghreb al-Aqṣà », dans Rafael AZUAR RUIZ (coord.), *Fouilles de la Rábita de Guardamar. I, El ribāṭ califal*, Madrid 2004, p. 212.

[52] ROVIRA I PORT, Jordi, CASANOVA I ROMEU, Angels, « Armas y equipos en la Marca Superior de al-Andalus. El reducto rural islámico de Solibernat (Lleida) y su panoplia militar en la primera mitad del siglo XII », dans *Gladius*, 26 (2006), p. 149-174. MONTÓN BROTO, Félix « Los materiales islámicos del yacimiento de Zafranales (Fraga, Huesca) », dans *Bolskan*, 4 (1997) p. 157-231.

[53] GILOTTE, LANDOU, CALLÈDE, « Albalat, une ville de gué fluvial (Romangordo, Cáceres) », p. 366.

[54] Les restes de faune sont étudiés par J. A. GARRIDO GARCÍA (Membre du groupe de recherche RNM118, EBD-CSIC et IGME).

[55] BRUNNER, Georg, « Eine Typologie von Hufnägeln als Mittel für Datierungen », dans *Revue de l'Association Suisse Châteaux Forts*, 12 (2007), p. 1-10.

[56] PESCADOR, Carmela, « La caballería popular en León y Castilla », dans *Cuadernos de historia de España*, XXXIII-XXXIV (1961), p. 101-238 ; XXXV-XXXVI (1962), p. 56-201 ; XXXVII-XXXVIII (1963), p. 88-198 ; XXXIX-XL (1964), p. 169-260, voir p. 239.

guerre[57]. L'apparition, certes très ponctuelle, d'éperons et même d'étrier[58], vient d'ailleurs renforcer cette assertion, même si l'absence de différenciations typologiques entre les équipements utilisés par les musulmans et les chrétiens[59] ne permet pas de confirmer qu'ils appartenaient aux occupants du site (Fig. 3). Beaucoup moins anecdotiques et clairement liées aux besoins alimentaires de la population, les marques de découpe laissées sur un certain nombre d'ossements d'équidés (chevaux et ânes, sans distinction d'âge) démontrent qu'ils ont été mangés. Ce qui est une entorse aux pratiques alimentaires et à la très haute considération dans laquelle étaient tenues ces bêtes pourrait se justifier par un épisode de disette ou de guerre. Bien que les opinions des juristes fussent partagées à ce propos, hésitant entre une action licite et blâmable[60], les études archéozoologiques montrent que la consommation de la viande d'équidés n'était pas un fait totalement inhabituel en al-Andalus[61] mais les proportions ne semblent jamais comparables à celles atteintes à Albalat. Les textes attestant une telle pratique

---

[57] Animal hautement considéré dans la culture arabe. ÁLVAREZ DE MORALES, Camilo, ROLDÁN CASTRO, Fátima, « Sobre el caballo en la cultura árabe », dans Camilo ÁLVAREZ DE MORALES (coord.), *Ciencias de la naturaleza en Al-Andalus: textos y estudios*, IV, Granada, 1996, p. 265-297). Le cheval est mentionné par le Coran et les *ḥadīt*-s (RIBAGORDA CALASANZ, Aurora, « Los animales en los textos sagrados del Islam », dans *Espacio, tiempo y forma. Serie III, Historia medieval*, 12 (1999), p. 101-138 voir p. 116-118. Parmi les nombreux travaux soulignant son importance dans les stratégies militaires en Al-Andalus, voir : MORALES MUÑIZ, Dolores Carmen « El caballo en la Edad Media. Un estado de la cuestión », dans *Homenaje al profesor Eloy Benito Ruano*, vol. 2, 2010, p. 537-552 voir p. 541, n. 5 ; AGUILERA PLEGUEZUELO, José, *El caballo árabe en la historia y en los manuscritos árabes de Oriente*, Córdoba, 2006, p. 79, 82 et p. 107.

[58] Le mobilier équestre fait l'objet d'une révision et étude par Nicolas Portet (LandArc) depuis 2018.

[59] SOLER DEL CAMPO, Álvaro, « Guerra y armamento hacia 1200 d.C », dans Juan Zozaya (dir.), *Alarcos: el fiel de la balanza*, Toledo, 1995, p. 129-145 voir p. 93. On notera que les exemplaires d'Albalat possèdent une pointe beaucoup moins développée que ceux d'Alarcos, datés de la fin du XII^{e} siècle, ou même de Vascos (DE JUAN ARES, *Análisis de un centro de poder*, p. 340 pl. 3) fin XI^{e}-XII^{e} siècle.

[60] ARCAS CAMPOY, María, « Referencias zoológicas en los tratados de derecho islámico », dans Camilo ÁLVAREZ DE MORALES (coord.), *Ciencias de la naturaleza en Al-Andalus : textos y estudios*, V, Granada, 1998, p. 11-19 voir p. 15.

[61] Des indices de consommation d'équidés ont été détectés sur plusieurs sites de divers types et chronologies, tels Vascos, Alarcos, Olmos, La Gavia III, etc. (ESTACA-GÓMEZ, Verónica, MALALANA-UREÑA, Antonio, YRAVEDRA, José, LINARES MATÁS, Gonzalo José, et MORÍN DE PABLOS, Jorge, « Economic implications of livestock management strategies in the centre of the Iberian Peninsula, Tagus Basin, and Mancha Alta region between the VIII and XI centuries », *Archaeological and Anthropological Sciences*, published online 05 February 2018, (https://doi.org/10.1007/s12520-018-0607-9. Consultation : 1/03/2018).

la relient à des contextes de siège, tel celui que souffrit le *ǧund* syrien à Ceuta lors du soulèvement berbère de 742[62]. La place très conséquente de l'activité cynégétique dans le ravitaillement carné est un autre aspect mis en évidence, caractéristique des sociétés frontalières et militarisées[63].

Fig. 3 – Éperon en fer forgé (dimensions : L. : 12 cm, l. : 1,1 cm, Ép. : 0,4-0,8 cm, Poids : 71 g)

Au-delà de l'atelier de noix d'arbalètes et de petits arsenaux de fers de trait, on peut également suivre la trace du contingent d'Albalat dans un tout autre registre qui, bien que non militaire, peut être compris comme l'occupation des temps de pause ou d'accalmie : celui des loisirs. Si les mérelles gravées sur des dalles, isolées ou regroupées dans un même patio, ne constituent pas un élément probant car elles étaient prisées par toutes les couches sociales, même les plus humbles, les échecs sont en revanche moins répandus – pour ne pas dire exceptionnels en contexte de fouilles[64] – et se présentent, traditionnellement, comme le jeu par excellence des élites,

---

[62] *Aḫbār maǧmū'a fī fatḥ al-Andalus* [*Ajbar Machmuâ*], éd et trad. esp. Emilio LAFUENTE Y ALCÁNTARA, *Crónica anónima del s. XI*, Colección de obras arábigas, Real Academia de la Historia, Madrid, 1867, éd. p. 37, trad. p. 47.

[63] Un aperçu des résultats obtenus par J. A Garrido García (voir *supra* n. 54) est proposé dans ROS, Jérôme, GARRIDO GARCÍA, José Antonio, RUÍZ ALONSO, Mónica, GILOTTE, Sophie « Bioarchaeological results from the House 1 at Albalat (Romangordo, Extremadura, Spain): agriculture, livestock and environment at the margin of al-Andalus », dans *Journal of Islamic Archaeology*, Special issue (5-1) *Agropastoral Landscapes of the Islamic World: Producing, Trading and Feeding*, 2018, p. 71-102.

[64] GILOTTE, « La frontière à l'époque almorávide », p. 184 et n.° 95. GILOTTE et CÁCERES GUTIÉRREZ (éd.), *Al-Balât*, p. 149-150.

qui pouvaient éventuellement être guerrières[65] (Fig. 4 et 5). Le pion et la tour sculptés dans des os de grands mammifères qui ont été trouvés dans les niveaux d'abandon d'une cuisine constituent la version bon marché et peut-être locale des luxueuses pièces d'ivoire ou de cristal de roche qui arrivèrent au cours du Moyen Âge dans la péninsule en provenance d'Égypte et d'Iran. La silhouette stylisée de la tour s'éloigne des modèles souvent plus trapus aux merlons inclinés et/ou pointus qui circulaient en

Fig. 4 – Mérelle incisée sur la dalle d'un patio.

[65] Mais le manque d'informations à ce sujet, pour le contexte d'al-Andalus, rend toute assimilation rapide du jeu d'échecs avec l'aristocratie, éventuellement militaire, forcément périlleuse.

Fig. 5 – Tour et pion d'échecs taillés dans des os de grands mammifères.

Orient et en Occident[66], tandis que la forme du pion annonce celle donnée aux exemplaires représentés dans *El Libro de los juegos* du roi d'Alphonse X, achevé en 1283 (Madrid, Real Biblioteca del Monasterio de El Escorial).

Les bases pour aborder les assaillants sont plus solides et tangibles : en effet, on part du principe que la grande majorité des fers de trait et autres types de projectiles recueillis à Albalat entre les débris de tuiles et sur les niveaux de sol appartiennent aux assaillants.

L'armement des assiégeants

On possède, avec un total de plus de 290 pointes de flèches et carreaux en fer forgé pour la plupart trouvés dans les niveaux correspondant à la dernière occupation de l'établissement, un aperçu relativement représentatif de l'armement offensif. Il est significatif que toutes appartiennent au genre des armes de jet ou de trait, tandis que celles caractéristiques des combats

[66] Voir, par exemple, les tours provenant des fouilles du château de Mayenne, X^e^-XII^e^ siècle ou de Paladru, début du XI^e^ siècle, etc. (Grandet, Mathieu et Goret, Jean-François [dir.], *Échecs et trictrac. Fabrication et usages des jeux de table au Moyen Âge*, Paris, 2012, p. 76, n° 2, p. 110-111, n.° 2).

rapprochés (lances, épées) et de l'armement défensif (casques, cottes de mailles, boucliers)[67] sont quasiment absentes de nos découvertes.

Elles se divisent en trois grandes familles morphologiques[68]. La première comprend une vingtaine de pointes légères et plates de forme triangulaire avec des pennes latérales peu développées, et qui sont prolongées par une soie rarement bien conservée (Fig. 6a, b). Bien que traditionnellement associées aux activités cynégétiques en raison de leur capacité d'entaille provoquant des lésions internes[69], elles pouvaient être employées dans des contextes belliqueux en cas de besoin[70]. Des exemplaires plus ou moins semblables se retrouvent dans différents contextes péninsulaires datés entre les X^e^-XIII^e^ siècles.

Le second type, qui est largement prédominant, correspond à des fers de section quadrangulaire pourvus d'une douille circulaire dans laquelle venait se ficher une hampe en bois[71] (Fig. 6c-e). Cette famille admet certaines variantes, comme la présence d'un pincement marqué qui individualise la tête du reste du corps, un profil plus ou moins effilé, la relation douille/tête, et des longueurs totales comprises entre 9 cm y 12 cm (avec une moyenne autour des 10-11 cm). Les exemplaires les plus stylisés, à la morphologie à la fois plus facettée et plus massive, unie à un poids clairement supérieur (jusqu'au double), constitue le troisième type qui pourrait être le plus facilement assimilé à des carreaux d'arbalète (Fig. 6f-g). Bien que cette dernière ne s'imposât pleinement que dans la seconde moitié du XII^e^ siècle grâce à son tir précis et puissant, maintes attestations archéologiques (dont les systèmes de détente à noix en bois/pédoncules de cervidé[72]) montrent

---

[67] Seuls ont été trouvés quelques éléments pouvant correspondre à une poignée et à des umbos en fer, avec des parallèles dans le petit établissement fortifié de Solibernat (Lérida) : ROVIRA I PORT, CASANOVA I ROMEU, « Armas y equipos en la Marca Superior de al-Andalus », p. 152.

[68] Un mémoire de master soutenu en 2014 par Pauline de Keukelaere (Univ. Paris 4, dir. J.-P Van Staëvel et S. Gilotte) qui a débouché sur une thèse actuellement en cours, propose d'affiner cette catégorisation, mais nous ne la reprenons pas ici par souci de simplification et pour ne pas déflorer les résultats de son travail.

[69] SERDON, Valérie, *Étude archéologique de l'armement de trait au Moyen Âge (XI^e^-XV^e^ siècle)*, thèse de doctorat, Université Lumière Lyon 2, 2003, p. 86 (version publiée : *Armes du diable : arcs et arbalètes au Moyen Âge*, Rennes, 2005).

[70] SOLER DEL CAMPO, Álvaro, *El armamento medieval hispano*, *Cuadernos de investigación medieval*, 6 (1986), p. 320.

[71] Les tentatives pour déterminer l'essence utilisée pour fabriquer les hampes ont échoué : les analyses effectuées par Mónica Ruíz Alonso (CCHS-CSIC) sur quatre pointes présentant de potentiels restes organiques minéralisés ont seulement permis de reconnaître dans un cas un angiosperme non identifié, du genre *Ficus* (qui comprend plus de 900 taxons).

[72] Plusieurs ont été trouvées lors des toutes dernières campagnes de fouille, dont dans

qu'elle était maniée avant par les troupes musulmanes et chrétiennes, justifiant l'anathème papal de 1139[73].

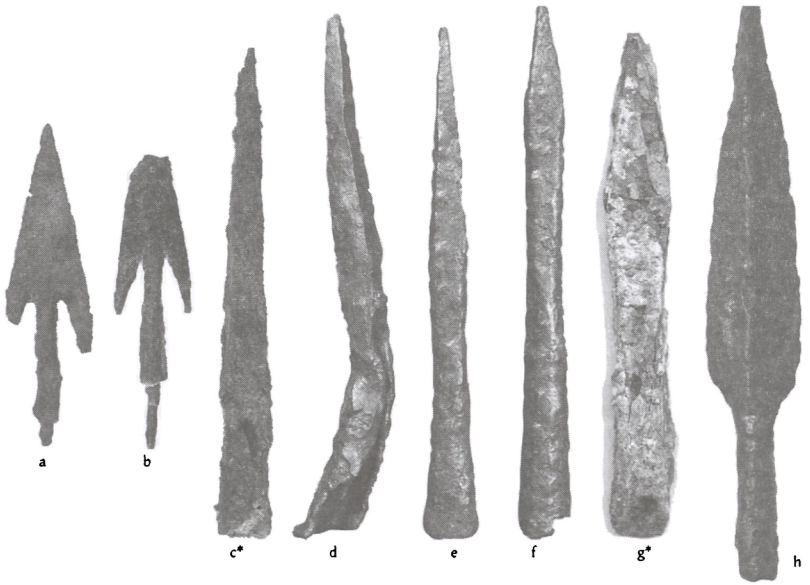


Fig. 6 – a-g : fers d'arc et d'arbalète (* : avant restauration) ; h : pointe de javeline (?).

Ces fers d'arcs ou d'arbalètes[74], qui sont censés être destinés à transpercer les cottes de mailles[75], semblent ici avoir été tirés de façon

---

l'atelier précédemment mentionné. Sans vouloir être exhaustif, on peut rappeler que quelques-unes de ces noix sont apparues dans des contextes datés des X^e^-XII^e^ siècles à Vascos (DE JUAN ARES, *Análisis de un centro de poder*, p. 267), à Zafranales (MONTÓN BROTO, « Los materiales islámicos del yacimiento de Zafranales (Fraga, Huesca) », p. 178 et fig. 36 n.° 59) à Solibernat (ROVIRA I PORT, CASANOVA I ROMEU, « Armas y equipos en la Marca Superior de al-Andalus », p. 164 et fig. 1), ou à Santarém (RAMALHO, Maria M., LOPES, Carla, CUSTÓDIO, Jorge et VALENTE, M^a^ João, « Vestígios da Santarém Islâmica – Um silo no Convento de S. Francisco », dans *Arqueologia Medieval*, 7 (2001), p. 147-183 voir p. 159).

[73] SOLER DEL CAMPO, Álvaro, *La evolución del armamento medieval en el reino castellano-leonés y Al-Andalus (siglos XII-XIV)*, Madrid, 1993, p. 67.

[74] Leur distinction est loin d'être aisée et pose un problème de fond : tandis que selon la typologie établie par V. Serdon (pour l'Occident latin), la plupart des traits d'Albalat devraient être associés à l'arbalète (SERDON, *Étude archéologique de l'armement de trait au Moyen Âge*), on préfère, du côté ibérique, maintenir l'ambiguïté faute d'évidences nettes (SOLER DEL CAMPO, « Guerra y armamento hacia 1200 d.C », p. 175-176).

[75] DÉMIANS D'ARCHIMBAUD, Gabrielle, *Les Fouilles de Rougiers (Var) : contribution à l'archéologie de l'habitat rural médiéval en pays méditerranéen*, Paris, 1980, p. 446.

massive et arbitraire pour semer la panique parmi les occupants au détriment de leur force de pénétration. Malgré une certaine concentration dans des zones incendiées, il ne semble pas qu'ils aient été pourvus d'étoupes enflammées[76]. En revanche, plusieurs pointes présentent des déformations provoquées par la force de l'impact[77], probablement contre des structures résistantes (murs, toitures).

Ces armes de jet sont complétées par deux pointes de javeline lancéolées à nervure axiale prononcée et à emmanchement à large douille[78] pour accueillir une hampe équilibrée par un talon de fer[79] (Fig. 6h). Cette arme se distingue des précédentes par sa portée beaucoup plus courte que celle des arcs ou des arbalètes, qui pouvaient atteindre des dizaines de mètres[80].

---

[76] Les pointes incendiaires clairement identifiées comme telles présentent une typologie très particulière. Voir SERDON, *Étude archéologique de l'armement de trait au Moyen Âge*, p. 87, 90, 153-154 et FINÓ, José Federico, *« Le feu et ses usages militaires »*, dans *Gladius*, 9 (1970), p. 15-31 voir fig. 5. Toutefois, GONZÁLEZ CASTAÑÓN, María, « El castillo de Corullón: estudio de un conjunto de proyectiles en el contexto de las revueltas irmandiñas », dans *Gladius*, 32 (2012), p. 121-138 voir p. 129 se pose une question identique pour des pointes du bas Moyen Âge qui ne présentent pas ces caractéristiques. De même, deux fers très allongés des niveaux almohades de la *qaṣaba* de Silves sont hypothétiquement assimilés à cette fonction (GOMES, Rosa V., *Silves (Xelb), uma cidade do Ġarb Al-Andalus: a Alcáçova*, Lisboa, 2003, p. 162, 202, fig. 131 n.° C224/C2-3, p. 373 fig. 217 n.° Q121/C3-1). La *CAI* mentionne à plusieurs reprises l'emploi de traits enflammés et de naphte lors des conflits (II, §98, 99, éd. p. 76-77, trad. p. 96 ; §198, trad. p. 127).

[77] GILOTTE, « La frontière à l'époque almorávide », n.° 97.

[78] Ce type relativement courant (SOLER DEL CAMPO, *La evolución del armamento medieval en el reino castellano-leonés y Al-Andalus*, p. 307) trouve des parallèles morphologiques, mais avec des dimensions supérieures (pointes de lance), par exemple dans les niveaux datés du XI^{e}-XII^{e} siècle de Marmuyas, dans la province de Malaga (RIU RIU, Manuel, « Materiales de hierro del despoblado medieval de Marmuyas », dans *Cuadernos de Estudios Medievales y Ciencias y Técnicas Historiográficas*, 17 [1992], p. 57-80 voir p. 58, pl. XII), de Mértola (RAFAEL, Lígia, « *Estudo do armamento* islâmico procedente da escavação na encosta do castelo e na alcáçova de Mértola », dans *Arqueologia Medieval*, 6 [1999], p. 123-132 voir p. 130 et fig. 8) ou dans ceux d'Alarcos, fin XII^{e} siècle (DE JUAN GARCÍA, Antonio, CABALLERO KLINK, Alfonso, FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Macarena, « Alarcos medieval: la batalla de Alarcos », dans Juan Zozaya (dir.), *Alarcos: el fiel de la balanza*, Toledo, 1995, p. 41-59 voir fig. p. 50). Mais à Vascos des objets de dimensions semblables sont assimilés à des pointes de flèche (Ricardo IZQUIERDO BENITO, [dir.], *Vascos: la vida cotidiana en una ciudad fronteriza de Al-Andalus*, Toledo, 1999, p. 143-144, n.° 86, 87).

[79] GILOTTE, Sophie, « Regatón », dans GILOTTE et CÁCERES GUTIÉRREZ (éd.), *Al-Balât*, p. 198. Une certaine prudence s'impose avant d'associer systématiquement ces éléments à des armes car ils pouvaient également garnir des manches d'outils.

[80] MOUNIER KUH, Alain, « Les blessures de guerre et l'armement au Moyen Âge dans l'Occident latin », dans *Médiévales*, 39 (2000), p. 112-136 voir p. 128.

À cette panoplie d'armement perforant[81], vraisemblablement tiré depuis l'extérieur de la muraille par des corps spécialisés d' archers et d'arbalétriers, viennent s'ajouter quelques projectiles de granite et de quartzite (environ 5-6 cm de diamètre) suggérant que des frondes étaient aussi employées par l'infanterie[82]. Mais un autre projectile de granite de plus grande taille (diamètre de 20 cm pour un poids de 12 kg), apparu dans le niveau de destruction d'un patio après avoir défoncé un mur mitoyen, est nettement au-delà des capacités du fustibale, fronde à manche bien attestée par les sources textuelles et iconographiques[83] et a nécessairement été lancé par une catapulte – au sens générique d'engin à balancier permettant un tir parabolique[84]. Son profil un peu particulier, sphérique avec une calotte aplatie, a peut-être servi à mieux calibrer son poids et à l'adapter à l'objectif visé[85], si tant est qu'il n'ait pas simplement répondu au besoin plus pragmatique de stabilité pour faciliter son transport[86] (Fig. 7). Une autre anomalie se détecte dans la présence d'une encoche avec des restes de plomb (pour souder un élément d'un autre métal ?) et qui n'a pas, pour le moment, d'explication satisfaisante ; il semble douteux qu'elle ait servi à assurer son maintien dans la fronde (de cuir ou de fibres végétales) qui était fixée à l'extrémité du bras le plus long de la verge mobile[87].

---

[81] Voir la classification proposée par MOUNIER KUH, « Les blessures de guerre et l'armement au Moyen Âge dans l'Occident latin », p. 127-128.

[82] SOLER DEL CAMPO, Álvaro, « El equipamiento militar en el medievo », dans José Ignacio DE LA IGLESIA DUARTE (coord.), *La guerra en la Edad Media. XVII semana de estudios medievales*, Logroño, 2007, p. 147-189 voir p. 173. La *CAI* mentionne l'utilisation de « fundibula », II, §99, 137 éd. p. 77, 108, trad. p. 96, 108. Des projectiles de petites dimensions associés à des frondes sont attestés sur plusieurs sites, par exemple à Silves (GOMES, Rosa V., *Silves (Xelb) uma cidade do Ġarb Al-Andalus: o núcleo urbano, Trabalhos de Arqueologia*, 44, Lisboa, 2006, p. 45-46 ; Gomes, Rosa V., *Silves (Xelb), uma cidade do Ġarb Al-Andalus: a Alcáçova*, p. 184, fig. 125) et à Santarém (*De Scalabis a Santarém*, Catalogue d'exposition, Santarém, 2002, p. 167, n.° 216, 225).

[83] MARTINI, Bernard, « Le fustibale. Une arme oubliée dans l'évocation médiévale », sans date, 12 p., http://www.1186-583.org/Le-Fustibale, consulté : 25/04/2016. FINÓ, José Federico, « Machines de jet médiévales », dans *Gladius*, 10 (1972), p. 25-43 voir p. 28 ; SOLER DE CAMPO, « Guerra y armamento hacia 1200 d.C », p. 145.

[84] CHEVEDDEN, Paul E., « The Invention of the Counterweight Trebuchet: A Study in Cultural Diffusion », dans *Dumbarton Oaks Papers*, 54 (2000), p. 71-116 ; voir p. 73, avec un long appareil bibliographique en note 6.

[85] FINÓ, « Machines de jet médiévales », p. 29.

[86] En effet, l'absence de roches granitiques dans les environs immédiats d'Albalat invite à penser que le projectile a pu être fabriqué plus loin avant d'être apporté.

[87] FINÓ, « Machines de jet médiévale », p. 29 ; CHEVEDDEN, « The Invention of the Counterweight Trebuchet », p. 74.

Fig. 7 – Vues oblique et de profil d'un possible projectile de granite.

Les engins de tir apparaissent fréquemment cités lors des sièges et n'étaient évidemment pas l'apanage de la tactique chrétienne car les deux fronts les employaient depuis fort longtemps. Un passage souvent mobilisé du *Muqtabis* décrit le siège de la forteresse d'Alange[88] où avait trouvé

[88] MOLINA, Luis, « Vencedor y vencido: Hāšim b. 'Abd al-'Azīz frente a Ibn Marwān al-Ŷillīqī », dans Maribel FIERRO et Francisco GARCÍA FITZ (éd.), *El cuerpo derrotado: cómo trataban Musulmanes y Cristianos a los enemigos vencidos, Península Ibérica, s. VIII-XIII*, Madrid, 2008, p. 507-531 voir p. 521, 525. MOLÉNAT, Jean-Pierre, « La guerre dans le *Muqtabis* II-2. L'histoire d'Ibn Marwān al-Ğillīqī », dans *VI Jornadas*

refuge Ibn Marwān al-Ǧillīqī pour échapper aux troupes de l'émir Muḥammad I en 875 ; il y est précisé que les pierres lancées par les machines de guerre (*manǧānīq*) causèrent quelques pertes parmi les rebelles. Plus tard, ce fut au tour de la muraille de Silves (Portugal) d'être détruite à l'aide de catapultes par les troupes du roi 'abbādīde[89]. En revanche, le lexique de la *CAI* est trop vague, du fait de sa forte inspiration biblique et d'une méconnaissance des tactiques militaires[90], pour que l'on puisse déterminer s'il fait bien référence à des catapultes (« machinas », « tormenta ad lapides »)[91]. Il est donc plausible, mais non certain, qu' il y en ait eu parmi les différentes machines de guerre utilisées en complément de beffrois pour affaiblir les murailles et détruire les tours de la ville de Coria[92]. Malheureusement, déterminer le type exact de machine qui fut employé contre Albalat est encore plus illusoire, du moins sans mener une recherche spécifiquement orientée en ce sens, laquelle fait défaut dans les études ibériques médiévales. Même si la récente étude de P. E. Chevedden avance l'introduction du contrepoids mobile (machines type trébuchet) au début du XII[e] siècle ou même avant[93] au Moyen Orient, cette innovation technique qui améliora considérablement les performances relatives à la portée et au poids des boulets, ne semble pas s'être diffusée à une date aussi précoce dans la Méditerranée occidentale. On peut donc considérer, de façon très théorique, que les engins utilisés dans la péninsule Ibérique au milieu du XII[e] siècle étaient encore à traction humaine ou, dans le meilleur des cas, des modèles hybrides alliant contrepoids et énergie humaine[94].

Compte tenu de la configuration topographique du site d'Albalat, diverses hypothèses peuvent être formulées quant à l'emplacement de la machine, tout en excluant d'emblée une localisation en contrebas de

---

Luso-Espanholas de Estudos Medievais: A guerra e a sociedade na Idade Media, Coimbra, 2009, p. 491-499, voir p. 495-496. FRANCO, Bruno, « La revuelta de 'Abd al-Raḥmān bn Marwān al-Ŷillīqī bn Yūnus en el Occidente de al-Andalus: itinerarios y asentamientos », dans Bruno FRANCO, Miguel ALBA et Santiago FEIJOO (éd.), *I-II Jornadas de Arqueología e Historia Medieval. La marca inferior de al-Andalus*, Mérida, 2011, p. 275-295 voir p. 283 (selon la version du *Bayān*).

[89] TAHIRI, *Ahmed, Rif Al-Magrib y Al-Andalus*, Granada, 2007, p. 184.

[90] *CAI*, p. 96 note 95. Voir également le dossier de G. Martin (dir.), *La Chronica Adefonsi imperatoris*.

[91] Par exemple : *CAI*, I, §50, éd. p. 41, trad. p. 78 ; II, §99, 151, 156, 194, éd. p. 77, 118, 121, 154, trad. p. 96, 112, 114, 126.

[92] *CAI*, II, §159, éd. p. 123, trad. p. 114 : « *et iussit artificibus suis facere quamdam turrem ligneam, quae eminebat super muros civitatis, et machinas et ballistas et vineas, cum quibus coeperunt suffodere muros civitatis et destruere turres* ».

[93] CHEVEDDEN, « The Invention of the Counterweight Trebuchet », p. 76.

[94] CHEVEDDEN, « The Invention of the Counterweight Trebuchet », p. 74. FINÓ, « Machines de jet médiévales », p. 29.

l'objectif (et donc au pied de la muraille nord). Les collines qui bordent la petite vallée qui s'ouvre sur la rive nord du Tage sont altimétriquement intéressantes mais trop distantes (car elles obligeraient à couvrir une portée de plus de 200 m, ce qui n'est pas envisageable) ; une option plus convaincante serait de la situer sur les terrains qui jouxtent à l'est et au sud la muraille et qui présentent une cote égale ou supérieure.

Un attirail incomplet et les limites de la représentation

Il faut bien avoir présent à l'esprit que ces différents objets, quelque représentatifs qu'ils soient, n'offrent qu'une image très imparfaite de l'attirail militaire. Les découvertes de nombreuses lames de couteaux à soie, certaines de dimensions notables, ont volontairement été omises ici car il s'agit d'un instrument extrêmement versatile ; cependant, sa fonctionnalité comme arme blanche ne fait pas de doute lorsqu'il apparaît, comme à Alarcos, sur les champs de bataille[95].

La plupart des fers de trait retrouvés renvoient à l'armement abandonné sur place, soit parce qu'il était trop commun pour prendre la peine de le récupérer, soit parce qu'il était devenu inutilisable[96]. C'est donc en tenant compte de leur position stratigraphique qu'on a pu attribuer la grande majorité d'entre eux – à l'exception d'au moins deux petits dépôts – aux troupes chrétiennes, et non en prenant appui sur leur morphologie, pour la simple raison que celle-ci est de peu d'utilité. Outre le fait que les types de fer décrits sont très fréquents dans la péninsule avant le XIV^{e} siècle, le consensus général, dont Á. Soler del Campo est le porte-parole, insiste sur le fait qu'il n'est pas possible, à l'heure actuelle, de les rattacher à un environnement culturel concret, puisqu'ils apparaissent aussi bien dans des contextes chrétiens qu'en territoires musulmans[97]. De même, les projectiles lithiques sont pour le moment trop isolés et trop peu nombreux pour donner une idée précise de la place que purent avoir les frondes et les engins plus lourds de siège ou de l'intensité de leurs bombardements (pouvant être concentrés en dehors de la muraille).

L'absence d'armes plus nobles, telles les épées, ou encore d'un attirail défensif pourrait être vue dans cette perspective de récupération, mais il est

---

[95] DE JUAN GARCÍA, CABALLERO KLINK, FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, « Alarcos: diez años de investigación arqueológica », p. 236, fig. 15. Soler del Campo, « Guerra y armamento hacia 1200 d.C », p. 145.

[96] SOLER DEL CAMPO, *El armamento medieval hispano*, p. 39.

[97] SOLER DEL CAMPO, « Guerra y armamento hacia 1200 d.C », p. 176. SOLER DEL CAMPO, « El equipamiento militar en el medievo », p. 172. GOMES, *Silves (Xelb), uma cidade do Ġarb Al-Andalus: a Alcáçova*, p. 161.

plus probable qu'elle reflète le système de combat. La nature des traces de la guerre à l'intérieur de la muraille indique que l'établissement fut victime d'un siège et non la scène de combats rapprochés, corps à corps[98].

Toutefois, l'assaut ne s'arrêta pas là : les destructions délibérées de certains bâtiments, associées à des traces de pillage et de vandalisme (schéma de dispersion de certaines céramiques fragmentées, vaisselier d'une demeure rassemblé dans sa cour, couvercle d'un coffret arraché, etc.) indiquent que les assaillants envahirent le site et cherchèrent à en interdire la réoccupation. La précipitation du départ s'entrevoit également au travers de l'abandon d'une petite cache monétaire ou dans le mobilier laissé sur place.

Une question qui découle naturellement de cette situation est celle du sort de ses habitants, civils et militaires. Ont-ils été exterminés, chassés ou faits prisonniers ? L'absence de cadavres dans les décombres est en soi une donnée qui soulève bien évidemment des interrogations auxquelles nous ne pouvons répondre sans tomber dans le domaine de la spéculation. Y eut-il des morts lors de l'attaque, ont-ils été inhumés ? Les rares cas connus appartenant à des contextes de guerre suggéreraient le contraire : on songe à l'individu abattu par un tir d'arbalète associé à la conquête définitive de Silves en 1248 et laissé sans sépulture[99] ou aux restes des dépouilles mutilées jetées pêle-mêle dans un fossé à Alarcos[100] (avec la différence, qui n'est pas moindre, que cet exemple renvoie à une bataille rangée). Mais F. García Fitz rappelle qu'en dépit d'une logique de reconquête, les pactes n'étaient pas rares et l'ennemi n'était pas systématiquement passé par le fil de l'épée[101]. Qu'ils prirent la fuite, comme le suggère la Chronique, serait la possibilité la moins convaincante car sans doute la plus compliquée en cas de siège... Mais ne pourrait-on pas imaginer qu'une partie de la population, du moins les civils (encore resterait-il à définir la notion de « civils » dans ce contexte), ait déjà évacué les lieux ? Le cloisonnement hâtif de certains espaces du secteur septentrional pourrait bien aller dans le sens d'un moment de crise qui précéderait l'assaut final. On se heurte là aux non-dits de l'histoire, qu'elle soit textuelle ou matérielle, et il n'est pas

---

[98] Le campement chrétien, établi à l'extérieur de la muraille, doit donc se trouver dans une zone non documentée par l'intervention archéologique.

[99] GOMES, *Silves (Xelb), uma cidade do Ġarb Al-Andalus: a Alcáçova*, p. 100-101.

[100] DE JUAN GARCÍA, CABALLERO KLINK, FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, « Alarcos medieval: la batalla de Alarcos », p. 51-53.

[101] GARCÍA FITZ, Francisco, « ¿"De exterminandis Sarracenis"? El tratado dado al enemigo musulmán en el reino de Castilla-León durante la plena Edad Media », dans Maribel FIERRO et Francisco GARCÍA FITZ (éd.), *El cuerpo derrotado: cómo trataban musulmanes y cristianos a los enemigos vencidos (Península Ibérica, s. VIII-XIII)*, Madrid, 2008, p. 113-166 voir p. 115.

certain que la poursuite des fouille apporte dans le futur des éléments plus précis.

Quoi qu'il en soit, toutes ces données fragmentaires mises bout à bout conduisent à réviser le jugement préalablement porté sur la chronique alphonsine, dont les très courts passages dédiés à Albalat peuvent donner lieu à des interprétations ouvertes et, surtout, non contradictoires avec les renseignements archéologiques.

Conclusion

En dépit de l'importance stratégique que put avoir cette terre frontalière, celle-ci fut abandonnée par le pouvoir précisément lorsque la pression chrétienne se fit plus intense, l'ampleur qu'était en train de prendre le mouvement almohade obligeant les Almoravides à transférer l'essentiel de leur lutte armée au Maghreb. Les conditions de la capitulation de la ville de Coria[102] ne laissaient pas présager une issue favorable pour les habitants d'Albalat. Sans espoir d'obtenir un renfort venu de l'extérieur, ils ne pouvaient compter que sur d'éventuels problèmes logistiques des assaillants, la protection de leur muraille ainsi que sur leurs propres ravitaillements. Mais en dehors de récipients de stockage pouvant contenir de l'eau, l'absence de puits et de citerne dans la zone fouillée[103] laisse entrevoir une faille étonnante quand on sait qu'une des priorités des attaquants dut être d'interdire l'accès au fleuve. De plus, la durée du siège ne fut pas nécessairement longue malgré les évidences de la consommation d'équidés[104].

Si l'issue de cette dernière bataille déboucha donc bien sur l'abandon du site, cette offensive ne s'inscrivit pas dans une stratégie d'expansion immédiate et la frontière stagna encore durant quelques décennies[105]. Faut-il concevoir la motivation d'une telle action offensive comme le fruit d'un

---

[102] BURÉSI, *La frontière entre chrétienté et Islam*, p. 122, rappelle que Coria attendit pendant un mois des renforts qui n'arrivèrent pas.

[103] Une seule très hypothétique citerne, localisée sous la cour d'une maison, n'était déjà plus en fonction lors de la dernière phase.

[104] Outre le fait qu'il reste à effectuer une analyse très fine des contextes de trouvaille (la plupart des ossements d'équidés avec des indices de consommation proviennent des derniers niveaux de circulation des rues), on peut imaginer qu'un mauvais concours de circonstances ait obligé à y recourir (cheptel resté pacager à l'extérieur, surtout si le siège a lieu durant l'été, simultanément à des réserves déficientes).

[105] Les terres situées à une quarantaine de kilomètres plus au sud (dominées par Trujillo et Cáceres) ne tombèrent que dans la seconde moitié du XII[e] siècle, lorsque le Portugais Geraldo Sem Pavor s'en empara dans des circonstances très particulières (BURÉSI, *La frontière entre chrétienté et Islam*, p. 211).

opportunisme militaire visant à étouffer un foyer de menaces qui durent être réelles, même si pour le moment l'approche archéologique n'est pas capable d'en déceler de preuves tangibles[106] ? Une certaine contradiction ne manque pas de se dégager entre cette attaque, qui nécessita un certain investissement en hommes, armes et montures (et peut-être en machines de guerre) et l'image transmise d'une intervention spontanée des milices urbaines du Système Central…

Hormis la dernière campagne de refortification (qui peut s'inscrire dans un mouvement plus général entamé dès la fin des années 1120[107]), l'importance de la sidérurgie et la fabrication d'arbalètes, l'état de guerre n'est pas encore bien perceptible dans ce que l'on perçoit de la vie quotidienne d'Albalat. Le registre matériel met en avant des activités artisanales et une gestion du milieu naturel qui ne se démarquent pas de celles d'autres agglomérations rurales plus éloignées du front, si ce n'est peut-être dans la place occupée par le gibier et de certains aliments traditionnellement dits de "crise" [108]. Les courants commerciaux, patents entre autres au travers des productions de céramiques, trahissent un commerce à deux échelles, locale et extrarégionale, qui semblent se restreindre à la sphère d'al-Andalus[109]. On peine à détecter d'éventuels contacts avec les terres sous domination chrétienne : pour le moment, seules deux céramiques pourraient éventuellement correspondre à des productions de la Meseta septentrionale[110]. Mais on ne peut postuler un recul de la consommation et des transactions sur ces seules bases.

---

[106] On ne distingue pas de mobilier qui pourrait être issu des déprédations commises en Castille. De même, il est impossible de déterminer sans l'aide d'analyses isotopiques si une partie des têtes de bétail – ou même des chevaux – a pu être obtenue lors de ces incursions en terres ennemies.

[107] BURÉSI, *La frontière entre chrétienté et Islam*, p. 46.

[108] Ros *et al.*, « Bioarchaeological results from the House 1 at Albalat (Romangordo, Extremadura, Spain): agriculture, livestock and environment at the margin of al-Andalus », p. 84.

[109] CÁCERES GUTIÉRREZ, Yasmina, CAPELLI, Claudio, GARNIER, Nicolas, GILOTTE, Sophie, DE JUAN ARES, Jorge, RICHARTÉ, Catherine, « *Les ḫābīyat*-s (jarres) d'Albalat (1ère m. XIIe siècle, Estrémadure).Vers une approche pluridisciplinaire », dans Henri AMOURIC, Véronique FRANÇOIS et Lucie VALLAURI (éd.), *Jarres et grands contenants entre Moyen Âge et Époque moderne*, Aix-en-Provence, 2016, p. 311-317.

[110] Les pièces n.° 49 et n.° 58 du catalogue d'exposition, dans GILOTTE et CÁCERES GUTIÉRREZ (éd.) *Al-Balât*, p. 100-101 et 110.

Remerciements

Ce projet a reçu le soutien de nombreuses institutions publiques et privées, françaises, espagnoles et suisse depuis son démarrage en 2009 : Municipalité de Romangordo (depuis 2009), Centro de Ciencias Humanas y Sociales-CSIC (2009-2010), UMR 8167-CNRS (2010), Casa de Velázquez (2009 et depuis 2014), Centrale Nucléaire d'Almaraz (depuis 2010), CIHAM UMR 5648-CNRS (depuis 2011), Asociación Madinat Albalat (depuis 2011), Parque Nacional de Monfragüe (2011-2013), Fondation Max van Berchem, Genève (2013-2016), *Diputación provincial* de Cáceres (2015-2018), Ministère de l'Europe et des Affaires Étrangères (depuis 2018). Existe également une étroite collaboration avec la *Escuela Superior de Conservación y Restauración de Bienes Culturales* de Madrid.

LA PLACA DE SESIMBRA Y OTRAS MANIFESTACIONES EPIGRÁFICAS ALMORÁVIDES Y ALMOHADES AL SUR DEL TAJO

M.ª Antonia Martínez Núñez*

En el presente trabajo me propuse analizar una placa de madera con escritura árabe hallada en Sesimbra y relacionarla con otras manifestaciones gráficas coetáneas[1].

La placa fue hallada en una gruta pequeña y de difícil acceso, la Lapa 4 de mayo, del Valle de las Lapas, en Azóia, Cordillera de Arrabida (Sesimbra), que fue identificada en una prospección espeleológica del año 2000 (Fig. 1). El día 14 del mes de agosto del año 2009, se localizó la tabla de madera al levantar unas piedras, durante el curso de los trabajos llevados a cabo para el levantamiento topográfico de dicha gruta (Fig. 2), según se recoge en diversos informes sobre el hallazgo disponibles en línea[2] y en la *Carta Arqueo-*

* Universidad de Málaga.

[1] Cuando los organizadores del congreso internacional celebrado entre los días 19-21 de mayo de 2017, en Palmela, Alcácer do Sal y Sesimbra me invitaron amablemente a participar en él, me propusieron hacerlo con una ponencia centrada en el análisis de una placa de madera con escritura árabe que había sido hallada en Sesimbra. Sobre ello versó mi intervención y ese es el objetivo del presente trabajo, que recoge lo fundamental del contenido de la citada ponencia.

[2] Véase la información proporcionada en *ar-Rābita* (07/06/2011): «A lapa 4 de maio», disponible en línea: http://ar-rabitah.blogspot.com/2011/07/placa-arabe-de-sesimbra-sec-xii.html (consulta: 14/05/2017), en *Sesimbra subterránea*, *Fabuloso Mundo Subterráneo*, en línea: http://sesimbrasubterranea.blogspot.com.es/2009/07/uma-descoberta-fantastica.html (consulta: 31/10/2016) y *Manuscrito árabe descoberto em Sesimbra 14/08/2009*, en Câmara Municipal de Sesimbra en línea: http://www.cm-sesimbra.pt/frontoffice/pages/1077?news_id=3269 (consulta: 31/10/2016)

lógica de Sesimbra[3]. Por consiguiente, es conocido su lugar de procedencia, así como su deposición y las circunstancias de su hallazgo.

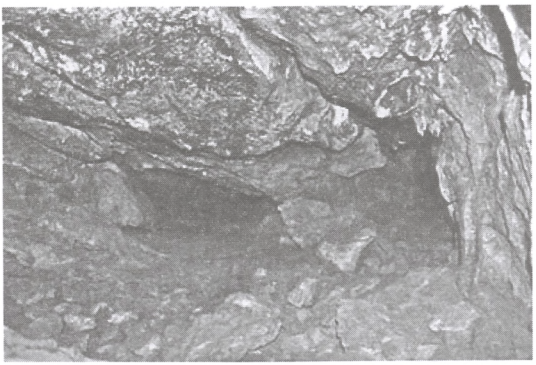


Fig. 1 – Gruta de Azóia. Sierra de Arrábida (Sesimbra).
Foto disponible en http://ar-rabitah.blogspot.com.es/2011/07/placa--arabe-de-sesimbra-sec-xii.html

Fig. 2 – Hallazgo de la placa de madera con escritura árabe
14/08/2009. Foto disponible en línea:
http://sesimbrasubterranea.blogspot.com.es/ 2009/07
uma-descoberta-fantastica.html

Para el estudio de la placa, que se desarrolla a continuación, se comienza con la descripción formal de la pieza, seguida del análisis caligráfico y

[3] CARVALHO, António Rafael, «A antiguidade tardia e a islamização na costa Sesimbrense», en *O Tempo do Risco. Carta Arqueológica de Sesimbra*, Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, 2009, p. 172-191, especialmente p. 184-187.

de la lectura y traducción de su contenido. Después se aborda la relación con otros objetos semejantes, así como la función que habitualmente se les atribuye en el mundo islámico, y se termina con unas breves conclusiones.

Descripción

Es una tabla de madera de cedro de Arrábida, según lo expuesto por L. J. Gonçalves[4], de forma rectangular, con los extremos redondeados. Mide 58 x 15'5 cm y 1 cm de espesor. La parte superior está muy deteriorada y con la madera agrietada en algunos sectores (Fig. 3). El lado superior izquierdo se ha perdido y en el superior derecho hay un fragmento fracturado (Fig. 4), que se ha conservado y encaja en su lugar, al igual que otro fragmento que encaja en el centro de la parte inferior (Fig. 5). Se observan sendas hendiduras arriba y abajo, probablemente restos de algún sistema de sujeción. Presenta escritura árabe tanto en el anverso como en el reverso, distribuida en renglones regulares que ocupan toda la superficie de la placa, dejando sólo en la parte inferior alrededor de un cuarto de la superficie sin

Fig. 3 – Detalle del deterioro en la parte superior.
Reverso de la placa.
Foto: Divisão de Cultura e Bibliotecas da
Câmara Municipal de Sesimbra.

[4] GONÇALVES, Luís Jorge, «Arrábida Santuário de muitas culturas no tempo», *III International Congress Santuários, Valmonica, Italy, 9-13 july 2016*, *Revista Santuários* (2016), p. 5, disponible en línea:
http://www.ccsp. it/web/santuarios2016/programma%20e%20pdf%20vari/pdf_articoli /Goncalves.pdf (consulta: 31/10/2016)

grafía. La escritura de los renglones superiores ha desaparecido casi en su totalidad y en los restantes hay algunos sectores con la escritura bastante nítida y bien conservada, mientras que en otros los trazos son muy tenues, apenas perceptibles.

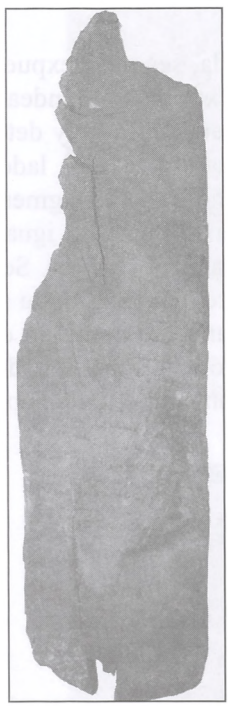


Fig. 4 – Anverso de la placa, roturas en la parte superior derecha y en el centro de la inferior. Foto: Divisão de Cultura e Bibliotecas da Câmara Municipal de Sesimbra.

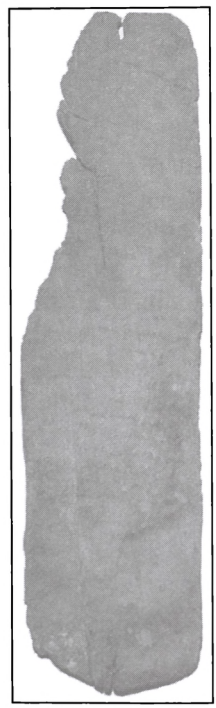


Fig. 5 – Anverso de la placa con los fragmentos que encajan en la parte superior derecha y en el centro de la inferior. Foto: Divisão de Cultura e Bibliotecas da Câmara Municipal de Sesimbra.

Análisis caligráfico

En estudios publicados sobre el tema se ha afirmado, acerca del tipo de grafía utilizado en la placa, que está escrita en cúfico, en «*estilo cúfico propio del siglo XII*»[5], o como se señala en otro lugar, «*estamos perante um estilo cúfico, coerente com o que era usado no século XII, em contexto Almorávida*»... «*estamos provavelmente perante um texto de tipo 'Magre-*

[5] CARVALHO, «A antiguidade tardia», p. 186.

bino' ou local, pouco cuidado, mais de um ambiente 'popular' do que 'erudito', escrito numa forma rápida»[6].

En realidad, el tipo de grafía usado en esta placa (Fig. 6) es manifiestamente diferente de la escritura cúfica medieval, especialmente de la andalusí, tanto la realizada con cálamo sobre papiro o papel[7] -se puede observar en el denominado "Corán Azul" (Fig. 7), del siglo X y en copias del Corán

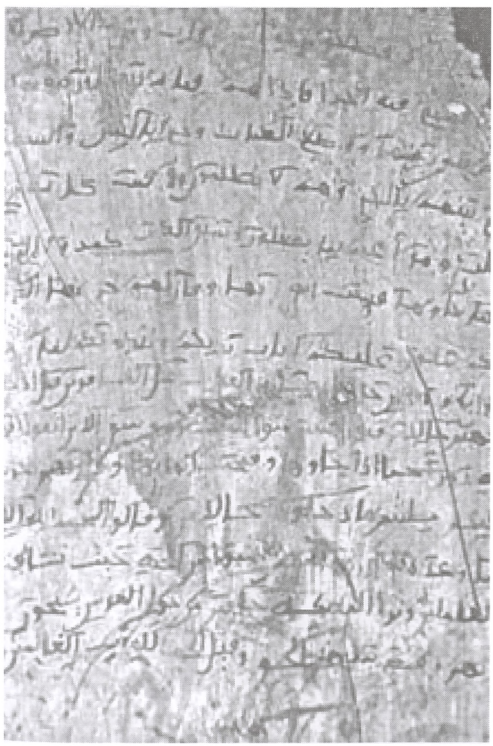


Fig. 6 – Reverso de la placa de Sesimbra. Detalle de la grafia. Foto: Divisão de Cultura e Bibliotecas da Câmara Municipal de Sesimbra.

[6] PINTO, Orlando, «Lapa 4 de mayo», informe del año 2014, disponible en línea: http://www.sesimbra.com/grutas/grutas-e-lapas/serra-da-azoia/lapa-4-de-maio.html (consulta: 29/11/2017), citando a Nicole Cottart como una de los arabistas consultados, a través de *O Tempo do Risco. Carta Arqueológica de Sesimbra*, p. 186-187; CARVALHO, «A antiguidade tardia», p. 186, expone que fueron dos los arabistas eminentes consultados, António Rei y Nicole Cottart.

[7] Sobre la paleografía árabe del Magreb y al-Andalus, véanse los trabajos y publicaciones recientes de BONGIANINO, Umberto, cuya tesis de doctorado, *The origin and development of maghribī round scripts. Arabic palaeography in the islamic west (4th/10th-6th/12th centuries)*, Universidad de Oxford, 2017, versa sobre el mismo tema. Algunos de ellos disponibles en línea: https://oxford.academia.edu/Umberto Bongianino (consulta: 20/04.17).

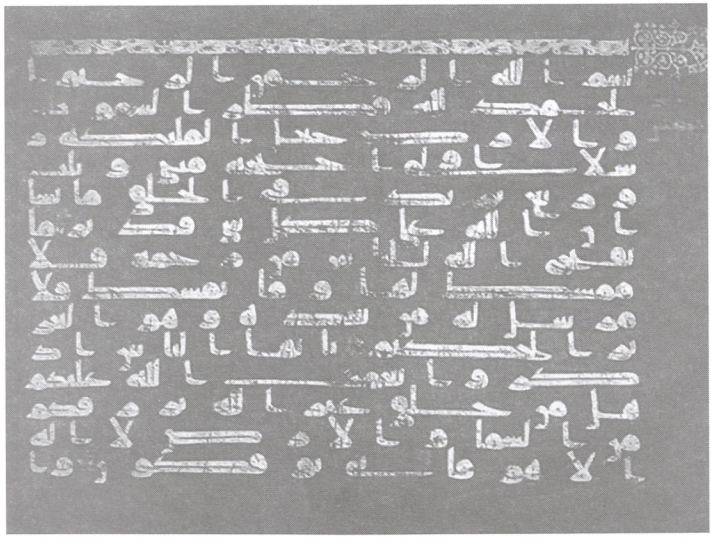


Fig. 7 – Página del Corán Azul (s. X). Museo de Arte Islámico de Raqqāda, Kairouan (Túnez). Foto disponible en línea: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4e/Der_blaue_Koran%2CKairouan.JPG?uselang=es

Fig. 8 – Páginas de copias del Corán en cúfico: 1. Museo de Arte Islámico de Raqqāda, Kairouan (Túnez) (primeras décadas s. XI); 2. Copia realizada en Córdoba (s. XII).

posteriores, de los siglos XI y XII (Fig. 8)–, como la modalidad epigráfica, la escritura cúfica monumental tallada sobre piedra (Fig. 9)[8] o en otros materiales, como cerámica (Fig. 10)[9] o madera (Fig. 11)[10].

Fig. 9 – Fragmentos de una lápida de mármol usada como quicialera. Epitafio de un varón (m. 488/1095). Museo Arquelógico de Badajoz.

[8] Sirva de muestra la estela funeraria del siglo XI, que fue hallada en la Alcazaba de Badajoz; MARTÍNEZ NÚÑEZ, M.ª Antonia, *Epigrafía árabe del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz*, Badajoz, Junta de Extremadura, Badajoz, 2013, n.º 5, p. 8-9.

[9] Un ejemplo lo proporciona la estela funeraria en cerámica, hallada en Vegas de Alameda, Fuente del Maestre (Badajoz), de cronología almohade y con grafía cúfica incisa; MARTÍNEZ NÚÑEZ, *Epigrafía árabe del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz,* n.º 10, p. 22-23. A pesar de que BARCELÓ, Carmen, «Epigrafía árabe del emirato (siglo IX). Lápida de Tudela y estela de un ameya», *Arqueología y Territorio Medieval,* 25 (2018), p. 7-27, le ha otorgado a esta estela una cronología emiral, por sus rasgos gráficos (p. 9, nota 3), yo me ratifico en otorgarle una cronología almohade, por el material utilizado, por el formulario y también por sus rasgos gráficos, que se dan también en epígrafes de cronología tardía, especialmente el ápice descendente con un breve retroceso a la derecha (en *al-sāᶜa*, en *fī-hā* o en *ṣāma*) que presenta el *alif* en posición medial/final, que sólo se documenta en la epigrafía andalusí a partir del siglo XI.

[10] Así se observa en los arrocabes de Madera procedentes de la Alcazaba de Málaga, siglo XII: ACIÉN ALMANSA, Manuel, MARTÍNEZ NÚÑEZ, M.ª Antonia, *Catálogo de las inscripciones árabes del Museo de Málaga*, Madrid, Ministerio de Cultura, 1982, n.º 30, p. 44, lám XXXIV, 1-3.

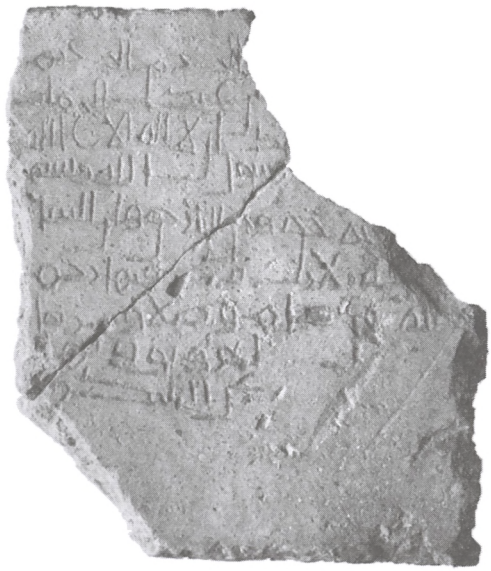


Fig. 10 – Ladrillo funerario con el epitafio de un varón, hallado en Fuente del Maestre, Badajoz (2.ª mitad s. XII, 1.ª mitad s. XIII). Museo Arqueológico de Badajoz.

Fig. 11 – Tableros de arrocabe. 1.ª mitad s. XII. Alcazaba de Málaga. Museo de Málaga.

En la placa de madera de Sesimbra se puede observar que se trata de una grafía utilitaria (Fig. 12), cursiva, con anotación subsidiaria de puntos diacríticos y de vocales breves. Es una grafía de tipo ordinario, fluida, propia de la realización manuscrita con cálamo y tinta, por lo que tampoco guarda mucha relación con la grafía cursiva del registro epigráfico, que se

generalizó en el Magreb y al-Andalus a partir de la segunda mitad del siglo XII. Así se puede comprobar en los dos capiteles hallados en Santarém[11], de cronología almohade (Fig. 13), y en la estela funeraria con arco inscrito

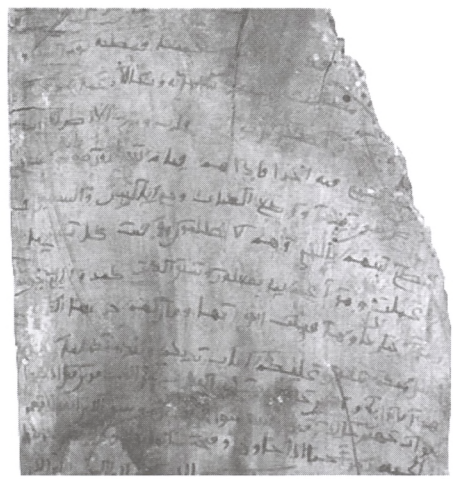


Fig. 12 – Reverso de la placa Sesimbra. Detalle de la grafia. Foto: Divisão de Cultura e Bibliotecas da Câmara Municipal de Sesimbra.

Fig. 13 – Capitel de cronología almohade. Inscripción cursiva. Museu Municipal de Santarém.

[11] LABARTA, Ana, BARCELÓ, Carmen, «Inscripciones árabes portuguesas: situación actual», en *Al-Qanṭara*, 8 (1987), Madrid, p. 395-420, especialmente n.º 35-36, p. 415-416; TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago, *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, Fundação Círculo de Leitores e Autores, 1998, p. 108, figuras 64 y 65; CUSTODIO, Jorge, «Capitel. Mármore branco», en *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, Ministério de Cultura, 1998, n.º 11, p. 75-77; MARTÍNEZ NÚÑEZ, M.ª Antonia, «Al-Andalus y la documentación epigráfica», en SIDARUS, Adel (ed.), *Fontes da historia de al--Andalus e do Gharb*, Lisboa, Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 2000, p. 109; MARTÍNEZ NÚÑEZ, M.ª Antonia, «Ideología y epigrafía almohades», en CRESSIER, Patrice, FIERRO, Maribel, y MOLINA, Luis (ed.): *Los almohades: problemas y perspectivas*, vol. 1, Madrid, Casa de Velázquez, 2005, p. 5-52 , especialmente p. 9-10.

de Évora[12] (Fig. 14). Ni siquiera se asemeja a la grafía nasjí formal, regular y estandarizada de las cancillerías, en las copias de Corán (Fig. 15) y en otros manuscritos magrebíes y andalusíes (Fig. 16). Sí se puede comparar con la grafía de los colofones y anotaciones marginales de algunos de estos manuscritos, que presentan también una escritura informal, personal, con irregularidades en la línea de escritura y de ejecución rápida (Fig. 17).

Fig. 14 – Estela funeraria con grafía cursiva (Q. III, 182) y poema (metro *kāmil*). Cronología almohade. Museu de Évora.

[12] TORRES; MACIAS, *O legado islâmico em Portugal*, n.º 91, p. 127; BORGES, Artur Goulart de Melo, «Lápide funerária. Mármore», en *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, Ministério da Cultura, 1998, n.º 309 p. 253; MARTÍNEZ NÚÑEZ, «Al-Andalus y la documentación epigráfica», 109-110. En una reciente publicación A. Labarta expone sobre esta inscripción, y sobre los dos capiteles citados en la nota precedente, que bien pudieron ser de importación, procedentes del Marruecos meriní; LABARTA, Ana, «Epigrafía árabe sobre piedra en el *Garb* al-Andalus», en MALPICA COELLO, Antonio, y SARR MARROCO, Bilal (ed.), *Arqueología Medieval: Epigrafía árabe y Arqueología Medieval*, Granada, Nakla, Colección de Arqueología y Patrimonio 17. Grupo de investigación *Toponimia, Historia y Arqueología del Reino de Granada*, 2015, p. 205-238, en especial, p. 222-224.

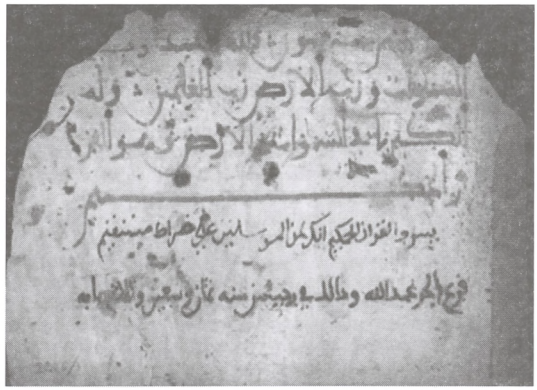


Fig. 15 – Grafía cursiva formal y estandarizada. Página final y colofón de una copia del Corán realizada en al-Andalus a principios el s. XI. Museo de Arte Turco e Islámico de Estambul.

Fig.16 – Grafía cursiva formal y estandarizada. Copia del *Kitāb ŷāmiᶜ al-bayān* de al-Ṭabarī, realizada en Córdoba a principios del siglo XI. Fez, Biblioteca Qarawiyyīn.

Fig. 17 – Anotación marginal y colofón de una copia del Corán (534/1139). Madrid, Biblioteca Nacional.

La puntuación no es de tipo magrebí, porque el grafema *qāf*, cuando va puntuado, lleva dos puntos arriba, unidos en una línea (Fig. 18), y el *fā'* ningún punto (Fig. 19), mientras que es característico de la puntuación magrebí el anotar el *qāf* con un punto arriba y el *fā'* con un punto debajo, como en el término *al-faqīh* (Fig. 20), en la anotación marginal de la copia del Corán del siglo XII, antes citada[13]. La mayor parte de las veces se ha escrito el *alif maqṣūra* como *alif mandūda* o *alif* vertical, por ejemplo, en el término *ujrà*, *y* los dos puntos del *yā'* suelen estar dispuestos en vertical (Fig. 21), como ocurre en algunos manuscritos del siglo XI (Fig. 22).

Fig. 18 – Reverso de la placa de Sesimbra. Detalle de la grafía: anotación del *qāf*.

[13] Véase más arriba la Fig. 17.

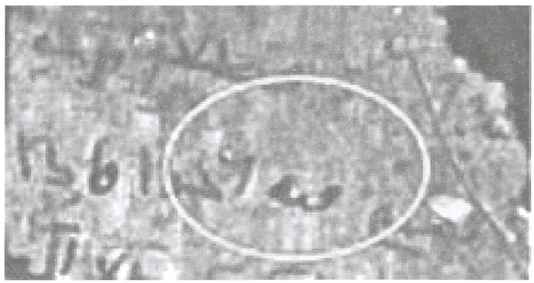


Fig. 19 – Reverso de la placa de Sesimbra.
Detalle de la grafía: anotación del *fā'*.

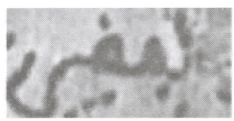


Fig. 20 – Anotación marginal de una copia del Corán del 534/1139 (Fig.18): Detalle de la grafía del término *al-faqīh*.

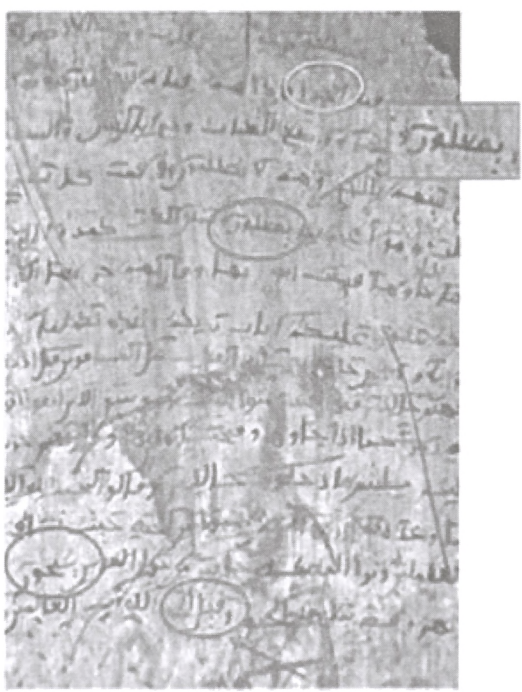


Fig. 21 – Reverso de la placa de Sesimbra. Detalle de la grafía: anotación de puntos diacríticos en *yā'* y de *alif maqṣūra* como vertical.

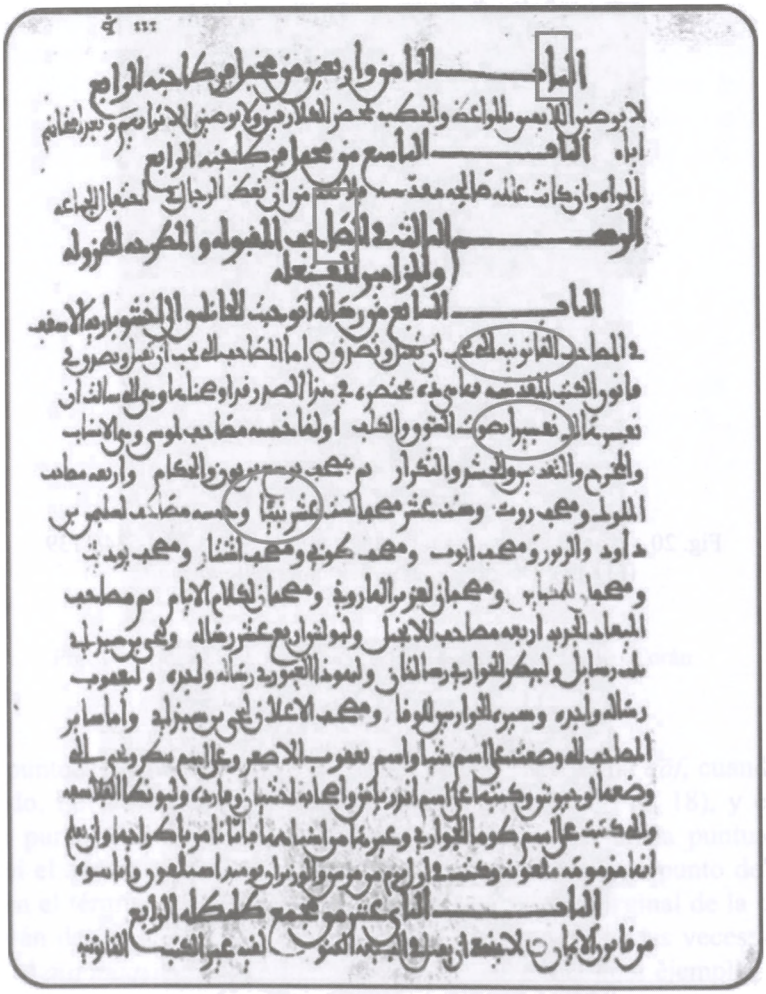


Fig. 22 – Manuscrito de mediados del s. XI. Detalle de la grafía: anotación de los dos puntos del *yā'* y apéndice del *alif*. San Lorenzo de El Escorial, Madrid.

Hay otro rasgo gráfico que remite a una cronología no anterior al siglo XI, el *alif* en posición medial/final con un apéndice que desciende por debajo de la línea de base de escritura (Fig. 23). La mayor incidencia de este rasgo gráfico se produjo a partir de la segunda mitad siglo XI, en todos los registros gráficos, en manuscritos[14] y en epigrafía (Fig. 24)[15]. Otro rasgo

[14] Véase Fig. 22 anterior.

destacable es el pronunciado apéndice final, por debajo de la línea de escritura, de algunos grafemas, como el *qāf* final de *sīqa*, en el que se muestra, además, que el cálamo se ha quedado sin tinta en el proceso de escritura, o como el *rā'* y *nūn* en posición final (Fig. 25).

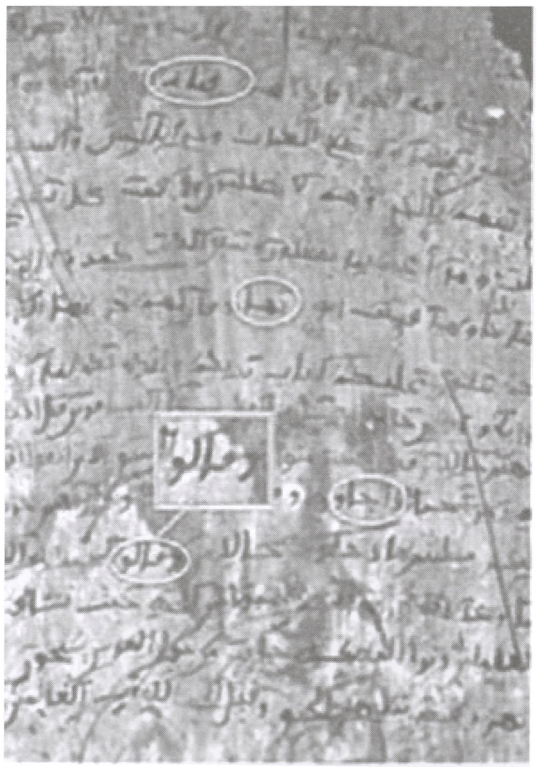


Fig. 23 – Reverso de la placa de Sesimbra.
Detalle de la grafía: apéndice del *alif*.

Estos rasgos marcan un término, una cronología *post quem,* de la segunda mitad del siglo XI, lo que permite aceptar la cronología almorávide, de la primera mitad del siglo XII, que se le ha otorgado con mayor frecuencia a esta placa[16], aunque algún autor la ha fechado en el siglo X[17].

---

[15] Como se puede observar en estos fragmentos epigráficos de la Alcazaba de Málaga, ACIÉN ALMANSA y MARTÍNEZ NÚÑEZ, *Catálogo de las inscripciones árabes del Museo de Málaga*, n.º 29; 18, lám, XXXIII, 2; XIX, p. 43-44; 34-35, y en el ladrillo funerario de Fuente del Maestre, antes citado, véase n. 8 y Fig.10.

[16] CARVALHO, «A antiguidade tardia», p. 178-179, 186-17.

[17] GONÇALVES, «Arrábida Santuário de muitas culturas no tempo», p. 5.

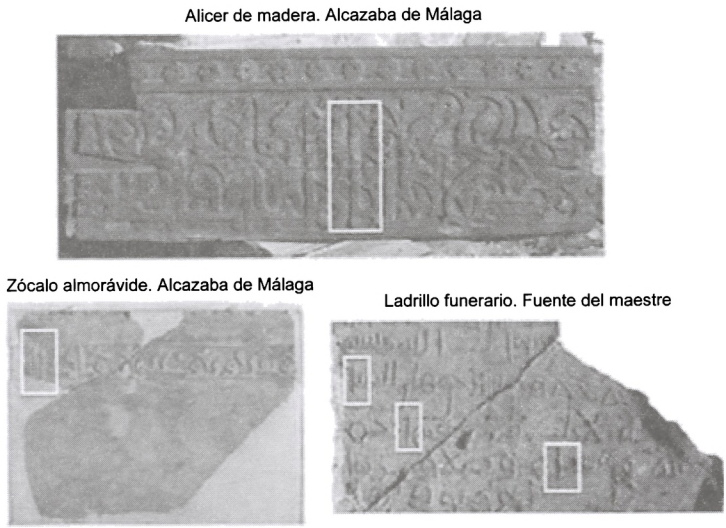


Fig. 24 – Materiales epigráficos de los siglos XI y XII.
Detalle de la grafía: apéndice del *alif*.

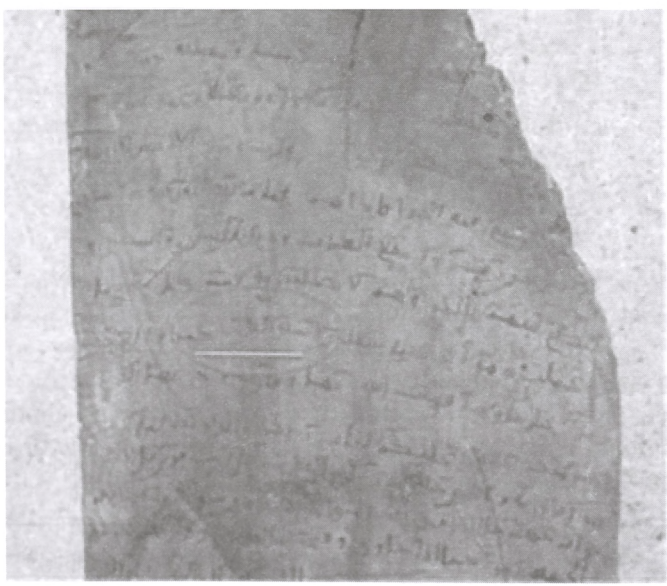


Fig. 25 – Reverso de la placa de Sesimbra. Detalle de la grafía:
apéndices finales de los grafemas *qāf*, *rā'* y *nūn*.
Foto: Divisão de Cultura e Bibliotecas da
Câmara Municipal de Sesimbra.

El texto. Lectura y traducción

Hasta el momento no se ha llevado a cabo, o no se ha publicado, al menos que yo sepa, la lectura y traducción del texto escrito en esta placa de madera. Se han incluido en los análisis publicados y disponibles en internet referencias genéricas a que el contenido es de carácter religioso, que reproduce alguna azora coránica[18]. Se cita en concreto la *sūra* XXXIX y se ofrece la traducción de la misma realizada, según se afirma, por el Cheyj David Munir de la Mezquita de Lisboa[19]. El problema es que la traducción reproducida no responde al contenido de Q. XXXIX (*sūrat al-zumar*, "azora de los grupos"), sino al de Q. XLVIII (*sūrat al-fatḥ*, "azora de la victoria"), y esto ha condicionado los comentarios acerca del significado y contexto histórico de la pieza.

En realidad lo escrito en esta tabla es una reproducción parcial de las azoras XXXVIII y XXXIX del Corán. Como se ha dicho, la placa está escrita por ambas caras: la cara que habitualmente se ha considerado como frente o anverso, por ser la mejor conservada, debe considerarse como el reverso en función de que en ella se reproduce la azora coránica XXXIX, posterior a la de la otra cara, la XXXVIII, y porque al final de su texto se ubica un pequeño círculo, que, en mi opinión, se utilizó para marcar el final del texto (Fig. 26).

En la cara A o anverso son legibles los 13 últimos renglones (Fig. 27), a pesar de que están muy deteriorados y casi borrados en algunos sectores. Así del primero transcrito sólo se pueden leer algunos grafemas. En ellos se reproduce Q. XXXVIII, 22-27. La aleya 27 no está completa, no incluye el final. Hay unos 10-11 renglones iniciales, muy deteriorados y borrados, que debían reproducir aleyas previas de la misma azora. Sólo he restituido de ellos parte de la aleya 21, entre corchetes, para hacer inteligible el texto.

---

[18] CARVALHO, «A antiguidade tardia», p. 186, expone sobre el contenido de la placa: «*Segundo as leituras preliminar dos dois arabistas consultados, estamos perante um texto de natureza religiosa, com alusões a Allah/Deus. Para Nicole Cottart, a «Placa», apresenta uma sūra (texto religioso) de natureza mística, provavelmente ligado à presença de morabitinos, cuja visibilidade e existência encontra-se documentada para o século XII na região*».

[19] PINTO, «Lapa 4 de mayo», ya citado y disponible en línea: http://www.sesimbra.com/grutas/grutas-e-lapas/serra-da-azoia/lapa-4-de-maio.html (consulta: 29/11/2017); SOARES, Ricardo, «A Lapa 4 de Maio & a tábua árabe», en *PhotoArch/Photographic perspectives from Archaeological experiences*, junio 2010, disponible en línea: http://fotoarchaeology.blogspot.com.es/2010/06/lapa-4-de-maio-tabua-arabe.html (consulta: 05/12/2017)

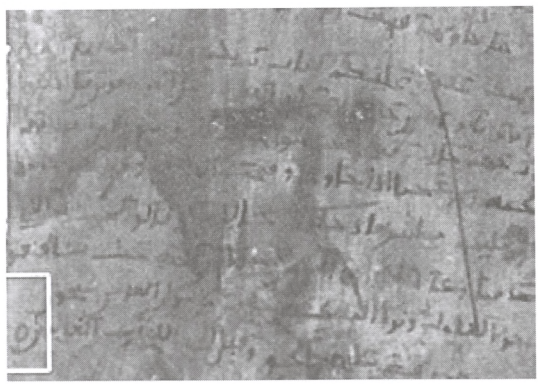


Fig. 26 – Reverso de la placa de Sesimbra.
Detalle del pequeño círculo que marca el final del texto.

Fig. 27– Anverso de la placa de Sesimbra. Sector de 13 últimos renglones legibles. Foto: Divisão de Cultura e Bibliotecas da Câmara Municipal de Sesimbra.

La azora XXXVIII (*sūrat ṣād*), comienza con una amonestación contra los infieles mecanos y trata de la revelación, del Juicio Final (*yawm al-ḥisāb*, "el día de la cuenta) y de la recompensa por las buenas obras y el castigo a los que obran mal. En estas aleyas (22-27) se menciona al profeta Dāwūd (David), al que se le plantea un litigio para ponerlo a prueba[20]

Lectura: la distribución en renglones del texto es la misma del original. Los asteriscos marcan el inicio de cada aleya coránica. Entre corchetes van las partes restituídas

[20] Para la traducción de estos pasajes coránicos se ha seguido a J. Cortés, *El Corán*, edición, traducción y notas Julio CORTÉS; introducción e índice analítico, Jacques JOMIER, Barcelona, Herder, 1999. Sobre el contenido, significado e interpretaciones de esta *sūra* y de estas aleyas; NASR, Seyyed Hussein (ed.), *The study Quran. A new translation and commentary*, Nueva York, HarperCollins Publ., 2017, p. 1101-1116.

[اذ دخلوا على داود ففزع منهم قالوا]*
لا تخف خصمان بغى [بعضنا على بعض فاحكم بيننا]
بالحق ولا تشطط واهدنا الى سواء الصراط
ان هذا اخي له تسع وتسعون نعجة ولي نعجة*
واحدة فقال اكفلنيها وعزني في الخطاب * قال لقد
ظلمك بسؤال نعجتك الى نعجه وان كثيرا من
الخلفاء ليبغي بعضهم على بعض الا الذين ا
منوا وعملوا الصالحات وقليل ما هم وظن داود
انما فتناه فاستغفر ربه وخر راكعا واناب * فغفرنا
له ذلك وان له عندنا لزلفى وحسن ماب * يا داود انا
جعلناك خليفة في الارض فاحكم بين الناس بالحق ولا تتبع
الهوى فيضلك عن سبيل الله ان الذين يضلون عن سبيل
الله لهم عذاب شديد بما نسوا يوم الحساب
وما خلقنا السماء والارض وما بينهما باطلا*

Traducción: con doble barra se ha marcado el comienzo de cada renglón

* *[Cuando entraron a donde estaba David y este se asustó al verles, dijeron:] // "No tengas miedo, somos dos partes litigantes, [una de las cuales ha ofendido a la otra. Decide, pues entre nosotros] // según justicia*[21]*, imparcialmente, y dirígenos a la vía recta. //* * *Este es mi hermano. Tiene noventa y nueve ovejas y yo una oveja. // Dijo: "¡Confíamela!" y me gana a discutir.* * *Dijo: "Sí, // ha sido injusto contigo pidiéndote que agregaras tu oveja a las suyas. En verdad, muchos // consocios se causan daño unos a otros; no los que // creen y obran bien, pero ¡qué pocos son éstos!". David comprendió // que sólo habíamos querido probarle y pidió perdón a su Señor y cayó de rodillas y se arrepintió.* * *Se lo perdonamos // y tiene un sitio junto a Nosotros y un bello lugar de retorno.* * *¡David!, te // hemos hecho sucesor en la tierra. Decide, pues, entre los hombres según justicia. No sigas // la pasión. Si no, te extraviará del camino de Dios. Quienes se extravían del camino de // Dios tendrán un severo castigo, por haber olvidado el día de la Cuenta. //* * *No hemos creado en vano el cielo y la tierra y lo que entre ellos hay.*

En la cara B, o reverso, son legibles los últimos 16 renglones (Fig. 28), mejor conservados que en el anverso. En estos renglones se reproduce Q. XXXIX, 67-75, las aleyas finales íntegras de esa azora del periodo mekkí[22],

---

[21] En árabe *bi-l-ḥaqq*.

[22] Aunque algunos comentaristas la sitúan en el periodo de Medina, como expone NASR (ed.), *The study Quran*, p. 1117.

que tratan del fin del mundo, del día de la Resurrección (*yawn al-qiyāma*) y Juicio Final y del Paraíso y de la gehena como recompensa o castigo según obras[23].

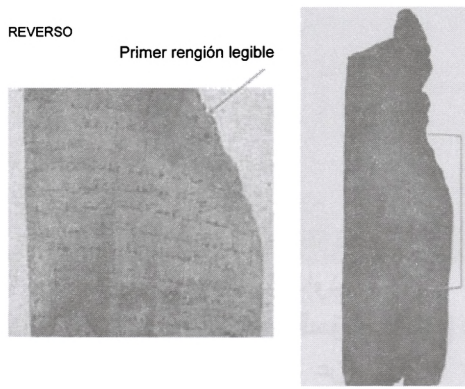


Fig. 28 – Reverso de la placa de Sesimbra. Sector de 16 últimos renglones legibles.

El final del texto está marcado con un círculo, pero debajo de este último renglón parece detectarse un breve colofón, centrado y en posición oblicua, apenas perceptible por ser muy tenue la tinta y por situarse en una zona que presenta diversas manchas. Va seguido de otro círculo, u óvalo, algo más grande que el anterior (Fig. 29).

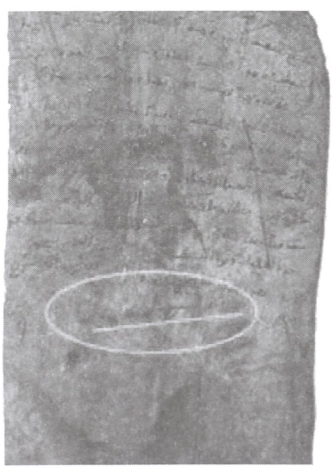


Fig. 29 – Reverso de la placa de Sesimbra. Detalle del breve colofón, bajo el último renglón.

[23] Sobre el contenido, significado e interpretaciones de esta *sūra* y de estas aleyas; NASR (ed.), *The study Quran*, p. 1117-1136.

Hay otros 16 renglones iniciales, muy deteriorados y borrados, que resultan ilegibles. Probablemente reproducían las aleyas previas de la misma azora. Sólo he restituido de ellos la parte inicial de la aleya 67, entre corchetes, para hacer inteligible el texto.

Lectura: la distribución en renglones del texto es la misma del original. Los asteriscos marcan el inicio de cada aleya coránica. Entre corchetes van las partes restituídas

[... وما قدروا الله*
حق] قدره و الارض جميعا قبضه يوم القيامة
[والسموا]ت مطويات بيمينه سبحانه و تعالى عما يشركون
[ونفخ في صو]ر فصعق من في السموات ومن في الارض الا من شاء*
[الله ثم] نفخ فيه اخرى فاذا هم قيام ينظرون * واشرقت
الارض بنور ربها ووضع الكتاب وجيء بالنبيين والشهداء
وقضى بينهم بالحق وهم لا يظلمون * ووفيت كل نفس ما
عملت وهو اعلم بما يفعلون * وسيق الذين كفروا الى جهنم
زمرا حتى اذا جاءوها فتحت ابوابها وقال لهم خزنتها الم يأ
تكم رسل منكم يتلون عليكم ايات ربكم وينذرونكم لقاء يومكم
هذا قالوا بلى ولكن حقت كلمة العذاب على الكافرين * قيل ادخلوا
ابواب جهنم خالدين فيها فبئس مثوى المتكبرين * وسيق الذين اتقوا ربهم
الى الجنة زمرا حتى اذا جاؤها وفتحت ابوابها وقال لهم خزنتها
سلام عليكم طبتم فادخلوها خالدين * وقالوا الحمد لله الذي
صدقنا وعده واورثنا الارض نتبوا من الجنة حيث نشاء فنعم
اجر العاملين * وترى الملائكة حافين من حول العرش يسبحون
بحمد ربهم وقضى بينهم بالحق وقيل الحمد لله رب العالمين ◎
وقد انتها[24] (؟) ◎

Traducción: con doble barra se ha marcado el comienzo de cada renglón

**[No han valorado a Dios] // debidamente. Toda la tierra la contendrá en Su puño el día de la Resurrección // [y los cie]los estarán plegados en Su diestra. ¡Gloria a Él! Está por encima de lo que le asocian. // * [Se tocará la trompe]ta y los que están en los cielos y en la tierra caerán fulminados, excepto los que quiera // [Dios. Luego] se tocará la trompeta otra vez y he aquí que se pondrán en pie mirando. * Brillará // la tierra con*

[24] Escrito así por انتهى

la luz de su Señor. Se sacará la Escritura. Se hará venir a los profetas y a los testigos. // Se decidirá entre ellos según justicia[25] *y no serán tratados injustamente. * Cada uno recibirá conforme a // sus obras. Él sabe bien lo que hacen. * Los que hayan sido infieles serán conducidos a la gehena // en grupos. Hasta que, llegados a ella, se abrirán sus puertas y sus guardianes dirán: "¿No // vinieron a vosotros enviados, salidos de vosotros, para recitaros las aleyas de vuestro Señor y preveniros contra el encuentro de este vuestro día?". // Dirán: "Claro que sí". Pero se cumplirá la sentencia del castigo contra los infieles. * Se dirá: "Entrad // por las puertas de la gehena para estar en ella eternamente". ¡Qué mala es la morada de los soberbios!. * Pero los que hayan temido a su Señor, serán conducidos // al Jardín en grupos. Hasta que, llegados a él, se abrirán sus puertas y sus guardianes les dirán: // "¡Paz sobre vosotros! Fuisteis buenos. Entrad, pues, en él por toda la eternidad". * Y dirán: "¡Alabado sea Dios!, Que // nos ha cumplido Su promesa y nos ha dado la tierra en herencia. Podemos establecernos en el Jardín donde queramos. ¡Qué grata // es la recompensa de los que obran bien!". * Verás a los ángeles en círculos alrededor del Trono, celebrando // las alabanzas de su Señor. Se decidirá entre ellos según justicia y se dirá: "¡Alabado sea Dios, Señor del Universo!"* ◎

Se terminó (¿?) ◎

La azora XXXVIII tiene como tema central la amonestación contra los infieles mecanos y contra todos aquellos que desoyeron los mensajes y las advertencias de Dios, realizadas a través de sus enviados, los profetas. El tema central de la azora XXXIX es la práctica de la religión pura, del culto puro (*al-dīn al-jāliṣ*/*al-mujliṣ*). En ambas se marca el contraste entre los infieles y los creyentes, especialmente en la XXXIX, cuyo nombre es "los grupos" (*al-zumar*), se insiste en las diferencias entre estos dos grupos y en sus actitudes con respecto a los signos de Dios[26].

Las aleyas concretas conservadas en el anverso y el reverso de la placa hacen hincapié en el Juicio Final, cuando se decidirá entre los hombres según justicia y recibirán recompensa o castigo según sus obras. En ambos pasajes coránicos se repite la misma expresión para insistir en la idea de justicia: en la *sūra* XXXVIII *aḥkama bayna-hum bi-l-ḥaqq*, referida a Dāwūd, y en la *sūra* XXXIX *qaḍà bayna-hum bi-l-ḥaqq*. Esta última *sūra*, y en especial sus aleyas finales, las que se han conservado, describen los signos del Fin del mundo, el día de la Resurrección, insistiendo en la justicia divina y en el Paraíso como recompensa eterna para los que han obrado bien y en la gehena como castigo eterno para los infieles.

---

[25] Al igual que en la azora anterior, el termino usado es *bi-l-ḥaqq*.

[26] NASR (ed.), *The study Quran*, p. 1101, 1117.

La reproducción de estas aleyas parece remitir a la necesidad de reafirmación de una comunidad de creyentes en el Islam, que persisten en la práctica de la religión pura, probablemente en una coyuntura histórica de dificultades y amenazas. Esos que han obrado bien, frente a "los que se extravían del camino de Dios" (*alladīna yaḍillūna ᶜan sabīl Allāh*, Q. XXXVIII, 26), recibirán su recompensa en el Juicio final, el Día de la Resurrección.

Estos pasajes coránicos han tenido muy poca presencia en la epigrafía andalusí. Sí se puede documentar, de forma esporádica, la presencia de alguna de estas aleyas. Así, el final de Q. XXXIX, 75, *al-ḥamd li-(A)llāh Rabb al-ʿālamīn* ("Alabado sea Dios, Señor del universo"), que se reproduce también en otras aleyas (Q. I, 2; Q. X, 10; Q. XL, 65), aparece consignado en algunos epígrafes funerarios del siglo XII[27], aunque en este ámbito, y en epitafios del s. XI y primera mitad del XII, es más usual la expresión *Amīn, Rabb al-ʿālamīn* ("Amén. Señor de los mundos")[28]. La elección en epigrafía funeraria del final de la aleya 75, poco tiene que ver con la intencionalidad con que se pudo escribir el pasaje coránico de la pieza que nos ocupa.

Además de eso, la aleya Q. XXXIX, 74 ("Y dirán: "¡Alabado sea Dios que nos ha cumplido su promesa y nos ha dado la tierra en herencia! Podemos establecernos en el Jardín donde queramos". ¡Qué grata es la recompensa de los que obran bien!") se reproduce en uno de los frisos conservados en el denominado "Patio de los Pilares", en Madīnat al-Zahrā'[29], pero nada del resto de las aleyas de la misma *sūra*. El contenido concreto de esta aleya 74 y el hecho de reproducirla sola, evidencia que en el Alcázar de al--Zahrā' se eligió este pasaje, como otros del mismo talante, para evidenciar la equiparación de la ciudad de fundación califal omeya con el Paraíso coránico y neutralizar así las críticas de los alfaquíes[30]. El objetivo de esa elección tuvo que ser, pues, bien distinto del que hubo de guiar a quien escribió las aleyas de la tabla de Sesimbra o a quienes encargaron que se escribieran.

---

[27] Por ejemplo en un epitafio de la primera mitad del s. XII procedente de Denia; BARCELÓ, Carmen, *La escritura árabe en el país valenciano*, Valencia, Universidad de Valencia, 1998, 2 vols., n.º 36, p. 184-186.

[28] BARCELÓ, Carmen, «Estructura textual de los epitafios andalusíes (siglos IX-XIII)», en *Homenaje a Manuel Ocaña Jiménez*, Córdoba, Consejería de Cultura. Junta de Andalucía,1990, p. 49; BARCELÓ, *La escritura árabe en el país valenciano*, p. 85

[29] MARTÍNEZ NÚÑEZ, M.ª Antonia, y ACIÉN ALMANSA, Manuel, «La epigrafía de Madīnat al-Zahrā'», en *Cuadernos de Madīnat al-Zahrā'*, 5 (2004), Córdoba, p. 124-125.

[30] MARTÍNEZ NÚÑEZ, M.ª Antonia, «El Corán en textos epigráficos andalusíes», en LARRAMENDI, Miguel Hernando de, y PEÑA MARTÍN, Salvador (coord.), *El Corán ayer y hoy. Perspectivas actuales sobre el islam. Estudios en honor al profesor Julio Cortés,* Córdoba, Editorial Berenice, 2008, p. 125-144, especialmente, p. 137-138.

Por otra parte, y en relación con este último aspecto, nada en los textos reproducidos en la placa remite al autor del escrito o a unos posibles destinatarios, que han quedado en el más absoluto anonimato. El único elemento que se aparta de la fiel reproducción de las aleyas coránicas es la forma en que se ha marcado el final del texto, mediante un pequeño círculo, seguido del breve colofón, apenas perceptible, que poco aclaran en ese sentido.

Las tablillas de madera en el mundo islámico y su función habitual

La función tradicional de este tipo de placas o tablas de madera (*lawḥ* en árabe) era servir al maestro y especialmente a los alumnos en el proceso de enseñanza/aprendizaje de la escritura árabe. Este tipo de tablas, sobre cuya superficie se escribía con tinta, se borraba con agua y se volvía a reescribir, eran muy habituales en todo el ámbito musulmán (Fig. 30) y su uso está documentado en el Islam medieval y hasta bien avanzado el siglo XX, como han testimoniado diversos estudios antropológicos[31], y aún actualmente se siguen usando en algunas escuelas coránicas del Norte de

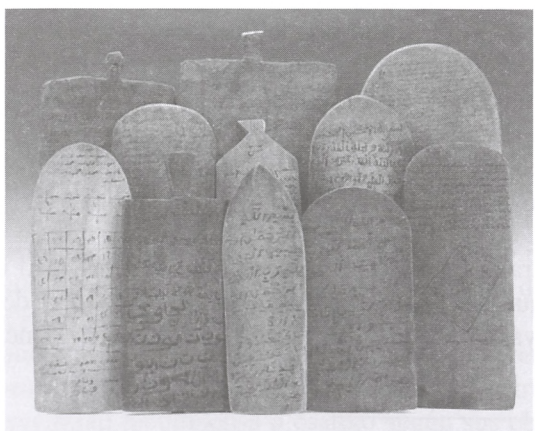


Fig. 30 – Tablillas de madera de diversos tamaños y formas.
Disponible en línea
https://carlusserrano.files.wordpress.com/2013/12/d8aad8aed8aad8a9.jpg

[31] RIBERA Y TARRAGÓ, Julián, *Disertaciones y opúsculos*, Madrid, Estanislao maestre, 1928, vol. 1, p. 260-268; CARO BAROJA, Julio, *Estudios saharianos*, Madrid, Editorial Júcar, 1990 (1.ª ed. Instituto de Estudios Africanos, 1955), p. 263, fig. 172--173; BLOOM, Jonathan, y BLAIR, Sheila S. (ed.), *The Grove Encyclopedia of Islamic Art and Architecture*, Nueva York, Oxford university Press, 2009, vol. 1, p. 141-143;

África y de la zona subsahariana[32]. En internet se ofrece un pack que incluye todos los materiales necesarios[33], hasta "la tinta tradicional arábigo andalusí" (Fig. 31).

Fig. 31 – Utensilios de escritura árabe: tabla de madera, cálamo y tinta, junto a un alfabeto árabe. Disponible en: https://www.jaimaalkauzar.es/2013/pack-escritura-arabe-tabla-madera-kalam-y-tinta.jpg

Yo tuve ocasión de analizar y publicar una de estas tablillas (Fig. 32), propiedad de la Real Academia de la Historia[34], procedente de Marruecos y donada a dicha institución por D. Jesús Cánovas del Castillo en 1910. Su contenido no es coránico ni reproduce, como solía ser habitual, ningún texto poético ni modelo de composición epistolar. Le otorgué una cronología de finales del s. XIX, próxima a la fecha de donación, por su buen estado de conservación y su parecido con las de esa cronología reproducidas por J. Caro Baroja.

---

[32] CIVALLERO, Edgardo, «Mágicas tablas coránicas», publicado como *pre-print* en *Acta Académica*, 2016, disponible en línea: http://biblio-tecario.blogspot.com.es/2016/05/ (consulta 20/04/2017).

[33] Se oferta por 24,2€ «Pack de escritura árabe sobre madera». Disponible en https: //www.jaimaalkauzar.es/es/1439-pack-escritura-arabe-tabla-madera-kalam-y--tinta.html (consulta 20/04/2017).

[34] MARTÍNEZ NÚÑEZ, M.ª Antonia, «Cartilla árabe», en *Tesoros de la Real Academia de la Historia*, Madrid, Real Academia de la Historia y Patrimonio Nacional, 2001, n.° 165, p. 283-284

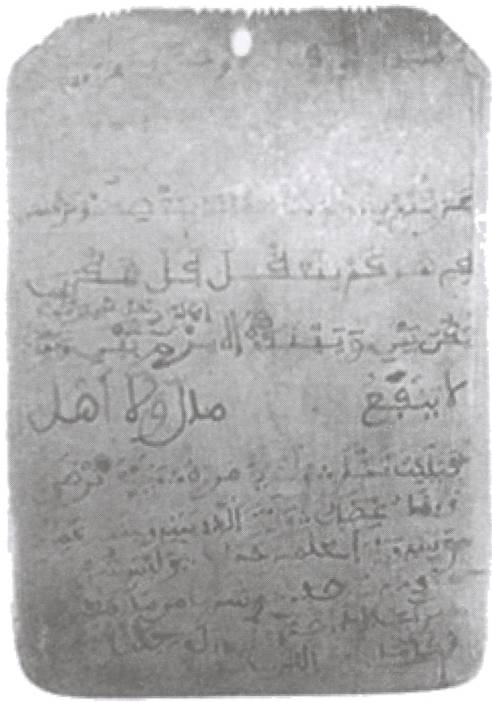


Fig. 32 – Tablilla caligrafiada propiedad
de la Real Academia de la Historia.

Por otra parte, en el mismo Portugal, en el Museo Regional de Beja, existe un lote de cuatro de estas piezas (Fig. 33) cuya procedencia y cronología se desconocen[35]. En publicaciones sobre estas tablas caligrafiadas se les otorga una cronología del s. XVIII[36] y se señala que fueron recogidas en 1942 en el antiguo Palacio Episcopal y que habrían sido traídas de Lisboa por D. Frei Manuel do Cenáculo[37]. Cabe la posibilidad, sin embargo, de que procedan del Magreb y que fueran importadas a Portugal tras y a consecuencia de la presencia portuguesa en África y especialmente en

[35] La información y material gráfico sobre estas tablas están recogidos por PINTO, «Lapa 4 de mayo», y disponibles en línea: http://www.sesimbra.com/grutas/grutas-e-lapas/serra-da-azoia/lapa-4-de-maio.html (consulta: 29/11/2017);

[36] BORGES, Artur Goulart de Melo, «As Inscrições Lapidares Árabes do Museu de Beja», *Arqueologia*, 20 (1989), Oporto, p. 89-120.

[37] VIANA, Abel, «Tábuas Árabes do Museu de Beja», *Arquivo de Beja*, vol. 3, fasc. III-IV (Jul/Dez 1946), Beja, p. 333-335.

Marruecos, como expone A. Labarta a propósito de algunas inscripciones lapidarias[38].

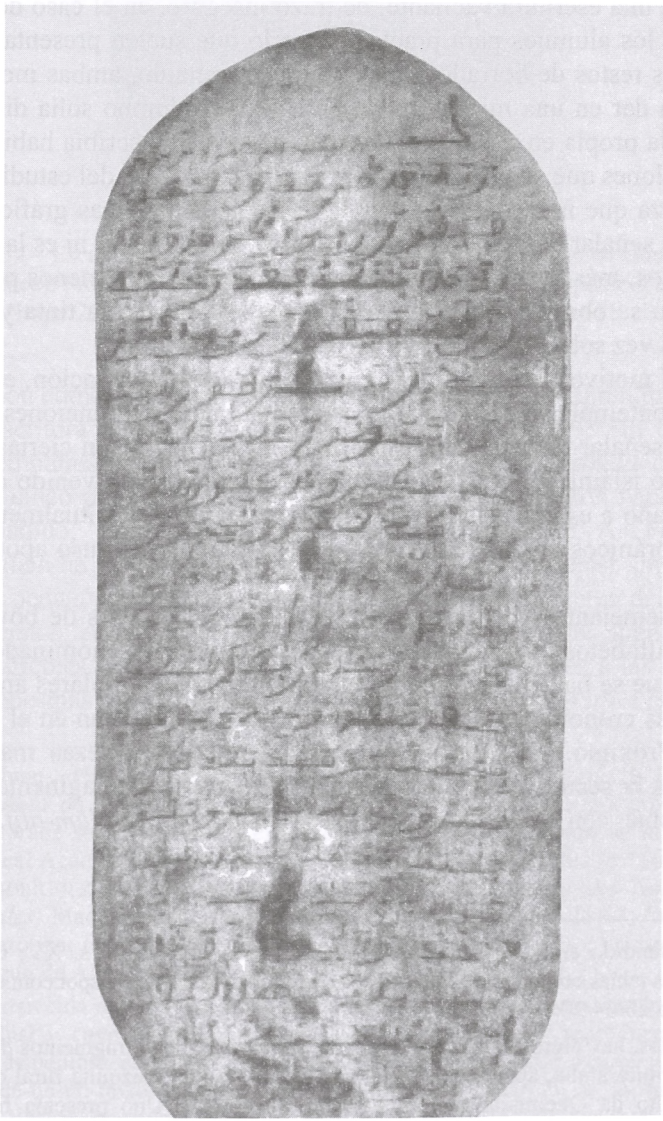


Fig. 33 – Una de las tablillas conservadas en el Museo Regional de Beja, disponible en http://www.sesimbra.com/grutas/grutas-e-lapas/serra-da-azoia/lapa-4-de-maio.htm

[38] LABARTA, «Epigrafía árabe sobre piedra en el Garb al-Andalus», p. 223-225.

Las características gráficas de los ejemplares que han llegado hasta nosotros son la puntuación y la vocalización plenas con fines didácticos, además de una escritura regular y clara, cuando su finalidad es servir de modelo, o una escritura vacilante, de trazo inseguro, en el caso de las utilizadas por los alumnos para practicar, por lo que suelen presentar también numerosos restos de borrado y reescritura. A menudo, ambas modalidades se pueden dar en una misma placa, ya que cada alumno solía disponer de una tablilla propia en cuya parte superior el maestro escribía habitualmente unos renglones que servían de modelo para las prácticas del estudiante.

La pieza que nos ocupa no comparte las características gráficas que se acaban de señalar, pues, como ya se ha visto, ni es regular ni es la propia de los alumnos, más titubeante y remedando tipos de grafía menos personales, y tampoco se observan en ella restos de haber borrado la tinta y reescrito una y otra vez sobre la madera.

Por tal motivo, además de por su contenido y su ocultación, estimo que se debe contemplar en este caso la posibilidad de otras funciones, entre las que cabe señalar la protectora o profiláctica. De hecho, en ciertas regiones del mundo islámico, como el África subsahariana, se ha venido añadiendo desde antaño a estas tablillas –en las que se escriben habitualmente breves pasajes coránicos unidos a diversos signos y figuras– un uso apotropaico y mágico[39].

Algo semejante sucede con los omóplatos o escápulas de bóvidos, que ostentan alfabetos inscritos en un orden particular, el denominado *abuŷad*, y de los que se han conservado un buen número de ejemplares andalusíes[40] de diversas cronologías (Fig. 34) y también se documentan en el Magreb y Oriente Próximo. Es significativo que en todas las piezas magrebíes y andalusíes la secuencia alfabética, aunque se conserve fragmentariamente, sea la misma, con 28 grafemas, o 29 si se incluye el nexo *lām-alif*.

---

[39] Muy extendido entre los Hausa nigerianos, islamizados en el s. XV; CIVALLERO, «Mágicas tablas coránicas», antes citado, http://biblio-tecario.blogspot.com.es/ 2016/05/ (consulta 20/04/2017).

[40] Entre ellos, hay algunos del Garb al-Andalus, como los dos fragmentos de escápulas con escritura árabe, aparecidos en la excavacion de una mezquita rural del siglo X, en el Alto da Queimada, sierra de Louro (Portugal). Uno presenta restos de la *basmala* y el otro dos letras del alfabeto. En este caso particular se relacionan con el contexto religioso de la mezquita; FERNANDES, Isabel Cristina F., «Do *ribāṭ* à comenda: marcas ideológicas e doutrinais na organização territorial e dos espaços fortificados da península da Arrábida», en Carlos de AYALA MARTÍNEZ e Isabel Cristina F. FERNANDES, *Cristãos contra musulmanos na Idade Média peninsular / Cristianos contra musulmanes en la Edad Media Peninsular*, Lisboa, Edições Colibri, 2015, p. 75-92, especialmente, p. 82-84, figs. 4, 5 y 6.

Fig. 34 – Escápula de bóvido procedente del cerro del Castillo de Huete (Cuenca). Propiedad de la Real Academia de la Historia. Disponible en http://213.0.4.19/FichaObra.html?Ref=315029&portal=111

Su función como instrumentos para la memorización y el aprendizaje de la lectura y escritura árabes ha sido reiteradamente señalada[41]. Sin embargo, algunos ejemplares, especialmente los que incluyen la *basmala* completa, estrellas de cinco puntas o citas coránicas[42] (Fig. 35), pudieron haber tenido un uso añadido, mágico-profiláctico, como ha señalado A. Fernández Ugalde[43], quien ha planteado las dificultades que entraña aceptar sin reservas esa función pedagógica y ha propuesto otra interpretación acerca del carácter de estos objetos. Aunando la información arqueológica y las fuentes etnográficas magrebíes, atribuye estas escápulas con inscripciones a las prácticas rituales campesinas relacionadas con la preservación de las reservas de grano.

---

[41] ZOZAYA, Juan, «Huesos grabados con inscripciones árabes», *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas*, 22 (1986), Madrid, p. 111-126; LAVADO, Pedro, «Alfabeto árabe sobre escápula», en *Tesoros de la Real Academia de la Historia*, Madrid, Real Academia de la Historia y Patrimonio Nacional, 2001, n.° 160, p. 280; EIROA RODRÍGUEZ, Jorge, *Antigüedades Medievales. Catálogo del Gabinete de Antigüedades*, Madrid, Real Academia de la Historia, 2006, p. 46-47; DOMÉNECH BELDA, Carolina; LÓPEZ SEGUÍ, Eduardo, «Los alifatos sobre hueso: un ejemplar del casco antiguo de Alicante», *Lucentvm*, 27 (2008), Alicante, p. 243-257.

[42] Como la aparecida en Uncastillo, los Bañales (Zaragoza), que se ha datado en época paleoandalusí y cuyo texto empieza con *basmala* completa y reproduce una cita coránica; disponible en línea: https://labitacoradejenri.blogspot.com.es/2013/12/el-hallazgo-de-un-un-texto-arabe-del.html (consulta: 09.12.2017), o la hallada en Ciudad de Vascos, que consigna en primer lugar la *basmala* completa y en el reverso una estrella de cinco puntas y el nombre Dāwūd. A instancias del Director de las excavaciones, Ricardo Izquierdo Benito y de J. de Juan Ares, para su tesis de doctorado, tuve ocasión de analizar los restos epigráficos que ha proporcionado este yacimiento.

[43] FERNÁNDEZ UGALDE, Antonio, «¡Que Dios nos conserve el grano! Una interpretación de los omóplatos con inscripción árabe procedentes de yacimientos medievales», *Al-Qanṭara*, XVIII, 2 (1997), Madrid, p. 271-291.

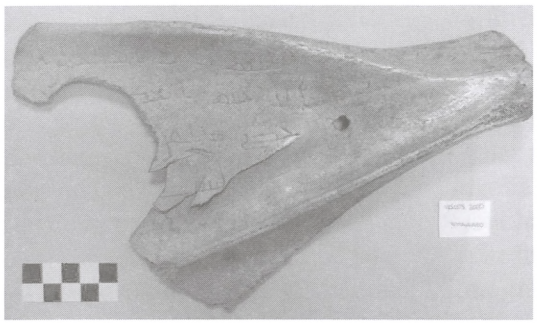


Fig. 35 – Epígrafe sobre escápula de bóvido. Ciudad de Vascos (Toledo).
http://www.ciudaddevascos.com/5.4.%20CV_%20Mat%20oseo.htm#UP

Esta otra función profiláctica, para algunos de estos objetos y en determinadas circunstancias, parece verse reforzada en un ámbito bien distinto, el de los *graffiti*. En uno de los grafitos existentes en una casa del Albaicín granadino ha sido localizada, en el calzado de una mujer morisca[44] (Fig. 36),

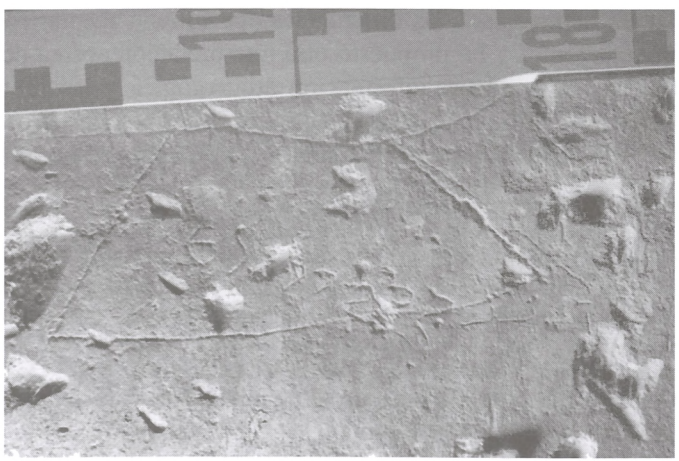


Fig. 36 – *Graffiti* en una casa del Albaicín (Granada).
Detalle del borceguí de una mujer morisca. Secuencia alfabética *abuŷad*.
Foto J. I. Barrera Maturana

[44] BARRERA MATURANA, José Ignacio, «Representación de una mujer morisca en un *graffiti* del Albayzín (Granada)», *Anaquel de Estudios Árabes*, 18 (2007), Madrid, p. 65--91, fig. 1-2; BARRERA MATURANA, José Ignacio, «Grafitos históricos en la casa morisca de calle San Martín, 16 (Granada)», *Arqueología y Territorio Medieval*, 15 (2008), Jaén, p. 91-126, fig.3. Tuve ocasión de leer este grafito caligráfico, y otros del mismo edificio, a instancias de J. I. Barrera, para su tesis de doctorado, en marzo de 2017.

una secuencia alfabética árabe en el mismo orden en que se presenta en los omóplatos. En modo alguno se puede asociar este grafito en concreto con ningún tipo de método mnemotécnico para el aprendizaje.

Se da la circunstancia, además, de que uno de estos omóplatos con alfabeto árabe[45] fue localizado en excavaciones llevadas a cabo en 1874 en el interior de una de las cuevas existentes a media ladera del cerro del Castillo de Huete (Cuenca), cerca de donde se situaron las ruinas de las parroquias de Sta. María de Lara y de San Miguel. Se encontró a unos dos metros de la superfície, en un terreno de escombros, revuelto con fragmentos de cerâmica, tejas, restos de habitación y una concha de peregrino[46]. Fue donada a la Real Academia de la Historia por D. Mariano Sánchez Almonacid, correspondiente de la Academia en Cuenca, el mismo año de su hallazgo, y su cronologia puede oscilar entre el s. X y princípios del s. XII[47]. Coincide, pues, con la placa de Sesimbra por su lugar de hallazgo, en una cueva, pero no parece que esta escápula fuese intencionadamente ocultada o enterrada, lo que sí sucede en el caso de la placa de la lapa 4 de mayo.

Reflexión final sobre la placa de Sesimbra y su posible sentido

Y es que, como afirman los descubridores de la placa de Sesimbra, «*o facto de esta placa ter sido escondida numa gruta pequena, de acesso difícil mesmo nos dias de hoje, sugere que o objectivo que esteve por detrás do ocultamento, seria esta não ser encontrada*»[48].

Aunque el ocultamiento intencionado, y las características de la grafía, no han sido obstáculo para seguir señalando la función didáctica como la primordial de la placa y, así, se ha indicado: «*a palavra Azóia que também significa Ribat, correspondiam a locais onde um professor de sensibilidade religiosa, tinha a sua congregação e ensinava a ler ou a escrever*»[49].

---

[45] Es el reproducido en la Fig. 34.

[46] Sobre las circunstancias de hallazgo LAVADO, «Alfabeto árabe sobre escápula», p. 280; FERNÁNDEZ UGALDE, «¡Que Dios nos conserve el grano!», n.º 2, fig., 3B, p. 273-275; EIROA RODRÍGUEZ, *Antigüedades Medievales*, n.º 6, p. 46-47; DOMÉNECH BELDA y LÓPEZ SEGUÍ, «Los alifatos sobre hueso», p. 254, 255, fig. 7.

[47] Acerca de la donación y la documentación existente sobre este objeto en la Real Academia de la Historia, junto a la corrección de la lectura de la secuencia alfabética; MARTÍNEZ NÚÑEZ, M.ª Antonia, *Epigrafía árabe, Catálogo del Gabinete de Antigüedades*, RODRÍGUEZ CASANOVA, Isabel, y CANTO GARCÍA, Alberto (colaboradores), Madrid, Real Academia de la Historia, 2007, n.º 39, p. 126-127.

[48] CARVALHO, «A antiguidade tardia», p. 187.

[49] CARVALHO, «A antiguidade tardia», p. 186.

Como ya ha quedado dicho, el tipo de grafía árabe usado en la placa de Sesimbra difiere del que presentan los ejemplares utilizados para la enseñanza-aprendizaje de la lengua y de la escritura árabes, e igualmente su contenido, consistente en dos largos pasajes coránicos. En cuanto al lugar de hallazgo, en una gruta pequeña y de difícil acceso, impide plantear que hubiese podido ser el *habitat* de una comunidad o grupo de sufíes o de hombres de *ribāṭ*. Más bien parece remitir al lugar de aislamiento de un solo individuo o al lugar elegido por una persona o por un grupo para ocultar este objeto y evitar, así su localización y/o su destrucción. Estimo que ambas opciones pueden ser tenidas en cuenta.

De hecho, a lo largo de la historia del Islam, las fuentes árabes relatan experiencias de aislamiento en cuevas o grutas de personajes muy significativos, empezando por el propio Profeta Muḥammad, cuya *sīra* da cuenta de su retiro en una cueva del monte Hira, a las afueras de la Meca, adonde solía retirarse varias noches consecutivas para estar solo, orar y meditar, y donde dio comienzo la revelación[50]. Esta primera fase de la revelación se recoge en el Corán (LIII, 1-18 y LXXX1, 15-25). Otro caso emblemático es el del *Mahdī* Ibn Tūmart, el fundador del movimiento almohade, que se refugió y aisló en una gruta situada en Igīllīz, donde los Harga tenían un *ribāṭ*, huyendo de la reacción almorávide, y donde empezó a dar forma a la doctrina del *tawḥīd* y a organizar a sus seguidores[51].

Por consiguiente, cabe la posibilidad de que esta gruta fuese el lugar de aislamiento de algún hombre de religión; un lugar próximo a un entorno donde se hacía vida de *ribāṭ*. De hecho, esta zona ha sido puesta en relación con movimientos de morabitines y de zawiyas sufíes, por los topónimos Arrábida y Azóia de los lugares en que se localiza la gruta, y más en concreto con el movimiento antialmorávide de Ibn Qāsī. Y, en este sentido, se ha relacionado con el hallazgo de monedas de Ibn Qāsī en la vecina Lapa do Fumo[52].

Lo cierto es que la tabla de Sesimbra es la única de las conservadas en la Península Ibérica de la que se conoce su procedencia y que fue ocultada en un momento indeterminado y con un objetivo desconocido. Como se ha dicho, los rasgos gráficos remiten a un límite *post-quem* del siglo XI, en cuanto al *ante quem*, nada impide situarlo con posterioridad a la conquista

---

[50] WATT, W. Montgomery, *Mahoma, profeta y hombre de estado*, trad. Leonor Martínez, Barcelona, Editorial Labor, 1967, p. 21-22.

[51] MARCY, Georges, «Les phrases berbères des "Documents inédits d'histoire almohade"», en *Hepéris*, XIV, fas. 1 (1er trimestre 1932), París, p. 72-73; BURESI, Pascal, y GHOUIRGATE, Mehdi, *Histoire du Maghreb médiéval XI^{e}-XV^{e} siècle*, Paris, Armand Colin, 2013, p. 44.

[52] CARVALHO, «A antiguidade tardia», p. 179, n. 28, y p. 187.

cristiana de esa zona en 1165, pues esas azoras coránicas –que no tratan del *ŷihād* ni del *fatḥ* ("la victoria"), como se ha afirmado, sino de temas escatológicos, el día del Juicio (*yawm al-ḥisāb*), y el día de la Resurrección (*yawm al-qiyāma*)–, así como el ocultamiento del objeto que las porta, cuadrarían bien con un grupo de musulmanes que se ve amenazado por el avance cristiano o que se encuentra hostigado en la manifestación de su confesión porque ha caído ya bajo dominio portugués.

IDEOLOGÍA DE CRUZADA Y ÓRDENES MILITARES EN EL CONTEXTO DE LA RECONQUISTA (SIGLOS XII-XIII)

Carlos de Ayala Martínez*

Presentación

Abordar un tema tan amplio en un corto número de páginas obliga a seleccionar las muchas preguntas que podríamos plantear acerca de él. En este breve estudio nos centraremos únicamente en tres:

¿Cuándo, en qué circunstancias y porqué la cruzada se introduce en el discurso ideológico de la reconquista convirtiéndose en su principal elemento dinamizador?

¿Cuáles van a ser las estrategias mediante las que los papas dirigirán –o al menos pretenderán hacerlo- la cruzada peninsular?

¿Cuándo y por qué se impone un modelo definitivamente hispánico de cruzada en el conjunto de la Península?

Reconquista y cruzada

La Península Ibérica contaba desde el siglo IX con una ideología legitimadora que servía para justificar fundamentalmente dos cosas: la expansión territorial que protagonizaban los reyes cristianos en ella y la elevada concentración de poder que ese caudillismo militar demandaba. Ambos aspectos son complementarios porque una eficaz expansión es sólo posible a partir de un poder real fuerte, y porque éste solo puede cimentarse en una base territorial razonablemente amplia. La ideología a la que estamos haciendo referencia es obviamente la de la "reconquista".

* Universidad Autónoma de Madrid

Pero ¿cuál es la naturaleza exacta de la "reconquista"? ¿Estamos ante una ideología de mera recuperación territorial sin (o muy escasas) connotaciones religiosas? O por el contrario, ¿cabe desde un primer momento identificar la "reconquista" con un tipo de guerra santa?

Los defensores de la primera postura piensan que la "reconquista" peninsular obedece básicamente a los criterios de la "guerra justa". Todo lo más, habría adoptado probablemente desde el principio un tono religioso, pero la religión desempeñaría un papel secundario[1]. Incluso un tratadista de la cruzada como Tyerman ha llegado a afirmar que «los motores de la reconquista fueron la política y el dinero, no la religión»[2]. Eso sí, a partir de mediados del siglo XI, una serie de factores exógenos provocaría la sacralización de la reconquista: la influencia de Cluny, la presencia en la Península del "fundamentalismo" almorávide y la llegada de las ideas del "reformismo gregoriano" que ofrecen la vinculación de la expiación penitencial a la guerra generando la idea de cruzada[3].

Quienes defendemos la segunda postura[4], vemos que la construcción ideológica reconquistadora se fundamenta en dos elementos que inevitablemente la relacionan con la guerra santa. Por un lado, un providencialismo –invasión y recuperación territorial son expresión de la voluntad providente de Dios–, que se atiene a esquemas veterotestamentarios de tradición deuteronomista en los que puede apreciarse la siguiente secuencia: pecado / castigo en forma de pérdida de tierra y libertad / arrepentimiento / misericordia de Dios / recuperación victoriosa a través de un "resto justo". Por

---

El presente estudio forma parte del proyecto de investigación I+D Violencia religiosa en la Edad Media peninsular: guerra, discurso apologético y relato historiográfico (ss. X-XV), financiado por la Agencia Estatal de Investigación del Ministerio de Economía y Competitividad del Gobierno de España (referencia: HAR2016-74968-P).

[1] JASPERT, Nikolas, *Las Cruzadas*, València, Universitat de València, 2010 [orig. alemán 2008], p. 151.

[2] TYERMAN, Christopher, *Las Guerras de Dios. Una Nueva Historia de las Cruzadas*, Barcelona, Crítica, 2007 (orig. inglés 2006), p. 843.

[3] FLETCHER, Richard A., «Reconquest and Crusade in Spain, c. 1050-1150», en *Transactions of the Royal Historical Society*, 37 (1987), p. 31-47; O'CALLAGHAN, Joseph F., *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*, Philadelphia, University of Pennsylvania, 2002, p. 7-22.

[4] BRONISCH, Alexander Pierre, *Reconquista y guerra santa. La concepción de la guerra en la España cristiana desde los visigodos hasta comienzos del siglo XII*, Granada, Editorial Universidad de Granada, 2006 [orig. alemán 1998]; GARCÍA FITZ, Francisco, *La Reconquista*, Granada, 2010; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, «La Reconquista: ¿ficción o realidad historiográfica?», en Ángel GORDO MOLINA y Diego MELO CARRASCO (coord.), *La Edad Media peninsular. Aproximaciones y problemas*, Ediciones Trea, 2017, p. 127-142.

otro lado, la recuperación del viejo solar hispano-visigodo comportaba necesariamente la restauración de su antigua Iglesia, es decir, la expulsión de los musulmanes equivalía a defender los derechos de la Iglesia.

Con todo, es cierto que a partir de mediados del siglo XI se produce una intensificación sacralizadora de la "reconquista", una intensificación que pone en marcha un proceso que acabará convirtiendo esa reconquista en cruzada[5]. ¿Cuándo y en qué circunstancias se produce exactamente esa conversión, o si se quiere, en qué momento tiene lugar la incorporación de la cruzada al discurso reconquistador?

Para contestar a esta pregunta es preciso poner el foco en Portugal, y concretamente en el proceso independentista que lleva al nacimiento de su reino. Y es que Portugal es el único entre los reinos peninsulares que construyó su propia identidad territorial y política, es decir, que forjó su independencia, sobre la base de la idea de cruzada. El proceso es conocido, pero conviene recordarlo.

Entre la batalla de São Mamede de 1128 y la de Ourique de 1139 Alfonso Henriques teje desde su corte de Coimbra un programa político emancipador forjado en el caudillismo propio de la entonces ya tradicional "reconquista"[6]. Para consumarlo, es decir, para acabar de construir el reino, necesitaba alcanzar dos objetivos: el establecimiento de una significativa distancia respecto a su primo el rey Alfonso VII de León y, sobre todo, la obtención del reconocimiento del papa[7]. Desde que en 1142 Alfonso Henriques entró en contacto con la cruzada –de entonces data el primer y frustrado intento de conquistar Lisboa con la ayuda de cruzados que se dirigían a Tierra Santa–[8], tuvo meridianamente claro que un indiscutible liderazgo cruzado es lo que permitiría alcanzar ambos objetivos. La caída de Edesa y la convocatoria de la "segunda cruzada" fue el escenario adecuado para ello.

---

[5] AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, «De Toledo a Las Navas: La reconquista que se convierte en cruzada», en J. Peña GONZÁLEZ y M.A. RODRÍGUEZ DE LA PEÑA (ed.), *Iglesia, Guerra y Monarquía: Miscelánea de Estudios Medievales*, Madrid, CEU Ediciones, 2014, p. 109-138; reed. *IDEM, Órdenes militares, monarquía y espiritualidad militar en los reinos de Castilla y León (siglos XII-XIII)*, Granada, Universidad de Granada, 2015, p. 13-44.

[6] BRANCO, Maria João Violante, «Portugal no Reino de León. Etapas de una relação (866-1179)», en *El Reino de León en la Alta Edad Media,* IV. *La Monarquía (1109--1230)*, León, Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro", 1993, p. 604-616.

[7] MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, p. 207-216.

[8] Charles W. DAVID and Jonathan PHILLIPS (ed.), *The Conquest of Lisbon*, New York, Columbia University Press, 2001, p. 100-103; Aires A. NASCIMENTO (ed.), *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um cruzado*, Nova Vega, 2007 (2.ª ed.), p. 84-85.

Alfonso Henriques decidió entrar en relación con san Bernardo. La carta que dirige el abad al rey portugués atendiendo a sus peticiones[9] hoy se tiene por auténtica[10], y se interpreta como la contestación afirmativa a la petición de ayuda para conquistar Lisboa, ahora sí, con contingentes cruzados alemanes, flamencos y anglo-sajones desviados *ad hoc* a las costas portuguesas[11]. Alfonso Henriques, llamando la atención de san Bernardo, fue el responsable de atraer la cruzada universal, por vez primera, a la Península[12].

Alfonso VII se dio cuenta de la peligrosa jugada, porque un liderazgo cruzado en manos de su primo Alfonso Henriques, reconocido indirecta-

---

[9] En ella Bernardo se dirigía a Alfonso como *ilustri regi Portugallorum* diciéndole que había recibido con alegría otra carta de su parte, y que tendría oportunidad de comprobar los frutos de su petición: SAN BERNARDO, *Obras completas*, VII. *Cartas*, Ed. Monjes Cistercienses de España, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1990, n.º 308, p. 926-929.

[10] LIVERMORE, Harold, «The "Conquest of Lisbon" and its autor», en *Portuguese studies*, 6 (1990), p. 1-16; PHILLIPS, Jonathan, «St Bernard of Clairvaux, the Low Countries and the Lisbon letter of the Second Crusade», en *Journal of Ecclesiastic History*, 48 (1997), p. 485-497; *IDEM*, «Ideas of crusade and holy war in *De Expugnatione Lyxbonensi* (The Conquest of Lisbon)», *Studies in Church History*, 36 (2000), p. 123-141; *IDEM*, *The Second Crusade: Extending the Frontiers of Christendom*, London, Yale University Press, 2007, p. 136-167; MATTOSO, *D. Afonso Henriques*, p. 232-236. Sin embargo, no todos los autores comparten esta aceptación: FOREY, Alan, «The siege of Lisbon and the Second Crusade», en *Portuguese studies*, 20 (2004), p. 1-13; TYERMAN, *Las guerras de Dios*, p. 395.

[11] Véase la reciente monografía sobre la conquista de Lisboa de MARTINS, Miguel Gomes, *1147 – A Conquista de Lisboa na Rota da Segunda Cruzada*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2017.

[12] Con esta afirmación no queremos obviamente decir que con anterioridad la cruzada fuera ajena a la realidad hispánica, sino que por vez primera la Península se implicaba en la planificación general de la ofensiva contra el islam dirigida por el papa. Podríamos pensar en algún excepcional ejemplo anterior. Por ejemplo el de Pedro I de Aragón cuando *acepit crucem per ad Iherosolimitanis partibus* en febrero de 1101, según expresa un documento de San Juan de la Peña (UBIETO ARTETA, Antonio, *Colección diplomática de Pedro I de Aragón y de Navarra*, Zaragoza, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1951, p. 113, n. 6), y de hecho su condición de *rex crucifer* fue plenamente asumida por la sociedad de su tiempo cuando aquel año cercaba Zaragoza (GOÑI GAZTAMBIDE, José, *Catálogo del Archivo Catedral de Pamplona, I (829-1500)*, Pamplona, 1965, p. 21, doc. 84). Sobre el carácter cruzado de Pedro I, véase GOÑI GAZTAMBIDE, José. *Historia de la bula de la cruzada en España,* Vitoria, 1958, p. 67, y LALIENA CORBERA, Carlos. *La formación del Estado feudal. Aragón y Navarra en la época de Pedro I*, Huesca, Instituto de Estudios Altoaragoneses, 1996, p. 310-312. Sin embargo, ya Reilly mostró en su día algunas reticencias acerca de la cruzada que Pedro I habría pretendido dirigir a Jerusalén: REILLY, B. F., *El Reino de León y Castilla bajo el Rey Alfonso VI (1065-1109),* Toledo, Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos, 1989 [orig. inglés, 1987], p. 330.

mente por el papa a través de san Bernardo, y situado al margen de quien se consideraba emperador de la cristiandad peninsular, era una provocadora apuesta que no significaba otra cosa que la independencia de Portugal. Alfonso VII maniobró con rapidez y consiguió conjurar el peligro: ni el papa quiso reconocer el título de rey al que denominaba *Portugallensis dux*, ni concedió bula alguna para la empresa reconquistadora de Lisboa, y en cambio, y a última hora, Eugenio III sí decidió incluir en la segunda versión de la bula de cruzada *Divina dispensatione* de abril de 1147 una alusión al *Rex Hispaniarum*, Alfonso VII, y al ejército que estaba dispuesto a organizar contra los musulmanes[13].

Alfonso VII había parado momentáneamente el golpe del independentismo portugués, y el resultado fue la inclusión de la Península, por vez primera, en el horizonte de la cruzada universal. A partir de ese momento reyes peninsulares, y también papas, vieron las ventajas que reportaba esa inclusión, y la cruzada se convirtió en el factor dinamizador de la vieja "reconquista".

El liderazgo de la cruzada peninsular

El problema que se planteaba ahora es el de a quién correspondía rentabilizar este nuevo recurso. ¿A los papas que eran los legítimos líderes de la cruzada y dispensadores de sus privilegios? ¿O a los reyes que desde hacía siglos dirigían la lucha reconquistadora al margen de las directrices de Roma? Obviamente los papas no estaban dispuestos a renunciar a sus prerrogativas, y los reyes todavía no estaban en condiciones de arrebatárselas.

El papa Eugenio III lo tenía muy claro, y así se lo hacía saber, a modo de diplomática advertencia, a Alfonso VII en la carta de abril de 1148 en la que, tras el triunfo de Almería, le informaba de la concesión de la "rosa de oro": el frente cruzado peninsular sería una realidad siempre y cuando ese frente se mantuviera en leal obediencia a Roma[14]. Y a las declaraciones unía los hechos. Dos meses después, en junio de 1148, el papa entregaba al conde Ramón Berenguer IV de Barcelona una modélica bula de cruzada que, por vez primera en relación a la Península, incluía expresamente la protección eclesiástica de bienes y posesiones de los cruzados participantes en *tam sanctum iter*[15]. Con ella, y con el apoyo de genoveses y cruzados

---

[13] *Rex quoque Hispaniarum contra Saracenos de partibus illis potenter armatur, de quibus jam per Dei gratiam saepius triumphavit* (*Patrología Latina* 180, *Eugenius III. Epistolae et privilegia*, cols. 1203-1204).

[14] AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, «De Toledo a Las Navas», en *Órdenes militares, monarquía y espiritualidad militar*, p. 37.

[15] FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, Martín, *Disertación histórica sobre la parte que*

anglo-flamencos en camino a Jerusalén, tomó Tortosa[16], y pudo situar finalmente la frontera de la futura Corona de Aragón en el Ebro[17].

A partir de aquel momento, la Sede apostólica inició toda una política de intervención cruzadista en la Península que fue especialmente intensa en la segunda mitad del siglo XII. Se inició de manera inmediata, dejando ya huella en el efímero pontificado de Anastasio IV (1153-1154), que no sólo coadyuvó a rematar la cruzada desplegada por Ramón Berenguer IV sobre el Ebro[18], sino que tomó una muy importante decisión nombrando un legado para la Península, el cardenal Jacinto Bobone, una de cuyas principales tareas sería precisamente la de dinamizar la cruzada en ella[19]. En efecto, durante su legación presidió dos concilios, el de Valladolid en febrero de 1155 y el de Lérida de mayo de este mismo año, en los que fue directamente abordado el tema de la cruzada.

Concretamente la asamblea presidida en Valladolid por el legado, con asistencia del rey Alfonso VII, dos arzobispos y una veintena de obispos – 14 castellano-leoneses, 4 portugueses y uno navarro–, fue el marco para la solemne predicación de una auténtica cruzada. Entre las disposiciones de sus treinta y dos cánones se hallaba la proclamación de la "tregua de Dios" en los períodos de Cuaresma-Pascua y Adviento-Navidad, así como la extensión a quienes, clérigos o laicos, participaran entonces en «*tam sanctum iter*» en defensa de la Cristiandad, de la indulgencia propia de Tierra Santa, quedando sus bienes y familias bajo la protección de la Iglesia.[20]

---

tuvieron los españoles en las guerras de Ultramar ó de las Cruzadas, Madrid, 1816, p. 119; GOÑI, *Historia de la bula*, p. 86.

[16] GOÑI, *Historia de la bula*, p. 86-87.

[17] En septiembre de 1153 el papa Anastasio IV renovó en los mismos términos la bula de su predecesor a favor del conde Ramón Berenguer IV: KEHR, Paul, *Papsturkunden in Spanien Vorarbeiten zur Hispania Pontificia*, I. *Katalanien*, Berlín, 1926, doc. 70, p. 346-347.

[18] Véase nota anterior.

[19] SMITH, Damian J., «The Iberian Legations of Cardinal Hyacinth Bobone», en John DORAN y Damian J. SMITH (ed.), *Pope Celestine III (1191-1198). Diplomat and Pastor*, Farnham, Ashgate, 2008, p. 83 y 98.

[20] El texto de los cánones (interesan especialmente 1, 17 y 32), a partir de la copia del siglo XII de la catedral de Tuy, fue publicado por ERDMAN, Carl, *Das Papsttum und Portugal in resten Jahrhundert der portugiesischen Geschichte*, Berlín, 1928. Véase también FITA, Fidel, «Primera legación del Cardenal Jacinto en España: Bulas inéditas de Anastasio IV. Nuevas luces sobre el Concilio nacional de Valladolid (1155) y otros datos inéditos», *BRAH* 14 (1889), p. 530-555; *IDEM* «Concilios nacionales de Salamanca en 1154 y Valladolid en 1155», *BRAH* 24 (1894), p. 467--475; GOÑI, *Historia de la bula*, p. 87-88; REILLY, Bernard F., *The Kingdom of León--Castilla under King Alfonso VII, 1126-1157*, Philadelphia, 1998, p. 125-126; O'CALLAGHAN, Joseph F., *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2002, p. 47-48.

Puede que en aquella ocasión el cardenal quisiera ir más lejos, y liderar personalmente una iniciativa cruzada, presentándola como consecuencia de los ruegos a tal efecto cursados por los "reyes y príncipes, clero y pueblo de las Hispanias". El documento que contiene esta información está dirigido a arzobispos, obispos, abades y a templarios y hospitalarios. En él el cardenal afirmaba haber asumido formalmente la cruz –*signum crucis pectori nostro apponentes*–, y solicitaba de los destinatarios ayuda para llevar a cabo una operación *contra mazemutos*, enemigos de la cruz de Cristo, que él mismo pensaba liderar; para su materialización solicitaba las correspondientes caballerías y sumas de dinero suficientes.[21] El documento, que carece de fecha, presenta problemas de ubicación. Sus dos principales editores no concuerdan en ella, aunque todo parece indicar que sería conveniente situarlo en el contexto del concilio vallisoletano[22].

El concilio y su correlato leridano[23] se desarrollaron ya bajo el pontificado del inglés Nicholas Breakspear, Adriano IV (1154-1159), un buen conocedor de la realidad peninsular[24]. Ese conocimiento es lo que le llevó a admitir la autonomía del escenario cruzado de la Península proclamando en 1159 que no era realista una expedición en ella contra los musulmanes que no contara con el acuerdo de sus monarcas[25].

---

[21] Publ. MANSILLA REOYO, Demetrio, *La documentación pontificia hasta Inocencio III (965-1216)*, Roma, Instituto Español de Estudios Eclesiásticos, 1955, doc. 98, p. 116 (con fecha c. 1155); GOÑI, *Historia de la bula*, p. 643 (con fecha c. 1172).

[22] SMITH, «The Iberian Legations», p. 98. No faltan argumentos que podrían hacer aconsejable retrasar el documento al contexto de la segunda legación, pero quizá la ausencia de los santiaguistas del llamamiento haga más razonable situarla antes de 1172, que es cuando el propio cardenal Jacinto, como más adelante veremos, aprobó la nueva congregación religioso-militar.

[23] Las actas reconstruidas del concilio leridano reproducen punto por punto las disposiciones que en relación al tema cruzadista recogen las del vallisoletano, si bien en este caso responden a los cánones 1, 16 y 30. El alcance territorial de la asamblea es el correspondiente a la provincia eclesiástica de Tarragona. Publ. GONZALVO I BOU, Gener, *Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya (segles XI-XIII)*, Barcelona, Generalitat de Catalunya, 1994, doc. 12, p. 53-60.

[24] Con toda probabilidad había sido titular de la abadía aviñonesa de San Rufo antes de acceder en 1149 al cardenalato, y como tal abad había acompañado a la Península al legado Guillermo de Arlés en 1140, y más adelante, en 1148-1149, había sido testigo de las conquistas de Tortosa y Lérida por parte de Ramón Berenguer IV. Véase CONSTABLE, Giles, *Crusaders and Crusading in the Twelfth Century*, Farnham, Ashgate, 2008, p. 277-278.

[25] Como es sabido, en febrero de aquel año el papa escribía a Luis VII de Francia disuadiéndole de emprender una campaña militar en compañía de Enrique II de Inglaterra para destruir el poder de la "barbarie pagana" en Hispania, antes de que expresaran su voluntad la «Iglesia, los príncipes y el pueblo» del territorio afectado;

Su sucesor, el famoso cardenal Bandinelli, Alejandro III (1159-1181), fue otro importante papa cruzadista muy sensible al escenario peninsular, si bien es cierto que los contactos de sus legados con la Península no contemplaron el tema cruzado hasta que se sintió seguro en el trono pontificio frente al cisma que había generado desde el comienzo de su gobierno el emperador Federico *Barbarroja*[26]. En efecto, no sería hasta 1172 cuando decidiera enviar a la Península al cardenal Jacinto Bobone, un experto ya en cuestiones hispánicas, que protagonizaría una larga legación no concluida hasta 1174. El legado visitó todos los reinos cristianos de la Península y obviamente los asuntos tratados no se redujeron ni mucho menos a la cuestión cruzada, si bien este tema fue sin duda de los más importantes[27]. En este sentido, los tres momentos decisivos se relacionan con Castilla[28]. El primero y más notable es el de la concertación de los reyes de León, Castilla y Aragón, reunidos bajo su presidencia en Soria probablemente en enero de 1172[29], importantísima iniciativa que se hizo coincidir con la entrada de

---

en este sentido, Adriano IV recordaba al monarca francés que recientes fracasos en Tierra Santa podían imputarse a esta falta de consideración hacia las autoridades locales (*Patrología Latina,* 188, cols. 1615-1617; publ. parcial en MANSILLA, *La documentación pontificia hasta Inocencio III*, doc. 103, p. 122-123). Cit. DEFOURNEAUX, M., «Louis VII et les souverains espagnols. L'énigme du *Pseudo-Alphonse*», en *Estudios dedicados a Menéndez Pidal*, VI, Madrid, 1956, en especial págs. 651-654, y O'CALLAGHAN, *Reconquest and Crusade*, pág. 50.

[26] En marzo de 1161 dos enviados papales, Teodino y León, este último capellán del cardenal Jacinto Bobone, se desplazaban a la Península con el encargo de recaudar fondos para la causa de Alejandro III (SMITH, Damian J., «Pope Alexander III and Spain», en Peter D. CLARKE y Anne J. DUGGAN (ed.), *Pope Alexander III (1159-81). The Art of Survival*, Farnham, Ashgate, 2012, cap. 7, p. 3). Algunos años después, sabemos que el propio cardenal Jacinto se desplazó brevemente a territorio peninsular, donde se documenta su presencia en territorio de la Corona de Aragón en abril de 1166, y por asunto ajeno a la cruzada (SMITH, «The Iberian Legations», p. 86, n. 33).

[27] SMITH, «The Iberian Legations», p. 86-88.

[28] En febrero de 1173 el cardenal se reuniría en un concilio provincial con las autoridades eclesiásticas de Tarragona y allí no hubo pronunciamientos explícitos en relación a la cruzada, aunque el canon 25 contempla como penitencia aplicable a un incendiario acudir durante un año *Ierosolimis vel in Ispania in servitio Dei* (GONZALVO I BOU, *Les Constitucions de Pau i Treva de Catalunya*, doc. 13, p. 67; reproduce asimismo la disposición 16 del leridano de 1155 sobre agresiones contra cristianos: canon 14, *Ibid.*, 65).

[29] Es muy probable que esta fuera la primera actividad desarrollada en territorios hispánicos. De la reunión nos informa el prólogo de la primitiva regla de Santiago que probablemente fue redactado en 1175 por el cardenal Alberto de Morra, más tarde Gregorio VIII (FERRARI, Angel, «Alberto de Morra, postulador de la orden de Santiago y su primer cronista», *BRAH*, 146, 1960, p. 63-139). La fecha de celebra-

la orden de Santiago bajo protección de la Iglesia romana[30], lo cual no era sino la escenificación de un reconocimiento que el propio papa otorgaría en marzo del año siguiente.[31] El segundo momento es el de la integración del colectivo de *freires* de Ávila en la naciente orden santiaguista a la que asistió como testigo de excepción el legado en mayo de 1172[32]. Y,

---

ción del encuentro propuesta es bastante probable, y los itinerarios reales no la desmienten. El día 15 de enero de 1172 Alfonso VIII se hallaba en Medinaceli, y de los otros dos monarcas no existen datos concretos en relación a ese mes que pudieran desacreditarlo como el del encuentro. Por otra parte, y aunque un año después, concretamente el 27 de enero, Alfonso VIII volvía a estar en tierras sorianas, concretamente en Almazán, y los otros monarcas podrían haberse visto con él, no es lógico que el cardenal aplazara en un año uno de los objetivos prioritarios de su visita. Desde luego, no es esta la propuesta cronológica de Julio González, para quien el encuentro de Soria habría tenido lugar a finales de junio o en el transcurso de julio de 1173 (GONZÁLEZ, Julio, *Regesta de Fernando II*, Madrid, 1943, p. 105).

[30] El dato también lo conocemos gracias al mencionado texto introductorio de la regla santiaguista. Se conserva en la Biblioteca Apostólica Vaticana (Vat. Lat. 7318, fols. 1r-2v), y ha sido publicado en varias ocasiones, la primera en el *Bulario* de la orden de Santiago: AGUADO DE CORDOVA, A. F., ALEMÁN Y ROSALES, A. A. y LÓPEZ AGURLETA, J., *Bullarium Equestris Ordinis S. Iacobi de Spatha,* Madrid, 1719 (en adelante *BS*), p. 1-3. Sobre el relato y su autoría, véase FERRARI, «Alberto de Morra», p. 63-139.

[31] MARTÍN, José Luis, *Orígenes de la Orden Militar de Santiago (1170-1195)*, Barcelona, CSIC, 1974, doc. 59, p. 234.

[32] En efecto, el 12 de mayo de 1172 el legado asiste, no sabemos exactamente en qué localidad, a la integración de la cofradía militar de los freires de Ávila en la recién creada orden de Santiago, una integración trufada de sabor cruzado, sin duda reforzada por la presencia del cardenal-legado en el acto. El documento que nos informa del acontecimiento alude a algunos abulenses de *obtimatibus eiusdem civitatis* que quisieron asumir hábito y emblemas de la orden santiaguista para proceder, como ella, a la defensa de la Iglesia contra los enemigos de la cruz de Cristo. Incluso se llega a contemplar la posibilidad de una expulsión de los sarracenos de la Península que permitiera perseguirles en Marruecos, llegando, si fuera necesario, al mismísimo Jerusalén (MARTÍN, *Orígenes*, doc. 53, p. 226-228). Aunque no podamos probarlo, es posible que los freires de Ávila no fueran sino los antiguos miembros de la milicia concejil transformados en cofradía religioso-militar e integrados ahora en la naciente orden militar de Santiago. Esa milicia concejil había sido liderada, ya desde los días de Alfonso VII, por el famoso caudillo Sancho Jiménez *el Giboso*. A él se refiere Ibn Ṣāḥib al-Ṣalā cuando describe una incursión por él protagonizada, y en la que encontraría la muerte, en tierras del Guadalquivir en la primavera de 1173, justo cuando el califa Abū Ya'qūb volvía a Sevilla después de su campaña de Huete-Cuenca (IBN ṢĀḤIB AL-ṢALĀ, *Al-Mann Bil-Imāma*, estudio preliminar, traducción e índices por Ambrosio Huici Miranda, Valencia, 1969, p. 227-232; véase BURESI, Pascal, *La Frontière entre chrétienté et islam dans la péninsule Ibérique. Du Tage à la Sierra Morena, fin XI^e – milieu XIII^e siècle*, Paris, Publibook, 2004, p. 177-178). La conexión de este caudillo con los freires de Ávila nos la proporciona una carta del califa, sin data, pero que se refiere sin duda a estos

finalmente, la concesión de "grandes solturas" o indulgencias que, desde Toledo, otorgó a los cristianos que se dirigían en el verano de aquel año a liberar Huete del cerco almohade[33].

La presencia del cardenal en tierras hispanas tenía, pues, una dimensión cruzadista innegable, que se traducía en dos objetivos: la activación de la guerra sobre la base de una necesaria concertación de los reyes cristianos peninsulares y la cobertura canónica e impulso de las órdenes militares. Ambas eran preocupaciones muy presentes en el ánimo de Alejandro III, y su legado intentó por todos los medios llenarlas de contenido. Lo cierto es que, nada más regresar a Roma, el papa, con la información de primera mano del cardenal, adoptaba una serie de medidas con el objetivo de acelerar tanto la ofensiva cruzada peninsular como la institucionalización de las órdenes militares.

La primera de esas medidas fue la promulgación de la bula *Merore pariter* en la que, en marzo de 1175, el papa Alejandro III hacía un llamamiento a los cristianos de la Península para combatir a los almohades –*massamuti*– cuya persecución contra los fieles de Cristo y sus templos habría arreciado entonces de manera considerable. Con ella la Sede apostólica deseaba activar de manera decisiva la ofensiva en el frente peninsular de la Cristiandad. Se ha discutido acerca de la naturaleza y contenido de esta bula, e incluso se ha llegado a cuestionar su dimensión estrictamente cruzadista o al menos su equiparación con las destinadas a Tierra Santa, pero es obvio que el texto papal ni elude referencias al carácter meritorio y penitencial del combate por Cristo, ni naturalmente se olvida de las correspondientes indulgencias[34]. Y es

---

acontecimientos, y en la que no se menciona al líder abulense, pero sí a unos combativos guerreros de la ciudad denominados *ifrīr*, es decir, "hermanos", que utilizaban cruces como blasones, una denominación aquélla con la que las fuentes árabes orientales designaban a los miembros de las órdenes militares (LÉVI-PROVENÇAL, Évariste, «Un recueil de lettres officielles almohades», en *Hespéris*, 28 (1941), doc. XXV *bis*, p. 52-53).

[33] El dato nos lo proporcionan los *Anales Toledanos* I: Julio PORRES MARTÍN-CLETO (ed.), *Los Anales Toledanos I y II*, Toledo, Diputación Provincial, 1993, p. 144-145.

[34] Publ. RIU Y CABANAS, Ramón, *Sermón de la Bula de la Santa Cruzada*, Madrid, 1887, apéndice; y FITA, Fidel, «Tres bulas inéditas de Alejandro III», *BRAH*, 12 (1888), p. 167-168 (del orig. ACT 0.2, 64). Cit. GOÑI, *Historia de la bula*, p. 94; RIVERA RECIO, Juan Francisco, *La Iglesia de Toledo en el siglo XII (1086-1208)*, I, Roma, Instituto Español de Historia Eclesiástica, 1966, p. 218-219 (de la copia del s. XIII del ACT 0.9.A.1.8). O'CALLAGHAN, *Reconquest and Crusade*, p. 55-56. Sobre el carácter no plenamente cruzado de la bula, véase FONNESBERG-SCHMIDT, I., *The popes and the Baltic Crusades, 1147-1254*, Leiden, 2008, p. 62-64. Para este autor la *Merore pariter* rebaja sensiblemente el tono cruzadista de la redención penitencial pudiéndose comparar en este sentido a la *Non parum animus* dirigida pocos años antes a los reyes y príncipes escandinavos. Ninguna de las dos contiene la plena indulgencia cruzada, según el modelo típico de la *Quantum praedecessores* de

que para el papa era evidente que el combate peninsular era una modalidad regional en la defensa de la Cristiandad; así lo reconocía aquel mismo año de 1175 al dar publicidad a la recién creada *religio* santiaguista, cuyos miembros, auténticos *athletas Christi*, reverenciaban el signo de la cruz que portaban en su pecho y lo hacían combatiendo en defensa de la Cristiandad, concretamente en sus fronteras *versus Hyspaniam*[35].

Esta dimensión instrumental de las órdenes militares como elemento activo de la cruzada universal destinado al sector fronterizo de la Cristiandad peninsular, es lo que explica el interés del papa por ellas. Alejandro III necesitaba consolidar su trono y la cruzada y sus instrumentos eran un buen cauce para ello. Ahora bien, ese interés se focalizó en la orden de Santiago. Es verdad que antes, en septiembre de 1164, Alejandro III había aprobado la institución de la milicia calatrava, aunque no volvería a ocuparse de ella a lo largo de su pontificado,[36] y después, probablemente en 1175, tomó bajo su protección una pequeña orden aragonesa con asiento en la fortaleza de Alfambra y que desde 1180 llevaría el nombre jerosolimitano de Santa María de Montegaudio[37]. También, a finales de 1176, aprobaría igualmente la futura milicia leonesa de San Julián del Pereiro, aunque en aquel momento no se aludiera para nada a su carisma militar[38].

Eugenio III (1145), que sí se detecta en las bulas dirigidas a Tierra Santa. La diferencia entre unas y otras no solo estriba en la reducción temporal de indulgencias que presentan las destinadas a España o al Báltico, sino también en la ausencia de privilegios de protección concedidos a los combatientes, a sus familias y a sus bienes, así como en la propia terminología con la ausencia de expresiones cruzadistas del tipo *sanctum opus* o *sanctus iter*. Damian J. Smith ha hecho suya esta reflexión: SMITH, Damian J., «The Papacy, the Spanish Kingdoms and Las Navas de Tolosa», en *Anuario de Historia de la Iglesia*, 20 (2011), p. 161; del mismo autor, véanse los comentarios sobre la bula en «Alexander III and Spain», p. 203-243.

[35] Es una bula informativa dirigida a todo el clero y pueblo cristianos el 3 de agosto de 1175: MARTÍN, *Orígenes*, doc. 75, p. 255-256.

[36] *Bullarium Ordinis Militiae de Calatrava*, Madrid, 1761, ed. facs. de I. J. de ORTEGA Y COTES, J. F. ÁLVAREZ DE BAQUEDANO y P. de ORTEGA ZÚÑIGA Y ARANDA, Barcelona, 1981 (en adelante *BC*), p. 5-6. En efecto, es el único documento que Alejandro III dirigirá durante su pontificado a los nuevos *freires*. El hecho de que no volviera a ocuparse de ellos quizá haya que ponerlo en relación con sus persistentes y complejos problemas de identidad disciplinaria que quizá hicieran ver al papa lo aconsejable de esa inhibición. AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, «Guerra santa y órdenes militares en época de Alfonso VIII», en C. ESTEPA y M.ª A. CARMONA (coord.), *La Península Ibérica en tiempos de Las Navas de Tolosa*, Madrid, Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales, 5, 2014, p. 131-132.

[37] FOREY, Alan J., «The Order of Mountjoy», en Speculum, 46 (1971), p. 250-266.

[38] PALACIOS MARTÍN, Bonifacio (dir.), *Colección diplomática medieval de la orden de Alcántara, 1157?-1494, I. De los orígenes a 1454*, Fundación San Benito de Alcántara – Editorial Complutense, 2000, doc. 13, p. 6-8.

Pero sin duda fue la de Santiago la orden militar más mimada por el papa. Los primeros informes que de ella llegaron a sus oídos de parte del cardenal Bobone le llevaron a reconocerla otorgándole en marzo de 1173 la protección apostólica[39]. Aquellos informes hablaban de planes reconquistadores que culminarían con una eventual intervención en Tierra Santa[40], y su aprobación, que el legado había querido vincular a la concertación de los distintos reyes peninsulares, parecía confirmar que se había creado un válido instrumento para la coordinada acción de todos ellos. La confirmación definitiva, con validación de la primitiva regla de la milicia, la llevaría a cabo el papa en julio de 1175, y en la introducción del documento que la contenía aparece el discurso de la conversión, propio de la justificación del movimiento cruzado universal y, de manera particular, del pensamiento bernardiano: caballeros comprometidos con un mundo empecatado encontraban una vía meritoria de redención en el combate contra los enemigos de la fe, conformando así la hermandad santiaguista[41].

El impulso que Alejandro III dio a las órdenes militares hispánicas, y de modo muy especial a la de Santiago, no se interrumpió con su muerte. Tampoco su preocupación por la cruzada y su instrumentalización como factor de reforzamiento del poder con independencia del escenario donde se desarrollase. El sucesor de Alejandro III, el cardenal Uberto, un íntimo colaborador suyo, completó de alguna manera su obra. En efecto, las líneas que desarrolló Lucio III (1181-1185), un hombre que no dejaba de pensar en la cruzada[42], fueron exactamente las de su antecesor, y no cabe duda de que el papa contribuyó en su corto pontificado a mantener vivo el frente hispánico[43]; y lo mismo cabe decir de Gregorio VIII (1187), que aunque bastante tuvo con responder a la derrota de Hattin convocando una nueva

---

[39] MARTÍN, *Orígenes*, doc. 59, p. 234.

[40] El documento que en 1172 recogía la integración de los freires de Ávila en la orden de Santiago, en un acto presidido por el legado apostólico, no dejaba de contemplar la posibilidad de que, expulsados los sarracenos de la Península, los freires se marcaran como objetivo las tierras de Marruecos e incluso la propia Jerusalén (MARTÍN, Orígenes, doc. 53, p. 226-228).

[41] *Ibid.*, doc. 73, p. 248-254.

[42] FOREVILLE, Raymunda, FLICHE, Agustín y ROSSET, Juan, *Las Cruzadas*, vol. IX de *La Historia de La iglesia* de Fliche-Martin, Valencia Edicep, 1977, p. 434.

[43] En 1183 legalizaba la militarización de la orden leonesa de San Julián del Pereiro cuyo convento se había erigido in *sarracenorum faucibus* (PALACIOS, *Colección de la Orden de Alcántara*, I, doc. 16). En cuanto a la orden de Santiago, hemos conservado una decena de documentos confirmatorios de propiedades o consultivos respecto a cuestiones de disciplina, que vienen a subrayar el interés mostrado por el pontificado en el seguimiento y control de la milicia jacobea (MARTÍN, *Orígenes*, docs. 130, 131, 135, 137, 142, 148, 149, 150, 161 y 168).

cruzada universal, tampoco se olvidó del todo de la frontera de la Cristiandad hispánica[44].

La conmoción de Hattin, de hecho, tuvo dos consecuencias inmediatas en lo que a la cruzada peninsular se refiere. Por un lado, la toma de conciencia de que los dos grandes frentes anti-islámicos de la Cristiandad formaban parte de un todo único cuyo tratamiento debía de realizarse de manera conjunta, y por otro lado, una inevitable focalización privilegiada de la atención papal en el escenario oriental. Estos dos elementos combinados explican que el papa no quisiera abandonar en ningún momento el liderazgo de la cruzada hispánica, pero que, al mismo tiempo, ese liderazgo se cursara mediante el protagonismo de la Iglesia peninsular.

Esta nueva actitud la vemos con mucha claridad durante el pontificado de Clemente III (1187-1191), el papa que realmente intentará activar de manera más efectiva la ofensiva peninsular, convencido como estaba de que esa activación era parte necesaria en la respuesta que la Cristiandad debía dar a la caída de Jerusalén. En efecto, en una interesantísima carta fechada en mayo de 1188 y dirigida al arzobispo de Toledo y a sus sufragáneos[45], conectaba con claridad ambos objetivos. Es cierto que las relaciones entre Saladino y el califato almohade eran en este momento una realidad[46] a la que explícitamente no alude el papa, pero en su mente había, sobre todo, un paralelismo de diagnóstico entre la realidad que había causado la caída de Oriente y que podría precipitar también la de Occidente con catastróficos resultados: la desunión de los cristianos. Clemente III proponía un plan de respuesta bélica en el que los obispos habrían de asumir un papel protagonista y para el que no vacilaba a la hora de autorizar el uso de rentas

---

[44] *BC*, p. 22-25.

[45] ACT A.6.F.1.7. Publ. RIVERA RECIO, *La Iglesia de Toledo en el siglo XII*, I, p. 222--223. Véase AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, «Alfonso VIII y la Iglesia de su reino», en Esther LÓPEZ OJEDA (coord.), *1212, un año, un reinado, un tiempo de despegue. XXIII Semana de Estudios Medievales*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2013, en especial p. 276-277.

[46] Hubo contactos entre ambos en 1189-1190, aunque la petición de colaboración naval que Saladino propuso a Abū Yūsuf al Manṣūr para entorpecer una nueva cruzada hacia Ultramar, no encontró eco en la corte de Marrakech. GAUDEFROY--DEMOMBYNES, M., «Une lettre de Saladin au calife almohade», en Mélanges René Basset, París, 1925, I, p. 279-304; GIBB, H., *The Life of Saladin from Works of 'Imād ad-Dīn and Bahā'ad-Dīn*, Oxford, 1973, p. 62-63; FIERRO, Maribel, «La religión», en El retroceso territorial de al-Andalus. Almorávides y almohades. Siglos XI al XIII, t. VIII-2 de *Historia de España Ramón Menéndez Pidal*, Madrid, 1997, p. 505. Ibn 'Iḏārī da cuenta de la embajada aunque no del contenido de las conversaciones: IBN 'IḎĀRĪ AL-MARRĀKUŠĪ, Al-Bayān..., ed. de Ambrosio HUICI MIRANDA, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista*, II. *Los almohades*, I, Tetuán, 1953, p. 167--168.

clericales. En otras palabras, confiaba el frente hispánico de la cruzada a los propios hispanos bajo la atenta y fiscalizadora mirada de los obispos peninsulares, a su vez sometidos al control de Roma.

Esta delegación, sin proponérselo, fue todo un regalo que el pontificado brindaba a los reyes para ejercer un control cada vez más efectivo sobre su propia actividad cruzadista. Es obvio que los obispos, por mucho que el papa aspirara a otra cosa, eran correas de trasmisión del poder real. Poner en sus manos el control de la cruzada era toda una invitación a los reyes a asumirlo. De entre todos ellos fue sin duda Alfonso VIII quien recogería el guante tan inconscientemente ofrecido por la Iglesia. De hecho, en pocos momentos a lo largo de su reinado Alfonso VIII se mostró tan alejado de las pautas de Roma en materia cruzada como en los que siguieron a la carta enviada a su arzobispo por Clemente III. Las estrategias del rey se impusieron, aun a costa de firmar treguas con los musulmanes, y no fue Alfonso VIII el único monarca que obró así. Lo hicieron también los demás, en perfecta descoordinación y ajenos a las razonables directrices romanas que exigían unidad.

Es por eso por lo que el sucesor de Clemente III, el cardenal Jacinto Bobone, papa Celestino III (1191-1198), días después de ser consagrado en abril de 1191, enviaría al arzobispo de Toledo y sus sufragáneos una denuncia en toda regla contra los reyes hispanos que concertaban treguas con los musulmanes mientras el resto de la Cristiandad se esforzaba en vengar las injurias que el islam había perpetrado contra Jerusalén[47]. La indiferencia mostrada concretamente por el rey Alfonso VIII ante los requerimientos del papa obligó a este último a ensayar un cambio de estrategia. Celestino III, que, como ya sabemos, había sido con anterioridad dos veces legado en Hispania, y que conocía bien la perspectiva política de sus reyes, no quiso renunciar a las "esperanzas cruzadistas" que Alfonso VIII había suscitado en sus inmediatos antecesores, y puso en marcha una operación que desde su punto de vista no podía fallar: sin relajar la exigencia de una inmediata ofensiva contra los musulmanes, se trataba de fundamentarla no tanto en la responsabilidad de la defensa de la Cristiandad, que en último término competía al papa, como en la urgente necesidad de que fueran recuperadas las tierras que aquellos musulmanes injustamente habían arrebatado a los cristianos, tarea que desde hacía tiempo el papado reconocía como responsabilidad exclusiva de los reyes peninsulares[48]. Convencer a Alfonso VIII de ello fue uno de los objetivos que trajo consigo el cardenal-diácono Gregorio de Sant'Angelo en la legación que desarrolló

---

[47] ACT A.6.F.1.6. Publ. RIVERA, *La Iglesia de Toledo en el siglo XII*, I, p. 228.

[48] Así lo había reconocido Adriano IV en una célebre carta enviada a Luis VII de Francia en febrero de 1159 y que ya conocemos (véase *supra* n. 25).

en la Península entre junio de 1192 y mayo de 1194[49]. En efecto, por una carta fechada en Letrán a finales de octubre de 1192 y dirigida al arzobispo de Toledo y a sus sufragáneos, sabemos que Celestino III se mostraba implacable contra los reyes peninsulares que, desobedeciendo las instrucciones de su legado, obstaculizaban las negociaciones para alcanzar una paz que permitiera iniciar lo antes posible la ofensiva contra el islam. Pero efectivamente lo interesante es ver cómo el papa subrayaba que era la expulsión de las tierras en que desde mucho tiempo antes vivía el pueblo cristiano lo que constituía la motivación legitimadora de esa ofensiva. El papa utilizaba para ello argumentos bíblicos, y es que el antecedente de los Macabeos demostraba que los cristianos peninsulares, al igual que aquellos fieles judíos, no luchaban por apropiarse de tierras ajenas sino de la herencia de sus padres, injustamente arrebatada por los enemigos de la cruz de Cristo. Pero el papa iba más lejos, y utilizaba también el argumento jurídico del "derecho de los pueblos" *–ius gentium–*, en virtud del cual resultaba evidente la legitimidad de expulsar de un territorio a quienes lo habían ocupado injustamente. Por todo ello, y en definitiva, el papa proclamaba paladinamente que no era contrario a la fe católica la persecución y exterminio de los sarracenos[50]. No era la primera vez que la Sede apostólica legitimaba, sacralizándola, la reconquista hispánica en sí misma[51], pero nunca antes se había pronunciado con tal contundencia y tan completa argumentación.

La larga estancia del legado en la Península hubo de atender muchísimos frentes, y aunque el de la paz entre sus reyes resultaba prioritario, las negociaciones debieron ser lo suficientemente complejas como para provocar, todavía a finales de 1193, la impaciencia papal en una carta dirigida a los hospitalarios de Hispania y Provenza en la que se reprochaba a los prelados peninsulares su descuido a la hora de condenar los vergonzosos acuerdos que sus reyes establecían con los sarracenos impidiendo de esta forma una acción conjunta frente a ellos[52]. Con todo, esa paz acabó produ-

---

[49] Un estudio detallado sobre las dos legaciones del cardenal en España: LINCOLN, Kyle, «*Holding the Place of the Lord Pope Celestine*: The Legations of Gregory, Cardinal-Deacon of Sant' Angelo (1192-4/1196-7)», en *Anuario de Historia de la Iglesia*, 23 (2014), p. 419-448.

[50] ACT E.7.C (XII).16.4. Publ. RIVERA, *La Iglesia de Toledo en el siglo XII,* I, p. 229--230 y 238.

[51] La licitud y eliminación de los musulmanes hispanos por haber ocupado injustamente tierras que no les pertenecían la había formulado ya el papa Alejandro II en 1063 a propósito de la inmediata conquista de Barbastro (*PL* 146, *Alexander II. Epistolae et diplomata*, n.º 101, cols. 1386-1387; LEEWENFELD, S., *Epistolae pontificum romanorum ineditae*, 1885 [reim. 1959], doc. 83, p. 43).

[52] En la carta, fechada el 4 de noviembre y enviada, no lo olvidemos, a los hospitala-

ciéndose en abril de 1194 mediante el Tratado de Tordehumos que, al menos, garantizaba el cese de hostilidades entre los reyes de Castilla y León. Ni esta ni otras iniciativas pacificadoras del legado se mostrarían eficaces a medio plazo, pero es verdad que en los meses siguientes se percibiría un cierto clima de seguridad que, ingenuamente, reflejarían algunos documentos particulares[53].

Con todo, Alfonso VIII, muy poco después de la firma del tratado con León, interrumpiría las treguas con los musulmanes. Puede que no fuese una decisión que adoptara totalmente convencido[54], pero lo cierto es que en aquel año de 1194 tuvo lugar una exitosa operación de razia por el occidente andaluz, que destacan tanto fuentes cronísticas árabes como cristianas[55]. Según estas últimas la expedición de saqueo corrió a cargo del arzobispo de Toledo Martín López Pisuerga siguiendo instrucciones del rey. Por su puesto, sería su sucesor en la mitra, el cronista Jiménez de Rada, quien llegara a dibujar la operación con más acabados trazos cruzadistas: «ceñido por el celo de la fe y siendo sus armas la persecución de la blasfemia», el arzobispo coronó su acción con el mayor de los éxitos. También en medios pontificios se comprendió que aquella acción era algo más que una

---

rios, el papa volvía a invocar el tema jerosolimitano contraponiendo el poco edificante cuadro peninsular con la ocupación de la Ciudad Santa por los paganos: KEHR, Paul, *Papsturkunden in Spanien. Vorarbeiten zur Hispania Pontificia, II. Navarra und Aragon*, Berlín, 1928 (reed. 1970), doc. 200, p. 554-555. Véase también la carta papal enviada aquel mismo mes al rey Alfonso II de Aragón (*Ibid.* doc. 201, p. 555-557).

[53] Así, en el acuerdo de mayo de 1194 que pone fin a un litigio entre los abades de Oña y San Millán por iniciativa del legado, puede leerse: ... *in anno, quo dominus G. car(dinalis) exiuit de Hispania, pace inter reges per X annorum treugas constituta*... (KEHR, *Papsturkunden in Spanien*, II, doc. 206, p. 561-562; cit. LINCOLN, «Holding the Place of the Lord Pope Celestine», p. 437).

[54] Ibn 'Iḏārī alude, aunque confusamente, a un posible intento de Alfonso VIII de prorrogar treguas en 1194 (IBN 'IḎĀRĪ, *Al-Bayān*, p. 180. Véase GONZÁLEZ, Julio, *El reino de Castilla en la época de Alfonso VIII. Estudio*, I, Madrid, 1960, p. 950-951).

[55] IBN 'IḎĀRĪ, *Al-Bayān*, p. 180; 'ABD AL-WĀHID AL-MARRĀKUSĪ, *Kitāb al-mu'yid*, en Ambrosio HUICI MIRANDA, *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista*, Tetuán, Editora Marroquí, 1955, IV, p. 235. En cuanto a fuentes cristianas: CHARLO BREA, Luis (ed.), *Chronica Latina Regvm Castellae (Corpvs Christianorvm. Contibuatio Mediaevalis, LXXIII. Chronica Hispana Saecvli XIII)*, Turnhout, Brepols, 1997, p. 44 (en adelante *CL*); JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo, *Historia de Rebus Hispaniae sive Historia Gothica*, en J. Fernández Valverde (ed.), *Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis*, LXXII (1987); trad. castellana del mismo autor: *Historia de los Hechos de España*, Madrid, 1989, lib. VII, cap. XXVIII (en delante *De Rebus*).

razia estacional. Se explican así las dos cartas, de contenido parcialmente idéntico, enviadas en julio de 1195, una a los reyes y príncipes españoles y la otra al arzobispo de Toledo y sus sufragáneos[56].

El contenido de las cartas resulta hasta cierto punto contradictorio. Por un lado, el papa desea rentabilizar en beneficio propio la iniciativa castellana atribuyendo la movilización a las exigencias del legado Gregorio, pero por otro, venía a reconocer implícitamente su fracaso y el de su nuncio al no ocultar su radical descontento por la actitud de los reyes hispanos reacios a cualquier acción conjunta y, en la medida de ello, merecedores de las sentencias de excomunión y entredicho que el legado había establecido en tal supuesto. Dicho de otro modo, algo se movía en la Península y en este sentido había triunfado en la estrategia papal el hacer ver a los reyes españoles el interés de responder a las exigencias de la reconquista en vez de insistir en la articulación de un plan global de defensa de la Cristiandad que podría haber generado más recelos. Pero, al mismo tiempo, y quizá precisamente por ello, esa movilización respondía a los criterios radicalmente individualistas de la expansión territorial, apartándose de este modo de una mínima concertación entre los reinos, que era una exigencia irrenunciable de la Sede apostólica, porque sólo esa concertación garantizaría el éxito.

En realidad, al papa no le faltaba razón. Cuando esas cartas llegaron a la Península ya se había producido el desastre de Alarcos –18 de julio de 1195–, una mezcla de exceso de protagonismo y de inexplicable improvisación, que venía a confirmar las tesis pontificias. Todo apunta a que podía haber habido un acuerdo de colaboración con León[57] e incluso con Navarra[58], pero lo cierto es que Alfonso VIII acabó solo en Alarcos porque

---

[56] ACT E.7.C (XII). 16.1 y 16.6. Cit. RIVERA RECIO, *La Iglesia de Toledo en el siglo XII*, I, p. 23.232. La primera fue publicada por P. ZERBI, *Papato, impero e "respublica christiana" dal 1187 al 1198,* Milano, Università Cattolica del Sacro Cuore, 1980 (1.ª ed. 1955), ap. 1, p. 179; cit. O'CALLAGHAN, *Reconquest and Crusade*, p. 61.

[57] Sabemos que a finales de noviembre de 1194 Alfonso IX de León había mantenido contactos en Toledo con Alfonso VIII y que en ese contexto de aproximación el monarca leonés favoreció a la castellanizada orden de Santiago reconociendo implícitamente la superioridad jerárquica de su maestre respecto a los freires leoneses (AYALA, «Guerra santa y órdenes militares en época de Alfonso VIII», p. 128-129). Los contactos probablemente se tradujeron en un amago de movilización: el 12 de julio de 1195 un caballero gallego, Diego Cotalaya, decía haber redactado su testamento porque iba a acudir al ejército convocado por el rey de León para combatir a los sarracenos (cit. Julio GONZÁLEZ, *Alfonso IX*, Madrid, 1944, I, p. 71).

[58] *De Rebus*, lib. VII, cap. XXX.

probablemente, además de confiar poco en sus vecinos cristianos[59], quizá no deseaba otra cosa.

El argumento reconquistador que centraba el incentivo expansivo en la expulsión de quienes injustamente habían ocupado tierra cristiana, seguiría muy vivo en la conciencia de los papas en las décadas siguientes. El mayor papa cruzadista de la historia, Inocencio III (1198-1216), sucesor de Celestino III, vuelve a él cuando en 1210 convierte al infante Fernando, hijo de Alfonso VIII, en modelo a seguir: él ha dedicado su juventud al exterminio de los enemigos de los cristianos que habían ocupado injustamente sus tierras[60].

Aunque la estrategia papal facilitó el acercamiento entre pontificado y reyes peninsulares posibilitando la victoriosa jornada de Las Navas en 1212, lo cierto es que acabó de contribuir a regionalizar la cruzada hispánica. La primera gran manifestación formal de esa hispanización sin retorno posible fue la propia declaración papal contenida en la encíclica *Quia maior* de 1213 por la que convocaba la cruzada con destino a Oriente. En ella por vez primera en más de cien años se revocaban remisiones e indulgencias concedidas a quienes marcharan a combatir *in Hispaniam contra mauros*, permaneciendo únicamente en beneficio de los propios hispanos[61]. Era un primer y decisivo reconocimiento de la hispanización de la cruzada, que se traduciría en la negativa de Honorio III a permitir la permanencia en tierras portuguesas de los cruzados extrapeninsulares que habían participado en la conquista de Alcácer de 1217, argumentando que el combate contra los sarracenos peninsulares era incumbencia de los propios hispanos[62]. Muy poco después el proceso de hispanización acabaría de consumarse debido a las propias estrategias cruzadistas del pontificado y a la activa e interesada iniciativa de los monarcas peninsulares, y de manera muy particular de la del rey de Castilla.

---

[59] RUIZ GÓMEZ, Francisco, «La guerra y los pactos a propósito de la batalla de Alarcos», en R. IZQUIERDO BENITO y F. RUIZ GÓMEZ (ed.), *Alarcos 1195. Actas del Congreso Internacional conmemorativo del VIII centenario de la batalla de Alarcos*, Cuenca, 1996, en especial p. 164.

[60] MANSILLA, *La documentación pontificia hasta Inocencio III*, doc. 442, p. 472-473.

[61] PL 216, col. 820. Cit. GOÑI, *Historia de la bula*, p. 132; FOREVILLE, Raimunda, *Lateranense IV. Historia de los concilios ecuménicos, 6/2*, Vitoria, 1972 (orig. francés 1965) p. 36; RILEY-SMITH, Jonathan, *The Crusades. A Short History*, Londres, 1996 (1.ª ed. 1987), p. 141-142.

[62] MANSILLA, Demetrio, *La documentación pontificia de Honorio III (1216-1227)*, Roma, Instituto Español de Historia Eclesiástica, Roma, 1965, doc. 134, p. 106-107.

La definitiva consolidación del modelo hispánico de cruzada

Entramos directamente así en la contestación de la tercera y última de las preguntas que planteábamos al comienzo de estas páginas: ¿Cuándo y por qué se impone un modelo definitivamente hispánico de cruzada en el conjunto de la Península? En efecto, la hispanización de la cruzada, proceso que se consumaría poco antes de 1250, es fruto de dos factores fundamentales: la evolución de las estrategias cruzadistas del pontificado y el activo interés político que los monarcas peninsulares, y de manera particular el rey de Castilla, mostraron en ello.

El pontificado, a raíz de la convocatoria de la "quinta cruzada", dejó de considerar Hispania como un escenario para cruzados no peninsulares, pero en modo alguno, al menos no en un primer momento, dejó de considerarla como escenario de la cruzada universal. Lo vemos con claridad bajo el pontificado de Honorio III, continuista con respecto a los papados precedentes: preocupación prioritaria por el frente de Ultramar pero atención también al hispánico, delegando en el episcopado peninsular su representación en él, una delegación ajustada a las estrategias e iniciativas de la reconquista peninsular. En efecto, al tiempo que confirmaba a Pelayo, cardenal-obispo de Albano[63], para la dirección de la cruzada de Ultramar, nombraba en 1218 al arzobispo Jiménez de Rada como su legado para la cruzada en Hispania[64]. Era un proyecto único, pero bien diferenciado, y en el que el escenario subsidiario peninsular gozaría de plena autonomía.

A partir de aquel momento el papa se limitó a sancionar las iniciativas de los reyes peninsulares y de modo particular así lo hizo en 1225 a favor de Fernando III después de que este anunciara una gran ofensiva con la que ponía fin a las treguas que había mantenido hasta entonces con los musulmanes[65]. El mismo panorama se mantendría durante los primeros años del

---

[63] PRESSUTTI, Petrus, *Regesta Honorii Papae III*, Roma, 1888, I, n.° 1350 y 1433, p. 224 y 237. Sobre la compleja personalidad del legado véase: DONOVAN, Joseph P., *Pelagius and the Fifth Crusade*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1950; MANSILLA, Demetrio, «El cardenal hispano Pelayo Gaitán (1206-1230)» en *Anthologica Annua*, 1 (1953), p. 11-66; POWELL, James M., «Honorius III and the Leadership of the Crusade», *Catholic Historical Review*, 63 (1977), p. 521-536.

[64] MANSILLA, *Honorio III*, doc. 148, p. 119-121; cit. GOÑI, *Historia de la bula*, p. 141-143.

[65] En 1225 Honorio III dirigía dos cartas a Fernando III en términos de inequívoco elogio cruzadista. La primera de ellas, fechada el 25 de septiembre de 1225, era una bula de protección a favor del rey, su familia y reino con motivo del *negotium* que *contra sarracenos Ispanie* había decidido proseguir el monarca como "príncipe devoto y católico" movido por el "celo de su fe" (MANSILLA, *Honorio III*, doc. 574, p. 429-430). La segunda carta, fechada al día siguiente, subrayaba con especial

pontificado de Gregorio IX (1227-1241), aunque con una perceptible desaceleración de su intensidad. Pese a la afirmación de Lucas de Tuy en el sentido de que la legación gregoriana presidida por el cardenal Juan de Abbeville (1228-1229) tenía como objetivo prioritario la reactivación de la ofensiva anti-islámica en Hispania[66], y que ciertamente el cardenal estuviera facultado para conceder indulgencias si se producía alguna iniciativa contra los musulmanes[67], lo cierto es que tanto el carácter genérico de la medida como su hipotética aplicación supeditada a la existencia de acciones bélicas, lo decía todo. La iniciativa, en cualquier caso, la había perdido el papa[68].

Sea de ello lo que fuere, a partir de 1236, Gregorio IX tendería, salvo muy puntuales excepciones[69], a no contemplar otra cruzada que la que se dirigiera contra su peor enemigo, el emperador Federico II. Efectivamente es a partir de ese momento cuando se produce un giro decisivo en lo que a

---

fuerza el protagonismo del rey Fernando en la lucha contra el infiel en la Península Ibérica, comenzando por afirmar que el combate contra los sarracenos de *Ispanie* era algo que competía al conjunto de la Cristiandad pero de modo especial al rey Fernando y a los *alios Ispaniarum reges*, víctimas de la injusta ocupación islámica de su tierra. Proseguía el papa diciendo que había sido el celo del rey Fernando el que había constituido la respuesta adecuada por la que daba gracias a Dios e impetraba su favor en beneficio del monarca castellano; a instancia de este último, concedía, además, a cuantos *per Ispaniam* se habían comprometido en el citado *negotium*, la misma indulgencia que el concilio general había reconocido a los *crucesignatis* de Tierra Santa, extendiendo también a ellos el amparo pontificio (*Ibid.*, doc. 576, p. 431-432).

66 «*Post hec reuerentissimus pater Iohannes, cardinalis Romanus, Sabiniensis episcopus, apostolice sedis legatus, missus est in Yspaniam a gloriosissimo Papa Gregorio. Hic inter cetera, que sancte gessit, reges Yspanos contra Sarracenos studuit incitare*» (Emma FALQUE (ed.), *Lvcae Tvdensis. Chronicon Mvndi. Corpvs Christianorvm. Continuatio Mediaeualis*, LXXIV, Turnholt, Brepols, 2003 [en adelante *ChM*] p. 336). Es más, el cronista establece una relación causal entre la venida del legado y la toma de Cáceres por Alfonso IX en 1229. Véase GOÑI, *Historia de la bula,* p. 151; GARCÍA FITZ, Francisco, *Relaciones políticas y guerra. La experiencia castellano-leonesa frente al Islam. Siglos XI-XIII*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2002, p. 175; y O'CALLAGHAN, *Reconquest and Crusade,* p. 88.

67 DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago, *Documentos de Gregorio IX (1227-1241) referentes a España*, Universidad de León, 2004, doc. 90, p. 113.

68 Es cierto, sin embargo, que Gregorio IX no se olvidó de la ofensiva hispánica contra el islam; estuvo detrás de la conquista de Las Baleares y de la cruzada valenciana (GOÑI, *Historia de la bula,* p. 157-170), y en 1230 y 1234, respectivamente, se ocupó de animar en su lucha contra los musulmanes a leoneses (DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, *Gregorio IX*, doc. 155 p. 170) y a los portugueses (FERNANDES, Hermenegildo, *D. Sancho II. Tragédia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 204).

69 Es el caso de la cruzada valenciana, véase nota anterior.

la atención papal hacia la cruzada peninsular se refiere, y ese giro conecta con la propia evolución de las monarquías peninsulares, cada vez más conscientes de una autonomía institucional que consideraba inadecuada la atenta fiscalización por parte de Roma de un expediente tan decisivamente legitimador y potenciador de liderazgo político como era el de la cruzada.

En aquellos años, los de la década de 1230, Lucas de Tuy, en el prefacio de su *Chronicon mundi*, hablaba de la *omnimoda libertas* de una Hispania no sujeta a los dictados jurisdiccionales de ningún imperio temporal; era una manera de formular en términos muy sencillos la existencia en los reinos hispánicos de una noción de "plena soberanía" cercana a la *auctoritas*[70]. Por otra parte, un destacado canonista, obispo de Guarda y canciller del rey Sancho II de Portugal, Vicentius Hispanus, reivindicaba también para la Península un estatus soberano correspondiente a la idea imperial[71], una idea que todo apunta a que no era ajena al proyecto de autoritarismo regio y hegemonía peninsular que también a partir de entonces enarbolaba con decisión Fernando III, rey de Castilla y León[72].

Entre 1236 y 1250 tienen lugar tres intensos procesos de ampliación territorial peninsular a costa del islam: el castellano-leonés que comienza con la conquista de Córdoba en 1236 y concluye con la de Sevilla en 1248, el catalano-aragonés que culmina con la ocupación de Valencia en 1238, y el portugués, que supone la definitiva incorporación del Alentejo y de todo el Algarve, y que finaliza en 1249.

---

[70] «*Prefulget etiam omnimoda libertate Yspania, cum in agendis causis ciuilibus propriis utitur legibus et Yspanorum rex nulli subditur imperio temporali*» (*ChM* praef. 9). Véase FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés, «La denotación de "España" en la Edad Media. Perspectiva historiográfica (siglos VII-XIV)», en José María GARCÍA MARTÍN (dir.), *Actas del IX Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española (Cádiz, 2012)*, vol. 1, Teresa Bastardín Candón y Manuel Rivas Zancarrón, Madrid, Iberoamericana, 2015, p. 70-71.

[71] Este reconocido decretalista es autor de una importante glosa a la bula *Venerabilem* de Inocencio III a raíz de su publicación en las *Decretales* de Gregorio IX en 1234, en el llamado *Liber Extra*. La bula reconocía la historicidad de la *translatio imperii* de manos de los "griegos" a la de los alemanes gracias a la voluntad del papa, y Vincentius Hispanus en su comentario afirmaba que los alemanes habían perdido ese imperio por su propia estupidez *–busnardiam–*, pero que, en cambio, los hispanos lo habían sabido obtener por su virtud, oponiéndose a Carlomagno y heredando expandiendo el territorio unitario de los godos. El texto en POST, Gaines, *Studies in Medieval Legal Thought. Public Law and the State 1100-1322*, Princeton, 1964, p. 489-490. Cf. GIL, Juan, «A apropriação da ideia de Império pelos reinos da Península Ibérica: Castela» en *Penélope: revista de história e ciências sociais*, 15 (1995): 17-18.

[72] Véase AYALA MARTÍNEZ, Carlos, «Fernando III: la idea imperial y la cruzada», en prensa en *San Fernando and His Age, Conference at Saint Louis University*, Madrid, 2017.

En los tres casos, la ofensiva obedece a motivaciones claramente políticas, ajenas a cualquier planteamiento estratégico que comprometiera al conjunto de la Cristiandad. El papa dio su apoyo a todas las acciones casi de manera automática y ajeno a cualquier planificación ejecutada desde Roma. Lo realmente curioso es que las tres monarquías, a través de estas políticas expansivas a las que el papa no podía negar su apoyo, no hicieron sino incrementar sus posibilidades de intervención en las rentas eclesiásticas y en decisiones que sometían cada vez más sus respectivos edificios eclesiásticos a la política autoritaria de sus monarcas. La cruzada en la primera mitad del siglo XIII fue en la Península una coartada política e ideológica –siempre lo había sido- pero ahora únicamente favorecía a la monarquía, incluso a costa de la Iglesia. La incapacidad de ésta para reaccionar hay que buscarla en el complejo panorama internacional y en el principio del fin del universalismo papal.

LISBOA NAS VÉSPERAS DA CONQUISTA: DA POLÍTICA À TOPOGRAFIA

Inês Lourinho*

Manuel Fialho Silva**

A teoria do caos fala-nos em sistemas dinâmicos que se desequilibram a partir de um fenómeno inicial: um pequeno evento dá origem a um segundo e este a um terceiro, numa sucessão imparável e imprevisível de causas e consequências. A imagem parece ajustada para explicar o final do império almorávida, que fora paulatinamente construído, conquista após conquista, de sul para norte, a partir da primeira metade do século XI. As tribos nómadas do deserto do Sara, que não conheciam as cidades e que se orientavam pelas estrelas[1], foram capazes de moldar uma unidade política que se estendia entre as bacias dos rios Senegal e Níger, na África subsariana, e as margens do Tejo hispânico. Era sustentada pelo comércio do ouro extraído no chamado *Bilad al-Sudan*, o "país dos negros", de tal modo que, no final do século XI, a moeda almorávida – conhecida como morabitino no meio cristão – se tornou o meio de pagamento preferencial no Mediterrâneo ocidental, como atesta a coleção documental conhecida sob o nome de Geniza do Cairo[2]. O Condado Portucalense não escapou a esta lógica: em 1096, pouco tempo depois de o poder almorávida recuperar a cidade de Lisboa, que havia sido entregue a Afonso VI pelo rei da taifa de Badajoz, e numa altura em que Santarém permanecia do lado cristão, já o Cabido da

* Centro de História – Universidade de Lisboa.

** Gabinete de Estudos Olisiponenses – Câmara Municipal de Lisboa | Centro de História – Universidade de Lisboa

[1] LAGARDÈRE, Vincent, *Les Almoravides jusqu'au Règne de Yusuf b. Tashfin (1039 – 1106)*, Paris, L'Harmattan, 1989, p. 180-181.

[2] GOITEIN, S. D., *A Mediterranean Society*, 5 vols., Berkeley, Los Angeles e Londres, University of California Press, 1999, 1, p. 235.

Sé de Coimbra registava um contrato de compra e venda de uma vinha mediado pelo recurso ao morabitino[3]. A moeda almorávida alcançava, em momento precoce, as regiões da fronteira entre cristãos e muçulmanos. A perda do controlo do ouro, devido à desestabilização pelo movimento almóada das rotas comerciais com origem na África subsariana, determinaria, em grande medida, a queda deste império, a qual se desenrolou de forma progressiva, mas conhecendo alguns picos particularmente críticos.

Examinar alguns desses momentos-chave ocorridos entre 1139 e 1147, cronologia correspondente ao ocaso almorávida e que fez a História precipitar-se em múltiplos sentidos, permite caracterizar o ambiente em que decorreu a conquista de Lisboa, pedra fundacional de um reino em construção. Um evento fortuito ocorrido no Magrebe, como a morte do príncipe herdeiro de Marraquexe, em 1138, degenerou na revolta entre as principais tribos que sustentavam a confederação almorávida – lamtunas e massufas – em relação à escolha para a sua substituição. Em simultâneo, o desafio ao poder de Marraquexe, preconizado pelo partido almóada, obrigou os senhores almorávidas a transferir homens e capacidade militar do al-Andalus para o Magrebe, com o objetivo de debelar os conflitos militares, um fenómeno que, de resto, levaria ainda a uma transformação no entendimento da *jihad*. Se, de início, a iniciativa da guerra santa incumbia aos príncipes[4], com a necessidade de cada vez mais contingentes militares, a obrigação passou a ser também de cada indivíduo[5].

Nas últimas décadas de domínio político muçulmano, a cidade de Lisboa, à semelhança de outras do al-Andalus de média ou grande dimensão, estaria dotada de algumas estruturas urbanas fundamentais: alcáçova, templos, banhos públicos e privados e, finalmente, mercados. Apesar de a localização destas estruturas ser apenas parcialmente conhecida, é possível esboçar uma imagem da Lisboa muçulmana, tal como seria nos anos quarenta do século XII, através da conjugação dos dados arqueológicos resultantes das inúmeras escavações que a cidade conheceu nas últimas décadas, com informação extraída da documentação produzida nos primeiros reinados dos reis portugueses.

O presente artigo cuida, por um lado, das condições políticas que con-

---

[3] Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cabido da Sé de Coimbra*, cx. 27, rolo 2, doc. 106.

[4] BURESI, Pascal, «La Réaction Idéologique Almoravide et Almohade à l'Expansion Occidentale dans la Péninsule Ibérique (fin XIe-mi XIIIe siècles)», em *Actes des Congrès de la Sociétédes Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Publique. 33e Congrès*, Madrid, 2002, p. 230.

[5] LAGARDÈRE, Vincent, *Les Almoravides. Le Djihad Andalou (1106 – 1143)*, Paris, L'Harmattan, 1998, p. 173-181.

duziram à conquista de Lisboa e, por outro, da observação da cidade a partir de um ponto de vista topográfico. Que urbe era esta, que, durante séculos, foi disputada pelos poderes cristão e muçulmano?

Contexto político da conquista de Lisboa*

Um tríptico composto pela conquista normanda da Sicília, pelos sucessos cristãos sobre o al-Andalus, que incluiriam a recuperação das linhas do Tejo e de praças como Lisboa, Sintra e Santarém, e pela tomada de Jerusalém: era esta a visão do papa Urbano II sobre a Primeira Cruzada[6]. O advento almorávida, que se iniciara com a vitória na batalha de Zallaqa, em 1086, e depois com a conquista da taifa de Granada, em 1090, veio reverter a recuperação territorial cristã na Hispânia, um palco onde se jogava igualmente a luta contra o Islão[7]. Mas foi a perda do Condado de Edessa para os turcos seljúcidas, em dezembro de 1144, a causar o maior horror na Cristandade[8]. Animado pela oratória de São Bernardo de Claraval, o papa Eugénio III apelou então à Segunda Cruzada, projeto a que responderam positivamente os grandes da *Christianitas*, como o rei de França, Luís VII, e o imperador germânico, Conrado III, tendo as suas forças militares seguido para o Oriente em finais de 1147[9]. Ao mesmo tempo, Rogério II da Sicília, o qual em 1139 havia pressionado o papa Inocêncio II para lhe reconhecer o título régio depois de uma década de conflitos com os potentados da Europa ocidental, que lhe valeram o apodo de *rex tyranus*[10], via-se agora empossado por São Bernardo na missão de castigar os bizantinos, que ameaçavam a unidade da Igreja[11]. Fontes bizantinas como João Cinamo[12] e Nicetas Coniates[13] descrevem bem a depredação causada pela arma-

---

* Texto da autoria de Inês Lourinho.

[6] CHEVEDDEN, PAUL E., «A Crusade from the First: the Norman Conquest of Islamic Sicily, 1060-1091», em *Al-Masaq: Islam and the Medieval Mediterranean*, 22:2, p. 192.

[7] GARCÍA FITZ, Francisco, «Battle in the Medieval Iberian Peninsula: 11th to 13th Century Castille-Leon», em *Imago Temporis. Medium Aevum*, X, 2016, p. 26-27.

[8] TIRO, Guilherme de, *Historia Rerum in PartibusTransmarinis Gestarum*, in *Patrologiae Cursus Completos*, em Jacques-Paul MIGNE (ed.), 221 vols., Paris, 1841-1865, 201 (1853), p. 642-645.

[9] TIRO, *Historia Rerum...*, p. 659-674.

[10] WIERUSZOWSKI, Helene «Roger II of Sicily, Rex-Tyrannus in Twelfth Century Political Thought», em *Speculum*, 1963, 1, p. 53-54.

[11] WIERUSZOWSKI, «Roger II of Sicily», p. 73.

[12] CONIATES, Nicetas, *Historia*, em Harry J. MAGOULIAS (trad.), *City of Bizantium – Annals of Niketas Choniates*, Detroit, Wayne State University Press, p. 46.

[13] CINAMO, João, *Epitome Rerum ab Ioanne et Alexio Comnenis Gestarum*, em

da normanda, que só com a ajuda naval veneziana foi rechaçada[14]. A Segunda Cruzada poucos frutos trouxe à Cristandade, mas os navios normandos regressaram à Sicília carregados de espólio bizantino.

Os maiores ganhos militares que o papado pôde reclamar na guerra contra o Islão foram registados no ocidente, devedores de uma conjuntura altamente favorável, correspondente à desagregação do império almorávida. Afonso Henriques, o autoproclamado rei de um pequeno território de ultraperiferia, foi uma das personagens que souberam tirar partido deste tabuleiro de xadrez, cujas peças se começaram a mover rapidamente em 1138. Em 1147, o monarca portucalense fez a fronteira islâmica recuar a 1093, quando o seu avô, Afonso VI, recebeu do rei da taifa de Badajoz, al-Mutawakkil b. al-Aftas, as praças de Lisboa, Sintra e Santarém[15]. Em simultâneo, Afonso VII e os seus aliados genoveses, pisanos e barceloneses trouxeram Almeria, o grande entreposto comercial do al-Andalus, para as fileiras da Cristandade. As conquistas de Tortosa e Lérida pelas forças de Raimundo Berenguer IV, conde de Barcelona, ocorridas já em 1148 e 1149, seriam igualmente devedoras da derrocada almorávida[16].

Surgimento almóada

Recuemos um pouco. Em 1130, o líder almóada, Muhammad b. Tumart, que durante uma década de enfrentamento ideológico[17] conseguiu firmar um poder efetivo nas montanhas do Atlas, região que os senhores do Magrebe pouco tinham conseguido controlar[18], tentou a conquista da capi-

---

Augustus MEINEKE (trad.), *Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae*, 50 vols., Bonnae, Impensis Ed. Weberi, 1828-1897, 13 (1836), p. 92.

[14] CARILE, António e COSENTINO, Salvatore, *Storia della Marineria Bizantina*, Bologna, Editrice Lo Scarabeo, 2004, p. 123.

[15] *Chronica Gothorum*, em Alexandre HERCULANO (ed.), *Portugaliae Monumenta Historica*, 16 vols., Olisipone, Typis Academicus, 1861-1917, *Scriptores* (1856), p. 10. *Documenta Varia*, em Andrés GAMBRA (ed.), *Alfonso VI: Cancillería, Curia e Imperio*, 2 vols., Léon, Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 1997-1998, 1, p. 317-318. Jacinto BOSCH VILÁ, *Los Almorávides*, Granada, Editorial Universidad de Granada, 1998, p. 154.

[16] CAFFARO, *De Captione Almerie et Tortuose*, em Antonio UBIETO ARTETA (ed.), Valencia, Anúbar, 1973.

[17] CLÉMENT, François, «La Rhétorique de l'Affrontement dans la Correspondance Officielle Arabo-Andalouse aux XIIe et XIIIe Siècles"» em *Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales*, 28, 2005, p. 223.

[18] BENHIMA, Yassir, «Fortifications Étatiques et Fortifications Communautaires au Maroc à l'Époque Almoravide (11-12e s.)», em Isabel Cristina Ferreira FERNANDES (coord.), *Mil Anos de Fortificações da Península Ibérica e no Magreb – Actas do*

tal: Marraquexe. Mas os planos não lhe saíram como desejado e, de um exército de 40 mil guerreiros, as fontes alegam que sobreviveram a esta campanha cerca de trezentos homens. Entre as baixas, encontrava-se o chefe militar almóada e, com a morte do líder Ibn Tumart, por motivos de doença, alguns meses depois, o movimento ficou à beira da rutura[19]. Emergiu entretanto uma nova figura, Abd al-Mumin, que se intitulou califa de um califado de limites voláteis e imprecisos, os quais dependiam em muito da lealdade das tribos[20]. Em 1139, depois de quase uma década a reorganizar um exército que tinha sido dizimado na tentativa frustrada de conquistar Marraquexe, o movimento almóada estava finalmente preparado para desafiar o poder almorávida. Mas, em vez de visar diretamente a capital, desta vez, optou pela progressiva conquista de pontos-chave do território[21]. Em simultâneo, percebeu que, para derrotar os emires de Marraquexe, a estratégia teria de passar ainda pela desregulação das rotas comerciais por eles controladas. E esta estratégia fica bem patente nas queixas de um comerciante, expressas numa carta que integra a Geniza do Cairo: a queda dos preços instalou-se quando os almóadas conquistaram o Sus, a região a sul de Marraquexe, atravessada por caravanas que vinham do Sahel[22]. Quando, em 1143, morreu Ali b. Yusuf, senhor de Marraquexe e do tal território que ia das bacias dos rios Senegal e Níger até às margens do Tejo, o império que outrora controlava os fluxos do ouro extraído na África

---

Simpósio Internacional sobre Castelos, Lisboa, Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2002, p. 263.

[19] AL-BAYDAQ, *Akhbar al-Mahdi Ibn Tumart wa Bidayat Dawlat al-Muwahidin*, em *Documents Inédits d'Histoire Almohade. Les Mémoires d'Al-Baidak*, trad. Évariste LÉVI-PROVENÇAL, Paris, Paul Geuthner, 1928, p. 129. *Fragmentos Anónimos*, em «Six Fragments d'une Chronique Anonyme du Début des Almohades», trad. Évariste LÉVI-PROVENÇAL, em René BASSET (org.), *Mélanges*, Paris, Éditions Ernest Leroux, 1925, 2, p. 381-382. *Al-Hulal al-Mawsiyya*, em *Cronica Arabe de las Dinastías Almoravide, Almohade y Benimerin*, trad. Ambrosio HUICI MIRANDA, Tetuán, Editora Marroquí, 1951, p. 139. IBN AL-ATHIR, *al-Kamil fi'l-Ta'rikh*, em *Annales du Maghreb et de l'Espagne*, trad. E. Fagnan, Alger, Adolphe Jourdan, 1898, p. 536. AL-ZARKASHI, *Tarikh al-Dawlatayn al-Muwahidiyah wa al-Hafsiyah*, em Edmond FAGNAN, *Chronique des Almohades et Hafcides Attribuée à Zerkechi*, Constantine, Imprimerie Adolphe Braham, 1895, p. 7.

[20] *Fragmentos anónimos*, p. 386.

[21] LOURINHO, Inês, *1147: uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, texto policopiado, 2010, p. 78-80.

[22] GOITEIN, S. D., *Letters of Medieval Jewish Traders*, Princeton, Princeton University Press, 1973, p. 265. BENNISON, Amira K., e GALLEGO, María Ángeles, «Jewish Trading in Fes on the Eve of the Almohad Conquest», em *Miscelanea de Estudios Arabes y Hebraicos*, 56 (2007), p. 47.

subsariana já não tinha meios para pagar aos seus soldados, segundo esclarece Ibn Idari[23]. Na prática, a dificuldade no acesso ao ouro ditou a impossibilidade de sustentar convenientemente os exércitos que protegiam e garantiam a existência do império[24]. Ibn Idari acrescenta que muitos soldados tinham de pagar o aluguer das suas próprias montarias, detalhe que mostra bem como a situação seria desesperada[25].

Teoria do caos revisitada

Quando os exércitos almorávidas e almóadas se encontraram, outros atores políticos tiraram partido da sucessão de causas e consequências. Foi o caso dos normandos da Sicília[26], mas também de Afonso VII, que havia proclamado o império em 1135 e se debatia com instabilidade interna para consolidar o seu poder[27], e ainda de Afonso Henriques, que procurava assumir uma posição política na Galiza e, a sul, nessa década de 1130, apostava sobretudo numa política de consolidação da fronteira, lançando mão de instrumentos como o povoamento, a presúria e, mais pontualmente, a construção de fortalezas, como o castelo de Leiria[28].

Ainda nesta década de 1130, no lado almorávida da Península Ibérica, uma política de defesa agressiva, com a destruição de castelos cristãos de fronteira, caso de Aceca, na região de Toledo, e de Leiria, no Condado Portucalense, combinada com o desmantelamento dos esforços de povoamento, beneficiou de uma relativa inação de Afonso VII, sobretudo até 1133, data do seu primeiro fossado em terras muçulmanas[29]. A partir de

---

[23] IBN 'IḌĀRĪ, *al-Bayān al-Mugrib*, em *Nuevos Fragmentos Almorávides y Almohades*, trad. Ambrosio HUICI MIRANDA, Valencia, Textos Medievales, 1963, p. 235.

[24] LOURINHO, Inês, *1147*, p. 98-100. LAGARDÈRE, Vincent, «L'Or du Bilad al-Sudan et le Monnayage Almoravide (1039-1143)», em *Les Routes d'al-Andalus: Patrimoine Commun et Identité Plurielle*, Paris, UNESCO, 2001, p. 21.

[25] IBN 'IḌĀRĪ, *al-Bayān al-Mugrib*, p. 235.

[26] IBN 'IḌĀRĪ, *al-Bayān al-Mugrib*, p. 236.

[27] *Chronica Adefonsi Imperatoris*, em Glenn Edward LIPSKEY (trad.), *Chronicle of Alfonso the Emperor*, 1972, *The Library of Iberian Resources Online*, http://libro.uca.edu/lipskey, 1, § 69-72.

[28] José MATTOSO, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, p. 147-158.

[29] *Chronica Adefonsi Imperatoris*, 1, § 33, e 2, § 109. *Annales D. Alfonsi Portugallensium Regis*, em BLOCKER-WALTER, Monica, *Alfons I von Portugal, Zürich, Frentz und Wasmuth,* 1966, p. 154. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques,* Lisboa, Temas e Debates, 2007, p. 153-156. IBN 'IḌĀRĪ, *al-Bayān al-Mugrib,* p. 201. IBN AL-QAṬṬĀN, *Nazm al-Guman Litartib ma Salafa min Ahbar az-Zaman,* em Mahmoud ALI MAKKI (ed.), Beirut, Dar al-Gharb al-Islami, 1990, p. 229.

1130, fruto de uma reorganização política ditada pelo caos resultante da grande campanha de Afonso de Aragão ao al-Andalus, que se prolongou entre finais de 1125 e meados de 1126[30], o governo-geral do território foi entregue a Tashfin, filho do emir de Marraquexe, que instalou a capital em Córdova, posicionando-se, assim, junto à fronteira e aos seus assuntos[31]. Com a mudança para Coimbra na mesma conjuntura, Afonso Henriques seguiu idêntica opção.

Ora, este equilíbrio instável na Hispânia iria ser perturbado por aquele acontecimento fortuitoa partir do qual se gerou o caos: a morte do príncipe herdeiro almorávida, Sir b. Ali, no Magrebe. A necessidade de uma alternativa levou o emir Ali b. Yusuf a designar o seu filho Tashfin, o governador-geral do al-Andalus, que estava a conhecer o sucesso na luta contra os cristãos. A nomeação, tal como podemos perceber em Ibn Idari, suscitou grande insatisfação entre a tribo massufa. Tashfin era filho de uma escrava cristã e não de uma princesa berbere, e de 1143 em diante, quando este príncipe assumiu o poder por morte do pai, os lamtunas foram abandonados pelos massufas, que transitaram para as fileiras almóadas[32].

Todavia, quando chamou o filho Tashfin ao Magrebe, o emir Ali não necessitava apenas de um herdeiro, mas também de um general que comandasse as suas tropas contra os almóadas, que começavam a movimentar-se. No ano de 1138, por exemplo, Ibn al-Qattan refere um embate entre almorávidas e almóadas em que ainda participou o príncipe herdeiro Sir e do qual o poder de Marraquexe saiu derrotado[33]. Daí que talvez, com ou sem nomeação para herdeiro, o emir Ali necessitasse sempre de um general. A desmilitarização do al-Andalus, em qualquer dos cenários, parecia ser a consequência inevitável. Ao sair do território em 1138, Tashfin levou homens e capacidade militar[34] e, no ano seguinte, começaria a guerra que culminaria em 1147 com a queda do império. Este primeiro embate com os almóadas seria um prenúncio do desfecho. O exército do príncipe herdeiro foi derrotado pelo autoproclamado califa do Magrebe[35].

Ao cruzarmos as fontes muçulmanas com as cristãs, percebemos que a saída do príncipe Tashfin do al-Andalus, e o seu envolvimento na guerra contra os almóadas, constituíram uma oportunidade para os atores peninsulares, não só em 1139, mas em várias ocasiões, à medida que a cronolo-

---

[30] IBN ʿIḎĀRĪ, *al-Bayān al-Mugrib,* p. 161. *Al-Hulal al-Mawsiyya*, p. 110-101.

[31] IBN ʿIḎĀRĪ, *al-Bayān al-Mugrib*, p. 199-200.

[32] IBN ʿIḎĀRĪ, *al-Bayān al-Mugrib*, p. 222-224 e 250.

[33] IBN AL-QAṬṬĀN, *Nazm al-Guman*, p. 253-254.

[34] *Chronica Adefonsi Imperatoris*, 2, § 138-140.

[35] AL-BAYDAQ, *Akhbar al-Mahdi Ibn Tumart*, p. 136. IBN ʿIḎĀRĪ, *al-Bayān al-Mugrib*, p. 220-223. IBN AL-QAṬṬĀN, *Nazm al-Guman*, p. 263.

gia se precipitou até 1147. A *Chronica Adefonsi Imperatoris* mostra que Afonso VII desferiu um ataque sobre Oreja (a romana Aurelia, atual Ontígola) num momento em que Tashfin já se encontrava no Magrebe. Tratou-se de uma conjuntura difícil para o poder almorávida, que, apesar das necessidades militares no Magrebe, foi obrigado a enviar tropas do território africano e das ilhas Baleares para tentar rechaçar o ataque cristão[36].

Ao acrescentarmos fontes ao raciocínio, verificamos que Afonso Henriques aproveitou esta conjuntura de caos, em que as forças almorávidas se encontravam divididas entre o combate aos almóadas e a tentativa de anulação do ataque a Oreja, para tentar também a sua sorte no al-Andalus. Os textos cristãos referem que, a 25 de julho de 1139, Afonso Henriques travou "uma grande batalha com o rei dos sarracenos de nome Esmar" e que este congregou tropas de Sevilha, Badajoz, Elvas, Évora, Beja e de todos os castelos até Santarém, que lutaram com o príncipe portucalense e sofreram uma dura derrota[37]. Mas talvez o entusiasmo das fontes tenha de ser refreado, uma vez que sabemos que os almorávidas não teriam uma tal capacidade de mobilização de tropas neste preciso momento.

O ano de todas as derrotas

Se, em 1142, a campanha almóada para conquistar Tetuão não teve sucesso, provavelmente devido à intervenção da marinha de guerra almorávida – tal como podemos perceber em Ibn Idari e em al-Baydaq[38] –, Afonso VII aproveitou para conquistar o castelo de Coria e reforçar o acesso à Via da Prata[39]. Já Afonso Henriques, a avaliar pelos *Anais do Rei D. Afonso* e por uma breve referência no *De Expugnatione Lyxbonensi*, teve tanta sorte quanto os almóadas. Uma tentativa de conquistar Lisboa saiu igualmente frustrada[40].

Mas, apesar da insuficiência de meios, da guerra entre massufas e lamtunas e da morte do emir Ali b. Yusuf em princípios de 1143, o ano que marcou o início da grande derrocada almorávida acabou por ser o de 1144,

---

[36] *Chronica Adefonsi Imperatoris*, 2, § 145-156.

[37] *Chronica Gothorum*, em Alexandre HERCULANO, *Portugaliae Monumenta Historica*, 16 vols., Olisipone, Typis Academicus, 1861-1917, *Scriptores* (1856), p. 12-13. *Annales D. Alfonsi*, p. 153.

[38] IBN 'IḌĀRĪ, *al-Bayān al-Mugrib*, p. 227. AL-BAYDAQ, *Akhbar al-Mahdi Ibn Tumart*, p. 146-151.

[39] *Chronica Adefonsi Imperatoris*, livro II, § 159-160.

[40] *Annales D. Alfonsi*, p. 155. *De Expugnatione Lyxbonensi*, em Aires A. NASCIMENTO (trad.), *A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um Cruzado*, Lisboa, Vega, 2001, p. 85.

desencadeada pelo cerco almóada a Tlemcen, na atual Argélia, que se iniciou no mês de julho[41]. Talvez tenhamos, no entanto, de encarar esta campanha como causa e consequência. Por um lado, os almóadas poderiam almejar a conquista da cidade devido à decadência financeira e à perda da base de apoio almorávida, mas, por outro, tais circunstâncias advinham da sua própria estratégia de eliminar as fontes de sustentação do império com sede em Marraquexe. Sem dinheiro, não havia apoios nem exército.

O cerco de Tlemcen teve outras consequências, ao ditar mais uma sangria de tropas do al-Andalus em direção ao Magrebe. Com os exércitos almóadas estacionados nas montanhas de Tlemcen, o emir Tashfin escreveu às várias partes do território e aos seus aliados a pedir auxílio. Sijilmassa e o al-Andalus enviaram exércitos e os hamádidas, que eram senhores de Bougie, também acorreram em socorro da cidade[42].

E, se os apoios chegaram dos muçulmanos aliados, os rivais cristãos não perderam tempo. Na mesma conjuntura, os normandos da Sicília atacaram Ceuta com uma armada de 150 navios[43]. Já como assinala a *Chronica Adefonsi Imperatoris*, Afonso VII optou por um fossado demolidor contra o coração do al-Andalus[44]. No al-Andalus, adversários muçulmanos aproveitaram também para desafiar o poder almorávida, possivelmente devido à maior debilidade defensiva do território. Em agosto de 1144, Ahmad b. Qasi, que conseguira reunir aliados junto da elite militar e naval para um modelo de potentado assente na religião, semeou o caos com a chamada revolta dos muridinos, que levou à sublevação de praças como Mértola, Silves, Évora, Beja e Santarém. O objetivo era conquistar, pelo menos, o ocidente do al-Andalus. Não existem evidências de que Lisboa se tenha rebelado, pelo que a cidade se encontraria isolada do ponto de vista político: seria uma ilha almorávida num território estilhaçado[45].

Quanto ao Condado Portucalense, sabemos, por meio da *Vita Martini Sauriensis*, que, nesse ano de 1144, os muçulmanos de Santarém atacaram

---

[41] IBN IḌĀRĪ, *al-Bayān al-Mugrib*, p. 251 e 258. IBN AL-KHATIB, *Kitab Amal al-Alam*, em Rafaela CASTRILLO MÁRQUEZ (trad. parcial), Madrid, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1983, p. 156.

[42] IBN IḌĀRĪ, *al-Bayān al-Mugrib*, p. 251 e 258. IBN AL-KHATIB, *Kitab Amal al-Alam*, em R. CASTRILLO MÁRQUEZ, p. 156.

[43] IBN IḌĀRĪ, *al-Bayān al-Mugrib*, p. 236.

[44] *Chronica Adefonsi Imperatoris*, 2, § 187.

[45] IBN AL-ABBAR, *al-Hullat al-Siyyara*, em David LOPES (trad. parcial), «Os Árabes nas Obras de Alexandre Herculano», em *Boletim da Segunda Classe*, III-IV (1911), Lisboa, Imprensa Nacional, p. 100-101. IBN AL-KHATIB, *Kitab Amal al-Alam*, em David LOPES (trad. parcial), «Os Árabes nas obras de Alexandre Herculano», *Separata do Boletim da Segunda Classe*, III-IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, pp. 110-116. I. LOURINHO, *1147*, p. 7-13.

com sucesso o termo de Soure, castelo detido pelos templários[46]. Para procurar compreender esta operação, temos de chamar à colação o contexto precipitado pela referida revolta dos muridinos. De acordo com Ibn al--Khatib, o governador de Santarém rebelou-se contra o poder almorávida em nome do místico de Silves[47]. Esta nova conjuntura pode ter conferido um ânimo acrescido à cidade de Santarém para, numa estratégia já seguida pelo regime almorávida, procurar desestruturar o esforço de povoamento cristão e eventualmente criar uma zona-tampão, de proteção dos seus territórios. É que a hagiografia de São Martinho não menciona um ataque direto ao castelo de Soure, mas ao respetivo termo, operação que se saldou na pilhagem e no aprisionamento de povoadores[48]. Foi ao tentarem anular a razia muçulmana que os templários, na companhia dos quais seguia Martinho, acabaram por conhecer a derrota. Resta saber se o ataque islâmico ocorreu antes ou depois das depredações de Afonso Henriques, que, segundo as fontes cristãs, obrigaram Santarém e outros castelos a pagar *parias* ao soberano para evitarem os ataques[49]. Não sabemos, assim, se este ataque é causa ou consequência da ação do rei de Portugal. Mas a imposição de tributo faz supor que, apesar do sucesso muçulmano no termo de Soure, possa ter sido uma operação isolada. Não faz grande sentido que um governador pague para não ser atacado, o que constitui um sinal de debilidade ou, pelo menos, de desejo de estabilidade, e depois se lance contra aqueles que, à partida, considera mais fortes.

Entretanto, continuava o cerco a Tlemcen, que absorvia cada vez mais homens, e agravava-se, assim, o descalabro dos senhores de Marraquexe. Em finais de novembro de 1144, segundo podemos inferir das informações nas fontes muçulmanas, ocorreu nova transferência de tropas do al--Andalus, que teremos de relacionar com a necessidade de compensar os efeitos da morte em combate do cristão conhecido como Reverter, um dos principais chefes militares do emir Tashfin[50]. Lembremos que esta foi também a conjuntura em que Ahmad b. Qasi e os seus muridinos tentaram a conquista da cidade de Sevilha, talvez animados por mais uma perda de capacidade militar no al-Andalus[51].

---

[46] *Vita Martini Sauriensis*, em Aires A. NASCIMENTO (trad.), *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 239-241.

[47] IBN AL-KHATIB, *Kitab Amal al-Alam*, em D. LOPES, p. 110-116.

[48] *Vita Martini Sauriensis*, p. 241.

[49] *Annales D. Alfonsi*, p. 156.

[50] IBN IḌĀRĪ, *al-Bayān al-Mugrib*, pp. 237-238, 244 e 251-252. CLÉMENT, François, «Reverter et son Fils, Deux Officiers Catalans au Service des Sultans de Marrakech», em *Medieval Encouters*, Leiden, Brill, 2003, p. 85-87.

[51] IBN AL-ABBAR, *al-Hullat al-Siyyara*, p. 102.

No princípio de 1145, a situação iria piorar para o já demasiado fragilizado poder almorávida. Após longos meses de cerco, o emir Tashfin perdeu a cidade de Tlemcen e foi obrigado a refugiar-se em Oran, junto à costa, na esperança de escapar para o al-Andalus na frota do almirante Muhammad b. Maymun, de Almeria. Mas viu-se cercado durante mais de um mês e, quando finalmente conseguiu escapar, sofreu um acidente e caiu de um precipício[52]. A partir deste momento, a situação da tribo lamtuna, que foi abandonada pelos massufas, tornou-se verdadeiramente precária. E a perda de Fez e de Sijilmassa, alguns meses depois, contribuiu para o isolamento de Marraquexe.

Por morte do emir em Oran, o cádi de Córdova, Ibn Hamdin, proclamou-se novo líder dos almorávidas com o auxílio militar de Ibn Wazir, senhor de Évora e de Beja, que entretanto abandonara as fileiras de Ibn Qasi. Os aliados conseguiram contrariar os projetos políticos do chefe dos muridinos, mas nem por isso retiveram o poder durante muito tempo: mantiveram-se na ribalta apenas entre março de 1145 e fevereiro de 1146, pois o governador-geral do al-Andalus, que agora era Ibn Ghaniyya, conseguiu afastar Ibn Hamdin de Córdova[53]. Ao perder terreno político, Ibn Qasi pediu ajuda ao califa almóada, apoio que chegou no princípio do verão de 1146[54]. Começava a desenhar-se a conjuntura de 1147, que iria propiciar as conquistas de Santarém e de Lisboa.

Almóadas desembarcam no al-Andalus

O exército almóada que aportou em Cádis, em lugar de auxiliar Ibn Qasi, submeteu os senhores do Gharb al-Andalus e obrigou-os a integrar os contingentes que conquistariam Sevilha a 17 ou 18 de janeiro de 1147[55]. Ora, neste ano de 1147, o mês do Ramadão correspondeu a um período entre 4 de fevereiro e 5 de março no calendário gregoriano. Acontece que alguns indícios nas fontes apontam para que as tropas muçulmanas tivessem por hábito cessar a sua atividade durante o mês sagrado. Tomemos como exemplo o cerco almóada a Oran, castelo onde o emir Tashfin se aquartelou na esperança de escapar para o al-Andalus, logo a seguir à perda

---

[52] IBN IḌĀRĪ, *al-Bayān al-Mugrib*, p. 238 e 260. AL-ZARKASHI, *Tarikh al-Dawlatayn al--Muwahidiyah*, p. 8-9. IBN KHALDUN, *Kitab al-Ibar*, em Le Baron DE SLANE (trad. parcial), *Histoire des Berbères et des Dynasties Musulmanes de l'Afrique Septentrionale*, 4 vols., Alger, Imprimerie du Gouvernement, 1852, 2, p. 85. *Al-Hulal al-Mawsiyya*, p. 146-155.

[53] I. LOURINHO, *1147*, p. 20-27.

[54] IBN AL-ABBAR, *al-Hullat al-Siyyara*, p. 102.

[55] IBN AL-ABBAR, *al-Hullat al-Siyyara*, p. 102.

de Tlemcen. Aquela praça permaneceu sitiada durante o mês do Ramadão, e só três dias após o seu final decorreu o assalto final[56]. Esta pista parece dizer-nos que Afonso Henriques beneficiou de um mês extra na preparação do ataque a Santarém, que teve lugar a 15 de março de 1147[57]. Sabia, muito provavelmente, que todos os exércitos do Gharb al-Andalus, talvez à exceção daquele que protegia al-Ushbuna – ou pelo menos uma parte deles –, estariam imobilizados entre 4 de fevereiro e 5 de março na cidade de Sevilha. Esta cidade fora conquistada na segunda quinzena de janeiro e, até ao início do Ramadão, a 4 de fevereiro, é provável que as forças militares do Gharb – e, em especial, as de Santarém – não tivessem tempo para regressarem a casa. Com a conquista desta cidade à beira-Tejo, estava dado um sólido passo rumo a al-Ushbuna. A entrada dos almóadas no al-Andalus e a exigência de tomar parte na conquista de Sevilha poderão ter sido decisivas para desguarnecer a cidade de Santarém e facilitar a conquista de Afonso Henriques.

Uma semana depois, foi a vez do califa almóada, Abd al-Mumin, entrar em Marraquexe e fazer executar grande número de elementos da tribo lamtuna[58]. Neste momento, com as duas grandes cidades almorávidas na mão – Sevilha e Marraquexe –, o califa exibia-se na qualidade de senhor do Magrebe e do al-Andalus. A implantação do seu poder foi, no entanto, bastante mais complexa, e só em 1150 ambos os territórios seriam efetivamente controlados, não sem uma intensiva campanha de execução de adversários ou recalcitrantes[59].

Em mais uma conjuntura de desagregação, não espanta que Afonso VII tenha voltado a organizar uma operação militar, embora desta vez a iniciativa tenha partido de Génova. No verão de 1146, as naves da cidade-estado itálica depredaram as Baleares e a costa do al-Andalus até Almeria, obrigando o grande entreposto comercial muçulmano a pagar 113 mil morabitinos para evitar um ataque[60]. A conjuntura não era inocente: os senhores do Gharb digladiavam-se pelo poder, ao mesmo tempo que os almóadas desembarca-

---

[56] IBN KHALDUN, *Kitab al-Ibar*, 2, p. 179.

[57] *Quo modo sit capta Sanctaren civitate,* em Aires A. NASCIMENTO (trad.), «O Júbilo da Vitória: Celebração da Tomada de Santarém aos Mouros (A.D. 1147)», em *Actes del X Congrès de l'Associació Hispânica de Literatura Medieval*, Alacant, Institut Interuniversitari de Filologia Valenciana, 2005, 3, p. 1217-1232.

[58] IBN IḌĀRĪ, *al-Bayān al-Mugrib*, p. 280. IBN AL-ATHIR, *al-Kamil fi l-Tarikh*, p. 543--554. *Al-Hulal al-Mawsiyya*, p. 165.

[59] I. LOURINHO, *1147*, p. 90-92. AL-BAYDAQ, *Akhbar al-Mahdi Ibn Tumart*, p. 185

[60] CAFFARO, *Annales Ianuenses*, em Luigi Tommaso BELGRANO (ed.), *Annali Gennovesi di Caffaro e de'suoi Continuatori*, Genova, Tipografia del R. Istituto Sordi-Muti, 1890, p. 33-35.

vam no território para reduzi-los à submissão[61]. Na prática, os genoveses parecem ter aproveitado o facto de o ocidente se encontrar a ferro e fogo para atacarem o Levante. E o sucesso da campanha, combinado com a acelerada desagregação do al-Andalus, terá convencido Afonso VII[62].

Recuperação das linhas do Tejo

A prossecução dos planos do consórcio cristão, assim como dos vários agentes muçulmanos, abria espaço de manobra para Afonso Henriques. Foi levado pelos acontecimentos ou planeou os seus movimentos sobre o tabuleiro de xadrez? Se, por um lado, a entrada dos almóadas no al-Andalus poderia envolver alguma dificuldade no campo das previsões, por outro, já não seria complicado fazer a leitura dos interesses que estes perseguiriam em território peninsular. E, sabendo que o objetivo seria a debilmente defendida cidade de Sevilha, e que os senhores do Gharb al-Andalus iriam ser chamados a participar na campanha, o golpe sobre Santarém afigurava-se mais certeiro.

Mas também parece evidente que a praça do Tejo seria uma etapa num caminho mais longo rumo a al-Ushbuna[63]. Uma pista é fornecida pela saída de barcos da cidade de Colónia em finais de abril de 1147, pouco mais de um mês sobre a conquista de Santarém, tal como dá conta um documento anónimo publicado por Alfredo Pimenta[64]. Se podem existir dúvidas quanto à inclusão da armada inglesa nos planos de Afonso Henriques desde a primeira hora[65], no caso dos barcos germânicos, parece existir uma clara intenção de auxílio.

O cerco a al-Ushbuna iniciou-se em junho de 1147[66], quando o império almorávida tinha caído no Magrebe e, no al-Andalus, subsistiam algumas bolsas de poder, fruto da incapacidade almóada de homogeneizar a sua influência sobre o território. Apesar de beneficiar de condições ótimas, decorrentes do auxílio de uma frota estrangeira e da conjuntura altamente favorável, com o provável isolamento de Lisboa face aos interesses dos

---

[61] Jacinto BOSCH VILÁ, *Historia de Sevilla. La Sevilla Islámica – 712-1248*, Sevilha, Universidad de Sevilla, 1984, p. 90.

[62] *Chronica Adefonsi Imperatoris*, 2, § 202. CAFFARO, *De Captione Almerie et Tortuose*, p. 27.

[63] BARBOSA, Pedro Gomes, *A Reconquista Cristã*, Lisboa, Ésquilo, 2008, p. 123-146.

[64] *Anónimo*, em Alfredo PIMENTA (ed.), *Fontes Medievais da História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1982, p. 131-132.

[65] BRANCO, Maria João V., *A Conquista de Lisboa na Estratégia de um Poder que se Consolida*, em Aires A. NASCIMENTO, *A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um Cruzado*, Lisboa, Vega, 2007, p. 11.

[66] *De Expugnatione Lyxbonensi*, p. 79.

senhores do Gharb al-Andalus – os quais, diga-se, não demonstraram grande vontade em proteger a cidade contra os inimigos cristãos –, o cerco durou vários meses e exigiu empenho. Durante 17 semanas, sitiados e assaltantes foram somando pequenas vitórias e derrotas. A degradação da situação intramuros, com excesso de população, fome, abandono de cadáveres por sepultar e desespero face à falta de auxílio, terá decidido a sorte de al-Ushbuna, cuja muralha caiu a 21 de outubro[67], cerca de uma semana após Almeria ter revertido para Afonso VII[68].

Afonso Henriques era agora o senhor das linhas do Baixo Tejo, entregues ao seu avô em 1093 pelo rei da taifa de Badajoz e recuperadas pelo lado almorávida até 1111. Aquilo que Afonso VI obteve pela astúcia e pela pressão conseguiu Afonso Henriques pela força das armas. Os exércitos almóadas continuaram a chegar, em vagas sucessivas, durante a segunda metade do século XII[69]. Mas, independentemente dos esforços do novo poder de Marraquexe, o Baixo Tejo nunca mais estaria debaixo do domínio muçulmano. A fronteira do Gharb al-Andalus fora empurrada para sul, ditando perdas para o bloco muçulmano, ainda que não exatamente para uma "sociedade em permanente deslocação", expressão que Hermenegildo Fernandes cunhou para o universo de Santarém, mas que pode aplicar-se à fronteira em termos genéricos. Nesta zona onde o Islão se separava e simultaneamente tomava contacto com a Cristandade, o pragmatismo conduzia a uma constante reavaliação de obediências e alianças construídas à margem das diferenças civilizacionais e religiosas[70].

Um olhar sobre a Lisboa muçulmana*

A Lisboa muçulmana configurava-se em quatro grandes unidades topográficas: a Alcáçova, a Almedina, e os dois Arrabaldes, o ocidental e o oriental.

No alto da colina, a Alcáçova controlava toda a cidade, configurando uma urbe dominada pela sua acrópole, forma urbana comum entre as cidades mediterrânicas e patente no sul peninsular. A Alcáçova era composta por estruturas com distintas funcionalidades: militar, palatina, religiosa e

---

[67] *De Expugnatione Lyxbonensi*, p. 127.

[68] CAFFARO, *De Captione Almerie et Tortuose*, p. 27-28.

[69] Hermenegildo FERNANDES, «Quando o Além-Tejo era a "Fronteira": Coruche da Militarização à Territorialização», em Isabel Cristina FERNANDES (Coord.), *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, Lisboa, Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, p. 457-459.

[70] FERNANDES, Hermenegildo, «Em torno a Santarin: posições e funções», em *De Scallabis a Santarém*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2002, p. 56.

* Texto da autoria de Manuel Fialho Silva.

habitacional. Deste modo, a acrópole da Lisboa muçulmana tinha uma área habitacional, onde amplas casas estruturadas em torno de um pátio central serviriam uma população que estaria perto dos círculos do poder local[71]. Uma mesquita de bairro e um *rawda*, ou seja, um espaço funerário dedicado às elites locais, compunham as estruturas urbanas de relevo desta parte da cidade[72]. Nas décadas finais do domínio islâmico, época de insegurança militar devido ao avanço dos cristãos do norte peninsular, o topo da colina era sobretudo um espaço de defesa militar, sendo mesmo provável que já então se erguesse, no vértice noroeste da cerca da Alcáçova, um castelo[73].

Sob a vigilância da Alcáçova, a Almedina estendia-se, descendo a colina em direção ao Tejo. Protegido por uma cintura de muralhas, erguida desde a época imperial romana e reforçada na antiguidade tardia, o espaço intramuros organizava-se em patamares, que venciam as dificuldades da orografia.

A ocidente da Almedina encontrava-se o Arrabalde ocidental, o maior e mais relevante bairro exterior da cidade, tal como comprovam os seus extensos limites[74]. A oriente, situava-se um amplo cemitério, apartado das muralhas da Almedina pelo Arrabalde oriental, que, à semelhança do ocidental, se caracterizava por ser um espaço multifuncional, onde coexistiam habitações, espaços comerciais e espaços industriais dedicados à produção oleira[75]. É muito provável que já nas décadas finais do domínio almorávida, o Arrabalde oriental fosse conhecido como Alfama, do árabe *Al-hamam*, "banhos", evidência de uma muito antiga vocação hídrica dessa área da cidade, marcada pela existência de fontes de água quente e fria[76].

Em geral, a vida urbana nas cidades hispano-muçulmanas gravitava em torno de três elementos, que muitas vezes se agrupavam: a mesquita, o *suq*

---

[71] GASPAR, Alexandra, *et alii*, «A cerâmica pintada de época medieval da Alcáçova do Castelo de S. Jorge», em *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR / Junta da Extremadura, 2001, p. 119-163; GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana, «Resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos do castelo de S. Jorge», *Arqueologia Medieval*, n.º 7, Lisboa, Edições Afrontamento/CAM, 2001, p. 95-100; «Castelo de São Jorge – Balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos», *Estudos Património*, n.º 4, IPPAR, 2003.

[72] Cf. SILVA, Manuel Fialho, *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*, tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017, p. 188-190.

[73] GOMES, Ana e GASPAR, Alexandra, *Relatório das escavações arqueológicas do Castelejo*, Processo S 18113, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, Palácio da Ajuda, 2001, p. 7-10; VV. AA., «Castelo de São Jorge – Balanço e perspetivas dos trabalhos arqueológicos», *Estudos Património*, n.º 4, IPPAR, 2003, p. 222.

[74] Cf. SILVA, Manuel Fialho, *Mutação Urbana* ..., p. 231-412.

[75] *Ibidem*, p. 413-476.

[76] *Ibidem*, p. 421.

e o *hamam,* ou seja, o templo, o mercado e os banhos. Estas três estruturas formavam o núcleo de uma vida urbana centrada na atividade comercial e organizada de acordo com os preceitos do Islão, onde a relevância dada à higiene corporal se pode explicar tanto pelo aspeto religioso, pois abluções eram parte integrante do ritual islâmico, como também pelo aspeto social, uma clara herança da antiguidade. Neste sentido iremos considerar estes três elementos com o propósito de oferecer um esboço das mais relevantes estruturas urbanas da cidade nas vésperas da conquista.

Os Templos da Lisboa muçulmana

Segundo o cruzado que escreveu o relato sobre a conquista da cidade, a Mesquita Maior de Lisboa existiu num espaço que foi consagrado para a futura catedral[77]. A mesma fonte informa-nos de que o edifício do principal templo islâmico teria oito naves separadas por sete filas de colunas[78]. Além destes escassos dados documentais, escavações arqueológicas realizadas no claustro da catedral revelaram a presença de um edifício público de época islâmica. No entanto, ainda não foi possível esclarecer a funcionalidade deste edifício, nem o seu papel relativamente à mesquita maior, sendo plausível que se tratasse de uma área funcional da mesquita[79]. Além disso, podemos supor que a mesquita maior já existia no final do século X, momento em que foram realizadas obras de recuperação na cidade, registadas numa placa epigráfica encontrada no enchimento da muralha do castelo, pois é muito provável que o nível de islamização da cidade, nessa época, já justificasse a existência de um templo de grandes dimensões[80]. É também plausível que a

---

[77] Sobre esta questão, ver SILVA, Manuel Fialho, *Mutação Urbana ...*, p. 102-105.

[78] «*Nam in eorum templo quod VII columpnarum ordinibus cum tot cumulis in altum consurgit* [...]»; «[...] *no seu templo, que se levanta em sete ordens de colunas com outras tantas abóbadas* [...]» *Ibidem*, p. 140-141. Note-se também que as sete ordens de colunas possivelmente configuravam oito naves, tendo em conta que cada ordem de colunas, referida pelo cruzado, poderá corresponder a uma fileira de colunas.

[79] GOMES, Ana e GASPAR, Alexandra, «Ocupação medieval na Sé de Lisboa», em *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*, Lisboa, IEM, 2016, p. 121.

[80] Cf. BARCELÓ, Carmen, «Lisboa y Almanzor (374 H. / 985 d.C.)», *Conimbriga*, n.º 52, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015, p. 165-194. A tradução da placa epigráfica por Carmen Barceló é a seguinte: «*En el nombre de Dios, Clemente Miseri*[cordioso]. *Ha ordenado el Príncipe de los Creyentes Hisām al-Mu'ayyadbi-llāh ¡haga larga Dios su existência! Restaurar la ciudad de Al-ašbūna a través de su servidor, Hāŷib y Espada de su dinastia Abi 'Amir Muhammad bn Abī 'Āmir ¡Dios le proteja! Se acabo la restauración (de Hišām) por manos de Naŷmbn al-Hakam y Jalīd bn Abī Sulaymān, en el mês de dū-l-qa'da del año setenta y cuatro y trescientos (= abril 985).*»

mesquita maior da cidade tenha sofrido remodelações, quer no século XI, quer em época almorávida, mas tais suposições carecem de confirmação.

É igualmente muito provável que a cidade possuísse, no final da ocupação muçulmana, outros templos islâmicos, em outros locais da cidade, à semelhança do que ocorria nas cidades do al-Andalus de grande e média dimensão (Córdova, Sevilha, Granada, Valência, Múrcia, Almeria)[81]. Estas mesquitas de bairro situavam-se nos arrabaldes e na alcáçova, permitindo um melhor acesso aos templos para a população que habitava nesses locais.

Quanto à mesquita de bairro da alcáçova, anteriormente referida, reúne-se um conjunto de evidências que apontam para a sua provável existência no século XII: a presença de um *rawda*, a posterior igreja cristã e as referências a uma mesquita afirmadas pela tradição. Relativamente às mesquitas dos arrabaldes de Lisboa, podemos supor que algumas das muitas igrejas paroquiais existentes na cidade poucos anos após a conquista tenham sido mesquitas convertidas, à semelhança do que ocorreu com a mesquita maior. Note-se que a rede paroquial de Lisboa já estava praticamente estabilizada em finais do século XII, com 23 paróquias mencionadas em fontes documentais[82]. Exatamente quais destas igrejas paroquiais foram anteriormente mesquitas é uma pergunta a que não é, neste momento, possível responder com rigor. Todavia, em dois casos específicos, existem referências documentais tardias a uma possível conversão. Além do caso de Santa Cruz da Alcáçova, a igreja paroquial de São Julião, situada na margem ribeirinha do arrabalde ocidental, é referida num texto do século XVIII

---

[81] TRILLO SAN JOSÉ, Carmen, «Mezquitas en al-Andalus: Un espacio entre las comunidades y el poder», *Studia Historica: Historia medieval*, n.º 29, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2011, p. 87; CARA BARRIONUEVO, Lorenzo, «La remodelación de una fortaleza musulmana medieval: La alcazaba de Almeria en Epoca Cristiana (siglos XV y XVI)», em *Coloquio Almeria entre Culturas*, Instituto de Estudios Almerienses, 1990, p. 455. NAVARRO PALAZÓN, Julio e JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro, «Un ejemplo de saturación del parcelario andalusí: la excavación del solar de la calle organistas de Murcia», *Memorias de Arqueología de la región de Múrcia*, n.º 15, Murcia, Comunidad Autónoma de la Región de Murcia, 2000-2003, p. 783.

[82] As freguesias referidas na documentação até 1191 são as seguintes: S. Julião, S. Tomé (do Penedo), S. Lourenço, S. André, S. Nicolau, Santa Maria de Alcamim, S. Mamede, S. Miguel, S. Pedro, S. João (da Praça), S. Marinha do Outeiro, S. Estêvão, S. Salvador (da Mata), Santa Cruz da Alcáçova, S. Bartolomeu, S. Jorge, Santa Maria Madalena, S. Martinho, Santiago, Santa Maria Maior, Santa Justa, Santa Maria dos Mártires, S. Vicente (cf. SILVA, Manuel Fialho, *Mutação Urbana...*, p. 75-77; FARELO, Mário, «A rede paroquial de Lisboa em 1191», comunicação apresentada no V Colóquio *A Nova Lisboa Medieval: 1147-1217 – Os Caminhos do Ocidente e do Oriente*, realizado em outubro de 2017 na FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

como tendo sido uma mesquita[83]. Por outro lado, foram recentemente encontrados vestígios arqueológicos de um templo muito perto do local onde existiu a referida igreja[84]. Relativamente a todas as outras igrejas paroquiais documentadas nesta época, não podemos ter a certeza sobre a sua hipotética conversão após a conquista.

No caso da comunidade moçárabe, foi já proposto por Luís de Matos que Santa Justa, São Mamede e Santa Maria do *Alcamim* possam ter sido igrejas pertencentes a esta comunidade durante o domínio político muçulmano, hipótese defensável tendo em conta os hagiotopónimos, os vestígios arqueológicos e também a topografia urbana da cidade, visto ser plausível que a comunidade moçárabe se agregasse, fora de muros, junto das suas igrejas[85]. Todavia, devemos ter em conta que a proposta, por mais plausível que pareça, não assenta em informação documental nem em dados arqueológicos sólidos, mantendo-se, por isso, uma questão em aberto.

No que respeita à comunidade judaica de Lisboa, é muito provável que existisse antes de 1147 e que possuísse, pelo menos, um templo, sendo possível que a sinagoga grande se situasse no local onde se erguia no início do século XIV[86], na judiaria velha, ou seja, no centro do arrabalde ocidental, próxima de uma das principais vias da cidade (ver planta).

Os mercados: centro da vida económica

No século XII, Lisboa teria, com toda a certeza, mercados urbanos onde se comerciavam os produtos repetidamente referidos pelos geógrafos muçulmanos nas suas descrições da cidade: caça, pesca, mel, produtos

---

[83] SILVA, Manuel Fialho, «São Julião: uma freguesia marítima de Lisboa», *Rossio*, n.º 0, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2012, p. 8-27; Silva, Manuel Fialho, *Mutação Urbana...*, p. 70. O referido texto do século XVIII é uma obra de caráter laudatório sobre uma procissão do *Corpus Christi* realizada em 1582: *Relaçam da solene procissam do Corpo de Deus, que aos 2 de Setembro de 1582 fez a Irmandade do SS. Sacramento da freguesia de S. Julião, etc.*, por Joaquim Roberto da SYLVA, Lisboa, 1731.

[84] Cf. CAESSA, Ana; NOZES, Cristina; MOTA, Nuno, *Relatório final da intervenção arqueológica na Rua da Conceição, 75-77*, Processo 2007/1(790), CAL, 2015, p. 29, consultável no arquivo da DGPC.

[85] MATOS, José Luís de, «Lisboa Islâmica», *Arqueologia Medieval*, n.º 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 79-87.

[86] A existência da Sinagoga Grande de Lisboa encontra-se atestada numa lápide encontrada, após o terramoto de 1755, perto do local onde terá existido este templo, onde se refere a construção por ordem do Rabi Juda, filho de Guedelha, em 1307 (Cf. TAVARES, Maria José Ferro, *A Herança Judaica em Portugal*, Lisboa, CTT Correios de Portugal, 2004, p. 61).

agrícolas e fruta[87]. A localização desses mercados não é referida nas fontes documentais, nem foram ainda encontrados vestígios arqueológicos que nos possam indicar onde se situavam. No entanto, analisando a documentação produzida em época cristã, é possível propor que o *suq* intramuros se situasse entre a mesquita maior e a porta ocidental, por dois motivos. Em primeiro lugar, é esse o local onde se registam as únicas tendas intramuros referidas na documentação posterior[88]. Em segundo, era nesse local, entre a mesquita maior e a porta principal, que se localizavam, maioritariamente, os mercados urbanos nas cidades do al-Andalus[89]. No caso de Lisboa, o local era denominado no século XIII como "Brancos"[90]. Este espaço foi marcado pelo comércio até ao reinado de D. Dinis, momento em que o monarca adquiriu todas as tendas aí existentes, as quais desaparecem por completo na documentação posterior.

---

87 SIDARUS, Adel e REI, António, «Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes», *Arqueologia Medieval*, n.º 7, Mértola/Porto, CAM/ Ed. Afrontamento, 2001.

88 Sobre esta questão, ver SILVA, Manuel Fialho, *Mutação Urbana...*, p. 130-132.

89 Sobre o *suq*, ver CHALMETA, Pedro, *El Señor del zoco en España*, Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1973; CHALMETA, Pedro, *El Zoco Medieval: contribución al estúdio de la historia del mercado*, Fundación IbnTufayl de Estudios Árabes, 2010.

90 ANTT. *Forais Antigos*, maço XII, n.º 3, fl. 37 (1217).

Além do *suq* intramuros, consideramos que a cidade da foz do Tejo teria um importante mercado situado ao longo da principal via do arrabalde ocidental. Esta proposta tem como base documentação posterior, que indica que, na primeira metade do século XIII, o principal núcleo comercial da cidade se situava ao longo da *Corredoura*[91]. Além disso, é possível estabelecer paralelos com outras cidades do al-Andalus, nomeadamente com Almeria, onde foi proposta a evolução de um mercado semanal para um mercado de tendas fixas, em época de islâmica, numa via que dava acesso a uma das principais portas da cidade[92].

Sintetizando, anotemos a posição do *suq* intramuros, entre a Mesquita Maior e a principal porta da cerca urbana, e na via que saia dessa porta, continuaria provavelmente, o *suq* do arrabalde. Estes dois elementos, templo e mercado, compunham o coração da vida comercial e social da Lisboa muçulmana, pulsando no centro da cidade. No entanto, importa também questionar sobre o terceiro elemento, referido no trio estrutural. Onde eram e quais seriam as características dos banhos de Lisboa?

Os Banhos de Alfama e outros

A existência de banhos na cidade em época de domínio islâmico é confirmada pelos geógrafos muçulmanos. Vários textos, que provavelmente repetem as informações de al-Udri, associam os banhos de Lisboa a uma porta da muralha: a *Porta de Alfama*, a qual dava acesso à zona ribeirinha do arrabalde oriental:

«*A leste, a chamada Porta das Termas (Bab al-Hammam). As termas estão perto dela e do mar, e nelas [correm] duas águas: água quente e água fria; e, quando a maré sobe, encobre-as*»[93].

---

[91] Sobre o núcleo comercial da *Corredoura/Correaria*, ver RAVARA, António Pinto, *A Propriedade Urbana Régia (D. Afonso III e D. Dinis)*, Dissertação para licenciatura em História, Lisboa, texto policopiado, 1967; SILVA, Manuel Fialho, *Mutação Urbana...*, p. 307-310.

[92] Tal como refere J. García Lopez: «*En la ciudad de Almería se há propuesto la evolución de un mercado temporal, en el exterior de una de las puertas, a uno de tendas fijas, ya en el interior, a consecuencia del crecimiento y nuevo amurallamiento del sector*». Cf. J. GARCÍA LOPEZ, J. «La organización de espácios públicos», em Jean PASSINI (coord.), *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano. Actas del Primer Curso de Historia y Urbanismo Medieval*, Cuenca, Universidad de Castilla--la-Mancha, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001, p. 30.

[93] SIDARUS e REI, «Lisboa e seu termo...», p. 47, 58.

Diferindo um pouco desta descrição, Idrisi não refere as portas da muralha, situando os banhos públicos no centro da cidade, sem referir a proximidade ao mar nem a influência das marés[94]. Estaria Idrisi a referir-se aos mesmos banhos que os outros geógrafos? Não é possível responder a esta questão. Ibn al-Wardi afirma que a cidade dispunha «*de mercados permanentes, de albergarias cheias e de muitos banhos públicos*»[95]. Ou seja, segundo este último geógrafo, na cidade da foz do Tejo existiriam várias estruturas deste tipo. O cruzado inglês, que escreveu a descrição do cerco de 1147, afirma que Lisboa possuía banhos quentes, sem especificar onde se localizavam. Documentos produzidos nos séculos XIII[96] e XIV[97] referem a existência de banhos no Chafariz de el-Rei, o qual se situava perto da Porta de Alfama, junto à margem ribeirinha. Na Chancelaria de D. João I, sobressai um documento datado de 1384 que refere os «*banhos da cidade de Lisboa que stam sobre o chafariz delRey*»[98]. Além destas informações documentais, é bem conhecido que as águas termais que existem no subsolo de Alfama foram aproveitadas, até ao século XX, nas conhecidas alcaçarias de Lisboa[99].

É possível que muitas destas referências documentais possam ter tido origem nos banhos públicos da cidade, os quais parecem ter estado ativos, de forma intermitente ou não, entre a época de domínio muçulmano e o século XIV. O facto de a Coroa ser proprietária de estruturas termais associadas ao Chafariz de el-Rei, documentado nos reinados de D. Dinis e D. João I, pode indiciar que a posse dos banhos públicos tenha transitado das autoridades muçulmanas para a Coroa, em 1147, tal como aconteceu com algumas das estruturas mais relevantes da cidade: a Alcáçova, a cerca urbana e algumas propriedades urbanas pertencentes às mesquitas que Afonso Henriques doou ao cabido da Sé[100]. Seja como for, a localização

---

[94] *Idem*, p. 49: «*No centro da cidade há termas, quentes no inverno (como) no verão…*».

[95] *Idem*, p. 64.

[96] Cf. *Rol das propriedades, bens e igrejas da Coroa e das instituições religiosas em Lisboa e no seu termo*, 1220(?), IEM: http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rolpropropriedades.

[97] *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 3v.. Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ed. crítica por Giuliano MACCHI, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, Caps. LXXIII, LXXX.

[98] ANTT, *Chancelaria de D. João I*, I-1, doc. 25, de 20 de fevereiro de 1384.

[99] Cf. RAMALHO, Elsa e LOURENÇO, Maria Carla, «As Águas de Alfama: memórias do passado da cidade de Lisboa», Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, em http://www.lneg.pt/download/3834/23.pdf; OLIVEIRA, Carlos de, *Memória das Águas de Alfama*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

[100] Sobre estas questões, ver SILVA, Manuel Fialho, *Mutação Urbana...*, 2017.

precisa dos banhos públicos da cidade em época islâmica apenas poderá ser esclarecida com precisão através de escavações arqueológicas.

Além dos banhos públicos que existiam perto da Porta de Alfama, é muito provável que existissem outros, talvez de menor dimensão, em outras áreas da cidade, mas, até ao momento, não foram encontradas evidências arqueológicas que o confirmem. Ainda assim, importa apontar a existência de banhos ativos no início do século XIV, na zona ribeirinha do arrabalde ocidental da cidade, na freguesia de São Julião, na zona do Morraz[101].

As localizações das estruturas urbanas aqui referidas, o trio estrutural das cidades hispano-muçulmanas (mesquita, *suq* e banhos) podem ser observadas na nossa proposta de reconstituição da área urbana da cidade na década de quarenta do século XII, ou seja, no momento imediatamente anterior à tomada de 1147. Tratava-se de uma cidade com uma dimensão de cerca de 55 hectares, comparável com a que teria por exemplo Valência no século XI, segundo Christine Mazzoli-Guintard[102]. Neste sentido, importa destacar a dimensão dos arrabaldes, apurada através das evidências encontradas pelas escavações arqueológicas, que desenham uma cidade muito maior do que a historiografia considerava há alguns anos. O cruzamento entre os dados das recentes escavações arqueológicas e a documentação medieval permite-nos afirmar que, na década de quarenta do século XII, a cidade da foz do Tejo se encontrava plenamente inserida na rede urbana do al-Andalus, estando equipada com as estruturas urbanas básicas existentes nessas cidades: alcáçova, templos, banhos públicos e privados, e mercados.

Foi esta a cidade que Afonso Henriques logrou conquistar em outubro de 1147, auxiliado por forças anglo-normandas e germânicas. Mais do que um acontecimento resultante do alegado heroísmo de um monarca, tratou-se do produto de uma conjuntura, ou melhor, de uma sucessão de conjunturas.

---

[101] ANTT, S. Vicente, 1.ª Inc. maço 5, doc. 26, de 10 de março de 1309. Sobre a evolução urbana desta zona, ver SILVA, Manuel Fialho, «São Julião: uma Freguesia...», 2012.

[102] Cf. MAZZOLI-GUINTARD, Christine, *Villes d'al-Andalus. L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*, Rennes, Presses Universitaires, 1998, p. 329.

A RESTAURAÇÃO DA DIOCESE DE LISBOA EM 1147 E OS PRIMÓRDIOS DA FORMAÇÃO DE UMA IGREJA *PORTUGUESA*

Luís Carlos Amaral*

Apresentação

Escassos dias após a rendição das autoridades muçulmanas e da entrada vitoriosa de D. Afonso Henriques (1128-1185), das suas hostes e dos contingentes de cruzados na exausta cidade de Lisboa (25 de Outubro de 1147), procedeu-se à restauração da antiga sede episcopal[1]. Com efeito, no primeiro dia de Novembro, traduzindo a aprovação do rei, do arcebispo bracarense D. João Peculiar (1138-1175) e dos demais bispos e clérigos presentes, «*Electus est subinde ad sedem pontificatus ex nostris Gislebertus Hastigensis, rege, archyepiscopo, coepiscopis, clericis, laicis omnibus electioni eius assensum prebentibus. Die uero qua omnium memoria*

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto; CITCEM-UP; CEHR-UCP.
Gostaríamos de manifestar o nosso agradecimento ao Senhor Doutor Francesco Renzi, tanto pelo empenho com que leu o presente artigo, em particular o ponto Enquadramentos I, como pelas importantes sugestões que formulou, que muito melhoraram o texto.

[1] Como é do conhecimento geral, a bibliografia acerca da conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques e sobre os acontecimentos que lhe sucederam e o contexto em que se inscreveu é já muito volumosa, pelo que nos limitaremos a indicar aqui quatro trabalhos que consideramos especialmente relevantes: BRANCO, Maria João Violante, «Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração», em *Lusitania Sacra*, 2.ª série, X (1998), Lisboa, p. 55-94; *IDEM*, «Introdução. A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida», em *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*, ed., tradução e notas de Aires A. Nascimento, Lisboa, Vega Editora, 2001, p. 7-51; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, em especial p. 167-178; e o recente e muito completo estudo de: MARTINS, Miguel Gomes, *1147, A Conquista de Lisboa na Rota da Segunda Cruzada*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2017.

sanctorum celebratur, ad laudem et honorem nominis Christi et sanctissime eius genitricis purificatum est templum ab archiepiscopo et coepiscopis quattuor et reparatur inibi sedes episcopatus»[2]. Esta notícia, contida na informada narrativa do sítio e conquista de Lisboa, elaborada por um cruzado anglo-normando de nome Raul[3] que participou na campanha, acrescenta ainda, com assinalável detalhe, as terras e castelos que passavam a integrar a jurisdição da sede olissiponense: «(...) *trans Tagum, castro Alcacer, castro de Palmella, Elmada prouincia; citra Tagum, castro Suchtrio, castro Scalaphio, castro Lora. Sunt autem termini eius ab Alcacer castro usque ad castrum Lora, et a mari occidentali usque ciuitatem Eburensem*»[4].

Sendo certo que este vastíssimo território parecia assegurar ao novo prelado e à sua Igreja domínios e rendimentos patrimoniais e eclesiásticos promissores, não é menos verdade que levantava também grandes e complexos problemas, quanto mais não fosse pela amplitude da exposição a investidas islâmicas, sobretudo nas terras situadas além do Tejo. A consciência desta realidade, certamente bem presente no pensamento de D. Afonso Henriques e dos seus homens, tornava ainda mais imperioso o desenvolvimento de estruturas que permitissem o efectivo domínio e integração dos espaços que envolviam o Tejo. Como a já secular experiência dos cristãos nortenhos demonstrara inúmeras vezes, a empresa *reconquistadora* apenas se iniciava com as operações militares. Porém, concluídas estas, os êxitos alcançados só seriam permanentes e completos quando sucedidos por um conjunto de iniciativas, que visavam a sistemática incorporação, no novo senhorio, das populações e territórios dominados.

Atendendo à crónica escassez de recursos humanos e materiais que, por regra, caracterizou a expansão guerreira e colonizadora do norte cristão, não será de estranhar que o rei português, como qualquer um dos seus congéneres hispânicos, tenha recorrido a todos os *instrumentos* e *expedientes* disponíveis, nomeadamente de âmbito eclesiástico, para consolidar as terras e praças conquistadas. Aliás, no que às instituições religiosas dizia respeito, a sua associação e articulação com os processos de ocupação e reordenamento dos espaços tomados beneficiava já de uma longuíssima prática, que remontava seguramente aos primórdios da monarquia asturiana e leonesa[5].

---

[2] *A Conquista de Lisboa aos Mouros...*, p. 142 (tradução portuguesa na p. 143).

[3] Sobre a complexa identificação do autor e do destinatário do relato consulte-se: *A Conquista de Lisboa aos Mouros...*, p. 153-154, notas 2 e 3.

[4] Ver n. 2.

[5] Uma síntese rigorosa da História política e eclesiástica do reino asturo-leonês pode ver-se no volume colectivo: *El Reino de León en la Alta Edad Media. III. La*

Neste contexto, torna-se evidente que o empenho de D. Afonso Henriques e dos clérigos que gozavam da sua confiança na reconstrução diocesana de Lisboa, inscrevia-se num cenário mais vasto que, naquele momento, reflectia, pelo menos, duas dimensões diversas, mas complementares: por um lado, dava-se continuidade, como referimos, a arraigadas políticas de conquista e de domínio, há muito ensaiadas pelos caudilhos nortenhos; por outro, procurava-se responder a problemas conjunturais, resultantes quer da forma como estava a evoluir a consolidação do reino português, quer das circunstâncias particulares de que se revestia a ocupação do vale do Tejo[6].

Por último, afigura-se-nos indispensável considerar que, ao longo da primeira metade do século XII, estavam já enraizados os alicerces sobre os quais assentava a reorganização da Igreja de Leão e Castela, em particular desde o reinado de Fernando I, o Magno (1037-1065). A especificidade deste complexo processo decorria da forte dinâmica despoletada pelo cruzamento das iniciativas reformadoras hispânicas – grandemente impulsionadas pela decisiva assembleia conciliar reunida em Coiança, em 1055[7] –, com as influências de cunho romano-cluniacense, provenientes de além-Pirenéus[8]. O contacto prolongado entre os dois movimentos potenciou determinadas tendências, entre as quais emerge com grande nitidez o reforço, clarificação e centralidade da figura do bispo e respectivo múnus[9], ao

---

Monarquía Astur-Leonesa. De Pelayo a Alfonso VI (718-1109), León, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», Caja España de Inversiones, Caja de Ahorros y Monte de Piedad, Archivo Histórico Diocesano de León, 1995; e também em: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval. Iglesia y poder político en el Occidente peninsular, siglos VII-XII*, Madrid, Sílex, 2008.

[6] Acerca das primeiras décadas de ocupação militar portuguesa do vale do Tejo e respectivo enquadramento, podem consultar-se as sínteses contidas em: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. II, MATTOSO, José (coord.) *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 75-80; e MATTOSO, *D. Afonso Henriques*, p. 167-227.

[7] Sobre tudo o que respeita a este relevante concílio, nomeadamente a dupla redacção, a natureza da reunião, as matérias debatidas, etc., consulte-se o excelente e clássico estudo de: GARCÍA GALLO, Alfonso, «El Concilio de Coyanza. Contribución al estudio del Derecho canónico español en la Alta Edad Media», em *Anuario de Historia del Derecho Español*, 20 (1950), Madrid, p. 275-633; e também: AYALA MARTÍNEZ, *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval*, p. 270-283.

[8] Limitando-nos apenas à recepção da denominada *Reforma Gregoriana* em terras hispânicas, consulte-se: AYALA MARTÍNEZ, *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval*, p. 295-415; e DESWARTE, Thomas, *Une Chrétienté romaine sans pape. L'Espagne et Rome (586-1085)*, Paris, Éditions Classiques Garnier, 2010, p. 351-517.

[9] A propósito do fortalecimento e da clarificação da autoridade e dos poderes dos bispos, consulte-se: LEMESLE, Bruno, *Le gouvernement des évêques. La charge pastorale au milieu du Moyen Âge*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2015; e

mesmo tempo que adaptou e *submeteu* aos particularismos históricos da Igreja peninsular, certos desígnios propostos e ambicionados pelo Papado. Seja como for, a forma como se entrelaçaram e interagiram os vários processos, todos extraordinariamente plurais desde os seus inícios, acabou por ter consequências duradouras que, a bem dizer, se manifestaram e ajustaram no decurso da primeira Idade Média portuguesa. Não sendo este o lugar indicado para uma demorada análise da matéria, será útil ainda assim desenvolver alguns comentários, a fim de compreendermos melhor as complexas questões de índole eclesiástica (e política), que envolveram a restauração da diocese de Lisboa.

Enquadramentos I

O longo século XI representou um tempo de grandes mudanças na História da Igreja de Roma, que se revelaram estruturais e decisivas na elevação e transformação do Papado em vértice da Cristandade Latina[10]. Tratou-se de um empreendimento muito dinâmico, semeado de conflitos violentos que, as mais das vezes, não representaram outra coisa senão ensaios sucessivos de coabitação e de simultaneidade entre instituições e poderes de natureza diversa, mas com interesses e áreas de actuação comuns. Convirá dizer, em primeiro lugar, que já há muitas décadas a historiografia alemã tornou operacional um conceito que, apesar das suas limitações, foi capaz de esclarecer vários dos problemas que este período da História da Igreja apresenta, ou seja, o de *Reichskirche*: a Igreja do *Regnum*. Não deixa de ser uma expressão ambígua, na medida em que *Regnum* expressava, naquele tempo, a união do reino da *Alemanha* com o da *Itália*, sob o domínio do imperador. Ora, por imperadores

---

MAZEL, Florian, *L'Évêque et le Territoire. L'invention médiévale de l'espace (V^e^-XIII^e^ siècle)*, Paris, Éditions du Seuil, 2016.

[10] A bibliografia sobre a importante reforma e reorganização que a Igreja e o conjunto da Cristandade ocidental conheceram entre os séculos XI e XII é hoje vastíssima. Limitar-nos-emos a indicar aqui algumas das mais recentes e inovadoras sínteses que acerca da matéria se produziram: Jean-Marie MAYEUR, Charles et Luce PIETRI, André VAUCHEZ, Marc VENARD (dir.), *Histoire du Christianisme des origines à nos jours*, tomo IV, Gilbert DAGRON, Pierre RICHÉ et André VAUCHEZ (coord.), *Évêques, moines et empereurs (610-1054)*; tomo V, André VAUCHEZ (coord.), *Apogée de la papauté et expansion de la chrétienté (1054-1274)*, Paris, Desclée, 2000, 2001; *The Cambridge History of Christianity*, vol. 3, Thomas F. X. NOBLE, Julia M. H. SMITH (ed.), *Early Medieval Christianities, c. 600-c. 1100*; vol. 4, Miri RUBIN, Walter SIMONS (ed.), *Christianity in Western Europe, c. 1100-c. 1500*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008, 2009; e Jean-Robert ARMOGATHE (dir.), *Histoire générale du christianisme*, vol. 1, Pascal MONTAUBIN, Michel-Yves PERRIN (coord.), *Des origines au XV^e^ siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 2010.

entendiam-se aqueles reis que, graças ao apoio de sucessivos papas, tinham sido elevados ao exercício do poder supremo, o *imperium*, desde que o rei dos francos e dos lombardos, Carlos Magno (768-814), fora coroado imperador em Roma, no dia de Natal de 800, por Leão III (795-816). Neste contexto, pelo menos desde a época de Otão I, o Grande (951-973), que os reis da *Alemanha* colocavam nos lugares cimeiros das estruturas eclesiásticas da monarquia homens da sua confiança e de formação régia – muito próximos da corte, portanto –, que se tinham preparado nas *escolas* associadas às sedes episcopais e aos cabidos catedralícios.

Ainda muito forte no século XI, o sistema acabou por chegar a Roma no tempo de Henrique III (1039-1056), ficando claro, a partir desse momento, que uma carreira eclesiástica construída no interior do *Regnum* podia conduzir também (e directamente) à Cadeira de Pedro. Em 1046, no mesmo ano em que foi coroado imperador, Henrique III interveio em Roma, pondo fim a um tríplice cisma[11] e aproveitando a oportunidade para fazer eleger como sumo pontífice um clérigo da sua corte e seu confessor, Clemente II (1046-1047). Contudo, a acção do imperador, para além de resolver o imbróglio resultante da coexistência de três papas, alcançara uma dimensão muito mais ampla e, sobretudo, muito mais efectiva. Em última análise significava que a universalidade do Império fora capaz de *socorrer* e de assegurar a universalidade do Papado. Consequentemente, verificou-se a progressiva internacionalização da Igreja romana, acompanhada da reforma das suas estruturas. Dava-se início, desta forma, a um secular e *musculado* combate pela *Libertas Ecclesiae*, isto é, pela autonomia da instituição eclesiástica no que respeitava à escolha dos seus membros e à definição específica dos procedimentos e das normas canónicas que regulavam a vida da Igreja. Deve esclarecer-se que a expressão *Libertas Ecclesiae* era usada no século XI para definir a contraposição de interesses entre a Igreja e o Império. Mas, impõe-se acrescentar, que a mesma expressão transportava em si uma orientação muito clara, a saber, a de restauração. Quer isto dizer, recuperação/imposição da regular universalidade dos procedimentos eclesiásticos à escala do Ocidente latino. O Papado desvinculava-se, em definitivo, da estrita (e limitativa) realidade da cidade de Roma, para se tornar verdadeiramente *Universal*.

A configuração definitiva da estrutura eclesiológica da *Reichskirche* viria a ser alcançada no tempo de Gregório VII (1073-1085)[12]. O pensamento deste invulgar pontífice surge inteiramente amadurecido logo em

---

[11] Coexistiam nesse momento três papas, a saber, Silvestre III, Gregório VI e Bento IX, que foram depostos em Dezembro de 1146, no concílio de Sutri.

[12] Acerca do papa Gregório VII deve consultar-se o rigoroso e inovador estudo de: CANTARELLA, Glauco Maria, *Il sole e la luna. La rivoluzione di Gregorio VII papa. 1073-1085*, Roma, Editori Laterza, 2005.

1075, no famoso documento intitulado *Dictatus Papae*[13]. Composto por 37 proposições, a sua originalidade assenta não tanto nos conteúdos respectivos, que pouco têm de inovador, mas sobretudo na circunstância de se apresentarem agora organizados num *corpus* harmónico. Na realidade, talvez devam ser correctamente interpretados como uma espécie de índice ou inventário de uma colectânea canónica mais vasta, donde resulta que cada proposição constitui, por assim dizer, o título de um capítulo autónomo. Se não deixa grandes dúvidas a compreensão de cada *sentença*, muito graças à forma precisa como foram redigidas, mais impressionam as razões claríssimas que lhes subjazem e que Gregório VII não deixou de enunciar em diversos outros escritos ao longo do seu pontificado.

Para o antigo monge beneditino, que percorrera um sempre ascendente *cursus honorum* na cúria romana, a pessoa do papa era algo muito objectivo. No seu entendimento, o sumo pontífice em si e por si não tinha especial mérito. Os méritos advinham-lhe dos apóstolos Pedro e Paulo, razão pela qual todos os prelados deviam prestar, institucionalmente, obediência ao papa. Gregório VII apresenta-se, deste modo, como a negação da individualidade e a absoluta valorização da instituição. Para ele, o Papado representava a estrutura depositária da vetusta e grandiosa História da Igreja de Roma e das suas prerrogativas específicas – entre as quais avultava a denominada Sucessão (e legado) Petrina –, factos estes que a transformavam no ápice de todas as Igrejas.

Apoiado na absoluta certeza da primazia romana, Gregório VII personificou um complexo magistério, caracterizado por um elevado nível de conflitualidade, dentro e fora dos círculos eclesiásticos. No entanto, o caminho que ajudou a construir e a clarificar, apesar dos impetuosos e recorrentes enfrentamentos travados com os imperadores germânicos, concorreu decisivamente para o ajustamento dos vários poderes temporais e espirituais, processo este que viria a marcar, e de que maneira, a História do Ocidente europeu na centúria seguinte. Em todo o caso, o primeiro grande entendimento entre Roma e o Império só foi conseguido em 1122, através da chamada Concordata de Worms, que integrava e articulava dois documentos fundamentais, duas verdadeiras promessas recíprocas e análogas[14]: «*En donnant l'investiture par le sceptre et non plus par la crosse et l'anneau, le roi, qui devait donner son accord à l'élection canonique et à la*

---

[13] Pode consultar-se a versão original deste documento bem como a sua tradução em francês em: GUYOTJEANNIN, Olivier, *Le Moyen Âge (V^e^-XV^e^ siècle)* (tomo I de Jean FAVIER [dir.], *Archives de l'Occident*), Paris, Fayard, 1992, doc. 115, p. 351-356.

[14] Pode consultar-se a versão original destes documentos bem como a sua tradução em francês em: GUYOTJEANNIN, *Le Moyen Âge (V^e^-XV^e^ siècle)*, doc. 116 (23 de Setembro de 1122), p. 357-359.

consécration, limitait son intervention aux régales. L'usage de la simonie et de la force était clairement interdit. Les deux textes, dans leur apparente simplicité, mettaient un terme à plus de cinquante ans d'incompréhension, dont les conséquences étaient lourdes pour la royauté allemande. C'était, au moins théoriquement, la fin du régime de l'Église impériale»[15].

Enquadramentos II

De diversa complexidade e de menor escala, mas não menos relevante para a matéria que estamos a estudar, afigura-se-nos o processo de reorganização da Igreja hispânica e, mais concretamente, da que se achava implantada na monarquia leonesa e castelhana. Como dissemos antes, praticamente desde os inícios da expansão militar e territorial do reino asturiano, que se assistiu a uma aproximação e sucessiva articulação entre o poder régio e o dos demais senhores leigos e as instituições eclesiásticas e seus agentes[16]. Os modelos diversos em que se organizavam e as legitimidades distintas em que se apoiavam uns e outros, de modo algum conduziram a um afastamento e antes concorreram para o desenvolvimento de empresas de grande convergência. As necessidades imperiosas de colonização e de organização social dos territórios gradualmente ocupados – e sempre também dos que foram ficando cada vez mais a Norte –, assim como a indispensável mobilização política e ideológica das diferentes comunidades, encarregaram-se de alimentar objectivos comuns e complementares e, muitas vezes, perfeitamente simétricos. Neste sentido, alcançado o século XI era já longa a convivência entre os vários poderes e muito significativa a *cumplicidade* que entre eles se estabelecera.

Mas nesta mesma centúria a Península Ibérica assistiu igualmente ao desmembramento definitivo do califado omíada de Córdova, a partir de 1009, e à sua substituição pelos primeiros reinos taifas[17]. Neste sentido, de

---

[15] PARISSE, Michel, «Les pouvoirs chrétiens face à l'Église. La querelle des investitures et ses aboutissements», em *Histoire du Christianisme...*, tomo V, *Apogée de la papauté...*, p. 128-129.

[16] Ver a bibliografia referida na n. 5.

[17] Apesar do último califa, Hišām III (1027-1031), ter formalmente governado até 1031, desde 1009 que ocorreram várias dissidências políticas e cisões territoriais no interior do califado, ou seja, praticamente desde a morte de ʿAbd al-Malik, filho e sucessor do temível Abi ʿĀmir, cognominado al-Manṣūr, ocorrida em 1008. Acerca da evolução política do califado omíada de Córdova, permanece hoje muito útil a consulta do rigoroso estudo de: LÉVI-PROVENÇAL, Évariste, *España Musulmana. Hasta la Caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J. C.)* (tomo IV da *Historia de España* fundada por Ramón MENÉNDEZ PIDAL), Madrid, Espasa-Calpe, 1982 (5.ª ed.).

um certo ponto de vista a constituição da monarquia de Leão e Castela pode interpretar-se como uma reacção e importante recomposição, de grande escala, dos poderes políticos e militares no conjunto da Hispânia/Al-Andaluz. Desde a *invasão* islâmica de 711, e pela primeira vez, o equilíbrio de forças favorecia os líderes cristãos nortenhos, que não demoraram a aproveitar as oportunidades que se lhes ofereceram. Na perspectiva de Fernando I, de ascendência navarra, estava em jogo, por certo, a implantação e salvaguarda da reformada linhagem régia que ele encabeçava, mas também, e muito, a edificação de um reino que, ao associar os vastos territórios integrados em Leão e Castela, herdeiros de um rico passado histórico, configurava uma nova estrutura política e militar invulgarmente dinâmica.

De acordo com Carlos de Ayala Martínez, Fernando Magno terá sido um dos monarcas da Alta Idade Média ibérica que mais necessidade teve (e sentiu) de legitimar a sua ascensão ao poder. Não admira, portanto, que seja bem visível em diferentes diplomas produzidos na sua chancelaria, e logo desde o início da governação, um ideário de carácter reformador, uma clara preocupação em reorganizar as distintas instituições da monarquia[18]. Desde o início, também, a Igreja ocupou um lugar central nesse *programa*. O momento decisivo do processo de renovação eclesiástica foi alcançado em 1055, com a realização do já referido concílio de Coiança[19]. A avaliar pelos 13 cânones procedentes da assembleia, podemos afirmar que os clérigos reunidos em Coiança se esforçaram por reconstruir o ordenamento da época suevo-goda, sem deixarem de considerar as importantes mudanças (e *novidades*), sobretudo ao nível das sedes diocesanas, entretanto verificadas[20]. Mas se há dimensão que aparece sublinhada na maioria dos decretos conciliares é seguramente a da afirmação do *ius episcopale*. Como tivemos oportunidade de escrever em um outro estudo, este *ius episcopale* não configurava uma autoridade vaga, imprecisa, mas antes um poder efectivo, que deveria manifestar-se de forma concreta sobre todas as igrejas de cada diocese[21].

Finalmente, deveremos considerar, outrossim, que as decisões aprovadas em Coiança, sem excepção, testemunham «*un programa renovador en*

---

[18] AYALA MARTÍNEZ, *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval*, p. 269-270.

[19] Acerca desta importante assembleia conciliar, ver a bibliografia referida na nota 7.

[20] Um bom resumo e comentário dos decretos do concílio de Coiança pode consultar-se em: AYALA MARTÍNEZ, *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval*, p. 276-281.

[21] «*Ou seja, teria de materializar-se no poder de as consagrar após a imprescindível dotação, na capacidade de constituir os clérigos encarregados da sua assistência, na realização de visitas pastorais e no direito de exigir e arrecadar determinados censos*» (AMARAL, Luís Carlos, *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da* Reconquista *(século IX-1137)*, Porto, 2007, p. 313).

materia eclesiástica, pero fuertemente enraizado en la propia tradición peninsular, un programa que proclamaba el predominio indiscutible de la realeza, pero que convertía a los obispos en poderosos instrumentos de una acción reformadora, políticamente orientada a la consolidación legitimadora de la monarquía». Em suma, a renovação política e eclesiástica sustentada pelo fundador da nova dinastia pressupunha, em última análise, «*hacer descansar una buena parte de su autoridad en la sumisa iniciativa política de sus obispos*», cenário este que invoca imediatamente o velho «*modelo político-ideológico de la monarquía visigoda*»[22].

O quadro desenhado em linhas gerais, não deixou de evoluir, revelando-se gradualmente mais complexo e gerando uma interacção crescente entre os processos político-militar e eclesiástico. Para este estado de coisas muito concorreram as sucessivas conjunturas que marcaram o longo reinado do filho, herdeiro e sucessor último de Fernando Magno, Afonso VI (1065-1109). Durante o seu governo muito se estreitaram as relações com o Papado, nomeadamente graças a Gregório VII e a Urbano II (1088-1099), apesar de o monarca ter sabido, por regra, *aproveitar* as iniciativas romanas, acomodando-as aos seus interesses. Mas foi no seu tempo que se formalizou o *acordo/aliança* com Roma, através da realização do concílio de Burgos, em 1080, o primeiro concílio hispânico presidido por um legado papal[23]. E também que Gregório VII, aquando da designação do novo arcebispo de Toledo (Dezembro de 1086), recentemente ocupada (Maio de 1085), aproveitou a oportunidade para esclarecer o lugar que, no seu entendimento, competia ao clérigo eleito, a saber, nada menos do que a presidência da *Igreja do rei*, superintendendo a todas as Igrejas do reino[24]. Explicou ainda a Afonso VI que, pela misericórdia de Deus, ele fora promovido «*super omnes Hispanie reges*»[25]. Significa isto, portanto, que pelo menos

---

[22] AYALA MARTÍNEZ, *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval*, p. 280, 281.

[23] Tratou-se do cardeal legado Ricardo, abade de S. Vítor de Marselha. É enorme a relevância desta assembleia, também a primeira realizada no reino de Leão e Castela que, verdadeiramente, obedeceu «*al contexto programático del reformismo gregoriano*». Neste sentido, o concílio de Burgos foi, «*por tanto y ante todo, el marco legal que decidió el cambio de rito (a adopção da liturgia romana), y aunque éste, desde luego, no se produciría de la noche a la mañana, no cabe duda de que estamos ante una trascendente decisión político-eclesiástica*» (AYALA MARTÍNEZ, *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval*, p. 318, 319).

[24] Sobre este assunto deve ver-se: FEIGE, Peter, «La primacía de Toledo y la libertad de las demás metrópolis de España. El ejemplo de Braga», em *La Introducción del Císter en España y Portugal*, Burgos, Editorial La Olmeda, 1991, p. 65. Para a nova cátedra de Toledo foi eleito o antigo monge cluniacense e abade reformador do mosteiro de Sahagún (a partir de 1080), Bernardo de Sédirac.

[25] Citação recolhida em: FEIGE, «La primacía de Toledo y la libertad...», p. 65.

do ponto de vista teórico, tanto para o Papado como para o monarca de Leão e Castela, a unificação/restauração política e eclesiástica representavam processos convergentes e interligados.

Enquadramentos III

O dinamismo restauracionista eclesiástico que se verificou a partir da segunda metade do século XI e a sua estreita associação ao não menor vigor que conheceu a expansão guerreira sobre os domínios islâmicos, não significou que os processos tivessem decorrido de forma simples e linear. Bem pelo contrário. A evolução foi muito irregular e semeada de múltiplos conflitos, avanços e retrocessos. Malgrado o empenho com que os poderes civis e religiosos procuraram recompor o antigo ordenamento diocesano herdado da época suevo-goda, a verdade é que outras realidades se haviam imposto e outras necessidades se desenvolveram, quase todas coadunando-se melhor com o sempre renovado equilíbrio de forças político-militar e a sempre móvel configuração territorial.

As raízes mais próximas daquilo que viria a transformar-se, ao longo do século XII, na Igreja do reino de Portugal, remetem-nos para a complexa reorganização da estrutura eclesiástica do Noroeste hispânico, que alcançou na restauração da diocese de Braga um dos momentos mais significativos. Como ficou amplamente demonstrado em distintos estudos[26], a tardia reconstrução da sede bracarense ficou a dever-se, antes de mais, às circunstâncias particulares do processo de associação/integração dos antigos territórios da *Gallaecia* no conjunto da monarquia asturo-leonesa. Ao que tudo indica, Afonso III das Astúrias (866-911) assumiu o repovoamento das terras a sul do Minho como uma verdadeira empresa de *dilatatio Christianitatis*, na qual foi atribuído «*un papel decisivo a la intercesión del Apóstol*». Neste contexto, a dimensão «*apostólica de Santiago, reconocida y ponderada por Alfonso III, le confería de facto a Compostela una preeminencia superior al rango metropolitano, preeminencia que se plasma implícitamente en la donación de una parte de la ciudad bracarense*»[27].

---

[26] Tudo o que sobre a restauração da diocese de Braga escrevemos no presente artigo apoia-se em dois amplos estudos: COSTA, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, vol. I, 2.ª ed. refundida e ampliada, Braga, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997, sobretudo p. 195-223; e AMARAL, *Formação e desenvolvimento do domínio...*, p. 216-240.

[27] LÓPEZ ALSINA, Fernando, *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, Santiago de Compostela, Ayuntamiento de Santiago de Compostela, Centro de Estudios Jacobeos, Museo Nacional de las Peregrinaciones, 1988, p. 180.

Definida a política geral da monarquia no que respeitava à região galega e, em particular, a Braga, reconstruir a antiga Igreja metropolitana deixou de representar uma *necessidade*. Acresce ainda, a avaliar pelo completo silêncio documental, a total indiferença dos magnates portucalenses em relação ao problema. Até meados do século XI, período durante o qual a autoridade política e militar esteve confiada, quase em exclusivo, a membros das famílias condais do Entre-Douro-e-Minho, parece evidente que o empenho religioso (e eclesiástico) destas linhagens se orientou muito mais para as comunidades monásticas e, especialmente, para o mosteiro de Guimarães, fundado em torno de 950[28]. Tudo leva a crer, portanto, que a necessidade de uma instituição eclesiástica rica e poderosa na terra de Portucale tenha sido cabalmente suprida pela comunidade vimaranense, tornando-se dispensável a existência de um prelado em Braga. Quanto mais não fosse, o mosteiro sempre permanecia sob a alçada dos senhores regionais, contrariamente a um eventual bispo que, mercê da grande proximidade existente entre o episcopado e a realeza, poderia converter-se rapidamente numa indesejável extensão do poder do monarca[29].

Confrontados com um cenário desta natureza, é fácil concluir que a restauração da diocese de Braga só poderia equacionar-se, caso se verificassem mudanças importantes de ordem política na região do Noroeste hispânico. Foi precisamente o que ocorreu a partir da segunda metade do século XI e, muito em especial, durante o breve mas decisivo período que sucedeu à morte de Fernando Magno, ocorrida em 27 de Dezembro de 1065. O cumprimento das determinações testamentárias levou, como é conhecido, à divisão da monarquia em três entidades distintas: o reino de Castela ficou para o filho mais velho, Sancho II (1065-1072); o reino de Leão coube a Afonso VI; e ao filho mais novo, Garcia II (1065-1071), foi entregue o reino da Galiza, que incluía as terras de Portucale e de Coimbra.

Desde que se iniciara a empresa reconquistadora cristã, era a primeira vez que o território galaico-portucalense se constituía como uma unidade política independente. Uma transformação como esta não poderia deixar de reflectir-se no interior da nova monarquia da Galiza, até porque, muito mais

---

[28] O cenóbio foi fundado graças ao empenho da condessa Mumadona Dias, já então viúva do conde Hermenegildo Gonçalves, e rapidamente se transformou na mais rica e poderosa comunidade monástica do Entre-Douro-e-Minho.

[29] A este propósito, observou muito acertadamente Bernard F. REILLY: «(...) *it is a truism of the eleventh century that bishops were king's men and that the episcopate was a favourite vehicle of royal control. Nowhere was this situation more true than in León-Castilla, where lands newly wrested from the Muslim were consolidated by the restoration of ancient bishoprics whose bishops were both royal nominees and royal administrators of the district*» (*The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, Princeton, Princeton University Press, 1988, p. 25).

do que aos seus irmãos, escasseavam a Garcia II os apoios efectivos para alicerçar o seu poder em todo o espaço do reino e para promover as necessárias fidelidades das autoridades regionais e locais[30]. As notícias que chegaram até nós dando-nos conta de vários episódios de resistência ao poder régio, e que atingiram a sua máxima expressão no assassinato do bispo de Santiago D. Gudesteo (1066-1069), na Quaresma de 1069, e na revolta do conde portucalense Nuno Mendes (1059-1071), descendente do conde presor Vímara Peres (868-873), e sua posterior derrota e morte na batalha de Pedroso, em Fevereiro de 1071, mais devem ter convencido Garcia II e os seus de que era necessário agir e rapidamente. Parte da solução encontrada passou pela reconstrução da malha eclesiástica galaico-portucalense, nomeadamente através da restauração de diversos bispados. Como muito bem demonstrou Bernard F. Reilly, Garcia II «*was attempting to restore not just the see of Braga but those of Lamego and Túy as well. Success in that endeavor would have almost doubled, when added to Lugo, Mondoñedo, Oporto, Orense, and Compostela, the number of bishoprics in his kingdom and therefore the number of royal lieutenants as well*»[31].

Parece claro, portanto, que a restauração da Igreja de Braga ficou a dever-se à iniciativa de Garcia II e em razão dos seus próprios interesses políticos. E nem a rápida conclusão do processo que o afastou do trono, na sequência da ocupação da Galiza por seu irmão Sancho II[32], obstou a que, ainda em Maio de 1071, estivesse já à frente dos destinos da sede bracarense o bispo D. Pedro (1071-1091). Serenados os ânimos políticos e militares após a tomada definitiva do poder por Afonso VI, em Novembro de 1072, foi possível ao novo prelado prosseguir na reconstrução da sua diocese, encerrando-se, desta forma, uma longuíssima vacância. Seja como for, nem todo o esforçado episcopado de D. Pedro foi suficiente para que Braga visse integralmente confirmados os anteriores estatuto, privilégios e prestígio que lhe pertenciam de direito, enquanto cabeça da metrópole galaica. Tal só viria a consumar-se nos inícios do século XII, com o pleno reconhecimento, por parte de Roma, da dignidade metropolitana de Braga e com a restauração, com algumas limitações, da respectiva província eclesiástica[33].

---

[30] Acerca do breve reinado de Garcia II à frente da Galiza, deve consultar-se o excelente estudo de: PORTELA SILVA, Ermelindo, *García II de Galicia. El Rey y el Reino (1065-1090)*, Burgos, Editorial La Olmeda, 2001.

[31] REILLY, *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI...*, p. 26.

[32] Sancho II deve ter entrado com a sua hoste na Galiza em meados de Abril de 1071 e logo nos inícios de Maio já se intitulava rei de Castela e da Galiza, donde resulta que o afastamento de Garcia II se verificou neste curto lapso de tempo. Ver: PORTELA SILVA, *García II de Galicia*, p. 122-124.

[33] A província eclesiástica de Braga foi restaurada entre os finais de 1009 e os inícios de 1100 pelo papa Pascoal II (1099-1118), não tendo chegado até nós a respectiva

O que hoje sabemos permite-nos concluir que o encerramento deste processo também só foi possível graças à dinâmica conjuntura que promoveu a criação do segundo Condado Portucalense (1095/1096), prontamente colocado sob a chefia do conde borgonhês D. Henrique (1096-1112) e de sua mulher, a infanta D.ª Teresa de Leão (1096-1128), filha de Afonso VI. A conjugada acção de D. Henrique e do recém-eleito bispo de Braga, D. Geraldo (1097/1099-1108), igualmente um franco, ditada sobretudo pela nova relação de poderes que se vivia no interior da terra portucalense, acabou por viabilizar a completa reconstrução da Igreja bracarense.

A crescente interacção entre as estruturas político-militares e as eclesiásticas deve ser observada como o permanente e incontornável ajustamento dos distintos senhores e instituições, que partilhavam os poderes numa sociedade em plena construção e desenvolvimento. Este quadro, não sendo exclusivo da Hispânia medieval, assumiu aqui um peso enorme, em larga medida devido aos complexos processos gerados por uma guerra longa, contínua e de expansão reconquistadora. Em graus diversos, encontramos estes factores plasmados no caso de Braga, mas também nos acontecimentos que conduziram à restauração das dioceses de Coimbra e do Porto. Distintos entre si, ainda assim descobrimos elementos transversais que condicionaram a reconstrução dos três bispados. Um entre todos merece referência particular, a saber, a estratégica situação do Condado Portucalense enquanto território de fronteira. Como é evidente, mais do que em qualquer das outras Igrejas, esta circunstância marcou muito o processo de Coimbra.

Apesar de estarem documentados vários bispos depois de 711 e até à campanha de 987 liderada por al-Manṣūr (978-1002), que resultou na reocupação da cidade por forças islâmicas, a verdade é que só depois da conquista de Fernando Magno, em 1064, e o início do governo do poderoso caudilho de origem moçárabe, Sesnando Davides (1064-1091), foi possível pensar na reedificação da diocese conimbricense[34]. Neste contexto, surgirá, em 1080, o bispo D. Paterno (1080-1088), oriundo também ele de meios moçárabes, desta feita de Saragoça[35]. Beneficiando de uma alargada

---

bula. Sobre todo o processo ver: AMARAL, *Formação e desenvolvimento do domínio...*, p. 382-410; e *IDEM*, «A vinda de S. Geraldo para Braga e a *nova restauração* da diocese», em *IX Centenário de S. Geraldo (1108-2008). Colóquio de estudos e outros actos comemorativos*, Braga, Faculdade de Teologia-Braga, Universidade Católica Portuguesa, 2011, p. 157-192.

[34] Acerca de tudo o que respeita à restauração definitiva da diocese de Coimbra consulte-se, por todos: MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, *A Sé de Coimbra: a Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010.

[35] Especificamente sobre as circunstâncias que rodearam a vinda de D. Paterno para Coimbra, deve ver-se: COSTA, Avelino de Jesus da, «Coimbra – Centro de atracção e

autonomia resultante dos amplos poderes que lhe confiou o monarca de Leão e Castela logo a seguir à conquista da cidade, Sesnando transformou o território coimbrão numa espécie de *principado*, muito avesso a qualquer tipo de intervenção vinda do exterior. Do ponto de vista eclesiástico, D. Paterno parece ter assimilado este estado de coisas e tudo concorre para pensarmos que o seu episcopado foi renitente ao desenvolvimento da reforma religiosa defendida por Afonso VI, mantendo-se fiel às tradições da antiga Igreja hispânica.

Na realidade, somente após o falecimento de D. Paterno, algures entre Março e Abril de 1088, e, sobretudo, depois do do próprio Sesnando Davides, em 25 de Agosto de 1091, começaram a desenhar-se as condições mínimas que abriram espaço a uma ampla acção régia, também em matéria eclesiástica. Assim, no dia 23 de Maio de 1092, D. Bernardo de Toledo (1086-1124) sagrou, na catedral de Coimbra, D. Crescónio (1092-1098), antigo abade de S. Bartolomeu de Tui, como novo bispo de Coimbra, no que parece ter sido uma clara escolha do monarca e do arcebispo toledano[36]. A presença do primaz da Hispânia em Coimbra, nesta altura, deve ser interpretada exactamente como uma diligência visando assegurar a sua autoridade e, em consequência, a do próprio Afonso VI no território, bem como deixar claro que o novo prelado era *um dos seus* e contava com a sua aprovação. Seja como for, a conflitualidade entre o *partido moçárabe* e aqueles que defendiam a reorganização da Igreja de acordo com os princípios da *reforma* hispânica e das orientações provenientes da cúria romana, manter-se-á durante longo tempo, sendo ainda visível na fase inicial do governo de D. Afonso Henriques.

Por último, o caso do Porto. Contrariamente a Braga e a Coimbra, a diocese do Porto, além de ter conhecido vários prelados titulares na sequência da presúria levada a cabo pelo conde Vímara Peres, em 868, beneficiou, no decurso do século XI, do importante episcopado de D. Sesnando (1049--1085?). Homem próximo de Fernando Magno, figura em vários diplomas régios, tendo estado presente no concílio de Coiança, em 1055, no de Compostela de 1063 e no cerco de Coimbra, em 1064[37]. O seu governo, no

---

de irradiação de códices e de documentos, dentro da Península, nos sécs. XI e XII», em *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. IV, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1990, p. 1315-1316.

[36] A propósito da escolha de D. Crescónio para Coimbra, consulte-se: REILLY, *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI...*, p. 238; e COSTA, «Coimbra – Centro de atracção e de irradiação de códices e de documentos...», p. 1317, 1319--1320.

[37] Várias informações sobre D. Sesnando e a sua actuação na diocese do Porto e no reino de Leão e Castela podem colher-se em: COSTA, *O Bispo D. Pedro e a*

entanto, não assegurou a definitiva restauração da cátedra portucalense, algo que só viria a acontecer mais tarde, já depois da morte de D. Henrique, ocorrida em 24 de Abril de 1112.

Os tempos que sucederam ao desaparecimento do conde franco revelaram-se difíceis para a terra portucalense e, muito em especial, para a condessa viúva, D.ª Teresa, ainda pouco experimentada nas lides governativas[38]. E mais ainda porque desde a chegada ao poder da rainha D.ª Urraca (1109-1126), que a monarquia castelhano-leonesa atravessava uma profunda crise política e militar, que não demorou a conhecer episódios de verdadeira *guerra civil*. Não estranhará, portanto, que a oposição entre bispos tenha igualmente subido de tom. Para estes, não eram apenas os inconstantes alinhamentos políticos que geravam litígios, mas também, e muito, os assuntos eclesiásticos, mormente no que dizia respeito à territorialização dos seus poderes, à definição rigorosa dos limites dos seus bispados e à regularização das obediências das dioceses sufragâneas às respectivas Igrejas metropolitanas. Tudo sinais evidentes de que as iniciativas de restauração/reforma estavam em curso.

Ora, foi precisamente esta conjuntura de enfrentamentos cruzados e, por norma, efémeros, que viabilizou a decisiva restauração da sede portucalense[39]. Aproveitando o que parece ter sido um breve entendimento com o arcebispo bracarense D. Maurício Burdino (1109-1118), o prelado compostelano D. Diogo Gelmires (1100-1140) conseguiu que fosse eleito para a Igreja do Porto o seu fiel arcediago Hugo (1112/1114-1136), de origem *francesa*, bem como o tesoureiro da sua Igreja, Mónio Afonso, para a sede de Mondonhedo (1112-1136). No dia 23 de Março de 1113, na igreja de S. Salvador de Lérez, próxima de Pontevedra, na Galiza, D. Maurício de Braga sagrou os novos prelados, que logo prestaram obediência ao seu metropolita.

Encerrava-se, deste modo, o ciclo inicial de restaurações diocesanas nos territórios a sul do rio Minho, lançando-se as bases de uma estrutura eclesiástica de âmbito regional, que o futuro converteria em *nacional*. A segunda

---

Organização..., vol. I, p. 201-202; e AYALA MARTÍNEZ, *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval*, p. 275-276, 282.

[38] Acerca do governo do Condado Portucalense por D.ª Teresa ver: AMARAL, Luís Carlos, BARROCA, Mário Jorge, *A condessa-rainha Teresa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, em especial p. 169-233.

[39] Sobre tudo o que respeita à restauração definitiva da diocese do Porto, bem como aos vários contextos em que se inscreveu, deve ver-se: AMARAL, Luís Carlos, «A Restauração da Diocese do Porto e a chegada do Bispo D. Hugo», em, Luís Carlos AMARAL (coord.), *Um Poder entre Poderes. Nos 900 Anos da Restauração da Diocese do Porto e da Construção do Cabido Portucalense*, Porto, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, Cabido Portucalense, 2017, p. 23-45. Revela-se indispensável também a consulta dos restantes estudos que integram a obra colectiva citada.

grande fase pertencerá já ao primeiro monarca português e começará em 1147, ano durante o qual se restauraram as sedes de Viseu[40], Lamego[41] e, sobretudo, Lisboa, que pela sua relevância e significado representou um momento decisivo na construção de uma Igreja *autónoma* no interior do senhorio do rei de Portugal. Independentemente das conjunturas particulares que envolveram a reconstrução de cada um dos bispados citados, importa reter que os seus processos são em tudo herdeiros directos dos que os precederam, e reflectem, no seu desenvolvimento, os contornos essenciais – as *regras*, por assim dizer – que definiram, na Península Ibérica, a reedificação das grandes instituições territoriais eclesiásticas que são as dioceses. Neste cenário de grande escala duas realidades emergem com grande nitidez e impõem-se sobre as demais: por um lado, (i) um modelo de restauração/reforma religiosa resultante do cruzamento das iniciativas hispânicas com as normas e procedimentos oriundos do Papado romano; e, por outro, (ii) a incontornável e permanente interacção entre os agentes e esferas do âmbito político-militar e os do âmbito eclesiástico. A devida compreensão da restauração da diocese de Lisboa implica, obrigatoriamente, inscrevê-la neste enquadramento.

Epílogo: a restauração da diocese de Lisboa e a construção de uma Igreja *portuguesa*

Observando atentamente a descrição da restauração da diocese de Lisboa, e tanto quanto o texto do cruzado Raul nos faculta conhecer, logo constatamos que, em paralelo com a vontade de demonstrar a novidade que representava o poder que o rei dos *portugueses* alcançara sobre a cidade e arredores, bem como a legitimidade absoluta que lhe assistia, a narrativa procurou sublinhar ainda que a Igreja agora reerguida era de igual modo nova, na medida em que também era legítima e fazia tábua rasa da *degenerada* comunidade moçárabe da urbe. Parece ser exactamente este o significado que, para lá das incontornáveis exigências litúrgicas, o relato atribui

---

[40] A diocese de Viseu foi definitivamente restaurada com a chegada do bispo D. Odório, que foi sagrado em Tui, antes de 1 de Maio de 1147, pois é desta data o primeiro documento em que figura como prelado viseense. Ver: FARELO, Mário, «O episcopado após 1147», em José Pedro PAIVA (coord.), *História da Diocese de Viseu*, vol. I, *Séc. VI-1505*, Viseu, Diocese de Viseu, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 185-189.

[41] A diocese de Lamego foi definitivamente restaurada com a nomeação de um bispo residente, D. Mendo, entre 15 de Março (conquista de Santarém) e 25 de Outubro (conquista de Lisboa) de 1147. Ver: SOALHEIRO, João, «Lamego, Diocese de», em Carlos Moreira AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. *P-V/Apêndices*, Lisboa, Círculo de Leitores, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, p. 421.

ao episódio da purificação da restaurada catedral[42], que acompanhou a reposição formal da diocese. E no mesmo sentido deveremos interpretar, outrossim, as duas passagens em que se faz referência explícita ao prelado moçárabe da cidade. A primeira decorre ainda durante o cerco, num momento em que se entabularam conversações entre as autoridades muçulmanas e representantes do monarca português[43]; a segunda verifica-se já depois da rendição da praça e no decurso do brutal saque e outras violências que lhe sucederam. Apesar dos lugares comuns que sempre ornamentam este tipo de descrições, o anglo-normando Raul não se coibiu de registar a crueldade com que foi assassinado o velho bispo de Lisboa: «*Episcopum uero ciuitatis antiquissimum, preciso iugulo, contra ius et fas occidunt*»[44].

Estes factos e outros que lhes poderíamos acrescentar descobrem quanto a narrativa dos acontecimentos quis preservar uma espécie de memória *oficial* e *verdadeira* do processo histórico. Na realidade, a todas as restaurações verificadas a partir dos finais do século XI, e pelas mais diversas razões, procurou associar-se, sistematicamente, o estatuto de (re)fundações novas, legítimas e efectivas, quando, em diversas situações, como nos casos de Viseu e Lamego, tratava-se realmente de colocar um bispo residente em dioceses que antes eram governadas por Coimbra. Seja como for, no ano de 1147, salvaguardando a especificidade de cada processo, o principal resultado que D. Afonso Henriques procurava alcançar em matéria eclesiástica era o de concluir a organização das sedes episcopais dos seus domínios sob a autoridade última da metrópole de Braga e do seu arcebispo. Não era um problema novo, mas o fortalecimento do seu poder e a afirmação da sua muito recente realeza recomendavam, tanto do ponto de vista pragmático como teórico, perseverar nesta política. Quanto mais não fosse, toda a tradição hispânica e, em particular, a própria experiência de seu pai à frente do Condado Portucalense, tinham demonstrado o acerto de tal desiderato. Neste intento acabou por encontrar na pessoa do arcebispo bracarense D. João Peculiar uma verdadeira alma gémea, que comungava em absoluto da vontade do monarca. Certamente o prelado não ignorava quanto a sua posição nos enfrentamentos com Santiago de Compostela e com Toledo sairia reforçada, podendo contar com o respaldo régio. Dava-se continuidade, deste modo, aos entendimentos e alianças que antes cultivara o conde

---

[42] Ver n. 2.

[43] «*Archiepiscopus igitur Braccarensis et episcopus Portugalensis cum paucis ex nostris ad urbem mittuntur. Dato utrimque signo, ipso ciuitatis alcai[d]e super murum cum episcopo et primiceriis ciuitatis stantibus pax indutiarum, ut quid uelint dicant utrimque, sancitur* (...)» (*A Conquista de Lisboa aos Mouros...*, p. 92 [tradução portuguesa na p. 93]).

[44] *A Conquista de Lisboa aos Mouros...*, p. 138 (tradução portuguesa na p. 139).

D. Henrique com S. Geraldo[45] e o próprio D. Afonso Henriques, ainda jovem infante, com D. Paio Mendes (1118-1137)[46].

Em verdade, o primeiro passo desta política tinha já sido dado com a eleição de D. João Peculiar para a sede portucalense, na sequência da morte de D. Hugo, em 1136. Este último, não deixando de defender os interesses da sua Igreja, demonstrando invulgares capacidades de administração eclesiástica, de governo da cidade e de relacionamento diplomático com a cúria romana[47], soube também colocar os seus talentos ao serviço do antigo mentor, o arcebispo compostelano D. Diogo Gelmires, donde resultou a quase permanente tensão com Braga e a recusa em aceitar a obediência ao respectivo metropolita. Oriundo dos meios eclesiásticos de Coimbra, onde colaborara na fundação da comunidade de Santa Cruz, de cónegos regrantes de Santo Agostinho, em 1131[48], D. João Peculiar, apesar de ter tido uma passagem muito efémera pelo Porto (1136-1138), logo procurou fazer regressar a diocese à sua *natural* condição de sufragânea de Braga. Mas foi sobretudo depois de assumir a cátedra bracarense no Outono de 1138, que D. João Peculiar, em relação muito próxima com D. Afonso Henriques, encetou um *programa* de reordenamento eclesiástico que visava, num primeiro momento, vincular a Braga todos os bispados que integravam o crescente senhorio do rei de Portugal.

É precisamente neste contexto que os acontecimentos sucedidos no ano de 1147 se afiguram determinantes no desenvolvimento do referido projecto. O falecimento de D. Bernardo de Coimbra (1128-1146), em 1146, abriu caminho à pronta intervenção do bracarense que, aproveitando a vacância da sede do Mondego, com a qual tivera várias discórdias, tratou de eleger D. Odório (1147-1165) como bispo de Viseu e de cuidar da sua sagração em Tui, em data anterior a 1 de Maio de 1147[49]. Clérigo muito

---

[45] Sobre este assunto podem consultar-se: AMARAL, *Formação e desenvolvimento do domínio...*, p. 357-410; e AMARAL, BARROCA, *A condessa-rainha Teresa*, p. 127-149.

[46] Acerca desta relação privilegiada podem colher-se muitas informações em: MATTOSO, *D. Afonso Henriques*.

[47] As iniciativas diplomáticas do bispo D. Hugo junto do Papado foram recentemente objecto de estudo em um inovador artigo: MARIANI, Andrea, RENZI, Francesco, «The "Territorialization" of the episcopal Power in medieval Portugal. A study on the *bullae* of Popes Paschalis II and Calixtus II and the conflicts between the dioceses of Oporto, Braga and Coimbra (12th century)», no prelo.

[48] Sobre esta importantíssima instituição religiosa, que desempenhou um papel fundamental na fase inicial do reino de Portugal e que foi um verdadeiro alfobre de bispos ao longo do século XII, podem consultar-se: MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003; e GOMES, Saul António, In Limine Conscriptionis. *Documentos, Chancelaria e Cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*, Viseu, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Palimage Editores, 2007.

[49] Ver n. 40.

próximo dos crúzios conimbricenses, D. Odório logo prestou obediência ao arcebispo de Braga, figurando já ao lado deste e de D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa. Desfecho semelhante ocorreu também na sede de Lamego, de igual modo dependente de Coimbra, que viu eleito pela mesma altura D. Mendo (1147-1173)[50], o qual também esteve presente no sítio de Lisboa. Membro da comunidade de Santa Cruz, D. Mendo revelou ao longo do seu episcopado uma permanente defesa dos direitos metropolitanos da arquidiocese bracarense. E, por último, o caso de Lisboa com a designação e sagração de D. Gilberto de Hastings (1147-1163/1165)[51].

Os acontecimentos de 1147 acabaram por permitir a D. Afonso Henriques e a D. João Peculiar tecerem ainda mais à sua volta uma densa rede de relações e de fidelidades políticas e eclesiásticas, que se revelou decisiva tanto no desenvolvimento da independência do reino, quanto na criação de uma Igreja de âmbito *nacional*. No imediato continuavam a prevalecer os vínculos, as dependências e as questões pessoais e assistiu-se mesmo a um agravamento das contendas entre Braga e Santiago de Compostela por causa dos bispados sufragâneos[52]. Permaneciam igualmente os conflitos entre os vários bispos, ditados, as mais das vezes, pela fixação dos limites diocesanos e por questões jurisdicionais. Mas o que interessa reter, em suma, é que a forma como se restaurara Lisboa, além do mais na sequência de um extraordinário feito de armas sobre os *infiéis*, acabara por estilhaçar de vez o antigo quadro de relações diocesanas, cujas raízes remontavam ao final do Império romano e ao período suevo-godo. A nova realidade política e territorial que representava o reino de Portugal, não podia deixar de exigir uma nova configuração do espaço eclesiástico; também nas terras agora portuguesas, a geografia religiosa entrelaçava-se com a geografia política.

Herdeiro da longa tradição da *iussio regis* hispânica, que o imperador de Leão e Castela, seu avô, tanto presara, D. Afonso Henriques soube aprovei-

---

[50] Ver n. 41.

[51] Sobre o primeiro bispo da restaurada diocese de Lisboa veja-se: BRANCO, «Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa...», p. 55-66.

[52] Com múltiplas referências e elementos sobre os permanentes conflitos entre prelados, podem consultar-se, entre vários outros estudos: MARQUES, Maria Alegria F., «A restauração das dioceses de Entre Douro e Tejo e o litígio Braga-Compostela», em *2.º Congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 5, *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, Universidade do Minho, 1996, p. 49-84; MARQUES, José, «Las diócesis portuguesas hasta 1150», em Fernando LÓPEZ ALSINA (ed.), *El Papado, la Iglesia Leonesa y la Basílica de Santiago a finales del siglo XI. El traslado de la Sede Episcopal de Iria a Compostela en 1095*, Santiago de Compostela, Consorcio de Santiago, 1999, p. 177-214; e MARIANI, RENZI, «The "Territorialization" of the Episcopal Power in Medieval Portugal».

tar muito bem a excepcional oportunidade política e eclesiástica que a conquista de Lisboa lhe proporcionou. Neste caso específico, aplica-se em absoluto ao primeiro rei de Portugal, aquilo que com muito acerto escreveu Bernard F. Reilly a propósito das grandes acções reconquistadoras de Fernando Magno: «(...) *the conquests of Fernando I during the last decade of his realm were a religious phenomenon as well as a political one*»[53].

[53] REILLY, *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI...*, p. 94.

SOEIRO (II) VIEGAS, BISHOP OF LISBON AND THE "FIRST PORTUGUESE CRUSADE"

Jonathan Wilson*

An often controversial and embattled figure about whom the lacunae in the documentary record frequently leave us guessing, Soeiro Viegas, Bishop of Lisbon from 1211[1] until his death in 1233, was one of the principal architects and leaders of what was, for the late, great pioneer of crusading studies Carl Erdman, the "First Portuguese Crusade", namely the "Crusade" to Alcácer (do Sal) in 1217[2]. Before examining Bishop Soeiro and his role in this land-mark Portuguese victory over the Almohads which took place in a prelude to the Fifth Crusade, that international and ultimately doomed military venture that would unfold principally in Egypt between 1218 and 1221, it is first necessary, for the sake of readers

* IEM, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

[1] *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, AZEVEDO, Rui P. de, COSTA, Avelino de J. da, and PEREIRA, Marcelino (ed.), Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979 [hereafter, "DS"], n.º 205, p. 312. WILSON, Jonathan, and BRANCO, Maria João, «Soeiro Viegas (1211-1233)» in João Luís Inglês FONTES (dir.), *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2018, p. 151-65.

[2] ERDMANN, Carl, *A Ideia de Cruzada em Portugal*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1940, p. 44-45. The assertions of Joseph F. O'Callaghan in *Reconquest and Crusade in Medieval Spain* at p. 182-83 (O'CALLAGHAN, Joseph F., *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2003), that Portuguese kings Afonso Henriques and Sancho I took the cross, are without foundation and should be rejected. If such an extraordinary thing had occurred, it is virtually certain to have been reported. Instead, all contemporary documentation, foreign and Portuguese, is silent on the matter; cf. *inter alia*, PHILLIPS, Jonathan, *The Second Crusade, Extending the Frontiers of Christendom*, New Haven, Yale University Press, 2007, p. 246-7 and p. 324 n. 25; PURKIS, William, *Crusading Spirituality in the Holy Land and in Iberia, c.1095-c.1187*, Woodbridge, Boydell Press, 2008, p. 171.

unfamiliar with crusading historiography, to set out, as shortly as possible, some fundamental matters of terminology, especially with reference to the frequently vexed issue of what we might actually mean by "crusade" and, further, why the Portuguese response to the crusading movement was somewhat idiosyncratic.

In 1944, the *Oxford Universal Dictionary* (reprinted until 1973) defined a Crusade as follows:

> *«A military expedition undertaken by the Christians of Europe in the 11th, 12th, and 13th centuries to recover the Holy Land from the Mohammedans»*[3].

That very briefly states the long held "traditionalist" view of crusading, that it only took place in the Eastern Mediterranean and came to an end in 1291 with the fall of the port of Acre in Palestine which brought the Latin Christian hold on the Levant to a close. However, since the late 1970s, historians have come to accept a much broader ("pluralist") definition of the subject which encompasses the so-called *Reconquista* in Hispania, Christian expeditions to the Baltic, the campaigns against the Albigensian heretics in Southern France, wars against political opponents of the papacy, campaigns against the Ottoman Turks in the fifteenth century and even the Spanish Armada launched against Protestant England. A more workable definition of a Crusade is therefore that proffered by Jonathan Riley-Smith in 1977:

> *«An expedition authorized by the pope on Christ's behalf, the leading participants in which took vows and consequently wore crosses and enjoyed the privileges of protection at home and the Indulgence, which, when the campaign was not destined for the East, was usually equated with that granted to crusaders to the Holy Land»*[4].

To that definition we can usefully add that the "Indulgence", although often imprecisely or ambiguously defined as "remission of sins", can for our purposes be interpreted as "remission of penance for all confessed sins", which was the all-important salvific reward for those crusaders who either

---

[3] LITTLE, William, and ONIONS, Charles T., *The Oxford Universal Dictionary Illustrated: an Illustrated Edition of The Shorter Oxford English Dictionary*, Oxford, Clarendon Press, 1965, p. 432.

[4] RILEY-SMITH, Jonathan, *What were the Crusades?*, 3rd ed., Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2009, p. 5. On "traditionalist" and "pluralist" views of crusading see CONSTABLE, Giles, *Crusaders and Crusading in the Twelfth Century*, Farnham, Ashgate, 2008, p. 18-19.

completed their vows by going on the relevant crusade and following it through to the end, or for those who died in the process[5].

Since there is not here space to discuss the complexities of the delayed entry of "crusading" among indigenous Portuguese warriors, it must suffice to note that whilst "crusading" entered other areas of Christian Iberia very soon after Pope Urban II's famous sermon in 1095 at the Council of Clermont announcing the First Crusade to Jerusalem, those areas being most notably Catalonia and the Iberian Northeast, in Portugal there appears to have been great resistance to crusading, essentially for economic reasons[6]. Importantly, by the time the Portuguese began, under Afonso Henriques, to prosecute the war on al-Andalus in earnest in the 1130s/1140s, they had learned that crusading often meant "total war"[7], that is to say, the total annihilation of the enemy, or in other words, the massacre of the indigenous populations of those areas, particularly towns and cities, targeted for conquest[8].

From the Portuguese perspective, this was objectionable for two principal reasons. In the first place, a stable frontier economy had been established already for several generations based on the institutionalized raiding of Muslim towns and settlements, whereby the commoner-knights (*cavaleiros-vilãos*) of the townships (*concelhos*) "harvested" a range of goods, including coinage and precious metals, which were in short supply in the North, and took captives that could then be ransomed back for good

---

[5] See, *inter alia*, BRUNDAGE, James A., *Medieval Canon Law and the Crusader*, Wisconsin, University of Wisconsin Press, 1969, p. 145-53, esp. 147-48; RILEY-SMITH, *What were the Crusades?* p. 60-64.

[6] See generally WILSON, Jonathan, «Dispatches from the Western Frontier; Portugal and the Crusades», in Isabel Cristina F. FERNANDES (ed.), *Entre Deus e O Rei. O mundo das Ordens Militares*, Palmela, Município Palmela/GEsOS, 2018, p. 209-44.

[7] The expression "total war" is of course not free from controversy, however, as used herein, it is the definition of Trutz von Trotha that shall be preferred, and which was conveniently summarised by Thomas Rohkrämer as «*a mobilization of all members of the societies involved and a dehumanization of the enemy that results in the war aim of complete annihilation or expulsion*», in Manfred F. BOEMEKE, Roger CHICKERING and Stig FÖRSTER, (ed.), *Anticipating total war: The German and American experiences, 1871-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 2009, p. 190, n. 4; for von Trotha's full contribution see, Ch. 18, VON TROTHA, Trutz, « "The Fellows Can Just Starve": On Wars of "Pacification" in the African Colonies of Imperial Germany and the Concept of "Total War"», of the same volume (https://doi.org/10.1017/CBO9781139052511.019).

[8] WILSON, Jonathan, «Enigma of the *De Expugnatione Lyxbonensi*», in *Journal of Medieval Iberian Studies*, vol. 9, n.º 1, (2017), p. 99-129.

money[9]. This system was predicated on the survival and economic health of the target Muslim populations. Secondly, when King Afonso Henriques converted the war of raiding into a programme of conquest, he likewise preferred to keep the target populations in place, aiming at the broader economic health of the kingdom by the maintenance of a continuity of prosperity in newly conquered territories through the exploitation of the populations' labour (particularly agricultural labour), enterprise, the preservation of established trade networks and through the levying of taxes[10]. In this way, there were two, initially separate, interests in preserving Muslim populations – one of profitable harvest (*cavaleiros-vilãos* and the *concelhos*) – and one of profitable conquest (Afonso Henriques). Eventually these, potentially conflicting, interests were brought together in large part through the ideological melting-pot which was the royal monastery of Santa Cruz de Coimbra, the prestige, spirituality and literary produce of which was to effect, during the middle decades of the twelfth century, a re-setting of the Portuguese social, religious and political compass[11].

Still, crusading rhetoric is not detectible in Portuguese sources until the latter part of the century and the first indication we have of "crusading" being adopted as official royal policy is not until the request, sent by Sancho I in 1197 to Pope Celestine III, for crusading indulgences, ironically against a Christian foe, Alfonso IX of León[12]. By this time, the Portuguese frontier wars had become increasingly "professionalized" under the influence of the military orders which along with powerful allies such

---

[9] LOURIE, Elena, «A Society Organized for War: *Medieval Spain*» in *Crusade and colonization. Muslims, Christians and Jews in medieval Aragon*, Aldershot, Variorum, 1990, I, p. 68-69; MATTOSO, José, *Ricos Homens Infanções e Cavaleiros, A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Ed., 1985, p. 195-96. For the importance of booty and the strict rules governing its distribution as "community property" see POWERS, James F., «Spoils and Compensation: Municipal, Warfare as an Economic Enterprise», in *A Society Organised for War: The Iberian Municipal Militias in the Middle Ages (1000-1284)*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 1988, Ch. 7 p. 162-87, esp. p. 165.

[10] On this aspect of royal policy see, *inter alia*, Joel SERRÃO and A. H. de Oliveira MARQUES (dir.), *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, Lisboa, Ed. Presença, 1996, p. 33-34.

[11] WILSON, «Dispatches from the Western Frontier», p. 233.

[12] ERDMANN, Carl (ed.), *Papsturkunden in Portugal*, in *Abhandlungen der Gessellshcaft der wissenschaften zu Göttingen. Philologish-historische klasse* (Berlin, Neue folge 20/3, 1927), n.º 154 p. 376-77; EDBURY, Peter W., «Celestine III, the Crusade and the Latin East», in John DORAN, and Damien J. SMITH (ed.), *Pope Celestine III*, p. 129-43, at p. 135; it is to be noted, however, that Alfonso IX was in alliance with the Almohads at the time; BRANCO, Maria João Violante, *D. Sancho I, O Filho do Fundador*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p. 152-54.

as the Cistercians, did much to promulgate the crusading spirit in the kingdom. In the event, Alfonso IX sued for peace, the crisis was resolved, and the postulated Portuguese crusade remained nothing more than a portent of things to come[13].

Having thus set out some essential preliminaries for what follows, let us now turn to consider the person of Soeiro of Lisbon in a little more detail.

Soeiro of Lisbon

We know nothing of Soeiro's life prior to his ecclesiastical career, a feature he shares with several of his peers, including Pedro Soares of Coimbra (1192-1232), Fernando Raimundes of Viseu (1213-1214) and Soeiro of Évora (1209-1229), who only appear in the documentation in their capacity as clerics. Like them, Soeiro of Lisbon had been dean of his diocese before rising to the episcopal dignity[14] and it might have been, as has been suggested, that during this period, the office of dean was an "antechamber" post to the office of bishop[15]. About his antecedents, we know nothing; the patronymic Viegas reveals little since, like his Christian name, it was relatively common.

The first document associating Soeiro with the episcopacy of Lisbon is from 1211 where he appears as bishop elect in a charter of donation made by Sancho I to the abbot of the Cistercian monastery of Moreruela in the district of Zamora in León[16]. It was not until the following year that he

---

[13] BRANCO, *D. Sancho I*, p. 154-55.

[14] BRANCO, Maria João, *O conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*, Doctoral Dissertation (*policopiada*), Lisboa, Universidade Aberta, 1999, at p. 552 and see Appendix III, p. 120; DS, 31; Avelino de Jesus da COSTA and Maria Alegria Fernandes MARQUES (ed.), *Bulário Português. Inocêncio III (1198-1216)*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, Imprensa de Coimbra, Lda., Série História, 7, 1989, [hereafter "Bulário"], n.^{os} 20, 26, 27, 28, 29, 30, 31; ANTT, *Mitra de Lisboa*, L.° 18, doc. 6; CUNHA, Rodrigo da, *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa Vida E Acçoens De Sevs Prelados, E Varoes Eminentes Em Santidade, Que Nella Florecerao ...*, Lisboa, Manoel Da Sylva, 1642, f. 101. Soeiro Viegas appears for the first time incontrovertibly attested as dean of the Chapter of the Lisbon dioceses in 1198. However, in his will of 1188, Sancho I bequeathed a mule to one Dean Soeiro of Lisbon, a token of esteem, but it is uncertain if this was indeed Soeiro Viegas the future bishop; see BRANCO, Maria João, «Reis, Bispos e Cabidos: a Diocese de Lisboa Durante o Primero Século da sua Restauração», *Lusitana Sacra*, 2.ª série, 10 (1998), p. 55-94, esp., p. 69.

[15] VILAR, Hermínia Vasconcelos, *As Dimensões de um Poder: a Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, p. 42.

[16] *Suerius Vlixbonsnsis electus*, DS, n.° 205, p. 312; CUNHA, *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, p. 110 (Cunha erroneously dates the document to January 1210).

would appear for the first time confirmed as bishop. He would be the fourth Bishop of Lisbon following the restoration of the See in 1147 and, since he was preceded by Bishop Soeiro Anes (1186-1211), Soeiro Viegas is occasionally referred to as Soeiro II[17]. Although his predecessors, Gilbert (1147-1162), Álvaro (1164-1184) and Soeiro Anes, all defended the Sea of Lisbon against claims made against it by institutions including the military orders of the Temple and Santiago, and the monasteries of S. Vicente de Fora and Santa Cruz de Coimbra, none appear to have come into conflict with the king or with the royal agenda[18]. In the first few years of his appointment, Soeiro heartily continued this tradition of harmonious relations, however, from about mid 1218, the Bishop found himself increasingly dragged into the fray as royal policy dramatically changed direction in an attempt to curtail, often violently, what the king and his advisors considered to be the excessive accumulated powers and privileges of the Portuguese Church. Until that time, however, Soeiro had commanded remarkably high royal esteem, as is demonstrated in the will of Queen Urraca of 1214, whereby the Bishop was appointed one of three executors, the others being Archbishop D. Estêvão Soares of Braga and the treasurer of Braga[19]. Not only was the sum of money entrusted to Soeiro's management greater than that entrusted to the churchmen of Braga, but the Queen further bequeathed to him 300 *morabitinos*, for his personal use.

In these early years, besides his ecclesiastical duties, Bishop Soeiro's most notable activity appears to have been as a member of a select group of royal jurists. For part of 1211 and all of 1212, he was in Rome serving as an advocate of King Afonso II, conducting crucial litigation against the king's sisters concerning disputes over the provisions of the will of their late father, King D. Sancho I (d. March, 1211). This he did in the company of distinguished colleagues, Vicente Hispano, the renowned canonist, the at-that-time archdeacon of Lisbon but destined to become chancellor to Sancho II and later Bishop of Guarda[20], Master Silvestre Godinho, another

---

[17] Confusingly Bishop Soeiro of Évora, contemporary of Soeiro Viegas is also referred to as Soeiro II.

[18] BRANCO, «Reis, Bispos e Cabidos», p. 55-94, esp., p. 63-70.

[19] *Ibid.*, p. 71; ANTT, Mosteiro de Alcobaça, Maço 15, n.º 336 (3); VILAR, Hermínia Vasconcelos, *D. Afonso II, Um Rei Sem Tempo*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2005, p. 63, note 2. A copy of the will is included in SOUSA, António Caetano de, *Provas da História genealógica da casa real portuguesa*, 6 vol.s, Lisboa, Officina Sylviana da Academia Real, 1739; reprint, Coimbra, Atlântida, 1946-1954, vol. 1 at p. 47-49.

[20] CUNHA, *Historia Ecclesiastica ... Lisboa*, p. 110; VELOSO, Maria Teresa Nobre, *D. Afonso II, Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, Coimbra, Archivo da Universidade de Coimbra, 2000, p. 128; *Bulário*, n.º 179, p. 328, *Noverit serenitas* of 24th April 1212; and see COSTA, António Domingues de Sousa, *Mestre*

canonist and future Archbishop of Braga, and the civilist, Master Lanfranco of Milan[21]. Whilst in Rome, Soeiro was consecrated bishop by Innocent III[22] and was partly responsible for the timely re-issue of the bull *Manifestis Probatum*, on 16th April, 1212, in which the Pope confirmed Afonso II's kingship[23].

Soeiro's exertions on the king's behalf were gratefully recognized in a charter of 17th April 1217 in which Afonso II took the Bishop and his diocese under royal protection and, at the same time, commemorated Soeiro's services both in Rome and in the kingdom through securing Innocent III's favorable decision over the *Infantas'* proprietary claims to the strategic castles of Alenquer and Montemor-o-Velho[24].

Although we have no indication of the trajectory by which Soeiro achieved appointment as a royal advocate, the clear implication is that he had received considerable schooling in Law. Indeed, his legal skills appear to have been long recognized in Rome. During the course of 1198, whilst Soeiro was still dean of the diocese, the pope appointed him judge delegate no less than seven times in the disputes between the Bishop of Coimbra and the monastery of Santa Cruz de Coimbra[25]. Later, although much of the detail remains unknown, notable is the ostensible confidence with which Bishop Soeiro managed a series of juridical disputes during an episcopate in which he was pitched into successive conflicts with an impressive number of powerful individuals and institutions, including the Bishop of Coimbra, the Knights Templar, the monastery of S. Vicente de Fora, his own dean Vicente Hispano, two kings of Portugal and, on at least one occasion, the Pope himself.

Soeiro would return to Rome again to attend the Fourth Lateran Council

---

Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs, Braga, Ed. Franciscana, 1963, p. 58 n. 125.

[21] COSTA, p. 26, n. 64, *Letter of Innocent III of 23rd July 1212*; ANTT, Gav. 16, Março 2, n.º 15, f. 2v.

[22] CUNHA, *Historia Ecclesiastica*..., p. 110.

[23] *Bulário*, n.º 176, p. 325. Branco, referring to the letter *Noverit Serenitas* of Innocent III addressed to Afonso II of 24th April 1212 requesting the king pay the *census* in arrears owed to the Holy See, notes the following passage: «*Noverit serenitas tua...legium tuum per venerabilem fratrem nostrum [Suerium] episcopum et dilectum filium magistrum Vincentium arch[idiaconum] Vlixbonenses tibi...concedere celsitudinem regiam* (...)»; *Bulário*, n.º 179, p. 328; BRANCO, *O conceito de soberania régia*, p. 552.

[24] ANTT, Gav. 1 Mç. 3, n.º 14; COSTA, p. 62, note 134; cf. BRANCO, «Reis, Bispos e Cabidos», p. 71.

[25] BRANCO, *O conceito de soberania*... Appendix, «Elenco dos Juízes Delegados, Dioceses Portugueses e Hispânicas», p. 160; *Bulário*, n.os 20, 26, 27, 28, 29, 30, 31.

in November 1215 and remained at the Papal Curia throughout the following year probably in order to secure foreign reinforcements for a military campaign on the Portuguese-Andalusi frontier and also to assist his learned-friends, Vicente Hispano, Silvestre Godinho and Lanfranco of Milan in the procurement of the papal bull of 7th April whereby the disputes between Afonso II and his sisters Teresa and Sancha, which had by then dragged on for five years, were in large part resolved[26]. The legal settlement was short lived, however. Innocent III's unexpected death only three months later in July revived the *Infantas*' pretensions and D. Teresa immediately petitioned his successor, Honorius III, for apostolic protection for herself, her daughters and her property[27]. This sudden turn of events was doubtless another reason for Soeiro's prolongation of his Roman sojourn throughout the remainder of 1216 as, once more, he stepped into the legal arena to defend his sovereign.

It appears that from about this time, the conflict and controversy that were to be the near continuous companions to Soeiro's tenure began to make themselves felt nearer to home. The earliest evidence of this is the abovementioned letter of royal protection granted to Soeiro and his diocese in April of 1217. Since the document did not expand on the circumstances that had led to its production, it is not known from whom or from what the prelate was under threat. Nevertheless, although the remainder of the surviving documentation reveals little that is explicit, we can be tolerably certain that, whilst his relations with Afonso II might have been healthy-enough in 1217, the same was not true of his dealings with other parties possessing interests in his diocese[28]. In the first place, Soeiro may have needed royal protection from the supporters of Bishop Pedro Soares of Coimbra who was in dispute with Soeiro over the boundaries of properties belonging to Bishop Pedro located within the diocese of Lisbon[29]. More ominous, perhaps, was a dispute between Soeiro and the Templars, the details of which remain unknown, resulting in the Bishop of Lisbon pronouncing a sentence of excommunication over the entire Order in Iberia[30]. In addition to these discords, Innocent III (d. 1116) had apparently conducted an investigation into alleged irregularities in Soeiro's conduct. In a letter addressed by Innocent's successor, Honorius III, to Soeiro on 6th September of 1217, the Bishop of Lisbon was assured that the "inquiries

---

[26] COSTA, n. 79.

[27] *Ibid.*, n. 80.

[28] Cf., BRANCO, «Reis, Bispos e Cabidos», p. 71-72.

[29] *Bulário*, n.º 215, p. 378.

[30] BRANCO, «Reis, Bispos e Cabidos», p. 71; *Bulário*, n.º 223, p. 437.

obtained" (*inquisitiones obtentos*) against him, "by the wickedness of your rivals" (*per emulorum tuorum malitiam*) were now revoked by papal decree such that they could no longer in any way damage his reputation nor otherwise cause him harm. It is more than a little exasperating that Soeiro's wicked rivals are not identified, nor is the substance of their procured "inquiries" disclosed[31].

Soeiro and Innocent III

Nevertheless, although details are scarce, it is clear the early years of Soeiro's episcopate were far from plain-sailing. Victim of hostility and opposition from individuals and institutions both inside and outside his diocese, it can readily be imagined that the prelate might have been on-the-look-out for an opportunity to secure a glittering personal triumph that would enhance his standing at home and abroad, perhaps not least in Rome. The perfect vehicle for his "public-relations-boost" lay just about 100 km south of Lisbon in the form of the Muslim-held town of Alcácer, a rich and thriving port, flanked by precious salt-yielding marshes in the upper reaches of the River Sado estuary. As bishop of one of Portugal's southernmost dioceses, with his seat Lisbon and its territories frequently ravaged by Saracen raids launched from Alcácer by land and by sea[32], Soeiro was certainly one of the individuals with the most justification for stepping up to the plate in order personally to spearhead a grand enterprise to capture the fortress.

With Alcácer the key road-block to be overcome before Portuguese southern progress against Iberian Islam could continue effectively, the enterprise held enormous potential for the expansion of the kingdom. Success in the venture would not only represent a dramatic re-invigoration of the Portuguese campaigns against al-Andalus, more-or-less in abeyance for almost a generation, but also it would greatly bolster the royal legitimacy of Afonso II who, in conspicuous contrast to his father and grandfather, lacked military accolades. Soeiro himself, meanwhile, as principal architect of the project, might have hoped to emerge from the

---

[31] COSTA, p. 78, n. 160; and cf., BRANCO, «Reis, Bispos e Cabidos», p. 72.

[32] Such raids enabled Governor of Alcácer, 'Abd Allah Ibn Wazīr, to send 100 Christian captives to the Almohad Caliph in Morocco each year as tribute: *Gosuini de Expugnatione Salacia Carmen*, Aires Augusto NASCIMENTO (ed.), «Poema de Conquista: A Tomada de Alcácer do Sal aos Mouros (1217)», in Manuel Cecilio DÍAZ Y DÍAZ (ed. lit.), and José Manuel DÍAZ DE BUSTAMANTE (coord.), *Poesía Latín Medieval (Siglos V-XV)*, Florence, Sismel, Col. *Millennio Medievale*, p. 619-37, p. 633, l., 69-70.

triumph adorned with the garlands of champion of the Portuguese and defender of Christendom, favorite of both King and Pope. In addition, he could expect to add to his diocesan lands Alcácer, its port, and its famously fertile region.

Sure enough, whilst the documentation is frequently obscure, terse or even silent, there is sufficient corroborating evidence to show Soeiro's hand in a substantial and ambitious campaign of forward-planning, probably beginning as early as 1213, aimed at gathering the military forces necessary to conquer the town.

The reign of Sancho I (1185-1211) had coincided with the zenith of Almohad power. Following the devastating Caliphal campaigns of the 1190s, during which the Portuguese kingdom had been ravaged almost to extinction, Sancho made no further efforts to pursue the war on the Saracens. In 1212 however, only a year after Sancho's death, Iberian Christian fortunes revived dramatically when Alfonso VIII of Castile, commanding a coalition force, defeated the massed Almohad Imperial army at Las Navas de Tolosa in the central Meseta. The epoch of the great Berber peninsular expeditions was brought abruptly to an end as the Caliphate, reeling from the defeat, plunged into fratricidal conflict and decay[33].

Greatly buoyed by the Spanish victory, Innocent III had, in the following spring, promulgated his greatest crusading bull *Quia Maior* (19-29th April 1213) calling for a new expedition to recover the Holy Land. At the same time, he had also announced the Fourth Lateran Council to be held two years hence in November 1215, the lengthy period of notice designed to ensure the maximum attendance of clerics from all parts of Christendom at what is, still-today, one of the most famous ecumenical councils in the history of the Church.

When, at this unprecedented international assembly of leading churchmen, the question of the new crusade came to be discussed, Bishop Soeiro, in attendance along with the other Hispanic prelates[34], did not hesitate to seize the moment. Being no doubt mindful of the landmark conquest of Lisbon in 1147 in which Afonso Henriques had successfully enlisted the aid of contingents of northern European maritime crusaders

---

[33] KENNEDY, Hugh, *Muslim Spain and Portugal, A Political History of al-Andalus*, Harlow, Longman, 1996, p. 56. HUICI MIRANDA, Ambrosio, *Historia Política del Imperio Almohade,* 2 vol.,Tetuán, Editora Marroqui, 1956, vol. 2, p. 425 *et seq.*

[34] See generally, FIGUEIREDO, A. P., *Portugueses nos concílios geraes isto he, relaçaõ dos embaixadores prelados e doutores portugueses que tem assistido nos concilios geraes desde os primeiros lateranenses até o novissimo tridentino*, Lisboa, Oficina de António Gomes, 1787.

voyaging down the west coasts of Europe to Palestine and the Second Crusade[35], and also of Sancho I's 1189 conquest of "impregnable" Silves after engaging similar sea-borne forces during the Third Crusade[36], Soeiro requested of Innocent III authorization for the retention of foreign pilgrim-warriors passing through Portuguese ports for service on the Portuguese-Andalusi frontier[37].

Innocent flatly refused. Unquestionably acutely aware of the diversion of the Fourth Crusade, the Pope was determined this time to take every precaution that all efforts would be concentrated on the Holy Land. Jerusalem, that most sacred city, location of Christ's Passion and Resurrection, was more than ever the Pope's unshakeable focus since in his view, as he pointedly remarked in his retort to Bishop Soeiro, "he who teaches the freedom of the Church from enslavement must start from the head[38]". Indeed, already in 1213, the Pope had suspended crusading indulgences for Iberia and the Midi, save for those warriors indigenous to those regions[39].

The rebuff left Soeiro utterly undaunted. Not even an explicit pontifical prohibition was to keep him from the realization of his ambition.

---

[35] *De Expugnatione Lyxbonensi, The Conquest of Lisbon*, translated by Charles Wendell David, with foreword by Jonathan Phillips, New York, Columbia University Press, 2001 [hereafter, "DEL"].

[36] Charles Wendell DAVID (ed.), «Narratio de Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium et Silviam Capientium, A. D. 1189», in *Proceedings of the American Philosophical Society* 81, n. 5 (1939), p. 591-676.

[37] *De Itinere Frisonum*, in RÖHRICHT, Reinhold, *Quinti Belli Sacri Scriptores Minores*, Geneva, Illustrandis Orientis Latini Monumentis, 1879, p. 57-70, p. 63.

[38] *...de vindicta ecclesie docens inchoandum a capite...*, *De itinere Frisonum*, p. 63; and see ALEMPARTE, Jaime Ferreiro, *Arribadas de Normandos y Cruzados a las Costas de la Península Ibérica*, Madrid, Sociedad Española de Estudios Medievales, 1999, p. 166-67.

[39] The bull, *Quia Maior*, April 1213; PL, CCXVI 817-822. The bull was not sent to the Iberian Christian kingdoms, nor to the Latin Empire of Constantinople; POWELL, James M., *Anatomy of a Crusade*, Philadelphia, University of Philadelphia Press, 1986, p. 17. With reference to the indulgences previously available for warriors in Iberia and the Midi, the bull announced, «*these were conceded to them in circumstances which have entirely passed and for that particular cause which has already for the most part disappeared for, so far, affairs in both places have gone well, by the grace of God, so that the immediate use of force is not needed*»; RILEY-SMITH, Louise and RILEY-SMITH, Jonathan, *The Crusades, Idea and Reality, 1095-1274*, London, Edward Arnold, 1981, p. 122.

The Popular Crusader's Conceptual Obstacle

Yet, Soeiro had a further problem to overcome if his scheme was to have any chance of success. Although crusader fleets sailing to the East *via* the Strait of Gibraltar might well have been forced, in any event, to stop at Lisbon to take on supplies – indeed throughout Soeiro's tenure the city was the last Christian port before the Mediterranean – it was by no means a foregone conclusion that their personnel could be persuaded to stay and fight, as disagreements among crusaders reported at Lisbon and Alcácer demonstrate[40]. Whilst Portuguese offers of Saracen plunder, abundantly available in the opulent towns of al-Andalus in contrast to those already rifled and picked-over in war-torn Palestine, might have been a powerful motivating factor for some crusaders, there were many whose motivations were genuinely spiritual and for whom the efficient prosecution and fulfillment of their pilgrimage-vow to go to Jerusalem was paramount.

Indeed, an important conceptual obstacle appears to have existed for large numbers of crusaders when faced with the prospect of campaigning in Iberia. In essence, the difficulty seems to have arisen from the preaching of Urban II during 1095-1096 and the early memorialisation of the success of the First Crusade in the first decades of the twelfth century, the combined result of which had powerfully imbued the imagination of many would-be warriors for Christ with the urgent desire to arrive to the physical city of Jerusalem and the Holy Land, and with literal notions of the *imitatio Christi*, a crucial aspect of which was the idea of taking up Christ's cross in the very land "where His feet have stood"[41]. In spite of official efforts from the time of the Second Crusade to expand the theatre of crusading to other regions including Iberia, for many crusaders, the true Christian fight could not take place anywhere other than in Palestine.

It was in the face of this powerful partiality for campaigning in the Holy Land that stratagems appear to have been adopted to infuse the Portuguese kingdom, and in particular Lisbon, with extra sanctity as a crucial device in convincing doubters of the divine value of the war on Islam in the Iberian West. Especially following the conquest of Lisbon in 1147, there is evidence that individuals and parties, not always readily identifiable but

---

[40] *DEL* p. 101-11; NASCIMENTO, «Poema de Conquista», p. 634; *De Itinere Frisonum*, p. 62-63.

[41] WILSON, Jonathan, «Tactics of Attraction: Saints, Pilgrims and Warriors in the Portuguese Reconquista», in *Portuguese Studies*, 30/2 (2014), p. 204-21; cf., PURKIS, William J. *Crusading Spirituality in the Holy Land and Iberia, c. 1095-c.1187*, Woodbridge, Boydell Press, 2008, especially p. 125-38.

certainly more-or-less connected to the Portuguese royal court, operated a deliberate and identifiable policy in order to attract more passing Jerusalem-bound crusaders to the fight on their frontier with Islam[42].

This strategy was put into practice, in large part, through the promulgation of relevant saintly cults, not only those with traditions already established in the region, such as Sts Maxima, Verissimus and Julia[43], but also through the promotion of new or newly imported saints. Of the latter variety, the fourth-century Christian martyr St Vincent of Zaragoza, was the prime example, being installed as patron saint of Lisbon following the translation of his remains to the city in 1173 from the cape that bears his name at Iberia's extreme south-western corner[44]. Meanwhile new saints were presented and promoted in order to appeal to specific audiences in the parts of Europe renowned as areas prodigious in the production of previous crusader help on the Portuguese frontier. Most famously, one Henry of Bonn, a Rhinelander, was proclaimed a great hero and martyr of the 1147 conquest of Lisbon in the anonymous *Indiculum Fundationis Monasterii Beati Vincentii Vlixbone*, a text produced in Portugal in 1188, amid the furor of the announcement of the Third Crusade[45]. According to the *Indiculum*, from his tomb in the city a miraculous Jerusalem palm tree had sprouted whose leaves possessed the power to heal the sick[46]. With the wondrous palm one of several divine indicators of Henry of Bonn's status in the afterlife, an unmistakable, indeed crucial, purpose of the *Indiculum* is to proclaim that Christian warriors killed in battle on the Portuguese frontier will wear a martyr's crown in heaven. There is also evidence for the astonishingly early establishment in Portugal of the cult of the English St Thomas of Canterbury (Thomas Becket, ca. 1119-1170), indeed very shortly after his canonization in 1173, intended to appeal to Anglo-Norman crusaders, an important presence in both the Lisbon and Silves operations[47]. These projects to create a cultural and ideological environment propitious to the realization of Portuguese/maritime-crusader joint-ventures were continued by Soeiro of Lisbon and indeed appear to have reached something

---

[42] WILSON, «Tactics of Attraction».

[43] See, for example, *DEL*, p. 110-11, also, WILSON, «Enigma of the *De Expugnatione Lyxbonensi*», p. 121.

[44] PICOITO, Pedro, «A Trasladação de S. Vicente, Consenso e Conflito na Lisboa do Século XII», in *Medievalista online*, 4/4 (2008).

[45] NASCIMENTO, Aires A. (ed. and trans.), *Indiculum fundationis Monasterii Beati Vicentii Vlixbone*, in IDEM (ed. and trans.), *A Conquista de Lisboa aos Mouros Relato de um Cruzado*, Lisboa, Vega, 2001, p. 178-81.

[46] *Ibid*, p. 193; cf. WILSON, «Tactics of Attraction», p. 211.

[47] WILSON, «Tactics of Attraction», p. 218-21.

of a crescendo under his stewardship in the 3-4 years immediately preceding the 1217 campaign to capture Alcácer do Sal.

It can scarcely be doubted that at the centre of Soeiro's programme was the superlative opportunity for garnering support presented by the Fourth Lateran Council. In this respect, we note a version of the account of the translation of St Vincent's remains to Lisbon, in circulation at around the time of the Council, in Flanders, an important crusader-producing area. Produced in the monastery of Saint-Ghislain in Hainaut, the so-called *Relatio de Translatione Sancti Vincentii Martyris*[48], conventionally dated to the early thirteenth century, relates a version of the story in large-part from the oral testimony, according to the prologue, of a certain Fernando of the Cathedral of Lisbon who is described as "a venerable man both through divine religion and lineage"[49].

All evidence suggests that this can be none other than Fernando Peres, cantor of Lisbon, and member of Soeiro's staff at the Lateran Council[50]. Notable in this version of the translation story is the prominent participation of Princess Teresa, daughter of Afonso Henriques, in the adornment of St Vincent's new tomb in Lisbon with silver and gold and precious stones which contrasts sharply with the texts comprising the Portuguese tradition of the translation which attribute the decoration of the shrine to Afonso Henriques alone with no mention of the princess. Teresa had, in 1184, married Philip of Alsace, Count of Flanders and, following Philip's death at the siege of Acre in 1191, she had chosen to remain in Flanders, somewhat revered as the "old countess"[51]. Conspicuously, there is no mention in the *Relatio* of the other Portuguese royal personage with prominent Flemish connections of more recent memory, Prince Fernando, brother of Afonso II, who had, by marriage in 1212, become Count of Flanders. We can suspect that this silence is owed to his essentially disastrous rule which saw war between Flanders and France, his defeat at the Battle of Bouvines and his subsequent imprisonment by Philip Augustus in 1214, all of which might have somewhat tarnished Portuguese reputation in the region. However, if

---

[48] Brussels, Biblioteca Real da Bélgica, MS Códice II. 981, f. 100v-104r.

[49] DIAS, Isabel Rosa, *Culto e Memória Textual de S. Vicente em Portugal (da Idade Média ao século XVI)*, revised ed., Lisboa, 2011, original unpublished PhD Dissertation, Faro, Universidade do Algarve, 2003, Appendix IV, p. 207-20, reproduction of Latin text with Portuguese translation.

[50] On Fernando Peres, see SANTOS, Maria José Azevedo, *Vida e Morte de um Mosteiro Cisterciense*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 55-63.

[51] Countess Teresa of Flanders (1151-1218) also known as Matilda of Flanders. WILSON, «Tactics of Attraction» p. 215-16; AZEVEDO, Luís Gonzaga de, *História de Portugal*, 6 vol.s, Lisboa, Bíblion, 1940-42, vol. 5, p. 122-26; LAY, Stephen, *The Reconquest Kings of Portugal*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2009, p. 213-14.

Fernando's memory was best left un-celebrated, appeal to the memory of his aunt, a long-time resident of Flanders, was apparently still worthwhile. And, if her Christianity might have been in doubt, owed perhaps to a certain prejudice on the part of Northerners towards the Iberian Christian kingdoms, possibly on account of their large minorities of Jews and Muslims, here was her Christian orthodoxy affirmed in the *Relatio* through her active participation in the translation of St Vincent.[52]

There is also evidence that the legend of Henry of Bonn might have undergone some adjustment at the hands of Soeiro and his envoys, perhaps aimed at overcoming a certain Frisian reluctance to join campaigns in Iberia, news of which had perchance reached the ears of the good Bishop of Lisbon at the Lateran Council. Certainly one important contemporary Frisian source, the *De Itinere Frisonum*, relates that Henry was originally called Popteto Uluinga, before adopting the name Henry on his conversion to Christianity, a piece of information that, when taken in conjunction with a later, mid-fourteenth century chronicle of Frisian deeds, the *Gesta Frisiorum*, informing us that this same Popteto was from Wirdum in the north-eastern Netherlands, is perhaps at least suggestive of a tradition, possibly oral, in circulation during the period immediately preceding the Alcácer campaign, that Henry/Popteto, the brave protagonist in the 1147 conquest of Lisbon cruelly slain in the process, was not a Rhinelander after all and had nothing to do with Bonn, but was a specifically Frisian martyr!

In addition, there appears to have been significant further emphasis on Henry's miraculous palm tree. In this context, it is important to remember that crusaders visiting Jerusalem often brought a palm branch back home with them as proof they had completed their pilgrimage and fulfilled their vow, from where we get the name "palmers" often used to describe returning crusaders[53]. In the particular case of Henry's palm tree, this potent symbol of

---

[52] Indicative of the Northern suspicions over the orthodoxy of the Iberian Christian kingdoms is William the Breton's vignette concerning Countess Teresa included in his account of the Battle of Bouvines; «*It has become common knowledge that the old Countess [Teresa] of Flanders, aunt of Count Fernando of Spain...had wished to know the outcome of the battle. She cast her fortune according to the custom of the Spaniards who readily use this art and received...truthful answers...but with a double meaning in accordance with the Devil's habit of always deceiving in the end those who serve him*».; WILLIAM THE BRETON, «Gesta Philippi Augusti», in H. F. DELABORDE (ed.), *Œuvres de Rigord et de Guillaume le Breton: historiens de Philippe-Auguste*, 2 vol.s, Paris, Société de l'Histoire de France, 1883-1885, vol. 1, 202, p. 295-96; DUBY, Georges, *The Legend of Bouvines: War, Religion and Culture in the Middle Ages*, trans. by Catherine Tihanyi, University of California Press, 1990; cf., LAY, *Reconquest Kings*, p. 213-14.

[53] BRUNDAGE, James A., *Medieval Canon Law and the Crusader*, Madison, University of Wisconsin Press, 1969, p. 124-25.

the pilgrimage to Jerusalem was likely to have been a key device in attempts to bring into play the idea of the *Iter per Hispaniam*, or "route [to the Holy Land] through Spain", famously enunciated by Archbishop Diego Gelmirez of Compostela at a council held in the city in 1124:

> *«Just as the soldiers of Christ and faithful sons of the holy Church opened up the way to Jerusalem with much blood, so let us prove ourselves to be soldiers of Christ and, having vanquished his most wicked enemies, the Saracens, let us also, with the help of His grace, open up a way to that same sepulchre of the Lord through the region of Spain, which is shorter and much less laborious»*[54].

Clearly, by device of this unequivocally stated purpose of "way-opening", virtually any action against the Muslims of al-Andalus could conceivably be brought within the Jerusalem pilgrimage element of a crusader's quest. The *Iter per Hispaniam* had been famously espoused by Alfonso I "the Battler" of Aragon-Navarre who was much enamored of the Jerusalem-centric notion of crusading. Having conquered Saragossa in 1118, within a few years he had managed to extend his territory well south of the Ebro. In order to protect his new conquests, and probably taking the Order of the Temple as his inspiration, the Battler established two military confraternities, that of Belchite and that of Monreal. Either expressly in their Rules or specified in the wording of indulgences granted to them, each had the stated purpose of opening "the road to Jerusalem from this region [of Spain]"[55]. Significantly, the emblem of the militia of Belchite appears to have been a palm tree as we learn in a passage of the *Historia Ecclesiastica* of Orderic Vitalis where they are described as the *Fratres de Palmis* or "Brothers of the Palm"[56]. Pivotal here is Purkis' explanation of the probable significance of the palm tree for the brothers of Belchite who, both in the light of their mandate and of the iconographical role of the palm tree within

---

[54] FALQUE REY, E. (ed.), *Historia Compostellana* in *Corpus Christianorum, Continuation Mediaevalis*, vol. LXX, Turnhout, Brepols, 1988, p. 379-80; His words have caused some consternation since it is difficult to see how the passage through Spain (and then presumably across North Africa and up through Egypt) could be "shorter" and "less laborious" than the land passage through eastern Europe and Constantinople; see WILSON, «Tactics of Attraction», p. 211-12.

[55] O'BANION, Patrick J., «What has Iberia to do with Jerusalem? Crusade and the Spanish Route to the Holy Land in the Twelfth Century», in *Journal of Medieval History*, 34.4 (2008), p. 383-95, at p. 388-89; see also p. 392, where it is suggested that the charter of union of the Order of Santiago includes the *Iter per Hispaniam* principle.

[56] *The Ecclesiastical History of Orderic Vitalis*, vol. vi, trans. by Marjorie Chibnall, Oxford, Clarendon Press, 1978, p. 400.

the contemporary popular schematic of the Jerusalem pilgrimage, understood the palm tree precisely as an emblem of their mission to carve a path through Spain to the Holy City[57]. Against this background it is difficult not to see a similar use of palm tree imagery in the *Indiculum* and in the cult of Henry-of-Bonn – the palm tree of Lisbon, miraculously grown up from a branch carried there by a pilgrim returning from Jerusalem, was presented as proof of the sacred fusion of the principles of martyrdom-in-Iberia and the Jerusalem Pilgrimage. In this crucial context, the powerful and readily-understood motif of the miraculous palm tree would have been presented in order to assuage the doubts of those many crusaders passing the shores of western Iberian who were less interested in plundering al-Andalus and more interested in securing their eternal salvation through the completion of their crusading vow. In other words, it was an effort to overcome the popular conceptual problem which prevented many crusaders from committing to fight anywhere except Palestine. Indeed, according to the *De Itinere Frisonum* the famous palm tree was still to be seen growing tall from Henry's tomb in 1217[58]. This is most curious, since according to the author of the *Indiculum*, by the time he was writing in 1188 the miracle palm had already completely disappeared, having been removed to another location or destroyed because so many pilgrims took pieces of it for the cure of their ailments. Yet, miraculously enough, nearly twenty years later, it was suddenly back for all to see in the immediate prelude to the Alcácer campaign. Certainly, the timely re-appearance of the tree would have fitted very neatly into the plans of one as resourceful as Soeiro as he prepared his diocesan capital to welcome his northern visitors[59]. Certainly the anonymous author of the *De Itinere Frisonum* who, as a member of the Frisian fleet, wrote from personal experience, had been left in no doubt, following his visit to Lisbon, as to the heavenly status of Popteto/Henry:

---

[57] PURKIS, *Crusading Spirituality in the Holy Land*, p. 135.

[58] *De Itinere Frisonum,* p. 59-70. Further evidence for the likely prevalence of the association of the palm tree with the Jerusalem pilgrimage in Lisbon during the period resides in the existence until 1755 in the city (in the parish of Madalena) of the *Hospital dos Palmeiros* ("Hospital of the Palmers") where a memorial plaque over the door, now lost, is recorded to have proclaimed that the hospital had been established from an earlier foundation for *pobres palmeyros e peregrinos e resgatados* ("poor palmers and pilgrims and freed hostages") some time before 1292. The original hospital is thought to have been founded by foreign crusaders in the vicinity of Almada (Cacilhas) in the twelfth century; BARROCA, Mário, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, 3 vol., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, vol. 2, book 1, n.º 420, p. 1078-1080. See also the article in this present volume by José Augusto Oliveira. I am most grateful to Maria João Branco for this reference.

[59] Cf., WILSON, «Tactics of Attraction», p. 217.

> *«To the east, outside the city, is found the venerable monastery where presently is seen the lofty palm tree which grows from the tomb of the martyr-of-Christ, Popteto Uluinga, a chief of the Christian soldiery who, having changed his name to that of Henry, ended his life in Christ in this same place seventy years ago, along with his squire; and who, now canonized by divine revelation, enjoys temporal and eternal glory»*[60].

The Conquest of Alcácer

At length, on 29th May 1217, a fleet of nearly 300 ships carrying crusaders principally from the Rhineland and Frisia set sail from the port of Vlaardingen in the south Netherlands[61]. With Count George of Wied in overall command, and Count William of Orange in charge of the rear-guard[62], the fleet arrived to Lisbon on 10th July where it was met by Soeiro along with his namesake and fellow prelate, Bishop Soeiro of Évora (1205-1229), and the regional commanders of the Templars, Hospitallers and the Order of Santiago[63]. Having preached a sermon to the northerners in Lisbon port, Soeiro was unable ultimately to convince the warriors of the Frisian brigade to join his proposed enterprise to capture the fortress of Alcácer. Apparently cowed by Innocent III's refusal of Soeiro's petition at the Lateran Council, the Frisians loaded up with provisions for the next stage of their journey and continued the voyage eastward. This did not prevent them, however, from making brief stops further along the Iberian coast to make opportunistic attacks on Faro, Rota, Cádiz and Ibiza which not only wrought substantial destruction in these places, but also won the Frisians considerable booty. Having followed a course northward up the Iberian east-coast and then along the coast of southern France, the Frisians spent the winter of 1217/1218 at Civitavecchia in Italy[64].

Happily for Soeiro, Counts William and George, along with the majority of the fleet (over two thirds), enthusiastically embraced the Alcácer endeavour. Indeed, although the documents are thread-bare, there is

---

[60] *De Itinere Frisonum*, p. 59-70.

[61] *Gesta Crucigerorum Rhenanorum*, in RÖHRICHT, R. (ed.), *Quinti Belli Sacri...* (1879), also reproduced as *Chronica Regia Coloniensis*, ed. by G. Waitz, in *Chronica regia coloniensis (Annales maximi colonienses)*, MGH Scriptores, vol. 18, Hanover, 1880, p. 29.

[62] *Gesta Crucigerorum Rhenanorum*, p. 30; cf., LAY, *Reconquest Kings*, p. 221

[63] *Gosuini de Expugnatione Salacia Carmen*, p. 633; *Gesta Crucigerorum Rhenanorum*, p. 30; *De Itinere Frisonum*, p. 62.

[64] *De Itinere Frisonum*, p. 63-67; ALEMPARTE, *Arribadas*, p. 98-103.

sufficient circumstantial evidence to suppose they had anticipated an action fought on the Iberian frontier, although to what extent this was in fact due to Soeiro's recruiting efforts and propaganda campaign during the preceding years is a matter of conjecture[65]. Nevertheless, the departure of the fleet from the Netherlands at the end of May, sufficiently late in the sailing season to anticipate the possibility of wintering in Southern Europe, and the known delay of the principal leaders of the Fifth Crusade who were not expected to arrive in the Holy Land until the following year[66], coupled with efforts in Portugal resulting in the timely assembly of the army, perhaps 20,000 strong, and a campaign undertaken throughout the dioceses of Portugal to preach the cross inside the kingdom, in preparation for "the First Portuguese Crusade", as Erdman described it[67], almost certainly in expectation of the arrival of the northern fleet, suggests a detailed programme of forward planning at an international level in which there is ample reason to suspect Soeiro of Lisbon played a leading role[68].

At the end of July, the crusader fleet left Lisbon port and sailed up the Sado heading for Alcácer. Meanwhile, the Portuguese army marched southward to rendezvous with the fleet outside the walls of the fortress. The siege began on July 30th and continued for five weeks, involving the usual methods of assault by towers, catapults and mines. However, on September 8th a large Andalusi army of rescue arrived under the command of the governors of Seville, Jaén, Badajoz and Jerez. To the Christian besiegers, the force appeared to be overwhelming, with the author of the *Gesta Crucigerorum Rhenanorum* estimating that it numbered as many as 100,000. The Christians, bemoaning their shortage of horses, swiftly dug a ditch around their position and prepared for imminent attack. Fortunately for them, reinforcements arrived led by Pedro Álvarez, commander of the Templars in Spain. Battle was joined between the two armies on 11th September at a site about 10 km from Alcácer along the banks of the River Sítimos, near the modern village of Santa Catarina de Sítimos[69]. With the Knights of Santiago playing a prominent role under their commander, Martim Barregão, who "though small in body had the heart of a lion", the

---

[65] *Gosuini de Expugnatione Salacia Carmen*, p. 632, l. 34, terra vivenda; cf., PEREIRA, Maria Teresa Lopes, *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal, Século XII a fins do Século XV*, Lisboa, Edições Colibri, 2015, p. 35.

[66] *Gesta Crucigerorum Rhenanorum*, p. 31.

[67] DINIS, A. Dias (dir.), *Monumenta Henricina*, vol. 1, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, n.º 25, p. 47; ERDMANN, *A Ideia de Cruzada em Portugal*.

[68] On the assembly of the army see VILAR, *Afonso II*, p. 137.

[69] PEREIRA, *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal*, p. 33.

result was a decisive Christian victory[70]. The defenders in Alcácer surrendered on 21st October, making the Christian triumph complete. With almost all of the defenders taken into captivity, the spoils were divided among the Christian warriors and the fortress was handed into the safe-keeping of the Order of Santiago[71].

With the tide having turned so conclusively in favour of the Christians, the Iberian leaders of the campaign, that is to say; Bishops Soeiro of Lisbon and Soeiro of Évora, Pedro Alvarites, Master of the Templars, the prior of the Hospitallers in Portugal and Martim Barregão Commander of Palmela of the Order of Santiago, immediately attempted to persuade Honorius III to declare a full international Portuguese crusade. To this end they wrote to the Pope request the following:

- that Honorius issue an order (*mandatum*) that the foreign crusaders remain in Portugal for another year in order to «*extirpate the perfidy of the pagans from all Spain*»;
- that «*the foreigners, as well as our crusaders (crucesignati) and those who will take the sign of the cross in the future will have the same indulgence that they would have had if they had presented themselves in person for the relief of the Holy Land*»;
- that monies levied in Iberia pursuant to the *Vicesima*, the tax approved at the Fourth Lateran Council and promulgated in the bull *ad Liberandum* (1215)[72] of a twentieth part of ecclesiastical income to be donated for a period of three years «*for the aid of the Holy Land*», should now be applied exclusively for the fight against the Andalusi Saracens[73].

Simultaneous with this clear petition for the declaration of an international Iberian crusade, Count William of Orange also wrote to the Pope, setting out his view that southern Iberia now lay open for definitive Christian conquest and requesting instructions as to whether he was indeed now to lead his men in the continuation of their voyage to the East, or rather to keep his forces in Iberia in order to complete the expulsion of the Saracens from the peninsula.

---

[70] *Gesta Crucigerorum Rhenanorum*, p. 32; Jessalynn BIRD, Edward PETERS and James M. POWELL (ed.), *Crusade and Christendom, Annotated Documents in Translation from Innocent III to the Fall of Acre, 1187-1291*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2013, p. 156.

[71] VILAR, *Afonso II*, p. 144; ANTT, Reg. *Afonso II*, f. 81v-82.

[72] *Ad liberandum* is to be found in *Conciliorum Oecumenicorum Decreta*, Joseph ALBERIGO *et al.* (ed.), Bologna, Instituto per le scienze religiose, 1973, at p. 267-71.

[73] *Monumenta Henricina,* n.° 25, p. 45-48.

The Pope's Proviso

Here, it is important to note that in the bull, *Quia Maior*, Innocent III had expressly included a proviso creating the possibility of the lifting of the abovementioned ban on crusade indulgences for foreigners fighting in Spain (and in the Midi), if the situation pertaining at the time of the publication of the bull was to change such as to require reassessment. Specifically, the Pope would "take care to act in any immediate necessity"[74]. The question was, of course, could the Pope be persuaded that victory at Alcácer constituted such a necessity?

Strong indication that a major campaign was not only anticipated in Portugal but that its chances for success were considered promising, is to be found in the letter of Honorius III of 11th January 1218, addressed to the Archbishop of Braga, in which the Pope responds to the request of the Archbishop for the resolution of the question concerning to which diocese the city of Silves, the famously rich capital of the Almohad province of al-Faghar (modern Algarve), should belong in the event of its capture. Honorius appointed three judges delegate from Tui to investigate the matter[75].

It was possibly at the time of this concerted drive to persuade the Pope to exercise the *Quia Maior* proviso that the most detailed surviving contemporary account of the siege and conquest of Alcácer was produced. Composed in Portugal almost certainly in the immediate wake of the victory[76], the so-called *Gosuini de Expugnatione Salaciae Carmen*, a versified narration of the campaign written in regular elegiac couplets, is a richly-layered work characteristically filled with references to biblical, patristic and classical literature[77]. Importantly, the *Carmen* contains much to suggest that God had so blessed the Alcácer campaign, and by implication the broader war on Islam in western Iberia, such as to place it on a par with "official" crusading ventures and particularly that anticipated in *Quia Maior*, which latter-day commentators would dub the "Fifth

---

[74] *et si forte requireret, nos ingruenti necessitate prospicere curaremus*, PL, CCXVI: 820, and see POWELL, *Anatomy of a Crusade*, p. 21 and 31 n. 18; trans., Bird *et al, Crusade and Christendom*, p. 110. An alternative translation is provided by Louise and Jonathan RILEY SMITH, «If perchance it were needed, we would take care to give our attention to any serious situation that arises», in *Crusades, Idea and Reality*, p. 122.

[75] Mansilla, n.º 130; I am most grateful to Maria João Branco for drawing this letter to my attention.

[76] Notably there is no mention of the departure of the crusader fleet following the Alcácer campaign.

[77] NASCIMENTO (ed.), *Gosuini de Expugnatione Salaciae Carmen*.

Crusade". Moreover, the *Carmen* was written on the orders of none other than Soeiro of Lisbon as evinced in the bold acrostic device which englobes the work. Following an explicit direction given in the text, the reader takes the first letter of each of the fifteen stanzas and thereby discovers two names; SUERIUS and GOSUINUS.

Acrostic devices, a relatively common feature in medieval literature, especially poetry, often serve to indicate the name of the poet or his patron[78]. In the case of the *Carmen*, SUERIUS undoubtedly refers to Soeiro as the likely commissioner of the work; not only is the bishop of Lisbon prominently praised in the text but lamentation is made for the injustice he suffers (see below) through not being adequately recompensed for his exertions as chief orchestrator of the prodigious Christian victory. GOSUINUS, on the other hand, is the name (Goswin or Gosuino) of the likely author of the work. Apparently an eyewitness to the events he describes, Goswin was, in all likelihood, a Flemish priest who had been appointed as confessor and spiritual advisor to one of the crusader ships participating in the Alcácer campaign[79].

Viewed as a tool of persuasion designed to encourage the Pope to review the status of the war in Iberia under the terms of *Quia Maior* outlined above, several aspects of the *Carmen* assume considerable importance including the overwhelmingly providential tone of the work, with turns of fate ascribed to divine influence and, importantly, the occurrence of miracles with strong resonance in contemporary "crusading" literature. Particularly notable are the appearances of miraculous crosses in the sky almost identical to that reported in Oliver of Paderborn's letter to the Counts of Namur during his preaching of the Fifth Crusade[80] and the appearance of a heavenly army in the sky strongly reminiscent of that reported at the siege of Antioch during the first Crusade[81].

---

[78] DUNPHY, Graeme, *Encyclopedia of the Medieval Chronicle*, Leiden, Brill, 2010, p. 8-10. NORBERG, Dag, *An Introduction to the Study of Medieval Latin Versification*, trans. by Grant C. Roti and Jacqueline de La Chapelle Skubly, Washington, Catholic University of America Press, 2004, p. 48-57.

[79] On the likely identity of the author of the *Gosuini de Expugnatione Salaciae Carmen*, see WILSON, Jonathan, *Contextualizing the Gosuini De Expugnatione Salaciae Carmen; the development of Crusading Ideology in the Portuguese Reconquista* (Doctoral Dissertation, University of Liverpool, April 2016) and *IDEM*, *Two Texts From Alcobaça, the De Expugnatione Scalabis and the Gosuini de Exupgnatione Salaciae Carmen*, Leiden, Peeters, forthcoming.

[80] OLIVER OF PADERBORN, *Die Schriften des Kölner Domscholasters*, HOOGEWEG, H. (ed.), Tübingen, Litterarischer Verein, 1894, p. 285-86; RILEY-SMITH, *Crusades, Idea and Reality*, p. 135-36.

[81] *Gesta Francorum et aliorum Hierosolimitanorum*, R. HILL (ed. and trans.), Oxford,

With the *Carmen* thus proclaiming the appropriate sanctity of the Alcácer campaign – with the Muslim military in disarray – with the Portuguese army already assembled – with a powerful crusader force complete with a numerous fleet *in situ* – with the road now open for the conquest of the Andalusi south – with the capital Silves seemingly within reach – here was an unparalleled opportunity to drive the Muslims from Western Iberia once-and-for-all. Surely now the Pope would re-instate the crusade indulgence for the non-Iberian combatants.

Soeiro for Papal Legate?

Further, if as was the hope an International Portuguese crusade was to be declared, it would need a papal legate to lead it. That Soeiro might have sought such appointment for himself is suggested in the *Carmen*'s unabashed celebration of the bishop's pivotal role in the Alcácer triumph – it is he that "stirred the pilgrims" to undertake the campaign, he also supported them during the campaign with his own resources, property and personnel. Yet he remains the "one man" who, when victory was achieved, went "unrewarded and won nothing thereupon". Here, however, the tone of the *Carmen* is conciliatory and, importantly, the author entreats the Bishop to be patient with those who have wronged him in order that in due course God may reward him with "the highest". Typically ambiguous in its wording and construction, it is unclear if this passage contains a suggestion that soon it will be time for God, or rather the Pope as God's chief representative on earth, to bestow due recompense upon the Bishop through awarding him a leading role in some great future endeavour. Some support for this reading is to be found in a curious couplet occurring near the beginning of the *Carmen* which appears to be a dedication to the Pope but which at the same time may also be a dedication to the Bishop of Lisbon. Due to the peculiarities of Latin construction both the identities of the Pope and Soeiro, who as bishop was *ex officio* the Pope's representative, are fused into the name Peter:

> *«And I also ask favour of you, Peter, for whose benefit our songs do their work,*
> [And] *of you whom the boat [of Peter] is given to be guided»*[82].

Clarendon Press, 1962, *Liber* IX; TUDEBODE, Peter, *Historia de Hierosolymitano Itinere*, ed. by J. and L. Hill, Paris, Geuthner, 1977, p. 93-96; ORDERIC VITALIS, *The Ecclesiastical History of Orderic Vitalis*, *Liber*, IX.

[82] *Ac tu, queso, fave cui carmina nostra laborant,/Cui petre Petri cimba regenda datur*; *Gosuini De Expugnatione Salaciae Carmen*, l. 15-16. In a letter to the Cistercian

As official leader of the postulated crusade, indeed the Pope's *alter ego* in the enterprise, Soeiro would be in an excellent position to take control of a great deal of territory in the Andalusi south, including the much-prized city of Silves. All this, Soeiro might have supposed, was eminently achievable now that all the ingredients for success appeared to be assembled. With the Muslims still punch-drunk from defeat, all he needed was for the Northerners and their ships to remain in Portugal for a while longer, and the necessary authority to command them to action.

At the same time, it is far from certain that Soeiro, ambitious as he was, ever seriously aspired to the legatine dignity. He was undoubtedly well aware that, in spite of his brave efforts at Alcácer, the Archbishop of Braga, as the highest-ranking churchman in the kingdom might have been a more fitting candidate for the office.[83] Even so, by aiming high, at the very least the Bishop of Lisbon might have hoped, with good reason, to secure for himself a place among the chief commanders of the crusade, with all the attendant advantages he might have hoped such a role would bring him.

Alas, for Soeiro, the Pope was not persuaded to restore the crusade indulgence for foreign warriors in Iberia and he ordered the commanders of the fleet to continue the voyage to the Holy Land at the earliest opportunity. Nevertheless, the Pope praised the intent to prosecute an Iberian campaign and nominated as legates to promote the venture, Archbishop Rodrigo of

---

Chapter General of 1198, Innocent III described himself as "the helmsman in the barque of Peter, where on storm-tossed seas the Apostle stretches out his right hand to save those in danger". Cf., BOLTON, Brenda M., «For the See of Simon Peter: The Cistercians at Innocent III's Nearest Frontier», I J. LOADES, J., *Monastic Studies I*, Bangor, Headstart History, 1990, p. 146-57; reprinted in *IDEM*, *Innocent III: Studies on Papal Authority and Pastoral Care*, Aldershot, Variorum, 1995, at p. 146. See also BERNARD OF CLAIRVAUX, *De Consideratione ad Eugenium Papam*, ed. by Jean Leclerq and H. M. Rochais, *Sancti Bernardi Opera,* Rome, 1963, vol. 3, p. 379-493. *Five books on consideration: advice to a pope*, trans. by J. Anderson and E. T. Kennan, Kalamazoo, Cistercian Publications, 1976, Book I Chapter VIII. Bernard, discussing Peter swimming to the shore of the sea of Tiberius to greet the risen Christ (*John*, 21: 1-7), writes, «*It was surely a sign of the unique pontificate of Peter, intended to show that while the others had charge, each of his own ship, he was entrusted not with one ship, but the government of the whole world. For the sea is the world, and ships are churches.* [...] *So then while each of the other bishops has his own ship, you are in command of the greatest, the Universal Church throughout the world, the sum of all the other churches put together*»; *Five books on consideration,* p. 55-56.

[83] Nevertheless, it is conceivable Soeiro could have been appointed *legatus ad causam*, or *legatus missus* with powers limited to overseeing the prosecution of the postulated crusade; see generally RENNIE, Kriston R., *The Foundations of Medieval Papal Legation*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2013, p. 65 and s.

Toledo in Castile and Archbishop Estêvão Soares of Braga in Portugal. Although Rodrigo was to discharge his mission with energy, Estêvão, and with him Soeiro of Lisbon, achieved nothing in this direction.

Alcácer: the immediate aftermath

If the rewards of the Alcácer enterprise were scant for Soeiro, the opposite was true for Afonso II. Beyond the immediate advantages of the augmentation of his kingdom and the elimination of a dangerous Saracen fortress, important wider benefits began accruing to the king almost as soon as letters reporting the victory arrived to Rome.

The first came in with the New Year, and it was of considerable significance. On 4th January the bull *Licet Venerabilis* was published delivering the pontifical decision on the old question of the Primacy of the Spains[84]. This was the culmination of the latest phase of a dispute the arbitration of which had been repeatedly postponed by Innocent III[85]. Although the Primacy of the Spains had been confirmed to Toledo by a papal bull in March 1210, Braga had characteristically refused to respect the order and, almost certainly, Estêvão Soares had taken up the question personally with the Pope at the first opportunity following his succession to the archiepiscopacy during his visit to Rome to receive the pallium in 1213. The details of the dispute have been well rehearsed in the literature and it will suffice here to highlight only the outcome. Following the vigorous efforts of Estêvão of Braga, the Pope disposed of the question in his bull *Licet Venerabilis* whereby he imposed silence upon it[86]. With the subject closed to further debate, both archbishops retained the title and prerogatives of primate and, importantly, the Church of Braga was, for all practical

---

[84] Mansilla, vol. 2, n.º 118, p. 93.

[85] VELOSO, *D. Afonso II, Relações*, p. 141. On the general background of the dispute see ERDMANN, Carl, *Das Papsttum und Portugal im ersten Jahrhundert der portugiesischen Geschichte* (Berlin, Abhandlungen der Preussischen Akademie der Wissenschaften, 1928); trans. by J. A. da Providência Costa, as *O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1935; MANSILLA REOYO, Demetrio, «Disputas diocesanas entre Toledo, Braga y Compostela en los siglos XII al XV», in *Anthologica Annua*, n.º 3 (1955), p. 89-143; FEIGE, P, «La primacía de Toledo y la liberdad de las demás metropolis de España. El ejemplo de Braga», in *La introducción de Cister en España y Portugal*, Burgos, La Olmeda, 1991, p. 61-132.

[86] The decision was communicated to the Archbishop of Braga in the bull *Cum venarabilis frater*, issued from the Lateran on 19 January 2018; CUNHA, Rodrigo da, *Tractatus de primatu Bracharensis ecclesiae in universa Hispania*, Bracharae, Ex officina J. Roderici, 1632, p. 113-14.

purposes, liberated from subjugation to the Church of Toledo. Although the decision pertained to ecclesiastical governance, the moratorium had obvious ramifications at the political level, enhancing and strengthening the Portuguese kingdom vis-à-vis her Christian neighboring states and bolstering the hitherto often-beleaguered position of Afonso II.

But *Licet Venerabilis* was only the first of a series of bulls issued in a whirl of activity by the papal chancery in early January, apparently at the first opportunity following the intensive Christmas liturgical program in Rome. All of them displayed a strong preference for the autonomy of Portugal, both ecclesiastically and politically. Next, and still before replying to the letters sent by the victors of Alcácer, as early as 8th January 1218, Honorius III ordered the execution and enforcement of judgments that had been obtained under his predecessor, Innocent III, against Afonso's sisters[87]. These were splendid results, of course, but the icing-on-the-cake would come on 11th January when the pontiff re-issued to Afonso the *Manifestis Probatum*[88]. This was a clangorous endorsement of Afonso's kingship which may well have rung loud in the ears of his detractors at home and fulminated in Leon, Castile and wider Christendom[89]. Although the *Manifestis Probatum* had been previously re-issued to Afonso in 1212, the reference to military accolades relating to victories over the enemies of the Christians, here a key ingredient of royal legitimacy, so prominent in the earlier version, first issued in 1179 to his grandfather Afonso Henriques, and re-issued to his father Sancho I in 1190, had been carefully amended to reflect Afonso's notable lack of achievements on the battlefield. Now, the text of the 1218 bull appeared fully restored to its original form. It was a powerful and welcome assertion both of Afonso's regal legitimacy and of the autonomous sovereignty of his kingdom[90].

With a land-mark victory to his credit and unprecedented bounties flowing from Rome to his king as a direct consequence, Soeiro might have expected that Afonso II would at least grant to him and his diocese the government of Alcácer along with the famously fertile region of which the

---

[87] COSTA, n. 82.

[88] *Monumenta Henricina*, vol. 1, n.° 27, p. 50-51.

[89] On the political and legal uses of *Manifestis Probatum* see BRANCO, Maria João, «Os Homens do Rei e a *Manifestis Probatum*: percurso de uma bula pelos caminhos da luta pela legitimidade do rei e do reino nos séculos XII-XIII», in Maria de Fátima REIS (coord.), *Poder Espiritual/Poder Temporal; as Relações Igreja-Estado no Tempo da Monarquia (1179-1909)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2009, p. 127-71.

[90] For an analysis of the relevant passages of the bull, see BRANCO, «Os Homens do Rei e a *Manifestis Probatum*», p. 153-55.

conquered town was the capital. Once again, Soeiro was to be disappointed. In January 1218, Afonso II issued documentary confirmation of the transference of the government of Alcácer and its lands to the Order of Santiago under its master Martim Barregão, father-in-law of Gonçalo Mendes, the king's chancellor[91]. Soeiro was also to be denied ecclesiastical jurisdiction over the region, which was transferred to the Bishop of Évora, in accordance with the antique Visigothic diocesan divisions[92]. To further dismay the Bishop of Lisbon, the king was soon to show himself a supporter of his adversaries.

Somewhat ironically, a new self-confidence brought to Afonso by the recent military success and, on the back of it, successes in Rome especially the *Licet Venerabilis* and the re-issued *Manifestis Probatum*, enabled the king to embark on a policy designed to limit and reduce the now dangerously burgeoning powers of those who had been largely responsible for bringing about those very same triumphs, namely his own clergy. Certainly it was no coincidence that, beginning from around the time of the transference of Alcácer to the Order of Santiago, which being commanded by a relative of the king's chancellor kept the town and its region securely under royal control, there was a marked change in Afonso's previously benign attitudes towards his Church and a concomitant down-turn in the fortunes of Soeiro of Lisbon.

As such, his fall from grace is perhaps best seen as resulting less from any personal animosity the king may have harboured for the Bishop of Lisbon and far more from Soeiro's circumstance as a leading member of an institution perceived by the Crown to be undermining its authority.

Indeed, in the resulting struggle, Soeiro found himself among the first propelled into the fray as a prominent contender in a prolonged kingdom-wide conflict between Portuguese royal and ecclesiastical power. It was a bitter fight for hegemony that would grow progressively more acrimonious and would continue long after the death of Afonso II.

Soeiro remembered

Ultimately, although his career was long, spanning over 20 years, and certainly eventful, it was above-all for his achievement in the conquest of Alcácer, that Soeiro of Lisbon wished to be remembered – or – for which he *was* remembered. His lapidary epitaph was simple:

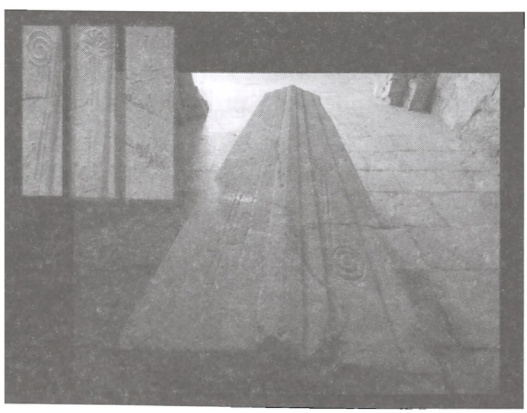
---

[91] COSTA, Paula Pinto (coord.), *Livro dos Copos*, apresentação de Luís Adão da Fonseca, vol. 1 in *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 7, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2006, n.º 181, p. 324.

[92] PEREIRA, *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal*, p. 35.

LORD SUARIUS BISHOP OF LISBON LIES HERE
WHO DURING THE REIGN OF
ALFONSO II
CONQUERED ALCACER DO SAL
FROM THE MOORS IN THE YEAR 1217[93]

Upon the rough-hewn stone lid of his sarcophagus, today found in a cloister chapel in Lisbon Cathedral, there are engraved three bold motifs, all more-or-less equal in size and prominence. One, perhaps the simplest to interpret, is a crosier, almost certainly present to indicate Soeiro's episcopal status. Another is in the shape of a cross, perhaps also of straightforward significance, especially on the tomb of a cleric. Yet, it is not the familiar Portuguese cross, a version of the cross pattée, with splayed points and convex ends, sometimes referred to as *croix pattée alésée arrondie* and found on so many royal chancellery documents produced during Soeiro's lifetime. Rather, it is the simple cross of the ordinary crusader. Almost certainly Soeiro Viegas, a preacher, probably the principal preacher, of the first documented Portuguese crusade, the Crusade of Alcácer do Sal, took the cross himself, the carving on his tomb persisting as testament to the fact. Finally, it is through this connection that we come to understand the presence of the third motif. It is an unmistakable palm-tree, symbol of the *Iter per Hispaniam*, a miraculous sign to each and every passing crusader of the sanctity of the war on the Portuguese-Andalusi frontier.



Tomb of Bishop Soeiro Viegas with details inset showing motifs: crusader cross, palm-tree, bishop's crosier; Cloister, Lisbon Cathedral.
(Photograph: the author)

[93] [Domnus Suarius Ulixbo] / NEN[sis e]PISCO[pus Hic) / JACET;-QUI REGNANTE / ALFONSO 2.° A MAURIS / ALCASSARUM SALIS / ERIPUIT; NA[no] DE; [1217]; BARROCA, *Epigrafia Medieval*, vol. 2, book 1, n.° 302, p. 745-48; cf. comments on crusader epitaphs in PHILLIPS, Jonathan, *The Second Crusade, Extending the Frontiers of Christendom*, New Haven, Yale University Press, 2007, p. 30.

UN REGNO SOTTO LA PROTEZIONE DI SAN PIETRO. I RAPPORTI TRA IL PORTOGALLO E LA SEDE APOSTOLICA DA UNA PROSPETTIVA ROMANA (1143-1212)

Francesco Renzi*

I. Introduzione: il Papato e il regno di Portogallo nella storiografia

Il tema dei rapporti tra il Portogallo e la Sede Apostolica è un oggetto di ricerca estremamente delicato. Le difficoltà nell'analisi sono molte: la costante necessità di una doppia prospettiva – romana e portoghese – nello studio critico dei documenti e della storiografia, la varietà delle fonti e le ambiguità del linguaggio papale nei secoli centrali del medioevo sono solo alcuni esempi della complessità della questione. Senza contare l'importanza storica di questa relazione: fu papa Alessandro III con la bolla *Manifestis Probatum* del 23 maggio del 1179 a riconoscere definitivamente Afonso Henriques come re. Come si può ben immaginare, un evento così importante ha avuto un posto speciale nello studio della storia del regno di Portogallo sin dalle opere degli eruditi del XVII secolo come ad esempio nella *Monarchia Lusitana* del Brandão. Nel XIX secolo A. Herculano diede un'interpretazione estremamente critica dell'atteggiamento del papato nei confronti del Portogallo. Per A. Herculano, infatti, il pontefice si sarebbe letteralmente "svenduto" nei confronti di Afonso Henriques, il quale venne

* SFRH/BPD/110178/2015. Abbreviazioni: MGH = Monumenta Germaniae Historica; PL = Patrologia Latina; PO = Potthast; JL = Jaffé-Löwenfeld; CC = Corpus Christianorum Continuatio Medievalis; Mansi = Sacrorum Conciliorum; ES = Florez, España Sagrada; PIP = Papsturkunden in Portugal; BPI = *Bulário Português: Inocêncio III 1198-1216*, Avelino de Jesus da COSTA e Maria Alegria Fernandes MARQUES, Coimbra, INIC, 1989; PP = *Portugalia Pontificia*, Peter LINEHAN (ed.), t. 1, Lisboa, Fundação Calouste-Gulbenkian, 2013; MPH = Monumenta Portugalia Historica.

riconosciuto re grazie all'aumento del censo destinato alla Santa Sede. Come ha ricordato J. Mattoso, questo duro giudizio dell'Herculano rimarrà sempre una specie di spina del fianco per la storiografia successiva che si è trovata a dover giustificare il fatto che Alessandro III riconobbe Afonso Henriques come re soltanto trentasei anni dopo l'omaggio fatto dal figlio di Enrico di Borgogna e della *contessa-regina* Teresa a papa Innocenzo II nel dicembre del 1143: la lettera meglio conosciuta come *Claves Regni Caelorum*. Era stato il lauto censo promesso da Afonso Henriques al papa, quindi, oppure i suoi straordinari meriti in battaglia a garantirgli il riconoscimento papale della sua regalità[1]?

Nel 1935 lo studioso C. Erdmann sottolineò ancora con più forza i legami tra il papato e il regno di Portogallo. Il papato per lo studioso tedesco non era uno degli attori in gioco: era il protagonista fondamentale. Nella prospettiva dello Erdmann il papato del XII secolo era così forte da poter impedire per decenni la formazione del regno portoghese. Ecco, quindi, cosa c'era dietro il mancato riconoscimento di re Afonso Henriques chiamato solo *dux* da papa Lucio II: il papato non voleva rompere il fronte cristiano nella lotta contro i musulmani e si schierò così dalla parte del re Alfonso VII di León-Castiglia contro le pretese di Afonso Henriques. L'altro punto cardine dell'analisi dello Erdmann era il problema della primazia toledana che per lo studioso tedesco era indissolubile dalla questione della nascita del regno di Portogallo. Lo Erdmann faceva della primazia una vera e propria questione politica tra regni: i contrasti tra la

[1] BRANDÃO, António, *Terceira parte da Monarchia Lusitana que contem a Historia de Portugal desde o conde dom Henrique, até todo o reinado del Rey Dom Afonso Henriques*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973, p. 141-145; HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal: desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de D. Afonso III*, vol. 1, Lisboa, Bertrand, 3.ª edição, 1863, p. 449, e MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2007, p. 360. Per l'importanza della bolla *Manifestis Probatum* nell'indipendenza del Portogallo si vedano inoltre i lavori di BRANCO, Maria João, «Os homens do rei e a bula *Manifestis Probatum*: percurso de uma bula pelos meandros da luta pela legitimidade do rei e do reino nos séculos XII-XIII», in MENDONÇA, Manuela (ed.) e REIS, Maria de Fátima (coord.), *Poder Espiritual/Poder Temporal. As Relações igreja-estado no tempo da monarquia (1179-1909)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2009, p. 125-171 e AMARAL, Diogo Freitas do, «Em que momento se tornou Portugal um país Independente», in *A Política portuguesa e suas relações exteriores*, vol. 2, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1996, p. 138-181. Per una bibliografia aggiornata; cf. BRANCO, Maria João, e FARELO, Mário, «Diplomatic Relations: Portugal and the others», in MATTOSO, José (dir.), ROSA, Maria de Lourdes, VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo, BRANCO, Maria João (ed.), *The historiography of Medieval Portugal (1950-2010)*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais/Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2011, p. 231-259.

sede primaziale di Toledo, il cui arcivescovo era anche il legato permanente della Sede Apostolica nei "regni dell'Hispania" (grazie al privilegio di papa Urbano II del 1088), e quella arcivescovile di Braga non sarebbero stati che una trasposizione ecclesiastica del conflitto tra Alfonso VII di León--Castiglia e Afonso Henriques di Portogallo. Il papato scelse di difendere la primazia della sede di Toledo e il re Alfonso VII non riconoscendo Afonso Henriques come *rex Portugallensis*. Uno scontro risolto per lo Erdmann solo grazie all'infaticabile opera diplomatica dell'arcivescovo di Braga João Peculiar (1138-1175) presso la Sede Apostolica e dalla legazione del cardinale di Santa Maria in Cosmedin Giacinto Bobone (futuro papa Celestino III) del 1172-1174[2].

Il complesso quadro interpretativo fornito da C. Erdmann ha costituito in un certo senso lo spazio all'interno del quale le ricerche successive si sono mosse, dai lavori fondamentali di J. M. Rivera Recio, D. Mansilla Reoyo, P. Feige e J. Marques sulla questione della primazia toledana e il suo rapporto con i regni di León-Castiglia e Portogallo tra XII e XIII secolo, agli studi condotti e coordinati da P. Linehan, K. Herbers e P. Henriet sul rapporto tra il papato e la penisola iberica nei secoli centrali del medioevo[3]. Di notevole importanza sono inoltre le ricerche di A. J. da Costa e L. C. Amaral sulla restaurazione e il patrimonio dell'arcidiocesi di Braga nei secoli IX-XIII – studi che hanno permesso di ricostruire il

---

[2] ERDMANN, Carl, *O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa*, Coimbra, Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1935, p. 4-5; 43; 60-63 e 71.

[3] MANSILLA REOYO, Demetrio, «Disputas diocesanas entre Toledo, Braga y Compostela en los siglos XII al XV», in *Anthologica Annua*, 3 (1955), Roma, p. 89-143; RIVERA RECIO, Juan Francisco, «La primacia eclesiástica de Toledo en el siglo XII», in *Anthologica Annua*, 10 (1962), Roma, p. 11-87; FEIGE, Peter, «Die Anfänge des portugiesichen Königstums und seiner Landeskirche», in *Spanischen Forschungen der Görresgesellschaft*, 29 (1978), Münster, p. 278-312; MARQUES, José, «O problema da primazia arquiepiscopal das Espanhas: Toledo ou Braga?», in MARQUES, José (ed.), *Studium Dilectum. Colectânea de homenagem do Prof. Doutor Justino Mendes Almeida pelo seu 50.º aniversário de actividade científica*, Lisboa, A.P.H., 1999, p. 199-222; LINEHAN, Peter, *The Spanish Curch and the Papacy in the thirteenth century*, Cambridge, Cambridge University Press, 1971 e dello stesso autore, «The Church and Feudalism in the spanish Kingdoms in the Eleventh and Twelfth centuries», in *Chiesa e mondo feudale nei secoli X-XII*, AA. VV. (ed.), Milano, Vita e Pensiero, 1995, p. 303-330; HERBERS, Klaus, «El papado y la Península Ibérica en el siglo XII», in DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago, e HERBERS, Klaus, *Roma y la Península Ibérica en la alta Edad Media. La construcción de espacios, normas y redes de relación*, León, Universidad de León, 2009, p. 29-80; HENRIET, Patrick, «Political Struggle and the legitimation of the Toledan Primacy: The *Pars Laterani Concilii*», in ALFONSO ANTÓN, Isabel, KENNEDY, Hugh e ESCALONA MONGE, Julio (ed.), *Building legitimacy: Political discourses and forms of legitimacy in medieval societies*, Leiden-Boston, Brill, 2004, p. 291-318.

panorama politico, ecclesiastico e patrimoniale all'interno del quale gli arcivescovi bracarensi impostarono la propria politica interna ed esterna verso la penisola iberica e Roma – e gli studi dedicati ai rapporti diplomatici e politici tra Portogallo e León-Castiglia e alla circolazione delle aristocrazie nello spazio nord-occidentale della penisola iberica. In quest'ultimo ambito vanno menzionati, oltre alle ricerche ancora fondamentali di J. Mattoso, gli eccellenti contributi M. do Rosário Ferreira, J. A. de Sotto Mayor Pizarro, I. Calderón Medina e J. Martins Ferreira[4]. Grande rilievo è stato dato ovviamente all'analisi della bolla *Manifestis Probatum* e del contesto politico che spinse papa Alessandro III alla sua concessione, penso agli studi pubblicati da L. Ribero Soares, E. Brasão, A. Cruz, alla fine degli anni settanta del secolo scorso e alle ricerche più recenti pubblicate nel 2009 di J. Marques, M. A. Fernandes Marques, M. J. Branco, E. Malafaia e J. Candeias da Silva[5].

Per lo studio delle relazioni tra papato e regno di Portogallo nei secoli centrali del medioevo vanno segnalate le ricerche di M. J. Branco che ha

---

[4] COSTA, Avelino Jesus da, *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1959, p. 16-73; AMARAL, Luís Carlos, *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*, Tesi di dottorato inedita, dir. José Ángel García de Cortázar (Universidad de Cantabria) e Humberto Baquero Moreno (Universidade do Porto), Porto, 2007, p. 105-304. MATTOSO, José, «A nobreza medieval portuguesa (Séculos XI a XIV)», in *La nobleza peninsular en la Edad Media*, AA. VV. (ed.), Ávila, Fundación Sánchez-Albornoz, 1999, p. 9-32; FERREIRA, Maria do Rosário, «Afonso Henriques: do valor fundacional da desobediência», in *Cahiers d'études hispaniques médiévales*, 34 (2011), Lyon, p. 55-70; CALDERÓN MEDINA, Inés, e FERREIRA, João Paulo Martins, «Beyond the Border The Aristocratic mobility between the kingdoms of Portugal and León (1157-1230)», in *E-Journal of Portuguese History*, 12/1, (2014), Porto, p. 2-48; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, «Political origins of Portugal. From County to Kingdom (1096-1143/1157)», in SABATÉ, Flocel, e FONSECA, Luís Adão da (ed.), *Catalonia and Portugal. The Iberian Peninsula from the Periphery*, Bern, Peter Lang, 2015, p. 165-203.

[5] CRUZ, António, «A situação política em Portugal em 1179»; BRASÃO, Eduardo, «O papado e Portugal desde a Conferência de Zamora (1143) até a bula de Alexandre III "Manifestis Probatum" (1179)»; SOARES, Luís Ribeiro, «A bula "Manifestis Probatum" e a legitimidade portuguesa», tutti in *8.º Centenário do reconhecimento de Portugal pela Santa Sé*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1979, rispettivamente alle p. 25-81, 83-113 e 143-191. MARQUES, José, «Igreja e poder régio, em contextos de mudança: séculos XII-XIII»; MARQUES, Maria Alegria Fernandes, «A Bula *Manifestis Probatum*. Ecos, Textos e contextos»; BRANCO, «Os homens do rei»; MALAFAIA, Eurico, *As bulas Manifestis Probatum nos três primeiros reinados*; SILVA, Joaquim Candeias da, «1179 – O ano da Bula», tutti in, *Poder Espiritual/Poder Temporal. As Relações igreja-estado no tempo da monarquia (1179-1909)*, rispettivamente alle p. 48-85, 87-123, 125-171, 173-189 e 243-261.

ricostruito dettagliatamente sia il ruolo del Portogallo all'interno del regno di León, sia l'apporto fondamentale delle relazioni con Roma nell'affermazione di Afonso Henriques. Un tema, quest'ultimo, affrontato anche da J. Mattoso nella sua biografia sul primo re del Portogallo e da J. M. Soto Rábanos nel suo studio sulla rete politica ed ecclesiastica che portò al riconoscimento di Afonso Henriques da parte di papa Alessandro III[6]. Nell'ultimo decennio, infine, la ricerca storiografica è tornata ad occuparsi dei rapporti tra Portogallo e Santa Sede sia negli studi dedicati alla narrativa epica portoghese e alla leggenda del "bispo negro" (tra i principali lavori vanno assolutamente menzionati quelli di L. Cintra, A. J. Saraiva, F. Alves Moreira, J. Mattoso e J. C. Miranda[7]), sia nelle biografie papali dedicate ad Innocenzo II e Alessandro III, che negli studi sulla *Reconquista* in Portogallo, di cui ottimi esempi sono le ricerche di J. Doran, A. J. Duggan, D. J. Smith e S. Lay[8]. In un quadro storiografico così ricco e di alta qualità

---

[6] BRANCO, Maria João, «Portugal no reino de León. Etapas de uma relação (866--1179)», in *El reino de Léon en la alta Edad Media*, vol. 4, AA. VV. (ed.), León, Centro de Estudios e Investigación de San Isidoro, 1993, p. 533-633, della stessa studiosa si veda anche la sua fondamentale tesi di dottorato BRANCO, Maria João, *Poder Real e Eclesiásticos. A evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*, Tesi di dottorato inedita, dir. Maria José Ferro Tavares (Universidade Aberta), vol. 1, Lisboa, 1999, p. 37-70; SOTO RÁBANOS, José María, «¿Se puede hablar de un entremado politico-religioso en el proceso de independencia de Portugal?», in *Hispania. Revista española de historia*, 67/227 (2008), Madrid, p. 798-826; MATTOSO, *Afonso Henriques*, p. 360-361.

[7] CINTRA, Luís F. Lindley, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 4.° vol., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1951-1961; SARAIVA, José António, *A épica medieval portuguesa*, Maia, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1991, in particolare p. 38-45; MOREIRA, Filipe Alves, *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas, 2008, p. 123-155; MATTOSO, José, «A primeira Crónica Portuguesa» e MIRANDA, José Carlos, «Na Génese da Primeira Crónica Portuguesa», entrambi in *Medievalista*, 5 (2009), Lisboa, http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA6/medievalista--mattoso.html [Consultato: 02/05/2017].

[8] SMITH, Damian J., «The men who would be kings: Innocent II and Spain», in DORAN, John (ed.), *Pope Innocent II (1130-43)*, London-New York, Routledge, 2016, in particolare p. 190-193; DUGGAN, Anne J., «Alexander ille meus: the papacy of Alexander III» e SMITH, Damian J., «Alexander III and Spain», entrambi in CLARKE, Peter D., e DUGGAN, Anne J., *Pope Alexander III (1159-81): The Art of Survival*, London/New York, Routledge, 2012, rispettivamente alle p. 13-49 e 203-241; SMITH, Damian J., «The Iberian Legations of Cardinal Hyacinth Bobone», in DORAN, John, and SMITH, Damian J., *Pope Celestine III (1191-1198): Diplomat and Pastor*, Farnham-Burlington, Routledge, 2008, p. 81-111 e LAY, Stephen, *The reconquest Kings of Portugal. Political and cultural Reorientation on the medieval Frontier*, New York, Palgrave Macmillan, 2009, p. 171-204.

cercherò di proporre alcune riflessioni su cinque temi legati al rapporto tra papato e Portogallo attraverso lo studio delle bolle e delle lettere papali: il problema del vassallaggio di Afonso Henriques al papa e il confronto con i normanni di Sicilia; il contesto e il momento in cui fu negoziata la bolla *Manifestis Probatum* del 23 maggio del 1179; il linguaggio della bolla di Alessandro III; una piccola nota su Braga e il censo; l'interpretazione di Innocenzo III del censo e della regalità portoghese rispetto a Roma.

II. Il vassallaggio di Afonso Henriques alla Sede Apostolica: una relazione a senso unico?

Il punto di partenza dell'analisi è il confronto tra la lettera di Afonso Henriques (13 dicembre 1143) e la risposta di Lucio II (1.° maggio 1144) per cercare di capire quale fosse il rapporto tra le due parti e come queste lo interpretassero:

> «Claves regni caelorum beato Petro a Domino nostro Jesu Christo concessa esse cognoscens, ipsum patronum et advocatum apud Deum omnipotentem habere disposui; ut et in vita presenti opem illius et consilium in meis opportunitatibus sentiam, et ad praemia felicitatis aeterne ipsius suffragantibus meritis valeam pervenire. Quocirca ego *Adefonsus Dei gratia Portugallensis Rex* per manum Domini G. Diaconi cardinalis apostolicae sedis Legati Domino et Patri meo *Papae Innocentio hominium feci*, et *terram quoque meam beato Petro et Sancta Romana Ecclesiam offero sub annuo censu quatuor unciarum auri*, ea videlicet conditione et tenore, ut omnes qui terram meam post decessum meum tenuerint, eundem censum annuatim beato Petro solvant, et ego, *tamquam proprium Miles beati Petri et Romani Pontificis, tam in me ipso quam in terra mea vel in iis etiam quae ad dignitatem et honorem meae terrae ac etiam defensione, et solatium apostolicae habeam, et nullam potestatem alicujus ecclesiastici secularisve dominii, nisis tantum apostolicae sedis vel a latere ipsius missi, unquam in terra mea recipiam*. Pacta oblationis et fortitudinis charta Idus Decembris era MCLXXX»[9].
>
> «Lucius episcopus servus servorum Dei, *dilecto filio in Christo A. illustri Portugalensi Duci* salutem et apostolicam benedictionem. Devotionem, *dilecte in Domino filii*, maxime congaudens, quod temetipsum de illis ovibus recognoscens quas Dominus noster Jesus Christus Petri custodiae commendavit, cum ad expugnatione, paganorum intentus, multique negotiis secularibus occupatus, Apostolo-

[9] AZEVEDO, Rui Pinto de, *Documentos medievais portugueses (1095-1185)*, vol. 1, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958, doc. n. 202.

rum limina visitare non posses, per manum dilecti filii G. Diaconi Cardinalis tunc in partibus illis apostolicae sedis Legati praedecessori nostro *felicis recordationis Papae Innocentio hominium laudabili devotione fecisti*, et terram tibi a Deo commissam beato Petro Apostolorum principi obtulisti, atque personam tuam et terram ipsam ipsius patrocinio humiliter commisisti, postmodum vero tam per litteras tuas quam per venerabiliem fratrem nostrum I. Bracarensem Archiepiscopum nobis etiam promisisti ut tam tu quam heredes tui de terra ipsa quatuor uncias auri annis singulis Romano Pontifici persolvatis. *Nos itaque, qui, licet, indigni, beati Petri loco residere conscipimur, tam te quam filios tuos et successores vestros intra heres ipsius Apostolorum principis ipso adjuvante suscipimus, ut in ejus benedictione et protectione tam animarum quam corpore maneatis, per quam ab hostium visibilium et invisibilium expugnatione defensi, ad coelestia regna pervenire largiente Domino valeatis*»[10].

La storiografia si è concentrata su due aspetti fondamentali: il mancato riconoscimento del titolo regale di Afonso Henriques da parte del papa e il rapporto di vassallaggio tra i due. Messe a confronto le due lettere mostrano due linguaggi molto differenti. Come ha segnalato A. Becker, la richiesta di Afonso Henriques sembra essere una perfetta domanda di vassallaggio: egli si presenta come re; presta omaggio al papa (*hominium*); fa oblazione del proprio regno a San Pietro e alla Chiesa romana e offre un censo annuale che anche i suoi successori dovranno pagare. Se si vede questa relazione solo dal lato portoghese si potrebbe cadere nella tentazione di vedere un rapporto vassallatico nel vero e proprio senso feudale del termine[11]. L'analisi storiografica ha spesso insistito su questo punto, ad esempio anche nel recente studio di J. L. Martín Martín, perchè se Afonso Henriques fosse stato vassallo del papa si sarebbe sciolto il vincolo feudale con Alfonso VII di León-Castiglia contratto dopo il Trattato di Zamora dell'ottobre del 1143 e l'indipendenza del Portogallo sarebbe stata piena e definitiva[12]. Ora, ci sono due punti importanti da tenere in considerazione. Il primo consiste nel

---

[10] JL 6057 (Laterano Maggio 1 1144)= MANSI XXI, ep. XI, coll. 616.

[11] A. BECKER, «Politique féodale de la papauté à l'égard des rois et des princes (XI^{e}-XII^{e} siècles)», in *Chiesa e mondo feudale*, p. 434-435.

[12] MARTÍN MARTÍN, José Luís, «Espacios eclesiásticos y construcción de fronteras en la Península Ibérica, siglos XI-XII», in *Roma y Península Ibérica*, p. 116. Per il quadro generale del trattato di Zamora si veda ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel, «Nacimiento de Portugal en el ámbito del imperio Hispánico», in *A política portuguesa*, p. 183-199. Per il rapporto tra Afonso Henriques e Alfonso VII si veda anche MATTOSO, *Afonso Henriques*, p. 137 e sgs.

fatto che esistevano fedeltà multiple nei secoli alto e pieno medievali e di conseguenza il vincolo tra il vassallo e il suo signore non era necessariamente esclusivo. Una dinamica che poteva essere particolarmente accentuata quando vi erano grandi distanze tra Roma e chi richiedeva la protezione, un elemento che spesso rendeva i rapporti molto meno definiti tra le due parti. Il secondo punto è il fatto che nel linguaggio dei papi la parola *feudo* appare solo in casi molto specifici e come ha segnalato S. Carocci anche durante il pontificato di Innocenzo III: «*La vassallità papale in senso stretto, quella cioè costituita da esponenti delle élites aristocratiche legati al pontefice non solo da rapporti personali di vassallaggio ma anche dalla concessione di beni e diritti in feudo, rimase così molto circoscritta*»[13]. Il linguaggio papale risulta molto difficile da interpretare perchè anche in presenza di termini che potrebbero richiamare un rapporto vassallatico-beneficiario o feudale in senso più stretto (*hominium*, *homagium*, *fidelis*, *miles beati Petri*) non necessariamente era questa l'interpretazione che ne dava il papa[14]. A. Becker ha insistito molto sul fatto che se da un lato il papato tentò di costruire legami vassallatici con i regni o i principati europei nei secoli XI e XII – per lo studioso Gregorio VII fu uno dei papi che si impegnarono maggiormente su questo fronte – dall'altro questa fu una politica discontinua e per niente organica e che va di conseguenza studiata caso per caso, pontificato per pontificato evitando eccessive generalizzazioni o modellizzazioni[15]. Ad esempio nel caso del linguaggio di Innocenzo III bisogna stare attenti ai destinatari della sua comunicazione, perchè una cosa poteva essere il rapporto con un re e con l'imperatore e un altro quello con le aristocrazie o i comuni dell'Italia centrale *oggetto* delle *recuperationes* innocenziane nel XIII secolo[16]. Quest'ultima osservazione è tanto più importante nella misura in cui questo linguaggio feudale non compare nei documenti papali riferiti al Portogallo. Nei documenti pontifici

---

[13] CAROCCI, Sandro, *Vassalli del papa. Potere pontificio, aristocrazie e città nello Stato della Chiesa (XII-XV sec.)*, Roma, Viella, 2010, p. 94. Cf. inoltre BECKER, *La politique*, p. 424-426 e 429. Per le fedeltà multiple si vedano gli studi di HOLTZMANN, Walther, «Su i rapporti tra normanni e papato», in *Archivio storico pugliese*, XI (1958), Bari, p. 20-25; BISSON, Thomas, «The problem of Feudal monarchy: Aragon, Catalonia and France», in *Speculum*, 53 (1978), Cambridge (MA), p. 460-478 e PATLAGEAN, Évelyne, *Un medioevo greco. Bisanzio tra IX e XV secolo*, trad. Vito Carrassi, pref. Luciano CANFORA, Bari, Dedalo, 2009, p. 61 e relative note per una biobliografia aggiornata sul tema delle fedeltà multiple nel medioevo.

[14] *Ibid.*

[15] BECKER, «Politique», p. 418 e sgs.

[16] MACCARRONE, Michele, *Studi su Innocenzo III*, Padova, Antenore, 1972, p. 3-217 e in particolare 32 e 63.

di *protectio apostolica* indirizzati ad Afonso Henriques, Sancho I e Afonso II fino al pontificato di Innocenzo III, la parola *hominium* ricorre solo una volta nella lettera di Lucio II ed è riferita al giuramento fatto da Afonso Henriques a Innocenzo II per mano del cardinal-legato Guido da Vico (†1150) e con la conferma dell'arcivescovo di Braga João Peculiar[17]. Dell'omaggio fatto ad Innocenzo II nella persona del cardinal Guido non si ha più traccia nella memoria papale dopo il 1144 – si pensi anche solo alla bolla di Clemente III del 1190 – e nel 1198 in una lettera di Innocenzo III a Sancho I, di Lucio II si ricorda soltanto la promessa del censo:

> *«Serenitatem regiam volumus non latere nos in regestis bone memoriae Lucii Secundi Romani pontificis reperisse quod recolende memorie A(lfonsus) pater tuus quatuor auri ucias annuatim Romane Ecclesie* [...] *ad quorum solutionem se et heredes suos in posterum obligavit»*[18].

Papa Lucio II inoltre non chiamò Afonso Henriques *miles beati Petri*, ma soltanto *Dei dilecto filio in Christo* e *dilecte in Domino filii*. Afonso Henriques non sarà chiamato *miles beati Petri* nemmeno da Alessandro III nella bolla *Manifestis Probatum* del 23 maggio del 1179 (*Charissimo in Christo filio*, *Filii charissime*) e la stessa cosa accadrà con Sancho I che nelle lettere e nei privilegi di Innocenzo III viene chiamato *karissimo in Christo filio* o *illustri regi* – così come il figlio, Alfonso II, appare come *illustri regi Portugalie* nella documentazione innocenziana – o anche solamente *Regi Portugalie*[19]. Soltanto in un caso Innocenzo III sembra spingersi oltre definendo Sancho I e suo padre Afonso Henriques come *Beati*

---

[17] JL 6057 (Laterano Maggio 1 1144) = MANSI XXI, ep. XI, coll. 616; JL 8725 (Laterano Maggio 23 1179) = PL CC, Alexandri III papae ep. MCDXXIV, cols. 1237-1238; MARQUES, *A bula*, doc. n. 2 (1190); PO 447 (Laterano Dicembre 2 1198) = BPI, n. 32, p. 42; e PO 4432 (Laterano Aprile 16 1211) = BPI, n. 176, p. 325.

[18] PO 104 (Basilica di San Pietro Aprile 24 1198) = BPI, n. 3, p. 5 e MARQUES, *A bula*, doc. n. 2. Si veda inoltre WIEDEMANN, Benedict G. E., «The kingdom of Portugal, homage and papal "fiefdom" in the second half of the twelfth Century», in *Journal of Medieval History*, 41/4 (2015), Abingdon, p. 436-437.

[19] JL 8725 (Laterano Maggio 23 1179) = PL CC, Alexandri III papae ep. MCDXXIV, cols. 1237-1238; MARQUES, *A bula*, doc. n. 2; PO 104 (Basilica di San Pietro Aprile 24 1198) = BPI, n. 3, p. 5; PO 263 (Basilica di San Pietro Giugno 6 1198) = BPI 21, p. 23; PO 447 (Laterano Dicembre 2 1198) = BPI, n. 32, p. 42; PO 465 (Laterano Dicembre 9 1198) = BPI, n. 33, p. 43; PO 467 (Laterano Dicembre 9 1198) = BPI, n. 34, p. 44; PO 4187 (Laterano Febbraio 23 1211) = BPI, n. 154, p. 295; PO 4253 (Laterano Maggio 26 1211) = BPI, n. 157, p. 301-302; PO 4255 (Laterano Maggio 27 1211) = BPI, n. 158, p. 303; PO 4432 (Laterano Aprile 16 1212) = BPI, n. 176, p. 325. Si veda anche PP, I, doc. n. 75.

Petri filios speciales in una lettera del 26 maggio del 1211[20]. Usata oltre un secolo prima per Matilde di Canossa[21], questa espressione potrebbe far pensare a un rapporto di maggiore prossimità (per quanto poco definita) pronunciata dopo la risoluzione del lungo conflitto tra il re e il vescovo di Coimbra, ma come vedremo sempre in una chiave di protezione apostolica e non di vassallaggio[22]. Nelle fonti, quindi, è solo Afonso Henriques che si definisce come *miles beati Petri et Romani Pontificis*[23]. Inoltre non vi è nessun cenno al fatto che Afonso Henriques abbia una relazione *nullo mediante* con Roma o che sia stato investito dal papa del suo territorio: dopo aver ricordato l'omaggio e l'oblazione del suo regno, Papa Lucio II si limitò a prendere la sua persona e la sua anima e quelle dei suoi successori sotto la protezione di San Pietro, ma non sembra istituire né un patto bilaterale né un rapporto di vassallaggio con il *dux Portugallensis*[24].

In diversi studi è stato richiamato l'esempio e il confronto tra il Portogallo e i Normanni dell'Italia meridionale in quanto i due regni nacquero all'incirca negli stessi anni e per il fatto che sia Ruggero II d'Altavilla che Afonso Henriques non fossero figli di re pur essendo entrambi figli di due madri che si intitolavano, per ragioni diverse, regine[25]. Il paragone è molto affascinante, ma va preso con estrema cautela non solo per il fatto, decisivo, della vicinanza geografica tra Roma e il regno di Sicilia, ma anche perchè il rapporto tra i normanni e il papato aveva una storia molto diversa che affondava le sue radici nell'XI secolo almeno dalla battaglia di Civitate (1053) al termine della quale dopo la vittoria, Roberto il *Guiscardo* si dichiarò vassallo del papa[26]. Basti pensare al fatto che nelle stesse fonti

---

[20] PO 4253 (Laterano Maggio 26 1211) = BPI, n. 157, p. 301-302.

[21] CANTARELLA, Glauco Maria, *Il sole e la luna. La rivoluzione di Gregorio VII 1073--1085*, Roma-Bari, Laterza, 2005, p. 237.

[22] PO 4253 (Laterano Maggio 26 1211) = BPI, n. 157, p. 301-302. WIEDEMANN, «The kingdom of Portugal», p. 437.

[23] AZEVEDO, *Documentos medievai*, vol 1, doc. n. 202.

[24] JL 6057 (Laterano Maggio 1 1144) = MANSI XXI, ep. XI, coll. 616. Su questo punto si veda l'analisi di SMITH, *The men who would be kings*, p. 193. Rinvio inoltre a MARQUES, Maria Alegria Fernandes, e SOALHEIRO, João, *A corte dos primeiros reis de Portugal. Afonso Henriques, Sancho I, Afonso II*, Gijón, Ed. Trea, 2008, p. 41-42.

[25] ELZE, Reinhard, *Ruggero II e i papi del suo tempo*, in *Società, potere e popolo nell'età di Ruggero II*, AA. VV. (ed.), Bari, Dedalo, 1979, p. 29. Su Adelaide del Vasto madre di Ruggero II, cf. HOUBEN, Houbert, *Roger II of Sicily: A Ruler Between East and West*, trad. Graham Loud e Diane Milburn, Cambridge, Cambridge University Press, 2002, p. 24-29; 220. Per Teresa Alfonso, AMARAL, Luís Carlos, e BARROCA, Mário Jorge, *A Condessa-Rainha: D. Teresa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, p. 222-249.

[26] HOUBEN, *Roger II of Sicily*, p. 10-11.

papali Roberto il *Guiscardo* (†1085) si è chiamato e ricordato come *miles beati Petri* nel XII secolo a differenza di Afonso Henriques[27]. Come ha sottolineato G. Andenna più recentemente, nelle fonti pontificie si può osservare come l'investitura dei territori dell'Italia meridionale fosse stata rinnovata dai vescovi di Roma ai normanni più volte nel corso dell'XI e del XII secolo[28], senza contare il fatto che tra papato e normanni c'erano stati dei veri e propri trattati con clausole che regolavano in termini precisi i rapporti tra le due parti come nel trattato di Benevento del 1156[29]. Proprio a proposito di questo accordo G. M. Cantarella ha osservato che: «*La legittimità del re e dei suoi eredi, dunque dell'esistenza stessa del Regnum, è garantita nel quadro della fedeltà alla Chiesa di Roma*»[30]. Un quadro di fedeltà espresso chiaramente nel linguaggio del trattato di Benevento che contiene espressioni come *ligium homagium* e riferimenti ai giuramenti di fedeltà prestati dai normanni e accettati dalla Chiesa di Roma[31]. A mio avviso, la ricerca della relazione con Roma in questa fase è *a senso unico*: è Afonso Henriques che spinge per cercare una maggiore vicinanza con il papa, che dall'altra parte rimaneva su una posizione più prudente. Come già sostenuto dallo stesso C. Erdmann, da I. S. Robinson e da A. Becker il re di Portogallo non sembra essere mai stato considerato come vassallo dal papa. Afonso Henriques ottenne soltanto la protezione di San Pietro per la sua persona in cambio del pagamento del censo alla Sede Apostolica[32].

La risposta di Lucio II era così negativa per Afonso Henriques? Certo,

---

[27] «Fidelis miles B. Petri Robertus Guiscardus», cf. JL 5734 (Mignano Luglio 27 1139) = PL CLXXIX, Innocentii II papae ep. CDXVI, col. 478.

[28] ANDENNA, Giancarlo, «Dalla legittimazione alla sacralizzazione dell conquista (1042-1140)», in *I caratteri originari della conquista normanna: diversità e identità nel Mezzogiorno (1030-1130)*, Raffaele LICINIO e Francesco VIOLANTE (ed.), Bari, Dedalo, 2006, p. 390-399.

[29] Per il Trattato di Benevento del 1156 si veda WEILAND, Ludwig (ed.), *Pactum Beneventanum*, in MGH, *Constitutiones*, vol. 1 (911-1197), Hannover, Hahnsche Buchhandlung, 1898, p. 588-591 *Sancte Romane ecclesie fidelitatem iuravimus et vobis ligium hominium fecimus, sicut continetur in duobus similibus capitularibus, quorum alterum penes vestram maiestatem sigillo nostro aureo, alterum vero sigillo vestro signatum penes nos habetur.*

[30] CANTARELLA, Glauco Maria, «I normanni e la Chiesa di Roma. Aspetti e momenti», in AA. VV. (ed.), *Chiese Locali e Chiese regionali nell'Alto Medioevo*, Spoleto, CISAM, 2014, p. 400.

[31] *Pactum Beneventanum*, p. 590.

[32] ERDMANN, *O papado*, p. 49; BECKER, «Politique féodale», p. 434-435; ROBINSON, Ian Stuart, «The institutions of the church 1073-1216», in LUSCOMBE, David, e RILEY-SMITH, Jonathan (ed.), *The New Cambridge Medieval History*, vol. 4, t. 1 (c.1024-c.1198), Cambridge University Press, Cambridge, 2004, p. 402-403.

non doveva essere quello che Afonso si aspettava, visto che nei suoi documenti si definiva *rex* almeno dal 1140. Enrico di Borgogna fu quasi sempre chiamato *comes* nelle fonti fino al 1112[33], mentre Afonso Henriques prima di assumere definitivamente il titolo di re si presentava spesso, rivendicando così la sua discendenza reale, come «*infans dominus Adefonsus bone memoriae magni adefonsi imperatoris yspanie nepos comitis henrici et tarasie regine filius atque per dei clementia portugalensium princeps* [20 luglio 1130]; *Ego Alfonsus portugalensium princeps comiti Henrici et regine Tarasie filius magni quoque regis Alfonsi nepos* [15 maggio 1135] oppure Infans *dominus Alfonsus princeps portugalensis* [25 marzo 1136]»[34]. Secondo lo Elze la concessione del titolo di *dux* era già una *promozione* rispetto al livello del padre per Afonso Henriques e un primo passo verso il suo pieno riconoscimento come re da parte del papato[35]. Ora, è difficile stabilire se vi fosse una strategia ben definita di Lucio II e dei papi successivi nel non riconoscere subito Afonso Henriques. Una delle spiegazioni più accreditate per questo mancato riconoscimento è quella, sulla base degli studi di C. Erdmann, secondo la quale il papa non volesse compromettere i rapporti con Alfonso VII di León-Castiglia, mentre J. Mattoso ha avanzato l'ipotesi che la Curia romana potesse avere dei problemi nel riconoscere la canonicità della regalità di Afonso Henriques[36]. Come che sia, un primo contatto c'era stato e quindi quali potevano essere le sue conseguenze? Le proteste da parte del re Alfonso VII di León--Castiglia effettivamente ci furono, ma arrivarono quattro anni dopo l'omaggio di Afonso Henriques al papa e tre dopo la risposta di Lucio II. In una lettera di Papa Eugenio III ad Alfonso VII si può trovare un preciso riscontro di queste rimostranze:

---

[33] AZEVEDO, *Documentos medievais*, vol. 1, ad esempio i docs. n. 5, 6, 13, 16, 17, 18, 21, 24 e 27. Si vedano inoltre FRIED, Johannes, *Der päpstlicher Schutz für Laienfürsten: die politische Geschichte des päpstlichen Schutzprivilegs für Laien (11.–13. Jahrhundert)*, Heidelberg, Winter, 1980, p. 140-142 e WIEDEMANN, «The kingdom of Portugal», p. 432-445. Per il titolo reale di Afonso Henriques – che solo una volta è chiamato *dux Portugalensis* nella documentazione nel 1130 – si veda GUERREIRO, Maria João Peste Santos, *Por Graça de Deus, Rei dos Portugueses. As intitulações régias de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I*, Tesi di Mestrado inedita, dir. Maria João Branco, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, p. 77--82 e 78 in particolare e AZEVEDO, Documentos medievais, vol. 1, doc. 112.

[34] SMITH, The men who would be kings, p. 193. REUTER, Abiah Elisabeth, *Chancelarias Medievais Portuguesas*, vol. 1, Coimbra, Coimbra Editora, 1938, docs. n. 28, 66 e 70.

[35] ELZE, «Ruggero II e i papi», p. 30.

[36] ERDMANN, *O papado*, p. 58; 60-61; 64 e MATTOSO, *Afonso Henriques*, p. 210.

> *«Dignum est igitur de caetero, ut a quaerimonia tua desistas: in eo videlicet quod a Potugalensium duce nos aliquid recepisse vel ei etiam concessisse, quorum nescimus persuasionibus opinatus es und jura regni tui debeant imminui, vel auferri, vel perpetuo injuria irrogari* [...] *Praeterea, ut Bracharensis episcopus et ejus suffraganei, Toletano archiepiscopo tanquam suo primati obediant* [...] *qui nimirum pro eo quod enim Toletano in hoc non obsequitur suspensionis tenetur sententia innodatus»*[37].

Dalla lettera di Eugenio III si può intuire come presso il re di León--Castiglia sembra stesse circolando la voce insistente che il papa avesse fatto grandi concessioni ad Afonso Henriques, una convinzione ancora presente nella memoria toledana del XIII secolo, come suggerisce questo passaggio del *De rebus Hispaniae* dell'arcivescovo di Toledo Rodrigo Jimenéz de Rada:

> *«Hic primus in Portugallia sibi imposuit nomen regis, cum pater eius Comes sibi Dux antea dicitur et ab Eugenio papa tertio cui regnum suum constituit censuale multa privilegia ed indulgentiam impetravit»*[38].

Il papa rispondendo ad Alfonso VII di León-Castiglia afferma di non aver concesso nulla ad Afonso Henriques e per di più, come ha osservato P. Feige, ribadì, come farà anche in una lettera indirizzata all'arcivescovo di Braga e in una successiva a quello di Tarragona, che la primazia e l'obbedienza all'arcivescovo di Toledo sono tutelate dal pontefice e tutti i vescovi dell'*Hispania* sono tenute ad osservarle[39]. A differenza di quanto sostenuto dallo Erdmann, nella sua risposta papa Eugenio III sembra dividere molto precisamente le questioni e le proteste di Alfonso VII di León-Castiglia contro Afonso Henriques non sembrano collegate al problema della primazia toledana. Il conflitto causato dal mancato rispetto della primazia di Toledo da parte di João Peculiar di Braga è trattato separatamente e ripreso di nuovo in un'altra lettera di Eugenio III a re Alfonso VII (29 dicembre 1149) nella quale Afonso Henriques non viene neanche

---

[37] JL 6430 (Langres Aprile 27 1148) = MANSI XXI, ep. LXXIV, cols. 672-673.

[38] FERNÁNDEZ, Juan Valverde (ed.), Roderici Ximenii de Rada, *Historia de rebus Hispanie sive Historia gotica*, Turnhout, Brepols, CC, 1987, l. VII, cap. VI.

[39] JL 6504 (Laterano 29 Dicembre 1149) = MANSI XXI, ep. LXXVI, coll. 674 e JL (Ferentino Maggio 13 1151) = MANSI XXI, ep. LXXXII, coll. 677. FEIGE, Peter, «La primacía de Toledo y la libertad de las demás metrópolis de España: el ejemplo de Braga», in Aa. Vv. (ed.), *La introducción del Cister en España y Portugal*, Burgos, La Olmeda, 1991, p. 93-98.

menzionato[40]; il papa non stava dunque favorendo Afonso Henriques, non stava sminuendo i diritti del regno di León-Castiglia e Afonso Henriques per Roma era solo un *dux*. Così, infatti, continueranno a chiamarlo tutti i pontefici romani fino al 1179. Afonso è definito *Portugalensium dux* da papa Eugenio III nel 1148 in un privilegio alla chiesa di Braga; *illustris dux Portugalensis* dal cardinal legato di Santa Maria in Cosmedin Giacinto nel 1154 in un privilegio al monastero di Santa Cruz di Coimbra; lo stesso anno papa Anastasio IV si riferisce alla *terra portugalensium ducis* in un privilegio indirizzato a Santiago de Compostela. Afonso è chiamato come *Portugalensium dux* e *Portugallen(sium) duce* in due lettere di papa Adriano IV nel 1157 e nel 1159 indirizzate rispettivamente all'arcivescovo di Braga e al maestro dei Templari affinchè giungesse ad un accordo con il vescovo di Lisbona Gilberto, mentre è chiamato *Alfonsus Portugalensis dux* in un privilegio di Alessandro III del 1164 indirizzato al monastero cistercense di Alcobaça[41].

Di quali concessioni poteva lamentarsi allora Alfonso VII di León-Castiglia? Secondo L. Ribeiro Soares alla base delle proteste del re *castellano-leonés* c'era la concessione dello *status* di Crociata ad Afonso Henriques da parte di Eugenio III per la conquista di Lisbona, una concessione per la quale si era perfino mosso Bernardo di Clairvaux, che in una lettera (sulla cui autenticità ci sono alcuni dubbi) si rivolse ad Afonso Henriques chiamandolo *rex Portugallorum*[42]. Secondo lo studioso questa concessione avrebbe segnato definitivamente l'autonomia da parte del Portogallo con l'appoggio della Sede Apostolica: Afonso Henriques era trattato *de facto* come un re e il fatto che il papa avesse concesso la stessa

---

[40] ERDMANN, *O papado*, p. 51-52 e per le lettere di Eugenio III a Alfonso VII cf. JL 6430 (Langres Aprile 27 1148) = MANSI XXI, ep. LXXIV, cols. 672-673; JL 6505 = (Laterano Dicembre 29 1149) = MANSI XXI, ep. LXXV, col. 673.

[41] PIP, docs. n. 47, 54, 57, 59 e 66. FITA, Fidel, «Primera legación del cardenal Jacinto en España. Bulas inéditas de Anastasio IV. Nuevas luces sobre el concilio nacional de Valladolid (1155) y otros datos inéditos», in *Boletín de la Real Academia de la Historia*, t. 14 (1889), Madrid, doc. n. 3.

[42] Ferruccio GASTALDELLI (ed.), *San Bernardo. Lettere II (211-458)*, vol. 2, Milano, Scriptorium Claravallense, 1987, Let. n. 308, p. 307-308. Sul ruolo di Bernardo nella Crociata si vedano almeno i lavori di ROWE, John, «The origins of the Second Crusade: Pope Eugenius III, Bernard of Clairvaux and Louis VII of France», in GERVERS, Michael (ed.), *The Second Crusade and the Cistercians*, London, Palgrave Macmillan, 1992, p. 79-90 e MESCHINI, Marco, *San Bernardo e La Seconda Crociata*, Milano, Ugo Mursia Editore, 1998, p. 165 e sgs. Per una panoramica generale sul concetto di Crociata nella penisola iberica rinviamo al saggio di AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, «Definición de cruzada: estado de la cuestión», in *Clío & Crímen. Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango*, 6 (2009), Durango, p. 216-242.

cosa l'anno prima per la spedizione di Almeria, mostrava come Alfonso VII e Afonso Henriques fossero trattati in egual maniera[43]. L'interpretazione del Ribero Soares è interessante, anche se il quadro degli anni 1147-1148 sembra essere molto più complesso. Eugenio III l'11 aprile del 1147 nella bolla *Divina dispensatione* prendeva a modello le spedizioni contro i musulmani del *Rex Hispaniarum* (con ogni probabilità Alfonso VII) per i cristiani che si accingevano a combattere gli slavi pagani, come aveva già opportunamente osservato S. Barton, ma non si trattava di un riferimento specifico per Afonso Henriques, né tantomeno l'estensione dello *status* di Crociata in suo favore[44]. Inoltre, come ha mostrato J. Wilson l'idea di *Crociata* non sembra essere propriamente la categoria con la quale la fonte principale sulla conquista di Lisbona, il *de Expugnatione Lyxboniensi*, interpreta gli avvenimenti del 1147, né l'orrizonte culturale e ideologico con il quale i portoghesi vedevano la conquista della città e il rapporto con i musulmani da convertire[45]. Bisogna tenere in conto inoltre anche il complesso rapporto di Bernardo con Eugenio III, presso il quale l'abate di Clairvaux ebbe poco credito politico a differenza di quanto si è sostenuto tradizionalmente, oltre alla politica monastica del tutto autonoma rispetto a Roma e addirittura al suo stesso Ordine che Bernardo stava conducendo nella penisola iberica[46].

Un secondo e possibile elemento di conflitto poteva consistere nel fatto che Afonso Henriques e l'arcivescovo di Braga João Peculiar subito dopo la conquista di Lisbona promossero come vescovo l'inglese Gilberto di Hastings il quale giurò fedeltà a Braga, quando avrebbe dovuto essere

---

[43] SOARES, «A legitimidade», p. 178-179.

[44] JL 6297 (Troyes Aprile 11 1147) =PL CLXXX, Eugenii papae ep. CLXVI, cols. 1203-1204. BARTON, Simon, «A Forgotten Crusade: Alfonso VII of León-Castile and the Campaign for Jaén (1148)», in *Historical Research*, 73/182 (2000), Oxford, in particolare p. 313-314.

[45] WILSON, Jonathan, «The Enigma of the De Expugnatione Lyxbonensi», in *Journal of Medieval Iberian Studies*, Abingdon, 9/1 (2017), p. 100-102; 114.

[46] Si veda il mio «Da Clairvaux alla Galizia. I cisterciensi nel nord della Spagna tra XII e XIII secolo», in *Quaderni del M.AE.S.*, XIV (2011), Bologna, p. 135-165. Bernardo non viaggiò mai in Spagna, cf. *Sancti Bernardi abbatis Claraevallensis vita et res gestae libris septem comprehensae*, in PL, vol. CLXXXV, L. IV, col. 341. Approfitto di questo spazio per rettificare quanto contenuto nel mio *I monaci bianchi in Galizia. Le reti cistercensi (1142-1250)*, Trieste, CERM, 2014, p. 50 in quanto per una svista ho scritto che l'autore del libro in questione della *Vita* di San Bernardo fosse Guglielmo di Saint-Thierry anzichè il monaco Goffredo: mi scuso per l'errore. Per l'itinerario di San Bernardo si veda MERTON, Thomas, *Bernard de Clairvaux*, Paris, Éd. Alsatia, 1953, p. 567-617. Per i delicati rapporti tra San Bernardo e la Santa Sede si rinvio al saggio di AMBROSIONI, Annamaria, «San Bernardo il papato e l'Italia», in Pietro ZERBI (ed.), *San Bernardo e l'Italia*, Milano, Scriptorium Claravallense. Vita e Pensiero, 1993, in particolare p. 27-28 e la n. 9 per la bibliografia.

invece un suffraganeo di Compostela in quanto Lisbona faceva parte dell'antica provincia ecclesiastica di Mérida[47]. Il continuo sviluppo della *Reconquista* rendeva la situazione politica ed ecclesiastica continuamente mutevole ed imprevedibile generando conflitti per i confini della province ecclesiastiche spesso irrisolvibili *de facto*[48]. Una mossa come quella dell'elezione del vescovo di Lisbona avrebbe potuto suscitare le ire del re di León-Castiglia, ma più in generale doveva essere l'atteggiamento di Afonso Henriques a preoccupare Alfonso VII.

A queste due ipotesi mi permetto di aggiungere un ulteriore elemento di riflessione. Indipendentemente da cosa avesse concesso il papa e sospettasse Alfonso VII, Afonso Henriques si comportava autonomamente *con* o *senza* l'appoggio della Sede Apostolica[49]. L'impressione è che Alfonso presti omaggio al papa per avere una legittimazione o una protezione in più per il suo regno, ma la sua politica era svolta in completa autonomia anche da Roma della quale a mio avviso nella storiografia si è spesso sopravvalutata la capacità d'intervento nelle questioni portoghesi per via di una lettura troppo letterale del linguaggio papale, che non bisogna mai dimenticarlo spesso rifletteva le velleità del papato più che le sue capacità concrete di azione. Afonso Henriques aveva fatto omaggio al papa e si era dichiarato *miles beati Petri* e questo per lui probabilmente era sufficiente in quella fase anche se da Roma la risposta era stata meno positiva. Bisogna valutare, inoltre, in cosa potesse consistere la protezione di San Pietro – un valore principalmente spirituale secondo D. J. Smith – per non correre il rischio di sovrastimarla. La vicenda di Afonso Henriques assomiglia, più che a quella del regno di Sicilia, a quella del conte di Melgueil, o di Guido di Imola o al caso del *Castrum Scauria* (Lescure, diocesi di Albi) tra XI e XII secolo: mettersi sotto la *protectio* di San Pietro voleva dire avere una protezione prestigiosa, ma che al tempo stesso lasciava molta libertà a chi la contraeva nella misura in cui il papa difficilmente sarebbe potuto intervenire efficacemente (con le armi ad esempio) negli affari interni di chi si metteva sotto la sua tutela[50].

---

[47] BRANCO, Maria João, «Reis, Bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração», in *Lusitania Sacra*, 2.ª serie, 10 (1998), Lisboa, p. 55-94.

[48] Per i conflitti tra Braga e Compostela ancora vivi nel XIV secolo cf. MANSILLA REOYO, Demetrio, «Orígenes de la organización metropolitana en la iglesia española», in *Hispania Sacra*, 12 (1959), Madrid, p. 275-281.

[49] Si vedano su questo punto le considerazioni di MARQUES, Maria Alegria Fernandes, «Mafalda de Mouriana e Sabóia (1130/1133-1158), primeira rainha de Portugal», in LOPES, Maria Antónia, RAVIOLA, Blythe Alice (ed.), *Portugal e Piemonte. A casa real portuguesa e os Sabóia*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 17.

[50] SMITH, *The men who would be kings*, p. 193; CANTARELLA, *Il sole e la Luna*, p. 100; *IDEM*, *I monaci di Cluny*, Torino, Einaudi, 1993, p. 230-231; *IDEM*, *Pasquale II e il*

Alfonso VII poteva avere buone ragioni per preoccuparsi vista l'espansione del regno di Portogallo e per questo cercò di protestare a Roma che così veniva sempre più coinvolta nelle vicende iberiche nelle quali fino a pochi decenni prima era quasi assente. Afonso Henriques pretendeva di legittimare la sua politica con l'essere vassallo del papa? In questo caso era solo lui a farlo perchè a Roma i termini della questione erano molto differenti. Se si esamina nel dettaglio la risposta di Lucio II si può vedere come il papa non conceda neanche i territori che eventualmente Afonso Henriques avrebbe potuto conquistare ai musulmani come invece farà Alessandro III nel 1179[51]. Per Eugenio III il comportamento della Sede Apostolica era ineccepibile e Alfonso VII di León-Castiglia doveva smetterla con le sue rimostranze. L'ambiguità diplomatica di Roma e l'atteggiamento accorto di Lucio II avevano lasciato ampi margini di manovra politica ad Eugenio III che poteva così disporre di un primo contatto con il nascente regno di Portogallo (il cui re sarebbe potuto tornare a Roma a chiedere conferme) e al tempo stesso non comprometteva gravemente i rapporti con Alfonso VII di León-Castiglia. Non era tanto una questione giuridica di diritto feudale o canonica, ma *politica*.

E tale ambiguità non deve sorprendere. Il papato era perfettamente cosciente di muoversi all'interno di uno spazio, quello iberico, frammentato in più regni[52] (se non altro per averne preso uno sotto la protezione di San Pietro alla fine dell'XI secolo: il regno d'Aragona), con due geografie, una politica e una ecclesiastica, ben distinte tra loro e spesso non sovrapponibili[53] e ben più ampio rispetto a quello geografico odierno. La strategia del papato doveva muoversi, infatti, tra *Hispania* e *Gallia*, in quanto l'area dell'attuale sud della Francia, o forse sarebbe meglio dire l'antica Settimania, era intimamente legata ai regni iberici da un punto di vista politico ed ecclesiastico come dimostrano le carriere di importanti aristocratici come Ponce de Minerva o Ponce de Cabrera; le connessioni tra Narbona, Tarragona, i conti di Barcellona e i re d'Aragona; la rete di contatti dell'abate di Cluny Ponce de Melgueil, la cui formazione avvenne nel monastero di Saint-Pons-de-Tomières esattamente come il re d'Aragona

---

suo tempo, Napoli, 1997, p. 25 e IDEM, «I due Sergi? Nota su papa Sergio IV», in corso di stampa. Ringrazio l'autore per aver potuto consultare il testo prima della sua pubblicazione. Si vedano inoltre FRIED, *Der päpstlicher Schutz*, p. 67-81 e WIEDEMANN, «The Kingdom of Portugal», p. 439-441.

[51] JL 6057 (Laterano Maggio 1 1144) = MANSI XXI, ep. XI, coll. 616.

[52] SMITH, *Alexander III and Spain*, p. 203 e sgs.

[53] FLETCHER, Richard A., *The Episcopate in the Kingdom of León in the Twelfth Century*, Oxford, Oxford University Press, 1978, p. 227-228. ERDMANN, *O Papado*, p. 77-78.

Ramiro II il "Monaco". Non bisogna mai dimenticare che i Pirenei *univano* e non dividevano i territori in questione: un'unità che cominciò lentamente a modificarsi soltanto nel XIII secolo[54]. Il linguaggio papale espresso nei privilegi a Toledo in quanto sede primaziale da questo punto di vista è esemplare. Un linguaggio elastico e spendibile in più contesti e indirizzato ai *poteri* di un territorio in cui il papato stava cercando di inserirsi approfittando, mediando o addirittura alimentando i conflitti interni per veder riconosciuto il proprio primato[55]. E le ambiguità erano reciproche perchè anche nella penisola iberica si cercava di affrontare con cautela le questioni romane, giocando anche su più fronti qualora fosse stato necessario: si pensi all'arcivescovo di Santiago de Compostela Diego Gelmírez in contatto sia con Anacleto II (1130-1138) che con Innocenzo II (1130-1143) o al tardivo riconoscimento di papa Alessandro III in alcune aree delle penisola iberica nel momento di massima tensione con l'imperatore Ferderico I Hohenstaufen e l'antipapa Vittore IV (1159-1164) sostenuto dallo stesso *Barbarossa*[56]. Re e vescovi dell'*Hispania* non erano stati sempre dal lato dell'ortodossia come scriveva C. Erdmann[57].

---

[54] BARTON, Simon, «Two catalan magnates in the courts of León-Castile: the careers of Ponce de Cabrera and Ponce de Minerva re-examined», in *Journal of Medieval History*, 18/3 (1992), Abingdon, p. 233-266; FEIGE, «La primacia de Toledo», p. 70--72; VONES-LIEBENSTEIN, Ursula, «Narbona Metropolis: Grenzen zwischen kirchlichen Interessen und weltlicher Herrschaftbildung», in HERBERS, Klaus, LÓPEZ ALSINA, Fernando e ENGEL, Frank, *Das begrenzte Papsttum: Spielräume päpstlichen Handelns. Legaten-delegierte Richte-Grenzen*, Berlin-Boston, De Gruyter, 2013, in particolare p. 162 e CANTARELLA, Glauco Maria, «"Come in uno specchio"? Di nuovo su Ponzio di Cluny (1109-1122/26)», in *Bisime*, 116 (2014), Roma, p. 61-92. SORANZO, Giovanni, «Gregorio VII e gli stati vassalli della Chiesa», in *Aevum*, 23-Fasc. 1/2 (1949), Milano, p. 134 e sgs. PASCUA, Esther Echegaray, «South of Pyrenees: kings, magnates and political bargaining in Twelfth-century Spain», in *Journal of Medieval History*, 27/2 (2001), Abingdon, p. 119.

[55] Un eccellente esempio potrebbe essere proprio lo stesso privilegio del 1088 con il quale Urbano II concedeva il titolo di primate dell'*Hispania* JL 4021 (Anagni Ottobre 15 1088) = PL CLI, Urbani II papae ep. V, cols. 288-289. Per il linguaggio papale si vedano FEIGE, *La primacia de Toledo*, p. 67-81; CANTARELLA, *Il sole e la luna*, p. 65-67 e VENEZIANI, Enrico, «Alla ricerca dell'ecclesiologia perduta di Vittore III (1086-1087)», in *Memoria Europae*, 2/3 (2016), San Juan, p. 9-37. Per gli scarsi contatti tra papato e penisola iberica prima di Gregorio VII si veda DESWARTE, Thomas, *Une chrétienté romaine sans pape*, Paris, Classiques Garnier, 2010, p. 383--396 e 399-401.

[56] FLETCHER, *The episcopate*, p. 215 e SMITH, *Alexander III and Spain*, p. 205-206. Il primo contatto tra Anacleto II e Gelmírez risale al 10 aprile del 1130 (Anacleto II era stato consacrato il 23 di febbraio dello stesso anno) cf. JL 5927 (Basilica di San Pietro Aprile 10 1130) = ES, XX, col. 512.

[57] ERDMANN, *O papado*, p. 37.

Dopo il 1144 e fino al 1179 non ci furono più tentativi da parte di Afonso Henriques di essere riconosciuto dal papato come re – anche se Alfonso si presentò sempre come tale nelle corrispondenze con il papa[58] – né ci sono lettere dei papi che riaprirono la questione da Roma. Un equilibrio era stato trovato e bisognerà aspettare fino al 1179 perchè la questione venga riaperta.

III. La bolla Manifestis Probatum del 1179: il contesto politico e il linguaggio del papa

J. Mattoso nella sua monografia su Afonso Henriques segnalava come il riconoscimento del titolo di re arrivasse quasi in maniera inaspettata nel 1179. Afonso Henriques aveva rafforzato la sua posizione, esteso il suo regno, avviato una politica di alleanze matrimoniali con il regno d'Aragona ed era riconosciuto come re di Portogallo anche dai suoi vicini come ad esempio Fernando II di León con il quale c'erano stati lunghi e duri contrasti nel terzo quarto del XII secolo. Perché avrebbe dovuto chiedere di nuovo questo riconoscimento alla Sede Apostolica? Secondo M. J. Branco, nonostante lo *status* di re che gli veniva attribuito dagli altri monarchi iberici, la situazione del regno di Portogallo non era affatto stabile. In particolare negli anni tra il 1175 e il 1179 il regno di Portogallo restò escluso dai principali accordi politici conclusi nella penisola iberica in quel periodo. Il fatto che il Portogallo non fosse minimamente rappresentato in questi consessi, secondo la studiosa avrebbe potuto spingere Afonso Henriques a richiedere di nuovo un aiuto alla Sede Apostolica. Come si è visto l'azione del papa più che su un piano pratico-militare, poteva avere una valenza dal punto di vista della legittimazione politica di cui il re portoghese poteva avere ancora un grande bisogno, anche per convalidare pienamente il suo testamento e preparare la sua successione al trono[59].

E il papato? Sempre M. J. Branco ha segnalato un elemento importantissimo: Afonso Henriques non era l'unico che poteva beneficiare di tale

---

[58] Cf. *Vita Tellonis archidiaconi*, MPH, 1, p. 73.

[59] J. Mattoso ha avanzato l'interessante ipotesi che la bolla possa essere collegata al testamento di Afonso Henriques, cf. *Afonso Henriques*, p. 359. Si veda anche BRANCO, Maria João, *D. Sancho I: o filho do fundador*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2009, p. 80-81. Un esempio del fatto che Fernando riconoscesse Alfonso come re lo si trova in un documento del 1167 il cui regesto è edito da SÁNCHEZ, Luís Belda, *Regesta de Fernando II*, Madrid, CSIC, 1945, p. 393 (2.° regesto). Per il contesto generale si degli scontri tra Afonso Henriques e Fernando II di León si veda SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1080-1415)*, Lisboa, Verbo, 1979, p. 102--104.

relazione e ad avere bisogno di legittimità in quel momento[60]. La relazione tra i vescovi di Roma e Afonso Henriques potrebbe essere interpretata allora non tanto come la dialettica tra un potere costituito e un regno nascente, quanto come una relazione tra due poteri "emergenti" del XII secolo[61]: due poteri che stavano lottando per affermarsi e veder riconosciuta indiscutibilmente la loro autorità. Il papato con cui ebbe relazioni Afonso Henriques non era un papato stabile. Basti pensare anche solo ad alcuni dei principali problemi affrontati dai papi nel periodo compreso tra il 1143 e il 1179: i difficili rapporti con i normanni e l'imperatore Federico I *Barbarossa*; la crisi dovuta al tentativo comunale a Roma di Arnaldo da Brescia (catturato e giustiziato nel 1155 grazie al decisivo intervento imperiale); i contrasti interni dei papi e dei cardinali con il clero urbano di Roma e il Senato; i numerosi antipapi del terzo quarto del XII secolo[62]. Dietro questa visione della centralità di Roma attraverso la quale si sono studiati i rapporti con il regno di Portogallo traspare, a mio avviso, da un lato l'impostazione della storiografia tedesca degli anni trenta del XX secolo – penso ad esempio a P. E. Schramm, del quale alcuni interessi di ricerca erano molto vicini a quelli dello Erdmann[63] –, e dall'altro l'idea di *Riforma Gregoriana* elaborata negli anni venti del XX secolo che vedeva nel pontificato di Gregorio VII (1073-1085) una liberazione della Chiesa dal potere dai laici che fino ad allora avevano tenuto sotto controllo le strutture ecclesiastiche. Questo schema interpretativo ha portato spesso gli studiosi a leggere superficialmente le vicende della Chiesa nel periodo compreso tra l'ultimo quarto dell'XI secolo e il pontificato di Innocenzo III (1198-1216). Quella è l'età della *Riforma Gregoriana*, nella quale tutti i papi sono riformatori e nella quale il papato ha già pienamente ottenuto la sua affermazione e la realizzazione dei suoi principi universalistici. Come ha ricordato

---

[60] BRANCO, *Sancho* I, p. 80-81; 83.

[61] CANTARELLA, Glauco Maria, «I normanni e la Chiesa di Roma», p. 377.

[62] Sulla situazione romana nel XII secolo rinvio a MERLO, Giovanni Grado, «La storia e la memoria di Arnaldo da Brescia», in *Studi Storici*, 32/4 (1991), Roma, p. 943--952; DI CARPEGNA FALCONIERI, Tommaso, *Il clero di Roma nel medioevo. Istituzioni e politica cittadina (secoli VIII-XIII)*, Roma, Viella, 2002, p. 19-36 e 82--99; MAIRE VIGUEUR, Jean-Claude, *L'altra Roma. Una storia dei romani all'epoca dei comuni (secoli XII-XIV)*, Paolo GARBINI (ed.), Torino, Einaudi, 2013, p. 148-199; WICKHAM, Chris, *Roma medievale. Crisi e stabilità di una città*, Alessio FIORE e Luigi PROVERO (trad. e ed.), Roma, Viella, 2014, p. 222-265.

[63] MATTIKALA, Antti, «Percy Ernst Schramm and Herrschaftszeichen», in *Mirator*, 13 (2012), Helsinki, p. 58 e n. 134. Per una lettura della figura dello Erdmann e della sua indipendenza intellettuale nel contesto culturale nazista, si veda BARBERO, Alessandro, «Interpretazioni di Carlo Magno nella crisi della democrazia tedesca (1933-1949)», in *Reti Medievali*, 51 (2002), Firenze, p. 28.

recentemente G. Milanesi, già a partire dagli anni sessanta del secolo scorso la storiografia internazionale ha mostrato come il quadro della *Riforma* della Chiesa e dell'interpretazione dello scisma del 1130 letto come conseguenza della «Riforma Gregoriana» costruito da studiosi come A. Fliche e F.-J. Schmale vada profondamente riformulato[64]. Quella di Gregorio VII era stata una delle *Riforme* della Chiesa non l'unica *Riforma* e soprattutto il processo di trasformazione delle strutture della Chiesa romana era cominciato almeno tre decenni prima del suo pontificato e proprio con un intervento dell'imperatore Enrico III celebrato da importanti ecclesiastici dell'XI secolo come Pier Damiani. Il papato nel periodo considerato era ancora lontano dall'idea di piena centralità e centralizzazione che gli è stata spesso attribuita dalla storiografia[65].

Il caso di Alessandro III da questo punto di vista è molto interessante. Papa Rolando Bandinelli nel corso del suo pontificato si era scontrato in più di un'occasione con l'imperatore Federico I, aveva dovuto affrontare l'opposizione di ben tre antipapi – Vittore IV, Pasquale III e Callisto III – e del Senato romano e aveva vissuto la gran parte del suo pontificato fuori da Roma. La situazione politica cambiò in maniera più favorevole per Alessandro III dopo la sconfitta di Legnano (1176) subita dal Barbarossa contro i comuni dell'Italia settentrionale e la Tregua di Venezia del 1177. Solo nel marzo del 1178 Alessandro III riuscì a rientrare a Roma dopo dieci anni e una lunga trattativa con il Senato e grazie all'intervento militare dell'arcivescovo Cristiano di Magonza, uomo dell'imperatore Federico I, contro l'antipapa Callisto III. E questa era la seconda volta che un papa poteva entrare a Roma

---

[64] Mi riferisco alle opere di FLICHE, Augustin, *La Réforme grégorienne*, 3 vol., Louvain, *Spicilegium sacrum lovaniense*, 1924-1937 e SCHMALE, Franz Josef, *Studien zum Schisma des Jahres 1130*, Köln, Böhlau Verlag, 1961. Per una bibliografia approfondita e una discussione storiografia degli autori citati rinvio sia sulla *Riforma* del secolo XI che sullo scisma del 1130 e delle sue interpretazioni rinvio agli eccellenti lavori di CANTARELLA, *Il sole e la luna*, p. 331-335; MILANESI, Giorgio, *"Bonifica" delle immagini e "propaganda" in Aquitania durante lo scisma del 1130-1138*, Verona, Scripta Edizioni, 2013, p. 27-56 e LONGO, Umberto, «La riforma della Chiesa tra Pier Damiani a Bernardo di Chiaravalle. Un concetto da declinare al plurale», in BOTTAZZI, Marialuisa, BUFFO, Paolo, CICCOPEDI, Caterina, FURBETTA, Luciana, e GRANIER, Thomas (ed.), *La società monastica nei secoli VI-XII. Sentieri di ricerca*, Trieste-Roma, CERM-École Française de Rome, 2016, p. 113-132 e al classico di CAPITANI, Ovidio, «Esiste un'età gregoriana? Considerazioni sulle tendenze di una storiografia medievistica», in *Rivista di storia e letteratura religiosa*, 1 (1965), Firenze, p. 454-481.

[65] Su questo punto specifico si veda CANTARELLA, Glauco Maria, «Il papato e la riforma ecclesiastica del secolo XI», in AA. VV. (ed.), *Riforma o restaurazione? La cristianità nel passaggio dal primo al secondo millennio: persistenze e novità*, Negarine di San Pietro in Cariano (VR), Gabrielli editori, 2006, p. 47 e sgs.

grazie alle armi imperiali. Il III Concilio Laterano celebrato nel marzo del 1179 era anche il simbolo della capacità di controllo del papa dell'*Urbs*, ma si badi bene per il papa non si prospettavano affatto anni di pace. A Roma la situazione restava molto instabile, tanto è vero che pochi mesi dopo il Concilio, Alessandro III fu costretto nuovamente a scappare per via di una rivolta organizzata secondo la *Continuatio Aquicintina* di Sigeberto di Gembloux da alcuni aristocratici romani che promossero inoltre un nuovo antipapa, Innocenzo III. Questa volta Alessandro III non riuscì a tornare a Roma e morì all'inizio del 1181 a Civita Castellana e nemmeno il rientro della sua salma fu sicuro: il corteo diretto al Laterano che accompagnava il feretro fu attaccato con lanci di pietre e ingiurie: Roma ancora alla fine del XII secolo era un città difficilissima da controllare[66].

Anche per Alessandro III, quindi, riconoscere Afonso Henriques come re poteva essere un'occasione di legittimazione importante e di affermazione del primato romano nella quale la Sede Apostolica poteva guadagnarci in termini politici ed ecclesiastici. Tanto più che era Alfonso ad offrire un regno già costituito e riconosciuto almeno formalmente anche dagli altri monarchi della penisola iberica: una situazione ben diversa da quella nella quale si trovavano Lucio II ed Eugenio III. Un papa in difficoltà traeva forza dal riconoscimento che riceveva da Afonso Henriques, un monarca che regnava nella pienezza dei suoi poteri. In Portogallo, inoltre, visti i contatti che c'erano stati con Alessandro III e i suoi legati dovevano sapere che la situazione sarebbe potuta mutare velocemente e il III Concilio Lateranense offriva un'occasione perfetta per inviare un'ambasciata a Roma. L'ipotesi che fosse stato il III Concilio Lateranense – grazie all'operato dell'arcivescovo di Braga Godinho o del maestro Julião Pais – l'occasione per questa negoziazione è già stata avanzata da L. Ribero Soares, J. Mattoso e M. A. Fernandes Marques[67] e vorrei segnalare alcune fonti che potrebbero confermare questa tesi. La prima è una lettera di Innocenzo III del 9 dicembre del 1198 indirizzata a Sancho I riguardo al pagamento del censo. La fonte è molto interessante in quanto ci offre uno spaccato degli accordi per il pagamento del census che secondo Innocenzo III era stato costantemente disatteso da Afonso Henriques e da Sancho I. Da parte papale si occupava della riscossione del censo Raniero, che a mio

---

[66] Per la biografia di Alessandro III mi sono basato su BREZZI, Paolo, e PIAZZA, Andrea, «Alessandro III papa», in *Enciclopedia dei Papi*, <http://www.treccani.it/enciclopedia/alessandro-iii_(Enciclopedia-dei-Papi)/>, [consultato: 03/05/2017]. *Continuatio Aquicintina 1149-1237*, in MGH, Scriptores, VI, Ludwig BETHMANN (ed.), Hannover, Hahnsche Buchhandlung, 1848, p. 419-420.

[67] MATTOSO, *Afonso Henriques*, p. 359-360; SOARES, «A legitimidade», p. 151; MARQUES, «A bula», p. 100. Si veda inoltre LIVERMORE, Harold Victor, *A new History of Portugal*, Cambridge, Cambridge University Press, 1976, p. 65-66.

avviso deve essere identificato con Raniero di Ponza, monaco cistercense di Fossanova e uomo di fiducia del papa sia nella penisola iberica che per la risoluzione dello scisma dell'Ordine cistercense del 1202, mentre per conto di Sancho I invece agivano due membri dell'Ordine degli Ospedalieri João Ovequiz e Egas Peres[68]:

> «Unde per dilectos filios Johannes Ovezi et Egeas Petri, fratres Hospitalis Jerosolomitani, pro annuo censu quatuor untiarum auri quas magnitudo regia recognovit, *ratione temporis a Lateranensi Concilio jam elapsi*, quingentos et IIII marabutinos ad suggestionem dilecti filii fratris Rainerii nuncii nostri nobis regia serenitas destinavit, quod debita gratiarum prosequemur actione»[69].

Innocenzo III utilizza come riferimento temporale nella lettera proprio il III Concilio Lateranense come momento della negoziazione. Un dettaglio curioso sul quale tornerò più avanti: se da un lato non c'è da meravigliarsi che il census fosse stato convertito in maravedì, il papato era molto attento sia alle conversioni dei censi nelle varie monete che all'attualizzazione dei canoni nel corso del tempo, dall'altro Innocenzo III non sembra aggiornare il canone che rimane nella lettera alle quattro once d'oro promesse nel 1143. In una fonte ufficiale del papato, il *Liber Censuum* della Chiesa Romana – composto durante il pontificato di Celestino III (1191-1197) dal *camerarius* Cencio (futuro papa Onorio III) e aggiornato costantemente nel corso del XIII secolo – troviamo di nuovo un riferimento al III Concilio Lateranense del 1179 ed è molto più preciso riguardo al censo:

> «Adelfonsus [...] *prescriptas IIII uncias in duas marcas auri purissimi post Lateranense concilium augmentavit*»[70].

---

[68] Per la figura di Raniero di Ponza si veda CARIBONI, Guido, *Esenzione cistercense e formazione del Privilegium commune. Osservazione a partire dai cenobi dell'Italia settentrionale*, in D'ACUNTO, Nicolangelo (ed.), *Papato e monachesimo esente nei secoli centrali del medioevo*, Firenze, Firenze University Press, 2003, p. 184-207. Per l'Ordine degli Ospedalieri e per l'attività degli Ordini Militari in Portogallo rinvio a COSTA, Paula Pinto, e PIMENTA, Maria Cristina, «A cruzada e os objectivos fundacionais das Ordens Religioso-Militares em Portugal», in *Revista Portuguesa de História*, t. 60 (2008/2009), Coimbra, p. 273-284. Sulle negoziazioni tra papato e Portogallo e sui censi si veda ANTUNES, José, «O iberismo político medieval e a bula *Manifestis probatum* como marco jurídico de divisão», in *História das Ideias*, 31 (2010), Coimbra, p. 42-49.

[69] PO 465 (Laterano Dicembre 9 1198) = BPI, n. 33, p. 43.

[70] FABRE, Paul, e DUCHESNE, Louis (ed.), *Le* liber Censuum *de l'Église Romaine*, vol. 2, Paris, Ernest Thorin, 1889, p. 222. Per il maravedì e le monete circolanti nella penisola iberica cf. MÍNGUEZ, Julio Martínez, «Moneda medieval en el Reino de León. Análisis de términos monetarios en la documentación del archivo de la Catedral de León (711-1252)», in *Ab initio*, 1 (2011), Madrid, p. 11-68. Per l'aggior-

La parola *post* contenuta nel documento potrebbe far pensare direttamente alla bolla *Manifestis Probatum* del 23 maggio del 1179. Il III Concilio Lateranense si era svolto tra il 5 e il 19 marzo del 1179, ma già un mese dopo il papa trattava Afonso Henriques come re in un privilegio indirizzato ai Templari il 13 aprile del 1179 per il possesso di tre chiese donate dalla *regina* Teresa Pombal, Redinha e Ega in territorio portoghese:

> *«Relatum est auribus nostris, quod, cum illustris memorie mater carissimi in Christo filii nostri illustris Portugalen(sium) regis»*[71].

C. Erdmann nel suo *Papsturkunden in Portugal* del 1927 considerava come originale questo documento e con sorpresa notava come questa fosse la prima menzione papale di Afonso Henriques come re. Nel suo studio successivo del 1935, *O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*, C. Erdmann modificò sensibilmente la sua interpretazione del documento affermando che doveva trattarsi di una svista della cancelleria papale, errori frequenti secondo lo studioso in quanto la Curia romana sbagliò una seconda volta al tempo di Urbano III dato che in un privilegio del papa in favore di Santa Cruz de Coimbra (6 maggio 1187) Afonso Henriques viene chiamato *dux*:

> *«Quicquid uidelicet Aldefonsus illustris dux Portugalen(sis) de iure suo uobis concessit in eadem ciuitate, uidelicet Almuniam* [...] *Predicto filio Aldefonso Portugalen(si) duce, uobis dinoscitur esse concessum»*[72].

Ora, la bolla di Urbano III non era un nuovo privilegio, ma era una conferma di un altro diploma di Alessandro III del 16 agosto del 1163 conservato nel *bullarium* del monastero di Santa Cruz de Coimbra:

> *«Quicquid uidelicet Aldefonsus illustris dux Portuga/len(sis) de iure suo uobis concessit in eadem ciuitate, uidelicet Almuniam;*
> *Predic/to filio Aldefonso Portugalen(si) duce, uobis dinoscitur esse concessum»*[73].

---

namento dei censi da parte del papato si veda CANTARELLA, «Sergio IV», in corso di stampa. Sui censi, il loro valore e le loro conversioni rinvio a WIEDEMANN, «The Kingdom of Portugal», p. 433-434.

[71] PIP, doc. n. 74 e JOHN, Simon, «The Papacy and the Establishment of the Kingdoms of Jerusalem, Sicily and Portugal: Twelfth-Century Papal Political Thought on Incipient Kingship», in *Journal of Ecclesiastical History*, 68/2 (2017), Cambridge, p. 241. WIEDEMANN, «The Kingdom of Portugal», p. 434.

[72] PIP, doc. n. 111 e in particolare p. 248.

[73] RODRIGUES, Manuel Augusto, *Bullarium monasterii Sanctae Crucis Conimbricensis*, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1991, f. V v.°, f. VII r.°.

Come si può notare le espressioni utilizzate sono le stesse, il che più che a un errore nella stesura del documento potrebbero far pensare al riutilizzo del testo e al rispetto della scansione cronologica dei privilegi da parte di Urbano III. Questo anche perchè appare difficile che Urbano III potesse sbagliarsi nel chiamare Afonso Henriques *rex* anzichè *dux*: sarebbe stato un errore clamoroso e un cambiamento enorme nei rapporti tra le due parti. A mio avviso, quindi Alessandro III chiamò re Afonso Henriques già nella lettera del 13 aprile del 1179 perchè il suo riconoscimento doveva essere già stato trattato e negoziato tra le parti anche se la bolla fu inviata soltanto il mese successivo. Questa menzione nella lettera ai Templari sembra collimare con la memoria papale contenuta nella lettera di Innocenzo III che indicava nel III Concilio Laterano il momento dell'accordo per il pagamento del censo e del riconoscimento di Afonso Henriques come re. Il termine *post* contenuto nel *Liber Censuum* assumerebbe così un significato generico non necessariamente legato alla *Manifestis Probatum*: dopo il Concilio Laterano, probabilmente subito dopo come dimostra la carta del 13 aprile 1179[74]. Si pone subito un altro problema: come inquadrò i rapporti con il regno di Portogallo papa Alessandro III? M. J. Branco ha segnalato l'importanza di questo passaggio della *Manifestis Probatum*:

> *«Et Regni Portugalensium cum integritate honoris Regni et dignitate, quae ad Reges pertinet, nec non omina loca quae cum auxilio Coelestis gratiae de Saracenorum manibus eripueris, in quibus jus sibi non possunt Christiani Principes circum positi vendicare, Excellentiae tuae concedimus, et authoritate Apostolica confirmamus»*[75].

Secondo la studiosa questa frase era molto significativa in quanto *também reveste importância, na medida em que quase remete o papa para uma posição de mediador de desígnios maiores, que se limitava a confirmar e "re-conhecer" e confirmar um rei*[76]. Anche secondo A. Becker quella di Alessandro III era una semplice conferma di un fatto (l'esistenza del regno e di Afonso Henriques come suo re) e formule di questo tipo si trovano anche nei documenti papali indirizzati a regni già esistenti e riconosciuti da parte della Sede Apostolica[77].

---

[74] SMITH, *Alexander III and Spain*, p. 221. WIEDEMANN, «The kingdom of Portugal», p. 434.

[75] JL 8725 (Laterano Maggio 23 1179) = PL CC, Alexandri III papae ep. MCDXXIV, coll. 1237.

[76] BRANCO, *Sancho I*, p. 85.

[77] BECKER, «Politique», p. 435.

Il linguaggio papale utilizzato nella *Manifestis Probatum* in più punti non sembra di nuovo essere quello feudale o del vassallaggio, ma è molto più simile a quello dell'esenzione o della protezione apostolica con il quale i papi inquadravano le relazioni con le istituzioni ecclesiastiche – sia quando erano *nullo mediante* dipendenti da Roma, sia quando godevano soltanto della protezione apostolica pur rimamendo sotto l'autorità dell'ordinario diocesano – e che più di ogni altro proprio Alessandro III aveva contribuito ad affinare durante il suo pontificato[78]. Segnalo due passaggi molto importanti a mio avviso:

> *«Proinde nos attendentes Personam tuam prudentia ornatam, justitia praeditam, atque ad Populi regimen idoneam, eam sub Beati Petri et nostra protectione suscipimus;*
> *Ad indicium autem quod praescriptum Regnum Beati Petri juris existat, pro amplioris reverentiae argumento, statuisti duas marchas auri annis singulis nobis, nostrisque successoribus persolvendas»*[79].

Questo linguaggio è quello che i papi utilizzavano regolarmente nei privilegi ecclesiastici, anche nei documenti e nelle bolle in favore delle istituzioni ecclesiastiche portoghesi del XII secolo (si vedano i casi dei Templari, di Santa Cruz de Coimbra e San Vicente de Fora tra il 1159 e il 1191[80]) e che non si trovano nei documenti papali indirizzati ai re normanni

---

[78] Lo ha notato molto puntualmente DUGGAN, *Alexander*, p. 43. SMITH, The men who would be kings, p. 192. Su questo aspetto si vedano il lavoro di MACCARRONE, Michele, «Primato romano e monasteri dal principio del secolo XII ad Innocenzo III», in MACCARRONE, Michele, e ZERBI, Pietro (ed.), *Romana ecclesia Cathedra Petri*, Roma, Herder, 1991, p. 838; 840-841; 867-875; 881-883 e 893 e CARIBONI, *Esenzione cistercense*, p. 65-108.

[79] JL 8725 (Laterano Maggio 23 1179)= PL CC, Alexandri III papae ep. MCDXXIV, coll. 1237.

[80] PIP doc. n. 58, 74, 114 e 126. Il privilegio di Adriano IV ai Templari (12 giugno 1159): «*Dilectis filiis magistro et fratribus militie Templi [...] uobis beato Petro deuotionis intuitu offerentibus in ius et proprietatem beati Petri suscipimus et presentis scripti patrocinio communimus [...] Ad indicium autem huius a sede apostolica percepte libertatis unam libram cere nobis nostrisque successoribus annis singulis persoluetis. Il privilegio di Alessandro III ai Templari (13 aprile 1179): Ad inditium autem huius a sede apostolica percepte libertatis duos bizantios nobis nostri que successoribus annis singulis persoluetis. Il privilegio di Urbano III ai canonici di Santa Cruz di Coimbra (9 maggio 1187): Licet eorum ecclesia specialiter beati Petri iuris existat. Il privilegio di Clemente III alla chiesa di San Vicente de Fora (19 febbraio 1191): Prefatam ecclesiam [...] sub beati Petri et nostra protectione suscipimus et presentis scripti priuilegio Communimus. [...] Ad indicium autem, quod eadem ecclesia sub beati Petri et nostra protectione consistat, quatuor massamutinos nobis nostrisque successoribus annis singulis persoluetis*». Si veda con attenzione WIEDEMANN, «The Kingdom of Portugal», p. 441-442.

dell'Italia meridionale – e in particolare in quello del 1139 concesso da Innocenzo II a Ruggero II –, usati generalmente come metro di paragone per la *Manifestis Probatum*[81]. Certamente ci sono punti di contatto tra i due testi, ma dobbiamo fare attenzione: di fatto su una base comune si innestano due linguaggi e due registri di comunicazione molto differenti. Nel privilegio ai normanni non solo non compaiono le stesse espressioni di protezione apostolica messe in evidenza sopra, ma anche per il pagamento del census il linguaggio è differente in quanto non si fa riferimento allo *ius Beati Petri*; inoltre nel documento del 1139 si menzionano l'omaggio ligio dei normanni e il giuramento di fedeltà al papa, entrambi del tutto assenti nei documenti portoghesi[82].

Il testo del documento di Innocenzo II del 27 luglio del 1139:

> *«Innocentius episcopus servus servorum Dei* [...] *Manifestis siquidem probatum est argumentis, quod egregiae memoriae strenuus et fidelis miles B. Petri Robertus Guiscardus, praedecessor tuus* [...] *Pater quoque tuus illustris recordationis Rogerius, per bellicos sudores et militaria certamini, inimicorum Christiani nominis intrepidus extirpator, et Christianae religionis diligens propagator, utpote bonus et devotus filius, multimoda obsequia matri suae sanctae Romanae Ecclesiae impertivit. Unde et praedecessor noster religiosus et prudens papa Honorius, nobilitatem tuam de praedicta generositate descendentem intuitus plurimum de te speerans, et prudentia ornatum, justitia munitum, atque ad regimen populi te idoneum esse credens, valde dilexit, et ad altiora provexit. Nos* [...] *regnum Siciliae, quod utique, prout in antiquis refertur historiis, regnum fuisse non dubium est, tibi ab eodem antecessore nostro concessum, cum integritate honoris regni et dignitate regibus pertinente, excellentiae tuae concedimus , et apostolica auctoritate confirmamus* [...] *Et ut ad amorem B. Petri apostolorum principis, et nostrum, ac successorum* [...] *ligium homagium fecerint, et fidelitatem quam tu jurasti juraverint* [...] *Census autem, sicut statutum est, id est sexcentorum scifatorum, a te tuisque haeredibus nobis nostrisque successoribus singulis annis reddatur, nisis forte impedimentum, nihilominus persolvetur»*[83].

---

[81] Si veda ad esempio SOARES, «A legitimidade», p. 149 e sgs.

[82] Su questo aspetto si veda con attenzione l'ottima analisi di WIEDEMANN, «The Kingdom of Portugal», p. 434. Anche M. J. Branco aveva rilevato delle differenze (seppur diverse da quelle qui segnalate) nel linguaggio, BRANCO, *Poder Real*, vol. 1, p. 45-48. Nonostante le evidenti differenze, di recente si è riproposta la sostanziale equivalenza tra i due testi, cf. JOHN, «Jerusalem, Sicily and Portugal», p. 249-255. Si veda inoltre ANTUNES, «O iberismo», p. 49-51.

[83] JL 5734 (Mignano Luglio 27 1139) = PL CLXXIX, Innocentii II papae ep. CDXVI, cols. 478-479.

Soprattutto è il contesto, spesso trascurato dagli studiosi anche nei lavori più recenti, dei due documenti ad essere completamente diverso. Innocenzo II nel 1139 riconosceva Ruggero II come re di Sicilia dopo essere stato catturato in seguito alla sconfitta militare nei pressi di Galluzzo. Il papa occultava, inoltre, il fatto che Anacleto II avesse già incoronato (proprio lui, l'antipapa) il re di Sicilia attribuendo il gesto ad Onorio II per evitare che il titolo di Ruggero non avesse validità e per ribadire che quel titolo era concessione della Sede Apostolica per mantenere una qualche influenza romana nell'ambito del regno[84]. Completamente diverso da quello di Afonso Henriques e Alessandro III, il contesto tra papato e normanni dovrebbe suggerire cautela anche nella lettura dei passaggi riguardo i meriti in battaglia con i nemici della cristianità, presenti anche nella bolla richiesta da Afonso Henriques, chiedendosi se fossero riferimenti concreti o formule generiche utilizzate dal papato che non aveva avuto nessun ruolo nella conquista di Lisbona o di Alcácer do Sal, delle quali doveva certamente essere stato messo al corrente dai vescovi portoghesi che viaggiavano a Roma e dai legati inviati nella penisola iberica, ma che non menzionò nelle sue corrispondenze in Portogallo fino al 1179[85]. Durante il pontificato di Innocenzo III il linguaggio con il quale si intepreta da Roma il rapporto con il regno di Portogallo è addirittura ancora più simile a quello di protezione apostolica concessa agli enti ecclesiastici. Si veda il privilegio concesso da Innocenzo III a Sancho I il 2 dicembre del 1198:

> *«Personam tuam et Regnum Portugalie* [...] *sub beati Petri protectione suscipimus et presentis scripti patrocinio communimus»*[86].

---

[84] CANTARELLA, «I normanni e la Chiesa di Roma», p. 397-398 e LOUD, Graham, «The papacy and the rulers of Southern Italy 1058-1198», in LOUD, Graham, e METCALFE, Alex (ed.), *The Society of Norman Italy*, Leiden/Boston/Köln, Brill, 2002, p. 169-170. WIEDEMANN, «The Kingdom of Portugal», p. 434-435 ha scritto: *The majority of Manifestis probatum can be found in the closely similar phrasing in Quos dispensatio and the language used to describe the grant of the royal dignity was similar, although admittedly the Sicilian letter felt the need to make reference to a mythical, ancient tradition of a Sicilian kingdom*, ma a mio avviso non si trattava di una tradizione mitica e antica; nella fonte si faceva riferimento a eventi estremamente contingenti.

[85] Si vedano le lettere papali dirette al re, al legato Giacinto o ai vescovi portoghesi fino alla *Manifestis Probatum* (1143-1179): JL 6504 (Laterano Dicembre 29 1149) = MANSI, XXI, coll. 674; JL 6582 (Ferentino Maggio 13 1151) = MANSI, XXI, coll. 677; JL 6585 (Ferentino Giugno 1151) = MANSI, XXI, coll. 676; JL 6713 (Basilica di San Pietro Marzo 3 1153) = MANSI, XXI, coll. 675; JL 6730 (Basilica di San Pietro Giugno 23 1153) = MANSI, XXI, coll. 730; JL 6791 (Laterano Aprile 8 1154) = MANSI, XXI, coll. 782; JL 6792 (Laterano Aprile 8 1154) = MANSI, XXI, coll. 782; JL 6913 (Benevento 19 Gennaio 1156) = MANSI, XXI, coll. 819; JL 8725 (Laterano Maggio 23 1179)= PL CC, Alexandri III papae ep. MCDXXIV, coll. 1237.

[86] PO 447 (Laterano Dicembre 2 1198) = BPI, n. 32, p. 42.

Anche Innocenzo III dunque parla di protezione apostolica nei confronti del regno, non di vassallaggio e lo ribadisce anche nella già menzionata lettera a Sancho I del 26 maggio del 1211:

> *«In beati Petri filios speciales eos et regnum Portugalensem specialibus privilegiis suaque protectione curaverit communire»*[87].

Inquadrare i rapporti con il linguaggio della protezione apostolica non era una novità per il papato nella penisola iberica perchè un linguaggio del tutto simile, lo si trova nel privilegio per Pietro I d'Aragona nel 1095 concesso da Urbano II, confermato anche da Innocenzo III nel 1213:

> *«Te enim tanquam regem in beato Petro devotissimum et omne tuum regnum in tutelam sedis apostolicae speciali dilectione suscipimus* [...] *Tuam vero personam in beati Petri et nostrae manus tutelam ita omnino suscipimus* [...] *Sane ad indicium hujus perceptae a Romana Ecclesia Libertatis quingentos Jaccensis monetae mancusos aureos per annos singulos* Lateranensi palatio, ut superius dictus est, persolvetis»[88].

Come ha osservato A. Becker il linguaggio del papa più che un linguaggio vassallatico o feudale era un linguaggio che rifletteva lo sviluppo ecclesiologico dell'idea di primato romano elaborata tra XI e XII secolo e del rapporto tra il papato e le altre istituzioni ecclesiastiche, due strumenti che il papato utilizzò in molte occasioni per inquadradare i rapporti con i re europei del tempo. Nella lettura delle clausole che componevano i privilegi si deve sempre tenere in conto di questa prospettiva[89]. Quando Alessandro III dopo aver riconosciuto e confermato la regalità di Afonso Henriques afferma «*Decernimus ergo, ut nulli omnino liceat Personam tuam, aut Haeredum tuorum, vel etiam praefatum Regnum temere perturbare, aut eius possessiones aufferre*», non stava introducendo una clausola di protezione per il regno[90]. Alessandro III poneva l'accento sul fatto che chi avesse violato quel privilegio non sarebbe andato tanto contro Afonso Henriques, quanto contro il papa, ossia l'autorità che concedeva quel privilegio riaffermando, attraverso la sua costante ripetizione, ancora una volta il primato di Roma:

---

[87] PO 4253 (Laterano Maggio 26 1211) = BPI, n. 157, p. 301-302.

[88] MANSILLA REOYO, Demetrio, *La documentación pontificia hasta Inocencio III (965--1216)*, Roma, Instituto Español de Estudios Eclesiásticos, 1955, doc. n. 34 e PO 4773 (Laterano Luglio 4 1213) = PL CCXVI, Innocentii pape ep. LXXXVII, cols. 888-889. Su questo aspetto rinvio alla lettura di WIEDEMANN, «The Kingdom of Portugal», p. 439-434 e delle note a piè di pagina per la bibliografia.

[89] BECKER, «Politique», p. 442-445.

[90] SOTO, «¿Se puede hablar?», p. 818-821.

> «*Si qua igitur in futurum Ecclesiastica, secularisue Persona, sane nostram Constitutionis paginam sciens, contra eam venire temere tentaverit,* secundo, tertioue commonita nisi reatum suum digna satisfactione correxirit, potestatis honorisque sui dignitate careat, reamque se divino Judicio existere de perpetua iniquitate cognoscat»[91].

Questa impostazione derivava da una lunga tradizione romana, si pensi anche solo alla lettera del 1079 di Gregorio VII al nobile *miles* Wezelino che voleva ribellarsi contro il re di Croazia e Dalmazia, Zvonimir-Demetrio, riconosciuto dalla stesso papa pochi anni prima:

> «*Si vero adversus ipsum aliquid te forte te dicis habere,* a nobis iudicium debes expetere et expectare iustitiam potius, *quam contra eum ad iniuriam sedis apostolice manus tua armare. Quodsi te temeritatis tue non poenituerit, sed contra mandatum nostrum contumaciter ire temptaveris,* scias indubitanter, quia gladium beati Petri in audaciam tuam evaginamibus»[92].

Che cos'era dunque per Roma il regno di Portogallo? Innocenzo III in una lettera del 1198 lo definisce un «regno censuale» – nel XIII secolo Jiménez de Rada utilizza, dunque, lo stesso linguaggio papale per inquadrarare la situazione portoghese[93] –, ossia un regno che pagava un census a Roma in cambio della sua protezione esattamente come i monasteri o le istituzioni religiose registrate nel *Liber Censuum* e che erano definite *censualia* dalla Santa Sede[94]. Il *Liber Censuum* è una fonte molto importante per capire i rapporti tra il papato e il Portogallo, in quanto come stanno dimostrando le ricerche più recenti si tratta di un'opera costituita da blocchi di informazioni coerenti e dialoganti tra di loro, costantemente aggiornati e coadiuvati da *dossiers* specifici per attestare i diritti della Santa Sede[95]. Nel *Liber Censuum* l'unica menzione del regno di Portogallo è nella lista dei censi che il papato doveva riscuotere nell'*Hispania* e non trova spazio nei riferimenti ai regnanti nelle cronache pontificie inserite nell'opera del

---

[91] JL 8725 (Laterano Maggio 23 1179) = PL CC, Alexandri III papae ep. MCDXXIV, coll. 1237.

[92] Tomaz Mastnak, Crusading Peace, Berkley-Los Angeles, University of California Press, 2002, p. 29. JL 3869 (Roma Ottobre 7 1079) = CASPAR, Erich (ed.), *Das Register Gregors VII*, in MGH, Ep. Sel., 2/2, Lib. VII, Berlin, Weidmannsche Buchhandlung, 1923, doc. n. 4.

[93] Cf. n. 38 in questo lavoro.

[94] PO 447 (Laterano Dicembre 2 1198) = BPI, n. 32, p. 42. Cf. MACCARRONE, «Primato romano», p. 826-827.

[95] DUMAS, Enrico, *Il Liber Censuum. Costruzione della memoria e rivoluzione amministrativa del papato tra XII e XIII secolo.* Tesi di Dottorato inedita, dir. Glauco Maria Cantarella, Bologna, Università di Bologna, 2017, p. 50-51 e 79-80.

camerarius Cencio come ha dimostrato E. Dumas. Il regno del Portogallo non sembra essere considerato come un *feudo* della Santa Sede: l'espressione *Beati Petri juris existat* riferita ad un regno intendeva più che altro che questi ultimi rientravano nella sfera d'azione del papato, di cui i re riconoscevano l'autorità, e nei quali la Sede Apostolica poteva vantare dei diritti[96]. Proprio la questione del censo ci permette due ultime osservazioni sulle implicazioni della bolla *Manifestis Probatum.*

IV. Il Censo alla Chiesa di Roma tra Alessandro III ed Innocenzo III

Come ricordato nell'introduzione, l'aumento del censo promesso da Afonso Henriques al papa era considerato da A. Herculano come la ragione del riconoscimento regio di Afonso e lo stesso J. Mattoso sottolineava la coincidenza tra l'aumento del censo e la concessione della bolla da parte di Alessandro III. Prescindendo dal fatto che il censo non fu mai pagato fino al regno di Sancho I, la Chiesa romana era interessata a riscuotere sin da subito il censo? La prospettiva di Alessandro III sembra diversa da quella che gli è stata attribuita dalla storiografia. Esiste un passaggio molto significativo della *Manifestis Probatum*, molto preciso a riguardo:

> *«Ad indicium autem quod praescriptum Regnum Beati Petri juris existat, pro amplioris reverentiae argumento, statuisti duas marhas auri annis singulis nobis, nostrisque successoribus persolvendas, quem unquem censum ad utilitatem nostram, successorumque nostrorum Bracharensi Archiepiscopo, qui pro tempore fuerit, tu et successores tui curabitis assignare»*[97].

Come si può osservare l'intenzione di Alessandro III sembra essere un'altra. Il censo non doveva essere versato direttamente a Roma, bensì doveva rimanere a disposizione della Santa Sede e custodito dall'arcivescovo di Braga[98]. Perchè questa scelta? Una ragione poteva essere di ordine pratico, in quanto viaggiando a Roma gli arcivescovi avrebbero potuto anche trasportare il censo presso la Santa Sede. A mio avviso però, Alessandro III aveva anche un obiettivo politico: quello di trasformare la sede

---

[96] CAROCCI, *Vassalli*, p. 84-85. *Liber censuum*, vol. 2, p. 211 e sgs. DUMAS, Enrico, «Il Liber Censuum Romanae Ecclesiae come strumento per la politica pontificia (XIII secolo)», in *Memoria Europae*, II/3 (2016), San Juan, p. 39-59.

[97] JL 8725 (Laterano Maggio 23 1179) = PL CC, Alexandri III papae ep. MCDXXIV, cols. 1237-1238. HERCULANO, *Historia de Portugal*, III, p. 110 e MATTOSO, *Afonso Henriques*, p. 360.

[98] Questo particolare è stato notato per la prima volta da FEIGE, «Die Anfänge», p. 303 e successivamente da JOHN, «Jerusalem, Sicily and Portugal», p. 243.

arcivescovile di Braga in una specie di *longa manus* di Roma nella penisola iberica e nel regno di Portogallo affidandole in prima istanza il compito di controllare il censo. In quest'ottica si potrebbe leggere la concessione successiva del novembre del 1180, con la quale Alessandro III dava il diritto all'arcivescovo di Braga Godinho l'utilizzo del simbolo della croce nella sua provincia ecclesiastica. Oltre che a una ricompensa per la sua eventuale missione diplomatica finalizzata all'ottenimento del riconoscimento di Afonso Henriques come re, questo ulteriore privilegio a Braga suggerisce un tentativo da parte di Roma di stringere i rapporti con la sede bracarense e in un certo qual modo di legarla più strettamente a sé promuovendola – la stessa strategia utilizzata con i cistercensi sempre da Alessandro III – e renderla un alleato del papato[99]. La questione della primazia e i problemi di confine tra le province ecclesiastiche non erano stati risolti e avere Braga dalla propria parte poteva essere un vantaggio per il papato. Alessandro III riconoscendo un nuovo re poteva anche cercare un nuovo interlocutore ecclesiastico nella sede di Braga che era stata una delle più forti oppositrici alla primazia di Toledo e quindi alle decisioni stesse del papato. Il censo andava a Braga ed era il re a controllare che le fosse assegnato, un elemento che suggerisce una strategia papale volta alla collaborazione con i poteri del regno. Mi limito a far osservare come questa clausola inserita nella *Manifestis Probatum* non sembra essere stata accolta dai papi successivi sul piano operativo: è vero che se ne fa menzione, ma solo nei rinnovi della *Manifestis Probatum* da parte di Clemente III a Sancho I e di Innocenzo III ad Alfonso II nel 1212, e lo stesso Innocenzo III sceglierà di riscuotere il censo dandogli però un valore molto diverso[100]. Fu soltanto un progetto di Alessandro III? Sarebbe interessante riprendere le fonti papali dell'ultimo ventennio del XII secolo per capire come il papato si comportò nei confronti di Braga in termini politici e patrimoniali.

Se il censo sembra avere una valenza fortemente politica più che economica per Alessandro III, nel caso di Innocenzo III il census si trasforma in una chiave di affermazione del primato romano e papale sul regno stesso. Senza dubbio l'attenzione e il rigore mostrato da Innocenzo III nelle richieste di pagamento del censo a Sancho I e Alfonso II potevano rientrare nel tentativo da parte della Sede Apostolica dalla fine del XII secolo di trovare le

---

[99] PIP, doc. n. 77. MACCARRONE, «Primato romano», p. 871-895. MATTOSO, *Afonso Henriques*, p. 359, BRANCO, *Sancho I*, p. 84-85.

[100] MARQUES, *A bula*, doc. n. 2 (1190); PO 447 (Laterano Dicembre 2 1198) = BPI, n. 32, p. 42; e PO 4432 (Laterano Aprile 16 1211) = BPI, n. 176, p. 325 e PO 4432 (Laterano Aprile 16 1212) = BPI, n. 176, p. 325. Sul rinnovo del 1190 si veda MARQUES, Maria Alegria Fernandes, «O papel das rainhas viúvas na consolidação do reino: os testamentos dos primeiros reis de Portugal», in *Revista Portuguesa de História*, 44 (2013), Coimbra, p. 82 n. 6.

risorse economiche per cercare di finanziare le proprie politiche. Un esempio potrebbe essere il contrasto che Innocenzo III ebbe all'inizio del suo pontificato con i cistercensi i quali non volevano concedere una parte delle loro decime, delle quali disponevano grazie ai privilegi papali, per sostenere i costi della IV Crociata[101]. La mancata attualizzazione del censo o di una parte di esso[102], però, lascia dei dubbi e sembra una scelta personale del papa visto che nel *Liber Censuum* risultava puntualmente aggiornato[103]. Nella corrispondenza tra Innocenzo III con Sancho I emergono anche altri elementi politici molto importanti che vanno ben oltre il solo significato economico. Si veda ad esempio la lettera del 24 aprile del 1198:

> *«Ceterum cum idem pater tuus usque ad tempora felicis memorie A(lexandri) pape [III] predecessoris nostri, ducis esset nomine appellatus, ab eodem meruit obtineat ut tam ipse quam ejus heredes regio nomine vocarentur. Autem idem pater tuus sacrosantam Romanam Ecclesiam matrem suam honore debito preveniret et ut devotionem, quam circa ipsam habebat, ostenderet in effectu centum bizantios annuatim Romane Ecclesie constituit censuales quos post susceptionem regii nominis, nec ipse solvit nec tu postmodum solvere curavisti»*[104].

Questa lettera è esemplare di come Innocenzo III impostò le relazioni con il regno di Portogallo ed è tanto più significativa per il fatto che questa è la prima lettera che il papa indirizzò al re. Innocenzo III non solo avvisava Sancho I di non procrastinare ulteriormente il pagamento (*Predictum censum dilecto filio fratri Rainerio persolovere nec postponas*[105]) che sia lui che suo padre avevano costantemente disatteso, ma ricorda a Sancho I che è grazie al papato se lui e suo padre possono dirsi re tanto è vero che nel testo si usa la parola «susceptio» riferita al titolo regio. Afonso Henriques era appena un *dux* e fu Alessandro III a chiamarlo re. Abbiamo visto che dal 1144 solo a Roma si usava il titolo di *dux* e solo a Roma Afonso non era riconosciuto come re, ma ovviamente a Innocenzo III non interessava porre il problema in quei termini. Il regno del Portogallo, di nuovo chiamato *censuale* da Innocenzo III, era una «creazione» del papa? M. J. Branco aveva già posto molto

---

[101] MACCARRONE, *Primato romano*, p. 898-900. Sulla riscossione del censo durante il pontificato di Innocenzo III si veda inoltre ROBINSON, «The institutions», p. 401-404.

[102] Secondo B. Wiedemann esistevano due censi uno per la protezione e uno per il riconoscimento del titolo regale di cento bisanti, si veda WIEDEMANN, «The kingdom of Portugal», p. 436.

[103] *Liber Censuum*, vol. 2, p. 222.

[104] PO 104 (Basilica di San Pietro Aprile 24 1198) = BPI, n. 3, p. 5-6.

[105] *Ibid.*, p. 6.

intelligentemente questa domanda: quali potevano essere le conseguenze di essere riconosciuti dall'autorità del pontefice romano[106]? Alessandro III aveva preso atto di un fatto compiuto e di un regno che già esisteva e come abbiamo visto la gestione del census tra il papa, Braga e il re poteva far pensare ad un rapporto diverso tra le parti in gioco. In Innocenzo III il riconoscimento del titolo di re per Afonso Henriques e i suoi successori assume un valore "fondativo". È il papa che li ha chiamati re ed è a lui che devono il titolo e perciò Sancho I deve pagare: tra le righe sembra esserci una velata minaccia: il papa come lo ha concesso, potrebbe anche revocarlo quel titolo. Il rapporto che instaura Innocenzo III con Sancho I sembra essere molto diretto sin dall'inizio quando ancora non si erano verificate alcune delle crisi politiche fondamentali dei primi decenni del XIII secolo, dai contrasti tra Sancho I e il vescovo di Coimbra o tra Alfonso II e le sue sorelle[107]. Questo atteggiamento di Innocenzo III e la rivendicazione della regalità portoghese nei confronti di Sancho I e già di Afonso Henriques a mio avviso è ancora più esplicita in un'altra lettera del 26 maggio del 1211:

> *«Alphonsum progenitorem tuum nomine regio ac regalibus insigniis decorarit»*[108].

Afonso Henriques non è solo stato chiamato re dal papa, ma è stato anche *decorato* dal papa delle insegne regali delle quali implicitamente Innocenzo III afferma di essere il detentore. Afonso Henriques non è stato solo chiamato, è stato *fatto* re. Questo passaggio rappresenta pienamente le velleità di Innocenzo III nei confronti del re Sancho I, ma non la realtà dei rapporti tra i due o delle prerogative della Santa Sede sul Portogallo. Sarebbe infatti una *forzatura* attribuire davvero ad Innocenzo III il detenimento delle insegne regali per il fatto che i papi rivendicavano quelle imperiali, due cose ben distinte tra di loro, come affermato nel *Constitutum Constantini* o nella proposizione VIII del *Dictatus papae*[109]. Innocenzo III stava riscrivendo le relazioni con il Portogallo ribaltando completamente la

---

[106] BRANCO, *Sancho I*, p. 86.

[107] COSTA, António Domingues de Sousa, *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*, Braga, Editorial Franciscana, 1963, p. 15-56 e BRANCO, *Sancho I*, p. 238-249.

[108] PO 4253 (Laterano Maggio 26 1211) = BPI, n. 157, p. 301.

[109] *Das Constitutum Constantini*, in FUHRMANN, Horst (ed.), MGH, *Leges, Fontes Iuris germanici antiqui in usum scholarum separatim editi*, X, Hannover, Hahnsche Buchhandlung, 1968, p. 88-89: *nec non et ceteris dignitatibus imperialibus eos promulgantes decorari. Dictatus pape, Das Register Gregors VII*, in CASPAR, Erich (ed.), MGH, Ep. Sel., 2/1, Berlin, Weidmannsche Buchhandlung, 1920, p. 203: *VIII. Quod solus possit uti imperialibus insigniis.*

prospettiva: quella di Alessandro III non era un riconoscimento del regno di Portogallo e del *fait accompli* delle conquiste e dei meriti di Afonso Henriques: il regno era una concessione del papato. Questa concezione del potere papale e del primato del sacerdozio sul regno era la stessa che Innocenzo III aveva utilizzato nella scelta del nuovo imperatore tra i due candidati Ottone di Brunswick e Filippo di Svevia. Si veda ad esempio la lettera (26 maggio 1200) di Innocenzo III al legato di Filippo di Svevia: *Preminentiam quam Sacerdotium habet ad regnum*[110]. La Chiesa di Roma è per Innocenzo III la madre di tutti i regni e il Portogallo quindi entra in una strategia europea di Innocenzo III di diventare l'arbitro del *negotium regni*[111]. Nella famosa lettera del 23 febbraio del 1211 indirizzata al re Sancho I, il papa di nuovo ripropone la stessa visione del rapporto tra il papato e il regno portoghese:

> *«Illustri Regi Portugalensi si diligenter attenderes ut deberes quod, cum ejus sponsam offendis qui te ad regni solium sublimavit».*

La lettera viene scritta in un momento di grande tensione nel regno per via dei contrasti tra il re e il vescovo di Coimbra. Sancho I viene paragonato al re Ozia [II, Cron., 16-23] in quanto si era intromesso negli affari della Chiesa, una soglia che non avrebbe dovuto varcare:

> *«Qui secundum Apostolum servus suo Domino stat aut cadit ne si alienum tibi officium usurpaveris exemplo Oziae regis divinam sentias ultionem».*

A mio avviso, però, il passaggio più interessante della lettera è il seguente:

> *«Ad ecclesiastica jura manus nostras non extendas, aliquatenus manus tuas sicut nec nos ad regalia jura manus nostras extendimus»*[112].

In questo caso non siamo di fronte tanto a un contrasto tra il potere laico ed ecclesiastico, nella misura in cui il papato non ragionava in termini di

---

[110] PO 1055 (Laterano Maggio 26 1200) = KEMPF, Friedrich (ed.), *Regestum Innocentii III Papae super negotio Romani Imperii*, Roma, Pontificia Università Gregoriana, 1947, doc. n. 18.

[111] MACCARRONE, Michele, «Papato e regno di Sicilia nel primo anno di pontificato di Innocenzo III», in *Nuovi studi su Innocenzo III*, Roberto LAMBERTINI (ed.), Roma, Isime, 1995, p. 168-169.

[112] PO 4187 (Laterano Febbraio 23 1211) = BPI, n. 154, p. 295. Per un'analisi completa della lettera si vedano le eccellenti pagine di BRANCO, *Sancho I*, p. 199--208 e 264-266 per le ultime fasi del rapporto tra Sancho I e Innocenzo III e il riconoscimento papale dei testamenti del re.

contrapposizione tra queste due sfere, ma di *collaborazione* e questo sin dall'XI secolo e anche in Innocenzo III: *Notandam concordiam que inter regnum et sacerdotium debet existere*[113]. Questo è un punto importante per evitare di ricadere nel vecchio modello di *Riforma Gregoriana*; il re o l'imperatore nella concezione papale dovevano difendere la *libertas ecclesiastica*, ma non erano alternativi ad essa[114]. Innocenzo III rivendica proprio questo principio nella lettera a Sancho I; egli in quanto re non deve intromettersi negli affari dei vescovi, ma proteggerli. Il regno derivava dal papato; Sancho era re per sua concessione e il re non doveva interferire con la *Libertas* della Chiesa. In questo contesto bisogna rileggere dalla prospettiva papale la conferma della *Manifestis Probatum* fatta ad Alfonso II da Innocenzo III, perchè non si trattava di un semplice rinnovo, ma di ribadire l'autorità del papa sul regno. Il linguaggio poteva essere lo stesso, ma non l'accezione con cui era inteso ed utilizzato[115]. È vero che i re, esattamente come i monasteri o le altre istituzioni ecclesiastiche, chiedevano rinnovi della loro *Privilegierung* per aggiornare i propri diritti e renderli sempre più efficaci per risolvere i propri problemi locali, ma bisogna sempre prestare attenzione a cosa intendesse il papa e quale valore potesse dare quest'ultimo ai privilegi: come per l'esenzione monastica i mutamenti di linguaggio e l'interpretazione diversa dei privilegi potevano generare conflitti tra il papato e chi i privilegi li riceveva[116].

Se questa era la concezione di Innocenzo III, che cosa rimaneva a Sancho I allora? Innocenzo III lo dice in maniera esplicita: gli *iura regalia*: i diritti del re evocati anche nella *Manifestis Probatum* da Alessandro III. Quali erano questi diritti? Che cosa intendeva il papa? In Portogallo i *regalia* non erano affatto stati definiti tra il papa e il re... Ci si trovava di fronte ad una situazione molto simile a quella di Federico I Barbarossa nel 1158 quando convocò la dieta di Roncaglia. L'espressione *iura regalia* era contenuta nel concordato di Worms del 1122, ma una volta chiusa la questione delle investiture rimaneva da definire bene che cosa fossero questi diritti a disposizione dell'imperatore[117]. Con Innocenzo III si assiste

---

[113] PO 1055 (Laterano Maggio 26 1200) = *Regestum Innocentii III Papae super negotio Romani Imperii*, doc. n. 18.

[114] CANTARELLA, *Il sole e la luna*, p. 46-70.

[115] PO 4432 (Laterano Aprile 16 1212) = BPI, n. 176, p. 325.

[116] MACCARRONE, «Primato romano», p. 846-850 e 870-823.

[117] HUEBNER, Rudolf, *A history of Germanic Private Law*, Boston, Little Brown and Company, 1918, p. 37. Per la Dieta di Roncaglia del 1158 rinvio a MINNUCCI, Giovanni, «La Dieta di Roncaglia (1158), la Lex "Regalia" di Federico Barbarossa e la Summula "Ad legem juliam maiestatis"», in LIOTTA, Filippo (ed.), *Studi del diritto medioevale e moderno*, II, Bologna, Monduzzi, 2007, p. 1-20.

pertanto ad un cambiamento di paradigma nei rapporti con il Portogallo, ma bisogna avere la massima cautela nell'interpretare letteralmente il linguaggio papale. Come ha dimostrato M. Maccarrone, infatti, nella maggior parte dei casi Innocenzo III ebbe risultati negativi quando tentò di inserirsi nelle questioni reali: il papa si rappresentava come arbitro del *negotium regni*, ma spesso subì politicamente le conseguenze degli eventi più che orientarli[118]. Niente era *inevitabile*. Si pensi alla Sicilia dopo la morte di Enrico VI Hohenstaufen o alla candidatura di Ottone di Brunswick a imperatore. Il papa dopo anni di negoziazioni sembrava intenzionato ad incoronare Filippo di Svevia, ma quest'ultimo fu assassinato a Bamberga nel 1208 e Innocenzo III dovette scendere a patti con Ottone. Innocenzo III con questa concezione dei rapporti con i monarchi europei del tempo cercava più spesso di fare pressioni e orientare diplomaticamente i conflitti interni ai regni in favore del papato, si pensi ad esempio al rapporto tra Innocenzo III e il regno Boemia, ma come per la scomunica, è necessario sempre verificare le implicazioni e le *effettive* ricadute pratiche delle misure del papato tra XI e XIII secolo[119].

V. Conclusioni

Mi avvio alla conclusione. Il rapporto tra il papato e il Portogallo nel periodo compreso credo non possa essere letto in maniera univoca e debba essere contestualizzato di volta in volta all'interno di ogni pontificato e delle esigenze specifiche che poteva avere Roma nell'ottica del rafforzamento del suo primato e della sua autorità. La prospettiva papale con la quale si interpretavano le vicende iberiche era estremamente duttile come dimostra il mancato riconoscimento di Afonso Henriques da parte di Lucio II o il tentativo di Alessandro III di consolidare i rapporti con Braga attraverso la *Manifestis Probatum*, una delle sedi arcivescovili che più si era opposta alla primazia toledana, nella quale si intravede a mio avviso il tentativo del papato di guadagnare il più possibile da questa concessione in termini sia politici che ecclesiastici. Con Innocenzo III si assiste ad un salto qualitativo nei rapporti tra Roma e il regno portoghese. Il papa rivendica chiaramente il merito del suo predecessore, Alessandro III, ossia quello di aver fatto di un *dux*, Afonso Henriques, un re. Il papato non sembra aver mai inteso i rapporti con Afonso Henriques e con i suoi successori, in particolare con Sancho I, come un rapporto di vassallaggio con il signifi-

---

[118] MACCARRONE, «Papato e regno di Sicilia», p. 169.

[119] HUCKER, Bernd Ulrich, *Kaiser Otto IV*, Hannover, MGH, 1990, p. 95-101; IWANCZAK, Wojciech, «Innocent III and Bohemia», in *Innocenzo III. Urbis et Orbis*, II, p. 1200-1212.

cato feudale che gli ha voluto attribuire una larga parte della storiografia. In fondo quello del vassallaggio, da ambo le parti, era un "falso problema" in quanto ognuno interpretava *au fur et à mesure* le relazioni e i documenti che li riguardavano. Il fatto che nella documentazione papale il linguaggio sia quello della protezione apostolica non impediva (anzi) al papato di considerare il regno portoghese come una sfera di sua pertinenza, così come la protezione apostolica poteva essere utilizzata come elemento legittimante dai re portoghesi contro le pretese dei monarchi vicini. A partire da questa svolta di Innocenzo III sarebbe interessante rileggere la storia dei rapporti tra Roma e il Portogallo, come hanno ricordato molto opportunamente M. J. Branco e B. Wiedemann, per vedere se questo armamentario politico ed ecclesiologico fu utilizzato anche in altri casi della storia portoghese come la celebre deposizione di Sancho II nel 1245[120].

In un campo di ricerca ancora così aperto, la nostra speranza, lungi dal dare risposte definitive, è quella di aver dato un contributo utile alla discussione storiografica sul tema.

[120] Come ad esempio nell'eccellente studio sull'utilizzo della *Manifestis Probatum* di BRANCO, «Os homens do rei», p. 125-171. Su questo punto si veda anche WIEDEMANN, «The kingdom of Portugal», p. 445.

A PAISAGEM DO TERRITÓRIO DE ENTRE TEJO E SADO ATRAVÉS DA DOCUMENTAÇÃO RÉGIA (SÉCS. XII-XIII)

Manuela Santos Silva*

O carácter fundacional das circunscrições que, nos séculos XII e XIII, surgem no espaço territorial sobre o qual nos debruçamos, levou à produção de instrumentos normativos que nos permitem obter algum conhecimento sobre a forma como se regiam e como se previa que se comportassem as suas populações. Infelizmente, muitos desses diplomas de outorga quase sempre régia, não eram totalmente originais ou adaptados às povoações que por eles eram reconhecidas como concelhos, tornando complexa a tarefa do historiador que pretende encontrar na documentação coeva elementos distintivos sobre os locais que nasciam e se desenvolviam ao ritmo das campanhas militares de conquista. É, por isso, um trabalho de minúcia que se impõe na busca desses pequenos aspetos diferentes de local para local, de comunidade para comunidade que, porém, se iam aos poucos assemelhando por via da pertença a um mesmo reino, a um mesmo senhor, e a parecença das condições de vida a que estavam sujeitas.

Será, assim, correspondendo ao desafio que a organização desta obra me fez – e que agradeço – que, a partir desta dupla estratégia de procura do diferente e do semelhante procuraremos caracterizar as vilas do entre Tejo e Sado nos séculos XII e XIII. Não foi tarefa fácil, e só parcialmente concretizada, mas não deixou de ser gratificante.

Refutei a proposta inicial, a de buscar a paisagem através dos forais, porque me pareceu impossível, pedi que se generalizasse a documentação (escrita) mas, no final, a nossa reflexão acaba por assentar sobretudo na documentação régia.

* Universidade de Lisboa – Centro de História/Faculdade de Letras.

Mas que análise posso então fazer a este tipo de documentação que possa acrescentar algum conhecimento ao que já se sabe através dos estudos de José Augusto Oliveira[1], de Maria Teresa Lopes Pereira[2], de Francisco Mendes[3], e outros sobre esta região? Apenas uma tentativa de reflexão em face dos dados e da experiência.

1. A tipologia dos "forais" em análise

O estudo dos forais medievais foi, desde há muito, uma das áreas de investigação que mais atenção conheceu, continuando, ainda hoje, a merecer o interesse do público e dos autarcas encarregados da administração dos municípios. Parece, assim, quase impossível que ainda exista algo referente a esta matéria fundacional da organização administrativa do território português (e ibérico) que não seja já bem conhecido. No entanto, talvez tenha sido precisamente a sentida necessidade de sistematização destas *cartas de privilégio*, que se vem operando pelo menos desde o século XIX, em busca de elementos comuns que muitas delas possuem[4], a origem de se ter ignorado a existência de alguns casos de organização comunitária que escapam às normas comuns. Um dos mais curiosos encontrar-se-á nesta região, mas não é caso único.

A cronologia da outorga de diplomas régios a comunidades na margem sul do Tejo parece apontar para uma preocupação primordial por parte do primeiro rei de Portugal: a de garantir direitos, mediante uma sujeição à sua pessoa, a comunidades constituídas por "mouros", provavelmente habitantes já antigos das localidades de Almada, Palmela e Alcácer (bem como de Lisboa), em 1170. A conquista das duas margens do Tejo iniciara-se em 1147 com as tomadas de Santarém, Lisboa e Almada. Os anos seguintes não deram imediatamente lugar à concessão de cartas de privilégio a determinadas terras «*contendo normas que disciplinam as relações*

---

[1] OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de, *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*, Dissertação de Doutoramento em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008.

[2] PEREIRA, Maria Teresa Lopes, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

[3] MENDES, Francisco José dos Santos Mendes, *O Nascimento da Margem Sul. Paróquias, concelhos e comendas (1147-1385)*, Lisboa, Colibri, 2011.

[4] Cf. COSTA, Mário Júlio de Almeida, «Forais» em Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, p. 55-56; SOARES, Torquato de Sousa "Concelhos", em Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*,vol. II, p.137-140.

dos seus povoadores ou habitantes entre si e destes com a entidade outorgante»[5]. À excepção da concessão de um foral a Sintra em 1154 – curiosamente seguindo o modelo dos velhos forais que o conde D. Henrique outorgara a Coimbra e a outras povoações da bacia do Mondego – só em 1179 se julga útil outorgar forais semelhantes a Santarém, Lisboa e, de novo, a Coimbra, as principais urbes do reino em construção[6]. Mas este mesmo modelo – conhecido por "tríplice foral" virá depois a difundir-se por zonas díspares do território já conquistado e a ser integrado no reino.

Situada na margem do Tejo oposta a Lisboa, Almada virá a ser agraciada em 1190 com um diploma desta "família". No entanto, a organização do território a sul do Tejo, por via da concessão de forais régios, nas últimas décadas do século XII e nas primeiras do XIII, faria sobretudo uso de outros modelos foralengos, provavelmente julgados mais adequados ao tipo de vilas e cidades com que se deparavam à medida que o território avançava para sul[7].

De facto, exceptuando, a atribuição aos "mouros forros" da "carta de segurança e privilégio" que Alexandre Herculano considerou ser uma forma de foral[8], a primeira povoação desta área a ser agraciada com um foral será Palmela em 1185. Desde 1179 que se assistia a ofensivas almóadas sobre as mais meridionais praças militares do território do rei de Portugal. A atribuição dos forais a Santarém e Lisboa nesse mesmo ano não é alheia a esta conjuntura. No entanto, aquela carta de privilégio que Afonso I e seu filho primogénito Sancho irão outorgar a Palmela moldou-se antes no foral que em 1166 havia sido atribuído a Évora. E, de facto, quando se observam as singularidades de cada uma das povoações às quais se considerou ser adequado este foral, encontram-se similitudes óbvias. Cada foral abrangia uma grande circunscrição fracamente povoada na maior parte dos casos, também pela localização geográfica, quase todas situadas em zona de fronteira com o Al-Andalus e expostas aos perigos desta proximidade, ou na raia que dividia os territórios do rei de Portugal com os dos monarcas de Castela e de Leão. Assim, como notou Torquato de Sousa Soares «*é*

---

[5] COSTA, «Forais», p. 55.

[6] SOARES, Torquato de Sousa, «Concelhos», em Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, 138-139.

[7] MATTOSO, José, «Forais» em *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol.II, Estela (Navarra), Publicações Alfa, 1988, p. 265-266.

[8] Cf. BARROS, Maria Filomena, «Foral dos Mouros Forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer -1170» em Maria Filomena BARROS, Manuela Santos SILVA, João Paulo Oliveira e COSTA, *Os Forais de Palmela. Estudo Crítico*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2005, p. 17.

(...) *evidente o seu carácter militar*»[9]. Mas curiosamente, uma análise às premissas administrativas previstas nestes forais sugere que a principal preocupação do legislador – o rei – era exercer a jurisdição sobre a população através de um ou dois juízes, deixando sob supervisão permanente as comunidades organizadas em concelho. Preocupavam-se, além disso, em propor uma cuidadosa regulamentação económica[10], que nos permitirá fazer uma aproximação à paisagem e ao quotidiano das populações por via de algumas das informações que transmitem para as localidades abrangidas.

Os forais desta tipologia ainda tinham a particularidade de serem normalmente completados por *usos e costumes* que provinham da jurisprudência de outras povoações[11]. Segundo Alexandre Herculano, sendo estes forais pouco amplos em garantias e privilégios, a outorga concomitante dos costumes colmatava as falhas em termos estatutários dos vizinhos[12]. Tal como acontecera em Évora em 1166, quando a cidade, além de receber o foral de Ávila, se viu obrigada a reger-se também pelos costumes da mesma cidade, agora Palmela devia reger-se por esses mesmos costumes entretanto adoptados em Évora. E o mesmo aconteceria com outras localidades que, a partir de Palmela, receberiam também os seus foros.

Na Península de Setúbal receberiam ainda este foral Sesimbra, em 1201 e Alcácer em 1218. Em data incerta também o chamado "concelho do Ribatejo", seguiu foros retirados do foral de Palmela[13].

---

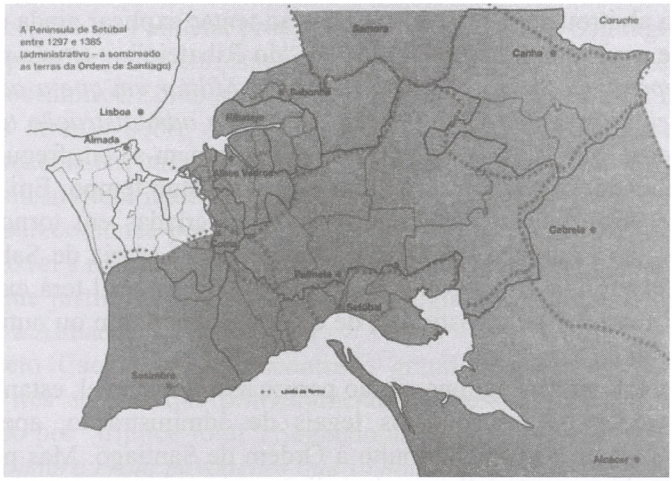
[9] SOARES, «Concelhos». p. 137.

[10] SILVA, Manuela Santos, «O Foral de Palmela de 1185», em Maria Filomena BARROS, Manuela Santos SILVA, João Paulo Oliveira e COSTA, *Os Forais de Palmela. Estudo Crítico*, p. 67.

[11] CAETANO, Marcelo, *Os forais de Évora*, separata da *Junta Distrital de Évora. Boletim Anual de Cultura*, n.º 8, 1967, p. 27.

[12] HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de D. Afonso III*, Tomo IV, Lisboa, Livraria Bertrand, 1980, p. 45.

[13] DIAS, João José Alves, *Foral de Aldeia Galega do Ribatejo 1514*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2014, p. 21.



Todos estes forais foram outorgados pelos primeiros reis de Portugal. Porém, logo após a concessão do foral a Palmela, «*um vasto território, planície na sua grande maioria, situado na margem esquerda do rio Tejo*[14]*" foi doado à Ordem de Santiago ficando na dependência daquela vila, "usando os seus foros, usos e costumes*»[15]. E estes continuavam a ser os que estavam consignados na carta de privilégio de 1185, outorgada por D. Afonso I e seu filho Sancho.

Incluído na doação estava «*todo o território situado entre o rio das Enguias (Alcochete), a nascente, o Rio Tejo, a norte, o Rio da Coina, a poente, e as serras, a sul*»[16]. Mas, curiosamente, em 1190, Almada receberia um foral que não era da mesma tipologia do de Palmela, e que foi ainda outorgado pelo poder régio e não pela Ordem a cujo senhorio, em princípio, estaria sujeita[17].

E Sesimbra que, antes de 1199, fora doada a povoadores francos, também receberá do rei Sancho I um foral em 1201[18]. Estabelecendo uma comparação com outros casos de senhorio franco pela mesma época em Portugal – Atouguia, Lourinhã, Vila Verde dos Francos, por exemplo – este facto parece comprovar o falhanço do estabelecimento de um poderio de "francos" em Sesimbra, o que fica reiterado pela doação daquela vila à Ordem de Santiago em 1236, juntamente com o seu padroado[19].

---

[14] DIAS, *Foral de Aldeia Galega...*, p. 11.

[15] DIAS, *Foral de Aldeia Galega...*, p. 12.

[16] DIAS, *Foral de Aldeia Galega...*, p. 12.

[17] OLIVEIRA, *Na Península de Setúbal...*, p. 494.

[18] OLIVEIRA, *Na Península de Setúbal...*, p. 494.

[19] OLIVEIRA, *Na Península de Setúbal...*, p. 494.

Como alvitrou João José Alves Dias ao tentar explicar ainda o aparecimento de mais um concelho régio – o "do Ribatejo" – «*trata-se de uma Terra dependente de uma Ordem Religioso-Militar em que a administração espiritual se sobrepõe e prevalece sobre a administração terrena*»[20]. As pequenas póvoas da região "riba-Tejo" agrupam-se em freguesias com funcionalidade religiosa e administrativa ao mesmo tempo. Em momento indeterminado, duas destas freguesias foram criadas em torno de duas igrejas – São Lourenço de Alhos Vedros e Santa Maria de Sabonha – e parecem ter formado um concelho, na formação do qual terá existido um foral, ou apenas usos e costumes; de qualquer modo, um ou outros baseados no foral de Palmela[21].

O papel do poder régio na região parece assim inegável, estando na origem de todos os instrumentos legais de administração, apesar de o senhorio pertencer desde há muito à Ordem de Santiago. Mas parece que este senhorio se materializa na jurisdição eclesiástica sobre a região e a participação nas rendas geradas em todos os concelhos, pelo menos antes de Almada ter sido permutada com outras localidades[22]. Terá mantido porém, depois dessa data, o padroado da Igreja de Santa Maria daquela vila, que incluía o direito da baleação[23].

Mas no que respeita a alguns dos produtos essenciais da região, como é o sal, sabemos que as Comendadeiras do Mosteiro de Santos estavam na posse de todas as marinhas de sal do Ribatejo[24], que acrescentavam às rendas do fértil senhorio de Coina que lhes fora doado em 1271[25]. E o enclave arenoso da Adiça e as suas minas auríferas, entre os termos de Almada e de Sesimbra, e a coutada velha «*que se ramificava pelo interior da península arrábica*» mantiveram-se sempre adscritos à Coroa do reino[26].

Perante o exposto, o desafio de descobrir a paisagem desta área recém-conquistada e ainda fustigada pelos ataques dos muçulmanos, parece justificada do ponto de vista da pertinência dos documentos régios que lhe foram conferidos. Será que pelo seu conteúdo, que se procurava adequar aos locais aos quais se aplicava mas que também servia para regular a vida administrativa, social, económica e judicial de outros concelhos, se consegue descrever o meio físico e social da região?

---

[20] DIAS, *Foral de Aldeia Galega...*, p. 14.

[21] DIAS, *Foral de Aldeia Galega...*, p.13-15, p. 21.

[22] MENDES, *O Nascimento da Margem Sul...*, p. 120; OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de, *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média*, p. 496-497.

[23] OLIVEIRA, *Na Península de Setúbal...*, p. 494.

[24] MENDES, *O Nascimento da Margem Sul...*, p. 116.

[25] OLIVEIRA, *Na Península de Setúbal...*, p. 496.

[26] OLIVEIRA, *Na Península de Setúbal...*, p. 495.

À excepção de Palmela, primeira sede da Ordem de Santiago, todos os núcleos populacionais correspondem a povoações costeiras, ribeirinhas do Tejo ou oceânicas. Em todas elas há portos e alfândegas e o rei não abdica dos seus direitos sobre o pescado e as mercadorias transaccionadas. O mesmo sucedia em muitas outras zonas do reino.

Mas mesmo em matéria jurisdicional, a documentação dos séculos seguintes parece nunca perder de vista o facto de o foral fundador ter sido dado pelo rei e não pela ordem de Santiago, cujo senhorio parece ténue.

E o que justificará a diferença na tipologia dos forais escolhidos para outorgar a Almada e a Palmela?

Marcelo Caetano tinha encontrado grande número de semelhanças entre as três cidades que primeiramente receberam o foral normalmente conhecido por "tríplice foral". Segundo as suas palavras, «*Lisboa, Santarém e Coimbra eram povoações que tinham de comum o serem formadas ao redor de um castelo sito no alto de um monte (alcáçova) junto do qual se comprimia a cidade murada (almedina), estendendo-se depois pelo arrabalde na vertente ou no vale, e todas três banhadas por rio navegável. Nas três havia fortes núcleos de população moçárabe, escravos mouros em quantidade e, como vimos, talvez povoadores originários do mesmo núcleo inicial.*»[27].

Se em termos sociais era possível que Almada apresentasse algumas semelhanças com Lisboa, também geograficamente, permitindo gerar o mesmo tipo de economia, podia parecer haver grandes conexões entre as duas povoações. E, de facto, a ligação permanente entre Lisboa e Almada deve ter sido a razão para esta vila não vir a permanecer, durante muito tempo, sob o senhorio da ordem de Santiago e acabar por estar sob o domínio da coroa[28].

A prosperidade, que normalmente se associa às localidades agraciadas com o foral que em 1179 foi outorgado às três cidades de Coimbra, Santarém e Lisboa, assentava em determinadas estruturas "urbanas" como sejam a da existência de locais próprios para a comercialização da carne e do peixe (o açougue) ou dos cereais (as fangas) e tendas que normalmente pertenciam ao rei. Como senhor da cidade, o monarca determina as obrigações que os vizinhos ficam tendo para com ele, o grau de autonomia concelhia de que podem usufruir, as penalidades que recairão sobre todos os que não souberem viver em paz uns com os outros, as taxas correspondentes às compras e vendas na área municipal e ainda os direitos a pagar pelo desempenho de uma determinada actividade. Agindo directamente sobre

---

[27] CAETANO, Marcelo, *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia (1179-1383)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 11.

[28] OLIVEIRA, *Na Península de Setúbal...*, p. 496-97.

os moradores de um determinado espaço organizado em concelho, o rei ainda acha pertencer-lhe a tarefa de desnivelar os seus habitantes, consoante as funções militares (cavaleiros, peões, besteiros). Para cada estrato dessa sociedade cria, então, determinados deveres e concede diferentes privilégios. É essa desigualdade de estatutos no interior de um concelho que facilita a um grupo de indivíduos, privilegiado em relação a outros, ascender a graus de riqueza e de dominação sobre os demais, que lhe permitem monopolização dos cargos político-administrativos locais.

Os cavaleiros ocupam assim, no seu concelho, o topo da hierarquia social. É por isso que podem testemunhar como os infanções de Portugal. Dentro do seu espaço estão-lhes equiparados. Estão, neste caso, o rico-homem que detiver a cidade e a sua região em nome do rei, o alcaide que comandará as tropas em caso de guerra e que terá bastantes outras atribuições dentro do concelho, o mordomo e o saião. Estes últimos encarregados de olhar pelos interesses fiscais do rei naquela parte do seu "senhorio" mas, e tal como o alcaide, com capacidades de actuação que entram muitas vezes na esfera judicial.

Neste como em todos os outros forais, como compensação pelas obrigações (de carácter militar, mas sobretudo de ordem fiscal) que o rei lhes impõe, os vizinhos gozam de determinados direitos que lhes são concedidos sob a forma de privilégios. Também neste, como nos da tipologia de Ávila-Évora, estão presentes listagens de produtos tributados com portagem que nos permitem, até certo ponto, detectar o que se produz no concelho e é transportado para outros locais, ou o que o próprio concelho adquire vindo de fora[29].

Já o ambiente socioeconómico de Palmela era gerado por uma geografia diferenciada e, porque não acrescentá-lo, por um contexto histórico-militar ainda difícil de ser totalmente pacificado. Percebe-se, através de algumas das cláusulas, a necessidade de privilegiar quem acedesse a vir morar no interior do concelho[30].

De facto, em termos sociais, o foral de Palmela preocupa-se em criar dicotomias legais entre aqueles que são vizinhos do concelho e os que são de fora da vila e, dentro do próprio espaço administrativo sobre o qual incide, entre os seus diversos membros. A primeira dicotomia tem a ver com a noção que cada concelho criava de si próprio como um espaço autónomo e diferente de todos os outros, fora do qual não havia direitos nem

---

[29] Cf. CAETANO, *A Administração Municipal de Lisboa...*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

[30] «*As tendas* (lojas), *ou moinhos e os fornos de homens moradores de Palmela sejam isentos de tributo* (foro). (...) *O gado de Palmela não seja sujeito a montado em nenhuma terra.*»: BARROS, SILVA, COSTA, *Os Forais de Palmela...*, p. 53.

deveres. Da mesma forma, e uma vez que o único espaço organizado que se conhecia era o do interior do concelho, também só aos habitantes desse espaço se concediam privilégios e facilidades judiciais[31].

Por exemplo, somente os homens de fora que fossem à vila fazer negócio ou aproveitar-se dos recursos locais seriam obrigados à portagem. Atribui-se preço aos animais de carga e de trabalho e também aos que se criavam para fins alimentares e outros, como o carneiro, o porco ou mesmo o furão. Também os mouros – escravos, naturalmente – tinham preço, mas punha-se a hipótese de lhes ser concedida alforria.

Pão e vinho constituíam naturalmente os produtos mais vulgares na produção alimentar e, mesmo que se tentasse produzir sempre o necessário para a auto-subsistência do concelho, é natural que, em algumas ocasiões, houvesse necessidade de adquirir alguma quantidade fora de portas. No entanto, juntamente com o sal, o vinho era considerado uma das mais-valias produtivas da região e, por isso, gerando tentativas de monopólio por parte das autoridades senhoriais.

Outros artigos essenciais como consumíveis, como a cera, o azeite ou couro, aparecem com preços fixados numa portagem cujos lucros se dividiam entre o próprio concelho e o rei.

Para a população de Palmela que em 1186 viu chegar como Senhores os freires da Ordem de Santiago, em princípio nada se terá alterado no que dizia respeito aos seus variados estatutos jurídicos e sociais, nem em relação ao seu regimento judicial ou económico. Mas a presença mais frequente dos freires da Ordem poderia, todavia, representar um acréscimo de obrigações e de capacidade de vigilância. Significou pelo menos uma reforma significativa nas estruturas de defesa. Como vimos antes, já Torquato de Sousa Soares dissera que «*é evidente o seu carácter militar*». Por isso, a preocupação com a criação de uma elite constituída por cavaleiros-vilãos é bem visível, e estabelecem-se claramente os critérios para aceder ao estatuto. E, curiosamente, se no foral de Palmela se equiparam os clérigos ao mesmo estatuto, essa cláusula não aparece em forais concedidos a povoações que já estavam sob o senhorio da ordem[32].

É esse o caso do Foral outorgado a Sesimbra em 1201. No entanto, não é fácil encontrar muitas diferenças entre este e aquele do qual deriva, apesar da óbvia diferença geográfica das duas vilas. O detalhe da listagem de produtos sujeito a portagem nesta vila marítima preocupa-se em tabelar as taxas que os homens de fora deverão pagar sobre transacções de

---

[31] SILVA, «O Foral de Palmela de 1185», p. 71.

[32] *Forais de Sesimbra*, Patrimonia, Cascais, 2001, por exemplo.

– panos de lã ou de linho, de fustões e de panos de cor,
– cargas de pescado, e de coelho (diferenciando o valor dos produtos trazidos por cristãos ou mouros),
– de cavalos, burros, bois, carneiros, porcos, furões,
– de cargas de pão e de vinho,
– de couros (de vaca, zebro, cervo, gamo),
– de cera,
– de azeite
– de mouros.

O facto de se tratar de um óbvio porto de mar, não se detecta neste seu primeiro foral medieval. O detalhe com que os produtos tributáveis virão listados nos Forais emitidos no reinado de D. Manuel, permitirá muito mais facilmente uma análise documental como a que intentámos fazer[33].

E também não será pela análise dos chamados "Forais dos Mouros" que chegaremos a conclusões individualizadas sobre as povoações que albergavam estas comunidades, pois tanto às populações do vale do Tejo, como no século seguinte às das cidades do Algarve, estas cartas de segurança da população livre de origem muçulmana nunca serão atribuídas apenas a uma comunidade de uma única vila ou cidade mas sempre a conjuntos de povoações[34]. Deixam, porém, compreender que a integração dos "mouros" destas vilas do sul pressupunha o seu trabalho na agricultura, provavelmente em situação mais precária que a dos cristãos[35].

Em conclusão:

Não permitindo tirar muitas ilações sobre a paisagem destas vilas – o que seria o nosso fito – estes forais, que se modelam no de Palmela, possuem cláusulas de natureza social que permitem perscrutar, sob a forma de regulamentos legais, a forma como a sociedade estava estruturada e se desejava que funcionasse. Uma comunidade maioritariamente rural mas que, através dos numerosos portos, conseguia gerar um tráfego constante de mercadorias, quase todas alimentares ou ligadas à própria manutenção da indústria de construção naval, inesperadamente pujante através destas cartas de foral relativas a esta região, servindo comunidades de pescadores e barqueiros de serviço entre portos oceânicos mas sobretudo taganos.

---

[33] *Forais de Sesimbra*, p. 31-32; *Foral de Alhos Vedros. Estudo, transcrição paleográfica e notas*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2013; COSTA, João Paulo Oliveira e, «Foral Manuelino de Palmela | 1512», em Maria Filomena BARROS, Manuela Santos SILVA, João Paulo Oliveira e COSTA, *Os Forais de Palmela. Estudo Crítico*, p. 81-113.

[34] BARROS, «Foral dos Mouros Forros...», p. 41.

[35] BARROS, «Foral dos Mouros Forros...», p. 40.

VIGIAR O TEJO, VIGIAR O MAR: A DEFINIÇÃO DOS CONCELHOS DE ALMADA E SESIMBRA

José Augusto Oliveira*

1. A apropriação cristã do território da península da arrábida

1.1. Entre Lisboa e Alcácer do Sal: a península da Arrábida

A tomada definitiva de Lisboa assumiu particular relevância no processo da reconquista, não só pela dimensão e fascínio da cidade que separava «*o mundo do céu, as terras e os mares*»[1], ou pela intervenção cruzadística e a consequente projecção, mas, sobretudo, por rematar o avanço português até à linha do Tejo. O êxito militar convidaria à continuidade do processo de apropriação pelas forças cristãs dos territórios a sul do rio Tejo. Porém, seguiu-se um período de relativa acalmia[2], em que a única excepção foram as iniciativas que visaram a tomada do castelo de Alcácer do Sal (1151 e 1157). De permeio, ficava a península dita de Setúbal/Arrábida – um espaço quase ignorado pelas fontes árabes[3] –, valorizada, agora, no plano

* Instituto de Estudos Medievais – Universidade Nova de Lisboa. IEM / CEH.

[1] *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. Carta de um cruzado inglês que participou nos acontecimentos*, apresentação e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 33.

[2] BARROCA, Mário Jorge, «Da reconquista a D. Dinis», em BARATA, Manuel Themudo, e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), MATTOSO, José (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 44-45.

[3] Ausência que não se estranha. Estamos num espaço excêntrico aos centros do poder muçulmano e às instâncias de produção da memória (cf. n. seguinte). Apenas Almada, como veremos abaixo, é frequentemente citada por autores árabes, Coina-a-Velha e Sesimbra não tiveram nenhuma referência e Palmela é mencionada por um autor muçulmano, al-Ḥimyarī (cf. n. 43), e já no século XIV. As informações de que dispomos para Sesimbra e Coina, no período de dominação muçulmana e durante o processo de reconquista, no espaço considerado, provêm exclusivamente da cronística cristã.

geoestratégico, ao articular os estuários do Tejo e do Sado. Assim o teriam percepcionado os autores dos mais antigos textos analísticos[4], ao registarem que, consumada a conquista de Lisboa, a 24 de Outubro de 1147, os cristãos se apoderaram, ainda no mesmo mês, de Sintra, Almada e Palmela[5], fortalezas decerto salientadas por decisivas à defesa de Lisboa[6], mas que remetem já para a valorização estratégica das duas localidades a sul do Tejo. Talvez com alguma precipitação porque, melhor informado ou, no mínimo, mais cauteloso, o autor dos *Anais de Afonso Henriques*, difere estes acontecimentos «*per diversa temporaetannos*», assunto que retomaremos abaixo[7].

Independentemente do rigor da cronologia, os dados analísticos parecem corroborar, no essencial, a informação constante no precioso relato da conquista de Lisboa, atribuído a um cruzado, identificado como Raul[8]. Um dos episódios do cerco a Lisboa respeita directamente a Almada. O autor conta que, durante o cerco a Lisboa, uns mouros haviam atacado cruzados que se entretinham a pescar junto a Almada, pelo que, a modo de retaliação, cerca de trinta cavaleiros e de uma centena de peões normandos e ingleses saquearam o lugar[9]. Da expedição resultaram, pelo menos,

---

[4] Sobre a tipologia de produção dos arquivos muçulmano e cristão, os seus processos de construção da memória e os seus hiatos veja-se FERNANDES, Hermenegildo, *Entre Mouros e Cristãos. A sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)*, Dissertação de Doutoramento em História, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000.

[5] A referência aparece no *Livro da Noa I* e nos *Annales de Lamego* (cf. DAVID, Pierre, «*Annales Portucalenses Veteres*», em *Études Historiques sur La Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Paris/Lisboa, Les Belles Lettres/Bertrand, 1947, p. 308-310), que reproduzem uma primitiva compilação redigida, possivelmente, pouco depois do desastre de Badajoz, em 1169 (KRUS, Luís, *A construção do passado medieval. Textos Inéditos e Publicados*, Lisboa, IEM, 2011, p. 237).

[6] MATTOSO, José, «1096-1325», em MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 2, MATTOSO, José (coord.), *A monarquia feudal (1096-1480)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1993, p. 76. A rendição das três praças, na sequência da conquista de Lisboa, também é referida por BARROCA, «Da reconquista a D. Dinis», p. 44.

[7] *Annales Domni Alfonsi Portugallensium Regis*, em BLÖCKER-WALTER, Monica, *Alfons I von Portugal: Studien zu Geschichte und Sage des Begrunders der Portugiesische Unbhägigkeit*, Zürich, Fretz und Wasmuth Verlag, 1966, p. 157.

[8] Após longa controvérsia, parece consensual a identificação do autor do relato, apenas nomeado por R., como Raul (cf. NASCIMENTO, Aires Augusto do (ed., trad. e notas), *A conquista de Lisboa aos mouros em 1147. Relato de um cruzado*, Lisboa, Vega, 2001, p. 153, n. 3, e BRANCO, Maria João, «Introdução – A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida», *ibid.*, p. 9-51.

[9] Os mouros haviam matado bastantes cruzados e feito cinco cativos, todos bretões. Ainda segundo Raul, algum desentendimento houve entre os cruzados, pois, à última hora colonienses e flamengos recusaram-se a participar na retaliação (previa-se a

quinhentos mortos. Os cruzados, que sofreram apenas uma baixa, teriam feito uns duzentos cativos, levando, ainda, oitenta cabeças para exibir aos sitiados de Lisboa. À interpretação destes acontecimentos, que aponta para a subjugação do território fronteiro a Lisboa antes da queda da cidade[10], ajuda, ainda, a descrição de um protesto dos marinheiros de Bristol contra o seu próprio comando, dado que, e passo a citar a tradução, «*sem eles, tinha sido tomado o arrabalde, sem eles saberem tinha sido submetida Almada; se, como convinha, se tivessem deixado levar pelo seu entusiasmo, já há muito, diziam, teriam tomado conta da cidade* [...]»[11].

Talvez por isso, o autor da missiva, no epílogo da conquista, não tenha feito qualquer referência a Almada. Sintra entregara-se e o castelo de Palmela, abandonado pela sua guarnição, fora tomado pelo rei já sem ninguém[12]. De resto, estas localidades, se não estavam totalmente desguarnecidas, haviam ficado, pelo menos, desprovidas dos comandos militares, a fazer fé na descrição do presumível presbítero que, ao descrever a cidade de Lisboa, inclui, entre os seus 154 000 habitantes, os nobres precisamente de Sintra, Almada e Palmela[13].

Para os anos imediatos o silêncio das fontes é total. Contudo, Almada é incluída, na *Crónica de 1419*, entre as doações afonsinas feitas a cruzados que decidiram permanecer em território português[14]. Mais, uma das suas versões, inovando a grafia para «*Allmada*», introduz uma original etimologia e inovação semântica, sugerindo uma fundação britânica[15], ao mesmo

---

participação de 200 cavaleiros e 500 peões), por medo, má vontade ou qualquer motivo desconhecido (*A conquista de Lisboa aos mouros em 1147* ..., p. 113).

[10] Cf. AZEVEDO, Luís Gonzaga de, *História de Portugal*, prefácio e revisão de Domingos Maurício Gomes dos Santos, vol. IV, Lisboa, Edições «Bíblion», 1942, p. 90 («*Almada, de que os cruzados ingleses se tinham assenhoreado durante o cerco* [...]»); FLORES, Alexandre M., e NABAIS, António, *Os forais de Almada e o seu termo. I. Subsídios para a história de Almada e Seixal na Idade Média*, Almada/ Seixal, Câmaras Municipais de Almada e Seixal, 1983, n. 10, p. 119-120; OLIVEIRA, José Augusto da C. F. de, *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013, p. 88.

[11] *A conquista de Lisboa aos mouros em 1147*..., p. 132-133.

[12] *A conquista de Lisboa aos mouros em 1147*..., p. 141.

[13] *A conquista de Lisboa aos mouros em 1147*..., p. 77-79.

[14] CALADO, Adelino de Almeida (ed., intro. e notas), *A Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998, p. 50.

[15] Um dos dois textos quinhentistas que conservaram a chamada *Crónica de Portugal de 1419*, o manuscrito 886 da Biblioteca Municipal do Porto, conforme a ed. de A. de Magalhães BASTO, *Crónica de cinco reis de Portugal*, vol. I, p. 157, regista uma nova conotação semântica a Almada: «*e outros pouoaraõ almada segundo a nomeação*

tempo que esquecia a incontornável origem muçulmana[16], o que seria aceite, sem qualquer reserva, por diversos autores[17]. Opinião, esta, que teria

---

de seu nome pareçe que foraõ muitos o que a fazeraõ ou por trabalhos dos corpos ou por dar dinheiros p[er]a ajuda de o fazer e o seu nome em linguoagẽ he interesse que he este allmadam que quer dizer em nossa linguoagem todos os homẽs e depois por longo tpõ lhe chamaraõ almada [...]».

[16] Almada já existia ao tempo da ocupação muçulmana, como confirmam as referências de geógrafos árabes. Apesar da imprecisão relativa à Galiza, atente-se na descrição de Al-Naṣībī (c. 920 – depois de 990): «[...] *Este é um rio sobre o qual se encontram cidades, distritos e zonas rurais pertencentes aos muçulmanos, conhecido como rio Tejo. E ao longo do seu curso há mais do que uma cidade da Galiza; Galiza que ele cruza na sua maior parte, até que se espraia entre Almada e Lisboa, das terras de al-Andalus,* [entrando] *no Mar Circundante* [Oceano Atlântico]. *E junto à foz do rio está a cidade de Almada* [...]» (REI, António, *O Gharb al-Andalus al-Aqsâ, na Geografia árabe (séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)*, Lisboa, IEM, 2012 (CD-ROM), p. 116). al-Rāzī (século X) terá registado o «fino vieiro de ouro» que existia em Almada (CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344,* vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990, p. 66-67). A informação sobre o ouro é uma constante nos geógrafos árabes. A própria localização da actividade mineira deixa dúvidas. Embora recorram à mesma palavra ma'din («mina, jazida, pedreira; metal»), uns falam duma jazida de pepitas de ouro, nas margens do rio, outros apenas de uma mina/jazida (cf. SIDARUS, Adel, e REI, António, «Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes», em *Arqueologia Medieval*, n.º 7, 2001, p. 40-41, n. 9, 49-50). A descrição mais pormenorizada provém de al-Idrīsī (1099-1165/66): «*Na margem do rio, a sul, em frente a Lisboa, está o castelo de Almada, que é assim chamado porque, quando das marés, o mar atira para a margem pepitas e palhetas de ouro puro. Assim, quando chega o Inverno, deslocam-se para esse castelo as gentes dessas regiões, que vão trabalhar na jazida até ao fim da estação invernosa. É uma curiosidade desta terra, que eu vi com os meus olhos*» (REI, António, *O Gharb al-Andalus* ..., p. 132). Apesar do testemunho pessoal sobre o facto, não podemos deixar de notar que os pormenores invocados se ajustam mais à exploração do ouro na Adiça do que à margem sul do Tejo. Na Adiça, era precisamente durante o Inverno que a conjugação tempestuosa de ventos e chuvas conduzia as partículas auríferas desde grandes medões até à praia, onde o vaivém das ondas assegurava a sua lavagem natural e cobria o ouro, associado aos grãos de areia grosseiros, com areias mais leves (OLIVEIRA, José Augusto da C. F. de, *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média* ..., p. 352).

[17] A fundação estrangeira reaparece numa versão primitiva da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, cuja fonte, aliás, é a própria *Crónica de 1419*, com a originalidade de apontar como nome original «Vimadell» que significa em português «todos a fizemos» (MOREIRA, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posteridade*, Dissertação de Doutoramento em Literaturas e Culturas Românicas, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, Faculdade de Letras, 2010, p. 273 e 284). Na versão final, o cronista esclarece que «Vimadel», por corrupção, passou a "*Allmadaã*", e depois para «*allmade que sooa em jmgres todo feito*» (GALVÃO, Duarte, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995 [cap. XXXI], p. 127). Frei Luís de Sousa acrescenta-

outras ramificações[18].

Não obstante, independentemente da ficcionada fundação britânica da vila, não é de todo inverosímil que tenha ocorrido uma efectiva fixação de ingleses[19], na sequência de algum gesto de prodigalidade régia, à semelhança do que ocorreu com Azambuja, Vila Verde, Lourinhã e Atouguia[20].

Embora o *Relato de um cruzado* refira que, no processo subsequente à tomada de Lisboa, fora restaurada a respectiva diocese, compreendendo para além do Tejo, a zona de Almada e os castelos de Alcácer e de Palmela, até à cidade de Évora[21], tudo sugere que as duas urbes da península da Arrábida

---

-lhe pormenor e um ligeiro desvio semântico: os fundadores haviam sido os membros de uma companhia de ingleses, parte da grande armada que ajudou à conquista de Lisboa, em 1147, comandados por Guilherme de Longa Espada, que permaneceram em Portugal. Almada derivaria, assim, de «Al, ys, made», três palavras da língua inglesa, que significariam «Tudo está feito, e acabado» (SOUSA, Frei Luís de, *História de S. Domingos*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, p. 407). «Vimadel», significando coisa que fizeram muitos, se deu a muitos ou por muitos se edificou, reaparece em LEÃO, Duarte Nunes de, «*Crónica del Rei D. Afonso Henriques*», em *Crónicas* dos Reis de Portugal, Porto, *Lello* & Irmãos, 1975, p. 79. Finalmente, António Brandão simplifica o significado de Vimadel para «*povoação de muitos*», mas ressalva que Almada já existia quando puseram cerco a Lisboa (BRANDÃO, Fr. António, *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, ed. fac-similada, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973, fls. 174v).

[18] Referimo-nos à reivindicação de uma pretensa origem inglesa por parte dos Almadas, a quem teria sido doada a localidade que deu o nome à família, conforme é afirmado por LEÃO, Duarte Nunes de, «*Crónica del Rei D. Afonso Henriques*», p. 79. Na verdade, os Almadas começaram por se distinguir no universo da oligarquia lisboeta, no declinar de Trezentos, e não por uma qualquer participação nos acontecimentos de 1147. Sobre o tema, veja-se RILEY, Carlos Guilherme, «Da origem inglesa dos Almadas: genealogia de uma ficção linhagística», em *Arquipélago História*, vol. XI, 1968, p. 153-169.

[19] A presença de ingleses encontra ainda eco na pretensa origem inglesa do hospital dos Palmeiros de Cacilhas. Foi edificado ainda antes de 1292, conforme constava numa inscrição gravada em pedra que encimara a porta do hospital dos Palmeiros de Lisboa. Sobre o assunto, veja-se a informação carreada por BARROCA, Mário, *Epigrafia medieval portuguesa*, vol. II, tomo I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, n.º 420, p. 1078-1080, que coloca a hipótese de ter sido edificado por iniciativa de cruzados, no século XII. A fundação inglesa consta, também, em OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, *Lisboa em 1551. Sumário em que brevemente se contêm algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*, apresentação e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 62.

[20] Segundo a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, p. 233; a *Crónica de cinco reis*, p. 95, acrescenta Almada a este rol de terras doadas a cruzados.

[21] Todavia, sabe-se que Alcácer do Sal só foi conquistada em 1160 e Évora, em 1165.

tenham conhecido destinos diferentes. Isto é, após 1147, Palmela não terá sido ocupada pelas tropas portuguesas[22] ou depressa foi retomada pelos muçulmanos[23], regressando à área de influência de Alcácer do Sal até 1165[24], quando foi efectivamente conquistada. Já Almada terá permanecido em mãos cristãs. O próprio foral de 1190[25] segue um modelo de diploma – a carta de 1179 outorgada a Coimbra, Santarém e Lisboa – que, para além da sua vincada feição militar[26], se adequa a uma sociedade diversificada e complexa, assente numa economia urbana suficientemente desenvolvida para justificar uma elaborada e centralizada máquina administrativa[27], uma situação apenas compreensível num quadro de estabilidade militar e política.

Acresce que sobre Palmela, bem como para Almada, se segue um total silêncio documental apenas interrompido pelas referências, tardias, sobre a conquista, em 1165, por D. Afonso Henriques.

[22] O registo arqueológico evidencia uma continuidade da presença muçulmana no castelo de Palmela após a conquista de Lisboa (FERNANDES, Isabel Cristina F., «Do *ribāṭ* à comenda: marcas ideológicas e doutrinais na organização territorial e dos espaços fortificados da península da Arrábida», em AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, e FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Cristãos contra muçulmanos na idade média peninsular: bases ideológicas e doutrinais de um confronto (séculos X-XIV)*, Edições Colibri/Universidad Autónoma de Madrid, 2015, p. 85).

[23] É possível que Pero Viegas, o mesmo que viria a ser o primeiro alcaide de Lisboa, tenha desempenhado temporariamente essa função em Palmela, logo após a conquista de Lisboa (COSTA, João Tiago dos Santos, *Palmela: o espaço e as gentes (séculos XII-XVI)*, Tese de Doutoramento em História, FCSH, Universidade Nova, vol. I, 2016, p. 68).

[24] Ressalvando a mais que duvidosa cronologia apresentada por ALMEIDA, Fortunato, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Bertrand Editora, 2003, p. 92, para as incursões a sul do Tejo (D. Afonso Henriques, depois de tomar Alcácer, conquistou Beja e Évora, em 1159), que refere uma entrada na província de Alcácer de um grande exército almóada, que desbaratou as tropas de D. Afonso Henriques, com a consequente perda de praças portuguesas. PRADALIE, Gérard, *Lisboa, da reconquista ao fim do século XII*, Lisboa, Palas Editores, 1975, p. 22-23, citando-o, acrescenta que, nesse ataque de 1161, os muçulmanos alcançaram Palmela e Alcácer. HUICI MIRANDA, Ambrosio, «Las campañas de Ya'qūb al-Mansūr en 1190 y 1191», em *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. 5, 1954, p. 71, considera a datação totalmente falsa.

[25] Sobre o foral veja-se FLORES e NABAIS, *Os forais de Almada e o seu termo* ... p. 55-139.

[26] COELHO, Maria Helena da Cruz, «Um Portugal em construção: a rede concelhia dos séculos XII e XIII», em ESTEPA DÍEZ, Carlos, e CARMONA RUIZ, María Antonia (coord.), *La Península Ibérica en tiempos de Las Navas de Tolosa*, Madrid, 2014, p. 459-480.

[27] REIS, António dos Matos, *História dos Municípios (1050-1383)*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 363-365; MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, p. 357. COELHO, Maria Helena da Cruz, «Um Portugal em construção...», realça, também, que este tipo de foral visa cidades com grande desenvolvimento económico, como revela a minuciosa tributação, especialmente no direito da portagem.

1.2. Primeiro, Alcácer do Sal; depois, Sesimbra e Palmela

Com a consolidação dos limites do domínio português até à linha do Tejo, Alcácer do Sal viu reforçada a sua importância geoestratégica[28] e, até, o seu potencial marítimo, tornando-se uma ameaça constante a Lisboa[29]. O que preocuparia Afonso Henriques, que, após duas tentativas frustradas, conseguiu apoderar-se da cidade, acompanhado unicamente pelo seu exército[30]. Somente decorridos cinco anos, segundo a *Crónica de Portugal de 1419*, a primeira a abordar os acontecimentos, Afonso Henriques concretizou o controlo total da península da Arrábida, com a ocupação de Sesimbra e Palmela[31], na sequência de uma expedição que, significativamente, partiu da urbe sadina. Se a subjugação de uma cidade tinha por sequência o controlo da área que hierarquizava[32], permitindo uma incorporação mais ou menos rápida dos núcleos periféricos, dependendo de eventuais focos de resistência, parece legítimo depreender a possibilidade de tanto Sesimbra como Palmela se inscreverem no território antes dominado por Alcácer do Sal.

Este primeiro avanço litorâneo para sul do Tejo não se processou, pois, por uma ocupação sistemática e contínua do espaço entre Tejo e Sado, antes pelo domínio do ponto forte mais próximo[33], que era Alcácer do Sal,

---

[28] PICARD, Christophe, *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2000, p. 196.

[29] MATTOSO, *D. Afonso Henriques*, p. 281.

[30] *Annales Domni Alfonsi Portugallensium Regis*, p. 158. A data aí atribuída, 1158, tem sido corrigida para 1160 (cf. MATTOSO, *D. Afonso Henriques*, p. 282-283).

[31] Como consta no capítulo 33, p. 58-60, da *Crónica de Portugal de 1419*, dedicado à tomada de Sesimbra e à vitória sobre o rei mouro de Badajoz, D. Afonso Henriques foi informado de que a povoação por estar «*muy minguada*» seria fácil de sujeitar. Chegado a Sesimbra «*ainda que a vila e o castelo fossem muy fortes* [...] *a filhou el per força*». Ainda que aí deixasse uma guarnição decidiu tomar Palmela. De caminho apareceu-lhe o rei de Badajoz, à frente de um poderoso exército que ia socorrer Sesimbra. Perante o desequilíbrio de forças, o rei apela à coragem dos seus homens e os portugueses derrotam os muçulmanos. Perante tal, a população de Palmela rende-se. À falta de clareza da narrativa, acresce o desconhecimento da fonte utilizada pelo autor da crónica. Da *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, que segue este relato, se depreende que haveria uma outra versão, diferente, pelo menos no que respeita a Palmela, e menos lisonjeira para o rei (MOREIRA, *A Crónica de Portugal de 1419...*, p. 300). Em ambos os casos, não se fala num qualquer cerco. Além disso a descrição do combate campal parece decalcada do relato de idêntico confronto ocorrido junto a Alcácer, que consta nos *Annales Domni Alfonsi Portugallensium Regis*, p. 157-158.

[32] ANDRADE, Amélia Aguiar, *A construção medieval do território*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 106.

[33] Segundo Garcia Fitz, o assédio militar a pontos fortes converteu-se num elemento

e, posteriormente, dos territórios que polarizava, no caso Sesimbra e Palmela. Embora a península da Arrábida ficasse, na sua totalidade, e pela primeira vez, sob domínio cristão, o facto não tem sido valorizado, face ao impacto do avanço para leste, protagonizado inicialmente por Geraldo Sem Pavor, com a conquista de Évora, em 1165, exactamente no mesmo ano em que é assinalada a ocupação afonsina de Sesimbra e Palmela.

Depois de uma primeira tentativa, ainda antes de Julho de 1175[34], de entregar as fortalezas de Almada e Alcácer à Ordem de Santiago, em 1186, nova doação régia contempla os mesmos castelos[35], acrescentado o de Palmela, com todos os seus termos[36], Palmela que recebera carta de foral no ano anterior. Mas a questão jurisdicional não fica clara, dado que Sancho I, em Agosto de 1190, concedeu foral a Almada, no contexto da pressão militar almóada[37].

Passados apenas quatro anos da doação de Almada, D. Sancho reafirmava-se, pois, como senhor do concelho[38], agora reconhecido ou criado. A

---

fundamental da estratégia cristã, porque permitia a incorporação directa e relativamente rápida dos territórios sob o seu domínio (GARCÍA FITZ, Francisco, *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1998, p. 174).

[34] A Bula de Alexandre III, datada de 5 de Julho de 1175, que confirmou a Ordem de Santiago, refere explicitamente, como seus domínios, «*Alcazar com suis pertinentiis, Almadana cum suis pertinentiis, Laruda cum suis pertinentiis*» (I.A. N./T.T., *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela, Documentos régios*, m. 1, n.º 1, publicada por MARTÍN, José Luis, *Orígenes de la Orden de Santiago (1170-1195)*, Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1974, n.º 73, p. 249-254).

[35] Em Junho ou Julho de 1179, D. Sancho foi derrotado numa batalha campal perto de Ciudad Rodrigo, na qual o rei leonês teve a colaboração da milícia de Santiago. Perante esta aliança, D. Afonso Henriques teria anulado as doações à Ordem. É possível que na defesa de Santarém, em 1184, aquando do frustrado ataque almóada, o infante D. Sancho, então no comando das tropas portuguesas, tenha contado com a colaboração da milícia santiaguista, o que justificou nova doação (CUNHA, Mário Raul de Sousa Cunha, *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*, dissertação de mestrado em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1991, p. 38-39).

[36] AZEVEDO, Rui de, COSTA, Avelino Jesus da, e PEREIRA, Marcelino Rodrigues (ed.), *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Coimbra, Centro de História da Universidade, 1979, doc. 14, p. 22-23.

[37] A 11 de Julho desse mesmo ano, o califa Ya'qūb al-Manṣūr, abandonara o cerco a Tomar e, por essa altura, Silves encontrava-se cercada por tropas almóadas. (HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de D. Afonso III*, prefácio e notas críticas de José Mattoso, tomo II, Lisboa, Livraria Bertrand, 1980-1981, p. 79; HUICI MIRANDA, «Las campañas de Ya'qūb al-Mansūr ...», p. 64).

[38] BRANCO, Maria João, *D. Sancho I, Lisboa*, Temas e Debates, 2010, p. 224-225.

milícia santiaguista, se é que estava de alguma forma fixada no território, ficava, quando muito, confinada a uma intervenção estritamente militar sob tutela régia[39]. De resto, a carta foralenga não lhe faz qualquer menção[40].

A iniciativa régia insere-se, aliás, num quadro de actuação mais vasto, na prevenção de nova ofensiva almóada. Segundo o texto fixado na *Crónica de cinco reis de Portugal*, Sancho I, nesse mesmo ano de 1190, promoveu o renovamento do castelo de Palmela e a edificação do de Sesimbra[41]. Sem precisar a data, a chamada *II Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* também já continha a mesma afirmação[42].

---

[39] Veja-se uma situação paralela, ocorrida com a milícia de Évora, em Coruche (FERNANDES, Hermenegildo, «Quando o Além-Tejo era "fronteira": Coruche da militarização à territorialização», em FERNANDES, Isabel Cristina F., *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na construção do Mundo Ocidental, Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, *Col. Actas e Colóquios*, 2005, p. 460).

[40] Embora suponha que os freires ainda mantinham a guarnição do castelo, em 1190, esta omissão também já foi notada por MATTOSO, José, *Almada no tempo de D. Sancho I*, Câmara Municipal de Almada, 1991, p. 20.

[41] A *Crónica de cinco reis de Portugal*, vol. I, p. 157, refere «Cezimbra» enquanto TAROUCA, Carlos da Silva (ed.), *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal*, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1952, p. 175, fixa «Cojinbra». Adelino de Almeida Calado, na sua edição crítica da *Crónica de 1419*, p. 103, optou por «Coimbra», uma vez que escolheu como texto base o códice do Cadaval (que Tarouca seguiu), por ser mais antigo, extenso e completo (cf. *ibid.*, «Introdução», p. XXXIII-XXXIV). No entanto, Rui de Pina, que se baseou numa versão obviamente anterior a qualquer dos manuscritos quinhentistas que serviram a Magalhães e a Tarouca, também leu Sesimbra (PINA, Rui de, «Chronica del Rey D. Sancho segundo de Portugal», em *Crónicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Ed., 1977, p. 62). Acrescente-se, ainda, que na *Crónica de cinco reis de Portugal*, p. 167, evoca uma segunda vez o mesmo facto: «[D. Sancho] *pouoou couillam e o castelo de coua uelha* [...]. *Tomou a cidade de Silues aos Mouros e fez de nouo o castello de Cezimbra*», o que retira a hipótese de possível lapso na primeira menção. MENDONÇA, Manuela, «A conquista de Sesimbra em 1165», em *Sesimbra Cultural*, n.º 4, Dezembro de 94, p. 21, interpreta a passagem da *Crónica de cinco reis de Portugal* referente à fundação do castelo como respeitante ao ano de 1192. Porém, o autor da crónica indica «*que logo a poucos dias que aquele p[ro]metimento de D. Tareja foi feito mandou el rey renouar o castello de palmela e edeficou o castelo de Cezimbra e no anno depois de deste de uinte e noue foi muj grande fome...*». Ora, o casamento da filha de D. Sancho I com D. Afonso IX de Leão foi acertado em 1190 (BRANCO, Maria João, *D. Sancho I*, p. 191).

[42] CRUZ, António (ed.), *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, Biblioteca Nacional, 1968, p. 101. O autor da *II Crónica Breve* terá recorrido, à semelhança da *Crónica de 1419*, a memórias conservadas em Santa Cruz de Coimbra, particularmente aos letreiros que se encontravam, nos inícios do século XV, sobre os túmulos de Afonso Henriques e de Sancho I (FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto,

1.3. 1191: uma fronteira em movimento

Coubesse a defesa do território arrábico ao rei, à Ordem de Santiago, ou a ambos, quando, em 1191, as tropas de Ya'qūb arrasaram, destruindo-os totalmente, os castelos de Palmela e de Almada (talvez de Coina, talvez de Sesimbra)[43] não encontraram nenhuma resistência. Nas parcas fontes disponíveis nada consta sobre o desempenho dos cavaleiros de Santiago. O silêncio é total. Mais uma vez, à semelhança do que ocorrera em Abrantes e Monsanto, a Ordem não fora capaz de assegurar a defesa dos territórios que lhe haviam sido confiados.

Contudo, sendo questionável a capacidade da Ordem em responder às expectativas que, seguramente, justificaram as doações recebidas das mãos do monarca, o certo é que pouco tempo decorrido, entre 1193 e 1194, os freires estavam instalados em Palmela, instituída que estava em comenda[44].

De Almada não se conhece nenhuma informação sobre uma reocupação cristã, se é que as forças de al-Manṣūr permaneceram no terreno, por pouco

---

Chronicas breves e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra, disponível em <https://revije.ff.uni-lj.si/VerbaHispanica/article/viewFile/6212/5933>, p. 68 [cons. 05--02-2018]).

[43] As fontes árabes omitem quer Coina, quer Sesimbra (*HUICI MIRANDA, Ambrosio, «Las campañas de Ya'qūb al-Mansūr...»*, p. 68, n. 25), referindo apenas a tomada e a pilhagem dos castelos de Palmela e de Almada, que foram arrasados AL-HYMIARĪ, *La Péninsule Ibérique au Moyen âge d'après le Kitāb al-Rawd al-Mi'tar. Texte arabe des notices relatives à l'Espagne, au Portugal et au Sud-ouest de la France*, Évariste, LEVI-PROVENÇAL (ed. e trad.), Leiden, E. J. Brill, S.A., 1938, p. 131). Entre as fontes portuguesas, a *Crónica de Portugal de 1419*, p. 101, alude à devastação de Palmela, Coina e Almada. Já PINA, Rui de, *Chronica del Rey D. Sancho segundo de Portugal*, p. 55, coloca Sesimbra em vez de Coina.

[44] Conforme já foi assinalado Palmela ter-se-á constituído como cabeça conventual entre Maio de 1193, data da carta de doação régia à Ordem de bens em Santarém, na qual Soeiro Rodrigues é referido apenas na qualidade de comendador, e a 1 de Fevereiro de 1194, aquando de idêntico acto, agora a incidir sobre Santos, em que o mesmo Soeiro Rodrigues é citado como comendador de Palmela (cf. CUNHA, Mário Raul de Sousa, *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327*, p. 61, nota 67); I.A.N./T.T., *Forais Antigos*, m. 12, n.º 3, fls. 68-68v, publicado por MARTÍN, José Luis, Orígenes de la Orden de Santiago (1170-1195), Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1974, n.º 289, p. 459-460); *Documentos de Sancho I (1174-1211)*, n.º 71, p. 109-110). Que a Ordem de Santiago estava em poder de Almada e Palmela antes de 1194 (sem menção à fonte) já fora afirmado por AZEVEDO, Rui de, «Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», em BAIÃO, António, CIDADE, Hernâni, e MÚRIAS, Manuel (dir.), *História da expansão portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, Ática, 1937, p. 61.

tempo que fosse, e Sesimbra poderá ter escapado, pela sua posição periférica, à devastação almóada[45], embora apenas seja seguro que ainda antes de 1199 integrava o reino.

Tudo sugere que, na península arrábica, não se tenha operado uma transferência do domínio político[46]. Provavelmente, ao contrário do que aconteceu com Alcácer[47], Ya'qūb al-Manṣūr não tinha por objectivo a ocupação efectiva dos castelos de Palmela e Almada[48], que permaneceriam sob domínio português, quando, no Outono de 1191[49], os reis cristãos, Sancho I incluído, firmaram uma trégua com os almóadas por cinco anos[50]. Acresce a facilidade com que os castelos de Almada e de Palmela eram tomados ou recuperados pelas forças em confronto sem, aparentemente, oferecerem qualquer resistência ao expugnador. Fora assim em 1147, e em 1165, neste caso incluindo Sesimbra. Foi assim em 1191. A sua função geoestratégica residia mais na vigilância das incursões inimigas do que na participação activa na guerra, ofensiva ou defensivamente.

---

[45] Como referimos, apenas PINA, Rui de, *Chronica del Rey D. Sancho...*, refere a destruição de Sesimbra, em 1191.

[46] A substituição do domínio político de um bloco por outro (muçulmano ou cristão) deve ser pensado com extrema cautela (FERNANDES, Hermenegildo, *Entre Mouros e Cristãos...*, p. 70-71).

[47] Ya'qūb al-Manṣūr pretenderia manter Alcácer como baluarte demarcador do espaço muçulmano (BRANCO, Maria João, *D. Sancho I,* p. 190).

[48] CUNHA, Mário Raul de Sousa, *A Ordem Militar de Santiago*, p. 61, n. 67, recusa a ideia de uma hipotética reconquista de Palmela em 1194, argumentando que o arrasamento de Almada e Palmela, sem qualquer resistência, só se explica pela falta de efectivos disponíveis para a fixação de guarnições consistentes nesses castelos muito próximos da marca fronteiriça, ao contrário de Alcácer, mais afastada e protegida. O recuo para Alcácer, logo em 1191, também é sugerido por AZEVEDO, Rui de, «Período de formação territorial...», p. 61.

[49] Ressalve-se que foi encontrado um conjunto de cerâmicas muçulmanas, típicas do início da década de 1190, a par de outros objectos como fivelas de militares, que podem justificar uma curta presença almóada no castelo de Palmela (FERNANDES, Isabel Cristina F., «Palmela Medieval e Moderna: uma leitura arqueológica», em FERNANDES, Isabel Cristina F., e SANTOS, Michelle Teixeira dos (coord.), *Palmela Arqueológica no contexto da região interestuarina Sado-Tejo*, Palmela, Município de Palmela, 2012, p. 114). Mais recentemente, entre as moedas encontradas na Lapa do Fumo foram identificados dois dirham, cunhados em prata, que podem ser datados de 1191 a 1200, CARVALHO, António Rafael WU Chia-Chin, «O Despertar da espiritualidade islâmica no sāḥil de al-Qaṣr / Alcácer [do Sal] entre o emirato andalusī e o califado almóada», em *al-Madan Online*, n.º 21, tomo 3, disponível em <https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline21_3/1?ff=true> [cons. 17-03--2018].

[50] HUICI MIRANDA, Ambrosio, «Las campañas de Ya'qūb al-Mansūr», p. 69 e 74.

Independentemente das lacunas da documentação, parece, pois, legítimo concluir que a investida de 1191 não fez recuar realmente o domínio cristão para a linha do Tejo, antes se saldou pela perda de Alcácer do Sal, ficando, sim, a zona do estuário sadino como referencial fronteiriço. Por outro lado, contraditoriamente, apesar da ausência ou da inoperância administrativa e militar, a milícia de Santiago acabou por se fixar, pela primeira vez, de forma sustentada e duradoura, num território, então fronteiriço, a que ficaria irreversivelmente ligada[51]. Palmela, promovida a sede conventual, passou a ocupar uma situação chave, quer na consolidação do domínio cristão em toda a península arrábica, quer como sustentáculo das investidas em direcção a Alcácer do Sal[52] que culminariam na conquista da cidade, em 1217, com a participação activa dos cavaleiros santiaguistas. Sem esquecer que foi a partir da península da Arrábida que a Ordem escorou a formação do imenso senhorio que controlou no sul de Portugal.

2. Povoamento: a memória da presença árabe e as dificuldades da ocupação cristã

A descrição do cruzado Raul sobre o massacre dos mouros de Almada terá exagerado o número de vítimas apontadas, como é habitual neste tipo de narrativas[53]. Também é possível que entre esses mouros se incluíssem moçárabes. Mas, tendo em conta o cuidado e o pormenor com que o cruzado elaborou uma narrativa manifestamente planeada[54], bem como o conhecimento que revela de todo o processo da conquista de Lisboa, é legítimo supor que estivesse informado de uma forte presença muçulmana em Almada.

---

[51] Sobre a instalação dos freires em Palmela, veja-se FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, «Os Conventos da Ordem de Santiago em Palmela», em *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2009, p. 583-634, e OLIVEIRA, Luís Filipe, «A Ordem de Santiago em Portugal: a conquista das terras do sul (sécs. XII-XIII)», em *La Orden de Santiago. Fortificaciones Y Encomiendas. El Castillo de Estepa* (Estepa, 14 a 16 Setembro de 2009), Actas del V Congreso Nacional Sobre La Cultura en Andalucía. Conmemoración del VI Centenario de la muerte del Maestre Lorenzo Suárez de Figueroa (1409-2009), em Cuadernos de Estepa, n.º 3, 2014, p. 89-102, www.estepa.es <multimedia.dipusevilla.es/estepa/pdf/cuadernosdeestepa01.pdf Estepa, 2014>, p. 89-102.

[52] A única capaz de assegurar a vigilância e a comunicação entre os estuários do Tejo e do Sado (cf. FERNANDES, Isabel Cristina F., «Os Conventos da Ordem de Santiago em Palmela», p. 586).

[53] A desproporção numérica entre as forças oponentes faz parte do esquema actancial deste tipo de textos (MOREIRA, *A Crónica de Portugal de 1419...*, p. 124).

[54] BRANCO, Maria João, «Introdução» em *A conquista de Lisboa...*, p. 12.

Por outro lado, a concessão do foral dos mouros forros de 1170, ao visar o eixo Lisboa-Alcácer, vem sublinhar a importância da comunidade árabe instalada na península da Arrábida, ainda que não exista nenhum comprovativo da existência de mourarias em Almada e Palmela[55].

Se considerarmos o contexto em que se insere – desde 1150 que a situação dos muçulmanos residentes nos recém-conquistados territórios portugueses se vinha a degradar de forma considerável[56] –, mais do que reconhecer uma reorganização das comunidades muçulmanas, ao conferir-lhes um estatuto jurídico próprio[57], o foral de 1170 terá procurado estancar a sangria de uma população decerto fragilizada, à semelhança do que ocorria em Castela e Aragão, onde uma legislação relativamente favorável promoveu a permanência da população anterior à conquista[58]. No caso da península da Arrábida, se os estratos dominantes haviam partido, aqueles que viviam do cultivo das terras ou de um ofício, ou parte deles, terão permanecido, constituindo uma mão-de-obra qualificada ao dispor dos novos proprietários[59], entre os quais se incluía o próprio rei, que deteria já um vasto reguengo na Caparica, afora outros domínios na área de Sesimbra[60].

---

[55] Para Almada, num ano já longínquo para o caso em questão (1289), sobreviveu uma informação singular relativa à moura Azona e a duas filhas que compraram uma casa com quintal na vila (I.A.N./T.T., *S. Vicente de Fora*, 1.ª Inc., m. 4, n.º 17); uma informação tão excepcional como, eventualmente, exemplar da permanência de uma comunidade árabe.

[56] Com a deslocação para bairros periféricos e a progressiva perda da liberdade pela maioria dos seus elementos (GOMES, Saul António, «Grupos étnico-religiosos e estrangeiros», em SERRÃO, Joel, e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. III, COELHO, Maria Helena da Cruz, e HOMEM, Armando Luís Carvalho (coord.), *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do condado portucalense à crise do século XIV*, p. 327).

[57] O diploma de 1170, mais do que um «foro proteccionista», consubstancia uma institucionalização de uma comunidade individualizada no tecido social do país (BARROS, Maria Filomena Lopes de, *Tempos e Espaços de Mouros. A Minoria Muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007, p. 43).

[58] UTRILLA UTRILLA, Juan F., «La sociedad de frontera en el Aragón Meridional en los siglos XI y XIII: cristianos, mudéjares y judíos», em GARCÍA FITZ. Francisco, y JIMÉNEZ ALCÁZAR, Juan Francisco (coord.), *La historia peninsular en los espacios de frontera: las "extremaduras históricas" y la "transierra" (siglos XI-XV)*, Cáceres-Murcia, Sociedad Española de Estudios Medievales/Editum, 2012, p. 337-338, p. 79; BURESI, Pascal, *La frontière entre chrétienté et Islam dans la péninsule ibérique. Du Tage à la Sierra Morena (fin XIe-milieu XIIIe siècle)*, Paris, Publibook, 2004, p. 79.

[59] KEMNITZ, Eva Maria von, «A construção de uma nova sociedade – o caso específico da minoria moura», em *Sociedade, administração, cultura e Igreja em Portugal no século XII*, Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães, vol. 4, p. 86-89.

[60] OLIVEIRA, José Augusto da C. F. de, *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média...*, p. 402.

Um outro aspecto relevante do diploma reside no facto de contemplar um conjunto de comunidades, todas elas inseridas no eixo Lisboa – Alcácer, deixando de parte, por outro lado, núcleos tão importantes como Santarém e Évora onde, provavelmente, o monarca não tinha condições para assegurar a protecção dos islamitas[61] ou as prioridades eram outras[62]. Menos de um ano decorrido sobre o revés sofrido em Badajoz, comprometida que ficara a expansão para leste, Afonso Henriques parece, pois, pretender a consolidação do domínio da faixa ocidental do território português, que passava pela fixação das populações, uma estratégia que seria continuada e reforçada pelo seu sucessor, e que seria sinalizada, logo no início do reinado, com a confirmação do mesmo diploma pela rainha Dulce e suas filhas[63].

Voltando a Almada, embora os achados arqueológicos confirmem, ainda que pontualmente, a presença árabe, ao identificarem estruturas e materiais datáveis do século XII no casco urbano de Almada Velha, em Cacilhas e nos arrabaldes[64], é na toponímia medieval que encontramos informação mais relevante[65].

Desde logo no nome da localidade e de outros lugares próximos como Alvalade[66], Almargem[67], Almuinhas[68], Arrábida[69], que designava um bar-

---

[61] BOISSELIER, Stéphane, *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (X^e-XIV siècles)*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999, p. 106, entende que o silêncio do documento sobre as localidades entre Santarém e Évora somente prova a ausência do exercício da autoridade real nesses locais e daí a impossibilidade de protecção.

[62] A concentração da população islamizada livre entre Lisboa e Alcácer pode encontrar justificação na excentricidade deste espaço face ao principal palco da luta bélica, situado mais a leste, em redor de Évora (BARROS, Maria Filomena Lopes, «Foral dos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer», *Os Forais de Palmela. Estudo crítico*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2005, p. 31-32).

[63] *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, n.º 224, p. 329.

[64] BARROS, Luís, «Arqueologia urbana em Almada», em, ANTUNES, Luís Pequito (coord.), *Núcleo medieval/moderno de Almada velha. Passado como expressão do presente. Exposição*, n.º 2, Almada, Museu Municipal de Almada, 2000, p. 35-36; RAIMUNDO, Maria Inês, e DIAS, Vanessa, «Subsídios para o estudo da ocupação islâmica de Almada» em Anais de Almada, 15-16 (2012-2013), p. 31-46.

[65] Todos os topónimos citados, tanto de Almada como de Sesimbra, foram retirados da documentação produzida entre os séculos XII e XV. Por economia de espaço, indicamos apenas uma cota para cada citação.

[66] Entre inúmeras referências: Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Almada (A. S. C. M. A.), *Tombo da albergaria de Santa Maria de Almada*, fls. 53-54v. O significado do vocábulo não é consensual e as interpretações são muitas. Deixamos aqui aquelas que melhor se ajustam às características de um lugar igualmente apelidado de Crasto: «demarcação murada» (BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario Portuguez e Latino*, tomo I,

ranco sobranceiro ao rio Tejo e a uma pequena reentrância portuária, ou, com sentido impreciso Alfanzina[70] e Algenoa[71]. Na zona da Caparica, para além de Alcaniça[72] e Murfacém[73], designação de origem obscura, provavelmente arábica[74], sobressaem vocábulos híbridos como Alpena[75], um outeiro

---

Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 305; «lugar habitado e murado», CARVALHO, A. Farinha de (ed. e prefácio), *Frei João de Sousa, Vestígios da língua arábica em Portugal*, s. l., 1981, p. 53; [albalate] «cerco de piedras» (CORRIENTE, Federico, *Diccionario de arabismos y voces afines en iberorromance*, Madrid, Gredos, 1999, p. 253).

67 I.A.N./T.T., *S. Domingos de Lisboa*, l. 7, fls. 21. «Almargem» provem do árabe *al-marj*, «pastagem, prado, paul», segundo MACHADO, José Pedro, *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, vol. I, Lisboa, Editorial Confluência, p. 103. Contudo, já foi colocada a hipótese de se tratar de um nome híbrido, pois só almarge é um arabismo "puro" (AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques de, *Toponímia moçárabe no antigo Condado Conimbricense*, Dissertação de Doutoramento na área de Línguas e Literaturas Modernas, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005, p. 523-524).

68 I.A.N./T.T., *S. Domingos de Lisboa*, l. 7, fls. 45. «Almuinha», do árabe *al-muniâ*, segundo MACHADO, *Dicionário onomástico...*, p. 108, que adianta: «pelo menos em alguns casos, o topónimo provém directamente do árabe, i. é, não se trata de nome comum tornado de lugar».

69 I.A.N./T.T., *S. Vicente de Fora*, 1.ª Inc., m. 12, n.º 29.

70 I.A.N./T.T., *Nossa Senhora da Rosa de Caparica*, m. 12, n.º 1.

71 I.A.N./T.T., *Santos-o-Novo*, n.º 1086.

72 Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Almada (A. S. C. M. A.), Tombo da gafaria de S. Lázaro de Cacilhas, fls. 2-2v. Alcaniça deriva do ár. *al-caniça*, que equivale ao português «a igreja», talvez um igreja cristã moçárabe, que o espírito tolerante dos mouros permitia não longe das suas mesquitas (REAL, Mário Guedes, «Toponimia árabe da Estremadura», em *Estremadura. Boletim da Junta Provincial*, série II, n.º VI, 1944, p. 152. A conotação com o culto cristão moçárabe também é abonada por MARTÍNEZ, Juan, *El lenguaje del suelo (Toponimia)*, Jaén, Universidad de Jaén, 2002, p. 452.

73 I.A.N./T.T., *S. Dinis de Odivelas*, l. 26, n.º 419.

74 MACHADO, *Dicionário onomástico...*, vol. II, p. 1023, que prefere grafar «Morfacem», adianta, como mera sugestão, a possibilidade de derivar de (U)mm ul-hasān, «a de Haçan», i. é., «a (aldeia ou qualquer outra propriedade fem. em árabe) de Haçan». Mais recentemente, a sua proveniência foi associada a 'Bu'r Husayn',o poço de 'Husayn', (REI, António, «Ocupação humana do alfoz de Lisboa durante o período islâmico», em NÚCLEO CIENTIFICO DE ESTUDOS MEDIEVAIS (coord.), *A nova Lisboa medieval*, Actas do I Encontro, Lisboa, Edições Colibri, 2005, p. 31, n. 35).

75 Alpena aparece nomeada pela primeira vez como estrema do território de Almada na faixa tagana, na carta de doação de D. Sancho I à Ordem de Santiago, em 1186 (*Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, n.º 14, p. 24). «Alpena» é nome arabizado, como Alvalade, Almoster, Alporão, e compõe-se do artigo invariável «al» prefixando a palavra «pena», corrupção de penha. A sua significação será etimologicamente «a rocha», ou «o penhasco» (REAL, Mário Guedes, «Toponímia árabe da Estremadura», em *Estremadura. Boletim da Junta Provincial*, série II, n.º VI, 1944, p. 151).

de onde se podia avistar a foz em toda a sua largura e, à sua frente, o porto da Trafaria[76]. Também é difícil dissociar os Almouroche[77], vales do Mouro[78] e de Mourelos[79], da presença, pelo menos da memória, de mouros que por ali teriam passado ou vivido, mesmo que ulteriormente à conquista cristã. Na zona leste do termo medieval de Almada, menos povoada, a memória de uma hipotética presença árabe ficou fixada em lugares como Atalaia[80], e Almeirão[81], na Arrentela, e Azogague[82], em Coina. A leste, entre os futuros termos de Almada e Sesimbra, funcionaria já a mina de ouro da Adiça.

Mas o que temos por mais significativo são os topónimos gentílicos que traduzem uma vinculação de clãs ou famílias berberes às terras que ocuparam, através dos vários nomes precedidos por *ben*[83], como Benaferral[84],

---

Por penas ou penhas certos redutos fortificados no alto de montes escarpados (MARQUES, A. H. de Oliveira, «O "Portugal" islâmico», em SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. II, MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), *Portugal das invasões germânicas à reconquista*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, p. 196).

[76] O topónimo Trafaria surge apenas num documento de 1514 (A. S. C. M. A., Tombo da gafaria de S. Lázaro, fls. 123v-124v). Uma sentença de 1389 regista como testemunha um Estêváo Domingues da «atrafelia», cujo indicativo de proveniência poderá corresponder a uma deturpação de Trafaria (*ibid.*, fls. 11v-12v). «Trafaria» é nome formado de Traf, «ponta, cabo», como em Trafalgar, mais o vocábulo latino arena, que normalmente deu areia em português, e no composto referido *–aria* (LOPES, David, *Toponymia Arabe de Portugal*, extrait de la *Revue Hispanique*, tomo IX, Paris, Macon, Protat Frères Impresseurs, 1902, p. 173-174).

[77] I.A.N./T.T., *Santos-o-Novo*, c. 23, cad. 4, fls. 15v-16v e *S. Vicente de Fora*, l. 65, fls. 91-93v, respectivamente.

[78] Desconhecemos a localização precisa do «vale do Mouro». Nomeado na documentação por uma única vez (I.A.N./T.T., *Santíssima Trindade de Lisboa*, l. 104, fls. 90--91), poderá respeitar ao «vale dos Moiros» sito perto de Murfacém referido por ARCOS, Conde dos, *Caparica através dos séculos*, II, Roteiro, Almada, Câmara Municipal de Almada/Comissão Municipal de Turismo, 1974, p. 82.

[79] A. S. C. M. A., Tombo da albergaria de Santa Maria de Almada, fls. 85v-87.

[80] I.A.N./T.T., *S. Jerónimo da Penha Longa*, m. 10, n.º 84. Atalaia provem do «ár. *aT--Talā'a*, lugar alto, onde se exerce vigilância [...]», (MACHADO, José Pedro, *Dicionário etimológico da língua portuguesa com a mais antiga documentação dos vocábulos estudados*, 6.ª ed., vol. I, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 342).

[81] I.A.N./T.T., *Santa Maria de Belém*, m. 3, n.º 31. «Almeirão», de al-mirûn, planta, espécie de chicória, MACHADO, *Dicionário etimológico da língua portuguesa...*, vol. I, p. 206. Parece mais provável a derivação de formas moçárabes, como almiron, provenientes do latim *amaru* (AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques de, *Toponímia moçárabe* ..., p. 524; com o mesmo sentido aparece em CORRIENTE, Frederico, *Diccionario de arabismos*, p. 190).

[82] I.A.N./T.T., *Santos-o-Novo*, caixa 15, m. 6, doc. 1210.

[83] *Ben –*, a forma ibérica de *Banu*, designa células tribais ou clânicas berberes que

Benacidril[85], na envolvência da urbe, Benatega[86] (actualmente Banática) e Benazarquel[87], dois portos do percurso do Tejo que separa a foz do Mar da Palha. Trata-se de um referencial toponímico que permite inferir para a margem esquerda do Tejo uma ocupação berbere semelhante à que ocorria a norte do rio[88].

Convém sublinhar que todos estes topónimos foram extraídos da documentação medieval, o que deixa supor uma continuidade do povoamento após a colonização cristã, pelo menos nos espaços mais preenchidos, no caso, a vila de Almada e sua periferia, com prolongamento na costeira tagana até à Trafaria. Alguns sobrevivem ainda hoje, mas os dados clânicos ou familiares à excepção de Banática, desapareceram na transição para o século XVI, substituídos que foram por nomes portugueses.

Já nas áreas a leste, de solos menos pródigos, com menor visibilidade

---

vincularam o nome à terra que tinham ocupado (MARQUES, A. H. de Oliveira, «O "Portugal" islâmico», p. 140 e 179). A mesma conotação com topónimos gentílicos que traduzem a existência de estruturas clânicas ou tribais aparece em SENAC, Philippe, «Peuplement et habitats ruraux dans la marche supérieure d'al-Andalus: l'Aragon», em *Villages et villageois au Moyen Age*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1992, p. 35). Um artigo bem mais recente rejeita a hipótese de a toponímia em Beni/Bena significar necessariamente uma primitiva instalação nos territórios rurais de células clânicas, embora reconheça que os topónimos com o prefixo *Banū* refletem sempre uma relação de propriedade ou de domínio exercido por famílias ou linhagens sobre um determinado lugar, isto é, para propriedades familiares (MANZANO MORENO, Eduardo, «Quelques considérations sur les toponymes en banū- comme reflet des structures sociales d'al-Andalus», em *Islamisation et arabisation de l'Occident musulman médiéval (VII^e-XII^e siècle)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2011, disponível em <http://books.openedition.org/psorbonne/2516> [cons. 10-02-2018]).

[84] A. S. C. M. A., Tombo da albergaria de Santa Maria de Almada, fls. 81-82. Adoptamos aqui a forma Benaferral, a mais frequente, mas as variantes são diversas. Citem-se as mais repetidas: Bem Alfarra (*Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, FCSH, Universidade Nova de Lisboa/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, n.º 1009, p. 477); Benalferra (I.A.N./T.T., *Ch. de D. Fernando*, l. 1, fls. 43); Benalforra (*ibid.*, 1.ª Inc., m. 19, n.º 9); Benafaras (*Chancelarias portuguesas. D. João I,* vol. II, tomo 1 (1385-1392), Lisboa, Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2005, doc. 167, p. 107.

[85] A. S. C. M. A., Tombo da gafaria de S. Lázaro de Cacilhas, fls. 83-84. Também ocorre Benecedril (*ibid.*, fls. 91v-92v).

[86] I.A.N./T.T., *S. Domingos de Lisboa*, l. 131, fls. 284-287.

[87] I.A.N./T.T., *Nossa Senhora da Rosa de Caparica*, m. 2, n.º 7.

[88] Cf. PICARD, Christophe, «Le renouveau urbain en occident ibérique aux IX^e – X^e siècles, sous l'impulsion de seigneurs muwalladûn», em *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public*, 23^e congrès, Brest, 1992. *Les princes et le pouvoir au Moyen Age*, p. 53-58, disponível em <www.persee.fr/doc/shmes_1261-9078_1993_act_23_1_161> [cons. 28-03-2017].

para o rio, onde pontificavam extensas áreas de matas, a fixação arábica é menos visível e o processo de repovoamento terá sido bem mais lento e tardio, pelo menos de uma forma sistemática (o território do porto de Coina é o exemplo mais notável[89]).

Mais a sul o panorama altera-se, as marcas toponímicas são menos numerosas e concentradas. Ultrapassada a charneca e a extensa mancha de pinhal que preenchia o centro da península, é no limite de Azeitão[90], nas cercanias de Sesimbra e nas proximidades do Espichel, que encontrámos vários topónimos arábicos. Sobressai, é óbvio, o próprio nome da cordilheira pelas conotações do termo que têm sido amplamente glosadas[91]. Em todo o caso, parece indubitável que um mosteiro ou fortaleza, com inerentes funções de vigia, terá existido, e conjectura-se que ficaria na face da serra virada ao sul, acima da reentrância costeira de Alpertuche, no mesmo local onde se instalaria, posteriormente, o convento cristão.

Com funções similares de religiosidade e vigilância, a Azóia[92] antecede

---

[89] Foram as donas de Santos que, a partir da doação de 1271 por Paio Peres Correia, promoveram a colonização da área de Coina (sobre o desenvolvimento de Coina medieval, veja-se OLIVEIRA, José Augusto da C. F. de, *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média...*; «O porto de Coina» em BARATA, M.ª Rosário Themudo, e KRUS, Luís (dir.), ANDRADE, Amélia Aguiar, FERNANDES, Hermenegildo, e FONTES, João Luís (coord.), *Olhar sobre a História, Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, p. 419-427).

[90] O chamado limite de Azeitão abrangia, em tempos medievais, a zona compreendida entre Camarate e Coina-a-Velha, o que coincide com as delimitações registadas para a sua curta existência como concelho (1759-1855) por RASTEIRO, Joaquim, «Noticias archeologicas da Peninsula da Arrabida», em *O Archeologo Português*, vol. II, Janeiro e Fevereiro de 1897, n.º 1 e 2, p. 7 («[...] *era limitado ao oeste pelo Coina* [...]; *o outro lado era a linha divisoria das commendas de Sezimbra e de Palmella*»).

[91] Entre múltiplas referências: «*A rabita era pois um mixto de mosteiro e de fortaleza* [...]», MACHADO, José Pedro (org.), LOPES, David, *Nomes árabes de terras portuguesas*, Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa, 1968, p. 36; «Arrábida», do ár. *ar-rābiTâ*, «convento fortificado para guardar fronteira», MACHADO, José Pedro, *Vocabulário português de origem árabe*, Lisboa, Editorial Notícias, 1991, p. 76. Segundo CORRIENTE, Frederico, *Diccionario de arabismos y voces afines en iberorromance*, Madrid, Gredos, 1999, p. 417, «rábida», provém do árabe andaluz rabita e equivale ao árabe clássico ribāṭ, «*acantonamiento de los musulmanes dedicados a la piedad y la guerra santa*». Sobre as ocorrências do topónimo em Portugal e particularmente neste espaço, veja-se CATARINO, Helena, «Topónimos Arrábida e a serra da Arrábida», em *Sesimbra Cultural*, Ano 1, n.º 01, 2000, 4-17.

[92] Picard, que inicialmente considerava estas edificações como zonas de retiro religioso ou de simples descanso, desprovidas de função militar (PICARD, Christophe, *L'océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne--Maroc)*, Paris, Maisonneuve & Larose/Èditions Unesco, 1997, p. 89), admitiu, poste-

o cabo Espichel. A zona envolvente do cabo releva uma série de topónimos de possível origem moçárabe, a começar pelo próprio nome do promontório, que remete para atalaia[93]. Referimo-nos a lugares como Arneiros, Aguncheira [Aguincheira?], Avitureiras[94], que designavam lugares muito próximos, onde, no período cristão, conviviam diversos casais dedicados à cultura do cereal. Ainda neste estremo ocidental do concelho sesimbrense, assinalem-se Aiana, Albufeira e Alfarim[95], topónimos de ressonância árabe[96], que se inscreviam numa zona fértil, favorecida pela abundância de recursos hídricos.

Já junto ao castelo de Sesimbra, destacava-se uma área designada de Almofala e no sopé da colina do *ḥiṣn* de Coina, Alqueidão, em ambos os casos nomes com conotação militar[97]. Na zona mais fértil, protegida pela pré-Arrábida, estendia-se Azeitão, uma estreita cinta de terrenos propícios à

---

riormente, que as «azóias», nas zonas costeiras, podiam ter um papel similar aos das «arrábidas» (*IDEM*, «*Les ribats au Portugal à l'époque musulmane: sources et définitions*», em FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2002, p. 206).

[93] "Espichel" derivará da palavra latina *specula*, «atalaia», à semelhança de topónimos hispânicos fixados nas zonas de fronteira, como "Spicellos", "Espidel" ou a forma moçárabe "Espiel" (cf. as variantes as diversas variantes toponímicas apresentadas por MARSÁ, Francisco, *Toponimia de reconquista*, sep. da *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, tomo I, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1959, p. 615-616). Também já foi apontada a derivação de *specula* (atalaia) e *speculu* (espelho), «lugar de onde se vigia», formas latinas adoptadas na toponímia moçárabe (AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques de, *Toponímia moçárabe* ..., p. 67).

[94] Arquivo Municipal de Sesimbra (A. M. S.), *Livro do tombo da vila de Sesimbra*, fls. 63-67v.

[95] A. M. S., *Livro do tombo da vila de Sesimbra*, fls. 14v-15, 63-67v, 159v-161v.

[96] MACHADO, *Dicionário onomástico*..., vol. I, p. 92, elenca «Alfarim», remetendo para "Alfarins", topónimo de Sesimbra (variante que desconhecemos), que tanto pode vir do ár. *al-farīx*, com o significado de «corte de floresta, desarborização», como de *al-farāx*, «juncado coberto de flores», de que se teria deduzido um suposto singular Alfarim, no mesmo concelho; "*Albufeira*" do ár. *al-buhairâ*, «lago, lagoa» (*ibid.*, p. 75; "Aiana" derivará de «Ayna», do árabe *'a yn*, «fonte», termo frequente na toponímia granadina (sobre o significado e etimologia de "Ayna", veja-se MARTÍNEZ, Juan, *El lenguaje del suelo (Toponimia)*, Jaén, Universidad de Jaén, 2002, p. 74).

[97] "Almofala", do ár. *al-mahallâ*, «campo, arraial, acampamento: [...] coluna expedicionária», é um topónimo que ocorre frequentemente (MACHADO, *Dicionário onomástico*..., vol. I, p. 106); "Alqueidão", do árabe *al-qaytûn*, «a tenda», aproximável, quanto ao sentido, do topónimo "Almofala" (SERRA, Pedro Cunha, *Alguns aspectos da toponímia lamacense*, sep. de *Anais*, II série, vol. 31, Lisboa, 1986 p. 19).

prática agrícola. Alcube e Alvide[98], em plena serra, bem como o portinho de Alpertuche[99], não distariam muito da possível localização da rábita. Curiosamente, estão ausentes, nesta faixa meridional da península, os topónimos gentílicos, à excepção dos montes de *Benamocer*, acreditando que a designação remete para a própria Arrábida[100]. Contudo, nesta zona, releva o contributo da arqueologia. Apesar de ser contestada[101], e até negada[102], a sua hipotética ocupação sob o domínio árabe, dada a ausência de achados numismáticos para esse período[103], outros vestígios há que apontam para uma presença muçulmana, no espaço do castelo de Sesimbra[104]. Já

---

98 I.A.N./T.T., *S. Domingos de Lisboa*, l. 18 e A. M. S., *Livro do tombo da vila de Sesimbra*, fls. 71-72. fls. 80v-81v, respectivamente. "Alcube", "o morabito", "a cuba", "a alcova"; "Alvide", o novo [povoado] (cf. ALVES, Adalberto, *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013, p. 135 e 204).

99 I.A.N./T.T., *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, m. 4, n.º 271, fls. 83-83v. «Alpertuche», talvez de formação híbrida de *al* –, der. de porto, *-uche*, à semelhança de Coruche (MACHADO, *Dicionário onomástico*..., vol. I, p. 110).

100 Cf. n. 133.

101 Dada a quase inexistência de materiais arqueológicos para o período árabe, a ascendência moura do castelo de Sesimbra é encarada com reservas por CASTELO-BRANCO, Fernando, «Castelos de Portugal – III: Castelo de Sesimbra», em *Mensário das Casas do Povo*, ano XIII, n.º 148, Outubro de 1958, p. 12.

102 SERRÃO, Eduardo da Cunha, *Alguns problemas arqueológicos da região de Sesimbra*, sep. de *Arqueologia e História*, 8.ª série, vol. IX, Lisboa, edição da Câmara Municipal de Sesimbra, 1962, p. 17, 21 e 22.

103 Para o período cristão, as moedas mais antigas encontradas no castelo são dois dinheiros de D. Sancho I (ÁNGELES QUEROL, Maria de los, «Moedas portuguesas do Museu de Sesimbra: I dinastia», em *Estudos arqueológicos. Trabalhos do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*, 1, *1968-1971*, [s.l.], Junta Distrital de Setúbal, 1974 p. 173). Contudo, terá ocorrido um achado no castelo de Sesimbra, de um quirate provavelmente proveniente de uma oficina monetária de Silves, do tempo de Ibn Qasī (ANTUNES, M. Telles, «Mais um quirate atribuível a Ahmad ibn Qasi», *Sesimbra cultural*, n.º 1, Dezembro de 1991, p. 15-17).

104 Em 1975, nos trabalhos de restauro do castelo, foram postas a descoberto três cisternas, uma na alcáçova, e dezasseis silos piriformes escavados na rocha, presumivelmente de origem muçulmana, bem como cerâmicas de uso comum de cariz arábico. Mais recentemente ocorreu a descoberta de uma lixeira, junto à muralha norte, com material também cerâmico anterior à reconquista. Os elementos cerâmicos, destinados à construção ou de uso quotidiano, indicam uma ocupação efectiva entre os séculos X e XII (*Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. O castelo de Sesimbra*, n.º 34-35, Dezembro de 1943-Março de 1944, p. 22 e 27; FERNANDES, Isabel Cristina F., *O Castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela,

no Castelo de Coina-a-Velha ficaram evidentes as marcas de ocupação romana, islâmica e cristã, conforme a preciosa descrição legada por Joaquim Rasteiro, a partir da observação das suas ruínas nos finais do século XIX[105].

Em várias grutas foram encontrados vestígios datáveis do período islâmico que sugerem a sua utilização como postos de vigilância, mas poderão apenas remeter para um ocupação de natureza ritual, ou para um simples esconderijo[106], e não para uma ocupação humana efectiva e permanente.

Na sua generalidade, a distribuição destes lugares insinua já as linhas estruturantes do povoamento do concelho após a colonização cristã: Sesimbra, ao centro, estendia-se por dois braços que acompanhavam as cotas inferiores da cordilheira arrábica[107]. A sede da vila era o castelo, «*que extendia,*

2004. p. 56, n. 36; FERREIRA, Luís Filipe, e GONÇALVES, Luís Jorge, «O castelo de Sesimbra: um castelo de fronteira marítima», em *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, p. 387; FERREIRA, Luís Filipe, *Da pedra ao acorde. O castelo de Sesimbra*, Lisboa, Sextante Editora, 2009, p. 30).

[105] Cf. RASTEIRO, Joaquim, «Noticias archeologicas da Peninsula da Arrabida», p. 33--36. PROENÇA, Raul, «Outra Banda», em *Guia de Portugal*, 1.º vol., *Generalidades – Lisboa e arredores*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, p. 646-647, também observou as *matmoras*, os panos de muralha e as bases de torres.

[106] Na costa da Arrábida, entre Palmela e Sesimbra, as grutas, habitadas temporariamente, desempenharam o seu papel de postos de vigilância em consonância com torres-atalaia e castelos, segundo FERNANDES, Isabel Cristina F., «Aspectos da litoralidade do Ġharb al-Andalus: os portos do Baixo Tejo e do Baixo Sado», em *Arqueologia Medieval*, n.º 9, 2005, p. 52. A hipótese de estes abrigos servirem efectivamente práticas ascéticas e que se tenha processado uma evolução gradual do eremitismo cristão para o sufismo islâmico foi equacionada por CARVALHO, António Rafael, «A antiguidade tardia e a islamização na costa sesimbrense», em *O tempo do Risco: Carta Arqueológica de Sesimbra*, Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, 2009, p. 175-181. Na gruta designada de 4 de Maio, sobre as falésias da serra da Azóia, junto ao Vale das Lapas, foi descoberta, há alguns anos, uma placa de madeira compacta, contendo uma sūra (texto religioso) de natureza mística, provavelmente ligada à presença de morabitinos, que terá sido escondida em meados do século XII (*ibid.*, p. 184-187). A Lapa do Fumo também terá servido de esconderijo a um pequeno tesouro árabe, uma mão cheia de moedas de prata de cunho almorávida (FIGANIER, Joaquim, *Moedas árabes do século XII encontradas no concelho de Sesimbra*, sep. de *Anais*, II série, Academia Portuguesa de História, volume 8, Lisboa, 1958, p. 191; MARINHO, José Rodrigues, *Moedas muçulmanas de Beja e de Silves (um achado monetário no concelho de Sesimbra)*, Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, 1968, p. 40).

[107] A sede da vila era o castelo, «*que extendia, como os dous braços de um gigante, as duas linhas de aldêas, para nascente e para o poente, desde o cabo espichel até à Torre de Camarate em Azeitão*» (PARREIRA, António Maria de Oliveira, «Azeitão», em *Diccionario Universal Portuguez Illustrado*, vol. I, cit, p. 188).

como os dous braços de um gigante, as duas linhas de aldeias, para nascente e para o poente, desde o cabo espichel até à Torre de Camarate em Azeitão»[108]. No restante território, uma configuração litorânea hostil, as incidências da orografia, a mata ou a charneca obstavam à instalação humana.

E se os sinais da fixação muçulmana são menores e mais dispersos, do que aqueles registados para Almada, também as dificuldades de povoamento já sob domínio cristão são aqui mais evidentes. Em 1184, Bernardo Mendes, cónego da Sé de Lisboa, foi recompensado, com a concessão das igrejas «*qui sunt in castello Caune, inter Palmellam et Almadam*» e dos respectivos rendimentos pelo povoamento que havia promovido no castelo de Coina[109]. Apesar do reconhecimento régio, nada sabemos sobre o êxito da iniciativa. Parece certo que o castelo jamais recuperaria a sua importância estratégica e, passados quatro anos, necessitava de obras. Tal não impede que a acção do cónego se tenha dirigido às áreas envolventes e contribuído para a formação de um novo núcleo populacional, perto do sopé da colina acastelada, lugar que era designado, nos séculos XIV e XV, igualmente de Coina-a-Velha [de Baixo][110].

O problema do povoamento colocou-se de novo a Sancho I, agora direccionado para Sesimbra. Conforme consta de um documento datado de 1199, o rei dera Sesimbra, juntamente com umas lezírias, a uns francos que tinham vindo povoar o seu reino. Se a concessão de Sesimbra fora feita nesse mesmo ano ou pouco antes[111] – o diploma participa essa e outras doações nas

---

[108] PARREIRA, António Maria de Oliveira, «Azeitão», em *Diccionario Universal Portuguez Illustrado*, vol. I, cit., p. 188.

[109] Em Novembro de 1184, D. Afonso Henriques havia doado as igrejas e respectivos rendimentos a Bernardo Mendes, cónego da Sé de Lisboa (I.A.N./T.T., *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela, Documentos Régios*, m. 1, n.º 2; publ. em Rui Pinto de AZEVEDO (ed.), *Documentos Medievais Portugueses. Documentos régios*, vol. I, *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques*, tomo I, n.º 35, p. 479).

[110] Moradores em Coina-a-Velha (1369: Convento de S. Domingos de Azeitão, l. 18, fls. 115v-116; 1371: Convento da Trindade, l. 104, fls. 147v-148v); Coina-a-Velha, a par de S. Pedro (1429: Tombo Novo do C. de Sesimbra, fls. 46v-51v / 63-67v). Esta Coina-a-Velha corresponde à actual aldeia da Piedade. No século XVIII ainda permanecia a distinção entre Coina-a-Velha de Cima e de Baixo (CARDOSO, Luiz, s. v. «Cezimbra», *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*, tomo II, Lisboa, Regia Officina Silviana, 1751, p. 618).

[111] Mário Barroca vê na doação aos francos uma possível retribuição a cruzados que tivessem ajudado D. Sancho I na conquista de Sesimbra (BARROCA, Mário Jorge, «A arquitectura militar da Ordem de Santiago. Breves notas sobre alguns dos seus castelos», em *Castelos da Ordem de Santiago*, introdução histórica de Mário Barroca,

margens do Tejo às autoridades de Lisboa, Santarém e Alenquer[112] – o certo

fotografia de Luís Pavão, Divisão do Património Cultural da Câmara Municipal de Palmela, 2002, p. 21. AZEVEDO, Luís Gonzaga de, *História de Portugal*, vol. V, p. 29--30, relaciona a chegada à entrada no Tejo, em 1197, de uma poderosa esquadra de cruzados alemães, com a reconquista cristã de Almada e Palmela. No entanto, MARQUES, A. H. de Oliveira, *Hansa e Portugal na Idade Média*, p. 35, embora confirme a escala em Lisboa e a resolução dos cruzados na ajuda aos portugueses na campanha contra os sarracenos, apenas menciona um assalto a Silves.

112 «*Sciates quia istj ffrancj uenerunt populare in terra mea propter utilitatem meam et filiorum meorum et regnj mej. et ego quibusdam illorum dedj Sisimbriam ut popularent ibj alijs as leziras cum suis terminis et istis propter domnum Vilhelmum quondam siluensem decanum et propter socios suos quj cum eo ueneruntt est etiam uenturj sunt addidj Montem Album de Soor qui est inter Tagum et Caian. ut ibj populent*» (*Livro das Lezírias d'el rei D. Dinis*, transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá Nogueira, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, p. 144-145). Nesta edição, consta o seguinte sumário no índice final (p. 258): «*1199 (Maio, 27) – Mandado – O rei D. Sancho I dá ordem ao alcaide, alvazis e homens-bons de Santarém, ao alcaide, alvazis, almoxarife e homens-bons de Lisboa e ao alcaide, juízes e homens-bons de Alenquer que façam entrega de Montalvo de Sor (entre Tejo e Caia) aos francos de Sesimbra, porque lhes tinha feito doação do lugar*». Porém, o texto tem sido objecto de várias interpretações. Segundo HERCULANO, *História de Portugal...*, tomo II, p. 120-121, Guilherme, deão de Silves, terá aí ficado, juntamente com o bispo D. Nicolau, aquando da tomada da cidade pelos almóadas em 1191. Depois de expulso, passou à Flandres, onde recrutou um numeroso contingente de colonos para se fixarem em Portugal, acabando instalados nos largos campos entre Santarém e Alenquer. Enquanto Rui de Azevedo considera que o rei «*dera Sesimbra e as lezírias do Tejo (entre Valada e Azambuja) a colonos francos recém-chegados*», e que, esperando a vinda de muitos outros para breve, resolvera acrescentar [...] «*Montalvo de Sor, entre o Tejo e a ribeira de Canha*» [e não Caia], Gama Barros, entende que «*a uns dera Cezimbra para a povoarem, e a outros, para o mesmo fim, as Lezírias com seus termos, acrescentando a estas, por causa de D. Guilherme* [...] *e por causa dos companheiros que vieram com elle e de outros que haviam de vir ainda, Montalvo de Sor*» (AZEVEDO, Rui de, «Período de formação territorial ...», p. 61; BARROS, Henrique da Gama, *Historia da administração publica em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.ª edição, dirigida por Torquato de Sousa Soares, tomo V, s. d., p. 76. Mais recentemente, Stéphane Boisselier localiza as lezírias em Sesimbra, fazendo-as corresponder a estruturas de irrigação pré-cristãs; num trabalho posterior, não converte a era hispânica em cristã e conclui pela «*colonisation décisive par des colons Francs de Sesimbra seulement en 1237* [...]» (cf. BOISSELIER, Stéphane, *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (X^e-XIV^e siècles)*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999; «Population indigène, colonisation castrale et encadrement municipal dans le Midi portugais 1147-vers 1279: une exploitation sociale de l'espace?», em BOURIN, Monique, e BOISSELIER, Stéphane (dir.), *L'espace rural au Moyen Âge*, Presses universitaires de Rennes, 2002, p. 68 (está também disponível em <http://books.openedition.org/pur/19892> [cons. em 10-02-2018]).

é que os francos, talvez por preferirem as lezírias do Tejo, não se fixaram. E, apenas dois anos decorridos, Sancho I recorreu à outorga da carta de foral que legitimou o concelho. O modelo seguido (Ávila-Évora) era aplicado, preferencialmente, a circunscrições que se impunha colonizar e reorganizar, ou porque tinham sido perpassadas pelos rigores da guerra ou porque, como se encontravam em situação de fronteira, ainda eram determinantes nas lutas de reconquista[113]. Em todo o caso, o estímulo à fixação do elemento popular fica evidenciado na reduzida carga fiscal imposta aos vizinhos[114], especialmente na omissão do pagamento da jugada pela peonagem.

De qualquer forma não é possível precisar a data da doação inicial e, tão pouco, da incorporação definitiva de Sesimbra no reino de Portugal. Certo é que o monarca concedeu carta de foro à vila, em 1201[115], dirigida «*a vós, povoadores de Sesimbra, tanto presentes como futuros*»[116].

3. A reorganização militar do território e a estruturação administrativa

A sorte de Almada andava (e andaria) intimamente associada a Lisboa[117]. Pela proximidade, mas também pela vigilância da foz do Tejo, ou até pela intervenção directa na defesa do Mar da Palha e dos acessos a Lisboa. No extremo ocidental da Caparica, Alpena (*a penha*) debruçava-se

---

[113] SOARES, *Torquato de Sousa, Apontamentos para o estudo da origem das instituições municipais portuguesas*, Lisboa [s. n.], 1931, p. 124-125.

[114] A leveza da carga fiscal imposta aos moradores – não há qualquer imposto sobre produção agrícola, caça, oficinas dos mesteirais, tendas, fornos e moinhos – faz desta carta de foro um típico foral de fronteira (REIS, António Matos, *Origens dos municípios portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, p. 193).

[115] BARROS, Henrique da Gama, *Historia da administração publica...*, p. 77, considera que os colonos estrangeiros terão sido insuficientes, pois são ignorados pelo foral que o rei mandou passar ao concelho, em 1201.

[116] I.A.N./T.T., *Forais Antigos*, m. 12, n.º 3, fls. 29-30; Forais Velhos, l. único, fls. 82 v; transcrito e publicado em *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, n.º 138, p. 213-216; *Portugaliae Monumenta Historica a sæculo ocatvo post Christum usque ad quintumdecimum, Leges et Consuetudinis*, vol. I, Academia Real das Ciências, 1856 (reimpressão, Kraus Reprint, Nendeln, Liechtenstein, 1977), p. 515-517; CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte (ed.), *Forais de Sesimbra. Memórias de um concelho*, Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, 2001, p. 17-30, de onde retirámos a citação.

[117] Conforme já foi notado, a fortaleza de Almada, nas frequentes menções dos geógrafos muçulmanos, é quase sempre associada aos episódios bélicos que envolveram Lisboa (FERNANDES, Isabel Cristina F., «Aspectos da litoralidade do Gharb al-Andalus...», p. 56).

sobre a Trafaria e ao longo da margem sucediam-se outros lugares igualmente propícios à vigilância da entrada de embarcações no Tejo, como Murfacém, Benazarquel, Alfanzina e Arrábida[118] e o próprio *ḥiṣn* de Almada; por fim, mais a leste, onde rio do Judeu encontrava o esteiro de Corroios, ficava a Atalaia.

Pela face meridional da península o controlo do tráfego marítimo constituía uma preocupação similar. Segundo Christophe Picard, as edificações de Palmela e, talvez, de Sesimbra surgiram em resposta aos ataques vikings, numa zona costeira particularmente exposta, numa altura em que os emires omíadas já procuravam reforçar a influência do poder central nas regiões periféricas, em particular no *Ġarb*[119]. A vaga de assaltos terá contribuído para centrar a prioridade militar na organização de uma rede defensiva assente no acréscimo de fortalezas e de *ribāṭ*, bem como de torres e de outros postos de vigia, ao longo do litoral[120].

Poderão remontar, pois, a meados do século IX as fundações da Arrábida, da Azóia e, no morro sobranceiro à baía de Sesimbra, de uma pequena fortaleza (um *ma'qil*) – possivelmente o "castelo" que teria sido conquistado por Afonso Henriques – dedicada à eventual protecção de vigilantes ou da população, em caso da previsibilidade de ataques[121], conforme sugerem as prospecções arqueológicas acima citadas. Sob os muros do castelo cristão, ficava o lugar da Almofala, «o acampamento», o que reforça a

---

[118] Já foi colocada a hipótese da existência de uma rede de pequenos locais, onde se conjugariam o povoamento com a vigilância e a defesa do território, entre a ponta arenosa da Trafaria e Almada, que incluiriam Murfacém e Almaraz, junto à urbe (CORREIA, Fernando Branco, «Fortificações de iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X – hipóteses em torno da chegada dos Majus (entre Tejo e Mondego)», em *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*, vol. II, FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), Lisboa, Edições Colibri/Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 77-78).

[119] PICARD, *Le Portugal musulman (VIII^e^-XIII^e^ siècle)*, p. 171; *IDEM*, «L'évolution du rôle et de la place des husûn dans le Gharb al-Andalus au regard de l'histoire: quelques hypothèses», em *L'espace rural au Moyen Âge: Portugal, Espagne, France (XII^e^-XIV^e^ siècle)*, Mélanges en l'honneur de Robert Durand Rennes, Presses universitaires de Rennes, 2002 disponível em <http://books.openedition.org/pur/19888> [cons. 10 de Março de 2018].

[120] PICARD, Christophe, *L'océan Atlantique musulman*, p. 82, terá sido durante a governação de 'Abd al-Rahmæn II (822-852) que se fundou o *ribāṭ* da Arrábida e se fortificou Alcácer do Sal, que receberia os Banū Danīs, já no reinado seguinte (PICARD, Christophe, «Les Mozarabes de Lisbonne: Le problème de l'assimilation et des la conversion des chrétiens sous domination musulmane à la lumière de l'exemple de Lisbonne», em *Arqueologia Medieval*, n.º 7, 2001, p. 91).

[121] BARROCA, Mário Jorge, «A arquitectura militar da Ordem de Santiago ...», p. 21; PICARD, *Le Portugal musulman (VIII^e^-XIII^e^ siècle)*, p. 163.

possibilidade da utilização militar ao local, mesmo que esporádica. Em todo o caso, tratar-se-ia de um *ḥiṣn* modesto que, como tal, não mereceu qualquer alusão nas fontes árabes[122]. Mais interior era a localização da «vetusta fortaleza mourisca», nas palavras de Raul Proença[123], de Coina-a--Velha, em cujas cercanias ficava, algures, o lugar de Alqueidão.

Se atentarmos no teor da referida doação a Bernardo Mendes, cónego da Sé de Lisboa, das igrejas «*qui sunt in castello Caune, inter Palmella met Almadam*», isto é, que se situavam na área controlada por Coina, tendo por limites os territórios de Almada e Palmela, temos aqui claramente definidos os três centros polarizadores do espaço peninsular, ou melhor, aqueles que ainda eram considerados como tal, no fecho do reinado afonsino, os únicos dotados de fortalezas no espaço peninsular e que já sobrevinham do período de dominação muçulmana.

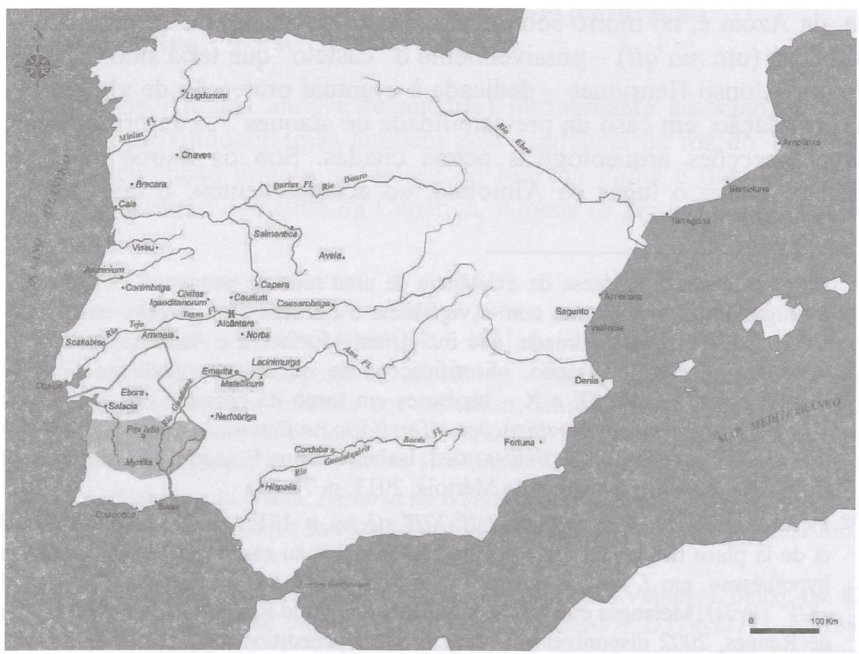


Fig. 1 – «Limites du Conventus Pacensis et de la kūra de Beja»[124].

122 PICARD, Christophe, e FERNANDES, Isabel Cristina F., «La défense côtière au Portugal à l'époque musulmane: l'exemple de la presqu'île de Setúbal», em *Archéologie Islamique*, n.º 8-9, 1998, p. 85.

123 PROENÇA, Raul, «Outra Banda», p. 647.

124 MACIAS, Santiago, *Mértola, Le dernier port de la Méditerranée*. Catalogue de

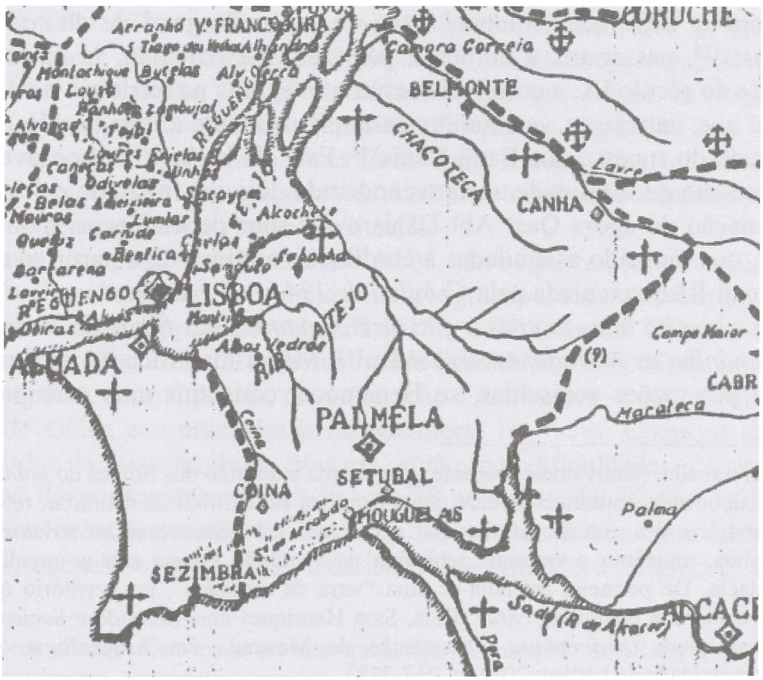


Fig. 2 – «Os territórios conquistados – séculos XII e XIII – tentâme de uma carta histórica» [pormenor][125].

Coina, entretanto, perdia importância. Decorridos apenas dois anos, a referida doação aos espatários de 1186, e a julgar pela demarcação, vaga, dos limites dos territórios em questão, Almada dividiria com Palmela o controlo da península da Arrábida[126], como interpretou Rui de Azevedo (Fig. 2).

Contudo, é possível que a faixa meridional da península atravessada pela Arrábida, até então controlada por Coina dita a-Velha nunca tenha ficado efectivamente na dependência destes núcleos, na continuidade de uma fragmentação administrativa do espaço peninsular que ascendia ao

---

l'exposition *Mértola – histoire et patrimoine, V^e^-XIII^e^ siècles*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, II vol., 2006, p. 14.

125 AZEVEDO, Rui de, «Período de formação territorial...», p. 60/61.

126 «*Et termini de palmela iuntent se cum terminis de Alcazar et de Almadana. Termini et diuisiones de Palmela et de Almadana sint per tagum de fonte de Alpena usque ad focem de Cania et ex alia parte usque ad mare*», como consta numa das cópias, datada do século XIII, da referida doação de 1186, que contém os limites dos castelos de Alcácer, Palmela e Almada (I.A.N./T.T., *Ordem de Santiago, Documentos Régios*, m. 1, n.º 3, publicada em *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, n.º 14, p. 24).

período romano e terá subsistido com o domínio muçulmano[127]. Os limites da Kura de Beja, que acompanharam, de um modo geral, os do *conventus pacensis*[128], passariam, a noroeste, pela zona da Arrábida. Já na segunda metade do século IX, a cordilheira estaria integrada no território de Alcácer do Sal que, entretanto, se autonomizara relativamente a Beja (v. Fig. 1), em resultado do sucesso dos Banū Danīs[129]. Este clã berbere, responsável pelo crescimento da localidade, seria reconduzido, logo no início do califado, na governação do agora Qaṣr Abī Dānis e das suas dependências montanhosas[130], que têm sido assimiladas à cordilheira arrábica[131], a partir da descrição de al-Rāzī veiculada pela *Crónica de 1344*: «*E ẽ no partimento de Beja e de Lixboa há hũus montes a que dizẽ os montes dos filhos de Benamocer e chamanlhe os moradores Arrabida*»[132]. Mas a identificação é questionável, e por razões acrescidas, se Benamocer constituir uma corruptela de

---

[127] Um trabalho relativamente recente, que aborda a questão dos limites do *municipium* Olisiponense, embora considere que a fronteira sul é difícil de delimitar, refere que a maioria dos autores admite que a margem sul pertencesse ao *territorium* de Lisboa, enquanto a restante península da Arrábida estaria sob a jurisdição de Salacia. De permeio, estendia-se uma "terra de ninguém", um território que não pertenceria a qualquer *civitas* (REIS, Sara Henriques dos, *Religião e Sociedade no* Municipium *Olisiponense*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2014, p. 217-218).

[128] TORRES, Cláudio, 1993, «O Garb-al-Andaluz», em MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. I, MATTOSO, José (coord.), *Antes de Portugal*, p. 366. É uma possibilidade que, note-se, não foi seguida por Santiago Macias (cf. Fig. 1).

[129] O clã berbere dos Banū Danīs havia sido expulso sucessivamente de Coimbra e de Lisboa, no âmbito da 1.ª Fitna, antes de se instalarem em Alcácer do Sal (875-876), que, aliás tomou o seu nome – Qasr Abi Danīs. Dado o seu desenvolvimento, cerca de 929, a cidade já se tornara capital de uma Kura (PICARD, *Le Portugal musulman (VIII^e-XIII^e siècle)*, p. 122, 194-195; *IDEM* e FERNANDES, Isabel Cristina F., «La défense côtière au Portugal...». p. 70-71). Sobre o percurso dos Banū Danīs, veja-se, também, FELIPE, Helena de, *Identidad y onomástica de los Beréberes de Al-Andalus*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1997, p. 89-91.

[130] Mais concretamente de Yahyā b. Abī Dānis, para Alcácer, e de seu sobrinho, 'Abd Allāh b. 'Umar b. Abī Dānis, para as ditas dependências (IBN ḤAYYĀN, *Crónica del califa 'Abdarrahmān III An-Nāsir entre los años 912 y 942* (*al-Muqtabas* V), trad. M.ª JESÚS VIGUERA, y F. CORRIENTE, estudio preliminar por José M.ª LACARRA, Saragoça, 1981, p. 193. Sem descriminar o parentesco, os mesmos nomes são indicados como sendo designados para governadores de Alcácer do Sal e para "a montanha imediata" em *Una crónica anónima de 'Abd al-Raḥmān III al-Nāsir*, trad. Évariste LÉVI-PROVENÇAL e Emilio GARCÍA-GÓMEZ, Madrid/Granada, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Miguel Asín, 1950, p. 158.

[131] Trata-se de uma evidência para PICARD, Christophe, *L'océan Atlantique musulman*, p. 82.

[132] Na versão que nos chegou da crónica de AL-RĀZĪ, transmitida pela *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. II, 1951, p. 67.

Banū Matrī[133].

Se se tratar de locais diferentes, então é provável que a área de influência de Alcácer ainda alcançasse Sesimbra[134], aquando do avanço cristão, após 1147. Lembremos que foi da cidade sadina que saíram as tropas de Afonso Henriques que se apossaram de Palmela e Sesimbra, em 1165. Apenas após 1191, quando Alcácer ficou como o posto mais adiantado do domínio almóada, e a península da Arrábida totalmente controlada por Sancho I, se consumou a ruptura territorial.

Com a progressão cristã a sul de Lisboa, são os pontos fortes da organização militar herdada que aparecem progressivamente nomeados por diplomas diversos: primeiro, Almada (1175, 1186), depois Coina (1184 e 1188) e Palmela (1185 e 1186), finalmente Sesimbra (1199). Neste limitado arco temporal, ocorre, porém, uma alteração significativa: a dita subalternização de Coina e a emergência de Sesimbra. De facto, Coina, o centro polarizador da faixa arrábica, passaria, então, por dificuldades – a própria tentativa de povoamento o indicia – e, já no início da década de 1170, perdera relevância estratégica. No foral dos mouros forros entre Lisboa e Alcácer, apenas sobressaem as localidades de Almada e Palmela[135] e, no

---

[133] O nome «Benamocer» pode ser uma transcrição corrompida de «Banū Matrī», clã, provavelmente yahsubita, conotado com uma serra dependente de Lisboa na primeira metade do século X, como consta no *Muqtabis* V (SIDARUS e REI, «Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes», REI, António, *Gharb al-Andalus al-Aqsâ*, p. 150, nota 6). De facto, em 934, é designado um Abdalwārit b. Sa'īd como governador de Lisboa e dos montes dos Banū Matrī e, passado três anos, é destituído, nomeando-se expressamente de «Lisboa, Monte de los Banū Matrī y alfoces» (IBN ḤAYYĀN, *Cronica del califa 'Abdarrahmān III...*, p. 267 e 312). Como o mesmo cronista (*ibid.*, p. 193 e 368) refere como governadores de Alcácer e de suas dependências montanhosas/montanhas, entre 929 / 941, Yahyā b. Abī Dānis e seu sobrinho 'Abd Allāh b. 'Umar b. Abī Dānis, só duas conclusões se podem retirar: ou os montes dos filhos de Benamocer e dos Banū Matrī não são os mesmos, ou, caso contrário, pertenciam a Lisboa e não a Alcácer do Sal. Note-se que Picard, que colocava Benamocer na dependência de Alcácer (nota 121) e que nunca associou essa zona a Banū Matrī, numa obra publicada pela primeira vez em 2014, toma os dois nomes por equivalentes, com a variante de Banu Matar (PICARD, Christophe, *Sea of the caliphs: the Mediterranean in the medieval islamic world*, trad. de Nicholas Elliott, Cambridge, Massachusetts, The Belknap Press of Harvard University Press, 2018, p. 121).

[134] Após a integração no reino aftássida de Badajoz (c. 1033/34-1094), Alcácer constituirá a sede de um *Tagr* sob jurisdição almorávida (CARVALHO, António Rafael, «Alcácer do Sal e o Alentejo Litoral durante o Período Islâmico (séculos VIII-XIII): Uma resenha Histórica», em *Atlas do Sudoeste Português*, disponível em <http://atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/350>) [cons. 10-02-2018].

[135] BARROS, Maria Filomena Lopes, «Foral dos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer», p. 25.

mesmo sentido, vai a protecção papal concedida pelo cardeal Jacinto, em 1173, às igrejas de Almada e Palmela, juntamente com a da Arruda[136]. E se Sancho I, em 1188, ainda almejava a recuperação do castelo de Coina[137], não tardaria a redefinir o quadro geoestratégico da zona, se dermos por segura a edificação do castelo de Sesimbra no ano de 1190. A vontade de impulsionar o desenvolvimento de Sesimbra, sobranceira à costa, com melhores condições na prevenção dos ataques por mar[138], fica patente na tentativa de povoamento com recurso aos francos, ainda antes de 1199, e na atribuição da carta de foral em 1201. E se nos recordarmos que as fontes árabes não registam nenhuma referência a Sesimbra, tão pouco a um eventual *ḥiṣn*, reforça-se assim a possibilidade de que tenha sido D. Sancho I, no ano de 1190, a promover uma edificação que privilegiou as funções de vigilância[139].

Em contraponto ao apagamento de Coina, que até aí tinha valido sobretudo como posto de vigia e de controlo de uma região rural intensamente povoada, bem como da ribeira homónima, navegável que então seria[140], a ascensão de Sesimbra correspondeu, antes de tudo, a uma mudança de natureza geoestratégica. Se as estruturas de vigilância tinham sido erguidas para a prevenção dos ataques normandos[141], e controlar os movimentos de embarcações em direcção ao sul, bem como à foz do Sado, a partir de 1191, transferida que estava a fronteira para o *rio que vinha de Alcácer*, esta funcionalidade ganhava novos sentidos. A Sesimbra passava a caber a

---

136 MATTOSO, *D. Afonso Henriques*, p. 50.

137 Num codicilo ao seu primeiro testamento, datado de 1188, D. Sancho I atribuía, para refazer os muros da Covilhã, de Benquerença, de Coina e de Coruche, 86 035 soldos e pipiões, retirados dos dinheiros que tinha em Santa Cruz de Coimbra, mais uma verba suplementar proveniente da fossadeira e das rendas dos castelos de Vermoim, Penafiel, Benviver e Lanhoso (*Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, 1979, n.º 31, p. 49-50).

138 FERNANDES, Isabel Cristina F., *O castelo de Palmela*, p. 54.

139 Apesar da sua feição gótica, o castelo espelha uma fraca penetração dos conceitos de defesa activa (BARROCA, Mário Jorge «A arquitectura militar da Ordem de Santiago ...», p. 21).

140 FERNANDES, Isabel Cristina F., *O castelo de Palmela*, p. 56.

141 Embora não seja possível precisar o período de aparecimento e evolução dos ribāṭ/s no Ġarb al-Andalus, constata-se que emergiram em zonas fronteiriças, para combater os cristãos, e, na costa litoral, os vikings (PICARD, Christophe, «Ribats et édifices religieux de l'islam sur les cotes du Portugal a l'époque musulmane médiévale. Islamisation et jihad dans le Ġharb al-Andalus», em Rosa Varela GOMES, Mário Varela GOMES e Catarina TENTE (ed.), *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencontros*, Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa, 2011, p. 134).

vigilância, não das embarcações que demandavam o Sado ou o sul atlântico, mas antes daquelas que daí provinham, sobretudo de Alcácer, o centro mais avançado do domínio almóada, para atingirem Lisboa[142]. A torre de menagem do castelo cristão, virada para o percurso da estrada de Azeitão e da embocadura do Sado, dispunha de uma situação privilegiada para perscrutar as movimentações por terra e por mar, substituindo o *ḥiṣn* de Coina com vantagem. Os seus horizontes eram mais vastos, pois estendiam-se desde o cabo Espichel até à costa alentejana, e a sua importância estratégica saía ainda reforçada pelo contacto visual com os castelos de Palmela, Almada e, até, Sintra quando a meteorologia o permitia[143].

Sesimbra foi, pois, a única das três sedes concelhias da península que se afirmou com a reconquista, passando a tutelar um território marcado pela situação simultaneamente periférica e de charneira entre antigas divisões administrativas. Conforme se deduz de delimitações posteriores e do conflito sobre Coina, o termo sesimbrense compreendia, no início, toda a zona que Coina-a-Velha controlaria num passado recente, isto é, parte do maciço arrábico e o percurso da ribeira de Coina até ao esteiro tagano, absorvendo uma área significativa do centro da península. Daí que a linha de separação de Almada se iniciasse, a ocidente, na zona da mina régia da Adiça, de forma a atingir e abarcar longitudinalmente o porto de Coina, seguindo um percurso linear. Aqui inflectia para sul, abarcando Azeitão. Com efeito, o que deixa perceber o arrastado conflito entre as donas de Santos e as entidades concelhias de Sesimbra sobre os direitos jurisdicionais em Coina é que a área envolvente do porto integrava o primitivo alfoz sesimbrense[144].

---

[142] Depois de 1191, cresceu inequivocamente a função estratégica de Alcácer do Sal face a Lisboa (PEREIRA, Maria Teresa Lopes, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2000, p. 45-46).

[143] BORGES, Marco Oliveira, «A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Ġarb al-Andalus. I – Em torno do porto de Colares», em *Revista da FLUP*, IV série, vol. 2, Porto, Faculdade de Letras, 2012, p. 111.

[144] A situação alterar-se-ia com a sua doação por Paio Peres Correia ao mosteiro de Santos, em 1271. Por decisão de Afonso IV, a jurisdição de Coina acabou repartida entre as freiras de Santos e o concelho de Sesimbra. O processo não foi de todo pacífico. O concelho de Sesimbra considerava que o lugar jazia no seu termo, pelo que, embora não questionando a posse patrimonial das terras às donas de Santos, nunca deixou de reclamar, ao longo dos séculos XIV e XV, o direito a controlar, jurisdicionalmente, Coina. O concelho chegou a conseguir que D. Afonso IV, em 1340, lhe reconhecesse o direito de colocar e confirmar os juízes no Porto de Coina (A. M. S., *Livro do tombo da vila de Sesimbra*, fls. 21-22). Mas as partes chegaram a uma avença, em Julho de 1346, com a partilha da jurisdição de Coina, colocando cada uma delas um juiz e um vereador, ficando os pastos e matos à disposição dos vizinhos de Sesimbra, em igualdade de condições com os de Coina, bem como a viagem nas barcas (*ibid.*, fls. 18v-21/I.A.N./T.T., *Santos-o-Novo*, n.º 1281). O foral

Embora o reinado de Sancho I esteja associado, militarmente, ao recuo da fronteira para a linha do Tejo, o que releva da acção do monarca é a preocupação e a capacidade de organizar e consolidar o domínio cristão na península da Arrábida, num período convulso, marcado pela forte reacção almóada à perda de espaço vital e do subsequente reordenamento territorial[145]: primeiro, ao precaver a segunda investida de Ya'qūb, em 1191[146], concedendo foral a Almada e promovendo a fundação do castelo de Sesimbra; depois, ao pensar o território peninsular em função da complementaridade entre um pólo tagano, intimamente ligado a Lisboa, e outro atlântico, debruçado sobre o sul islâmico, como ilustram os diferentes modelos de foral outorgados às duas localidades; finalmente, ao fomentar o crescimento de Sesimbra, valorizada que foi a sua função de atalaia marítima na protecção de Lisboa.

---

novo manteve o compromisso firmado em 1346 no que respeitava às eleições de juízes e vereadores (DIAS, Luís Fernando de Carvalho (ed.), *Forais manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: Entre Tejo e Odiana*, s. l., ed. do autor, 1965, p. 123-125).

145 FERNANDES, Hermenegildo, «Fronteiras e Reconquista» em *Portugal Islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 274.

146 A preocupação de D. Sancho I com o povoamento e a defesa militar, face à perspectiva da renovação dos ataques almóadas, fica bem patente nos onze forais, as oito doações a instituições religiosas em situação de fronteira e as duas a ordens religiosas e militares que concedeu entre 1185 e 1191 (MATTOSO, José, «Notas críticas ao Livro III», em, Herculano, *História de Portugal...*, vol. II, p. 179, n. 34).

EM TORNO DE ÉVORA COMO ESPAÇO DE FRONTEIRA (1190-1217)

Hermínia Vasconcelos Vilar*

Na sua obra *Évora Ilustrada*, o padre António Franco, socorrendo-se das informações do padre Manuel Fialho, invocava a propósito do reinado de Sancho I e da história de Évora: «*D.Sancho I que sucedeu no reino em o ano de 1185 por morte de seu pai, sujeitou o Algarve, e se chamou Rei dele por três anos, até que o perdeu, e outras muitas terras de Alentejo, e outras ao norte passado o Tejo. Destruíram os mouros os campos de Évora. Por ser tão fortificada, não se encostaram a ela*»[1].

Desta forma resumia, em curtas linhas, as menções à conquista de Silves em 1189 por Sancho I, o fugaz domínio deste rei sobre a praça do Algarve e aludia à resistência protagonizada por Évora no contexto das expedições almóadas de 1190-91.

Preocupado com a exaltação da cidade sobre cuja história discorria o padre António Franco não se preocupou em descrever, com pormenor, as campanhas militares ou os vaivéns bélicos das décadas finais do século XII. Na economia do seu discurso ressaltava a resistência de Évora a qual, de forma mais ou menos directa, ligava à presença, na cidade amuralhada, dos freires da ordem que futuramente viria a tomar o nome de Avis, acontecimento devidamente assinalado em páginas próximas.

O padre António Franco dava assim voz e registava por escrito uma das premissas nas quais assentou a leitura que, tradicionalmente, foi feita das expedições muçulmanas de 1190-1191 e dos seus efeitos no espaço a sul do Tejo. Essa leitura articulava a ideia da perda de localidades anteriormente

*Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais
CIDEHUS -UID/HIS/00057/2019

[1] FRANCO, Padre António, *Évora Ilustrada extraída do mesmo nome do Padre Manuel Fialho,* publicação, prefácio e índices de Armando de Gusmão, Évora, Edições Nazareth, 1945, p. 50.

conquistadas e o obrigatório recuo das fronteiras do reino com a da manutenção de Évora como praça cristã, num território agora retornado ao poder muçulmano.

Assim, a afirmação de José Mattoso, feita a propósito destas expedições e no quadro de uma reflexão sobre o reinado de Sancho I, assume uma particular importância. Escrevia este autor, em 1986 e à guisa de conclusão sobre as consequências das expedições de 1190-91: «*Das posições a Sul do Tejo restava apenas uma mais importante, Évora, agora isolada, e numa situação tal que só o facto de ela poder trazer algumas vantagens para ambas as partes pode explicar se tivesse mantido nas mãos dos portugueses*»[2].

Mattoso reafirmava então uma ideia dominante desde Herculano, ou seja, a da resistência e isolamento de Évora no quadro do além Tejo dos primeiros anos da década de 90 do século XII[3], agregando-lhe a ideia do interesse partilhado por ambas as partes na existência de um ponto de intercâmbio e de troca, situado numa zona de marca[4].

Desta feita a ideia prevalecente residia na defesa do retomar de uma antiga zona de fronteira, coincidente com a margem esquerda do Tejo e com os espaços que se estendiam para sul desse rio abarcando o que então era ainda muitas vezes definido como o Além-Tejo ou seja o que ficava para Além do rio que, agora, neste início da década de 90 do século XII, voltava de novo a ser fronteira, apenas quebrada pela existência de uma localidade resistente.

Contudo, o carácter esparso das fontes, o domínio, quase absoluto, de uma documentação de origem régia apenas acompanhada por relatos memoriais centrados no elogio da acção dos seus protagonistas, a par de um acentuado silêncio arqueológico, são factores que têm dificultado a análise do processo de apropriação e organização que precedeu e se seguiu às expedições de 1190-91. A leitura sobre o violento impacto destas incursões,

---

[2] MATTOSO, José, «D. Sancho I, o povoador» em SARAIVA, José Hermano (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, Alfa, 1986, vol. I, p. 516 e ainda do mesmo autor, MATTOSO, José, «Dois séculos de vicissitudes políticas» em José MATTOSO (coord.), *História de Portugal. 1096-1480 Segundo volume,* Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 97.

[3] HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal: desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, notas críticas de José Mattoso e verificação do texto por Ayala Monteiro, Venda Nova, Bertrand, *Obras completas de Alexandre Herculano*, Tomo II, Livro III, 1989, p. 84-85.

[4] Sobre a importância relativa de Évora no quadro do domínio muçulmano e o seu crescimento após o século X, nomeadamente no contexto político dos reinos taifas, veja-se PICARD, Christophe, *Le Portugal Musulman, VIII^e-XIII^e Siècle: L'Occident d'al-Andalus Sous Domination Islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000, p. 197-199.

as quais se saldaram, como adiante veremos, pela perda e destruição de várias localidades, tendeu assim a ser dominante e a encará-las como um momento não de viragem mas, sobretudo, de paragem no processo de expansão cristã, o qual apenas viria a ser retomado, de forma vitoriosa, após Navas de Tolosa em Castela em 1212 e após a reconquista de Alcácer do Sal em Portugal em 1217. Contudo, sem querer negar a paragem no processo expansionista militar que estes anos representaram, o que pretenderemos colocar em relevo é a aparente continuidade de um processo gradual de apropriação e de instalação populacional na região compreendida entre o Tejo e Évora, para o qual aliás Herculano tinha já chamado a atenção[5]. Continuidade entrecortada pelas campanhas militares que obrigaram, com certeza, a uma reorientação das políticas de ocupação territorial, ditada nomeadamente pela perda de Alcácer, e a um repensar dos modelos de instalação e de reforço dos núcleos populacionais.

O que propomos nesta reflexão é, pois, seguir as poucas informações documentais que pontuam o espaço e o arquivo do período compreendido entre 1190 e 1217 tendo como pano de fundo uma região de limites propositadamente flexíveis, mas coincidente, grosso modo, com o espaço do norte e oeste do Alentejo, para, a partir delas, identificar as linhas de uma política de ocupação e organização de um espaço que, na segunda metade do século XII, continuava a ser propício aos movimentos militares de ambas as partes.

Assim, as datas limite aqui consideradas serão, como veremos, bastante indicativas. Se a primeira coincide com a primeira expedição de Yacub Al-Mansur, a segunda reenvia-nos para a conquista de Alcácer e toma-a como ponto de chegada de um processo de organização de uma região mais ampla, no qual a conquista desta localidade se assume como um dado emblemático e que abrirá, aos cristãos, as portas para a ocupação da zona sul do Além-Tejo.

Sem pretender repetir o debate em torno das origens da criação e da presença dos chamados freires de Évora nesta cidade[6], vale a pena relembrar a

---

[5] HERCULANO, *História de Portugal*, p. 125-127.

[6] VILAR, Hermínia Vasconcelos, *As Dimensões do Poder: A Diocese de Évora na Idade Média (1165-1423)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 245-247, e AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, *Las Órdenes Militares Hispánicas en La Edad Media (Siglos XII-XV)*, Madrid, Marcial Pons, História, 2003, p. 89-91, e ainda CUNHA, Maria Cristina, «A filiação da Ordem de Avis em Calatrava. Algumas notas a propósito da visita de 1346» em Isabel Cristina FERNANDES (coord.), *As ordens militares e as ordens de cavalaria na construção do mundo ocidental*, Lisboa/Palmela, Colibri/Câmara Municipal, 2005, p. 317-326. Sobre a Ordem de Calatrava desde a sua fundação até ao final da Idade Média e sobre os processos de exploração dos recursos e apropriação do espaço ver RODRÍGUEZ-PICAVEA, Enrique, *Señores, Caballeros y Comendadores: La Orden de Calatrava En La Edad Media*, Madrid, Ediciones de la Ergástula, 2014.

primeira doação de Afonso Henriques a Gonçalo Viegas, então já intitulado mestre dos freires de Évora, doação na qual lhe conferia a posse do *Oppidum* de Coruche, umas casas do rei em Évora com o seu alcácer velho, bem como uma vinha na mesma cidade e casas no arrabalde de Seserigo em Santarém[7]. Se a importância do eixo Évora-Coruche-Santarém presente nesta doação que compreende bens sediados nestas três localidades foi já realçada em outros estudos[8], a verdade é que esta outorga pressupõe, por um lado, a prévia existência desta ordem da qual Gonçalo Viegas é intitulado mestre, reenviando para uma anterior, embora desconhecida, instalação na cidade, e por outro, aponta no sentido do reforço da militarização de uma praça, conquistada apenas onze anos antes.

O protagonismo militar dado a Gonçalo Viegas e à sua ordem no contexto da cidade conquistada é assinalada não apenas pela posse do alcácer velho[9] mas é reforçado nos anos seguintes através dos dois testamentos deste monarca. Se no primeiro determinava a entrega de 3.000 maravedis ao mestre e aos seus freires instalados em Évora[10], no segundo, datado de fevereiro de 1179, aumentava essa quantia para 10.000 maravedis, entregando-a ao mestre Gonçalo Viegas e realçava que este dinheiro deveria ser gasto na defesa e utilidade da cidade quando tal fosse necessário[11]. Indício possível de uma crescente preocupação com a segurança da praça num contexto de debilitamento físico do monarca e de transferência gradual da prática militar em favor de seu filho Sancho[12]. E apenas neste último documento mencionará um outro protagonista da cidade: a igreja de Évora, cujo

---

[7] AZEVEDO, Rui de, *Documentos Medievais Portugueses,* Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958, p. 427-428.

[8] FERNANDES, Hermenegildo, «Quando o Além-Tejo era fronteira: Coruche da militarização à territorialização» em Isabel Cristina FERNANDES (coord.), *As ordens militares e as ordens de cavalaria na construção do mundo ocidental*, Lisboa/Palmela, Colibri/ Câmara Municipal, 2005, p. 451-485.

[9] Hermenegildo Fernandes identifica o alcácer velho como sendo o alcácer outrora pertencente a Ibn-Wazīr e «*do governador que o rei de Badajoz sempre tivera em Évora*». FERNANDES, «Quando o Além-Tejo era fronteira», p. 456.

[10] *Documentos Medievais Portugueses,* tomo I, p. 430-431. O testamento foi datado pelo coordenador da edição como tendo sido feito algures entre Abril de 1176 e Fevereiro de 1179.

[11] *Documentos Medievais Portugueses,* tomo I, p. 436, «*quos in utilitatem et defensionem ipsius civitatis expendant quando talis necessitas evenerit*».

[12] As características e os condicionalismos derivados do exercício partilhado do poder entre Afonso Henriques e Sancho foram já analisadas por MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Mem Martins, Círculo de Leitores, Reis de Portugal, 1, 2006, p. 235-243 e por BRANCO, Maria João V., *Sancho I. O Filho do Fundador*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006, p. 87-102.

bispo tinha já constado da lista de testemunhas do foral entregue em 1166 pelo rei e que viria a constar da lista de confirmantes de outros diplomas régios nos anos subsequentes[13] sem que, contudo, seja possível aferir da sua presença na cidade. Mas é no testamento de 1179 que Afonso Henriques faz então menção à obra de igreja de Évora a qual beneficia com 500 maravedis, à semelhança do que faz com as restantes sés de Lisboa, Coimbra, Porto, Braga, Viseu e Lamego bem como com o mosteiro de Alcobaça, descrevendo assim uma geografia eclesiástica que coincide igualmente com uma geografia militar à qual se junta inevitavelmente o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, identificado não apenas como destinatário de especiais doações mas também como local de entesouramento e de protecção de uma parte significativa do tesouro régio[14].

Com efeito, os testamentos de 1176 e de 1179 fornecem-nos, através das suas doações, uma imagem bastante interessante do reino. Embora as instituições beneficiadas se espraiem por uma zona relativamente ampla, era em Coimbra e no seu mosteiro de Santa Cruz que o monarca guardava o tesouro que então distribuía.

À partida a escolha deste mosteiro por parte de Afonso Henriques não surpreende sendo mesmo compreensível no quadro das ligações tecidas entre a jovem realeza portuguesa e o recém-fundado mosteiro. A centralidade política de Coimbra no contexto da sociedade política do século XII bem como a influência de uma particular devoção por parte do monarca, constituiriam os factores explicativos adicionais para esta escolha. Contudo, a concentração do tesouro em Coimbra não só reforça a importância assumida por esta cidade, mas revela, igualmente, como da parte de Afonso Henriques, as regiões recentemente conquistadas continuavam a ser encaradas como zonas de fronteira e passíveis de serem palcos fáceis de guerra.

Na verdade, Évora viria a ser objecto de um ataque por parte dos almóadas logo no ano seguinte, em 1180 ou em 1181[15]. O *Bayān*[16] refere a des-

---

[13] *Documentos Medievais Portugueses,* tomo I, p. 371-373 para o foral de Évora. O nome de D. Soeiro, bispo de Évora, surge ainda na lista de confirmantes de documentos datados de setembro e novembro de 1169 bem como de agosto de 1172, respectivamente a p. 385-388, 391-393 e 413-414.

[14] A protecção dispensada por Afonso Henriques a Santa Cruz bem como o papel deste enquanto produtor de legitimidade para o novo rei foi reiteradamente realçada nas obras de José Mattoso. Entre as várias sugere-se a reflexão integrada em MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques,* p. 80-89. De realçar ainda a introdução a VENTURA, Leontina e FARIA, Ana Santiago, *Livro Santo de Santa Cruz*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 9-44.

[15] Hermenegildo Fernandes, no artigo já citado, sintetiza as dúvidas relativas à datação desta expedição entre 1180 ou 1181. Veja-se FERNANDES, Hermenegildo, «Quando o Além- Tejo era fronteira», p. 457, n. 13. Realce-se ainda a referência feita nesta nota

truição dos campos em redor de Évora e o cerco à cidade protagonizado por IbnWanudin, aludindo-se então às muralhas sob cuja proteção os cristãos se teriam colocado : «*Los infieles se ocultaron tras sus muros, como se ocultan las zorras aulladoras, cuando han oído el ruéido del león enemigo*»[17], numa clara alusão à fortificação da urbe, bem distante então, como seria de esperar após as campanhas de amuralhamento[18], da fragilidade que tinha permitido a entrada de Ordonho II no já distante início do século X[19]. A resistência de Évora terá, com certeza, acelerado o levantamento do cerco e o ataque alternativo a Coruche, localidade que embora entregue já à ordem dos freires de Évora, não parece então partilhar o grau de fortificação e a capacidade de defesa que caracterizava Évora[20].

Mais uma vez o *Bayān* detém-se sobre a conquista de Coruche dando particular relevo ao importante número de cativos feito e aos efeitos económicos da chegada destes cativos a Sevilha, cuja presença, no dizer do autor,teria feito baixar os preços e aumentar o bem-estar dos seus habitantes[21].

O impacto deste ataque a Évora não foi, possivelmente, estranho à doação que, ainda em abril de 1181, Afonso Henriques fazia de novo a Gonçalo Viegas e aos seus freires. Entregava-lhes agora, ou seja, em abril, o que reforça a ideia do ataque almóada ter ocorrido na verdade em 1180, as

---

à doação de Afonso Henriques também aqui mencionada, a qual parece apontar para a realização da expedição muçulmana em 1180. Também José Mattoso se faz eco da discrepância de datas. MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques,* p. 265-266.

[16] IBN 'IDHĀRĪ AL-MARRĀKUŠĪ, *fi ijtiṣār ajbār Muluk al-Andalus wa al-Maġrib (La Exposición Sorprendente en el Resumen de las Noticias de los Reyes del Andalus y del Magreb)*, tomos I y II – *Los Almohades*. Traducción española de Ambrosio Huici Miranda, Tetuán, Editora Marroquí, 1953-1954 (doravante designado por *Al-Bayān*).

[17] *Al-Bayān,* tomo I, p. 39.

[18] FILIPE, Vanessa Galiza, *Contributo para o conhecimento da presença islâmica em Yābura – Estudo do espólio exumado nas intervenções arqueológicas do Museu Municipal de Évora*, dissertação de mestrado em Arqueologia, Lisboa, FCSH-UNL, 2012, p. 63 e sgs.

[19] COELHO, António Borges (ed.), *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Caminho, Col. Universitária, 3ª ed. rev., 2008, p. 207-208.

[20] Huici de Miranda assinala a diferente grafia utilizada para identificar Coruche e as dúvidas sobre a sua identificação. *Al-Bayān*, p. 39, n. 1.

[21] *Al-Bayān*, p. 39-40. Hermenegildo Fernandes realça que um tão elevado número de cativos só poderia ser explicado por entre estes se incluírem os cultivadores da várzea «*que, na surpresa do ataque, talvez nem tivessem tido tempo para se recolherem à fortificação*», FERNANDES, Hermenegildo, «Quando o Além-Tejo era fronteira», p. 458. Tanto mais quanto o objetivo de Ibn-Wanudin parecia ser Évora e os campos em redor.

herdades e almoinhas no termo de Évora[22], para lá da isenção do pagamento de portagem e de alcaidaria na venda de alguns bens e confirma a posse de bens em Santarém.

Cerca de um ano mais tarde em Maio de 1182 conferia o foro de Évora a Coruche[23], procurando assim apoiar a reativação da praça destruída, e fazia-o recorrendo a um modelo de foral onde a guerra primava como elemento de ordenamento social e de organização interna, como era o caso do foral de Évora, dado a esta cidade em 1166, o qual tinha tomado como modelo o chamadoforal de Ávila. A partir de Évora este modelo irradiaria para outras localidades do centro e sul de Portugal, numa primeira fase reforçando a vertente militar da localidade que o adoptava, para, numa segunda fase, se limitar a reconhecer uma estrutura social devedora da guerra, em alguns casos já distante[24].

A segunda metade dos anos 80 do século XII saldou-se, no que a este território diz respeito, por uma tentativa de consolidação territorial e patrimonial de antigos e novos protagonistas bem como pelo reforço de algumas praças.

O carácter lacunar da documentação relativa a estas décadas pouco nos deixa perceber sobre a organização e a vivência da Évora recentemente conquistada. Ao relativo protagonismo documental dos freires de Évora contrapõe-se um silêncio quase absoluto sobre outros protagonistas. Silêncio que apenas é quebrado na segunda metade dos anos 80 com três doações que tiveram como destinatário o bispo de Évora. Em 1185 era-lhe entregue a décima parte do quinto de guerra[25], em 1186 Sancho I doava-lhe o seu reguengo chamado do Sobral e em 1187 a décima parte das portagens de Évora[26]. Assim, era assegurado ao bispo, o usufruto de direitos cobrados em Évora e a detenção de um património algo distante, sediado numa região de recuo em relação ao espaço do Além Tejo, e que mercê a sua localização permitiria talvez garantir ao pelado uma base de rendimento que outros bens mais próximos poderiam não assegurar. Mas é também

---

[22] *Documentos Medievais Portugueses, p.* 460-461.

[23] *Documentos Medievais Portugueses,* p. 466-469.

[24] Cristina Cunha estudou a dispersão da outorga deste modelo de foral bem como o seu conteúdo. É assim possível ver como os monarcas utilizaram, de forma dominante, este modelo em regiões de fronteira onde a guerra era uma presença constante ou apenas uma ameaça possível. CUNHA, Cristina, «Forais que tiveram por modelo o de Évora de 1166», Porto, *Revista da Faculdade de Letras,* 1988, p. 69-94.

[25] *Documentos Medievais Portugueses,* p. 484-485.

[26] AZEVEDO, Rui de, COSTA, Avelino de Jesus da, e PEREIRA, Marcelino, *Documentos de D. Sancho I*, Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979, p. 20-21 e p. 30-31.

possível que a relativa subalternidade documental da presença episcopal bem como a posse de um senhorio distante e periférico em relação à sede da nova diocese reflicta também, no silêncio das entrelinhas dos documentos sobreviventes, um já difícil convívio entre os freires de Évora e o núcleo de religiosos agrupados em torno do poder diocesano. Dificuldades que não cessariam de se aprofundar nas décadas seguintes.

Ao contrário do que tinha acontecido com Gonçalo Viegas e com os seus freires, nem Afonso Henriques nem Sancho I se parecem ter preocupado em doar ao bispo, recém-eleito, nem mesmo aos que com ele viviam em comunidade, espaços físicos para se instalarem. Aliás pouco ou nada sabemos sobre os locais que estes ocupariam nesta segunda metade do século XII.

Num espaço de fronteira a restauração diocesana representava, essencialmente, um esforço de afirmação de continuidade e de reforço da legitimidade de uma conquista pela via religiosa, pelo que não surpreende o relativo afastamento ou subalternidade desta presença no contexto marcado ainda por uma forte militarização. As doações feitas por Sancho I tanto aos freires de Évora como a Santiago reforçam esta mesma imagem com a entrega a Gonçalo Viegas dos castelos de Alcanede e de Alpedriz bem como do castelo de Juromenha quando este fosse conquistado[27]e dos castelos de Alcácer, Palmela, Almada e Arruda a Santiago, fortalecendo desta forma a defesa da linha do Tejo[28]. Dentro de Évora os freires detinham ainda, pelo menos desde 1187, o chamado alcácer novo[29], o que lhes assegurava o controle militar da cidade.

E, contudo, um dado parece contrapor-se ou questionar uma leitura de assunção deste espaço como uma zona instável de fronteira.

Tal como seu pai também Sancho I fez, pelo menos, dois testamentos. Um ainda no início do seu reinado, nos anos próximos à conquista de Silves e outro já no final, numa reconhecida conjuntura de crise de sucessão. No primeiro, tradicionalmente datado como oriundo de cerca de 1188, ao qual se teria seguido um codicilo[30], Sancho revela possuir um amplo e

---

[27] *Documentos de D. Sancho I,* p. 29. Em relação a Juromenha, Sancho I coloca a condição da sua conquista: «*si mihi eum Deus dederit*», afirmação que pode pressupor, em Janeiro de 1187, uma intenção ainda existente de continuar o processo de conquista a sul do Tejo.

[28] *Documentos de D. Sancho I,* 22-23. O documento data de outubro de 1186.

[29] BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, Lisboa, FCG-JNICT, 1995, p. 44. De acordo com esta autora os freires de Évora teriam já, pelo menos desde 1187, os dois alcáceres.

[30] A publicação destes dois documentos encontra-se nos *Documentos de D. Sancho I*, p. 47-51. O primeiro identificado como testamento é datado criticamente de 1188, algures após o dia 24 de março. O chamado codicilo é publicado logo nas páginas

valioso tesouro, mas agora disperso por pontos nevrálgicos do reino. A Coimbra, enquanto centro político, já escolhido por Afonso Henriques para espaço de guarda do seu património móvel, Sancho junta Évora, local onde guardava aparentemente uma quantia inferior à que tinha colocado nas torres de Coimbra,mas, nem por isso, menos surpreendente tanto mais que a reserva para o seu sucessor quando adulto[31]. A confiança patenteada pelo rei na praça do sul desenha assim uma nova geografia, a qual parece questionar a imagem de uma zona frágil de fronteira ao mesmo tempo que revela um esforço de apropriação do novo território conquistado e uma tentativa de criação da imagem de um rei cujo poder se espraiava para a região a sul do Tejo, colocando à guarda das suas milícias ou das ordens aí instaladas uma parte do tesouro régio, ao mesmo tempo que rompe com uma centralidade colocada, até então, estritamente em Coimbra.

E nem mesmo os anos seguintes ou as expedições de 1190-91 viriam a romper esta presença e a confiança que o rei parecia depositar ou querer depositar em outros pontos chave. Évora continuará a ser referida no testamento de 1210 como receptáculo de uma parte do seu tesouro e a esta cidade virá a juntar-se Belver, castelo cuja construção Sancho tinha encomendado à ordem do Hospital, alguns anos antes, bem como Tomar, Alcobaça e claro Coimbra[32].

Sem dúvida que a eficácia militar das ordens militares o sossegaria sobre a guarda do seu tesouro, mesmo se sobre parcelas minoritárias do mesmo, mas esta dispersão deixa entrever uma tentativa de afirmação local do poder régio e uma procura de coresponsabilização das ordens militares na defesa do reino e do património régio, destinado aos infantes.

---

subsequentes e apresenta a mesma data. Os problemas colocados pela sua datação bem como pela existência de dois documentos identificados respectivamente como testamento e codicilo foram já analisados por BRANCO, *Sancho I. O Filho do Fundador*, p. 123-128.

[31] *Documentos de D. Sancho I*, p. 48. Deixa ao seu sucessor 10.000 morabitinos de Évora e 60.000 que estariam nas torres de Coimbra.

[32] Mais uma vez o rei destina aos seus filhos o dinheiro guardado em diversos locais e refere de forma clara que o dinheiro deixado ao seu filho Afonso está nas torres de Coimbra e em Évora. Esclarece que o mestre e os freires do Templo tinham em Tomar os morabitinos destinados aos filhos Pedro e Fernando e ao neto Fernando, enquanto o prior e os frades do Hospital têm em Belver os morabitinos que manda dar às filhas que teve com D. Dulce, às netas e aos filhos que teve com Maria Pais Ribeira e Maria Aires de Fornelos. *Documentos de D. Sancho I*, p. 297-301, em especial p. 299. É de referir que os freires de Évora não são claramente mencionados, ao contrário do que acontece com o Templo e o Hospital, o que coloca algumas dúvidas sobre a possibilidade da entrega destes morabitinos à proteção direta da ordem.

O primeiro testamento de D. Sancho não se limitava, contudo, a mencionar o dinheiro guardado em Évora. À semelhança de seu pai também Sancho beneficiou os poderes da cidade dando, porém, no final dos anos 80 prioridade ao bispo e à igreja a cuja obra destinou uma significativa soma de dinheiro e 50 marcos para o frontal. Aos freires de Évora destinou animais e armas cuja posse dividiu entre estes e os frades de Alcácer, ou seja, com a ordem de Santiago.

Em 1210 de novo a ordem dos freires de Évora era contemplada, mas assumindo agora a dianteira enquanto destinatária de doações. Ao bispo destinou cerca de dois mil maravedis e ao mestre cinco mil, aos quais juntou cavalos e azémolas. É obvio que o quadro de doações incluído no testamento respondia a outros condicionalismos que não os derivados apenas do equilíbrio regional entre poderes ou às preocupações com a estabilidade territorial da região a sul do Tejo. Tal como já foi demonstrado por Maria João Branco[33], a conjuntura da produção do testamento é marcada pela crise de sucessão e por anos de acentuada conturbação política. Contudo, ele não deixa de reafirmar a continuidade dos poderes prevalecentes em Évora e a centralidade que o bispo e os freires continuavam a ter na urbe do sul.

A aparente contradição que se desenha entre a confiança manifestada por Sancho I em relação às localidades instaladas na margem esquerda do Tejo desde o final dos anos 80 do século XII e mesmo no decurso dos primeiros anos do século XIII e a visão, um pouco redutora, de um abandono de uma zona de guerra após as expedições de 1190-91 surge pois como um bom ponto de partida para a análise do processo de ocupação e organização territorial dos anos subsequentes a 1190. Não sendo nosso objetivo reavaliar a cronologia das expedições militares ou lançar novas luzes sobre a conquista de Alcácer, o que se pretende é tão só compreender como algumas iniciativas e a continuidade de uma política de povoamento desenvolvida entre as expedições de início dos anos 90 e 1217, criaram condições adicionais para a conquista definitiva de Alcácer e como a imagem de uma Évora isolada merece ser relativizada.

Os relatos muçulmanos, como adiante veremos, colocam a ênfase na violência com que as expedições de 1190 e de 1191 irromperam pelas planícies alentejanas e por algumas povoações da margem norte do Tejo.

A reconquista de Silves por parte de al-Manṣūr em 1191 teria saldado este movimento de recuperação e de punição em relação ao avanço de Sancho I para sul dois anos antes. Com efeito, pouco teria então restado ao monarca português, para lá dos esforços despendidos na defesa da linha do Tejo ou no apoio a praças como foi o caso de Tomar, onde a defesa de Gualdim Pais e da ordem do Templo terá permitido parar o avanço muçul-

---

[33] BRANCO, *Sancho I. O Filho do Fundador*, p. 220 e sgs.

mano. Não surpreende, assim, que as expedições de 1190-91 tivessem sido seguidas pelo estabelecimento de novas tréguas pelo prazo de cinco anos.

A estratégia adoptada em 1190 por Ya'qūb al-Manṣūr foi já repetidamente analisada e realçada. A organização de três expedições enviadas de forma quase simultânea, mas dirigidas a diferentes pontos do território cristão parecia destinada ao sucesso. Tendo como objetivo o ataque ao coração do reino português no dizer de *al-Bayān* ou seja a cidade de Coimbra[34], bem como a recuperação de Silves conquistada por Sancho em 1189, a verdade é que a expedição se saldará por um relativo insucesso apesar da destruição de Torres Novas e das campanhas feitas em redor de Évora por Abū Zakariyyā'.

A partida tardia de Córdova, as dificuldades com o abastecimento, a carestia e a alta dos preços dos cereais, bem como a doença do califa contribuíram para este relativo insucesso.

Mas se o vale do Tejo e algumas povoações a norte deste rio surgem como os alvos privilegiados da expedição de 1190, será Alcácer e as localidades em seu redor que congregarão as atenções em 1191. E será então, nos meses da primavera e verão de 1191, que a rota de Ya'qūb al-Manṣūr o levará pelo Alentejo central até Alcácer do Sal.

Aí terá chegado no início de junho ou ainda em maio após ter saído de Sevilha no final de abril, ou seja bem mais cedo do que em 1190. A praça capitularia após alguns dias de cerco, a 10 de junho, tendo sido entregue a um novo governador muçulmano, Ibn-Wazīr[35]. A esta vitória seguiu-se a conquista e destruição de Palmela, Coina e Almada, lugares entregues à ordem de Santiago, e cuja destruição permitiu eliminar pontos de defesa da linha do Tejo e espaços a partir dos quais novos ataques poderiam ser dirigidos contra os campos que rodeavam Alcácer. Ao contrário do que tinha acontecido no ano anterior Ya'qūb al-Manṣūr não parece ter estado particularmente interessado em atravessar o Tejo, rumando antes a sul e a Silves que se renderá a 20 de julho.

No relato feito por *al-Bayān* destas expedições duas ideias parecem ressaltar. Uma patenteia o relativo desinteresse que a expedição de 1191 parece manifestar pela margem norte do Tejo ao contrário do que tinha acontecido antes. A outra, reside na relativa, senão mesmo quase total, ausência de referências a resistência por parte dos cristãos, nomeadamente resistência protagonizada ou dirigida pelo rei, pelo menos aquando da campanha de 1191.

É possível que o insucesso dos ataques a Tomar estivesse ainda demasiado presente para que uma nova campanha fosse lançada contra esse

---

[34] *Al- Bayān,* p. 162.

[35] *Al-Bayān,* p. 170.

território, da mesma forma que o hipotético ataque a Coimbra mencionado no *Bayān* tivesse sido abandonado em favor de alvos mais definidos e estratégicos para a consolidação do poder almóada na região sul do Além-Tejo. Na verdade, a campanha de 1191, embora mais violenta nos resultados a acreditarmos na descrição das fontes, as quais referem como as praças conquistadas, à exceção de Alcácer, tinham sido destruídas a ponto de apenas os corvos aí viverem[36], surge também como mais direcionada e eficaz nos seus alvos. E um deles era sem dúvida Alcácer, localidade que, ao contrário das demais, é mantida e entregue a um novo governador, ação elucidativa da importância estratégica desta praça.

O silêncio sobre o rei ou sobre a resistência dos freires que senhoreavam já estas localidades é também em si um dado importante. É passível pensar que pouco restaria mais a Sancho, num contexto de supremacia almóada e de existência de tréguas estabelecidas entre os muçulmanos e os restantes reinos ibéricos, com realce para Castela e Leão, do que assegurar a defesa dos pontos chave da margem direita do rio, aproveitando para tal o apoio despendido pelas ordens militares, como aconteceu com o Templo. É mesmo possível pensar que a perda de Silves seria considerada como mais ou menos inevitável, tendo em conta as dificuldades inerentes ao seu abastecimento e manutenção. E daí a autorização dada para a rendição de Rodrigo Sanches[37].

Mas é também verdade que Sancho não andaria muito longe dos campos de batalha.

Dois documentos régios datados destes meses centrais apresentam Sancho I como sediado em Santarém onde, a 15 de julho de 1191, doa a Pedro Ferreiro a herdade de Ordiais, confinante com Tomar[38] e onde muito possivelmente já estaria a 24 de junho quando confirma a divisão das propriedades e dos rendimentos da igreja de Santa Maria de Santarém[39]. Se no documento de 15 de julho ainda se identifica como rei de Portugal e do Algarve,

---

[36] *Al-Bayān*, p. 170. De acordó com Ibn 'Idhārī, Ya'qūb al-Manṣūr ter-se-ia dirigido, depois de Alcácer, para Palmela, onde após a rendição e saída dos seus defensores, saqueou a cidade e a mandou destruir pelo que: «*Las cábilas de esclavos del ejército lo dejaron negro y deshabitado como la superficie del desierto, tanto, que lo desconocieron los ojos y lo habitaron los cuervos*».

[37] António Castro Henriques enuncia também essa aparente aceitação do inevitável por parte de D. Sancho. Tal como refere, era talvez prematuro o título de *"Rei de Portugal e do Algarve"* que o rei ostenta durante estes dois anos. Na verdade, a manutenção da praça de Silves estava ainda demasiado afastada do centro nevrálgico do reino pelo que o seu abastecimento e manutenção colocariam significativos problemas. HENRIQUES, António Castro, *Conquista do Algarve (1189-1249). O segundo reino,* 2003, p. 47-49.

[38] *Documentos de D. Sancho I,* p. 85-86.

[39] *Documentos de D. Sancho I,* p. 83-85.

o segundo reino depressa desaparecerá da intitulação régia, tal como a documentação datada dos meses finais de 1191 deixa entrever[40].

No relato destas expedições Évora surge como objecto de ataque em 1190 por parte de Abu Zakaryia. Ataque sem sucesso aparente e possivelmente saldado apenas pela pilhagem dos campos e das localidades em redor.

É possível que a presença dos freires de Évora na cidade tivesse dissuadido os atacantes e repelido possíveis ataques, mas parece ser também claro que a cidade não constituía, para o poder almóada, um centro nevrálgico a reconquistar como acontecia com Alcácer. Nem mesmo a sua hipotética pilhagem teria o impacto simbólico que o saque de localidades situadas a norte do Tejo e, como tal, mais próximas do centro político do reino, ou seja, da região conimbricense, poderia ter. Neste contexto é possível supor que a conquista de Évora ou melhor os custos dessa conquista interessassem menos do que a sua manutenção em mãos cristãs. Situação explicável por alguns autores pelo facto desta cidade poder servir de entreposto comercial entre cristãos e muçulmanos ou tão só porque a estratégia seguida procurava mais assegurar o controle de alguns pontos chave e a destruição de polos de defesa e consolidação da linha do Tejo, transformando assim este território numa zona de passagem e de saque, mas não de instalação. E desta forma, não obstante a violência dos combates ou os efeitos imediatos da destruição causada, a política de ocupação e de consolidação do povoamento por parte do poder cristão não parece ter sofrido uma interrupção duradoura. A estratégia que se acelera pouco após as expedições de 1190-91 dotará a região a norte e em redor de Évora de uma linha cada vez mais articulada de localidades e de castelos defensivos, mas demorará ainda quase 30 anos a reconquistar Alcácer.

Se, no imediato, a reacção militar de Sancho I às expedições de 1190-91 poderá ser difícil de retraçar, a verdade é que tanto Sancho como Afonso II não deixarão de se desdobrar, nos anos imediatos, em iniciativas que, não dependentes da intervenção militar, assegurarão a continuidade da ocupação cristã através do povoamento e controle de regiões deficientemente polarizadas.

Assim, logo em 1194 Sancho entrega ao Prior do Hospital a chamada terra de Guinditesta com a obrigação de construir um castelo chamado Belver. Terra cujas fronteiras delineavam um território, o qual se espraiava

---

[40] A 8 de Novembro Sancho é apenas referido como «*Santius Dei gratia Portugalensium rex*». *Documentos de D. Sancho I,* p. 87-88. Sobre as oscilações da titulação régia a propósito da conquista de Silves ver ainda LEITÃO, André, «Do Garb al-Ândalus ao "segundo reino" da "Coroa de Portugal": território, política e identidade», em *CLIO Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa,* 16/17, 2008, p. 80-84.

pelas duas margens do Tejo, ligando-as e articulando-as numa mesma unidade contínua entregue à ordem do Hospital. Ultrapassava-se assim, de alguma forma, a noção dominante de um Tejo como fronteira e responsabilizava-se uma ordem, até aí relativamente afastada dos territórios a sul deste rio, pela gestão e apropriação de uma vasta região de contornos mal definidos e deficientemente controlada pelos cristãos[41].

O mesmo acontecerá com a terra da Açafa entregue ao Templo em 1199 em troca de Penas Róias e Mogadouro[42]. Também este território se espraiará por ambas as margens do Tejo, de forma contínua, mas também contigua à terra de Guinditesta[43]. Desta forma, uma larga faixa de território localizado na margem esquerda do rio era entregue ao poder de duas ordens militares que assim fechavam hipotéticos avanços sobre a linha de Tejo.

Não admira, pois, que Sancho I em 1210, tal como já referimos, encontrasse em Belver um local para sediar uma parte do seu tesouro. Sem dúvida, que era uma prova de confiança na ordem do Hospital e nos seus cavaleiros, tal como o era em relação à ordem do Templo e ao tesouro guardado em Tomar e em relação aos freires ainda instalados em Évora. Mas para lá da confiança militar não se pode deixar de entrever nesta opção de divisão e de dispersão do tesouro uma imagem do reino que se pretendia difundir e dificilmente se pode deixar de integrar esta opção numa estratégia contínua de consolidação de uma presença que as expedições de 1190-91 apenas interromperam momentaneamente, mas que não questionaram em toda a sua amplitude.

Continuidade reforçada pela doação de foral a Torres Novas logo em outubro de 1190, ou seja, no rescaldo da expedição de Ya'qūb al-Manṣū no verão desse mesmo ano, a qual, de acordo com os relatos, se teria saldado

---

[41] A doação é feita a 13 de junho de 1194 e tem como destinatários o prior do Hospital e os seus frades. *Documentos de D. Sancho I*, p. 112-113. O conteúdo desta doação já foi estudado BARROCA, Mário, e COSTA, Paula Pinto, «A Doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I. Leitura e contextualização do documento de 1194», em Isabel Cristina FERNANDES (ed.), *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*, Palmela/GEsOS, 2009, p. 679-714. Neste estudo para além da tentativa de reconstrução da doação original são ainda traçados os limites originais da herdade doada e das dúvidas colocadas por essas limitações.

[42] *Documentos de D. Sancho I*,p. 181-183.

[43] Sobre a sobreposição de limites entre estas duas doações os mapas VI a VIII elaborados por Filipa Santos na sua dissertação de mestrado são particularmente elucidativos. Sobreposições que espelham a fragilidade do controle e da organização dos espaços doados e uma possível fragilidade do controle exercido pelas ordens militares. SANTOS, Filipa, *O Médio Tejo dos meados do século IX à primeira metade do século XIII: militarização e povoamento*, dissertação de mestrado em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

pela conquista da localidade, após a saída da população[44]. Mas também no foral dado alguns meses antes, em agosto desse mesmo ano, a Almada, ou seja nas vésperas da expedição de 1191[45], no foral dado por D. Paio, mestre da ordem de Évora, a Benavente e confirmado por Sancho I em 1200[46], bem como nas cartas foralengas outorgadas a Sesimbra em 1201 e em 1203 a Montemor o Novo[47].

Neste último caso a localidade de Montemor receberia o modelo de foral dado cerca de 40 anos antes a Évora, um foral que continuava a utilizar a guerra como factor de hierarquização social.

À presença das ordens militares, reforçadas no decurso da década de 90 junta-se assim o incentivo à fixação de população ao largo de uma zona que compreendia localidades integradas na posse dos freires de Évora e que descrevia uma linha de defesa desenhada pelas doações dos anos 70 e 80 do século XII, bem como polos populacionais de jurisdição régia, como acontecia com Montemor.

Povoar é também a preocupação evidenciada pela documentação quando em 1199 é ordenado aos pretores de Santarém, Lisboa e Alenquer a demarcação de terras em Montalvo de Sor para a fixação de francos os quais de acordo com o rei tinham vindo para o seu reino para povoarem com grande utilidade dele e dos seus filhos e do seu reino[48].

Gradualmente, o arquivo expande-se entre o final do século XII e o início do século XIII, permitindo-nos dispor não apenas da documentação régia que definia espaços de jurisdição do poder real coincidentes com as cidades mais importantes e retribuía ou reconhecia a eficácia militar e senhorial das ordens militares na apropriação dos espaços intermédios, pouco polarizados, mas também da documentação que, de forma paulatina, nos deixa adivinhar o processo de organização e de implantação dos poderes ao nível local.

Neste caso interessa-nos em particular seguir o alargamento do arquivo relativo a Évora e muito em particular no que respeita à memória da presença diocesana. Esta não recua para lá de 1200. Antes, as menções aos bispos de Évora limitam-se a assinalar a sua presença como testemunhas em diplomas régios ou como destinatários de doações. Mas o início do século XIII marca igualmente o princípio da memória arquivística do

---

[44] *Documentos de D. Sancho I,* p. 76-79.

[45] *Documentos de D. Sancho I,* p. 71-75

[46] *Documentos de D. Sancho I,* p. 195.

[47] *Documentos de D. Sancho I,* p. 213-216 e 231-234. Também Maria João Branco assinalou este movimento gradual e quase silencioso, de ocupação do território e em particular da península de Setúbal. *D. Sancho I*, p. 181.

[48] *Documentos de D. Sancho I,* p. 180-181.

cabido de Évora, com o documento que estabelece a divisão do património entre o bispo e o cabido e a consequente criação das mesas, datado de 1200[49]. Embora não seja mencionado o local de realização deste documento, ele elenca pela primeira vez o conjunto dos cónegos e das dignidades[50] e refere a sua celebração na presença do bispo, o que faz pressupor uma prévia existência comunitária. Esta divisão será seguida em 1206 por uma nova partilha, entre os mesmos intervenientes, reflectindo uma acumulação gradual de património[51]. Com efeito, por entre o articulado dos documentos de criação das Mesas episcopal e capitular e de divisão das ofertas bem como de bens entretanto chegados à posse da Sé, desenha-se um fluxo continuado de oferendas e a existência de um corpo de fiéis gradualmente enquadrado no espaço diocesano.

É assim que em 1206 bispo e cónegos dividiam, para lá das oferendas resultantes do culto, casas e herdades em Coruche, vinhas e olivais em Santarém, moinhos no Alviela e bens em Monte Agraço.

Nesta data o cabido reconhecia ainda pertencer ao bispo a posse da igreja fundada por D. Paio em Montemor, a qual seria, possivelmente, a de Santa Maria fundada já após 1203. Mas as relações de dependência ao nível eclesiástico entre Évora e Montemor não se restringiam a esta igreja. Alguns anos depois Fernando, deão de Évora, entregava ao mosteiro de S. Vicente de Lisboa, com autorização do cabido, a igreja de S. Mateus de Montemor, com todos os direitos, incluindo paroquiais, à excepção dos direitos devidos à sé de Évora[52].

Indícios de que estava em curso o processo de constituição de uma malha paroquial.

---

[49] O documento que formaliza a divisão dos rendimentos entre bispo e cónegos refere seguir o modelo de Coimbra, afirmação importante no contexto da organização capitular que se estende a múltiplas dioceses numa cronologia compreendida entre a segunda metade do século XII e a primeira metade de Duzentos. Este documento foi já publicado e analisado por alguns autores. Veja-se VILAR, *As Dimensões do Poder: A Diocese de Évora na Idade Média (1165-1423)*, Lisboa, Estampa, 1999, p. 31-32 e em particular nota 13 e p. 113-114.

[50] VILAR, *As Dimensões do Poder: A Diocese de Évora na Idade Média (1165-1423)*, p. 121-122.

[51] Arquivo do Cabido da Sé de Évora, *PT/ASE/CSE/A/004/Lv001-1185-1345 [Séc. XIV]* (antigoCEC 3-III), fls. 4-5. Este documento foi publicado por PEREIRA, Gabriel, *Documentos Históricos da Cidade de Évora,* Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1998, p. 560-561.

[52] Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Mosteiro de S. Vicente de Fora,* maço 1, n.º 40 para a doação que é feita perante o bispo de Évora D. Soeiro. A confirmação da doação é feita pelo mesmo bispo no ano seguinte. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Mosteiro de S. Vicente de Fora,* mç. 1, n.º 41.

Mas a este nível também os acordos estabelecidos entre o bispo e os freires de Évora, cerca de 1200, merecem uma particular atenção.

Estes acordos constituem, na verdade, os primeiros de uma longa série de composições estabelecidas entre as duas instituições e que se prolongarão por toda a Idade Média. No caso vertente a discussão travada centrou-se em torno da posse de Benavente, mas sobretudo, em torno do estatuto da igreja de S. Miguel detida pela ordem, em Évora, num espaço contiguo à sé. Os freires aceitavam então que a sua igreja não assumisse um estatuto paroquial, de forma a não conflituar com os interesses e a influência espiritual da Sé, enquanto o bispo aceitava a sua existência no que seria um espaço directo de influência episcopal[53].

No que respeitava a Benavente a ordem aceitava pagar a quarta parte da dizima e mortuórios e comprometia-se a apresentar ao bispo os capelães que escolhesse para posterior confirmação. Era então invocado que a vila tinha sido povoada pela ordem e pelos seus frades, deixando subentendida a legitimidade dos direitos exercidos pelos freires de Évora.

Estabelecidos no final de dezembro de 1200 perante Sancho I, estes acordos vinham pôr fim a um anterior conflito, iniciado algures nos anos anteriores e cuja resolução parece ter implicado a intervenção de Sancho I e do arcebispo de Compostela, a quem, desde a bula de Inocêncio III de 1199, cabia a jurisdição da nova diocese eborense. Aliás o próprio Papa se fará eco deste conflito quando logo em maio de 1201 encarregou o prior de S. Vicente de Lisboa e a Fernando Mendes,monge de Alcobaça,de inquirirem sobre as queixas dos freires de Évora a propósito da ocupação ilegal de uma terra por parte do bispo de Évora[54], bula à qual se seguiu uma outra datada do dia imediatamente seguinte ou seja 17 de Maio, de proteção dos bens do mestre e da ordem em Évora, Coruche, Benavente, Santarém, Lisboa, Mafra, Alcanede, Alpedriz, entre outros lugares[55]. A memória documental relativa a estes anos coloca o acento, por um lado, no esforço de organização interna da estrutura diocesana e, por outro, nas consequências derivadas dessa mesma organização ao nível da relação entre instituições. E, em paralelo, silencia a origem desse mesmo processo, algures iniciado nas décadas finais do século XII.

---

[53] Arquivo do Cabido da Sé de Évora, *PT/ASE/CSE/A/004/Lv001-1185-1345 [Séc. XIV]*, fls. 18v-19

[54] COSTA, Avelino de Jesus da, e MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *Bulário português: Inocêncio III (1198-1216)*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 154. A menção incluída no Bulário tem como base a informação mais extensa de ABRANCHES, Joaquim dos Santos, *Summa do Bulário Portuguez,* Coimbra, 1895, p. 266, n.º 1786.

[55] *Bulário português: Inocêncio III (1198-1216),* p. 155-156.

Neste quadro a doação de Avis à ordem dos freires de Évora por parte de Afonso II, em 1211, não surpreende[56]. Em parte, continua uma estratégia já seguida por seu pai de colocar ordens militares em zonas de fraca polarização e ainda marcadas por uma acentuada desorganização, onde nenhum núcleo populacional de importância se impunha. Adicionalmente, permitia separar a Évora, sede diocesana, da Évora, sede de ordem militar e como tal apaziguar futuros problemas de jurisdição e posse.

E embora a aceitação dessa mudança por parte dos freires de Évora tenha tardado, se entendermos a outorga do foral a Avis por parte do rei em 1215 e 1218[57] como indícios da ausência de fixação da ordem nesta localidade até à data, a verdade é que a mudança, ocorrida nos anos subsequentes, assegurará, embora de forma gradual, a polarização e a ocupação de uma área até ai relativamente desguarnecida e situada nos interstícios entre regiões entregues às ordens militares e zonas concelhias[58].

Não obstante, a mudança da sede da ordem tinha assegurado ao bispo e ao cabido de Évora a posse espiritual da cidade, sede da única diocese do sul do Tejo durante a Idade Média.

Bispo ao qual Inocêncio III dizia, numa bula datada de 12 de junho de 1216, ou seja, nas vésperas da expedição a Alcácer, caber toda a jurisdição espiritual sobre os territórios povoados pelos cristãos e situados entre estes e os infiéis, até que fosse apurado a quem pertenciam, não obstante a recusa de alguns[59].

Bula curiosa, sem dúvida, que antecede a expedição a Alcácer, na qual os bispos de Évora e de Lisboa terão um papel central e que é elaborada na sequência da recusa de alguns, não identificados, em reconhecerem o poder do bispo, facto que evidencia por si só, o avanço continuado da instalação da diocese.

Aliás ainda nas vésperas de Alcácer, mas já no contexto da sua preparação, Afonso II entrega ao bispo de Évora a sua herdade de Arraiolos, com a condição de aí ser edificado um castelo. Esta é, então, a primeira doação

---

[56] A doação do lugar de Avis compreende a delimitação dos seus termos os quais definem uma ampla região. Adicionalmente a outorga é feita com a condição da ordem aí edificar um castelo. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ordem de Avis,* mç. 2, n.º 61.

[57] Afonso II refere dar aos povoadores de Avis o foro de Évora. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ordem de Avis,* maço 2, n.º 67. E de novo em Agosto de 1218, sem explicação ainda clara, reafirma a doação aos povoadores de Avis do foro de Évora. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ordem de Avis,* mç. 2, n.º 63.

[58] PEREIRA, Armando, «Avis, Viagem a uma vila medieval», em *A Cidade de Évora,* II série, n.º 3, 1998-1999, em especial, p. 16-17 sobre a possível datação da fixação da ordem na vila.

[59] *Bulário português: Inocêncio III (1198-1216),* p. 390.

régia dirigida ao bispo de Évora, de uma significativa extensão territorial no interior do espaço diocesano[60].

Embora esparsos todos estes indícios parecem claramente fazer parte de um processo mais amplo de ocupação e consolidação de uma região. Região onde passados os efeitos imediatos das expedições militares de 1190-91 se parece ter iniciado ou continuado um movimento de controle e de ocupação de um território, apesar da crise económica que se desenha ao longo da década de 90.

Desta forma, Évora mantêm-se, na verdade, como um dos limites fronteiriços do reino português a sul, no que respeita ao período entendido entre a década de 90 do século XII e o início do XIII, mas mais do que baluarte cristão isolado num espaço de novo ocupado pelo poder muçulmano, Évora poderá ter servido de alavanca e de fronteira, sim, mas para esse movimento de gradual ocupação da região mais a norte.

Desta forma,quando, em 1217, os contingentes cristãos apoiados em Lisboa e em Évora e nos seus bispos gizaram o ataque a Alcácer tinham na sua retaguarda uma linha do Tejo já consolidada.

[60] A doação data de Maio de 1217. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Registo de Afonso II,* fl. 37. Sobre a preparação da expedição a Alcácer ver VILAR, Hermínia Vasconcelos, *D. Afonso II. Um rei sem tempo,* Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 135 e sgs.

A GUERRA DE CERCO EM PORTUGAL (1147 – 1217)

Mário Jorge Barroca*

Para o Professor Doutor José Mattoso
modesto testemunho de amizade e de
profundíssima admiração.

Ao longo da Idade Média, a guerra adoptou diferentes perfis. Correndo o risco de ser excessivamente simplista ou generalista, diríamos que se consegue individualizar dois grandes tipos de empreendimentos militares. Um primeiro grupo, que a Idade Média designava por *fossados*, e um segundo grupo de empreendimentos, mais lentos e demorados, que designaríamos por guerra de cerco. A *guerra de fossado* não visava a conquista territorial. Era uma guerra predatória, de rapina, que se caracterizava pelas cavalgadas rápidas, incursões que procuravam tirar o máximo partido do efeito surpresa e que assentavam em velozes movimentações no terreno. Uma prática que procurava alcançar proventos económicos, por via do saque e dos lucros de guerra, e que procurava desestruturar a ocupação dos espaços de fronteira, diminuindo pressões inimigas exercidas sobre os territórios mais expostos. Sendo uma guerra de *raids* rápidos, os *fossados* eram, por isso, executados apenas por guerreiros montados. Os foros castelhanos e leoneses[1] e, entre nós, os foros que Afonso IX de Leão concedeu às póvoas de Riba-Côa, em 1209, tal como os forais outorgados pelos Condes Portucalenses e pelos nossos primeiros monarcas, são bem claros ao atribuir os *fossados* aos cavaleiros (entenda-se cavalaria nobre ou cavalaria vilã), sendo os peões apenas convocados para as operações defensivas

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CITCEM

[1] Cf. POWER, James F., *A Society Organized for War. The Iberian Municipal Militias in the Central Middle Ages (1000-1284)*, University of California Press, 1988.

– o chamado *apelido*[2]. Para se movimentarem mais depressa, os cavaleiros que participavam nesses *fossados* abdicavam de protecções corporais, formando assim aquilo que chamamos «cavalaria ligeira». Até aos meados do século XI foi este o perfil predominante das operações militares que se documentam no território hoje português. Com efeito, antes dos meados do século XI foram raros os momentos em que as acções militares se prolongaram no tempo e deram origem a conquistas territoriais. Acrescente-se, ainda, que a maior parte das conquistas militares verificadas ao longo dessas centúrias mais recuadas parece ter sido fruto de conjunturas muito específicas, por vezes mais obra de um certo acaso e da ausência de uma oposição firme do que o resultado de um programa estratégico previamente definido. É sintomático que não se registem notícias de cercos prolongados e que, mesmo em casos de ocupação territorial, haja uma ausência de referências claras a combates violentos. A este propósito atente-se no momento verdadeiramente excepcional que foi o reinado de Afonso III das Astúrias, justamente cognominado *o Magno*, que ficou caracterizado por uma série de iniciativas que conduziram a um significativo aumento do espaço controlado pela monarquia ovetense. As fontes da época registam as presúrias do Porto (868), de Chaves (872) e de Coimbra (878) e, na sua sequência, conhecem-se movimentos idênticos na zona de Braga (LF 16 e LF 22), na zona de Guimarães (em Negrelos, hoje S. Miguel do Paraíso) (PMH, DC 5), em Souselo (Cinfães) (PMH, DC 6 e 7), em Soalhães (Marco de Canaveses) (PMH, DC 8), em Lardosa (Rans, Penafiel) (PMH, DC 9), etc. Mas os documentos silenciam qualquer referência a cercos, a combates ou a outros feitos de armas que, a terem existido, certamente teriam sido memorizados. Apenas se refere, no caso de Chaves, que Odoário fora um «*illustrissimo viro*» e um «*digno bellatori*». Mas, como se sabe, o documento que consagra o protagonismo do Conde Odoário na presúria de Chaves e na reestruturação do povoamento da zona do alto Tâmega data de 982, estando, portanto, afastado mais de um século dos eventos a que se reporta. Em relação ao grande movimento presuriador ocorrido no reinado de Afonso III das Astúrias as fontes coevas, ou as mais próximas dos eventos, são omissas em referências a grandes empresas militares, como se a ocupação desses lugares, «*cum cornu et cum alvende rege*», tivesse sido realizada sem encontrar grande oposição.

Mas, a partir dos meados do século XI, o panorama ibérico começou a modificar-se. Surgem referências documentais a cercos mais ou menos prolongados, empresas militares que são planeadas previamente e que visam especificamente a conquista de posições territoriais, nem que isso

[2] Cf. BARROCA, Mário Jorge, «Da Reconquista a D. Dinis», em José MATTOSO (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 80 e s.

implique que a operação seja mais demorada, com o inerente aumento dos custos e dos riscos envolvidos. Programar um cerco é muito distinto de organizar um *fossado*. Implica outros meios humanos, outro tipo de armas e um planeamento muito mais complexo de toda a empresa, que tem de contemplar os preparativos, tão discretos quanto seja possível, a deslocação dos meios, a instalação *in loco*, o abastecimento alimentar de efectivos humanos e dos animais e, por fim, a retirada. Os custos envolvidos não são despiciendos.

O triunfo da guerra de cerco é um acontecimento do reinado de Fernando I de Leão e Castela, sintomaticamente também ele cognominado *o Magno*. O primeiro cerco de que temos memória em território português foi o de Lamego, ocorrido em 1057, que culminou na conquista do castelo e no domínio do seu território, na margem sul do Douro. Na sua sequência cairiam nas mãos cristãs outros castelos da corda fluvial duriense, como os de Cárquere, de S. Martinho de Mouros e de Tarouca que, depois de terem estado no poder cristão, tinham sido tomados por al-Manṣūr durante as suas devastadoras campanhas dos finais do século X[3].

Organizados para alcançarem o controle de uma nova posição territorial, os cercos podiam ser breves, se não encontrassem grande oposição, mas podiam converter-se facilmente em operações muito prolongadas. Para três cercos ocorridos em território português conseguimos estabelecer a sua duração. O cerco de Coimbra, levantado por Fernando Magno, iniciou-se no dia 20 de Janeiro de 1064 e terminou apenas a 9 de Julho desse ano, com a conquista da cidade do Mondego. Prolongou-se, portanto, por 171 dias. O cerco de Lisboa, levado a cabo por D. Afonso Henriques com o auxílio de Cruzados europeus que se dirigiam para o Próximo Oriente no âmbito da 2.ª Cruzada, iniciou-se a 1 de Julho de 1147 e terminou a 22 de Outubro do mesmo ano, 112 dias depois. E o cerco de Silves, levantado por D. Sancho I com auxílio de uma outra frota de Cruzados, agora enquadrados no âmbito da 3.ª Cruzada, começou no dia 20 de Julho de 1189 e só terminou formalmente a 3 de Setembro, 45 dias depois. Como se pode ver, a guerra de cerco assumia um perfil muito distinto da guerra de *fossado*.

O triunfo da *guerra de cerco* teve múltiplas implicações. Em termos de logística, as empresas militares tornaram-se muito mais dispendiosas e começaram a ter de ser planeadas com antecedência, porque o exército tinha de seguir acompanhado pelo seu trem, onde se encontravam tendas, víveres, armas, ferramentas e outros elementos. O custo inerente a estas empresas ajudou a circunscrever a capacidade de iniciativa. Ao contrário dos fossados,

---

[3] BARROCA, «Da Reconquista a D. Dinis»..., p. 27; BARROCA, Mário Jorge, «Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal», em *Portvgalia*, Nova Série, vol. 25, Porto, FLUP, 2004, p. 191-192.

que podiam ser organizados pelo monarca, mas também por cavaleiros nobres, por cavaleiros vilãos, por clérigos (bispos ou abades) ou até pelos municípios, a guerra de cerco converteu-se rapidamente numa iniciativa essencialmente régia. Como se sabe, ao longo da nossa Idade Média a única excepção significativa a esta regra foi o cerco e conquista de Alcácer do Sal, em 1217, organizado pelo Bispo de Lisboa, D. Soeiro Viegas. Mas esta empresa ocorreu numa conjuntura interna muito específica: por motivos de saúde, o monarca, D. Afonso II, não podia combater a cavalo.

O triunfo da guerra de cerco teve, ainda, implicações no perfil da nossa arquitectura militar. Com efeito, foi ele que levou à difusão, pela primeira vez de uma forma sistemática, das cisternas no interior dos castelos. A reserva de água potável passou a ser uma questão estratégica fundamental. E, por isso, assistimos à disseminação das cisternas nos nossos castelos. Estas primeiras cisternas adoptavam a forma de reservatórios verticais, semelhantes a poços, mas distinguindo-se de estes por não terem autonomia no abastecimento do precioso líquido. Podemos apontar alguns exemplos destas primitivas cisternas, como a do Castelo de S. Martinho de Mouros (posterior a 1058), a do Castelo de Penela (posterior a 1064), ambas resultantes de intervenções no tempo de Sesnando Davides; ou as cisternas do Castelo de Germanelo (c. 1142), do Castelo de Monsanto (c. 1165), do Castelo de Arnóia, do Castelo de Numão, do Castelo de Ansiães, do Castelo de Castelo Melhor ou do Castelo dos Mouros (Sintra), todas atribuíveis ao século XII e coevas do nosso primeiro monarca. O que caracteriza estes primeiros reservatórios é o facto de serem estruturas de desenvolvimento vertical e sem cobertura. Foi apenas ao longo do século XIII que as cisternas adoptaram a forma de reservatórios subterrâneos, rectangulares e dotados de abóbadas de canhão.

Outra das consequências do triunfo da guerra de cerco na arquitectura militar foi o aparecimento de soluções arquitectónicas que visavam manter os engenhos de assalto afastados dos muros. Referimo-nos às sapatas escalonadas, criadas no exterior dos recintos, e ao alambor, introduzido entre nós pelos Templários no tempo de Gualdim Pais[4].

O triunfo da guerra de cerco esteve na origem de novas estratégias de ataque a um castelo e no aparecimento de novo equipamento militar. Do ponto de vista das estratégias, surgem as referências aos trabalhos de sapa e, associados a eles, ao uso de «*mantas*», de «*vineas*» ou de «*ouriços*», para protecção dos sapadores. Surgem, ainda, as referências à abertura de minas e, em resposta, de contraminas. No que respeita ao equipamento militar, a

[4] BARROCA, Mário Jorge, «A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII», em *Portvgalia*, Nova Série, vol. 17-18, Porto, FLUP, 1996-97, p. 171-209.

guerra de cerco conduziu a um novo fulgor das chamadas «armas de sítio», ausentes nos *fossados*. Surgem as referências aos «*engenhos*» ou às «*máquinas*», armas de manuseamento colectivo, como os trabucos e os trabuquetes, os aríetes e as torres de assalto.

As protecções para os sapadores e as armas de sítio ou de cerco já eram conhecidas na Antiguidade. Com efeito, elas foram abordadas pelos principais autores clássicos, quer na tratadística arquitectónica, quer, naturalmente, na tratadística militar. Registemos apenas dois dos mais difundidos autores: Vitrúvio e Vegécio.

Marco Vitrúvio Polião, no seu tratado *De Architectura*, redigido por volta de 27-16 a.C., consagrou, ao longo do Livro X, vários capítulos a estas armas: às catapultas ou ónagros e os escorpiões (Cap. XV e XVIII), às balistas (Cap. XVI e XVII), aos aríetes (Cap. XIX), às tartarugas e a outras protecções (Cap. XX e XXI)[5].

Por seu turno, Flávio Vegécio Renato, no conhecido *Epitoma Rei Militaris*, redigido nos finais do Séc. IV d.C. (depois do ano de 383 e talvez antes de dobrada a centúria), abordou as armas de sítio no seu Livro IV: o aríete, o gancho e a tartaruga (Cap. XIV), as *vineas* e as mantas (Cap. XV), os manteletes (Cap. XVI), as torres móveis (Cap. XVII e XVIII), as escadas (Cap. XXI), as balistas, os ónagros, os escorpiões, as bestas, os fustíbalos e as fundas (Cap. XXII) e, por fim, as minas (Cap. XXIV)[6].

O tratado de Vitrúvio não era, certamente, conhecido em Portugal na Idade Média. Apesar de, na Europa, existirem alguns manuscritos medievais, a ventura do seu texto começou apenas quando, nos inícios do Séc. XV, foi redescoberto um manuscrito na biblioteca do Mosteiro de Saint Gall, e, sobretudo, quando conheceu uma primeira edição impressa, em Itália, em 1486, e passou a ser obra de referência para os arquitectos renascentistas. Mas já em relação a Vegécio a situação é distinta. A sua obra era bem conhecida na Europa, sobretudo desde o séc. XIII, sendo cultivada nos meios cortesãos. É provável que também o fosse em Portugal. Sabemos que, pelo menos no séc. XV, as elites do reino conheciam Vegécio e a sua obra, fazendo questão de o invocar. Foi o caso de D. Duarte que, no *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela*, refere expressamente «*o livro de*

[5] Utilizámos Maria Helena RUAS (ed.), *Os Dez Livros de Arquitectura de Vitrúvio*, Lisboa, IST, 1998, p. 329-351. Existe outra edição mais recente: M. Justino MACIEL (ed.), *Vitrúvio – Tratado de Arquitectura*, Lisboa, IST, 2006.

[6] Utilizámos João Gouveia MONTEIRO e José Eduardo BRAGA (ed.), *Vegécio – Compêndio da Arte Militar*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009, p. 346-357. Existe uma outra edição portuguesa: Adriaan DE MAN (ed.), VEGÉCIO, *Tratado de Ciência Militar*, Lisboa, Sílabo, 2006.

Vegecio, [De] re m[il]itari»[7]. O monarca voltaria a citar Vegécio no *Leal Conselheiro* quando invoca a prudência e a diz «*muito necessária aos príncipes, segundo que diz Vegécio em no Livro da Cavalaria*»[8]. Por seu turno, Rui de Pina, na *Crónica do Senhor Rey D. Affonso V*, refere que, entre outras obras, o Infante D. Pedro «*tirou do latym em linguajem*» o tratado de «*Vegecio de Re Militari*»[9]. Ou seja, o Infante D. Pedro teria encomendado uma tradução portuguesa do *De Re Militaris*, que, infelizmente, se perdeu[10]. Mas o conhecimento da sua obra não se circunscrevia apenas ao restrito círculo da família real portuguesa. Com efeito, Gomes Eanes de Zurara refere-se a Vegécio em várias passagens da *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*[11] e da *Crónica do Descobrimento e da Conquista da Guiné*[12]. Todas estas referências apontam no sentido de haver um conhecimento relativamente alargado de Vegécio nos meios cortesãos portugueses. Lamentavelmente, nos vários elencos de bibliotecas medievais não encontramos referência explícita à presença da obra de Vegécio, a menos que seja a ele que corresponda o «*Livro da Guerra*» arrolado entre os volumes da biblioteca particular de D. Duarte, num célebre apontamento do *Livro da Cartuxa*[13]. Como se sabe, a obra de Vegécio era conhecida, entre nós, por diferentes designações, desde a mais usual (*De Re Militaris*)

---

[7] Cf. Joseph M. PIEL (ed.), D. DUARTE, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela que fez El-Rey Dom Eduarte*, Lisboa, INCM, 1986 (reed. fac-similada da ed. de 1944), Cap. XV, p. 119.

[8] Cf. João MORAIS BARBOSA (ed.), D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, Lisboa, INCM, 1983, Cap. LI, p. 256.

[9] Cf. PINA, Rui de, «Chronica do Senhor Rey D. Affonso V», em *Crónicas de Rui de Pina*, ed. de M. Lopes de ALMEIDA, Porto, Liv. Lello & Irmão, 1977, Cap. 125, p. 754.

[10] RUSSELL, Peter, «Terá havido uma tradução medieval portuguesa do *Epitome Rei Militaris* de Vegécio?», em *Evphrosyne*, Nova Série, vol. 29, Lisboa, 2001, p. 247-256; MONTEIRO, João Gouveia, «La Culture Militaire de la Noblesse Portugaise, à la fin du Moyen Age», em *Quatre Études d'Histoire Militaire Médiévale Portugaise*, Coimbra, Palimage, 2007, p. 116-118.

[11] Cf. ZUZARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, ed. fac-similada com apresentação de José Adriano Freitas de Carvalho, Porto, 1988, p. [24], p. [98] e p. [280].

[12] Cf. ZUZARA, Gomes Eanes de, *Chronica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, ed. com intro. e notas do VISCONDE DE SANTARÉM, Paris, 1841, Cap. 28, p. 148, e Cap. 88, p. 412; ou ZUZARA, Gomes Eanes de, *Crónica dos Feitos Notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do Infante D. Henrique*, ed. de Torquato de Sousa SOARES, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1978, p. 120 e 327.

[13] Cf. D. DUARTE, *Livro dos Conselhos de el-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, ed. de João José Alves DIAS, Lisboa, Ed. Estampa, 1982, p. 207.

até ao *Livro da Cavalaria*, como lhe chamou D. Duarte, sugerindo que estava a utilizar uma versão em português (a perdida tradução *para linguagem* do Infante D. Pedro?). Essas diferentes designações poderiam legitimar a nossa proposta de identificação do *Livro da Guerra*, mencionado no elenco da biblioteca privada do monarca, com o tratado de Vegécio, uma proposta, de resto, já avançada por Teófilo Braga[14].

Mas, ao contrário de uma enraizada e difundida ideia, que persiste em Portugal, não temos nenhum testemunho seguro e inequívoco de que os principais engenhos descritos nestes tratados e utilizados pelos romanos – os ónagros (mangonais ou catapultas) e as balistas – tenham sido utilizados na Idade Média. Com efeito, perante o silêncio das fontes documentais medievas – narrativas e tratadísticas – e perante a total ausência de fontes iconográficas que os representem, é recomendável que se considere que eles não foram utilizados durante a Idade Média[15]. Como veremos, os tempos medievais utilizaram outro tipo de engenhos.

Ao longo de este estudo iremos analisar a guerra de cerco em Portugal entre os anos de 1057 e 1217 socorrendo-nos de diversas fontes narrativas, procurando sistematizar as passagens que nos testemunham o recurso a técnicas típicas de assédios (como os trabalhos de sapa e de mina) ou o uso de engenhos ou armas de sítio. Os eventos em que encontramos referências ao uso de este tipo de técnicas e de armamento são o cerco de Lamego (1057), o cerco de Coimbra (1064), o cerco de Lisboa (1147), o cerco almóada de Santarém (1184), o cerco de Silves (1189), os cercos de Montemor-o-Velho e de Alenquer (1212) e, finalmente, o cerco de Alcácer do Sal (1217). Como se pode verificar, o registo do uso de engenhos arranca a partir dos meados do séc. XI, respondendo à afirmação, entre nós, da já mencionada nova forma de fazer a guerra. O mesmo perfil foi detectado por Francisco García Fitz no restante espaço peninsular. Com efeito, este autor encontrou referências ao uso de engenhos e de armas de sítio em vários acontecimentos a partir da segunda metade do séc. XI: no ataque de Rodrigo Diaz de Bívar, *el Cid*, a Valência (1094), na defesa de Toledo (1109), no 1.º e no 2.º cerco de Cória (1138 e 1142), no cerco de Almería (1147), na campanha militar que antecedeu Las Navas de Tolosa (1212), na conquista de Alcaraz (1213), no cerco de Jaén (1230) e no cerco de Sevilha (1248)[16].

---

[14] Cf. BRAGA, Teófilo, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrucção pública portugueza*, vol. I, Coimbra, 1892, p. 222.

[15] Veja-se, a este propósito, o importante estudo de PURTON, Peter, «The myth of the mangonel: torsion artillery in the Middle Ages», em *Arms & Armour*, vol. 3, n.º 1, Leeds, 2006, p. 79-90.

[16] GARCIA FITZ, Francisco, «Tecnologia militar y guerra de asedios. La experiencia castellano-leonesa, siglos XI-XIII», em *Military Studies in Medieval Europe*, Papers

O triunfo da *guerra de cerco* parece ser, assim, um acontecimento relativamente sincrónico nas várias regiões da Península Ibérica, podendo atribuir-se aos meados do século XI e à segunda metade dessa centúria.

As primeiras referências ao recurso a engenhos durante operações de cerco levadas a cabo no território hoje português remontam, como vimos, a 1057 (Lamego) e a 1064 (Coimbra). No entanto, vale a pena determo-nos um pouco sobre estes testemunhos para melhor avaliarmos a sua fidedignidade. No caso do cerco e conquista de Lamego é referido o uso de torres («*turribus*»)[17] ou de torres de madeira («*turribus ligneis*»)[18], menções que correspondem certamente a torres de assalto. É também registado o uso de diversas máquinas que, infelizmente, não são discriminadas, sendo mencionadas «*diversorum generum machinis*»[19] ou «*diversis machinis*»[20]. Por seu turno, no cerco de Coimbra são conhecidas referências ao recurso ao aríete («*arietem*»)[21], a máquinas e aríetes («*machinis et arietibus*»)[22] e a máquinas e a «castelos de madeira» («*machinas et castra lignea*»)[23]. É certo que o uso de este tipo de engenhos em Lamego e em Coimbra é plausível e compagina-se bem com a *guerra de cerco* que estava, então, a dar os primeiros passos entre nós. Mas não podemos deixar de sublinhar que todas estas referências documentais são de produção tardia: a *Historia Silense*, que é, das três fontes, a mais próxima dos eventos relatados, foi redigida c. de 1109-1118; o *Chronicon Mundi* de Lucas de Tuy foi escrito por volta de 1236; e, finalmente, o *De Rebus Hispaniae*, de D. Rodrigo Jiménez de Rada, foi redigido c. de 1243. Ou seja, as fontes foram produzidas numa época em que o recurso a armas de sítio já estava generalizado. Fica, portanto, a dúvida se no séc. XII e XIII havia memória do uso desse novo

---

of the "Medieval Europe Brugge 1997" Conference, vol. 11, p. 33-41; GARCIA FITZ, Francisco, «¿*Machinis Validas*? Tipología y funcionalidad de las máquinas de asedio en el medievo hispano. Castilla-León, Siglo XI al XIII», em *Actas del III Congreso de Castellología Ibérica*, Guadalajara, 2005, p. 219-254.

[17] Francisco SANTOS COCO (ed.), *Historia Silense*, Madrid, 1921, p. 73 (= *Historia Silense*).

[18] Lucas de TUY, *Chronicon Mundi*, ed. de Emma FALQUE REY, col. «*Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis*», vol. 74, Turnhout, Brepols, 2003, p. 285 (= *Chronicon Mundi*).

[19] *Historia Silense*, p. 73; *Chronicon Mundi*, p. 285.

[20] JIMENEZ DE RADA, Rodrigo, *Historia de Rebus Hispaniae sive Historia Gothica*, ed. de Juan FERNANDEZ VALVERDE, col. «*Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis*», vol. 73, Turnhout, Brepols, 1987, p. 189 (= *De Rebus Hispaniae*).

[21] *Historia Silense*, p. 76.

[22] *Chronicon Mundi*, p. 286.

[23] *De Rebus Hispaniae*, p. 190.

armamento nos cercos de Lamego e de Coimbra, ou se os autores de estes registos depreenderam que, naturalmente, eles tinham sido utilizados, à imagem do que acontecia nos seus dias. A favor da primeira hipótese está o facto de não serem mencionados no cerco de Viseu, de 1058. Mas não devemos descartar a segunda possibilidade...

Antes de nos debruçarmos sobre as técnicas de assédio e os engenhos utilizados devemos enunciar as fontes trabalhadas. Nessa tarefa seguiremos a sequência cronológica dos eventos. Para os cercos de Lamego e de Coimbra utilizámos as já referidas notícias da *Historia Silense*, do *Chronicon Mundi* de Lucas de Tuy e do *De rebus Hispaniae sive Historia* de D. Rodrigo Jiménez de Rada. A conquista de Santarém, a 15 de Março de 1147, encontra-se relatada no *De Expugnatione Scallabis*[24], mas tem escasso interesse para o nosso estudo porque se tratou de uma operação muito distinta da guerra de cerco: foi um ataque nocturno, feito de surpresa, com escalada de muros, e por isso se refere apenas o uso de escadas de corda. Foram fabricadas dez escadas, mas apenas duas foram utilizadas: «*Et qui decem* [scalas] *fabricaveramus, due sole compleverunt totum officium, per quas ascenderunt, ut aiunt, qui interfuerunt ad XXV tantum*»[25]. Para o nosso estudo fica a breve referência ao facto de a cidade ser considerada inexpugnável por estar apetrechada com toda a espécie de máquinas de guerra: «...*Sanctarem civitatem munitissimam omni multitudine hominnum, omnique genere machinarum inexpugnabilem...*»[26]. O exemplo de Santarém é, por isso, significativo em duas dimensões: por nos demonstrar a adequação do tipo de armamento ao modelo de empresa militar (e por isso não se referem os engenhos, mas sim as escadas de assalto)[27]; e por nos demonstrar que os engenhos de guerra não eram utilizados exclusivamente pelo lado cristão, existindo igualmente no lado muçulmano, e que não eram apenas utilizados no assalto às estruturas, podendo também ser úteis na sua defesa. Tudo aspectos que o exemplo de Lisboa viria, em breve, confirmar.

O evento que se segue à conquista de Santarém é, obviamente, o cerco e a conquista de Lisboa, iniciado formalmente a 1 de Julho de 1147 (embora

---

[24] *De Expugnatione Scallabis*, em *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1856, p. 93-95 (= *De Expugnatione Scallabis*).

[25] *De Expugnatione Scallabis*, p. 95.

[26] *De Expugnatione Scallabis*, p. 94.

[27] Também as fontes muçulmanas, ao tratarem das campanhas de Geraldo Sem Pavor, referem o uso de escadas (agora de madeira) para escalar as muralhas. Cf. António Borges COELHO (ed.), *Portugal na Espanha Árabe*, vol. III, Lisboa, Ed. Seara Nova, 1973, p. 277. No Cerco de Silves, de 1189, voltamos a encontrar referências a escadas de assalto: «*scalas ad transeundum murum*» e «*scalis ad murum accessit*» (cf. MGH, *Narratio Itineris Navalis*..., p. 185).

já antes desse dia parte das forças cristãs estivesse nos arrabaldes de Lisboa) e concluído a 22 de Outubro desse ano. Trata-se de um dos mais bem documentados acontecimentos militares europeus do século XII, para o qual se conhecem pelo menos treze fontes narrativas distintas, desde relatos mais ou menos longos e pormenorizados até referências cronísticas ou analísticas mais breves. Entre os primeiros encontra-se o célebre *De Expugnatione Lyxbonensi*[28], a *Carta de Arnulfo*[29], a *Carta de Duodequino* e os *Annales Sancti Disibodi*[30], a *Carta de Vinando*[31], os *Anais Magdebur-*

---

[28] Utilizámos a edição crítica de Aires Augusto do NASCIMENTO, com introdução de Maria João Branco, *A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um Cruzado*, Lisboa, Vega, 2001 (= *A Conquista de Lisboa aos Mouros*...). Mas existem outras edições: Charles Wendell DAVID (ed.), *The Conquest of Lisbon – De Expugnatione Lyxbonensi*, 1936 (2.ª ed., revista e actualizada por Jonathan Philipps, Columbia University Press, 2001); *De Expugnatione Olisiponis*, em *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, vol. 1(3), p. 391-405; *Ex Osberni Libello De Expugnatione Lixbonensi*, em *Monumenta Germaniae Historica, Scriptores*, vol. XXVII, Berlim, 1885 (*reprint* 1963), p. 5-10; para além das conhecidas, mas deficientes, edições de José Augusto OLIVEIRA, *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrada pelo Cruzado Osberno, testemunha presencial*, Lisboa, CML, 1935 e *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cêrco*, Lisboa, CML, 1936. Uma edição parcial foi incluída em PIMENTA, Alfredo, *Fontes Medievais para a História de Portugal. Anais e Crónicas*, Lisboa, Sá da Costa, 1948 (2.ª ed. 1982), p. 107-123.

[29] A carta de Arnulfo conheceu diversas edições: *Epistola Arnulfi ad Milonem Episcopum Morinensem*, em *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, vol. I (3), p. 406-407; «De Ulixbona Saracenis Erepta», em Michel-Jean-Joseph BRIAL, *Recueil des Historiens des Gaules et de la France*, dir. de Léopold DESLISLE, vol. 14, 2.ª ed. Paris, 1887, p. 325-327 (1.ª ed., 1809); *Epistula Arnulfi ad Milonem episcoporum Morinensem* em MARTENE, Edmundo e DURAND, Ursini, *Veterum Scriptorum et Monumentorum Historicorum, Dogmaticorum, Moralium Amplissima Collectio*, Tomo 1, Paris, 1724, col. 800-802; José Augusto OLIVEIRA, *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cêrco*, Lisboa, 2.ª ed., CML, 1936. Foi, ainda, parcialmente transcrita em PIMENTA, Alfredo, *Fontes Medievais para a História de Portugal. Anais e Crónicas*, Lisboa, Sá da Costa, 1948 (2.ª ed. 1982), p. 133-140. Uma tradução para vernáculo foi facultada por João Bautista de CASTRO, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* ..., vol. III Lisboa, 1763, p. 67-73.

[30] Cf. Charles Wendell DAVID (ed.), *Annales Sancti Disibodi*, G. WAITZ (ed.), *Monumenta Germaniae Historica*, vol. XVII, Berlim, 1861 (*reprint*, 1963), p. 27-28; *Duodechini Abbatis in Monasterio Sancti Dysibodi ad Chronica Mariani Scoti*... em *Mariani Scoti poetae, mathematici, philosophi & theologi eximii, monachi Fuldensis, historici probatissimi, Chronica*, Basileia, 1559, p. 479-480; PIMENTA, Alfredo, *A Conquista de Lisboa em 1147. Notas à margem da História de Portugal de Alexandre Herculano*, Lisboa, ed. do autor, 1937 (publica o Relatório de Duodechino = *Annales Sancti Disibodi*, p. 19-22; e a Notícia de Duodechino = *Chronica Mariani Scoti*, p. 23-24); PIMENTA, Alfredo, *Fontes Medievais para a*

genses[32], os *Anais Colonienses*[33], os *Annales D. Alfonsi Portugalensium Regis*[34], o *Indiculum Fundationis Monasterii S. Vincentii*[35] e a *Translatio et Miracula S. Vicentii*[36]. Entre as referências mais breves podemos arrolar os *Anais Rodenses*[37], os *Anais Palidenses*[38], os *Anais Parchenses*[39] e os *Anais Brunwilarenses*[40]. Esta enorme riqueza de fontes, algumas muito pormenorizadas, transformam a conquista de Lisboa num acontecimento incontornável, a nível europeu, para a compreensão da poliorcética do século XII.

História de Portugal. Anais e Crónicas, Lisboa, Sá da Costa, 1948 (2.ª ed. 1982), p. 124-130.

[31] Utilizamos a edição de EDGINGTON, Susan B., «The Lisbon Letter of the Second Crusade», em *Historical Research*, 69, 1996, p. 336-339. A Carta de Vinando já tinha sido publicada por DÜEMMLER, Ernest, *Brief des kölnischen Priesters Winand na Arzbischof Arnold I von Koln, nebst dem Fragmente eines Briefs kölnischer Peregrini aus einer Wiener Handschrift XVI saec.*, Viena, 1851.

[32] Cf. *Annales Magdeburgenses A.1146.1147*, em *Monumenta Germaniae Historica, Scriptores*, vol. XVI, Berlim, 1859 (*reprint* 1963), p. 188-190.

[33] Cf. *Annales Colonienses Maximi*, em *Monumenta Germaniae Historica,* vol. XVII, Berlim, 1861 (*reprint*, 1963), p. 762-763. Foi parcialmente traduzido em PIMENTA, Alfredo, *Fontes Medievais para a História de Portugal. Anais e Crónicas*, Lisboa, Sá da Costa, 1948 (2.ª ed. 1982), p. 131-132.

[34] Monica BLÖCKER-WALTER (ed.), *Annales D. Alfonsi Portugallensium Regis*, em *Alfons I von Portugal. Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der portugiesischen Unabhängigkeiten*, Zurich, Fretz und Wasmuth, 1966, p. 157.

[35] Cf. *Indiculum Fundationis Monasterii S. Vincentii – Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, vol. I (1), p. 90-93; *Chronica da Fundação do Moesteiro de São Vicente de Lixboa pelo invictíssimo e christianissmo Dom Afonso Henrrique, I.º rei de Portugal: e como tomou a dita çidade aos Mouros*, em *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, vol. I (3), p. 407-414; *Crónica da Tomada de Lisboa. (*Fernando Venâncio Peixoto da FONSECA (ed.), *Chronica da Fundação do Moesteiro de São Vicente de Lixboa pelo Invictissimo e Christianissimo Dom Afonso Henrriquez, I.º Rei de Portugal: e como tomou a dita çidade aos Mouros*, Lisboa, 1995). O mesmo texto foi parcialmente publicado em PIMENTA, Alfredo, *Fontes Medievais para a História de Portugal. Anais e Crónicas*, Lisboa, Sá da Costa, 1948 (2.ª ed. 1982), p. 141-146.

[36] *Translatio et Miracula S. Vicentii – Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, fasc. I, p. 95-101; Aires Augusto NASCIMENTO e Saul António GOMES (ed.), *S. Vicente de Lisboa e seus Milagres Medievais*, Lisboa, Ed. Didaskalia, 1988.

[37] Cf. *Annales Rodenses*, em *Monumenta Germaniae Historica*, vol. XVI, Berlim, 1859 (*reprint*, 1963), p. 718-719.

[38] Cf. *Annales Palidenses,* em *Monumenta Germaniae Historica, Scriptores*, vol. XVI, Berlim, 1859 (*reprint* 1963), p. 83.

[39] Cf. *Annales Parchenses*, em *Monumenta Germaniae Historica, Scriptores*, vol. XVI, Berlim, 1859 (*reprint* 1963), p. 605.

[40] Cf. *Annales Brunwilaresnes*, em *Monumenta Germaniae Historica*, *Scriptores*, vol. XVI, Berlim, 1859 (*reprint* 1963), p. 727.

Depois de Lisboa, avançamos para o cerco muçulmano de Santarém, de 1184, escassamente relatado nas fontes muçulmanas[41]. E alcançamos, finalmente, o cerco e conquista de Silves, em 1189, de que se conhece mais um pormenorizado relato devido a um cruzado anónimo[42], para além de referências em fontes muçulmanas[43]. Por fim, e já no século XIII, temos as notícias, bastante lacónicas, dos cercos levantados por Afonso II a suas irmãs, em Alenquer e Montemor o Velho (entre Novembro de 1211 e Fevereiro ou Março de 1212)[44] e o cerco e conquista de Alcácer do Sal, empreendido pelo prelado olisiponense, D. Soeiro Viegas, em 1217, retratado no *Carmen* de Soeiro Gosuíno, um «quase acróstico»[45], e nos *Anais Colonienses*[46].

Foram estas as fontes que «prospectámos» em busca de referências para caracterizar as técnicas de assédio e os engenhos utilizados no palco de guerra português entre os meados do séc. XI e o primeiro quartel do séc. XIII. É tempo de analisar o que nos revelaram as fontes medievais.

Minas e contraminas

Vegécio, no seu *Epitoma Rei Militaris*, consagra o Cap. XXIV do Livro IV às minas, declarando que era um tipo de ataque «*subterrâneo e secreto, a que chamam* cuniculum *por causa das lebres, as quais escavam cavernas*

---

[41] Cf. COELHO (ed.), *Portugal na Espanha Árabe*, vol. III, p. 291-303.

[42] Cf. Charles Wendel DAVID (ed.), «*Narratio de Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium et Silviam Capientium A.D. 1189*», *em Proceedings of the American Philosophical Society*, vol. 81 (5), 1939, p. 591-676; *Narratio Itineris Navalis ad Terram Sanctam – Monumenta Germaniae Historica*, Nova Série, vol. V, Berlim, p. 179-196; *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo,* reed. fac-similada da edição por João B. da Silva LOPES (1844) com Introdução de Manuel de Cadafaz de MATOS, Lisboa, Edições Távola Redonda, 1999. O relato foi, ainda, parcialmente publicado em PIMENTA, Alfredo, *Fontes Medievais para a História de Portugal. Anais e Crónicas*, Lisboa, Sá da Costa, 1948 (2.ª ed. 1982), p. 159-185. Apesar de também registarem o cerco e a conquista de Silves, os testemunhos de Randulfo de Diceto, do Cónego Roberto e da Gesta de Henrique II e Ricardo I não referem pormenores sobre o uso de engenhos.

[43] Cf. COELHO (ed.), *Portugal na Espanha Árabe*, vol. III, p. 307 e sgs.

[44] Cf. BRANDÃO, Fr. António, *Monarquia Lusitana*, 4.ª Parte, Lisboa, 1632, Escritura VI, p. 262v.º-263v.º.

[45] Cf. *Gosuini De Expugnatione Salaciae Carmen*, em *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, vol. I (1), p. 101-104.

[46] *Annales Colonienses Maximi – Monumenta Germaniae Historica*, vol. XVII, Berlim, 1861 (*reprint*, 1963), p. 829-832.

por baixo da terra e aí se escondem»[47]. Nas suas palavras, a abertura de um túnel podia ser aproveitada de duas formas: ou para ultrapassar, por via subterrânea, as muralhas; ou para minar os alicerces destas. No primeiro caso, dizia Vegécio, «*penetram na cidade e, durante a noite, saem da cava sem os sitiados o pressentirem, posto o que, abertas as portas, introduzem um destacamento dos seus*». No caso de se optar por minar as muralhas, «*quando tiverem chegado aos alicerces da muralha, escavam a maior parte deles e, colocando lenha seca, retardam a derrocada do muro*», para, de seguida, lançar-se «*fogo à obra e, queimadas as vigas de madeira e as tábuas, o súbito desabamento da muralha*» abrir «*um caminho para a invasão*»[48]. As duas opções estão documentadas entre nós, embora a segunda tenha sido claramente predominante. Nesses casos, as minas eram túneis escavados no subsolo, devidamente escorados com madeira, que começavam a alguma distância das muralhas, em local dissimulado para que os defensores da estrutura militar não se apercebessem da sua execução. O túnel progredia em direcção à muralha e, uma vez alcançada a sua base, abria-se um salão, espaço mais amplo, que era escorado e, posteriormente, preenchido por lenha. Esta era, depois, incendiada e o fogo, consumindo a estrutura de escoramento, conduzia à derrocada da mina. Se os cálculos tivessem sido bem feitos, o desmoronamento do salão originaria o colapso do solo e, por arrastamento, da própria muralha.

Como se sabe, são muito raros os testemunhos arqueológicos destas actividades. Rasgadas normalmente na terra e reforçadas com madeira, poucos vestígios deixaram. E, uma vez terminado o cerco, as minas eram entulhadas e os muros, se afectados, eram reconstruídos. Por isso, são muitíssimo raros os vestígios arqueológicos desta prática militar. Um dos exemplos mais conhecidos é o da mina e contramina escavadas no Castelo de St. Andrew, na Escócia, durante o cerco de 1546[49]. Na Península Ibérica temos o caso do Castelo de St.ª Bárbara, em Alicante, com a sua mina (horizontal) e contramina (vertical) criadas em 1706, durante a Guerra da Sucessão. Mas estes dois exemplos são já de Época Moderna e subsistiram até aos nossos dias por terem sido escavados nos calcários brandos e não na terra. Em Portugal não estão publicados vestígios arqueológicos seguros dos trabalhos de mina. Mas eles foram utilizados e temos alguns testemunhos narrativos.

No cerco e conquista de Lisboa (1147) encontramos as primeiras referências portuguesas do recurso a minas. Durante o cerco foram criadas

---

[47] VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*, p. 356-357.

[48] VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*, p. 356-357.

[49] Cf. STELL, Geoffrey, «War-Damaged Castles: The Evidence from Medieval Scotland», em *Château-Gaillard*, vol. 19, Caen, CRAM, 2000, p. 275-285.

várias minas, que são referidas sob várias designações: «*opus subterraneum*», «*subterraneas fossas*», «*foveam*», «*fosse*» ou «*sub muro civitates ingentes cavationes fecerunt*»[50]. E é mesmo referido um «*engenheiro*», especialista na criação destas estruturas. A ausência de referências à criação de minas antes de 1147 quererá dizer que esta foi uma técnica introduzida entre nós pelos Cruzados?

No *De Expugnatione Lyxbonensi* encontram-se referências a pelo menos sete minas abertas pelos cristãos. Seis falharam, mas a sétima conseguiu atingir o seu objectivo: «*Os colonienses e os flamengos recomeçam a escavar novo fosso subterrâneo frente à muralha da parte mais alta do castelo a fim de a deitarem abaixo; era uma construção de merecer elogios, com cinco entradas, com pouco mais de 40 côvados de largura na frente, e concluíram-na em menos de um mês*». E o relato prossegue: «*Minada, pois, a muralha e atafulhada com lenha para arder, nessa mesma noite, ao cantar do galo, um pano de muralha de cerca de trinta côvados ruiu por completo*»[51]. Ou seja, a mina escavada por alemães e flamengos conseguiu derrubar uma extensão de 19,80 m da muralha de Lisboa. Apesar de ter sido um trabalho muito duro, moroso e arriscado, a sua execução fora coroada de êxito.

No cerco e conquista de Silves, em 1189, voltamos a encontrar referências ao recurso a minas, revelando como esta já se tornara uma prática recorrente em operações de assédio mais prolongadas. As estruturas são mencionadas com expressões como «*cavandi subterraneum*», «*cavare murum*», «*foveam*» ou «*subterraneum transitum*»[52]. No relato de Silves encontramos, também, a referência a contraminas, escavadas pelos muçulmanos: «*contra se perforantes parietem*». É particularmente elucidativa a descrição que a *Narratio Itineris Navalis ad Terram Sanctam* faz dos trabalhos de mina e de contramina realizados em Silves algures entre os dias 9 e 14 de Agosto de 1189: «*Insistiram os nossos de tarde nas minas; mas tomados de um terror pânico retiraram-se de noite julgando que os Mouros, a quem ouviam perto, estavam contraminando a parede. De manhã, porém, enchendo de lenha e outros materiais a cova que tinham minado, deram-lhe fogo e veio a terra parte da torre...*»[53].

Por fim, registemos que no cerco e conquista de Alcácer do Sal, em

---

[50] *Carta de Arnulfo a Milão, Bispo dos Morinos* – PMH, *Script.*, p. 406 e BRIAL, p. 326; *Anais Magdeburgenses*, MGH, XVI, p. 189; *Carta de Duodechino ao Abade Cuno*, MGH, XVII, p. 28.

[51] *A Conquista de Lisboa aos Mouros...*, p. 114 e 115.

[52] *Narratio Itineris Navalis ...*, MGH, V, p. 187 e *A Cidade de Silves num itinerário...*, p. 26.

[53] *Narratio Itineris Navalis ...*, p. 24.

1217, também se recorreu à abertura de minas, designadas por expressões como «*fossores sub terra*» ou «*fovea*». E voltamos a ter referências às contraminas, realizadas pelos defensores.

Com efeito, quando era detectado que as forças sitiantes estavam a escavar uma mina, aos defensores de uma praça restavam apenas duas opções: a criação de uma contramina, túnel que era escavado a partir do interior da estrutura muralhada e se dirigia ao encontro da mina, procurando que esta fosse interceptada longe da vertical dos seus muros e impedindo-a, assim, de atingir os seus objectivos; ou, então, escavar um túnel que circundasse a muralha, normalmente no exterior desta, para que a mina fosse detectada antes de a atingir. Qualquer das soluções visava impedir que os exércitos sitiantes conseguissem alcançar os alicerces da muralha, criando o salão e incendiando-o, para provocar o desmoronamento. Se a mina fosse interrompida a uma distância segura, melhor. Caso contrário, ao menos que o fosse junto das muralhas, mas longe dos seus alicerces.

Quando um cerco era levantado, era normal que as forças sitiadas passassem a ter em atenção a possibilidade de o inimigo estar a minar. Isso fazia-se com recurso a várias técnicas, nomeadamente a batedores. No cerco de Silves encontramos referência a esses batedores quando se regista que, na oitava da Assunção de Nossa Senhora (portanto, no dia 22 de Agosto) de 1189, alguns homens «*... andavam pela parte de fora do muro batendo no chão, e escutando se soava a ôco, porque receavam que os nossos já chegassem ao muro com a mina, que todavia ainda estava distante. Alguns também cavam a terra a ver se davam com as minas*»[54]. Dois dias depois, a 24 de Agosto de 1189, o autor anónimo da *Narratio* regista que as forças muçulmanas tinham escavado dois túneis paralelos à muralha de Silves, um no exterior, outro no interior, impedindo que a mina cristã atingisse o seu principal objectivo (derrubar a muralha) ou que permitisse o acesso ao interior do perímetro amuralhado: «*Eles, porém, não obstante, abriram uma nova cava* [foveam] *entre a nossa mina e o muro, e nos estorvaram de lhe chegar ao pé. Da parte de dentro fizeram outra cava à rés do muro, porque julgavam que nos propúnhamos entrar o muro pela nossa, quando tínhamos tenção de lhe deitar a terra*»[55].

Também no *De Expugnatione Salaciae Carmen*, vulgarmente conhecido como *Carmen* de Soeiro Gosuíno, encontramos referência à abertura de mina, apesar de o castelo de Alcácer do Sal, nas palavras do autor do poema, ser munido de fosso. Com efeito, ao descrever o local diz que era «*cercado de uma paliçada, os fossos são profundos, de muro duplo e com inúmeras torres*». Na sua linguagem poética, refere-se à criação de uma

---

[54] *Narratio Itineris Navalis* ..., p. 30.

[55] *Narratio Itineris Navalis*..., p. 32.

mina e de uma contramina: «*Por isso cavamos debaixo da terra para que os muros ruam. Cavamos às ocultas e o inimigo cava ao contrário e esforça-se para que o nosso trabalho seja inútil. Combate-se dentro da própria escavação com ferro, fumo e fogo. Também aqui o sangue derramado corre de ambos os lados*»[56].

As técnicas de mina (e de contramina) eram, por isso, conhecidas e aplicadas no espaço português durante os séculos XII e XIII, no contexto da guerra de cerco.

Trabalhos de Sapa

Outra técnica utilizada para derrubar as estruturas murárias era o trabalho de sapa. Este, como se sabe, consistia em acomodar efectivos militares no exterior de uma muralha, junto da sua base, para que estes tentassem proceder ao desmonte de parte do alicerce do muro, deslocando um ou mais silhares e provocando o seu desmoronamento. Os trabalhos de sapa incidiam normalmente sobre os ângulos das estruturas esquadriadas, porque os cunhais eram as zonas mais vulneráveis e mais facilmente desmontáveis. À semelhança do que acontece com as minas, também os trabalhos de sapa estão escassamente representados em termos de vestígios arqueológicos porque, uma vez terminado o assédio, eram reparados. Mas podemos encontrar testemunhos da sua prática a partir de referências directas ou, sobretudo, indirectas. Neste último caso contam-se as menções a estruturas de protecção dos sapadores. Com efeito, quando um grupo de militares era deslocado para a base de uma muralha para tentar fazer trabalho de sapa, ficava sujeito a tiro inimigo, praticado do alto das muralhas. Por isso, a deslocação de sapadores era normalmente feita a coberto de estruturas de protecção, criadas em madeira ou com recurso a entrelaçados vegetais (nomeadamente de vimes). Essas estruturas podiam proteger os sapadores do tiro vertical mas eram, elas próprias, vulneráveis ao fogo. Vegécio, no *Epitoma Rei Militaris*, recomendava que as povoações se abastecessem de «*betume, enxofre, pez e um óleo líquido a que chamam de «incendiário» para deitar fogo às máquinas dos inimigos*»[57]. Por isso, essas protecções eram, muitas vezes, revestidas com couros frescos, com argamassas ou betumes, ou, simplesmente, com torrões de terra, se possível com a própria cobertura vegetal, para serem menos vulneráveis ao fogo.

Os trabalhos de sapa estavam normalmente associados à referência a estas

---

[56] *De Expugantione Salaciae Carmen*, PMH, Script., p. 104; *Monarquia Lusitana*, 1632, p. [138].

[57] VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*, p. 343. A enumeração dos ingredientes faz lembrar os temíveis *fogos gregos*, que eram usados na Idade Média para combater as forças sitiantes, impedindo-as de escalar muros ou de fazer trabalho de sapa.

estruturas de protecção dos sapadores. No cerco de Lisboa (1147) referem-se algumas delas: são mencionadas *víneas* e abrigos de vimes entrançados, um deles enigmaticamente apelidado de «Gato Valisco» («*vineas et tuguria cancellata ex virgis facerent*»; «*tugurium vimium quod vulgo Cattus Waliscus dicitur*»). No mesmo relato regista-se o uso de um suíno («*sue*»), estrutura de protecção da família das *vineas*, que muitas vezes assumiam designações de animais (suíno, tartaruga, gato, ouriço, etc.).

Vegécio, no *Epitoma Rei Militaris*, descreveu vários de estes engenhos. Nas suas palavras, a vinha era uma «*máquina feita de madeiras muito leves*» com o «*telhado formado por dupla protecção de pranchas e de caniços; do mesmo modo, as partes laterais são revestidas de vimes para não serem penetradas pelo impacto das pedras e dos projécteis; mas a parte de fora é coberta com couros crus ou verdes e com centões para não ser queimada por um fogo ateado pelos sitiados*»[58]. A tartaruga era «... *feita de madeira e de tabuões e, para não ser destruída pelo fogo, é revestida de couros ou de peles de cabra e de centões. Do lado de dentro, a tartaruga apresenta uma viga, que é fixada por meio de um ferro adunco a que se chama* falx *porque é curvo para arrancar as pedras da muralha ou, por vezes, a cabeça da própria viga é revestida de ferro e chama-se* aries...»[59]. Por fim, as mantas eram estruturas um pouco distintas, quer na morfologia, quer na sua finalidade. Nas suas palavras, as mantas eram «... *máquinas que se constroem à semelhança de uma abóbada com vime e que são protegidas por peles de cabras e por couros. Com três rodas, uma das quais é colocada no meio e duas nas pontas, elas são deslocadas para onde se quiser, à semelhança de uma carroça; os sitiadores encostam-nas aos muros e, protegidos por elas, expulsam todos os defensores das ameias das cidades com setas, fundas ou mísseis para que seja mais fácil subir aos muros por meio de escadas*»[60].

Na *Narratio Itineris Navalis ad Terram Sanctam*, que descreve o cerco de Silves de 1189, encontramos uma magnífica descrição do que era designado por ouriço, uma estrutura utilizada para proteger os soldados que desenvolviam trabalho de sapa: «*No domingo, dia de S. Felicíssimo e Agapito* [6 de Agosto] *nós os Teutónicos, logo de madrugada, assestámos uma máquina, a que chamamos ouriço* [instrumentum quod ericium vocamus], *contra o muro da Coiraça, entre duas torres, com intento de lhe abrir brecha. Esta maquina era formada de grandes vigas cobertas com pranchões novos das naus, e sobre estes, camadas de terra, argamassa e betume. Os Mouros logo acudiram lançando-lhe em cima muita estopa, azeite e fogo, com que*

---

[58] VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*, p. 347-349.

[59] VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*, p. 347.

[60] VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*, p. 349.

queimaram a máquina...»[61]. Descreve-se, ainda, uma outra estrutura da mesma família, chamada *manta*: «*No outro dia começamos a minar em dois lugares para abrir um caminho subterrâneo* [subterraneum transsitum] *até ao muro da Almedina com o fim de o solapar, e a esta obra nos demos com ansia aquele dia e noite seguinte, mas ao terceiro acometeram os Mouros connosco, lançaram fogo às mantas* [antra] *de madeira, debaixo das quais trabalhávamos a coberto, e arderam as vigas que as sustentavam, foram os nosso obrigados a desamparar a mina fugindo...*»[62].

Armas de Sítio ou Engenhos

Como já tivemos oportunidade de referir, os tratados de Vitrúvio e de Vegécio descrevem, com algum pormenor, os engenhos de sítio que a Antiguidade conheceu. Os mais difundidos e poderosos eram o onagro e a balista, duas armas baseadas nos princípios de torção de cordas. O onagro (também designado mangonal ou, em alguns estudos, catapulta) era uma peça de artilharia com uma estrutura que, vista de perfil, se assemelhava a um T invertido, à qual se articulava, por um sistema de torção (composto por tendões de origem animal), um elemento móvel (um braço curto e robusto). Em posição de descanso o braço encontrava-se na vertical, encostado à estrutura fixa. Mas quando o onagro era armado, com recurso a um sistema de roldanas, o seu braço recuava e descia até ao solo. Nessa altura, os elementos de torção ficavam em posição de esforço e de tensão. Com o braço travado, era colocado o projéctil (normalmente uma pedra ou um elemento incendiário). Depois, no momento oportuno, o sistema de fixação era destravado e o braço, por força dos elementos de torção, deslocava-se rapidamente para a sua posição de descanso, na vertical, projectando a sua carga. Como veremos mais adiante, os engenhos de sítio medievais, da família dos trabucos e dos trabuquetes, não têm nada a ver com os antigos onagros, mangonais ou catapultas. Por isso, e perante a inexistência de representações iconográficas de onagros ou mangonais nos manuscritos medievais, subscrevemos as pertinentes conclusões de Peter Purton sobre o que ele designou «o mito do mangonal»[63].

A segunda arma de sítio descrita nos tratados clássicos era a balista, uma arma que, numa análise apressada, se diria aparentada das bestas, mas que diferia destas em pormenores estruturais e significativos. Com efeito, e à semelhança das bestas, tratava-se de um arco de grandes dimensões

---

[61] *Narratio Itineris Navalis* ..., p. 22.

[62] *Narratio Itineris Navalis* ..., p. 26.

[63] PURTON, «The myth of the mangonel...», 2006, p. 79-90.

montado em coronha. Mas, ao contrário da besta, a balista não apresentava um arco único, mas antes duas secções de arco, independentes, cada uma associada a um sistema de torção vertical. O sistema de cordas, que unia as extremidades das duas secções de arco, era recuado com recurso a um sistema de roldanas, sendo o projéctil colocado na sua cama, rasgada ao longo da coronha. E, depois de devidamente orientada, a balista podia ser disparada quando se entendesse. Os mais antigos vestígios arqueológicos de uma balista na Península Ibérica ocorreram em Ampúrias e foram datados do século II a.C., correspondendo à ocupação grega de *Emporion*[64]. Temos magníficas representações de balistas romanas na Coluna de Trajano, criada em 113 d.C. E, na nossa Idade Média, encontramos referências às "bestas de terreiro», na expressão de Fernão Lopes, que talvez correspondessem a armas aparentadas às balistas clássicas. Nas palavras de Vegécio, a balista destinava-se a arremessar dardos. E, acrescentava o estratega, «*não se encontra nenhum tipo de engenho de torção mais poderoso do que estes dois*» [a balista e o onagro][65].

Para os sistemas de torção dos onagros e das balistas Vegécio defendia que se deviam utilizar tendões de animais, por serem mais eficientes que outros elementos: «*Também é útil juntar, com o máximo cuidado, uma grande quantidade de tendões porque os ónagros, as balistas e outros engenhos de torção de nada valem a menos que retesados por cordas feitas de tendões. No entanto, os pêlos das crinas e das caudas dos cavalos também são considerados úteis para as balistas*»[66].

Infelizmente, a maioria das referências documentais que possuímos são demasiado incaracterísticas, sendo as armas de sítio designadas por expressões tão genéricas quanto «*machinis*», «*ingenia*» ou «*machinis ligneas*», que nos elucidam pouco sobre a real natureza do engenho em questão. Noutros casos, são designados por expressões enigmáticas, como «*fundis balearicis*», que motivaram diferentes propostas de tradução junto dos historiadores, mas que não temos dúvidas em associar a armas da família dos trabucos ou trabuquetes.

O triunfo das armas de sítio conduziu ao aparecimento dos chamados «mestres de engenhos». No cerco de Lisboa (1147) refere-se a presença de um de estes especialistas, oriundo de Pisa, homem de evidente prestígio: «*Pisanus vir magnae industria*». Foi ele que orientou a construção da torre de assalto mais alta, que foi decisiva no desfecho do cerco. A insistência com que as diversas fontes o referem espelha bem a sua importância e o seu

---

[64] Barcelona, Museu Arqueológico da Catalunha, Inv. 4017.

[65] VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*, p. 355.

[66] VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*, p. 343-345.

prestígio. Com efeito, ele é mencionado na *Carta de Vinando*[67], na *Carta de Arnulfo a Milão, Bispo dos Morinos*[68], na *Carta de Duodechino ao Abade Cuno*[69], nos *Annales Magdeburgenses*[70] e no *De Expugnatione Lyxbonensi*[71]. Mas não foi o único *magister* presente no cerco de Lisboa. Havia outros, nomeadamente um, inglês, *artifex nostri*, que ficou ferido numa perna no ataque do dia 21 de Outubro[72]. Portanto, a frota de cruzados que saiu do porto de Dartmouth, rumando à Terra Santa, no âmbito da 2.ª Cruzada, e que acabou por estacionar em Lisboa, transportava consigo pelo menos dois mestres de engenhos, encarregados de superintender à construção de estas máquinas cada vez mais complexas.

A partir do último quartel do Séc. XII as principais coroas europeias procuravam assegurar os seus próprios mestres de engenhos. João Sem Terra, rei de Inglaterra (1199-1216), e Filipe Augusto, rei de França (1180--1223), tinham os seus mestres de engenhos privados[73]. Em Portugal isso também acontecia. No cerco de Silves (1189) refere-se, de forma explícita, a presença de três engenhos do rei de Portugal – «...*quatuor machine, una nostra, tres regi*...» – que, apesar de serem mais pequenos que o engenho pertença dos cruzados, causaram muitos danos nos sistemas defensivos de Silves. E em Setembro de 1197, D. Sancho I doou a herdade de Carnide, uma vinha em Concha, uma almuinha em Xabregas, uma casa em Lisboa (junto da Porta de Ferro) e uma herdade, vinha e casa em Coimbra a um D. Miguel, que era o seu mestre dos engenhos: «... *vobis domno Michaeli magistro ingeniorum* ...»[74]. Uma doação feita em reconhecimento pelos bons serviços que o monarca recebera dele (provavelmente nas tentativas falhadas para reconquistar Silves, depois do desaire de 1191) e que esperava continuar a receber: «... *pro bonis servitiis que nobis fecistis et facitis*...»[75]. A dimensão dos bens doados espelha bem a importância que o monarca reconhecia a este mestre de engenhos.

---

[67] Ed. E. DÜEMMLER, 1851, p. 5.

[68] PMH, *Script.*, I(3), p. 406-7; BRIAL, 1887, p. 326; OLIVEIRA, 1936, p. 116; PIMENTA, 1948, p. 137.

[69] Mariano ESCOTO (ed.), *Annales Sancti Disibodi*: 1559, p. 479-480; MGH, Script., vol. XVII p. 28; A. PIMENTA, 1937, p. 21; A. PIMENTA, 1948, p. 128.

[70] MGH, XVI, p. 189.

[71] *A Conquista de Lisboa aos Mouros*..., p. 126-127.

[72] *A Conquista de Lisboa aos Mouros*..., p. 126-127.

[73] CONTAMINE, Philippe, *La Guerre au Moyen Âge*, Paris, PUF, 1980, p. 213.

[74] Cf. Rui de AZEVEDO, Avelino de Jesus da COSTA e Marcelino PEREIRA, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Coimbra, 1979, Doc. 104 (= DS 104).

[75] DS 104.

Trabucos e Trabuquetes (*trabuchum, trabuchetum*)

O trabuco foi a mais difundida arma de sítio que a Idade Média conheceu. As suas origens são remotas. Foi, aparentemente, inventado na China, cerca de 300 a.C., aparecendo documentado na bacia mediterrânica a partir dos finais do Séc. VI (Tessalónica, 597 d.C.). A sua difusão parece ter sido em boa medida assegurada pela expansão muçulmana na bacia mediterrânica, a partir de 624 d.C. O engenho era constituído por um reparo ou suporte, em madeira, que podia ter diferentes soluções, mas que, basicamente, integrava uma estrutura em T invertido com um eixo horizontal superior no qual se articulava, de forma assimétrica, um braço móvel. Este apresentava um braço menor, no qual se amarravam os sistemas de propulsão, e um braço maior, que rematava em concha ou rede, na qual se colocava o projéctil. Beneficiando das leis da Física, a energia induzida no braço menor era potenciada no braço maior, impulsionando o projéctil, que podia ser de diferente natureza: pelouros (de pedra), projécteis incendiários, até mesmo corpos em decomposição (como vemos nas célebres iluminuras da Pierpoint Morgan Library[76]). O trabuco podia utilizar dois métodos de propulsão: um sistema de tracção ou um sistema de contrapeso. No primeiro caso, o braço menor apresentava a sua extremidade alargada, para permitir o ancoramento de diferentes cordas que eram movidas por força humana. A um dado momento, e respondendo à voz de comando, os soldados puxavam as cordas e impulsionavam o trabuco. Como veremos mais à frente, foi um destes trabucos de tracção que foi utilizado no cerco de Lisboa, em 1147. A alternativa eram os trabucos com sistema de contrapeso. Neste caso, o braço menor rematava com um cesto que era preenchido com gravilha, pedra miúda ou com outro material pesado. Em qualquer dos casos, quando o trabuco era carregado apresentava o braço maior em terra e o braço menor, indutor da propulsão, no ar. Se fosse um trabuco de tracção isso decorria do próprio peso do projéctil, que garantia que a extremidade do braço maior estivesse sobre terra. No caso dos trabucos de contrapeso isso era garantido por uma engrenagem, que era travada quando o braço maior estivesse por terra. Quando se pretendia disparar o projéctil, no caso dos trabucos de tracção, os homens puxavam, a uma voz, as cordas para baixo; no caso dos trabucos de contrapeso, o sistema de imobilização do braço menor era destravado e a força da gravidade encarregava-se do resto. Até cerca de 1220 os trabucos eram apenas de tracção. A partir de então começaram a difundir-se os trabucos de contrapeso, que eram muito mais fiá-

[76] Cf. *Bíblia – Antigo Testamento*, Pierpoint Morgan Library, Ms. 638, fl. 35 (manuscrito de 1244-1254).

veis: permitiam induzir sempre a mesma força e, portanto, repetir o tiro com elevado grau de precisão. E isso permitia que, entre um tiro e outro, se fizesse as necessárias afinações, melhorando a eficácia da arma.

Por comparação com o poder de tiro do onagro romano, os trabucos medievais eram, talvez, mais eficientes. Peter Chevedden apresentou, em vários estudos, alguns dados interessantes obtidos pela Arqueologia Experimental. Segundo os seus cálculos, um onagro romano podia atirar pelouros com 13 a 27 quilogramas de peso a uma distância de 160 metros, embora nesse limite eles já não fossem eficazes para atacar muralhas[77]. Por seu turno, um trabuco de tracção medieval, com 40 a 125 cordas, podendo ser manejado por 40 a 250 homens, conseguia atirar pelouros até 60 quilogramas de peso a uma distância de 80 a 120 metros. Apesar da distância ser menor, o peso do pelouro era substancialmente maior e, portanto, os efeitos mais devastadores. Mas um trabuco com um sistema de contrapeso conseguia atirar pelouros com 100 a 250 quilogramas de peso a uma distância entre os 160 e os 400 metros[78].

Ao longo dos séculos XII e XIII, quer pelas descrições, quer pela iconografia, sabemos que no Ocidente europeu e na Península Ibérica se utilizaram apenas trabucos de tracção. Nas *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X o Sábio, os trabucos representados ainda pertencem só a esta tipologia e o códice foi iluminado por volta de 1280-1284[79]. Mas as inovações começam a ocorrer já no século XII. O primeiro manuscrito que descreve (e representa) um trabuco com um sistema de contrapeso fixo é o *al-Tabṣirah fī al-ḥurūb* (Tratado de Armas de Saladino), um manuscrito redigido na segunda metade do século XII, uma vez que o seu autor, Tarsūsī, Mardī ibn 'Alī, faleceu em 1193[80]. E a iconografia medieval mostra que, pelo menos por volta de 1300, os trabucos de contrapeso estavam difundidos também no mundo cristão, podendo a sua adopção ter sido um pouco mais remota. Os primeiros sistemas de contrapeso eram fixos, isto é, o cesto ou caixa de contrapeso ligava-se ao eixo de forma rígida. Isso reduzia a sua eficácia[81]. Mas a partir do século XIV os sistemas de contrapeso passaram a ser articulados[82]. Os estudos experimentais estimam que a passagem do contrapeso hirto para o contrapeso articulado permitiu um incremento de 70% no poder de tiro e de alcance dos trabucos.

---

[77] P. CHEVEDDEN *et alii*, 1995.

[78] P. CHEVEDDEN 2000.

[79] Vd. *Cantigas de Santa Maria*, Cantiga N.º 28 – Madrid, Biblioteca do Mosteiro de San Lorenzo del Escorial, Códice Rico, Ms. T-1-1.

[80] Oxford University, Bodleian Library, Ms. Huntington 264.

[81] Vd., por exemplo, British Library, Harley Ms. 6563, fl. 71v-72.

[82] Vd., por exemplo, o Livro de Horas de Maastricht (Stowe Ms 17, fl. 243v.).

As referências a engenhos nas fontes portuguesas são normalmente demasiado lacónicas para esclarecer a verdadeira natureza dessas armas. Usualmente associamos essas referências a trabucos ou a trabuquetes, mas se o seu manuseamento não é descrito as dúvidas podem subsistir. Encontramos menção ao uso de «*diversorum generum machinis*» no cerco de Lamego (1057). No assédio de Coimbra (1064) são referidas «*machinas lígneas*». E no cerco de Lisboa, de 1147, regista-se o uso de «*machinas*», de «*ingenia et machinas*» e de «*fundis balearicis*» do lado dos cristãos, e de «*machinis*», «*fundis*» e «*fundis balearicis*» do lado dos muçulmanos. Em Setembro de 1183, nos preparativos para o cerco de Santarém que viria a ocorrer no ano seguinte, em 1184, Abū Yaʿqūb Yūsuf mandou fazer dez engenhos em Marrakech, que fez transportar, desmontados, nos barcos que trouxeram o exército muçulmano para territórios ibéricos[83]. Cinco anos mais tarde, no cerco e conquista de Silves pelas forças de Sancho I e dos Cruzados, são mencionadas «*machinis lígneas*» do lado dos cristãos, esclarecendo-se ser «*quatuor machine, una nostra, tres regi*», enquanto do lado muçulmano também foram utilizados engenhos. Dobrada a centúria, D. Afonso II utilizou «*pentrijs*» ou «*pentrarijs* nos cercos de Alenquer e Montemor-o-Velho, levantados contra as infantas suas irmãs, no contexto da guerra civil de 1212. Apesar das dificuldades de encontrar uma tradução exacta para as expressões latinas, parece-nos claro que se tratava de peças da família dos trabucos ou trabuquetes, aptas a atirar pelouros ou pedras. E, para finalizar, no cerco e conquista de Alcácer do Sal, em 1217, é mencionado o uso de instrumentos bélicos contra os muros («*instrumenta bellica sunt contra murum*»).

A criação de estes engenhos era empresa morosa e, por isso, Abū Yaʿqūb Yūsuf preferiu, cautelosamente, ordenar a sua criação das dez máquinas em Marrakech, reservando para o teatro das operações apenas a sua montagem. No cerco de Lisboa, segundo o testemunho de Arnulfo, na carta que enviou a Milão, Bispo dos Morinos, os Cruzados teriam gasto um mês a construir os seus engenhos (trabucos e torres de assalto). E em Silves foram dedicados muitos dias a estas empresas: «*pluribus diebus machinis lígneas turres scalas et diversa instrumenta ad capiendam urbem* instruximus»[84]. Em todo o caso, e para além do tempo gasto, a criação dos engenhos no próprio cenário de guerra envolvia outro inconveniente: estava dependente da existência de matéria-prima necessária para a sua construção. Por isso, em Silves, os cruzados utilizaram as pranchas novas dos barcos para construírem os seus engenhos.

---

[83] *Portugal na Espanha Árabe*, vol. III, p. 291.

[84] *Narratio itineris navalis...*, p. 186.

No *De Expugnatione Lyxbonensi* são mencionadas várias armas da família dos trabucos. Passados quinze dias sobre o início do cerco, os colonienses e os flamengos utilizaram cinco trabucos de tracção contra os muros de Lisboa: «*Colonenses interim et Flandrenses V fundis balearicis muros et hostium turres temptant concutere*»[85]. Mais tarde são construídos mais dois trabucos: «*due funde balearice*»[86]. Mas os muçulmanos, que defendiam a cidade do Tejo, também se socorreram de armas deste tipo: encontramos referências a três trabucos muçulmanos («*a tribus eorum fundis*») e, nos momentos finais do cerco, o relato refere o uso de trabucos («*funde balearices*») muçulmanos para lançar recipientes com matérias inflamadas sobre as armas dos cruzados («*scaphas incentivis ignium replectas*»)[87].

O *De Expugnatione Lyxbonensi* apresenta-nos, ainda, uma magnífica descrição do funcionamento de um trabuco de tracção: «*Além disso, são levantadas pelos nossos duas balistas* [due funde balearicis]*: uma, colocada junto à margem do rio era accionada pelos marinheiros, outra situada frente à Porta de Ferro estava às ordens dos cavaleiros e dos seus acompanhantes. Estavam todos eles organizados em grupos de cem e, mal se ouvia o sinal para saírem os primeiros cem, outros cem entravam, de forma a que no espaço de dez horas tinham sido disparadas cinco mil pedras. Acção desta natureza extenuava extremamente os inimigos*»[88]. A descrição não deixa dúvidas quanto a dever-se traduzir «*funde balearicis*» por trabucos de tracção. O número total de soldados mobilizados para accionar o trabuco, apesar de aparentemente elevado, encontra paralelo noutras situações já referidas, nomeadamente por P. Chevedden, acabando por ser plausível. Mas já o número total de disparos efectuados se afigura inverosímil, porque ele implicaria uma cadência de tiro demasiado elevada para ser aceite. Com efeito, as 5.000 pedras lançadas em dez horas representavam uma cadência de um tiro por cada 8,33 minutos, o que é improvável. Trata-se, visivelmente, de uma hipérbole do narrador.

Torres de Assalto e Aríetes

O nosso derradeiro apontamento é dedicado às torres de assalto e, porque muitas vezes andavam associados a elas, aos aríetes.

Vitrúvio, baseando-se em Cetras Calcedónio, registava que «*Ele dizia que a mais pequena torre que se faz, não devia ter menos de sessenta*

---

[85] *A Conquista de Lisboa aos Mouros...*, p. 106-107.

[86] *A Conquista de Lisboa aos Mouros...*, p. 114-115.

[87] *A Conquista de Lisboa aos Mouros...*, p. 106-107 e 128-129, respectivamente.

[88] *A Conquista de Lisboa aos Mouros...*, p. 112-113.

côvados de altura, e dezassete de largura; e que era preciso que se fosse estreitando, de forma que o cimo apenas tivesse de largura a quinta parte do embasamento»[89], acrescentando que esse engenheiro militar tinha erguido «*a maior torre de cento e vinte côvados de altura, e de vinte e três côvados e meio de largura: o estreitamento do cimo corresponde também à quinta parte: os prumos são da grossura de um pé em baixo e de meio pé em cima. Ele fez nesta grande torre vinte andares que tinham cada um os respectivos parapeitos de três côvados, e cobriu-a de peles recentemente curtidas, para a defender de toda a espécie de golpes*»[90]. Era na base destas torres, numa estrutura a que dava o nome de *Tartaruga do Carneiro*, que se colocava o Aríete, invenção de Pephasmenos de Tiro: um mastro suspenso por correntes ou cordas, com a extremidade rematada em metal, normalmente na forma de uma cabeça de carneiro (de onde retira o seu nome), que era utilizado em sistema de vai-e-vem para, batendo a muralha, a abalar e demolir.

Vegécio, no *De Re Militari*, deixou-nos uma magnífica descrição de uma torre de assalto e de algumas das particularidades que envolvia a sua criação. Nas suas palavras, «... *chamam torres às máquinas construídas com vigas e com pranchas, à maneira de edifícios; e para que esta fortificação não seja queimada pelo fogo do inimigo, ela é muito cuidadosamente revestida com couros crus e com centões. A sua largura é regulada pela medida da sua altura. Com efeito, elas têm por vezes trinta pés quadrados e outras vezes quarenta ou cinquenta. E a altura delas deve ser tal que supere não só a das muralhas como também a das torres de pedra. Debaixo das torres são colocadas, de acordo com os conhecimentos da arte mecânica, muitas rodas, de tal forma que um volume tão grande possa ser deslocado por meio de um deslize fácil. Mas a cidade fica em perigo iminente se a torre se aproximar da muralha. Na verdade, ela possui muitas escadas e procura abrir caminho de diversas maneiras. Com efeito, a torre possui um aríete no seu patamar inferior, cujo impacto destrói os muros; aproximadamente na parte do meio, ela tem uma ponte feita de duas traves e com um tapume de vime que é subitamente estendida e colocada entre a torre e a muralha e pela qual os guerreiros, que saem da máquina, acedem à cidade e ocupam as muralhas; além disso, no patamar superior da torre, são colocados lanceiros e arqueiros, que derrubam os defensores da cidade a partir de cima com lanças, mísseis e pedras*»[91]. Contra estas temíveis torres móveis, Vegécio advogava duas soluções: uma saída audaciosa, que levasse os sitiados até junto da torre móvel, para

---

[89] VITRÚVIO, *Os Dez Livros...*, Livro X, Cap. XIX, p. 343.

[90] VITRÚVIO, *Os Dez Livros...*, Livro X, Cap. XIX, p. 344.

[91] VEGÉCIO, *Compendio da Arte Militar*, p. 349-351.

arrancar os couros e as protecções e a incendiar; ou o uso de projécteis incendiários, *falaricas* disparadas pelas balistas.

As primeiras referências a torres de assalto em território hoje português remontam ao cerco de Lamego, de 1057, onde, como referimos, são mencionadas «*turribus*»[92], «*turribus lignei*»[93] ou «*castri lignei*»[94], expressões que, aparentemente, serão sinónimas e referentes a torres de assalto. Ao referir-se ao cerco e conquista de Coimbra, de 1064, D. Rodrigo Jiménez de Rada volta a referir «*machinas et castra lignea elevavit*»[95], enquanto que a *Historia Silense* se limita a referir o uso de «*arietem*»[96] e Lucas de Tui menciona «*machinis et arietibus*»[97]. No entanto, e como vimos por Vegécio, o uso do ariete estava muitas vezes associado a torres de assalto, pelo que não será muito arriscado depreender que as «máquinas» referidas por Lucas de Tui fossem construções desse tipo.

Mas as mais detalhadas e conhecidas referências documentais são relativas ao cerco de Lisboa, de 1147, altura em que foram construídas várias torres de assalto. Arnulfo, na carta a Milão, Bispo dos Morinos, diz que os cruzados, depois de alguns assaltos infrutíferos, dedicaram um mês a construir os seus engenhos: «... *usque ad kalendas augusti in machinis faciendis tempus protaximus*...»[98]. Uma dessas torres foi construída pelos cruzados flamengos, na zona oriental de Lisboa, outra pelos cruzados ingleses, na zona ocidental: «*Siquidem duas turres juxta littus, unam orientali parte ubi Flandrigenae consederant, alteram in Occidentali ubi Angli castra locaverunt, magno sumptu construximus*»[99]. Destruídas estas primeiras torres, os ingleses começaram a construir uma nova torre, na zona ocidental, coordenada por um mestre italiano, natural de Pisa, figura de evidente prestígio («*Pisanus, vir magnae industriae*»[100]). O mesmo mestre volta a ser referido nos *Annales Magdeburgenses*[101] e na *Carta de Duodechino ao Abade Cuno*, transcrita nos *Annales Sancti Disibodi*[102].

---

[92] *Historia Silense*, p. 73.

[93] *Chronicon Mundi*, p. 285.

[94] *De Rebus Hispaniae*, p. 189.

[95] *De Rebus Hispaniae*, p. 190.

[96] *Historia Silense*, p. 76.

[97] *Chronicon Mundi*, p. 286.

[98] BRIAL, p. 326.

[99] BRIAL, p. 326.

[100] BRIAL, p. 326.

[101] MGH, XVI, p. 189. As expressões são quase coincidentes: «*Pisanus natione, vir magne industriae*».

[102] MGH, XVII, p. 28: «*Pisanus natione, vir magnae industriae*».

As duas torres iniciais, construídas pelos flamengos e pelos ingleses, são igualmente descritas no *De Expugnatione Lyxbonensi* quando se menciona que, na zona oriental da cidade, os cruzados flamengos e alemães iniciaram a construção, a 3 de Agosto, de uma torre móvel (*«turrim ambulatoriam»*)[103] e que, na zona ocidental, os cruzados ingleses ergueram uma outra torre móvel (*«turrim ambulatoriam»*) que atingiu 95 pés de altura (ou seja, 28,5 metros): «*Cum autem ibi per dias XV sedissemus, machinas utrimque facere incepimus, Colonenses et Flandrenses suem, arietem, turrim ambulatoriam, nostri turrim ambulatoriam nonsginti V peditus altitudinis*»[104]. As forças muçulmanas conseguiram, porém, destruir as torres com recurso a projécteis incendiários lançados por trabucos, e, diz o relator, só a custo se conseguiu salvar o ariete. A 16 de Outubro, os normandos e os ingleses construíram uma outra torre móvel com 83 pés de altura (ou seja, 24,9 metros), que foi «... *envolvida a toda a volta por vimes e couro de boi para evitar que fosse atingida pelo fogo ou pela violência das pedras...*»[105]. Foi esta torre que, levada para junto da Porta de Ferro, no dia 20 de Outubro de 1147, jogou um papel determinante no desfecho do cerco. A 21 de Outubro ainda foi atacada pelos Muçulmanos, com recurso a lenha, pez, estopa e azeite, numa tentativa de ser queimada. Mas, defendida pelos Cruzados, nomeadamente por um grupo de sete que se encontravam «*debaixo das asas da máquina, entre ela e a muralha*», num «*abrigo de vimes que em língua vulgar toma o nome de gato valisco*», que foram afastando os materiais inflamáveis[106]. Nos andares intermédios havia «*postigos*» onde outros cruzados regavam os couros. Todos estes pormenores revelam como se tratava de uma construção complexa. A 22 de Outubro foi de novo atacada pelos Muçulmanos, agora com recurso a trabucos (*«fundis balearices»*), e quando ela estava próxima, com «baldes repletos de materiais inflamados». Porém, aproveitando a baixa-mar, os Cruzados aproximaram-na ainda mais da muralha e começaram a baixar a ponte, o que motivou a rendição da cidade.

Como vimos acima, muitas vezes no andar térreo de uma torre de assalto era colocado um aríete que, suspenso e num movimento de vai-e-vem, era utilizado para tentar destruir a muralha na sua base. Nas fontes portuguesas encontramos referências explicitas ao uso de aríetes no cerco de Coimbra, de 1064 (*«arietem murum civitatis fregerat»*[107]; «*machinis et*

---

[103] *A Conquista de Lisboa aos Mouros...*, p. 106-107.

[104] *A Conquista de Lisboa aos Mouros...*, p. 106-107.

[105] *A Conquista de Lisboa aos Mouros...*, p. 116-117.

[106] *A Conquista de Lisboa aos Mouros...*, p. 126-127.

[107] *Historia Silense*, p. 76.

arietibus murum civitatis in parte fregerat»[108]) e no cerco de Lisboa de 1147 (de novo «*arietem*»).

É tempo de concluir. Como sublinhamos no início deste estudo, durante várias centúrias o espaço que hoje corresponde a Portugal ignorou as armas de sítio. Elas estiveram ausentes dos vários cenários de guerra até aos meados do Séc. XI. Mas, a partir de então, e tal como Francisco García Fitz registou para outras zonas da Península, elas começaram a ser mencionadas, de uma forma regular, sempre que a guerra adoptava um perfil de *guerra de cerco*, visando a conquista territorial. É sintomático que, mesmo depois de serem conhecidas, estas armas se mantivessem afastadas dos *fossados*, onde elas seriam, certamente, mais um estorvo que uma vantagem. Mas a partir dos meados do Séc. XI a *guerra de cerco* não mais dispensou o seu uso, a ponto de, no último quartel do Séc. XII, a coroa portuguesa ter o seu próprio «mestre de engenhos», à semelhança do que acontecia com outros reinos europeus. O Portugal do Séc. XII estava, assim, a par das mais avançadas formas de fazer a guerra. Em parte, certamente, pelo contacto estreito que as forças portuguesas tiveram com os exércitos de Cruzados, quer no contexto da 2.ª Cruzada (Lisboa, 1147), quer no âmbito da 3.ª Cruzada (Silves, 1189).

---

[108] *Chronicon Mundi*, p. 286.

O ASSÉDIO A ALCÁCER
ALGUNS PROBLEMAS DE HISTÓRIA MILITAR

José Varandas*

No início do outono de 1147, Lisboa estava, finalmente, em mãos cristãs. Depois de um intenso cerco levado a cabo por forças de cruzados, onde foram aplicadas todas as armas e todas as táticas conhecidas da guerra de cerco, o líder dos portugueses, D. Afonso Henriques, já sem o auxílio das forças do norte da Europa, aproveita o tremendo impacto que a perda da cidade representa para os muçulmanos da região e lança as suas forças sobre todo o sistema intermédio de fortificações que protegiam a região envolvente, para as ocupar.

Sintra, Almada, Palmela e Santarém, são estruturas defensivas importantes para a defesa de Lisboa, e de toda a região. Impedem a aproximação de forças inimigas de grande envergadura e as movimentações de forças de cavalaria, muito móveis e rápidas, de média e de pequena dimensão que possam vir do Sul ou pelo flanco leste, a norte de Santarém. Também, a partir do bem posicionado castelo de Sintra, toda a navegação costeira proveniente do Sul e do Norte é observada e controlada.

O domínio desta constelação defensiva de fortalezas, que garante a guarda da costa e de todos os acessos viários, completa um processo de consolidação mais vasto de todo um sistema defensivo[1]. Destacam-se dois eixos vitais: um, a norte do Tejo e a leste de Santarém, onde, na década de 1160, os Templários vão estabelecer uma zona bem fortificada; e a sul, procurando eliminar o bastião de onde, em geral, partiam os ataques

* FLUL; Centro de História/FLUL
josevarandas@fl.ul.pt

[1] MACEDO, Jorge Borges de, «Unidade, transição e ajustamento na evolução militar portuguesa – séculos XII a XV (1139 a 1495). Ensaio de síntese crítica», em *Actas do II Colóquio Panorama e Perspectivas Actuais da História Militar em Portugal*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1991, p. 397-428.

muçulmanos que mais podiam ameaçar Lisboa, ou seja, a cidade fortificada de Alcácer do Sal.

Mas, Lisboa, e a região que domina, não serão para os cruzados. O domínio do rio Tejo e das suas passagens é um projeto do chefe português, o resultado de uma já longa intenção estratégica[2]. O acesso ao Tejo e às possibilidades que ele dá, e garante, estão há muito na mente do cabo de guerra português. Lisboa é a chave para o domínio da Estremadura e um centro de recursos constantes que permitirá aumentar a intensidade das campanhas de devastação sobre o inimigo. Garantir o controlo da margem norte, entre os polos de Santarém e de Lisboa, é o mesmo que possuir uma vasta região, e um ponto de apoio determinante para fazer retroceder muitos quilómetros a ameaça muçulmana. Lisboa definia uma nova fronteira[3]. A marca passava a ser todo o Alentejo até às serras algarvias. Muitas eram as possibilidades.

Não era o nosso primeiro rei o mesmo jovem dos campos de São Mamede. Era já um homem maduro, estava casado com uma princesa que o ligava ao reino de França e afirmava-se descendente direto, porque o era, do imperador de Leão, Afonso VI. E não se esquecia de que o mesmo papa que o fizera "cavaleiro de São Pedro", o considerava, formalmente, apenas *dux*. Não bastava, de forma nenhuma, dominar as terras ocidentais entre os rios Minho e Mondego. Era imperativo para as suas ambições que o território fosse alargado, precisava de ocupar mais centros urbanos para além de Braga, de Guimarães, do Porto ou de Coimbra, e associar a esse desígnio o prestígio alcançado por grandes feitos militares. Lisboa preenchia em pleno essas ambições. Mas, para lá do prestígio, que tão grande vitória lhe daria, o caudilho português via mais longe. Não lhe bastava só a grande cidade do Tejo, queria ir mais além. O seu poder dependia disso. E o reino, que ia construindo. Em julho de 1147 começava um projeto mais ambicioso[4].

Recuemos uns meses, para o inverno daquele mesmo ano. Os arsenais e as armarias das potências cristãs ibéricas abriam-se, os "profissionais" da guerra preparavam-se, nas terras do nosso condado começava a pensar-se em fazer o *apelo* e a projetar os fossados do verão. Mas este inverno é diferente dos que o antecederam. Em 11 de Abril de 1147, o papa Eugénio III, emTroyes, na França, publica a bula *Divina dispositione,* exortando os

---

[2] BORGES, Marco Oliveira, «Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques», em *História. Revista da FLUP*, Porto, IV Série, vol.3 – 2013, p. 123-144.

[3] MARTINS, Miguel Gomes, *1147, A Conquista de Lisboa na rota da Segunda Cruzada*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2017, p. 129-142.

[4] Aires A. NASCIMENTO (ed.), *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*, Intr. de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2007, p. 56-79.

participantes da cruzada nas suas várias frentes, nomeadamente na Hispânia e no leste (contra os eslavos). Por terras de Leão, o rei Afonso VII reunia hostes e mesnadas para cumprir a bula e, dando seguimento ao que tinha acordado com mercadores genoveses, e em coligação com eles, preparava-se para atacar Almeria. Esta bula é muito interessante, pois, embora não fale no rei português, parece implicitamente dar a entender sobre os preparativos de Afonso de Portugal para atacar a linha do Tejo. Faltava pouco mais de um mês para os navios cruzados zarparem de Dartmouth (23 de maio)[5] em direção a Lisboa.

Com a promessa de apoio garantida, o nosso rei prepara o plano de operações. É crucial que Santarém caia para se poder tomar Lisboa. Esta vila é um verdadeiro ferrolho e a sua tomada garante o fácil acesso aos arrabaldes a norte de Lisboa e, ao mesmo tempo, fecha a possibilidade de reforços muçulmanos poderem, vindos do sul e de leste, atacar pela retaguarda e, pelo flanco, os 3000 que Afonso irá comandar. Santarém é atacada de surpresa e, rapidamente, no final do inverno, altura em que não é costume haver fossados nestas terras. Este "elemento surpresa" será, nas futuras campanhas do Alentejo, replicado pelos *latrones* do famoso Geraldo Geraldes, o Sem-Pavor.

A tomada de Santarém e de Lisboa não pode ser vista apenas como um mero empreendimento de cariz nacional, faz parte de um processo estratégico mais vasto no conflito entre europeus e muçulmanos[6]. O combate é em todas as frentes e, por isso, a importância do apoio de forças internacionais tem de ser um ponto de focagem nuclear. A conquista das duas cidades do Tejo resulta de um movimento amplo, e traz repercussões de alcance muito vasto na estruturação de uma independência. E não desvalorizemos o impacto que estes feitos militares tiveram na Cristandade. Afinal a Segunda Cruzada foi aqui, no Ocidente.

A ocupação portuguesa do vale do Tejo parece demonstrar, junto com a progressão da Reconquista castelhana, que a relação de forças entre cristãos e muçulmanos se modifica, em definitivo, a favor dos primeiros. A vitória de Afonso Henriques e dos cruzados é rigorosamente contemporânea da vitória (não definitiva) de Afonso VII em Almeria. Os reinos do norte estão a aproveitar uma conjuntura muito favorável. A elevada taxação fiscal nas terras do Islão está a acelerar a decomposição do sistema militar muçulmano. Diminuem, nos espaços que restam ao Andalus (e que ainda são consideráveis), a capacidade de engajamento, planificação e ação militares e as divisões políticas, como as guerras fratricidas nas taifas mouras, atraem os olhares dos reis do Norte. As ações militares sobre a marca da estremadura

---

[5] MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 183.

[6] MATTOSO, *D. Afonso Henriques*, p. 171-174.

portuguesa são acompanhadas por um sustentado movimento de expansão demográfica. A fronteira começa a deslocar-se definitivamente para o sul e isso é irreversível.

Por outro lado, o alargamento do território submetido ao primeiro rei de Portugal, incorporando nele uma cidade e uma vila, estratégica e taticamente relevantes, dotadas de grandes potencialidades económicas (e demográficas) devido à sua localização geográfica, consolida o poder político de Afonso Henriques e garante a sobrevivência definitiva de um processo autonómico face a Leão e ao Islão. Até aqui – à conquista do vale do Tejo – não eram muitas as probabilidades de sucesso para um novo reino, dado o crescente poder acumulado pelo rei leonês e por Aragão. Mas, depois da incorporação de Lisboa e de Santarém no espaço português, a viabilidade de Portugal é mais sólida, não só devido aos recursos materiais e humanos que Afonso Henriques assim obteve de imediato, mas, também porque esta nova região lhe abria a possibilidade de aumentar os recursos através da conquista de novos territórios (e fortalezas) a sul do rio Tejo.

A conquista de Lisboa colocou nas mãos de D. Afonso Henriques uma grande cidade, com um termo vasto e muito produtivo. A sua importância já era bem conhecida. Lisboa era o porto mais ocidental do Islão na Península Ibérica. Ali já chegavam mercadorias vindas do Mediterrâneo que se cruzavam com as cargas trazidas por cogas e carracas dos portos do Mar do Norte e do Canal da Mancha[7]. Era uma cidade cosmopolita, rica em todos os aspetos e, por isso, uma fabulosa presa para a cristandade. Lisboa não era a cidade mais importante do Gharb al-Andalus, mas dispunha de condições invulgares de desenvolvimento, sobretudo por causa dos contactos comerciais por via marítima e fluvial que a posição geográfica lhe proporcionava. Santarém também era um centro urbano muito ativo e com um alfoz cuja produtividade era bem realçada, embora de forma exagerada pelos geógrafos árabes.

Os recursos económicos dos dois espaços urbanos, e a sua excelente posição, como polos de uma ampla e complexa rede de vias de comunicação terrestres, fluviais e marítimas, juntamente com a atração que ambas exerceram sobre a população que a elas acorreu logo a seguir à conquista, fizeram destes centros lugares de grande concentração populacional, cujo rápido desenvolvimento lhes assegurou um papel diretor na vida económica e militar do país.

Para esse desenvolvimento contribuiu o rápido domínio sobre os centros militares que defendiam o território circundante. Os mouros de Sintra logo se submeteram às forças portuguesas e os de Palmela abandonaram o seu

[7] BARBOSA, Pedro Gomes, *Conquista de Lisboa. 1147. A Cidade Reconquistada aos Mouros*, Lisboa, Tribuna da História, 2004, p. 6-7.

castelo antes de Afonso Henriques os atacar. E, assegurada a defesa próxima, logo o rei começou a organizar o conjunto do território nacional.

Ao mesmo tempo que se ocupavam as áreas urbanas e se organizavam as estruturas eclesiásticas, povoavam-se também as zonas rurais, até então escassamente ocupadas, devido à insegurança causada pelos frequentes combates, expedições de pilhagem e de devastação conduzidas tanto por cristãos como por muçulmanos[8]. Este processo de transformação começou imediatamente depois de ocupadas Lisboa e Santarém, como se depreende da documentação referente às áreas de Leiria, Alcobaça, Torres Vedras e Óbidos. É um movimento de ocupação intenso, complexo, mas imparável, mesmo com as constantes dificuldades causadas pela falta de segurança, visto que todo este território continuou a ser presa de incursões muçulmanas, em terra e na orla marítima. Aqui, na costa marítima, a situação do território recém-conquistado era precária devido às frequentes operações de pirataria dos navios almorávidas e almóadas vindos de Alcácer do Sal (1160), de Silves, de Tavira ou de Sevilha, cuja marinha tinha adquirido um grande desenvolvimento desde o princípio do século XII[9].

A insegurança não impedia o grande movimento de reordenamento do território. Os documentos, sobretudo os régios, dão uma ideia, embora não completa, acerca do sentido do movimento e da profunda transformação que a conquista das várias cidades e fortalezas da linha do Tejo trouxe ao território nacional. O *dux* português não tinha apenas de dirigir a reestruturação dos territórios recentemente adquiridos. A inclusão das novas áreas no espaço nacional transportava, também, a necessidade de reorganizar o resto do reino. Tornou-se uma tarefa que exigia cuidados muito diferentes dos de carácter militar, até então os predominantes.

A tomada de Lisboa prefigura futuras possibilidades, apesar de não ser imediata a alteração da rede administrativa herdada da época anterior e que se baseava na concessão de terras a "tenentes" que assumiam um compromisso "feudal" para com o rei, em particular nas terras a norte do rio Mondego. A limitação dos poderes dos representantes do rei a funções militares na Estremadura e na Beira é a consequência inevitável da organização concelhia. São os concelhos que possuem a jurisdição civil e militar sobre o território que o respetivo castelo defende. E não existem intermediários, nestas zonas, entre os concelhos e o rei, o que permitirá mais tarde, no tempo de Afonso II, intervir cada vez mais nos respetivos alfozes, com os funcionários régios, abrindo assim o caminho ao processo de centralização

---

[8] MATTOSO, *D. Afonso Henriques*, p. 191-194.

[9] PICARD, Christophe, *La mer et les musulmans d' Occident au Moyen Âge. VIII^e^-XIII^e^siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, p. 72-90.

da coroa iniciado no princípio do século XII. O norte e o centro reorganizam-se e a fronteira a leste merece atenções especiais.

D. Afonso Henriques, e os seus principais validos, dão grande prioridade à execução de um novo plano de agressão sistemática sobre toda a margem a Sul do rio Tejo. O modelo tático é o do costume: rápidas incursões de forças de cavalaria ligeira sobre todas as linhas de comunicações até Alcácer do Sal, e para lá desta cidade, com o objetivo de fixar e imobilizar as forças inimigas, mantendo-as sob uma intensa pressão e tentando desorganizar as comunicações e as linhas de abastecimento que aprovisionavam Alcácer. As milícias estremenhas e outras forças, como as das Ordens Militares, cumpriram inexoravelmente a missão, atacando a região, como fora ordenado pelo rei, ao longo de toda a década de 1150. Esta intensidade revela bem a importância estratégica de Alcácer para o sistema defensivo muçulmano e, também, o grande perigo que a fortaleza representava para Lisboa e para a toda a região. Alcácer impedia ao monarca português a conquista dos territórios a sul do Tejo, sobretudo o assalto às áreas de Évora e de Beja[10].

Também pela costa Alcácer representava uma séria e perigosa ameaça a Lisboa. A sua localização permitia abrigar navios de guerra que, dali, lançavam ataques constantes sobre toda a região do estuário do Tejo e sobre os pequenos portos e enseadas mais a norte[11].

Estrategicamente, seria muito perigoso fixar a fronteira na linha do Tejo. Lisboa era vulnerável e a margem norte do rio apresentava muitos pontos onde a defesa se tornava quase impossível. Avançar sobre a margem sul, mantê-la instável do ponto de vista militar, procurar desgastar as forças inimigas, era criar as possibilidades para que a fronteira do Tejo se pudesse manter. Após o domínio de Almada e de Palmela, Alcácer é tomada, pela primeira vez, em 1158.

O acesso ao Alentejo está aberto, as incursões chegam cada vez mais longe, pra o sul, e para o leste. Os cruzados que por cá ficaram, e as forças templárias e de outras Ordens, recebem doações importantes, que lhes permitam manter o sistema muçulmano na defensiva. Sob o comando de Geraldo, o Sem Pavor, as unidades militares apoderam-se das fortalezas de Évora, Moura, Serpa, Alconchel, Juromenha e de terras na esfera leonesa, como Cáceres, Trujillo e Montánchez. Violentos fossados cristãos cavalgam sobre a terra do Islão, assolando-a, criando o caos e a destruição de infraestruturas, de pessoas, de gado e da lavoura.

Apesar de tentativas esporádicas muçulmanas que se aproximam das margens do Tejo, a iniciativa cristã mantém-se. Mas, tudo muda em 1169.

---

[10] MATTOSO, *D. Afonso Henriques*, p. 195-198.

[11] BARBOSA, *Conquista de Lisboa...*, p. 6-7.

Nesse ano, o rei de Leão, Fernando II, faz as pazes com alguns potentados muçulmanos, onde, entre outras questões, visa retirar as forças de Geraldo e do rei seu primo, do cerco que estão a pôr à cidade de Badajoz. Esta poderosa fortaleza e o seu alfoz estavam na esfera de influência leonesa. A sua captura por forças portuguesas iria impedir o eixo natural da expansão militar leonesa, bloqueando-o[12].

Os portugueses tornavam-se perigosos para os interesses da grande potência cristã. E, pelo lado islâmico, é bem clara a urgência e a necessidade de impedir, a todo o custo, que D. Afonso Henriques tome aquela estratégica posição, tão próxima do Guadiana. A questão é de tal forma grave, que o emir de Marrocos manda reforços substanciais. O rei português, que entretanto acorrera a Badajoz para reforçar as forças do seu capitão, vê-se cercado por forças muçulmanas e leonesas. Em desespero, os portugueses lançam uma investida sobre o inimigo, procurando criar uma brecha, por onde possam escapar. Mas, corre mal, e o rei é ferido com gravidade. Capturado, aceita as condições que lhe são impostas, entre as quais a perda da maioria das praças que conquistara na região. O ocidente do espaço português ficava de novo exposto, apenas com as cidades fortificadas de Évora e de Alcácer a guardar os caminhos para Lisboa e para todo o vale do Tejo. Sobretudo esta última cidade, que com a sua fortaleza, e o rio que a serve, representa um problema muito sério para os planos militares do chefe português.

Alcácer é bem conhecida dos militares portugueses, sobretudo depois da queda de Lisboa. As patrulhas dos cristãos intensificam-se sobre toda a região dominada por Alcácer. Por ali decorrem escaramuças, aumentam as ações de disrupção do sistema defensivo muçulmano, as milícias montadas dos municípios estremenhos procuram tomar o pulso daquele organismo inimigo. Em que condições está a força militar de Alcácer? E qual a sua força efetiva?

Por 1145, ou 1146, pouco tempo antes do grande assalto europeu a Lisboa, a cidade muçulmana de Alcácer vive tempos conturbados. A elite política dominante, de cariz almorávida, muito impopular, tinha sido derrubada do poder. Mortos ou expulsos, é agora a elite local (política e militar) que decide sobre os destinos da cidade e de toda a região que depende dela. Porém, a transição do poder almorávida para a esfera local não foi pacífica. As famílias mais importantes não se entendiam, e as rivalidades impediam uma normalização da vida local. Também as notícias que vinham do estuário do Tejo não eram as melhores. Uma grande frota de cruzados estava a cercar Lisboa.

---

[12] HENRIQUES, António Castro, *Conquista do Algarve.1189-1249. O Segundo Reino*, Lisboa, Tribuna da História, 2003, p. 9-24.

É, por isso, muito provável que os notáveis desentendidos de Alcácer tenham sido dominados por forças externas, que também viam na instabilidade daquele núcleo urbano um perigo muito grande, tanto mais que os cristãos estavam quase às portas e não se sabia se uma frota cruzada já vinha rio acima. Évora, o núcleo urbano mais próximo, via com muita apreensão o tumulto político e civil em Alcácer. Aquela era uma fortaleza chave na defesa dos campos e da cidade de Évora, contra as incursões cristãs. Era preciso terminar com os conflitos internos e, sob a capa da proteção, o clã dos Banu Wazir de Évora assume o controlo da cidade, da fortaleza e dos meios navais em Alcácer.

Évora colmatava uma fragilidade. Dominava a revolta em Alcácer e reforçava militarmente a fortaleza. As fontes cristãs que relatam a conquista de Lisboa dão importância (não à rebelião dos habitantes de Alcácer contra os seus senhores almorávidas) mas da existência de relações políticas e diplomáticas entre D. Afonso Henriques e as autoridades de Évora.

As memórias escritas da operação militar cristã sobre Lisboa deixam pistas sobre um conjunto de conversações entre o chefe dos portugueses e diversas elites políticas de cidades do sul, negociações muito possibilitadas pelo facto de o sistema central almorávida estar em processo de desagregação acentuada. E, na região que nos interessa – a do Sul do Tejo – ser mesmo inexistente.

Os acontecimentos de Alcácer bem o provam. Mais a norte, Lisboa era um núcleo praticamente autónomo do ponto de vista político, o que veio a acentuar a sua fragilidade em relação ao ataque cruzado. O sistema político muçulmano está em crise por todo o lado. E, no ocidente peninsular, as elites locais (e regionais) procuram ganhar tempo, sobreviver, traçando planos de aliança com os cristãos. É, o próprio Ibn Wazir que afirma, em carta escrita ao governador de Lisboa, que não pode enviar auxílio, porque tem um acordo com D. Afonso Henriques. É, noutro exemplo, o que se passa com a quase devolução da fortaleza de Palmela e do núcleo urbano, por parte dos cristãos, ao clã Wazir.

Todos estes processos negociais e os seus impasses deixam muito claro, também, quem manda em Alcácer. São os senhores de Évora, que detêm o título de Emir do Gharb e cunham moeda em Évora e em Beja. E as manobras diplomáticas junto dos poderes cristãos (o que se passa na região de Alcácer não é diferente do que vai acontecendo noutros territórios de fronteira entre cristãos e muçulmanos, na Península Ibérica) criam possibilidades, ganham tempo, evidenciam autonomias políticas locais e regionais.

O processo de desagregação do sistema almorávida produziu fraturas no sistema político islâmico com graves consequências, sobretudo no plano militar. Processos de formação de sistemas regionais, onde um clã de uma determinada cidade procura adquirir uma região mais vasta, tomando o

poder noutros núcleos urbanos, como é o caso dos Banu Wazir em Alcácer, trazem consigo riscos potenciais. Entre eles, a dificuldade de manutenção do poder nos núcleos adquiridos. Desconhecemos as razões concretas, mas de acordo com as informações históricas existentes, as elites de Alcácer, no início da década de 50 (1151-1152), já não estão sob a alçada de Ibn Wazir. Alcácer afirma-se como uma autonomia, uma taifa autónoma em termos políticos e com capacidade militar. O facto de o clã eborense estar em conflito aberto contra inimigos mais poderosos de Badajoz, Mértola, Silves e outros, impede que os emires de Évora retomem o poder em Alcácer.

Até 1157 parece ser bem evidente a autonomia de Alcácer. É taifa própria, provavelmente com estatuto próximo ao que o senhor muçulmano de Lisboa tinha em 1147. Também parece estar isolada, no que diz respeito a outros apoios políticos e a ajuda militar. Contudo, a sua força política expressa-se na existência de uma força naval própria, com a capacidade para lançar ataques contra núcleos populacionais costeiros portugueses e contra meios navais cristãos.

A presença desta força naval representa um grande perigo para a navegação cristã e para a defesa dos seus sistemas de habitat costeiro. Torna-se evidente à estratégia portuguesa que a taifa de Alcácer tem de ser neutralizada e ocupada. A presença de navios de guerra no seu porto interior é um fator de desequilíbrio tremendo na região, sobretudo, porque os meios navais portugueses são escassos e muito inferiores em capacidade de combate – na maioria não são navios de guerra.

É necessário aumentar a pressão militar sobre Alcácer. Os constantes ataques navais à costa portuguesa, a que se junta a posicionamento estratégico da fortaleza, com a possibilidade de poder vir a concentrar forças militares de maior envergadura, oriundas de outras cidades muçulmanas, fazem dela o principal fator de risco para os portugueses. Alcácer era o principal bastião de onde podiam sair os ataques mais perigosos sobre Lisboa e toda a região do Baixo Tejo[13]. Sem forças navais adequadas, o plano do rei português tem se concentrar na manutenção de um bloqueio terrestre permanente. É um plano difícil de manter dada a configuração tradicional das forças militares portuguesas disponíveis – em geral milícias urbanas montadas. É dispendioso e limitado na sua envergadura. Não é fácil bloquear Alcácer. Mantém o seu porto naval e uma parte importante dos acessos para sul estão quase sempre desimpedidos. D. Afonso Henriques tem limitações evidentes em homens e em meios. Mesmo a mais pesada cavalaria templária não se adequa bem a este tipo de missão. A esperança portuguesa está no eventual lançamento pelo papa de uma cruzada hispânica. Com a eventual chegada a Lisboa de navios cruzados, o

[13] MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 195.

assalto a Alcácer ganharia outra expressão[14]. Para já, o rei só pode tentar manter a pressão.

O limite do esforço militar não é apenas visível no lado cristão. Embora exista, pode sempre contar com alguns reforços que chegam do interior do reino. Alcácer, ao contrário, parece estar sozinha. E tem de reagir à pressão imposta pelas milícias portuguesas. Com menos meios terrestres a sua reação passa pelo lançamento de ataques navais constantes, na expetativa de fixar forças armadas do rei português junto aos possíveis locais de desembarque no estuário do Tejo. Mas, na maioria dos casos, essa intenção é gorada e D. Afonso Henriques continua a possuir mais unidades de cavalaria. O esforço dos ataques navais, a logística que envolvem, a necessidade constante de manutenção dos navios, muito dispendiosa, a taxação fiscal (adicional) necessária, são aspetos determinantes na desagregação da coesão social e na falência da economia da medina de Alcácer[15].

1158 traz a Alcácer um chefe militar oriundo do sul, de Tavira, Ali al-Wahibi[16]. Líder da resistência contra a pressão almóada na região, abandona essa cidade e chega a Alcácer ao comando de uma armada e de outros recursos militares. A sua chegada é crucial para compensar o desgaste constante que as forças portuguesas estão a causar. Aliás, este é o ano referido sempre pelas crónicas portuguesas como o da primeira conquista da cidade.

Num enquadramento geopolítico as fontes cristãs e muçulmanas são claras. Para o norte, Alcácer controlava os castelos da serra da Arrábida e mesmo os da margem sul do Tejo, como Almada. Para o leste, e para sul, a sua influência pode ser menos evidente. Mas, se considerarmos a delimitação para o território de Alcácer constante na documentação de D. Sancho I, e que parece respeitar o anterior enquadramento espácio-legal islâmico, a fronteira chegava ao rio Mira e, para o interior, pelas terras de Alvalade, Odivelas e Torrão.

A queda de Alcácer, em 1160, retira à armada muçulmana a sua maior base naval a norte e essa perda tem consequências. Os navios de guerra do Islão são forçados a recuar para os portos das cidades algarvias, ou para mais longe, já que uma operação naval com o apoio de uma frota cruzada ataca e toma a poderosa Silves. Mas, parece que o rei português está a dispersar o seu poder militar.

---

[14] MATTOSO, *D. Afonso Henriques*, p. 195-197.

[15] CARVALHO, António Rafael, «Alcácer no final do período islâmico (séculos XII-XIII), Novos elementos sobre a 1.ª conquista portuguesa», em *Elementos para a História de Alcácer,* n.º 1, Alcácer do Sal, Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2008, p. 23.

[16] KHAWLI, Abdallah, «Le Garb al-Andalus à l'Époque des Secondes Taifas (539-552/1144-1157)», *Arqueologia Medieval*, n.º 7, 2001, p. 31.

No mês de Abril de 1191, um exército comandado por *Al-Mansur* parte de Sevilha e chega por via terrestre a Alcácer em Junho. Foi difícil a conquista. A praça é forte e só com o reforço de uma frota, que traz consigo máquinas de guerra, foi possível tomar a cidade aos portugueses. Tudo isto, se repetirá, ao contrário, anos depois.

Sob o domínio almóada a cidade continuava a assumir um papel importante no sistema defensivo ocidental. Era a primeira linha de defesa califal na costa atlântica. Uma importante base naval (também terrestre) de onde podiam ser lançados ataques perigosos contra o reino português, em particular sobre a navegação que se aproximava do porto de Lisboa. É estimulada (e tem capacidade para o fazer) a desenvolver recursos alimentares próprios, a que acrescenta um abastecimento, mais ou menos regular, do "estado" almóada, a que junta apoio militar. Alcácer parece como que isolada na região em que se insere. As cidades mais próximas do seu raio de ação estão a vários dias de viagem (só Lisboa e Évora estão mais próximas) e, por isso, assume a chefia de um vasto território, ao longo da costa Alentejana, dominando grande parte do atual Alentejo, o que fica fora da esfera de ação de Badajoz, Mértola ou Silves. É a única base militar almóada, num raio de centenas de quilómetros em redor.

Os almóadas mantêm Alcácer como a cabeça de uma vasta região militar, seguindo o mesmo elemento estratégico defesa-ataque, definido pelo anterior sistema, o almorávida, mas de dimensões espaciais mais reduzidas. Durante o período almorávida, Alcácer controlava territórios tão afastados como Coria, Cáceres, Trujillo, chegando quase até Talavera.

Em 1217, o reino estava diferente. Era soberano D. Afonso II[17] e os domínios cristãos procuravam expandir-se sobre toda a margem sul do Tejo, abarcando as povoações da Península de Setúbal, e mais para Sul.

O caminho continuava impedido. A fechar os caminhos sobre toda a planura alentejana estava a fortaleza de Alcácer. Tinha sido tomada treze anos após a queda de Lisboa, depois de grande esforço. Mas a ocupação cristã não durou muito tempo. A cidade foi perdida para os muçulmanos na sequência das campanhas comandadas por Abu YaqubYusuf, *Al-Mansur*, de 1190 e de 1191, que colocaram toda a região a sul do Tejo ,e as passagens para a margem norte, sob controlo almóada.

A ofensiva muçulmana foi bastante violenta e, apenas com a exceção da cidade de Évora, que se manteve sempre em mãos cristãs, toda a região foi arrasada. Foi o que aconteceu às fortificações de Almada e de Palmela, violentamente atacadas e posteriormente desmanteladas, muito provavel-

[17] VILAR, Hermínia Vasconcelos, *D. Afonso II. Um Rei sem Tempo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 125-127.

mente, por *Al-Mansur* não possuir os destacamentos necessários para as guarnecer, ou colonos que pudessem ocupar as áreas dependentes destes castelos. Também, porque estavam muito próximas da cidade de Lisboa e dos outros núcleos cristãos, o que fazia delas alvos fáceis para os contra-ataques portugueses. Em 1193-1194, forças da Ordem de Santiago recuperam os dois núcleos[18], reconstruindo-os e equipando-os com novas guarnições. A partir destas bases militares recuperadas os ataques a Alcácer sucederam-se, inexoravelmente, durante o que restava da última década do século XII. Porém, nesta cidade os almóadas não descuraram a sua importância estratégica e reforçaram-na com uma forte guarnição e uma linha constante de abastecimentos.

O século XIII ainda teve de esperar mais de dez anos até ver uma coligação de forças cristãs peninsulares (Castela, Leão, Aragão, Navarra e Portugal) derrotar, definitivamente, o poderio muçulmano, na batalha de Las Navas de Tolosa. Comandadas por D. Afonso VIII, rei de Castela, a vitória alcançada viria a permitir lançar uma grande ofensiva cristã sobre os territórios do Islão. Assim, os castelhanos tomam as praças de Baeza e de Úbeda, enquanto destacamentos leoneses se apoderam de Alcântara e, daí, lançam vários ataques, embora sem sucesso, contra as muralhas de Cáceres. Também, pelo levante peninsular, unidades cristãs lançam mortíferos contra-ataques sobre o dispositivo muçulmanos, obrigando as forças inimigas a retirar para bases mais afastadas[19].

Do lado português a dinâmica militar levou mais tempo a arrancar. Desconhecemos as verdadeiras condições em que se encontravam as forças militares portuguesas, porém alguns fatores devem ser levados em consideração. De um lado as condições físicas do monarca, cuja saúde se ia debilitando muito rapidamente, mas também os conflitos civis internos travados entre os anos de 1211 e de 1212 (o ano da subida ao trono de D. Afonso II) entre o infante/rei português e as suas irmãs Sancha e Teresa, a propósito do testamento do seu pai, D. Sancho I. As constantes movimentações de forças militares pelas regiões do centro e do norte do reino, o recrutamento forçado de milícias concelhias, por ambas as partes, e o engajamento da nobreza pelos dois blocos, deixaram o novo rei sem grandes capacidades de poder acompanhar, no flanco ocidental da Hispânia, as ofensivas militares dos reinos cristãos vizinhos. A máquina de guerra, já limitada no tempo de D. Sancho I, agora esgotada pelas campanhas internas, não estava em condições de ser posta em marcha contra o Islão.

---

[18] MARTINS, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota. A guerra na Idade Média*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011, p. 128.

[19] VILAR, *D. Afonso II*, p. 128-129.

D. Afonso II precisava de pacificar o seu reino. Tinha de dar tempo para que o tecido militar miliciano e profissional recuperasse, necessitava de reorganizar toda a estrutura de comando. O recrutamento nos concelhos precisava de ser normalizado e os impostos recuperados. O exército – chamemos-lhe assim – tinha de ser reconstituído. Não havia muitas condições, no início do reinado para atacar o Islão.

Porém, a distância a que Alcácer estava de Lisboa, o facto de possuir uma esquadra muito agressiva de navios de guerra, continuava a fazer dela um inimigo muito perigoso para a segurança da cidade branca e do estuário do Tejo. As galés islâmicas atacavam, também, toda a navegação que vinha do Mediterrâneo para o Mar do Norte e vice-versa. Alcácer era um espinho perigoso e muito maçador cravado no flanco do reino português.

Não reage o rei. Reage a cidade de Lisboa. Os ataques navais e a instabilidade permanente não são amigos do negócio e da atividade mercantil. Também as autoridades militares da cidade franziam o sobrolho por terem um inimigo tão atrevido e os poderes eclesiásticos juntavam, ao descontentamento geral, o seu discurso inflamado contra os inimigos da fé. Até porque Alcácer, nas palavras do poeta Gosuíno, que irá descrever o cerco a Alcácer, era, de todos os castelos, o mais ameaçador para os cristãos[20].

É D. Soeiro Viegas[21], bispo de Lisboa, que se torna protagonista no lançamento da campanha militar contra Alcácer – no espírito de uma verdadeira cruzada – investindo recursos próprios e da diocese, convencendo a burguesia da cidade a investir na operação e garantindo fundos para recrutar combatentes em Lisboa e na Estremadura[22] e a mobilizar cruzados estrangeiros. A mobilização contra Alcácer foi um momento alto na cidade e contava com o apoio direto, e comprometido, do bispo de Évora (uma cidade e diocese que tiraria o maior partido da conquista de Alcácer), do D. Abade do Mosteiro de Alcobaça e de todas as ordens militares que estavam em Portugal.

Lisboa mobilizava-se para a guerra contra Alcácer. Enquanto esta última fosse ocupada com o Islão e tivesse uma frota de guerra, a cidade do Tejo

---

[20] GOSUÍNO, Soeiro «Carmen: Que hehũa copia da tomada de Alcaçar do Sal», em BRANDÃO, Fr. António – *Monarquia Lusitana*, parte IV, Lisboa, 1632, p. 133-136, [reed. fac-similada, Lisboa, INCM, 1976, com tradução de Santos Alves], p. 134.

[21] O bispo é identificado no relato de Gosuíno como o principal responsável pela conquista de Alcácer. Veja-se, a este respeito, BARROCA, Mário, em *Epigrafia Medieval Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, FCG-FCT, 2000, vol. II, tomo I, pp. 745-749, e VILAR, *D. Afonso II*, p. 142-143.

[22] BARROCA, Mário, «Da reconquista a D. Dinis», em José MATTOSO (Coord.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 58.

não podia crescer e toda a atividade marítima estaria comprometida. Lisboa irá participar em força na expedição de 1217[23].

Lisboa, o reino e o rei, aproveitam, também, a dinâmica da Quinta Cruzada ao Oriente. Navegava para o estreito de Gibraltar uma poderosa frota de guerra, formada por mais de cem navios (cerca de cento e cinco[24]) e que vinha fazer escala no porto de Lisboa, a fim de proceder a reparações em muitos dos seus navios, apanhados num forte temporal ao largo da costa portuguesa na região minhota. Segundo a *Crónica de 1419*[25] a chegada da frota cruzada coincidiu com a preparação que a cidade e o reino estavam a fazer contra os mouros de Alcácer. Claro que esta intensa campanha, de levantamento de forças portuguesas e de recursos militares, era feita sabendo-se do apoio prévio dos cruzados e da Igreja e reinos europeus.

Os condes de Withe e da Holanda[26] comandavam a frota cruzada, cujos contingentes eram provenientes de cidades alemãs e frísias[27], das margens do Reno, a que se juntaram as forças portuguesas, que iriam estar sob o comando do bispo de Lisboa. De acordo com a tradição, D. Soeiro Viegas pediu ajuda aos líderes cruzados para o empreendimento de Alcácer, apelando para o seu sentido missão e para o seu juramento de levar a guerra ao Islão, onde quer que este estivesse. Parece que apenas cinco navios, dos cem apontados, não quiseram ficar, e seguiram viagem. Muito provavelmente deveriam ser embarcações comerciais que se juntaram a esta grande frota, buscando segurança contra piratas cristãos e muçulmanos, no seu trajeto para o Mediterrâneo. Cinco navios, cuja dimensão e tipo conhecemos, transportando cruzados para o Mediterrâneo Oriental, não nos parece muito plausível. Sobre esta questão, Miguel Gomes Martins considera, que os cruzados vinham mais equipados. Chegaram em duzentas embarcações, das quais ficaram em Portugal entre oitenta a cem, com um contingente de 6000 a 7000 cruzados[28].

---

[23] VILAR, *D. Afonso II*, p. 132-136.

[24] Outros autores inclinam-se para que a força de navios cruzados estivesse mais próxima das 200 embarcações. Veja-se, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coordenador); DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, João Gouveia, *História Militar de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2017, p. 77.

[25] *Crónica de Portugal de 1419*, ed. crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida CALADO, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998, p. 106-107.

[26] Guilherme de Holanda redigiu uma carta ao papa Honório II, narrando a conquista de Alcácer, onde reforça a importância de combater os muçulmanos na Península Ibérica. Veja-se, VILAR, *D. Afonso II,* p. 140, e *Monumenta Henricina*, dir. de A. Dias DINIS, vol. 1, Coimbra, 1960, doc. N.º 26, p. 49-50.

[27] Particularmente das regiões da Flandres, da Saxónia, da Vestefália e da Frísia.

[28] MARTINS, *De Ourique a Aljubarrota*, p. 132.

Apesar da habitual e tradicional discussão em torno do número de efetivos (geralmente exagerado nas fontes medievais), como por exemplo os 20000 cruzados apontados pela *Crónica de 1419*, os números referidos por Miguel Martins, a que junta as trezentas lanças portuguesas comandadas pelo bispo de Lisboa, parecem-nos razoáveis e adequados para levar a bom termo uma operação de cerco, onde o processo de assédio diz respeito à infantaria e a alguma cavalaria apeada. Os trezentos cavalos referidos por Gosuíno[29] são um número interessante, sobretudo se considerarmos a necessidade que as forças combinadas cristãs iriam ter de patrulhar intensamente todos os corredores de acesso por onde pudessem chegar reforços à cidade.

As forças portuguesas, na sua maioria compostas por milícias concelhias, no seu modelo tradicional da Reconquista[30], não deviam estar longe dos efetivos internacionais, e juntavam-se a elas contingentes de cavalaria formados pelas ordens militares de Santiago (Martim Pais Barregão, comendador de Palmela), dos Templários (sob o comando do mestre D. Pedro Alvites) e do hospital (prior D. Mem Gonçalves de Cerveira), mas cujos efetivos concretos ainda desconhecemos[31].

Por Alcácer deviam estar a chegar as notícias de que a frota cristã tinha entrado no estuário do Sado e começava a subir o rio. Uma força naval daquela envergadura só podia ter um objetivo naquelas águas: o ataque à fortaleza de Alcácer. E, por isso, do palácio são despachados mensageiros para as cidades muçulmanas mais próximas, alertando para a presença da armada cruzada e solicitando que forças de socorro fossem enviadas a Alcácer para obrigar os cristãos a levantar o cerco que se avizinhava.

As duas frotas (a cruzada e a portuguesa) chegam à vista do castelo de Alcácer pelos finais do mês de julho, pelo dia 30. Só a 3 de Agosto, cinco dias depois, o contingente apeado chega aos arrabaldes da cidade e começa a instalar o arraial. As primeiras observações revelam que a posição muçulmana é muito forte. O castelo e a medina estão bem protegidos por uma forte paliçada, os fossos são profundos e largos e a fortificação está bem equipada com muros duplos e com bastantes torres[32]. Porém, nenhum contingente muçulmano saiu da proteção das muralhas para impedir o

---

[29] GOSUÍNO, «Carmen», p. 135.

[30] VARANDAS, José, «Early and High Middle Ages, 1096-1249», em Francisco GARCÍA FITZ e João Gouveia MONTEIRO (ed.), *War in the Iberian Peninsula, 700-1600*, London & New York, Routledge, p. 201-212.

[31] VILAR, *D. Afonso II*, p. 137. Veja-se, ainda, CUNHA, Mário Raul de Sousa, *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*, ed. policopiada da dissertação de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, p. 153-156.

[32] GOSUÍNO, «Carmen», p. 134.

desembarque das forças navais, ou atacou as milícias portuguesas que vinham por terra. Não deixa de ser esclarecedor e representativo das verdadeiras condições militares da guarnição de Alcácer.

Comecemos pelos meios navais. A presença, cinco dias antes de chegar a força terrestre, de navios cristãos frente à cidade, sem serem perturbados por nenhum contra-ataque, faz pressupor a inexistência de galés de combate inimigas no rio, ou então a sua rápida destruição. Mas as poucas fontes que temos sobre este aspeto naval, são completamente mudas. Terá havido um empolamento (naquele tempo, e depois na historiografia) sobre as dimensões, capacidades e até sobre a existência de uma frota de guerra islâmica naquelas paragens? Estaremos perante o paradigma do cerco a Lisboa em 1147 onde, também, não existia uma esquadra naval a proteger o acesso a Lisboa? A principal fonte parece ser clara: Gosuíno retrata o desembarque da força cruzada que não encontra oposição, e acaba por tomar com facilidade as portas viradas para o rio, dominar todo o arrabalde norte e nascente e iniciar a instalação do acampamento protegido por um fosso e um fino perímetro defensivo, composto por homens e armas (provavelmente engenhos neurobalísticos de pequena dimensão). Dá apenas uma nota sobre o encontro dos cruzados apeados com alguns cavaleiros saídos da alcáçova, mas que são rapidamente postos em fuga pelas lanças da infantaria cruzada. O poeta é mais afirmativo: a armada está em segurança[33].

E por terra? As forças das milícias e das ordens militares levaram mais tempo a chegar à cidade muçulmana. São referidos mais cinco dias, o que nos parece razoável para uma força militar com bastante envergadura, que tem de transportar carriagem com mantimentos e armamento sobresselente (embora muito do abastecimento mais pesado se encontrasse a bordo dos navios), onde algumas unidades se deslocam a pé e, também, a progressão no terreno devia ser executada com bastante cautela, pois podia haver forças de cavalaria muçulmanas na região.

Pressupõe-se que os militares portugueses tivessem boa informação sobre as condições de defesa da zona de Alcácer, mas os intensos preparativos para a guerra que se fizeram em Lisboa, durante algum tempo (concentração de navios, de meios e de homens), a que se juntou a chegada dos navios do norte da Europa, deviam ter alertado todas as patrulhas muçulmanas que andavam no terreno. A disputa por Alcácer era, nestes tempos, uma "velha" questão. Por tudo isto, o comando português tinha razões para avançar no terreno com prudência. Também era necessário enviar grupos montados de reconhecimento muito para lá de Alcácer, para saber se havia movimentação de unidades de socorro inimigas.

---

[33] GOSUÍNO, «Carmen», p. 134.

Parece que a deslocação da força portuguesa que vinha por terra se fez com bastante tranquilidade. Desconhecem-se confrontos com forças avançadas muçulmanas, ou contra grupos armados que tivessem por missão atacar os elementos mais desprotegidos da longa coluna militar portuguesa.

A posição defensiva de Alcácer era bem conhecida dos portugueses. A longa experiência dada pelos constantes ataques à cidade, com a aproximação feita por terra, e as sistemáticas cavalgadas por toda a região, permitiam às forças comandadas pelo bispo de Lisboa saber com o que podiam contar.

O castelo que se pretendia tomar estava bem posicionado. Ocupava o topo de uma colina alta que lhe permitia controlar uma vasta campina e, particularmente, o rio. Na proximidade da fortaleza e descendo suavemente sobre a linha de água dispunha-se um populoso arrabalde, sem muralhas, mas protegido, a norte, pela presença do forte castelo e pela escarpada elevação de terreno, e a sul, pelo rio. Apesar destas caraterísticas, toda a zona populacional do arrabalde não apresentava grandes dificuldades ao desembarque de uma força anfíbia. Embora pudessem contar com alguma resistência nas ruas, esta não seria de grande monta. Alguma guarda avançada, com alguns cavaleiros, com o intuito de retardar o mais possível o avanço cristão, e pouco mais. A verdadeira defesa iria ser na praça-forte.

A fortaleza era bem construída, possuía uma sólida muralha, de taipa, com perto de 2,26 metros de espessura[34], reforçada por mais de dez torreões adossados, com a capacidade de efetuar tiro cruzado sobre os flancos do inimigo que procurasse escalar os muros ou derrubá-los. A dominar todo este conjunto de torres estava uma forte e alta torre poligonal. Para além deste núcleo central e compacto, o castelo estava rodeado por uma barbacã, embora não totalmente, e por um fosso largo e profundo, a que se juntava, ainda, como vem nas fontes, uma paliçada, que devia ter como função maior proteger os acessos oeste e leste do arrabalde. Estavam as forças cristãs perante uma fortificação bem desenhada e construída, no seguimento de um estilo de defesas fixas onde, na Península Ibérica, os muçulmanos continuavam a ser os mais avançados.

A tarefa para os sitiantes não ia ser fácil. Tomar esta praça militar, bem conhecida dos portugueses, necessitava mais do que lançar sobre os muros grupos de assaltantes que, subindo por escadas de madeira, pudessem tomar o adarve e garantir o acesso ao sistema interior. Os dez torreões e a poderosa torre poligonal iriam lançar o inferno sobre os cristãos, através de uma implacável concentração de projéteis sobre as unidades de assalto. Porém, desta vez, os portugueses traziam com eles, nos navios, equipamento de

[34] MARTINS, Miguel Gomes, *Guerreiros de Pedra. Castelos, muralhas e guerra de cerco em Portugal na Idade Média*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2016, p. 307.

que habitualmente não dispunham e especialistas em guerra de cerco – os cruzados.

O cerco preparava-se para ser demorado – acabaria por consumir todo o verão – e brutal. Alcácer, como Lisboa (1147) e Silves (1189), ia ser uma operação de larga escala. As forças desembarcadas começaram por se implantar no terreno, assentar um arraial, longe do alcance de tiro dos arqueiros inimigos e de máquinas pesadas que pudessem estar nas torres, proteger o acampamento com fossos rapidamente escavados e paliçadas. Ao redor da cidade cercada os "engenheiros" militares cruzados observavam o terreno mais adequado para a colocação das suas "máquinas de flagelação", e os locais mais fáceis onde, limpando e nivelando o chão, as grandes bastidas, ou torres de assalto, pudessem ser empurradas contra os muros. Iniciava-se o processo.

A prática da guerra de cerco não era habitual no panorama militar português dos séculos XII e XIII. Neste período, as ações militares, destinavam-se a surpreender o inimigo atrás das linhas de fronteira estabelecidas, desorganizando o seu sistema de comunicações, devastando terras e incutindo nas populações afetadas uma grande sensação de insegurança. As operações eram feitas com meios rápidos – cavaleiros – organizados em unidades pequenas, ou de média dimensão (raramente mais de 50 ou 100 cavaleiros), com grande mobilidade e sem problemas de abastecimento de água e de comida, e que se tornassem "invisíveis" na aproximação aos alvos prioritários e secundários[35].

A guerra de reconquista, travada desta forma, era incompatível com a marcha de grandes colunas, equipadas com equipamento pesado de cerco e lentos carros de abastecimento. Este comportamento, tático e estratégico, não servia, porém, para adquirir esses espaços que se queria desorganizar. Num contexto de expansão territorial era fundamental tomar os pontos-chave do inimigo, as suas principais cidades e fortalezas. A dinâmica militar tinha de ser outra. E, como se sabe, é impossível tomar grande centros urbanos sem recorrer à "*ars tormentaria*". É assim desde a Antiguidade[36].

A captura de Lisboa, de Silves e de Alcácer do Sal era impossível sem recorrer à engenharia militar. E em Portugal, neste período, desconhecemos a existência de centros de produção de armas de aproximação, de assalto e de flagelação. A tecnologia militar pesada é um recurso do norte da Europa.

---

[35] VARANDAS, «Early and High Middle Ages, 1096-1249», p. 201-212.

[36] VARANDAS, José, «O Punho dos Deuses. Maquinaria de Cerco Greco-Romana (século IV a.C.-século IV d.C.)», em A. Ramos dos SANTOS e J. VARANDAS (coord.), *A Guerra na Antiguidade*, Lisboa, Caleidoscópio / Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006, p. 125-160.

É por isso que os grandes cercos a cidades fortificadas no nosso atual território tiveram sempre de contar com a participação de forças cruzadas, que possuíam os meios necessários para tomar cidades. A guerra travada na Terra Santa tinha este perfil, o de conquistar cidades, todas elas fortificadas. Sem máquinas de cerco era uma tarefa impossível.

Não tendo o reino português este tipo de tecnologia no seu arsenal, nem os técnicos capazes de desenhar, construir e utilizar estas máquinas, não podemos pressupor que desconhecessem em absoluto as regras da poliorcética. Os cercos não foram uma prática exclusiva dos exércitos cristãos. A longa tradição greco-romana do emprego de força bruta continuou em toda a bacia do Mediterrâneo, e a jovem monarquia portuguesa observou bem a forma como as forças almóadas subjugaram alguns dos nossos núcleos urbanos fortificados, como aconteceu, por exemplo, nos cercos de Torres Vedras (1190), de Silves (1190 e 1191) e de Tomar (1190), entre outros[37].

No equipamento pesado que se começava a desembarcar na margem norte do rio Sado, e a ser levado para a proteção do arraial, vinham os mecanismos e as peças chave para a construção dos diversos engenhos de cerco[38]. Dos porões e dos conveses dos navios de carga descarregavam-se os componentes necessários para a montagem das diversas máquinas de cerco, mas para muitas destas peças faltavam as traves de madeira complementares e o ferro necessário à união de vigas, barrotes e traves.

A falta de madeira é um assunto constante para os "engenheiros" militares a que é dada a missão de montar e construir maquinaria de cerco. Já é assim desde o Mundo Antigo, continua nas cruzadas, onde, muitas vezes, os navios fretados em Itália eram desmanchados nos portos da atual Palestina, como Alepo, transformando-os em tábuas e aproveitando as cavilhas e pregos de ferro[39]. Tudo era transportado no dorso de mulas muitos quilómetros para o interior, para os acampamentos de cerco, onde se transformavam na panóplia habitual de engenhos de cerco ou, até, nas preciosas escadas de assalto.

Em Alcácer, parece, a falta de árvores era notória[40] e as espécies existentes pouco configuráveis às necessidades das máquinas que eram

---

[37] NICOLLE, David, *Medieval Siege Weapons (2). Byzantium, the Islamic World & India AD 476-1526*, Oxford, Osprey Publishing, 2003, p. 2-27.

[38] NICOLLE, David, *Medieval Siege Weapons (1). Western Europe AD 585-1385*, Oxford, Osprey Publishing, 2002, p. 3-51.

[39] WISE, Terence, *Armies of the Crusades*, Oxford, Osprey Publishing, 1978, p. 9-11.

[40] MARTINS, *De Ourique a Aljubarrota*, p. 135; COSTA, Bárbara, *Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)*, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, p. 108.

precisas. A região era florestada com árvores de pequeno porte, o que levou os cruzados a desmancharem oito dos seus navios para poderem usar as traves de longas dimensões na construção das máquinas de assalto[41]. A esta questão da madeira – a da sua falta – juntamos uma nota adicional. Por essa altura, uma das principais descargas de navios oriundos dos portos bálticos, do Mar do Norte e do Canal da Mancha, em Lisboa, era a madeira das grandes árvores do norte europeu. Mas a ausência nas fontes históricas, de referências a cogas, carracas e nefs, ou outro tipo de cargueiros, na frota que subiu o Sado, carregados de madeira, é explícita. Para os cruzados era uma prática habitual sacrificar alguns dos seus navios.

A madeira local revelou-se fundamental para a primeira tarefa a executar numa campanha de cerco. Se o que se pretende é tomar os muros, pode-se fazê-lo de duas formas (em separado, ou em conjunto): aproximar grande torres de assalto, encostá-las às muralhas (ou à distância da ponte que vai ser lançada), e lançar um grupo de assalto sobre o adarve; e/ou encostar aríetes que vão bater na parede, procurando, com esse atrito, provocar o derrube dos sistemas internos de acesso à muralha, como as escadas de madeira, incrustadas em orifícios na parede interna do muro, ou fazer colapsar o nível externo da parede, criando uma zona de acesso à infantaria. É necessário, porém, que torres e aríetes se aproximem à distância necessária para serem eficazes. E, para isso, é fundamental nivelar o terreno, alisá-lo, cobrindo qualquer desnível que impedisse a progressão das máquinas.

Em Alcácer, as paredes do castelo estão protegidas por um profundo fosso, que os cruzados começaram por tentar tapar. Ramos e troncos das figueiras e oliveiras da zona foram atirados de forma a que o fosso fosse entulhado. Cientes do perigo os defensores procuraram incendiar a madeira que se depositava nos fossos. E têm sucesso. Projéteis incendiários (e uma provável sortida rápida) conseguiram pôr a arder toda a madeira que os cruzados vinham juntando. A maneira como o poeta Gosuíno relata este acontecimento é curiosa. Diz ele que, do fosso a arder, saía a fúria do deus Vulcano[42]. É provável que os muçulmanos tenham lançado (ou atirado na sortida) recipientes carregados de um qualquer tipo de gordura. A madeira tinha que estar bem engordurada para criar chamas "infernais". A possibilidade de os arbustos terem sido incendiados através de projéteis inflamados faz desconfiar de máquinas de tiro colocadas nalguns dos torreões, de tipo *ballista*, capazes de lançar potes de cerâmica com agente incendiário. Não

---

[41] «*octonaues cum apparatuearumconferrentur ad machinas*», *Monumenta Henricina*, 1960, vol. I, p. 54.

[42] GOSUÍNO, «Carmen», p. 135.

foi uma operação fácil para os sapadores cristãos, que tiveram baixas, e que se viam forçados a substituir o enchimento do fosso constantemente.

As operações de cobertura do fosso[43] que impedia o acesso às muralhas continuavam, ao mesmo tempo, que os "engenheiros" iniciavam a construção dos primeiros engenhos de cerco. Não, necessariamente, por esta ordem, foram montadas as máquinas de flagelação, os pesados trabucos e os mais pequenos trabuquetes, cuja função era o arremesso de grandes pedras contra os níveis superiores e médios das muralhas, onde podiam causar grande dano na estrutura, e grande carnificina nos defensores, mas, também, utilizados para destruir tudo o que tocassem no interior das muralhas. O grau de destruição provocado e a incerteza do local onde o projétil ia embater, aliados a uma cadência constante, de dia e de noite, muito desmoralizavam os militares e aterrorizavam a população civil, que não sabia onde era melhor buscar abrigo. Desconhecemos, em concreto, que tipo de trabucos foram utilizados, mas é muito provável que os cruzados trouxessem os novos engenhos acionados por um dispositivo de contrapeso, a versão mais recente desta máquina, e que começava a ser usada nas campanhas do século XIII, como nos cercos de Constantinopla de 1203 e 1204[44]. Contudo, é muito provável que os trabuquetes fossem propulsionados por tração humana, uma tecnologia mais antiga, mas muito fiável. Sobre os resultados das máquinas de flagelação, a principal fonte de informações, Gosuíno, indica a sua pouca eficácia contra as sólidas muralhas[45].

Outras máquinas são referidas como tendo sido usadas contra as muralhas. Num castelo com as caraterísticas de construção oriental, como o de Alcácer, o ser estruturalmente em taipa, confere-lhe algumas capacidades defensivas. A tipologia de construção das suas muralhas: duas paredes preenchidas com uma espessa camada de sedimentos, bem compactados, permite-lhe ser relativamente flexível quando atingido pelas brutais pancadas de uma máquina de flagelação, como o aríete. Este tipo de construção, quase "antissísmica", reage elasticamente à pancada, absorvendo grande parte da energia inicial, e amortecendo a maior parte da vibração que se desloca pela parede na vertical[46]. A espessa camada de sedimentos entremuros pretende impedir a propagação horizontal do embate, neutralizando a maior parte do efeito provocado pela máquina de guerra. O poema e as demais fontes não são claras sobre se os cruzados usaram, efetivamente, aríetes nas muralhas de Alcácer. Mas fica a suspeita de que não estavam

---

[43] VARANDAS, «O Punho dos Deuses...», p. 125-160.

[44] GRAVETT, Christopher, *Medieval Siege Warfare*, Oxford, Osprey Publishing, 2000, p. 32-45.

[45] GOSUÍNO, «Carmen», p. 135.

[46] VARANDAS, «O Punho dos Deuses...», p. 125-160.

presentes apenas trabucos, quando o poeta se refere à qualidade de construção das muralhas e ao facto de os cristãos terem construído um engenho para destruir o muro[47].

Os cercos medievais, particularmente os de grande envergadura, como este de Alcácer, eram processos complexos, onde sitiantes e sitiados recorriam aos mais variados expedientes e tecnologias, para neutralizar os sistemas de ataque, ou destruir as defesas das fortalezas. Um desses expedientes era o recurso a uma tecnologia civil, muito antiga, destinada a perfurar o solo em busca das riquezas. Estamos a falar da abertura de minas[48]. Sabemos que as forças cristãs recorreram à escavação de diversas minas destinadas a atingir os alicerces da muralha, e em diferentes pontos. O processo era difícil e complicado. Muitas vezes perigoso, pois a estrutura, mal escorada, podia soçobrar e enterrar os sapadores no seu interior. A possibilidade de ser detetada era, também, muito alta. O poço inicial devia ser aberto longe da vista do inimigo, o que numa fortificação colocada no topo de um morro alto, com uma torre bastante elevada, como era a de Alcácer, forçava os assaltantes a deslocarem-se para muito longe.

A distância a escavar tornava-se um pesadelo, e o transporte da terra a retirar também. Túneis longos demoravam muito tempo, e tinham de ser bem projetados, pois podiam falhar o local do alicerce pretendido. Necessitavam de furos de respiração, para que o ar pudesse circular dentro do túnel, e oxigenar os sapadores, mas, também, para manter um fluxo de oxigénio que permitisse incendiar a lenha transportada para a base da muralha (processo eficaz se, no alicerce, existissem barrotes de madeira verticais). Estes furos podiam ser visíveis aos olhos dos vigias nas torres, sobretudo pela manhã quando a temperatura do túnel e a da superfície são muito diferentes. Dos furos necessários saíam pequenas colunas de vapor. Uma imensidade de problemas.

Em Alcácer, onde se fizeram túneis, é provável, pelas condições geológicas, que estes tivessem sido abertos próximo da muralha, mas escondidos por mantas, ou tendas, arrancando do interior do arraial. Porém, não deixariam de ser visíveis, aos olhos dos muçulmanos atentos, as diferenças de rotina nalguns pontos do acampamento.

Os cristãos iniciaram a escavação de uma mina em direção aos alicerces da muralha de Alcácer. Foram detetados. Do interior do castelo, invisível para os atacantes, sapadores muçulmanos iniciaram uma contramina e intercetaram os cruzados. Já não se combatia só à superfície. Debaixo do solo, sem testemunhas, praticamente sem visão e sem oxigénio, homens desesperados, sem espaço para se levantarem ou fugirem, eram obrigados a

---

[47] *Crónica de Portugal de 1419*, p. 108.

[48] GRAVETT, *Medieval Siege Warfare*, p. 32-45.

combates insanos, corpo-a-corpo. Os sitiantes, apesar da sua atenção constante, não conseguiram impedir que um dos túneis cristãos, iniciado logo nos primeiros dias do cerco, atingisse o objetivo. Pelo dia 24 de Agosto, os sapadores conseguiram provocar o colapso de uma das torres. Não se conseguiu, por ali, a abertura de uma brecha que permitisse um assalto mais amplo. Os sitiados perderam uma torre, deslocaram os seus arqueiros para outros locais, e o cerco continuou no seu habitual ritmo lento, perturbado pelas breves e esquivas surtidas que a cavalaria da cidade fazia, e pelo estardalhaço e terror provocado pelo impacto das grandes perdas que tombavam no interior da alcáçova[49].

O cerco arrastava-se na temperatura abrasadora que o sol de verão dá a estas terras. Bem abastecidos, os dois lados observam-se, na expetativa de que uns levantem o cerco, ou de que os outros se rendam. Se junto às muralhas o combate entrou numa rotina própria, mais longe, e afastadas da vista, as coisas não se passavam da mesma maneira. Em Julho, alertado para a chegada da frota cristã, o governador da cidade tinha enviado para as cidades mais próximas, estafetas com pedidos de socorro urgentes. Temo-nos esquecido deles.

Alcácer, a *Qasr Abi Danis*, tinha uma importância estratégica absoluta, mas não apenas para os cristãos de Lisboa, ou para o rei de Portugal. Era, para o sistema muçulmano, o principal obstáculo ao avanço cristão para sul. Longe, as cidades islâmicas estremeceram com o perigo. Entrava-se pelo mês de setembro e o impasse dos combates pela cidade continuava, quando, pelos caminhos de sul as patrulhas das milícias de Lisboa e das ordens militares, e os vigias de Alcácer, avistaram um forte exército que se aproximava. Forças de Jaén, Córdova, Sevilha e Badajoz destacavam-se bem, pela presença dos seus estandartes. Uma parte do Gharb respondia à chamada. Uma força de perto 40000 infantes e mais de 15000 cavaleiros (um número total de 15000 homens é o mais provável[50] – mas não deixa de ser uma força considerável) marchava sobre Alcácer e, no acampamento dos cristãos, uma parte do comando considerou abandonar o cerco e retirar, por terra e por mar, para Lisboa. Esta aflição cristã é bem anotada por Gosuíno[51] que, para justificar melhor a perturbação dos cruzados, provavelmente, e como de costume neste tipo de fontes, influenciou, e muito, o número das forças muçulmanas de socorro. Também a *Crónica de 1419* fala deste

---

[49] MARTINS, *De Ourique a Aljubarrota*, p. 136; PEREIRA, Maria Teresa S. F. Lopes, «Memória cruzadística do feito da tomada de Alcácer (1217)», *2.º Colóquio Histórico de Guimarães. D. Afonso Henriques e a sua Época – Actas*, vol. 2, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1997, p. 335

[50] MARTINS, *De Ourique a Aljubarrota*, p. 137.

[51] GOSUÍNO, «Carmen», p. 135.

auxílio a Alcácer, destacando uma força naval de 12 galés, que subiram o Sado.

As forças cruzadas e o contingente português estão agora presos entre as muralhas da cidade e os reforços muçulmanos. Todo o dispositivo cristão no terreno tem de ser alterado. As forças dividem-se entre as duas frentes de combate, à espera que o exército muçulmano avance, mas sem descurarem as forças de cavalaria que podem sair da cidade. Mas, os contingentes das cidades islâmicas não vieram sozinhos. Na véspera do dia em que se travou a batalha campal – 11 de setembro, o arraial cristão viu chegar um importante reforço de 500 lanças de cavalaria pesada, formada em grande parte por Templários oriundos de Leão e de Castela, que integraram o acampamento internacional. Por certo, os de Alcácer não foram os únicos a pedir auxílio. Todos sabiam como os cercos são demorados e imprevisíveis. D. Pedro Alvites liderava esta coluna. Tinha ido, pessoalmente, buscar esta força.

11 de setembro. Fim da manhã. As duas formações estão já em ordem de batalha e preparam-se para o combate, homens e animais pisam as terras que hoje são da povoação de Santa Catarina de Sítimos, junto à ribeira do mesmo nome, e estão afastados de Alcácer cerca de 10 km. Desconhece-se com exatidão a composição e a força real das unidades, as fontes são contraditórias, e a historiografia tem introduzido algum ruído. Mas pode-se tentar reconstituir um modelo aproximado e razoavelmente viável[52].

O embate parece ter sido suportado pela peonagem e cavalaria portuguesa, com 300 lanças de reserva, e as 500 lanças da ordem templária, que flanquearam o inimigo. As forças muçulmanas, bloqueadas pela vanguarda portuguesa, soçobraram e retiram em pânico, na direção da ribeira, onde muitos dos guerreiros perdem a vida às mãos do inimigo, ou afogados nas águas.

A vitória na ribeira de Sítimos fez aumentar o moral das forças cristãs, que agora podiam completar a sua missão original, a conquista da cidade de Alcácer. Estavam a ser construídas duas grandes torres de assalto nas proximidades do castelo, e aríetes, protegidos por mantas, para continuar a bater nas muralhas. Os sapadores continuavam na perigosa tarefa de entulhar o fosso. Mas o acesso às muralhas continuava a ser muito difícil, já que os defensores lançavam pedras, traves e fogo, sobre as "gatas" e os homens[53].

Os ataques às muralhas de Alcácer intensificaram-se. Sob a direção do conde Guilherme de Holanda, construíram-se duas grandes torres de assalto

---

[52] Sobre a reconstituição desta batalha veja-se o esquema tático de Miguel Gomes Martins. MARTINS, *De Ourique a Aljubarrota*, p. 126.

[53] *Crónica de Portugal de 1419*, p. 111.

(bastidas), a partir da madeira dos navios desmantelados, onde havia traves e vigas de grandes dimensões. Abriam-se mais minas, sempre contrariadas pelos defensores e, as "gatas" continuavam a sua guerra de atrito contra as muralhas. De uma forma, ou de outra, os defensores iam rechaçando a maioria das iniciativas, sobretudo os ataques por debaixo do solo, e as aproximações dos aríetes protegidos por mantas. Tudo era lançado das muralhas, traves, pedras, madeiras inflamadas, mas a cidade estava cada vez mais exausta e a guarnição submetida a uma tensão explosiva.

As torres de assalto eram construídas de madeira, e podiam ser simples ou revestidas com uma couraça externa de metal, de peles de animais ou de sacos de ervas, para se protegerem do impacto de grandes pedras ou de projéteis incendiários. A sua altura era sempre superior à das muralhas, para que o patamar superior ficasse acima da linha do adarve. A largura, proporcional sempre à sua altura, permitia ao engenho manter-se na vertical e suporte bem o seu imenso peso. Por isso tinham uma forma de "pirâmide", com uma larga base quadrada e, depois, ia estreitando à medida que subia em altura[54].

Tudo se desmorona quando os cruzados terminam as duas torres. As últimas energias dos defensores de Alcácer desfazem-se quando avistam as duas bastidas. Sabem que a cidade está condenada. Não há nenhuma esperança que do sul chegue mais socorro, ou que meios navais muçulmanos consigam desfazer o bloqueio dos navios cristãos. Tal como em muitas outras praças tomadas por assédio, como a de Lisboa, em 1147, Alcácer tombará à vista dos dois gigantes de madeira e ferro. A pressão sobre as muralhas da cidade é intensa. O tiro dos arqueiros e dos besteiros cristãos é permanente e concentra-se sobre o topo das muralhas. O impacto dos projéteis lançados pelos trabucos contribui para o desânimo cada vez maior. As habituais sortidas de forças de cavalaria sobre os sapadores que tapavam o fosso, ou pondo em perigo máquinas e o próprio acampamento, deixaram de se fazer.

Sem auxílio, bloqueada por todos os lados, com uma diminuição acentuada de defensores no cimo das muralhas, sem sortidas, a cidade começa a ser afetada pelo espectro da fome. Provavelmente já não há cavalos. Fazem parte da dieta racionada, cada vez mais esparsa. A guarnição almóada, e a sua chefia, estão muito conscientes da futilidade dos seus esforços defensivos. O avanço das torres, ou o prolongamento do cerco, levá-la-ão a capitular. A última esperança seria a da chegada de um outono tempestuoso, que impedisse os sitiantes de manter as posições de cerco. Mas, o clima nesta região não costuma trazer invernos precoces. Com fome, sem recursos, com a guarnição reduzida e desmotivada, sem possibilidade de tomar a

[54] COSTA, *Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média...*, p. 31-38.

iniciativa militar, com um elevado número de baixas e temerosos do que acontecerá aos civis quando as bastidas lançarem os furiosos cruzados sobre as muralhas e no terror das atrocidades que possam vir a ser cometidas, o comandante, Abd Allah b. Wasir pede aos chefes cristãos que se faça um curto período de tréguas nos combates. É aceite.

Começam as negociações que levam à rendição incondicional da cidade aos cristãos no dia 18 de Outubro de 1217. Nelas, os muçulmanos procuraram a misericórdia dos cristãos, pedindo que os deixassem abandonar a cidade livremente e com todos os seus bens. Os negociadores apenas aceitaram que os civis e a guarnição desarmada pudessem abandonar a cidade. Todos os seus pertences e armas ficavam para trás, para serem tomados pelos cruzados e pelos portuguesem. Fora, afinal, o que D. Soeiro Viegas tinha prometido em Lisboa.

De uma forma geral os cristãos comportaram-se ordeiramente no interior da cidade. Não transpareceram para as crónicas notícias de grandes violências. O mesmo não aconteceu em toda a região circundante. Aí, a resistência das pequenas comunidades atraiu a raiva dos cristãos, que não pouparam no roubo, na violação e nos assassinatos.

Terminava o longo cerco de dois meses e meio à cidade de Alcácer. O objetivo estratégico português estava consumado e, com ele, acabavam os receios que os habitantes de Lisboa tinham deste enclave muçulmano. Podemos dizer que a fortaleza virava a sua face para as terras a sul. A Ordem de Santiago voltava a ocupar a cidade e a fortaleza, alguns meses depois de ser tomada. Em janeiro de 1218 a Ordem recebe o território e o poderoso *hisn* (castelo) das mãos do rei D. Afonso II. Daqui saem muitas das forças que vão pôr o território do Alentejo em sobressalto. Ainda nesse ano, freires da Ordem, tomam o núcleo de Santiago do Cacém. A pressão militar portuguesa abate-se sobre todos os sistemas de comunicação que levam aos corredores de passagem das serras algarvias. E, pelo rio de Alcácer, saíam meios navais cujo destino era assolar a costa sul e as enseadas algarvias.

Começava outra etapa. A da conquista do Algarve.

LA GUERRA EN LA PENÍNSULA IBÉRICA ENTRE MEDIADOS DEL SIGLO XII Y LA CONQUISTA DE ALCÁCER (1217)

Francisco García Fitz*

Las siete décadas que transcurren entre la conquista de Lisboa (1147) y la de Alcácer (1217) representan, para la historia de la Península Ibérica, una época profundamente marcada por el signo de la guerra. Dicho período abarca de lleno los últimos años de historia almorávide en la Península y la presencia almohade a este lado del Estrecho de Gibraltar, desde sus orígenes hasta los momentos en que comienza a vislumbrarse su ocaso, y nos ofrece un marco ideal para el análisis de las formas de hacer la guerra y, en último extremo, para aproximarnos al significado histórico de la guerra durante los siglos centrales del Medievo ibérico[1].

Las páginas que siguen pretenden ofrecer, desde una perspectiva muy general y sintética, un acercamiento al conjunto de dichas formas de actuación, teniendo como referencia las relaciones bélicas de almorávides y almohades con todos los reinos cristianos ibéricos con los que tuvieron frontera –Portugal, León, Castilla y Aragón–, si bien también tomará en cuenta las aportaciones de los contingentes cruzados procedentes del resto

* Universidad de Extremadura.

[1] Este texto recoge la ponencia que clausuró el Coloquio Internacional *Da conquista de Lisboa à conquista de Alcácer: definição e dinâmicas de um território de fronteira*, celebrado en las localidades de Palmela, Alcácer do Sal y Sesimbra entre los días 19 y 21 de mayo de 2017. Hemos querido mantener el carácter genérico de la reflexión que entonces hicimos sobre las dinámicas fronterizas en aquel contexto histórico, razón por la cual prescindimos del aparato crítico y de notas. Este trabajo se ha realizado en el marco de los proyectos de investigación FFI2015-64765-P y HAR2016-74968-P del Ministerio de Economía y Competitividad y forma parte de las actividades del Grupo de Investigación HUM023 del catálogo de Grupos de Investigación de la Junta de Extremadura, financiado por los fondos FEDER de la Unión Europea.

de Europa, que tan importante papel llegaron a tener en el escenario militar peninsular de la época. Hay que reconocer, a este respecto, que pocas veces es posible disponer, dentro de un marco cronológico y político coherente, de ejemplos tan paradigmáticos de asedios de grandes ciudades amuralladas, de profundas incursiones de destrucción y saqueo, y de batallas que dejaron una huella extraordinaria tanto en la memoria de los contemporáneos como en la de las generaciones posteriores.

1. Una época marcada por la guerra

El arco cronológico que se ha propuesto en esta obra para analizar la *definición y dinámicas de un territorio de frontera* toma como puntos de referencia dos acontecimientos fundamentales para la historia medieval portuguesa, como son las conquistas de Lisboa (1147) y Alcácer do Sal (1217), unos hechos que desde luego fueron cruciales para el espacio objeto de estudio en este libro, que no es otro que el comprendido entre la desembocadura del Tajo y el Sado, denominado en alguna ocasión como la "Marca" occidental.

Es evidente que la estructuración y caracterización de este territorio de la frontera meridional del reino de Portugal están intrínseca y necesariamente relacionadas con las evoluciones de las sociedades y poderes islámicos del otro lado de aquellas fronteras, lo que hace obligatorio analizar, como se ha pretendido igualmente en este volumen, la realidad histórica de almorávides y almohades, en particular la de estos últimos, por cuanto que el marco temporal coincide con la fase final de desintegración del imperio almorávide y con la llegada, implantación, esplendor y primeros síntomas de crisis de los almohades en Andalus.

No creemos que haga falta recalcar hasta qué punto la evolución histórica de este espacio de frontera depende estrechamente de estos grandes procesos históricos que afectaron a los imperios beréberes, y que estos a su vez se vieron condicionados por el devenir histórico de los otros reinos ibéricos y de la población andalusí.

Pues bien, en la medida en que estos procesos históricos que afectaron a almorávides y almohades no quedaron circunscritos al espacio fronterizo portugués, sino que respondieron a dinámicas políticas mucho más amplias, que abarcan desde el Sahara hasta el Ebro, parece conveniente abrir el foco y abarcar horizontes mucho más extensos para entender lo ocurrido entre Lisboa y Alcácer.

Obviamente no es posible hacer este ejercicio en un breve capítulo de síntesis como éste que ahora presentamos, pero cuanto menos creemos que puede resultar útil ensanchar el objeto de estudio para tener en cuenta el contexto peninsular en su conjunto, por cuanto que desde la perspectiva

islámica la frontera septentrional, la frontera con la Cristiandad, adquiere dimensiones ibéricas y engloba los límites de su territorio no solo con el reino de Portugal, sino también con los de León, Castilla y Aragón. Claro que en esta ampliación del foco de observación resulta necesario también tener en consideración lo que podríamos denominar como una "frontera interna" islámica, esta vez de carácter sociológico, antropológico y cultural, que es la que separa a los beréberes de los andalusíes, cuya evolución también tuvo incidencia en el escenario político y militar ibérico.

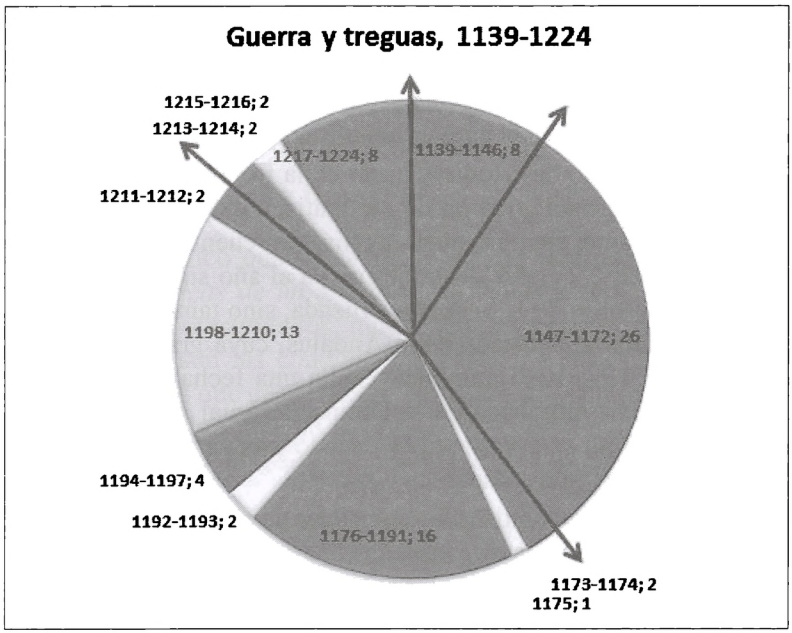
Al ampliar el objeto de estudio y pasar de la frontera lusa a las fronteras ibéricas, el marco cronológico ha de ser matizado: 1147 sigue siendo una fecha muy importante, siempre que tengamos en cuenta que las conquistas de Lisboa, Almería y Tortosa –esta última ya al año siguiente– se insertan no solo en el desarrollo de la Segunda Cruzada, sino también en el contexto de la desintegración almorávide en al-Andalus, cuya gravedad es evidente al menos desde 1139; 1217, también resulta una fecha significativa en el contexto de la crisis almohade en la Península, igual que 1212, pero hay que reconocer que no será hasta 1224 cuando ésta se ponga de manifiesto en toda su extensión y gravedad.

Ampliadas, pues, las coordenadas espaciales y, en menor medida, las temporales, son muchos los puntos de vista que podrían adoptarse a la hora de analizar las relaciones fronterizas entre los reinos cristianos ibéricos y los imperios norteafricanos entre estas fechas, así como las relaciones entre beréberes y andalusíes, pero creemos que si hay una actividad que marca el signo definitorio de las mismas y las dinámicas generales, esta es la de la guerra.

A este respecto, creemos que puede ser pertinente un breve recuento de hechos: si tomamos como puntos de referencia 1139, año en que se hacen evidentes algunos signos elocuentes que anuncian la crisis almorávide en al-Andalus (la batalla de Ourique, en Portugal, y la conquista de la fortaleza de Oreja en la frontera castellana son dos acontecimientos que revelan esta tendencia), y 1224, en que nos topamos con el mismo fenómeno para el caso almohade, nos encontramos con ocho décadas y media en el curso de las cuales solo hubo treguas, ausencia de violencia o simplemente violencia no consignada en las fuentes en poco menos de veinte años, lo que quiere decir que en casi sesenta años la guerra fue un fenómeno recurrente.

Podría decirse que la ausencia de violencia no tiene un carácter excepcional, puesto que después de todo abarca más del 20% del período, pero conviene advertir que solo en una ocasión, entre 1198 y 1210 (tras el desastre de Alarcos de 1195 y las dos grandes campañas almohades de 1196 y 1197), es posible hallar una fase continuada de tranquilidad de trece años en las fronteras, siendo así que el resto de períodos en que no se consigna actividad bélica apenas se extienden por más de dos años seguidos: hubo treguas en 1175, tras la campaña almohade contra León de 1174, en 1192-1193, tras las

dos grandes cabalgadas almohades contra Portugal y en 1215-1216, tras las muertes de Alfonso VIII de Castilla y Pedro II de Aragón.



Las cuñas oscuras marcan los períodos de guerra. Las flechas marcan los períodos en los que hemos articulado el discurrir de las relaciones entre cristianos y musulmanes.

Por otra parte, en ninguno de los casos esta ausencia de violencia obedece a un deseo de las partes enfrentadas por mantener el estatus quo, sino a meras necesidades o circunstancias coyunturales.

Si desbrozamos con más detalles la evolución de la actividad bélica durante estos ochenta años, el panorama resulta extraordinariamente revelador:

> 1. Durante casi una década (8 años) en la que transcurren los años decisivos del derrumbamiento almorávide (1139-1146) no hubo paz en las fronteras ni un solo año y todos los sectores geopolíticos se vieron afectados: en el ámbito portugués, cabría recordar la batalla de Ourique y las conquistas de Leiria y Santarém, e igualmente se podría incluir en este contexto de descomposición almorávide las conquistas de Lisboa y otras localidades del Tajo, aunque estas ocurrieran ya en 1147; en el castellano-leonés, la presión militar se hizo sentir en el valle del Tajo, como demuestran las conquistas de Oreja, Coria o Albalat; en el aragonés, el avance militar y territorial

más significativo –el salto de la frontera con al-Andalus hasta la desembocadura del valle del Ebro gracias a la conquista de Tortosa– se retrasó hasta 1148, si bien –como ocurre con la conquista de Lisboa– había sido planificada en los años anteriores y respondía a una dinámica que encuentra pleno sentido en el contexto de la crisis final almorávide; la guerra también se hizo sentir en pleno corazón de al--Andalus durante estos años, no solo por las campañas emprendidas por Alfonso VII de Castilla y León en el valle del Guadalquivir y otros territorios andaluces –la conquista de Almería de 1147, que como los casos de Lisboa y Tortosa había sido planificada en el marco de la Segunda Cruzada y dentro del contexto de descomposición almorávide, quizás sea el ejemplo más significativo–, sino también por el desarrollo de otros conflictos en las regiones andaluzas, murcianas y levantinas protagonizados por dirigentes andalusíes en contra de la dominación almorávide.

2. Entre 1147 –desembarco almohade– y 1172 transcurren los veintiséis años en los que se produjo el difícil y lento proceso de implantación almohade en al-Andalus. Durante todo ese tiempo la guerra fue una constante, repetida año tras año, que también afectó a todas las fronteras: en las fronteras centrales y orientales de la Península, el caos post-almorávide (1149-1151) facilitó importantes avances aragoneses (Lérida y Fraga) y profundas incursiones castellanas (Córdoba y Jaén); en el interior de al-Andalus, el protagonismo de ibn Mardanīš y la larga resistencia andalusí en el valle del Guadalquivir, en Andalucía oriental –Jaén y Granada–, Murcia y Levante dieron lugar a una guerra generalizada contra los almohades durante 20 años, entre 1152 y 1172. La implicación castellana y aragonesa en este conflicto, apoyando el liderazgo andalusí de ibn Mardanīš frente a los almohades, retrasó considerablemente la consolidación de estos en al-Andalus. Cuando resultó evidente que la resistencia andalusí no podía soportar el avance bereber, aragoneses y castellanos aprovecharon la debilidad de ibn Mardanīš para avanzar sus fronteras: los aragoneses con las conquistas de Alfambra y Teruel (1169-1170), los castellanos con las de Vilchez y Alcaraz (1169).

Mientras tanto, en las fronteras occidentales de al-Andalus con el reino León –independiente de Castilla desde 1157– y de Portugal, la conflictividad bélica no había sido menor: la atención prioritaria que los almohades tuvieron que prestar a las acciones de ibn Mardanīš en Andalucía oriental y en la zona levantina dejó a sus fronteras occidentales en una cierta indefensión y facilitó la actuación agresiva de diversos agentes: del lado portugués, tras un frustrado primer ataque en 1157, al año siguiente Alfonso I conseguía tomar Alcácer do Sal; en 1162-1163 las milicias de Santarém conquistaban Beja, que sería posteriormente destruida; tres años más tarde, estas mismas fuerzas protagonizaban una profunda incursión que les llevaría hasta el Alja-

rafe sevillano, donde atacaron la villa de Tejada. Una mayor incidencia territorial tuvieron las acciones de Geraldo Sem Pavor en tierras del actual Alentejo portugués y de la Extremadura española, donde entre 1165 y 1166 llegó a hacerse –a costa de los almohades– con el control de una amplia área que incluía las localidades de Trujillo, Évora, Cáceres, Montánchez y Serpa. Sus actuaciones se vieron respaldadas en ocasiones por la monarquía portuguesa –así ocurrió, por ejemplo, en su fracasado intento por conquistar Badajoz en 1169–, lo que a su vez obligó a Fernando II de León a establecer un acuerdo con los almohades para defender una línea de expansión que entendía propia y que corría el riesgo de ser bloqueada por el avance de Gerardo y de sus aliados lusos. Ciertamente, la intervención leonesa en estas fronteras contribuyó a estabilizar la presencia almohade en el occidente de al-Andalus, pero al mismo tiempo Fernando II aprovechó el desconcierto en la zona para avanzar sus propias fronteras tomando Alcántara en 1166. La conflictividad en la zona se mantuvo, al menos, hasta 1170 debido a la persistencia de los ataques de Geraldo desde el castillo de Juromenha contra Badajoz y Beja.

3. El período comprendido entre 1173 –el año de la definitiva imposición almohade en Levante sobre la resistencia andalusí– y 1212 –año de su derrota en Las Navas de Tolosa– representa la etapa de pleno esplendor almohade. Durante estos 40 años su superioridad militar fue incontestable, si bien es ahora cuando encontramos algunos períodos cortos de tregua o sin datos sobre la actividad en las fronteras (1175; 1183; 1185; 1187-1188; 1192-1193) y la única fase de treguas relativamente amplia y constante (1198-1210). Ha de advertirse, en todo caso, que los períodos de treguas siempre se presentan como consecuencia de la contundente superioridad almohade.

Dentro de esta etapa, los veinticinco años que transcurren entre 1173 y 1197 son los que presentan una actividad bélica más intensa, especialmente en las fronteras portuguesas y castellanas: más de 20 años de guerra, marcadas por las grandes cabalgadas de destrucción a uno y otro lado –como la del infante don Sancho de Portugal contra Sevilla, 1178–, la conquista de algunas localidades –Cuenca, 1177; Silves, 1189–, pero sobre todo por las contundentes campañas almohades que hicieron retroceder de nuevo las fronteras hasta el Tajo: en 1174 contra León; en 1191 contra Portugal; en 1196 y 1997 contra Castilla.

Precisamente a raíz de la derrota castellana en Alarcos –1195– y de las cabalgadas almohades por el reino de Castilla en 1196 y 1197, unido a los enfrentamientos entre los diversos reinos cristianos peninsulares, asistimos al único período continuado de treguas –entre 1198 y 1210–, que acabaría rompiéndose como consecuencia de las acciones castellanas en las fronteras meridionales. Ello daría lugar a un nuevo período bélico cuyas expresiones más significativas serían

la conquista almohade del castillo de Salvatierra en 1211 y su derrota en el campo de batalla de Las Navas en 1212.

4. El descalabro almohade en Las Navas da inicio a un último período que culminaría en 1224, cuando estalló de manera definitiva la crisis política del imperio almohade. Durante estos doce años tenemos noticias de guerra en la frontera durante ocho de ellos y solo cuatro de ausencia de ella (1215-1216, como consecuencia de las treguas entre almohades, León y Castilla, así como de la escasa actividad militar de Alfonso II de Portugal; 1220-1221, a raíz del fracaso de la cruzada castellana sobre Requena).

Por lo que respecta a la conflictividad bélica, esta se mantuvo en los dos años siguientes a la batalla de Las Navas (1213-1214), tanto en las fronteras castellanas como en las leonesas (conquista de Alcántara). Sin embargo, la muerte de Alfonso VIII en 1214 propició la firma de unas treguas entre Castilla y los almohades que se mantendrían hasta 1224. El fallecimiento de Pedro II de Aragón en Muret (1213) y la complicada minoría de Jaime II representarían otro factor de tranquilidad en las fronteras orientales de la Península. Pero ninguna de estas dos circunstancias supuso, en la práctica, la detención de las violencias fronterizas, puesto que otros reinos e instituciones vinieron a tomar el relevo de la agresividad castellana: al calor del concilio de Letrán y del desarrollo de la Quinta Cruzada, en las fronteras más occidentales los almohades fueron derrotados en Alcácer en 1217, que fue definitivamente incorporada al reino de Portugal, mientras que Alfonso IX de León se estrellaba hasta en cuatro ocasiones contra las murallas de Cáceres (en 1218, 1219, 1222 y 1223). Ni siquiera los efectivos castellanos permanecieron quietos, puesto que en 1219 el arzobispo de Toledo encabezaba una cruzada desastrosa contra Requena.

Aunque hemos detenido este recorrido en 1224, no está de más recordar que desde el inicio de la crisis dinástica almohade en dicho año hasta que en 1229 abandonara al-Andalus el último de los califas almohades a este lado del Estrecho, no volvió a haber paz en las fronteras. A la vista de este repaso, es difícil no concluir que, para varias generaciones, a uno y a otro lado de la frontera, la guerra lo impregnó todo.

2. El escenario perfecto para el estudio de la guerra medieval

Para los interesados en conocer la realidad de la guerra medieval, no cabe duda que las dinámicas de frontera que encontramos en el mundo ibérico dentro del marco cronológico antes señalado ofrecen un escenario perfecto para profundizar en diversas facetas de su estudio, empezando por el análisis de la manera de conducir a los ejércitos y de combatir.

A este respecto, podríamos comenzar recordando la famosa descripción

que nos dejó Claude Gaier al estudiar el comportamiento bélico de los ejércitos del principado de Lieja y del condado de Looz: en la Edad Media la guerra no era sino una sucesión de incursiones, frecuentes asedios y, rara vez, algunas batallas campales.

La multiplicidad de operaciones militares desplegada en las fronteras ibéricas durante este período de tiempo no solo confirma el aserto general de Gaier, sino que además ofrece al historiador un riquísimo abanico de modalidades de actuación, entre las que cabría destacar las siguientes:

1. Contemplado en su conjunto, resulta evidente que las cabalgadas e incursiones de destrucción y saqueo representan la vertiente cotidiana de la guerra, por cuanto que eran las operaciones que habitualmente se llevaban a cabo y las que mejor se adaptaban a los recursos disponibles. No parece necesario realizar un recuento de este tipo de operaciones, pero cabe al menos recordar, para el período aquí contemplado, las profundas incursiones castellano-leonesas en tiempos de Alfonso VII, que tuvieron una incidencia muy importante en la crisis almorávide; las grandes cabalgadas de los concejos castellanos, leoneses, aragoneses y portugueses por el valle del Guadalquivir, Murcia o el Algarve bajo el domino almohade; las expediciones de Alfonso VIII de Castilla, también contra el corazón de al-Andalus; y, por supuesto, las muy destructivas campañas almohades contra el valle del Tajo, desde los dominios portugueses a los castellanos.
Más allá de esta constatación, el análisis de las cabalgadas que tuvieron lugar en este marco demuestra varias realidades: en primer lugar, que la guerra de incursión devino en una actividad económica ordinaria propia de las sociedades de frontera. Las actuaciones autónomas de las milicias de Ávila, Salamanca o Santarém así lo demuestran. En segundo lugar, que el beneficio material a través del botín no quedó circunscrito al ámbito urbano, sino que también formó parte de los ingresos señoriales y de los fiscales de las monarquías. En tercer lugar, que la virtualidad de este tipo de operaciones, lo que explica su recurrencia, se halla en el hecho de que colmaba las aspiraciones materiales y sociales del guerrero al tiempo que servía a los intereses políticos de los dirigentes. En cuarto lugar, que en el plano estrictamente militar se presenta como la respuesta más operativa frente a una agresión en aquellas ocasiones en que no resultaba posible otra opción. Pero, sobre todo, que las cabalgadas tenían un claro sentido estratégico: desgastar paulatinamente no solo los fundamentos económicos de un adversario que a priori era superior en recursos –caso de los almohades– sino también para destrozar las solidaridades políticas de las víctimas –así frente a los almorávides–, poniéndolas en tal situación que el enfrentamiento directo y masivo resulte viable y menos costoso.

2. Los reinos cristianos peninsulares tuvieron en esta época un claro objetivo político, tal como demuestran a través de los argumentarios que expresa o implícitamente las ideologías reconquistadoras o cruzadistas: la eliminación de los poderes políticos musulmanes. En un mundo encastillado y urbanizado como el andalusí, donde las ciudades eran los centros de poder y las fortalezas articulaban el territorio, alcanzar aquel objetivo solo era posible en la medida en que se dominaran ciudades y fortalezas, lo que nos coloca, desde el punto de vista estratégico, ante una guerra por el control del espacio, esto es, ante una guerra de posiciones cuyo balance final dependía del resultado de las conquistas o anexiones de aquellos puntos fuertes.

Si tuviera que enjuiciarse el conflicto territorial entre cristianos y musulmanes entre 1147 y 1217 (o entre 1139 y 1224) a tenor de la distancia física que separa Lisboa de Alcacer, podría llegarse a la errónea conclusión de que en estas siete u ocho décadas apenas hubo variaciones significativas en el pleito entre unos y otros. Nada más lejos de la realidad: basta con abrir el foco para comprobar que entre una fecha y otra las fronteras cristianas habían avanzado, vistas en su conjunto, desde el valle del Tajo hasta Sierra Morena, y se abrían ya hacia los valles del Guadiana y el Guadalquivir.

Una vez más, nuestro marco espacial y temporal nos ofrece un panorama amplio de ejemplos para estudiar algunas de las más importantes modalidades de conquista territorial: asaltos por sorpresa los encontramos en la conquista de Santarém en 1147 por parte de Alfonso I o en la de Beja en 1162 por parte de gente procedente de Santarém, pero sin duda el paradigma de este tipo de actuación lo encontramos en las actuaciones de Geraldo Sem Pavor en los actuales Alentejo y Extremadura; asaltos a viva fuerza, gracias a la utilización de la tecnología de asedios de la época, tienen una importante representación en los grandes cercos de la Segunda Cruzada, en las que encontramos confluencias de fuerzas de muy variada procedencia y una conjunción de operaciones terrestres y marítimas: Lisboa (cruzados ingleses, flamencos y alemanes junto a contingentes portugueses), Almería (genoveses, pisanos, aragoneses y castellanos) y Tortosa (aragoneses, genoveses y cruzados normandos), entre 1147 y 1148 son ejemplos modélicos de este tipo de actuación. Pero también contamos con casos que permiten profundizar en las enormes dificultades logísticas y organizativas a las que tenían que hacer frente los asediantes a la hora de llevar a cabo estas operaciones: los grandes fracasos almohades ante las murallas de Huete –1172– y Santarém –1184– nos ofrecen abundante materia para el análisis de esta compleja vertiente de la guerra.

3. La idea, historiográficamente consolidada desde hace décadas, de que las grandes batallas en campo abierto son una excepción entre

los usos militares habituales del período medieval, queda plenamente confirmada al abordar nuestro escenario: centenares de cabalgadas, decenas de asedios o de conquistas y solo tres grandes batallas (Alarcos, 1195; Las Navas, 1212; Alcácer do Sal, 1217), cuatro si incluimos a Ourique –1139.

Sin embargo, también ahora se constata que, con independencia de su número, e incluso con independencia de la relevancia de sus resultados en términos estrictamente militares o territoriales, no puede dudarse del impacto extraordinario que dichas colisiones tuvieron sobre los contemporáneos y de su fuerte capacidad para incidir en la memoria colectiva hasta convertirse en verdaderos símbolos o hitos históricos relacionados con la formación de los reinos o de sus identidades colectivas: Ourique para el reino de Portugal o Las Navas para el de Castilla así lo confirman.

Por lo demás, la variedad de fuentes que narran estos episodios nos permiten reconocer las diversas tradiciones tácticas que se enfrentaron en los campos de batalla de la Península Ibérica: el choque frontal de la caballería pesada, propio de la tradición occidental, frente a las tácticas de movimientos envolventes y elusivos de la tradición oriental y beréber.

4. Queda por último indicar que la guerra marítima está bien representada en este panorama de prácticas bélicas: las flotas inglesas, flamencas, alemanas, genovesas y catalanas tuvieron un papel determinante en las operaciones que condujeron a las conquistas de Lisboa, Almería y Tortosa, pero durante este período también empezó a tener relevancia la flota portuguesa, que en varias ocasiones –así entre 1179 y 1181– protagonizó diversos episodios, en particular contra la marina ceutí. Por cierto que los efectivos navales almohades igualmente estuvieron activos contra las costas catalanas en 1210.

En conclusión, por lo que respecta al estudio de las formas de hacer la guerra entre la conquista de Lisboa en 1147 y la de Alcácer setenta años más tarde, no podemos sino significar que nos presenta un cuadro verdaderamente paradigmático de la guerra medieval.

3. Otros aspectos de la guerra

Pero quizás lo que hace particularmente trascendente el análisis de la guerra en este escenario de frontera y durante este bien delimitado período cronológico es que permite abordar otros muchos aspectos de tipo institucional, organizativo, jurídico, económico, técnico o cultural de las sociedades y los poderes implicados, aspectos a los que la actividad guerrera nos

remite constantemente: es el caso, por citar solo algunos y de manera muy sintética, de la configuración jurídica y práctica de las obligaciones militares y su plasmación legal; de los distintos elementos armados que componen un ejército y de su articulación; de los modos de extracción de recursos fiscales y de su incidencia sobre los desarrollos institucionales –caso de las Cortes–; del papel del botín en la economía de frontera, pero también de los efectos de las guerras sobre la economía o sobre las formas de poblamiento; de las posibilidades y limitaciones logísticas –de abastecimiento y transporte– de las fuerzas en combate; de los avances y transferencias tecnológicas en el terreno del armamento, así como de los límites de las capacidades técnicas de cara a alcanzar determinados objetivos; de la formación de una cultura de la guerra, que acabaría plasmada en la iconografía o en los cantares de gesta; o del papel de la guerra en la configuración de la sociedades urbanas, en la justificación del predominio social aristocrático o en la legitimación de las monarquías.

Las posibilidades de explotación del estudio de la guerra como atalaya desde la que contemplar el conjunto del desarrollo histórico de un territorio y de la sociedad asentada en el mismo son enormes, incluyendo, además de las ya aludidas, el análisis de la formación o consolidación de una piedad o de una religiosidad militante, cuya plasmación práctica y explotación consciente derivó en un potente elemento de legitimación monárquica, por una parte, y de construcción social identitaria, por otra. Los viejos conceptos de reconquista y guerra santa, que habían sido forjados en el ámbito ibérico y que derivaban de siglos anteriores, se vieron reverdecidos e influenciados por la llegada de la noción de cruzada. Y una vez más, los años que mediaron entre la conquista de Lisboa y la de Alcácer do Sal son cruciales para la maduración de este fenómeno, a la vez religioso, ideológico y político.

Fenómeno que, por cierto, tiene un evidente paralelismo al otro lado de la frontera, donde la noción de yihad al servicio del movimiento almohade alcanzó un desarrollo extraordinario y presentó unas características dignas de ser estudiadas en profundidad y que, por ello, quizás deben ser puestas en relación, al menos desde una perspectiva comparativa, con las nociones de reconquista y cruzada.

4. Dos formas de organización social y estatal: ¿una de las claves del destino final del conflicto?

Si extendiéramos este ejercicio de comparación a todas las facetas a las que hemos aludido, desde las formas de hacer hasta las maneras de organizar, de financiar y de justificar la guerra por parte de las sociedades y poderes que se enfrentaron en las fronteras ibéricas durante este período de

tiempo, es posible que alcanzáramos a recomponer en toda su amplitud las diferencias entre unos y otros, lo que quizás nos llevaría a establecer algunas de las claves del destino final del conflicto entre cristianos y musulmanes en la Península Ibérica medieval.

Y, a este respecto, nos atrevemos a proponer, siguiendo a autores como Pierre Guichard, Miquel Barceló o María Jesús Viguera, que la forma tan diferente de organización social y estatal a uno y otro lado de la frontera es uno de los elementos explicativos en la evolución y desenlace de aquel enfrentamiento secular: quizás no encontremos ninguna otra etapa de este conflicto en la que resulten tan evidentes las posibilidades y limitaciones de estas dos formas de organización social y política, la de los núcleos musulmanes y la de los reinos cristianos, en orden a imponer su voluntad a sus adversarios. Frente a un modelo, el islámico, en el que la organización y práctica de la guerra dependió principalmente del poder estatal, se alza otro, de tipo feudal, donde lo militarizado no es tanto la estructura estatal, cuanto el conjunto de la sociedad.

Así las cosas, un estado fuerte y militarizado tenía enormes posibilidades de hacer la guerra con éxito, pero su desestabilización suponía el desmantelamiento o el colapso de su entramado armado. Frente a ello, una sociedad militarizada quizás no estaba en condiciones de realizar grandes demostraciones de fuerza por carencias de orden organizativo, pero era capaz de desarrollar iniciativas múltiples incluso en ausencia de un estado fuerte.

Valga un solo ejemplo: el estatalismo militarista almohade se mostró capaz de organizar grandes y profundas expediciones contra los reinos del norte, campañas con un impacto territorial y militar de extraordinaria envergadura, con potencial como para ganar, en apenas unos meses de esfuerzos concentrados, centenares de kilómetros cuadrados y hacer retroceder las fronteras de manera dramática. Piénsese, por ejemplo, en las operaciones que llevaron a cabo en 1174, 1190-1191, 1196-1197 contra León, Portugal y Castilla respectivamente. Pero estos grandes impactos resultaban poco sostenibles y a la postre dependían de la circunstancial fortaleza del poder central.

Por el contrario, las actuaciones bélicas de los cristianos se orquestan, salvo alguna excepción, mediante campañas de rango menor, pero reiteradas una y otra vez, en las que el protagonismo transversal –milicias nobiliarias, concejiles, obispos, órdenes militares–, no necesariamente dependía de los poderes centrales (las monarquías). Al contrario que el estado militarizado, las sociedades militarizadas podían hacer esfuerzos constantes y sostenibles a medio o largo plazo.

En consecuencia, en el estudio de las dinámicas de frontera desarrolladas entre la conquista de Lisboa y la de Alcácer, quizás podamos encontrar algunas de las claves del desarrollo histórico peninsular.

SUB TUUM PRAESIDIUM: A IGREJA DE SANTA MARIA DO CASTELO DE ALCÁCER DO SAL DESDE A "RECONQUISTA"

Maria Teresa Lopes Pereira*

Em Memória de Luís Krus

«Se eu não morresse nunca! E eternamente buscasse e conseguisse a perfeição das coisas».

Cesário Verde

Introdução

A vitória cristã de Alcácer do Sal, em 1217, foi o resultado de duas difíceis batalhas das forças cristãs contra as muçulmanas: a luta campal junto à Ribeira de Sítimos (11 de Setembro) e o cerco do castelo da vila, que cessaria com a rendição total ocorrida em 18 de Outubro.

Alcácer ficou como marca da linha de fronteira a sul, possibilitando que Lisboa, setenta anos depois da sua conquista, ficasse livre dos frequentes ataques muçulmanos emanados do Sado e, finalmente, caminhasse segura para verdadeira cabeça do reino.

No contexto que se segue à tomada definitiva de Alcácer, estudaremos a igreja de Santa Maria do Castelo na longa duração, por ser o único templo que, dentro das muralhas, subsiste ainda dos tempos da *reconquista*, embora muito modificado. Vergílio Correia considera-o «*um dos mais interessantes exemplares do românico tardio que se conservam no sul, onde tal estilo tem pouca representação*»[1].

* IEM-FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

[1] CORREIA, Vergílio, *Monumentos e Esculturas,* Lisboa, Livraria Ferin, 1924, p. 117. A igreja foi classificada como Imóvel de Interesse Público, pelo Decr. n.º 38 147, DG, I Série, n.º 4, 05-01-1951.

1. As fontes escritas e o património construído

O poeta Gosuíno, um cruzado que participou na conquista, sintetiza esta vitória no poema que ofereceu a D. Soeiro Viegas, bispo de Lisboa, chefe militar da expedição, acentuando-lhe o pendor cruzadístico[2], cujo eco se repercutiu na cristandade europeia:

> *«Alcácer é-nos entregue, mais que a nós a Deus.*
> *Três dias após, o alcaide é lavado na água do batismo.*
> *Aos Cavaleiros da Espada é entregue a terra e a campina»*[3].

Perante a derrota e a rendição total dos mouros, quando se esperaria, enfim, ter a descrição do que havia por detrás da muralha do castelo, vislumbrar as gentes, as casas e as ruas, nada se diz acerca deste assunto no poema nem nas outras fontes escritas. Os documentos mostram uma indiferença quase total pela sorte dos vencidos. A exceção é o episódio do batismo do alcaide muçulmano e de uma centena de pessoas do seu séquito.

O que se discute nos exércitos vencedores são os despojos, os troféus, as espadas muçulmanas que couberam no saque, entregues sobretudo aos cruzados europeus, como se queixou D. Soeiro Viegas, bispo de Lisboa, comandante das hostes, que gastou muito e pouco ou nada recebeu. Nem sequer lhe entregaram «*os dez cativos*»[4] que o exército decidiu dar-lhe, nem conseguiu a integração de Alcácer na sua diocese, pois a vila regressou à égide do bispado de Évora[5].

Nas fontes escritas, destaca-se que, três dias após a vitória, o alcaide, com cem dos seus mais próximos, foram batizados, facto que encheu de alegria os cristãos que, de imediato, comunicaram ao Papa essas conversões. Mas o tempo revelou que foi apenas um estratagema muito bem urdido, para estes muçulmanos importantes poderem fugir mais facilmente.

---

[2] Ver PEREIRA, Maria Teresa Lopes, «A memória cruzadística do feito da tomada de Alcácer (1217)», em *D. Afonso Henriques e a sua época. Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, Guimarães, Câmara Municipal, 1996, t. II, p. 319-358 e *IDEM, Os cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal, século XII a fins do século XV*, Lisboa, Colibri, 2015.

[3] Usamos a tradução em português de Aires A. do Nascimento, «Poema de conquista: a tomada de Alcácer do Sal aos mouros (1217)», em *Ler contra o Tempo, condições dos textos na cultura portuguesa (recolha de estudos em Hora de Vésperas)*, vol. 1, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos – Faculdade de Letras de Lisboa, 2012, p. 515.

[4] *Ibid.*

[5] Évora era sede de bispado desde 1165, data da *reconquista* da cidade e da restauração da diocese. Permaneceu como sede episcopal, tendo em 1540 sido elevada à dignidade de arcebispado, a par com Lisboa e Braga.

As perguntas ocorrem: onde foram batizados os mouros? Haveria algum templo cristão moçárabe a funcionar em Alcácer? Sagrou-se para o ritual cristão o que restava da mesquita muçulmana?

São perguntas para as quais não temos respostas cabais. Sabemos, no entanto, que:

– Muitos dos mouros vencidos ficaram em Alcácer e foram povoar a Mouraria, fora das muralhas, a nascente, no chamado Bairro das Olarias, tal como já tinha acontecido depois da primeira conquista. Facto que se comprova, em qualquer dos casos, com a outorga do foral dos mouros forros (1170 e 1218) que nos aponta a existência de uma comunidade muçulmana significativa em Alcácer[6]. Para além destes mouros que ficaram na urbe, outros foram para a "campina", ou seja, para a enorme área do Alentejo que caiu nas mãos portuguesas, juntamente com a praça de Alcácer.

– Sob a invocação de Santa Maria, foi edificada uma nova igreja matriz, que obedeceu ainda a uma traça arquitetónica românica, mas onde surge já um ou outro apontamento gótico de que esta igreja é primícia no sul de Portugal. Ficou como marca cristã da vitória de 1217 e da entrega de Alcácer à Ordem Militar de Santiago da Espada.

Sub Tuum Praesidium...

Vamos agora explicar o título latino escolhido – cuja tradução em português significa "Sob a tua proteção" ou "À vossa proteção nos acolhemos"[7]. Com efeito, é sob a proteção da Virgem que vão ser colocados dois dos templos mais antigos de Alcácer do Sal, a igreja de Santa Maria do Castelo (intra-muros) e a ermida de Santa Maria dos Mártires, na zona periférica (acerca de um quilómetro do castelo)[8]. No pós *reconquista* cristã,

---

[6] A este propósito ver PEREIRA, Maria Teresa Lopes, «Do Castelo à Ribeira – a urbanização de Alcácer (de finais do século XIII ao início de Quinhentos», em Luís Filipe OLIVEIRA (coord.), *Comendas Urbanas das Ordens Militares,* Lisboa, Colibri, 2016, p. 127.

[7] Trata-se de uma das orações mais antigas à Virgem, cujo testemunho mais remoto data do séc. III (oração inscrita num papiro egípcio). O título latino é: "*Sub Tuum Praesidium*" e, em português "Sob a tua protecção" ou "À vossa protecção nos acolhemos". É hoje uma das orações marianas com que se pode concluir a Oração de Completas. De origem copta, a sua tradução latina data do séc. XI.

[8] Ver PEREIRA, Maria Teresa Lopes, *Alcácer do Sal na Idade Média*, 2.ª ed., Lisboa, Ed. Colibri, 2007; *IDEM*, «O Santuário de Santa Maria dos Mártires de Alcácer do Sal (sécs. XIII a XV)», em Isabel Cristina F. FERNANDES (coord.), *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente)*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela/GEsOS, 2009, p. 635-676.

poderíamos ainda falar na Capela de Santiago, que fazia parte do Convento Espatário que viria a ser edificado sobre o que restou da alcáçova muçulmana, bem como na ermida de S. Vicente, fora das muralhas, a sul, mas ainda na parte alta[9]. A nossa escolha, acabou por recair sobre os templos marianos e, de entre estes, sobre a igreja matriz de Santa Maria do Castelo.

Vamos procurar compreendê-la no tempo longo, sujeita que foi a profundas modificações. É provável que tenha sido edificada sobre a anterior mesquita muçulmana, na sequência da vitória de 1217. Na frente poente da igreja, estende-se uma parte do adro que ocupa o lugar do antigo *forum*, como comprovaram as escavações realizadas no local[10]. É provável que, antes da própria mesquita muçulmana, aí se tenha erguido um templo cristão visigótico que, por sua vez, poderá ter aproveitado uma basílica da antiga *Salacia.* Talvez, um dia, a atividade arqueológica possa responder a este intrincado de questões.

Chamaram-na igreja de Santa Maria do Castelo, como aconteceu à maioria das urbes conquistadas em cujo castelo se ergueu uma igreja dedicada à Virgem. Mas também era uma forma de a poder distinguir da também medieva ermida de Santa Maria dos Mártires, nos arredores. Esta, como a arqueologia provou, era necrópole desde a Idade do Ferro e aí foram enterrados os cruzados estrangeiros que morreram como mártires na conquista de Alcácer. Não nos demoraremos nela, por a havermos tratado com mais detalhe em outros estudos.

Entre o documento escrito e o edificado

Embora as fontes escritas nos falem da conquista de 1217; do foral de D. Afonso II em 1218; da entrega da vila ao espatários no mesmo ano; do padroado das igrejas ter sido também entregue aos cavaleiros da Ordem de Santiago; e ainda outros documentos posteriores (século XIV), que referem o rendimento deste templo em libras, ou relatam negócios e factos ocorridos *à* "porta principal da igreja" ou que se passaram "dentro da Igreja de Santa Maria", sobre as obras de construção propriamente ditas, nada nos

---

[9] PEREIRA, «O Santuário de Santa Maria dos Mártires ...», cit., p. 636 e a bibliografia aí citada. A primitiva ermida de Santa Maria dos Mártires e a ermida de S. Vicente estão ligadas ao enterramento dos mortos da *reconquista*, como aconteceu em Lisboa e em outros lugares do Sul do país. Sobre este assunto, cf. PICOITO, Pedro, «As ordens militares e o culto dos mártires em Portugal», in Isabel Cristina F. FERNANDES (coord.), *Ordens Militares e Religiosidade. Homenagem ao Professor José Mattoso*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela/GEsOS, 2010, p. 73-90.

[10] Escavações feitas nos anos 80 e 90 do séc. XX por António Cavaleiro Paixão e João Faria.

dizem. Da visitação de 1480, muito informativa para a zona ribeirinha[11], desapareceram os fólios da parte do edificado no castelo, ficando o vazio e o silêncio acerca de como seria então a igreja de Santa Maria. Só com a visitação de 1512/13, iniciada em 25 Outubro de 1512, e continuada por uma série de visitações posteriores[12], conseguimos obter preciosos elementos que, embora tardios, nos permitem recuar no tempo e constatar algumas alterações.

Há ainda a "leitura" e contextualização dos elementos arquitetónicos, que nos desafiam a ir mais longe na compreensão da igreja de Santa Maria do Castelo.

A análise arquitetónica permite afirmar que nas várias camadas da espessura histórica houve reaproveitamentos de materiais anteriores, sobretudo da época romana, e que o facto do *forum*, escavado arqueologicamente, se situar mesmo em frente da igreja, justifica a utilização de muitos dos seus materiais no edifício mariano de que estamos a tratar, pois estavam, mesmo ali, à mão.

2. Visita à igreja

Tendo como pano de fundo toda a informação compulsada, vamos visitar a igreja de Santa Maria do Castelo. Foi edificada, logo após a conquista definitiva de Alcácer do Sal, em 1217, reinava D. Afonso II que, como sabemos, não tomou parte nos combates, embora os autorizasse, mas doou a vila aos espatários, concedeu o primeiro foral aos alcacerenses em 1218 e confirmou nesse mesmo ano o foral dos mouros forros que D. Afonso Henriques lhes concedera em 1170.

A igreja de Santa Maria do Castelo viria a erigir-se sobre estruturas mais antigas, possivelmente de natureza cultual, reaproveitando diverso material pétreo, oriundo de épocas anteriores. É preciso contemplá-lo e interrogá-lo, para compreender como, nas vicissitudes do tempo, estes testemunhos não se perderam, apenas se misturaram num encandear de trabalhos que deles se serviram, por já estarem trabalhadas pelas mãos de homens, pertencentes a vários povos e a diferentes civilizações, destacando-se a romana.

---

[11] Publicada por PEREIRA, *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal, séculos XII a fins do século XV*, p. 267-299.

[12] Com as visitações a Alcácer transcritas e prontas para publicar desde o ano 2000, aguarda-se a possibilidade de haver verba para isso. Assim ficaria disponível para os investigadores uma documentação riquíssima que, excetuando a visitação de 1480, só parcialmente é conhecida.

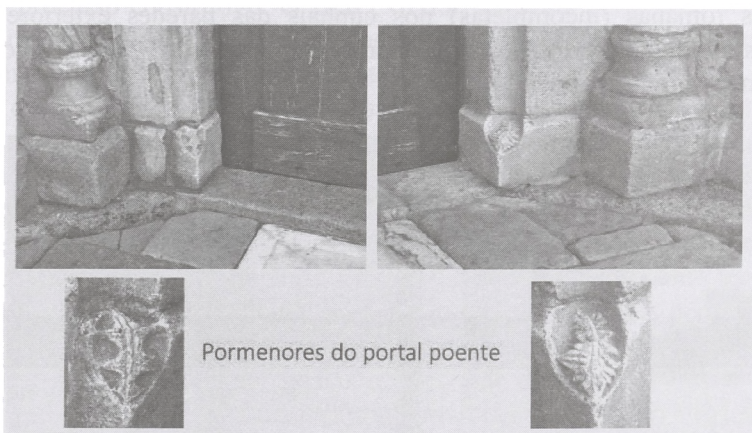
Fig. 1 – Igreja de Santa Maria do Castelo, vendo-se os vestígios, do antigo *forum* romano.

Repare-se, para este efeito, na entrada poente da igreja, considerada a «*porta prjmçipal*» nas visitações, que a referem sempre como «*de pedraria amtigua*»[13]. É um portal românico como o demonstram os seus elementos constituintes sobretudo a primeira arquivolta. As visitações também o confirmam. No portal, foram utilizados diversos mármores resultantes de aproveitamentos devido à necessidade de consolidação. Os arcos de volta inteira da arquivolta e da verga do portal têm arestas chanfradas, apoiando-se o primeiro em duas colunas com capitéis sem decoração. As impostas parecem ser as originais. No entanto, o desgaste do tempo levou a mexidas que dificultam a sua "leitura" e interpretação. No contexto do portal, apenas as bases das ombreiras recebem elementos vegetalistas como decoração.

Esta fachada da igreja, caiada de branco, foi reformulada na época barroca. Por cima do portal, desenvolve-se um frontão curvo, interrompido por um janelão rasgado para deixar entrar mais luz, ladeado por duas aletas e encimado por um elemento mistilíneo. Termina num telhado de duas águas onde está desenhado um frontão triangular. No seu interior pode-se observar o hábito de Santiago em pedra incrustada. Poderá ser, pelo lugar de destaque que tem na fachada, um elemento que remonta à fundação do templo.

[13] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, liv. 154, fls. 6v-7 (1512).

Fig. 2 – Portal poente.



Figs. 3, 4, 5 e 6 – Portal poente (pormenores).

Nas visitações aparece descrito como «*hũ abito de samtiaguo em Riba*»[14]. Este "hábito", ou seja, a pedra esculpida com os símbolos do Santo Peregrino (e que corresponde ao brasão da Ordem de Santiago): a cruz-espada rodeada de vieiras, a cabaça e o bordão, continua, por cima da janela monumental, a lembrar no presente, a memória da pertença de Alcácer e desta igreja à Ordem Espatária a quem fora doada a vila e entregue a sua defesa.

[14] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, livro 194, fl. 14v (15 de Outubro 1552).

Figs. 7 e 8 – Portal poente – por cima do janelão barroco, o medieval "*hábito de Santiago*".

Continuando o périplo por fora da igreja, ainda hoje são visíveis duas colunas romanas (incompletas) nos cunhais das paredes exteriores das capelas laterais da igreja de Santa Maria (lado esquerdo – Evangelho) que provam essa reutilização.

Fig. 9 – Colunas romanas nos cunhais (Igreja de Santa Maria do Castelo).

Chegamos ao portal norte, que é a peça mais notável do que restou da primitiva construção medieval.

Num corpo de alvenaria saliente, alfis, em bom estado de conservação, está inserido este portal. Com quatro arquivoltas, duas têm arestas bisela-

Figs. 10 e 11 – Portal norte num corpo de alvenaria saliente.

das, com chanfro liso, e as restantes com o chanfro côncavo, abrindo e terminando em meios rolos perto das impostas, aspeto interessante e original no processo construtivo. O arco exterior, de volta perfeita, é decorado com um friso de estrelas de quatro pontas (forma de X) que também existem em outras igrejas românicas e góticas como a Sé de Faro.

Se o portal com o conjunto das arquivoltas de volta inteira nos remete para o românico[15], a decoração e forma dos capitéis, que não é igual, é um dos elementos mais importantes que nos podem remeter para o gótico de que esta igreja é primícia no sul do país. Com efeito, os dois capitéis do lado nascente exibem uma decoração vegetalista do gótico inicial com elementos fitomórficos e cogulhos nos ângulos, mas os capitéis do lado poente levantam alguns problemas de cronologia. Se bem que o que está mais perto da ombreira é decorado por uma folhagem de cariz volumétrico com característica a tender para o "naturalismo" gótico, o outro é de difícil identificação. A um primeiro olhar, aponta para uma estrutura em dois andares à maneira gótica, mas vendo melhor, parece o resultado de uma justaposição de dois elementos arquitetónicos distintos (dois capitéis sobrepostos)[16].

Do lado sul, abria-se, em correspondência com o portal norte, outro portal, hoje desaparecido. A visitação de 1560 descreve-o como «*hũ porta do traueso de ponto de boa grandura de pedrarya lios*»[17], mas nada mais conseguimos apurar nos documentos sobre a sua configuração. Não sabe

---

[15] CORREIA, *Monumentos e Esculturas,* p. 117; GRAF, Gerhard N., *Portugal Roman*, II, La Pierre-qui-Vire, Zodiaque, 1986, p. 80.

[16] Pode pôr-se a hipótese de, em obras tardias, ali terem justaposto dois capitéis, sendo algum aproveitado do derrubado portal sul.

[17] IAN/TT, *MCO/OS/CP*, livro 198, fls. 4 (1560).

Fig. 12 – Dois capitéis lado Nascente

Fig. 13 – Dois capitéis, lado Poente

mos a data em que esta porta foi entaipada, mas tudo aponta para que o tivesse sido no século XVII[18].

O templo foi objeto de descrição detalhada nas *Visitações* a partir de 1512 e de outras datas posteriores. Às vezes, os textos remetem para a observação dos «*Riscos e altos da pramta*»[19] da igreja então executados, mas, infelizmente, os códices que nos chegaram não possuem nenhuns desenhos nem plantas. No entanto, alguns elementos que as visitações fornecem permitem-nos, de facto, recuar e entrever um pouco das alterações a que o edifício foi sujeito.

O interior da igreja

Entremos no templo. Ultrapassadas as portas da igreja – poente e norte – estavam duas pequenas pias de água benta que ainda hoje aí se encontram[20]. O corpo da igreja organiza-se em três naves repartidas por cinco tramos, com os arcos de volta inteira («*de pedraria em redondo*»[21]) apoiados em colunas de pedra com capitéis decorados, todos diferentes, mantendo alguns ainda vestígios de policromia. As bases das colunas, pelo menos quatro, foram substituídas na época manuelina[22].

---

[18] Aproximadamente, onde outrora se abria o portal sul, há hoje, uma pequena porta que dá acesso a uma divisão anexa à igreja.

[19] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, livro 194, fls.. 15 (1552).

[20] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, livro 154, fls. 7 (1512): na «*JgreiJa estão duas pyas d aguoa bemta piquenas sobre seus esteyos de pedra .s. huua estaa aa porta primcipall e outra aa porta travesa do norte*».

[21] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, liv. 154, fls. 6 (1512) e liv. 194, fls. 11v-12 (1552).

[22] CORREIA, *Monumentos e Esculturas,* p. 120: colunas "cujas bases foram substituídas no começo do século XVI".

Figs. 14 e 15 – Base de colunas (manuelinas).

Tal como todo o edifício, os capitéis levantam problemas de cronologia e de genealogia. O primeiro capitel, do lado direito de quem entra (Epístola), ostenta uma curiosa figura feminina que parece estar coroada e cuja ligação à vegetação sugere a cauda de uma sereia. Este capitel e o seguinte apresentam um tratamento e um vocabulário vegetalista diferente dos restantes, pois a vegetação apresenta maior volume.

No primeiro capitel, do lado esquerdo, juntamente com elementos vegetalistas, nos ângulos parecem emergir vieiras, embora um pouco alongadas. Este e os outros capitéis, com ornamentação vegetalista, dentro de uma gramática gótica[23], são trabalhados de uma forma onde predomina o tratamento a bisel. As folhas de água, que aparecem no capitel da coluna adossada ao arco triunfal, do lado esquerdo, fazem lembrar as que podemos encontrar em alguns capitéis de Santa Maria de Alcobaça[24]. Não podemos deixar de referir também as semelhanças com alguns dos capitéis da igreja de Santo André de Mafra, de Santa Maria do Castelo da Lourinhã e de Santa Maria de Sintra.

Só um estudo sistemático dos capitéis deste período poderá levar a uma descrição e a uma cronologia mais rigorosas.

---

[23] PEREIRA, *Alcácer do Sal na Idade Média*, p. 70.

[24] DUARTE, Eduardo, «Os Capitéis do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça», em *Actas CISTER, Espaços, Territórios, Paisagens*, (Colóquio Junho 1998), Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, p. 364 e 365.

Fig. 16 – 1.º capitel (esquerda – Evangelho)

Fig. 17 – 1.º capitel (direita – Epístola)

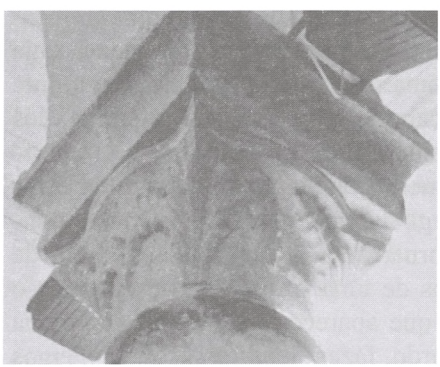


Fig. 18 – 2.º capitel (esquerda – Evangelho)

Fig. 19 – 2.º capitel (direita – Epístola)

Fig. 20 – 3.º capitel (esquerda – Evangelho)

Fig. 21 – 3.º capitel (direita – Epístola)

Fig. 22 – 4.º capitel (esquerda – Evangelho)

Fig. 23 – 4.º capitel (direita – Epístola)

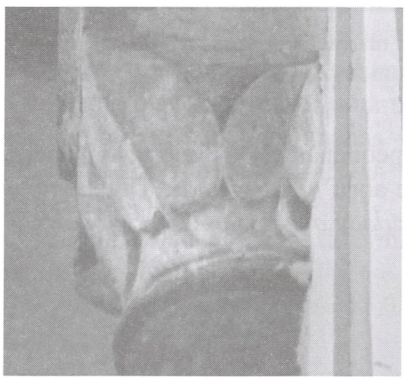


Fig. 24 – 5.º capitel – (esquerda – Evangelho)

Fig. 25 – 5.º capitel – (direita – Epístola).

É interessante ver ainda no fuste da coluna mais próxima do portal norte o sulco, embora cheio de cimento, da marcação da vara e meia vara que funcionava como padrão de medida.

A divisão da igreja em três naves, sendo mais larga a central e iguais as outras duas, a sua altura e a distanciação dos pilares divisórios contribui para a definição de um espaço fluído, sem grandes obstáculos a dificultarem a comunicação global[25], apontando para o período de transição do românico para o gótico.

[25] É o que, a propósito das igrejas alentejanas do tardo-gótico, refere SILVA, José Custódio Vieira, *O Tardo-Gótico em Portugal. A Arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 168.

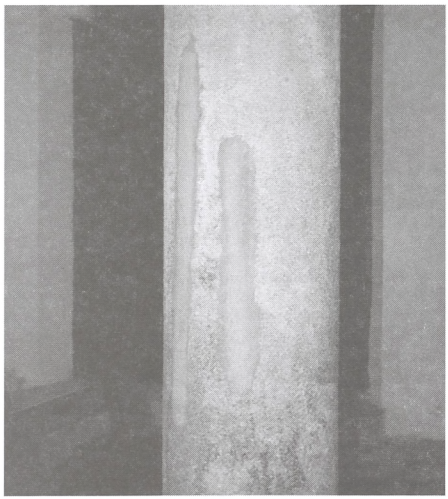
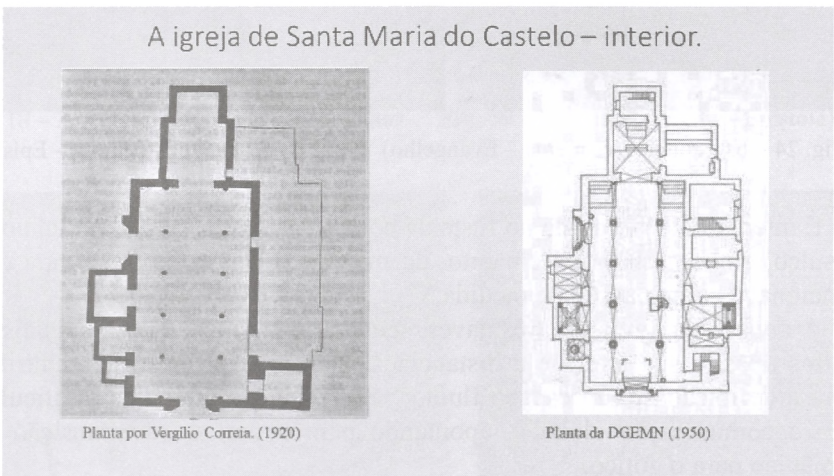


Fig. 26 – Medidas oficiais: marcação da vara
e da meia vara num fuste.

A igreja possuía apenas duas frestas pequenas e, por isso, as visitações do século XVI referem a necessidade de abrir «*tres grandes* [frestas] *com suas vydraças porque estas não dam claridade que baste*»[26].



Figs. 27 e 28: Planta de Vergílio Correia (1920) e planta da DGEMN (1950).

[26] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, liv. 154, fls. 5v (1512) e liv. 194, fls. 10v-11 (1552).

A Capela-mor

Hoje, a capela-mor, para além de continuar pequena, na sua decoração pouco tem a ver com os tempos medievais. Mas nem sempre foi assim. Vejamos o que nos dizem as visitações sobre o espaço mais sagrado da igreja.

Era de planta quadrada: cinco por cinco varas[27]. Tinha um altar, de pedra e cal, a que se acedia por dois degraus, onde estava pousada a imagem da padroeira – Nossa Senhora com o Menino Jesus ao colo – em madeira pintada e considerada "velha", em 1512, pela equipa visitadora, encabeçada por D. Jorge, administrador da Ordem de Santiago. Não sabemos se seria ainda a imagem original, do século XIII. A capela é descrita como «*forrada d olivell*»[28]. No meio, destacava-se, pintada, «*hũa cimeira com hũa serpe sobre hũ escudo, que mamdou ally pymtar o Jfamte dom Johão*» (administrador da Ordem de 1418 a 1442)[29]. Dentro da capela, à esquerda de quem entra (parte do Evangelho), estava inserido na parede um sacrário, com as portas de madeira, pintadas e fechadas à chave, vendo-se acima, em pintura a fresco, o Espírito Santo a descer sobre os Apóstolos[30]. Na mesma parede, abria-se uma porta para a sacristia. Era muito pequena, sem armários nem arcas, apenas «*hũa tavoa velha sobre que se vestem os saçerdotes pera dizerem mjssa*»[31]. Em breve, a sacristia iria ser mudada para o lado sul.

A equipa visitadora, nas determinações finais, então exaradas, ordena que, para maior dignidade, se refizesse a capela-mor – que *se abobede asy como esta* – mas, se as paredes não aguentassem, «*mamdamos que emtam se faça de nouo*» do tamanho que agora está. Depois de pronta, «*se faça huu Retavolo de boordos* [...], *com a Jmagem de nossa senhora no meyo com ho menjno Jesu no collo*». No lado direito, deveria pintar-se a imagem do apóstolo Santiago, patrono da Ordem, e, do outro lado, a de Santo António[32].

As obras então decididas para a capela-mor tardaram na execução. Não estavam feitas nem em 1525[33] nem no ano seguinte. Nesta última data,

---

[27] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, liv. 154, fls. 5-5v. A vara correspondia a 1,10 m (cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – "Pesos e Medidas", em Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. s.e., vol. V. Porto: Livraria Figueirinhas, 1979, p. 68).

[28] Forrada de tabuado (cf. TEIXEIRA, Luís Manuel, *Dicionário Ilustrado de Belas-Artes*, Lisboa, Presença, 1985, p. 167).

[29] Ver PEREIRA, *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal*, p. 155-168.

[30] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, liv. 154, fls. 5-5v.

[31] IAN/TT, *MCO/OS/*CP *Ibid.*, liv. 198, fls. 2. 1552 fls. 11. Na margem do códice, em vez de sacristia, escreveu-se «tisouro» por se guardarem aí as alfaias religiosas.

[32] *Ibid.*, fls. 49.

[33] IAN/TT, *MCO/OS/CP*, livro 173, fls. 82-84 (1525).

volta a ordenar-se *que se faça a* capela-mor de abóbada. Convocados os pedreiros André Vicente, Rui Dias e Afonso Dias, pediram-lhes estimativas para o custo da abóboda, ficando a capela "*da feição que agora está*", ao que os mestres pedreiros responderam que se faria com cem mil reais. Mas, para ficar quadrada, seriam precisos mais cinquenta mil reais "com seus cunhais de pedraria"[34]. No ano de 1527, a abóbada continuava por fazer, dispondo-se então o mestre de Santiago, para o efeito, a emprestar o dinheiro necessário à fábrica da igreja[35].

A visitação de 1534, de forma indireta, alude a intervenções na capela-mor, uma vez que o sacrário deixa de estar inserido na parede lateral e aparece assente sobre o altar-mor. Era de madeira "lavrada e dourada" e, entre outros pormenores, diz-se ser muito bem trabalhado *de «fora e de demtro, tem hũs cardos dourados e ho majs he pimtado de tjmta fina com hũas estrelas no çeo»*[36].

Em 1552, descreve-se a capela-mor como redonda na traseira, tendo um altar de alvenaria a que se subia por dois degraus e, por detrás do altar, havia um poial com um palmo de altura, onde se erguia a imagem da Virgem, *«cuJo oraguo he a dicta JgreJa, de vulto de madeira pimtada com hu menjno Jesu nos braços, velha»*. Seria uma imagem de vestir, pois são registadas no inventário várias saias quer para a Virgem quer para o Menino e também duas coroas de prata branca, mas estas eram "lavradas de moderno"[37]. Os visitadores constataram, em 1560, que o altar-mor continuava sem o novo retábulo e que a imagem de Nossa Senhora continuava colocada por detrás do sacrário. Ordenaram, então, que se fizesse *«Retauolo nouo com o sacrairo nele»*[38].

Não conseguimos apurar, por falta de testemunhos, se este retábulo chegou a ser feito, mas a abóboda de pedra foi. Chegou até nós uma capela-mor quadrangular, coberta por uma abóboda rebaixada que deverá ter sido feita, por esta altura. O Pároco da igreja, nas respostas que dá em 1758 ao inquérito lançado depois do Terramoto, responde ser Santa Maria do Castelo o orago da igreja, continuando a sua imagem destacada no fundo da capela-mor.

O visitador, em 1512, refere que um arco (o arco do cruzeiro) fazia a ligação da ousia ao corpo da igreja. A separar os dois espaços estavam *«hũuas grades de paao pymtadas»*, que vedavam o acesso dos fiéis à zona

---

[34] IAN/TT, *MCO/OS/CP*, livro 175, fls. 139-142v.º (1526).

[35] *Ibid.* Caderno com dois fólios, não numerados (fls. 107C e D). Documento original, com a notificação de publicitação, sendo visíveis as marcas das dobras anteriores à sua inserção.

[36] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, liv. 154 e liv. 253, fls. 5v.

[37] Cf. IAN/TT, *MCO/OS/*CP, liv. 194, fls. 30-31 [1552]. As coroas pesavam um marco e duas onças.

[38] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, liv. 198, fls. 2.

mais sagrada, não dificultando, no entanto, a contemplação do conjunto. O arco do cruzeiro é descrito como de pedraria, "redondo e chanfrado", tendo por cima pintado a fresco um crucifixo com Nossa Senhora e São João[39]. No texto de 1552, Jesus crucificado surge pintado a óleo, numa cruz de madeira, "de feição de flor-de-lis", mas mantém-se a pintura a fresco do «*calvareo ao pee*»[40]. Hoje, continua e existir um arco triunfal (dito "redondo" nas visitações) que aparenta uma traça maneirista e assenta sobre duas colunas adossadas cujos capitéis são também vegetalistas.

Fig. 29 – Arco triunfal e arcos separando a nave central.

Como já vimos, o corpo da igreja é de três naves. Segundo a descrição de 1512, o teto era de madeira de castanho novo, «*com homze traves forradas de macenarya e cada huua tem sua verga de ferro que pegam nas asnas*». Media de comprido vinte varas e meia e de largo dez varas e meia. O chão era todo ladrilhado «*de pedra e tijolo*»[41]. D. Jorge, em 1527, dá conta de um alvará seu, anterior, que autorizava ao prior o gasto de seis mil reais «*pera as lageas da igreja*»[42]. Verifica-se que, no provimento de 1535, como morrera o pedreiro André Vicente, deixando por concluir o trabalho de lajear que antes lhe fora pago, os santiaguistas achavam que a Ordem deveria ser ressarcida pelo valor do trabalho que faltava fazer. Chamados os herdeiros, não foram compelidos a pagar, pelo facto de não terem sido feitas todas as diligências necessárias[43]. Em 1537, os visitadores mandaram

---

[39] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, liv. 154 e livro 253, fls. 5v.

[40] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, liv. 194, fls. 11 *(feiçam de frol de lis)*.

[41] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, liv. 154 e livro 253, fls. 5v.

[42] IAN/TT, *MCO/OS/CP,* liv. 154, alvará inserido entre os fls. 109 e 110.

[43] IAN/TT, *MCO/OS/CP*, liv. 181, fls. 102v-106v (1535). Houve uma reunião em que esti-

que se visse a empreitada do lajeamento da igreja que fora dada a Bartolomeu Vicente. O procedimento foi feito, mas sem consequências, continuando uma parte do templo por lajear[44].

Relacionadas com o lajear da igreja estão as pedras tumulares aí sucessivamente colocadas, das quais subsistem alguns exemplares medievais e onde foram enterrados muitos dos ilustres de Alcácer[45]. Nas determinações da visitação de 1544, como a equipa encontrou a igreja mal lajeada, ordenou aos donos das covas que as mandassem lajear e pôr um título de pertença. Se não o fizessem, a sepultura ficaria devoluta[46]. Na realidade, os paroquianos enterravam os seus mortos no interior e no adro da igreja, o que tinha como consequência o levantar recorrente das campas e a deterioração do pavimento do templo, facto que os visitadores pretendiam minorar.

Fig. 30 – Lápide sepulcral, à entrada da porta poente.

veram presentes Diogo Cotão, prior de Santa Maria, Manuel Pires, juiz, Pero Carreiro e Rui Valdargo, vereadores, João de Évora, recebedor da fábrica, e Martim Nunes, prior de Mértola e provedor das igrejas do mestrado, bem como os filhos do falecido.

[44] IAN/TT, *MCO/OS/CP*, livro 185, fls. 3v (1537).

[45] Falta ainda a publicação de um trabalho sistemático com o estudo das lápides aí existentes.

[46] IAN/TT, *MCO/OS/ CP*, livro 190, fls. 99-99v (1544)

A igreja possuía outrora uma abundância de pintura a fresco que decorava as paredes e a maioria das capelas. Nas visitas que Vergílio Correia fez a esta igreja, em inícios do século XX e que acabaram por influenciar a sua inclusão nos Monumentos Nacionais, alude ainda à existência de alguns vestígios dessa pintura que, entretanto, desapareceram para sempre ou apenas se tornaram impercetíveis por debaixo das diversas camadas de cal.

Os altares e capelas possuíam imagens devocionais em pedra, em madeira e em barro que, no decorrer dos tempos, se estragaram ou levaram descaminho, assim como retábulos pintados, entre os quais se contava pelo menos um que sabemos importado da Flandres.

Vamos agora fazer o percurso pelo corpo da igreja, desde os altares à saída da capela-mor (ombreiras), seguindo pela nave lateral esquerda (lado do Evangelho), passando debaixo do coro e seguindo a nave lateral direita (lado da Epístola).

Fig. 31 – Vista do Coro para as naves e capela-mor.

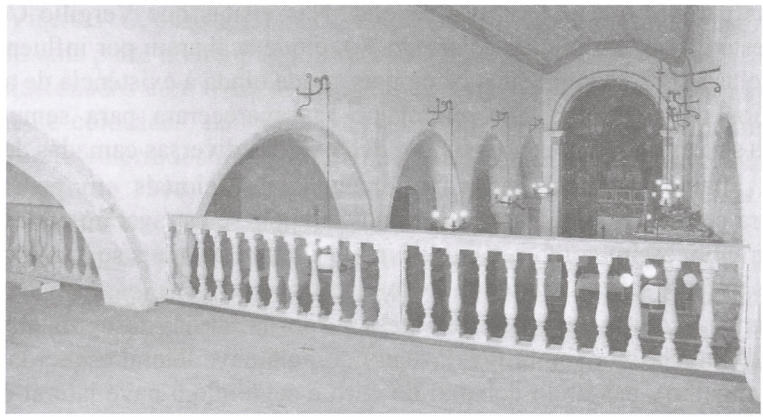


Fig. 32 – Vista do coro para a capela-mor, vendo-se os cinco arcos de volta perfeita.

Fig. 33 – Vista da capela-mor para as naves e coro.

O Altar de Santiago (mais tarde, dedicado a Santo Estêvão)

O altar da parte do Evangelho (esquerda) foi da invocação de Santiago, tendo uma imagem do apóstolo em madeira, policromada, dita, em 1512, como «*muyto velha*» (seria a medieval?); «*na parede estaa pymtada nosa senhora, e o amjo saudamdo a*» (Anunciação)[47].

[47] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, livro 154, fl. 6.

Santiago aparece substituído em 1552 por Santo Estêvão como orago deste altar, com uma confraria de mareantes aí sedeada. «*Tinha hu Retavollo de moderno pyntado a oleo novo e bem tratado*» (não referem o tema) e uma imagem do santo, em madeira, pintada, «*num emcasamento no meo do Retavollo*»[48]. Os visitadores, em 1560, acrescentam que as molduras e os "encoroamentos" estavam *bem dourados*. Os mareantes cuidavam deste altar, tendo a obrigação de mandar dizer uma missa da confraria, «*rezada cada dominguo*»[49]. Continuava a ter Santo Estêvão como patrono em 1758[50].

O Altar de Santo António, mais tarde, de S. José

O outro altar colateral, à saída da capela-mor, à direita de quem entra (Epístola), surge nas visitações de 1512, 1552 e 1560 como sendo sempre da invocação de Santo António. Sem retábulo, tinha no meio do altar, um «*emcasamento de portas pequeno que se fecha, em que esta a Jmagem de sancto antonio de vulto*». Era uma escultura em madeira, pintada. Na parede, surgiam em pintura a fresco, São Francisco, Santa Catarina e outras imagens[51]. Nas respostas ao inquérito de 1758, refere-se ser então este altar devotado a S. José[52], como ainda continua a sê-lo no presente.

Capela do Menino Jesus ou Capela de Dona Filipa de Vasconcelos

Na nave lateral, à esquerda de quem entra, existiam e ainda existem três capelas. A primeira, a seguir à porta norte, era dedicada, à «*Naçença de Nosso Senhor*», ou seja, ao Nascimento do Menino Jesus, abrigando, entre outras, a sepultura de Rui de Melo de Noronha[53], antes de D. Filipa de Vasconcelos, viúva de Nuno Mascarenhas, a ter herdado, no século XV e de a ter feito sua capela funerária, razão pela qual a documentação passa a citá-la, quase sempre, como "Capela de Dona Filipa de Vasconcelos".

No seu testamento de 1484, regista-se a sua vontade: «*mando enterrar o meu corpo em a minha Capella, em a sepultura, que já tenho feita*». Declarou também ser a sua Alma a herdeira dos seus bens. Assim dotava a Capela com a «*Erdade da Bemposta, para todo sempre*, mandando *que pollas rendas della, se pague hum Capelão, que cante misas [...] por minha alma*

---

[48] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, livro 194, fls. 11-11v.

[49] IAN/TT, *MCO/OS/CP*, livro 198, fls. 3.

[50] IAN/TT, *Registos Paroquiais*, vol I, n.º 71, p. 502.

[51] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, liv. 154, fls. 6; livro 194, fls. 11v e livro 198, fls. 3.

[52] IAN/TT, *Registos Paroquiais*, vol I, n.º 71, p. 502.

[53] Fidalgo da casa de D. João I. Também figuram na lápide sepulcral sua mulher Violante Rolmes e seus descendentes. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?=2153.

[...] *Deixo outrosy para repairos, e ornamentos da dita Capella para todo sempre, todo o foro que eu tenho, e hey da Erdade das Ferrarias* [...], *o qual foro os ditos administradores ricolherão em cada hum anno, e o mandarão vender para repairo, e ornamentos da dita Capella*»[54].

Em 1498, era administrador desta capela Vasco da Fonseca[55]. Na visitação de 1512, regista-se que media três varas e duas terças de comprido e três varas de largo, sendo a administração de Leonor da Fonseca, mulher de Diogo Figueira.

Em 1758, nas respostas ao Inquérito, após o Terramoto, o pároco nomeia-a "Capela do Menino-Jesus"[56], tendo regressado à invocação inicial.

Fig. 34 – Capela medieval da "Nascença" e depois de D. Filipa de Vasconcelos.

A capela tinha cobertura em abóboda de berço de alvenaria; possuía um altar de pedra e cal, forrado com um retábulo de madeira com o seu guarda-pó e um «*outro Retavollo piqueno, com a naçença de nosso senhor*»[57] que, em 1552, se diz ser «*hu Retavollo de framdes, muito velho*», explicitando-se também que o altar de alvenaria era forrado de azulejos[58] e tinha uma

[54] IAN/TT, *Hospital de S. José*, livro 529, fls. 370-371v (1484).

[55] *Ibid.*, fl. 370.

[56] IAN/TT, *Registos Paroquiais*, vol I, n.º 71, p. 502. Verifica-se que a capela do Menino Jesus na Igreja de Santiago de Alcácer, tal como esta, também mudou para Nossa Senhora de Fátima.

[57] IANTT, *MCO/OS/CP*, livro 154, fls. 6. (1512).

[58] Hoje há também azulejos, mas são do século XVII e não do século XVI.

fresta a norte que dava suficiente claridade à capela e «*um portado de pedraria redondo*»[59] que ainda hoje existe.

Figs. 35 e 36 – Abobada medieval da capela dita da "Nascença" ou D. Filipa de Vasconcelos.

Capela do Santíssimo Sacramento (antiga Capela de D. Francisca Fogaça)

Em 1512, o lugar onde, poucos anos depois se construiu a capela de D. Francisca Fogaça, aparece assim descrito: «*huu arco piqueno na parede em que estaa huu altar e he pymtado todo o dito arco, e estaa nelle huu Retavollo piqueno de portas com nosa senhora do Rosairo nelle pymtada e outros samtos*»[60].

Com licença do Mestre D. Jorge, D. Francisca Fogaça mandou edificar esta capela, ao estilo marcadamente manuelino. Possuía um altar de madeira com um degrau. Era ladrilhada e tinha duas campas, ali mandadas colocar pela referida senhora. Considerada "nova" na visitação de 1552, fora feita em alvenaria e tinha a cobri-la uma abóboda de nervuras com cinco chaves. Os arcos eram raspados; o portal, quadrado, tinha dois mármores no meio. O portal da capela, de estilo maneirista, deve ser contemporâneo das obras do Convento de Clarissas de Aracœli, talvez da mão do mesmo artista. Tem a meio, esculpido, o símbolo do Santíssimo Sacramento. A capela possuía grades de fora, de alto a baixo, novas, fechadas com sua chave mourisca e não tinha retábulo[61].

São excecionais, pela sua qualidade, os silhares de azulejos do início do século XVII (c. 1630), polícromos e de "grotesco", que decoram as paredes. Os azulejos são em tons de azul, verde e amarelo sobre fundo branco. Oferecem uma composição decorativa simétrica, que se desenvolve num

[59] IANTT, *MCO/OS/CP*, livro 194, fls. 12v-13 (1552).
[60] IANTT, *MCO/OS/CP*, livro 154, fl. 6v. (1512).
[61] *Ibid.*, livro 194, fls. 12v-13 (1552).

eixo vertical de enrolamentos e motivos fitomórficos, perlados e grinaldas, onde emergem aves, anjos ou *putti.* Estes, "no registo superior, suspendem grinaldas de frutos e ramos de videira, presos ao bico de aves. Na guarnição, um friso de óvulos e cercadura própria, de acantos e motivos vegetalistas trilobados"[62].

Na talha dourada com que é profusamente decorada, destaca-se um pelicano, símbolo da eucaristia, e um sacrário, com dois guardas romanos ajoelhados e cheios de espanto (um com bigode, outro sem ele), perante a imagem de Cristo Ressuscitado.

Fig. 37 – Capela do Santíssimo Sacramento
(antiga capela de Francisca Fogaça).

[62] VALENTE Paulo, «Painel de Azulejos», em Artur Goulart de Melo BORGES (coord.), *Arte Sacra no Concelho de Alcácer do Sal,* Évora, Fundação Eugénio de Almeida, 2011, p. 36-37.

Esta capela era denominada do Santíssimo Sacramento em 1758[63], função que ainda hoje mantém. Conserva a cobertura em abóbada de nervuras complexas, da época manuelina, e o portal maneirista, para além dos azulejos e da talha que recebeu já no século XVII.

Figs. 38 e 39 – Capela do Santíssimo – pormenores.

[63] IAN/TT, *Registos Paroquiais*, vol I, n.º 71, p. 502.

A Capela Batismal

A descrição escrita mais antiga (1512) refere que, no canto, debaixo do coro, estava uma grande pia batismal, em pedra, a que se acedia por dois degraus. Era cercada de grades de madeira pintadas, com uma porta e a sua chave. Na parede, sobre a pia, estava pintado a fresco o batismo de Jesus. O teto era forrado tendo Deus Pai nele pintado e os quatro evangelistas[64]. Em 1552, o visitador diz que a capela fora arranjada de novo. Continuava de planta centrada e fechada a sua base em meia laranja. No fecho da abóboda, estavam esculpidas as armas de Santiago com «*suas vieiras*». A pia batismal era oitavada e feita em pedra de Viana[65]. Escavado na parede da pequena capela, fora colocado um armário para guardarem os óleos santos e os livros de registos paroquiais de batismos e defuntos.

Figs. 34 e 35 – Atual capela batismal[66]. Pormenor da chave do teto (já sem as armas de Santiago).

Nave Central

Não há muito a referir sobre a nave central. Estruturalmente permaneceu idêntica ao longo deste percurso. Na visitação de 1552 alude-se, pela primeira vez, à existência, nesta nave, no lado da Epístola, de um púlpito «*de bordo oytavado mudavil com sua escada levadiça*»[67].

No século XVIII, provavelmente já depois do terramoto, é substituído por um púlpito barroco, de talha joanina, já com alguns elementos rococó.

---

[64] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, livro 154, fl. 6v (1512).

[65] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, livro 194, fl. 5v (1552).

[66] Recentemente, a pia batismal foi retirada e colocada perto da capela-mor, à direita.

[67] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, livro 194, fl. 12 (1552).

Este, depois de vicissitudes rocambolescas, conseguiu chegar ao presente *in situ*. É de uma surpreendente beleza. Está adossado a uma coluna da nave e é sustentado por um anjo atlante, vestido de guerreiro. Dominam as cores do azul e do dourado. Na parte de cima, o artista desenhou, no céu, a pomba, símbolo do Espírito Santo, irradiando a luz e a sabedoria[68]. Assim se recordava aos fiéis a certeza da sua assistência aos que, em nome da Igreja, aí explicavam a Palavra proclamada ou exortavam à fidelidade aos ditames por ela fixados.

Fig. 36 – Púlpito barroco de meados do século XVIII.

[68] VALENTE Paulo, «Púlpito», em Artur Goulart de Melo BORGES (coord.), *Arte Sacra no Concelho de Alcácer do Sal*, p. 38-39.

Nave lateral do lado da Epístola

Seguindo agora para a nave lateral do lado da epístola, parede sul, sabemos que aí se ergueria um portal, em frente ao portal norte, que foi entaipado, já depois das visitações de que dispomos[69].

É mais difícil, hoje, recuperar a memória das capelas que existiam deste lado do templo. Restam-nos aí espaços reaproveitados. Das capelas, se as visitações indicam claramente duas, incluindo a de Nossa Senhora do Rosário, só nos chegou a denominada capela do Barão de Alvito, que aparece "rebatizada", mais tarde, como Capela das Almas[70]. Tema que figura numa pintura a fresco no teto em que uma rainha, alguns eclesiásticos e outras almas sofrem o terror das chamas. Esta capela fora confiada à Irmandade das Almas[71].

É interessante verificar que, se muito do antigo espólio de Santa Maria do Castelo desapareceu, no decorrer do tempo, guarda-se nesta nave um belo quadro dedicado à Adoração dos Reis Magos, da autoria do pintor maneirista Simão Rodrigues (c. 1560-1620), pintor nascido em Alcácer. De finais do século XVI, a pintura deve ter vindo do convento franciscano de Santo António, aquando da extinção das Ordens Religiosas em 1834[72].

Fig. 37 – Adoração dos Reis Magos, Simão Rodrigues (c.1560-1629) – óleo sobre madeira

---

[69] Ainda existia em 1560.

[70] IAN/TT, *Registos Paroquiais*, vol. I, n.º 71, p. 502.

[71] *Ibid.*

[72] Esta pintura foi identificada, anteriormente, por Vítor Serrão. MOLEIRINHO, Jorge, «Adoração dos Reis Magos», em Artur Goulart de Melo BORGES (coord.), *Arte Sacra no Concelho de Alcácer do Sal*, 2011, p. 34-35.

Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos

Pegando nas notícias avulsas das visitações, como se estivéssemos numa escavação arqueológica, a dispor cronologicamente os fragmentos, todos confluem para a existência, na parede sul, da capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, com a sua confraria, constituída por muitos membros e com estatutos copiados dos da confraria homónima de Lisboa. Com grande probabilidade, terá sucedido à capela existente na parte sul, a seguir à porta travessa, assim descrita na visitação de 1512: «*estaa huua capela d abobeda, com seu altar de pedra e barro, e nelle estaa huua Jmagem de nosa senhora* [...] *e outras Jmageens pymtadas na parede mujto velhas e tem de comprido duas varas e quarta e huua vara e duas terças de larguo*». Há também a referência a uma "capela dos Furtados", mas não conseguimos perceber se é a mesma ou se terá alguma relação com outra capela[73].

A existência da confraria de Nossa Senhora do Rosário é atestada na visitação de 1534, quando se afirma que na igreja estava um círio grande de cera cujos «*ornamentos achamos que fizerão hos pretos e frates de nosa senhora do Rosajro*»[74], mas nada se diz sobre o lugar onde se situava a capela da confraria.

Há ainda outras alusões, mas a mais clara é a da visitação de 1552, que afirma: «*A capella de nossa senhora do Rosajro tem hu altar d alvanaria sobre elle a Jmagem de nossa senhora de vulto, de baRo, pimtada. Não he a dicta capella ladrilhada he metida num arco d alvanaria de pomto, huas grades de madeira vsadas, he do oraguo de nossa senhora do Rosayro. disem mjssa dos pretos nella. E tem nella sua comfraria*»[75]. É do mesmo teor a informação da visitação 1560, referindo ser o seu patrono Nossa Senhora do Rosário e que a confraria dos homens pretos tinha a obrigação de aí mandar dizer missa cada domingo. A confraria tinha alfaias próprias – um cálice e várias vestimentas –, era seu escrivão Fernando Afonso, homem branco, e seu mordomo António Gomes, pescador (talvez um homem preto)[76].

Em 1758, continuava a existir a capela de Nossa Senhora do Rosário, mas nada é referido sobre a antiga devoção dos Homens Pretos. Mas, até bastante tarde, contata-se a existência nesta igreja de uma confraria de Nossa Senhora do Rosário[77]. Hoje, desse antigo espaço nada se apercebe na nave, a parede é

---

[73] IANTT, *MCO/OS/CP*, liv. 154, fl. 6v (1512).
[73] *Ibid.*, (2.ª parte), fls. 7v (1534).
[74] *Ibid.*
[75] IAN/TT, *MCO/OS/CP*, livro 194, fl. 13v (1552).
[76] IAN/TT, *MCO/OS/CP*, livro 198, fl. 4v (1560).
[77] IAN/TT, *Registos Paroquiais*, vol I, n.º 71, p. 502.

lisa. A área da capela foi absorvida pelo espaço paroquial a que acede por uma porta de comunicação aberta na capela do Barão ou capela das Almas.

"A Capela do Barão"

A primeira referência que encontrámos à Capela do Barão de Alvito data de 1537, mas remete para um documento anterior que regista a determinação para «*que se fjzese a capela ou se tirase o altar o que todo avja de ser noteficado ao manjstrador o que nam foj por nam ser morador na vjla*»[78], sendo portanto da primeira metade do século XVI, tal como vimos ser também a Capela que veio a ser conhecido por Santíssimo Sacramento.

Fig. 38 – Capela do Barão; Fig. 39 – Brasão de armas;
Foto 40 – Almas no purgatório.

[78] IAN/TT, *MCO/OS/CP*, livro 185, fl. 3v (1537).

Os visitadores, em 1552, atestam que esta capela possui «*hũ arco pequeno de pedraria que emtra demtro na parede hũ palmo e meo.* Dentro do arco *metido* [está] *hũa pedra outro palmo e meo fora da parede que serve d altar*». Não tem retábulo nem pintura «*mais que hu teliz por fromtal*». A capela «*do morguado do baram tem hua mjssa cotidiana* rezada *por dous capellães*»[79]. E, em 1560, é assim descrita: «*da banda do sull estaa hu archete e nele estaa hua campãa a modo de altar. A capela do barão, [de que] dom João lobo he morgado*», tem obrigação de missa quotidiana, mas como o altar não está ornado, o capelão celebra-a nos outros altares da igreja[80].

Em 1565, os visitadores referem que a capela do Barão não possui ainda altar nem retábulo, não se podendo nela dizer missa, até porque está sempre coberta de «*hũu panno preto de doo*». Assim, mandam que, no prazo de um ano, «*se ponha na dita Cappella hũu Retauolo pintado a oleo e dourado per partes*» e se arranje o altar, para se poder dizer missa, sob multa de trinta cruzados[81].

Em 1758, a Capela do Barão é denominada Capela das Almas. Deve ser dessa época a pintura a fresco que está no teto enquadrada por uma moldura dourada onde, caminhando sobre uma nuvem, S. Miguel Arcanjo segura numa mão a espada e noutra a balança, seus atributos, enquanto, em baixo, chamas vermelhas rodeiam as almas (entre elas uma rainha, um bispo, um frade, um homem e uma mulher). Perdurou no tempo e chegou até nós, abrindo-se para a nave por um arco maneirista e conservando na parede o brasão de armas quinhentista dos barões de Alvito, com uma bela estilização de Lobos[82].

Esta capela [Barão de Alvito] como a de Constança Fogaça e a de Filipa de Vasconcelos, com a obrigação de missas por alma, comprovam a intervenção decisiva dos leigos na nova espiritualidade que se espalha pela cristandade europeia na Baixa Idade Média, começo da Idade Moderna, particularmente atenta à salvação individual da alma e ao assegurar dos sufrágios necessários para o efeito. A fundação de capelas fúnebres estreitava assim os laços entre os seus fundadores e respetivas famílias e as instituições religiosas por eles escolhidas para garantirem uma intercessão exemplar em favor das suas almas e das dos seus familiares, reforçada pelos bens com que para tal as dotavam e pelas determinações específicas das missas e outros rituais litúrgicos a celebrar, ao longo do ano litúrgico e pelo aniversário do falecimento dos seus defuntos[83].

---

[79] IAN/TT, *MCO/OS/CP*, livro 194, fl. 13v.14 (1552).

[80] IAN/TT, *MCO/OS/CP*, livro 198, fl. 4v (1560).

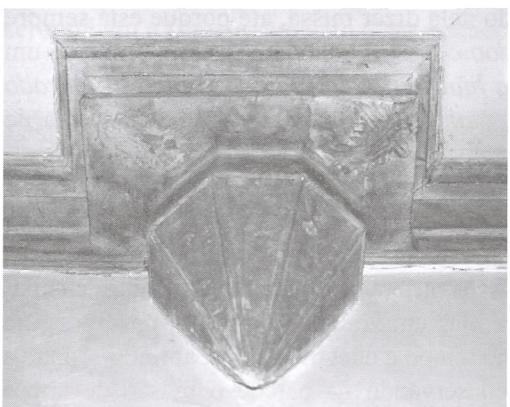
[81] IAN/TT, *MCO/OS/CP*, livro 204, fl. 18v (1564).

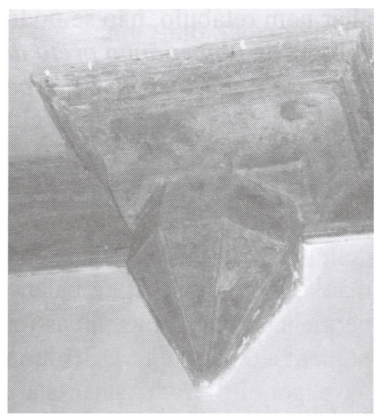
[82] Segundo Miguel Seixas Metelo, o ramo dos barões de Alvito usava estas armas (Lobos), mas diferençando-as com uma bordadura carregada de aspas.

[83] Veja-se, sobre este assunto: ROSA, Maria de Lurdes, «A religião no século: vivências e devoções dos leigos», em Carlos A. Moreira AZEVEDO (dir.), Ana Maria C. M.

Coro e Torre sineira

O coro ocupa o primeiro tramo da nave, sendo suportado por duas colunas e duas mísulas adossadas à parede poente. Em 1512, classificam-no de "grande e bom". Era de madeira, assim como a escada que lhe dava acesso e que comunicava também com o campanário edificado no cunhal (poente-sul) que, sendo de pedra e cal, estava então "em bom estado", com dois sinos – um maior e outro pequeno[84].





Figs. 40 e 41: mísulas em pedra que sustentavam o coro.

Em 1534, a escada «*per homde vam ao coro e synos* surge *em caracooll, abobedada por ffora. E apegada com ho coro na nave da mão dirrejta*». O coro fora sobradado de castanho e forrado de bordos e peitoril também com bordos. Guardava-se no coro um órgão, numa caixa de madeira, coberta de pano azul, que o povo de Alcácer conseguira oferecer, através das suas esmolas. Nada nos é dito sobre quando isso aconteceu[85].

Uma porta de alvenaria, pegada à porta principal, «*da banda do sull*», dava acesso ao coro através de uma escada de tijolo muito gasta. Havia em cima outra porta com um «*Recebjmento d abobeda,* per omde tamgem os sjnos, *E hu buraco per omde vam ao campanayro, que danefica os telha-*

JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES (coord.), *História Religiosa de Portugal*, vol. I – *Formação e Limites da Cristandade*, Lisboa, Círculo de Leitores – CEHR da UCP, 2000, p. 480-492; IDEM, *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521)*, Lisboa. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2012.

[84] IAN/TT, *MCO/OS/CP*, livro 154, fls. 6v-7 (1512).

[85] *Ibid.*, 2.ª parte, fls. 7-7v (1534).

dos» por causa dos moços que vão tanger e badalar. Acrescenta o visitador que o sino de correr «*se tamge por fora da JgreJa per hua escada de mão que poem o alcajde de fora da JgreJa, e a torna a tyrar tamto que acaba de tamger e aguora nam se tamJe*»[86].

Entram no coro através de um arco da nave grande que terá de altura cerca de quatro palmos e meio de vão, sendo por isso necessário baixarem-se muito, quando lá entram[87].

No interior do coro, estava tudo muito velho – armários, estantes e assentos de madeira. Havia «*hua Janella ao poemte, quadrada meãa*», com portas, «*que daa vista ao coro*» (onde mais tarde surgirá o atual janelão). O órgão encontrava-se já danificado em 1552, a necessitar de afinação, de portas e foles novos. Continuava o mesmo campanário «*feito a modo de capello*» com dois sinos[88].

Em 1560, o cenário era o mesmo, só que tudo estava muito mais envelhecido, incluindo a escada, a precisar de obras de renovação, para não ruir. O campanário «*e de dous arqos de pedra lios em hu dos arqos estaa hu sino grande bom e nouo que ell Rey que estaa em glorya mandou no outro arqo estaa outro sino peqeno velho*». Como o campanário era baixo, os visitadores acharam bem alteá-lo para que os sinos soassem até mais longe[89].

Em 1571, na abertura da parede que vai para o campanário, colocou-se um portal com suas portas «*que starão fechadas pera os moços não poderem subir ao dito Campanayro e destrujr os telhados*», como faziam até ali[90].

Descendo do coro e saindo para o adro pela porta poente, podemos olhar toda a fachada e determo-nos na torre sineira por fora, uma vez que já a espreitámos por dentro, sobretudo em momentos de renovação. No presente, a torre sineira continua lá, certamente um pouco mais alta, como foi pedido em 1560[91]. É adossada à face lateral sul, de secção quadrangular, com quatro arcos peraltados, possuindo três sinos, mas preparada para receber um quarto. Um deles tem inscrita a data de 1765 (dez anos depois do Terramoto).

---

[86] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, liv. 194, fl. 15 (1552).

[87] *Ibid.*, fls. 14-14v (1552).

[88] *Ibid.*, fl.14v.

[89] IAN/TT, *MCO/OS/CP*, livro 198, fls. 4v-5 (1560): «*sobre estes dous arqos estaa hu arqo pequeno em que estaa hua gaRida nova*».

[90] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, livro 223, fl. 10 (1571).

[91] IAN/TT, *MCO/OS/CP*, livro 198, fl. 5 (1560): «*este campanairo estaa baixo ha myster mays allto pera soarem os sinos, o telhado mal Revolto e mal tratado choue muyto por elle*».

O Adro

O adro[92] e a porta principal[93] de Santa Maria do Castelo eram espaços fundamentais de sociabilização na urbe. Aparecem muitas vezes como pontos de encontro e locais de reuniões. A documentação refere também o adro como um lugar habitual dos jogos e brincadeiras das crianças. Em 1512, era mais desafogado do que hoje, sobretudo a norte: «*tem da porta primcipall ate o cabo delle dirreito ao ponemte cimquo varas e meia, e da ousia ao leuamte duas varas e duas terças, e da parede da JgreJa da parte do norte ate o cabo do adro, noue varas e da parede da dita JgreiJa da parte do sull ate ao cabo do adro cinquo varas e meia*»[94]. Em 1537, regista-se o gasto de uma verba «*em despesas ordenarya como em huas casas e chãos que sua senhorya mandou dyRibar e comprar pera o adro*» da igreja, possibilitando a sua ampliação[95].

Do adro partiam ruas em direção às saídas – uma delas é referida como "rua pública" *que parte do adro*, provavelmente a mesma que mais tarde será conhecida por *rua da matriz*.

Campanhas de obras a partir do século XVI

Gostaríamos ainda de referir que, em 1544, foi requerido pelos oficiais e pelo povo «*que se acrecentase a JgreJa matriz por ser muito pequena*». Convencidos de que seria bom ampliar o edifício, os visitadores muniram-se de uma declaração, uma avaliação e um orçamento feitos com a colaboração de pedreiros e carpinteiros. Enviaram estes documentos ao mestre para «*ver e mandar o que for ser serujço*»[96]. Não nos parece que o mais alto dignitário de Santiago tenha decidido a favor do alargamento da igreja,

---

[92] A observação atual das escavações efetuadas no local induz a concluir que uma parte do adro ficava sobre o antigo *Forum* Romano. Há notícias de negócios civis e da Ordem a serem tratados neste adro. Veja-se, a título de exemplo, IAN/TT, *MCO/OS/* CP, mç. 2, doc. 34.

[93] Em 1338, foram lidos e trasladados documentos na igreja de Santa Maria: IAN/TT, *MCO/OS/*CP, livro 272, fls. 94v-95. Em 1395, *à porta principal*, foi realizada uma reunião por causa de uma contenda sobre uma vinha: IAN/TT, *MCO/OS/*CP, doc. part., mç. 1, doc. 44 e IAN/TT, *MCO/OS/*CP, livro 272, fls. 104v. Em 1430, *ante a porta da Igreja de Santa Maria do Castelo*, foi aprovado um alvará de uma vinha na Peregrina: IAN/TT, *MCO/OS/*CP, cx. 141, mç. 2, doc. 18.

[94] IAN/TT, *MCO/OS/*CP, livro 154, fl. 6v (1512).

[95] IAN/TT, *MCO/OS/CP*, livro 185, fl. 2 (1537). Gastou-se "vymte e dous mjll e oytoçemtos e satenta e oyto reaes".

[96] IAN/TT, *MCO/OS/ CP*, liv. 190, fls. 98v-99 (1544).

pois, através da comparação das medidas registadas nas visitações, estas parecem ter-se mantido. O aproveitamento do espaço sofreu algumas alterações, como por exemplo a localização da sacristia que mudou para o lado oposto da capela-mor e outras dependências que surgiram no espaço antes ocupado por capelas.

Estão equivocados os autores que fazem referências a obras contratadas com Bartolomeu de Oliveira e José Gomes da Silva para esta igreja. Estes assinaram uma empreitada em 13 de Dezembro de 1700, mas para a reedificação da igreja de Santiago na zona ribeirinha de Alcácer, segundo a traça de João Antunes[97].

A igreja de Santa Maria, ao longo dos tempos, sofreu vários restauros, sobretudo depois de estragos provocados por cataclismos de que o último foi o tremor de terra de 28 de Fevereiro de 1969. Na segunda metade do século XX e inícios do século XXI registam-se algumas reparações e pequenas obras[98].

Conclusões

A vitória de Alcácer de 1217 possibilitou que Lisboa, 70 anos depois de conquistada, pudesse enfim, livre dos ataques muçulmanos, encaminhar-se para uma posição de verdadeira cabeça do reino.

Em Alcácer, a Igreja de Santa Maria do Castelo é construída como comemoração da vitória de 1217 dos cristãos sobre os muçulmanos, embora o edifício construído continue a levantar problemas de cronologia.

Concordamos com Vergílio Correia, que chamou a atenção para o facto de este monumento ser um interessante exemplo do que ele chamou "românico tardio", estilo bastante raro no sul de Portugal, mas a decoração e forma dos capitéis remetem-nos para o gótico de que esta igreja é primícia no sul do país.

Ficou da construção medieval: a estrutura da igreja com orientação nascente/poente; a capela mor com abóboda rebaixada, a existência de três naves repartidas por cinco tramos apoiados em colunas de pedra com capitéis decorados, sobretudo com elementos vegetalistas, e arcos de volta inteira; e ainda os pórticos poente e norte.

São visíveis algumas marcas arquitetónicas e decorativas da presença santiaguista em Alcácer, nomeadamente o "hábito" de Santiago da fachada poente.

---

[97] Ver PEREIRA, Maria Teresa Lopes, «*A Igreja de Santiago de Alcácer do Sal*», em Isabel Cristina F. FERNANDES (Coord.), *Entre Deus e o Rei. O Mundo das Ordens Militares*, palmela, GEsOS-Município de Palmela, 2018, p. 907-952.

[98] http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?=2153

Comprova-se, através das visitações, a existência de ricas alfaias litúrgicas e paramentos, assim como de pintura a fresco nas paredes e arcos com programas iconográficos ligados à função catequética, de que alguns se mantiveram, pelo menos, até ao começo do século XX, como refere Vergílio Correia.

Destaca-se a importância das Visitações como fontes privilegiadas para um melhor conhecimento do edifício e das transformações sofridas pela passagem do tempo. Analisando-as, identificam-se os materiais e decorações de estilos diversos que vão do românico tardio ao barroco, passando pelo gótico manuelino e maneirista.

É de realçar também estarem sedeadas nesta matriz algumas confrarias como a de Santo Estêvão dos Mareantes, a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, não esquecendo a rica confraria do Santíssimo Sacramento.

Verifica-se que na sua edificação foram reaproveitados materiais de edifícios pré-existentes. Como um organismo vivo, esta igreja sofreu alterações, na longa duração, que os documentos e os elementos arquitetónicos, de algum modo, nos esclarecem, corporizando a dinâmica de um percurso que umas vezes nos responde e outras nos suscita ainda mais perguntas.

De facto, hoje, como ontem, a Igreja de Santa Maria continua lá no alto do castelo, como sentinela cristã a fazer memória – com o seu vulto caiado de branco e o contorno da sua torre sineira – rematando quase oitocentos anos da sua edificação na paisagem urbana de Alcácer do Sal.

COLIBRI – ARTES GRÁFICAS

APARTADO **42 001** – **1601-801** LISBOA
TELEFONE | (+351) **21 931 74 99**
www.edi-colibri.pt | **colibri@edi-colibri.pt**

Costumo comparar a escrita da História à montagem da maquete de um edifício que já não existe. A maquete é feita de peças imaginárias criadas à custa de deduções de textos e de imagens agregados num todo coerente, mas inseguro e, por isso, provisório. Neste caso pretendemos explicar o que aconteceu há uns setecentos anos na zona de fronteira entre cristãos e muçulmanos, ou seja, no vale do Tejo entre 1147 e 1217.

JOSÉ MATTOSO

ISBN 978-989-689-871-7

Um conjunto de investigadores reavalia a forma como os setenta anos que medeiam entre as conquistas de Alcácer e de Lisboa (1147-1217) configuraram e condicionaram o desenvolvimento de um território sempre considerado de fronteira, cuja efetiva estruturação e caracterização ultrapassa em muito aquilo que concebemos como um território apenas de fronteira e acerca do qual sabemos hoje muito mais do que há alguns anos atrás. Nesta obra repensa-se a realidade dessa "Marca" ocidental hispânica, que se revelaria tão fundamental para o nascente reino português, tal como para o mundo islâmico.

APOIOS

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
U LISBOA CH CENTRO DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE DE ÉVORA CIDEHUS
NOVAFCSH